

REVISTA ELETRÔNICA **TRILHAS** DA HISTÓRIA

GUERRA COMO PALCO DE AGÊNCIAS INDÍGENAS NAS
AMÉRICAS: SÉCULOS XVI AO XIX



J.B. Delort Del.

Lith. de Ch. Moze.

CIMITARIOS CIVILIZADOS EMPLOYÉS A RIO JANGHIROS ANOMIME APTOCET, 1878.



REVISTA ELETRÔNICA
TRILHAS DA
HISTÓRIA

Revista do Curso de História da Universidade Federal de Mato
Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas

Editoração:



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**



Apoio:



Indexação:



LatinREV
Red Latinoamericana de Revistas en Ciencias Sociales



REVISTA ELETRÔNICA TRILHAS DA HISTÓRIA

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Curso de Licenciatura em História

Volume 15, Número 32, Edição Especial de 2025.

ISSN: 2238-1651

www.trilhasdahistoria.ufms.br/



EDITORAS RESPONSÁVEIS

Prof.^a Dr.^a Dolores Puga, UFMS, Brasil

Prof.^a Dr.^a Mariana Esteves de Oliveira, UFMS, Brasil

EDITORES ASSISTENTES

Douglas Chaves dos Reis, UFMS, Brasil

Sarah Fonseca Trevisolli, UFMS, Brasil

Wayla Silva Sá, UFMS, Brasil

Ivanderson Nascimento Junior, UFMS, Brasil

REVISORES DE NORMA E LÍNGUA PORTUGUESA

Ana Resende, UERJ, Brasil

Anísio Batista Pereira, UEAP, Brasil

Carlos Eduardo do Vale Ortiz, UNIR, Brasil

Katia Roberta Rodrigues Pinto, UFMS, Brasil

Marlise Buchweitz Klug, UFPEL, Brasil

Mirna Barcelos, UNB, Brasil

Mara Cleia Barbosa de Farias Silvério, UFMS Brasil

Thiago Renan Figueira Dutra, UFRRJ, Brasil

Wendel de Souza Borges, UFU, Brasil

PROJETO GRÁFICO

Maria Beatriz Nunes da Silva, UFMS, Brasil

Felipe Mateus de Jesus, UFMS, Brasil

Guilherme Bernadino Gomes, UFMS, Brasil

Matheus Santos da Costa, UFMS, Brasil

CAPA

MOTTE, Charles. Gouaranis civilises employés a Rio Janeiro comme artilleurs. 1834. 1 gravura, litografia, pb, 21 x 33 cm. Paris: Firmin Didot Frères. A partir de Jean-Baptiste Debret. Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil). Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/17040/gouaranis-civilises-employes-a-rio-janeiro-comme-artilleurs>.

COMUNICAÇÃO

Prof.^a Dr.^a Dolores Puga, UFMS, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Aureo Busseto, UNESP/Assis, Brasil

Carmen Norambuena Carrasco, Universidade del Chile, Chile

Cintia Lima Crescêncio, UFMS, Brasil

Erlando da Silva Reses, UnB Faculdade de Educação, Brasil
Eudes Fernando Leite, UFGD, Brasil
Henry Marcelo Martins da Silva, UFMS, Brasil
Jaime de Almeida, UnB, Brasil
Leandro Hecko, UFMS, Brasil
Luiz Carlos Bento, UFMS, Brasil
Maria Celma Borges, UFMS, Brasil
Márcia Maria Menendes Motta, UFF, Brasil

CONSELHO CONSULTIVO

Alejandro Schneider, Universidad de Buenos Aires Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Alzira Salete Menegat, UFGD, Brasil
Ângelo Priori, UEM, Brasil
Antonio Dari Ramos, UFGD, Brasil
Carlos Barros Gonçalves, UFGD
Carlos Rodrigues Brandão, UNICAMP, UFU, Brasil
Celia Regina da Silveira, UEL, Brasil
Edvaldo Correa Sotana, UFMS/CPAQ, Brasil
Fernando Perli, UFGD, Brasil
Fortunato Pastore, UFMS, Brasil
Fulvia Zega, Universidade Ca' Foscari di Venezia, Itália
Isabel Drumond Braga, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Portugal
José Antonio Mateo, Consejo nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) y Facultad de Ciencias Económicas Universidad Nacional de Entre Ríos (Argentina), Argentina
Laura Gabriela Caruso, IDAES/UNSAM-CONICET, Argentina
Lúcia Helena Oliveira Silva, UNESP/Assis, Brasil
Lucimar Rosa Dias, UFPR, Brasil
Luiz Antonio Castro Santos, UERJ, Brasil
Mara Burkart, Univerisdad Nacional de San Martín/Universidad de Buenos Aires/ Consejo Nacional de Investigaciones Científicos y Técnicos, Argentina
Marisa de Fatima Lomba de Farias, UFGD, Brasil
Mark John Lawrence Sabine, University of Nottingham, Reino Unido
Nauk Maria de Jesus, UFGD, Brasil
Paulo Fernando de Souza Campos, UNASP, UNISA, Brasil
Paulo Roberto Cimó Queiroz, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Brasil, Brasil
Rafael Athaides, UFMS

Rivan Menezes Dos Santos, Campus Adventiste du Salève Faculté Adventiste de Théologie 33, chemin du Pérouzet 74160 - Collonges sous Salève França, França

Rosemeire Aparecida de Almeida, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus de Três Lagoas, Brasil

Sergio Augusto Queiroz Norte e Silva, UNESP/Assis, Brasil

Sidnei José Munhoz, UEM, Brasil

Tania Regina de Luca, UNESP, Brasil

Vitor Wagner Neto de Oliveira, UFMS, Brasil

Yara Nogueira Monteiro, USP, Brasil

Zueleide Casagrande de Paula, UEL, Brasil

FOCO E ESCOPO

A Revista Eletrônica Trilhas da História foi pensada e elaborada com o objetivo de promover o debate acadêmico, tendo o propósito de enriquecer as pesquisas em andamento no curso de História da UFMS, campus de Três Lagoas, bem como, agregar produções de outros lugares, instituições e sujeitos. Com esse objetivo, esperamos alcançar, além de professores da universidade e da rede pública e privada de ensino, alunos graduandos de nosso curso e de outras universidades, tendo por intuito incentivar novas pesquisas e a busca por conhecimentos produzidos pela História e áreas afins. Se a proposta é interdisciplinar, disciplinas como a Filosofia, Geografia, Ciências Sociais, Antropologia, Arqueologia, entre outras, encontrarão espaço para veicular as suas produções, desde que concernentes aos temas sugeridos pela Revista. A Revista se constitui de Dossiês; Artigos livres; Ensaios de Graduação; Resenhas e Fontes.

HISTÓRICO DO PERIÓDICO

Trilhas são frestas costumeiramente abertas em lugares ditos ermos, quando buscamos construir novos caminhos ou mesmo encurtar aqueles já existentes. Elas se desenham pelo percurso de muitos passos e na tentativa de romper com as vias oficiais que se instauram, como, por exemplo, os traçados de trilhos arquitetados para transportar transeuntes, escoar a produção, levar o "progresso", modificando e impactando a vida pelos centros e rincões do Brasil, ao trazer o peso do desenvolvimento e da oficialidade. Mas não podemos nos esquecer que os trilhos também nasceram das trilhas. As trilhas buscam apontar para as brechas que podemos abrir em meio aos traçados da história.

Nossos campos, entretanto, não são ermos, pois já foram semeados e cultivados por inúmeras pessoas e experiências, por professores e alunos que percorreram os caminhos do Curso no Campus de Três Lagoas. Nesse percurso foram deixando marcas na tessitura do que se construiu ao longo de 50 anos.

A proposta da Revista Eletrônica Trilhas da História não é, então, a “invenção” da roda, nem mesmo de um novo “caminho”. É o resultado e o reconhecimento de que os traçados já existem e que é preciso ampliá-los, sem perder de vista as veredas sulcadas a muito custo, para que as trilhas possam hoje ser abertas.

Este trabalho implica olhar para os sujeitos e as paisagens de outrora, tal como do presente, partindo da premissa de que se não reconhecermos isto e desconhecemos nossa história, natimortas as trilhas já seriam. O título Trilhas da História, escolhido coletivamente pelos discentes e docentes do curso, busca sugerir os meandros das novas abordagens e novos sujeitos. É com este intuito que a Revista nasce, desejando ser mais uma ferramenta de divulgação da produção de saberes históricos e de áreas afins, os quais possam contribuir para a escrita de uma história comprometida com o meio em que está inserida.

A Revista Trilhas da História nasce democrática e esperamos que permaneça dessa maneira. Desejamos que tenha longevidade como mais um instrumento de questionamento e de denúncia da reprodução da história e da condição de “ventríloquos” – ou mesmo da separação frágil do ensino e da pesquisa –, propondo, em suas publicações, uma relação dialógica entre o ser professor e o ser pesquisador.

ꠘꠘꠘ SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DOSSIÊ	12-17
APRESENTAÇÃO ARTIGOS E ENSAIO DE GRADUAÇÃO.....	18-22

SEÇÃO DOSSIÊ	23

A GUERRA MUNDURUKU E AS CABANAGENS INDÍGENAS NOS SERTÕES DA AMAZÔNIA.

THE WAR MUNDURUKU AND INDIGENOUS CABANAGENS IN THE AMAZONIAN SERTÕES

Letícia Pereira Barriga	24-45

OS HOMENS DE COR E AS TROPAS AUXILIARES NO ESTADO DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO: INDÍGENAS, NEGROS E PARDOS E A ESTRUTURA MILITAR COLONIAL (SÉCULO XVIII)

MEN OF COLOR AND THE AUXILIARY TROOPS IN THE ESTADO DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO: INDIGENOUS, BLACK, AND MIXED-RACE PEOPLE AND THE COLONIAL MILITARY STRUCTURE (18TH CENTURY)

Rafael Ale Rocha	46-70

“POR NADA DESTE MUNDO QUEREM RENUNCIAR À SUA LIBERDADE”: OS INDÍGENAS NOS MUNDOS DO TRABALHO AMAZÔNICO, SÉCULO XIX

“FOR NOTHING IN THIS WORLD DO THEY WANT TO RENOUNCE THEIR FREEDOM”: INDIGENOUS PEOPLES IN THE WORLDS OF AMAZONIAN LABOR, 19TH CENTURY

Jessyka Samya Ladislau Pereira Costa	71-91

ENTRE AMIZADE E O “FUNESTO FIM”: AGÊNCIA GUAICURU, GUERRA INDÍGENA E VULNERABILIDADE COLONIAL NO PRESÍDIO DE COIMBRA (1777-1778)

BETWEEN FRIENDSHIP AND THE “TRAGIC ENDING”: GUAICURU AGENCY, INDIGENOUS WARFARE AND COLONIAL VULNERABILITY AT THE PRESIDIO OF COIMBRA (1777-1778)

Bruno Cezar Bio Augusto	92-116

**ALTERAÇÕES POLÍTICAS NOS LIMITES DA FRONTEIRA PLATINA EM 1801:
BALANÇO E AVANÇOS HISTORIOGRÁFICOS**

*POLITICAL CHANGES AT THE BOUNDARIES OF THE RÍO DE LA PLATA FRONTIER
IN 1801: HISTORIOGRAPHICAL ASSESSMENT AND ADVANCES*

Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo 117-137

**“DIZ JOSÉ BORGES”: CONFLITO E AGÊNCIA INDÍGENA EM ITAPECERICA
(1767-1770)**

*"SO SAYS JOSÉ BORGES": CONFLICT AND INDIGENOUS AGENCY IN ITAPECERICA
(1767-1770)*

Luiza Paula Monteiro 138-154

**A GUERRA AOS PAIACU E SUAS AGÊNCIAS NA DILATAÇÃO DAS FRONTEIRAS
DA CAPITANIA DO SIARÁ GRANDE (1666-1714)**

*THE WAR AGAINST THE PAIACU AND THEIR AGENCY IN THE EXPANSION OF THE
BORDERS OF THE SIARÁ GRANDE CAPTAINY (1666-1714)*

Rafael Ricarte da Silva 155-174

**OS INDÍGENAS NA GUERRA DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA:
TRADIÇÃO MILITAR, FORMAS DE MOBILIZAÇÃO E PROTAGONISMO POLÍTICO
(1822-1823)**

*INDIGENOUS PEOPLE IN THE WAR OF INDEPENDENCE OF BRAZIL IN BAHIA:
MILITARY TRADITION, FORMS OF MOBILIZATION, AND POLITICAL AGENCY (1822-
1823)*

Francisco Cancela 175-207

**GUERRA E NARRATIVA: REPENSANDO O PROTAGONISMO POTIGUAR, CAETÉ
E TABAJARA E A CONQUISTA DAS CAPITANIAS DO NORTE DO ESTADO DO
BRASIL NO SÉCULO XVI**

*WAR AND NARRATIVE: RETHINKING THE POTIGUAR, CAETÉ AND TABAJARA
PROTAGONISM AND THE CONQUEST OF THE NORTHERN CAPTAINCIES OF THE
STATE OF BRAZIL IN THE SIXTEENTH CENTURY*

Kalina Vanderlei Silva 208-233

ARTIGOS LIVRES 234

**IMPRENSA E EMANCIPAÇÃO FEMININA: A ATUAÇÃO DE JOSEPHINA
ALVARES DE AZEVEDO NO SÉCULO XIX**

*THE PRESS AND WOMEN'S EMANCIPATION: THE ROLE OF JOSEPHINA ALVARES
DE AZEVEDO IN THE 19TH CENTURY*

Stefany Reis Marquioli 235-249

**NO JOGO DA TRANSGRESSÃO: DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO, FUTEBOL
ALAGOANO E A MEMÓRIA DE RUMAICO-MARA GRINBERG**

IN THE GAME OF TRANSGRESSION: GENDER DISSIDENCES, ALAGOAS SOCCER, AND THE MEMORY OF RUMAICO-MARA GRINBERG

Isaac Freitas da Silva Filho, Elias Ferreira Veras e Caio de Souza Tedesco 250-273

EM BUSCA DA PERFEIÇÃO”: A INFLUÊNCIA DA EUGENIA NA CONSTRUÇÃO DA NORMA ESTÉTICA INTEGRALISTA

IN SEARCH OF PERFECTION”: THE INFLUENCE OF EUGENICS ON THE FORMATION OF THE INTEGRALIST AESTHETIC STANDARD

Juliana Nogueira Garcia Roque.....274-292

ITINERÁRIOS, REDES E CONEXÕES: O ESTÁGIO PÓS-DOCTORAL DE NILMA LINO GOMES EM PORTUGAL

ITINERARIES, NETWORKS AND CONNECTIONS: NILMA LINO GOMES POSTDOCTORATE INTERNSHIP IN PORTUGAL

Rafaela Rodrigues Martins 293-312

AValiação da Aprendizagem e Ensino de História: Desafios e Possibilidades na Prática Docente

LEARNING ASSESSMENT AND HISTORY LEARNING ASSESSMENT AND HISTORY TEACHING: CHALLENGES AND POSSIBILITIES IN TEACHING PRACTICE

Felipe Augusto Fernandes Borges 313-328

A Imagem em Disputa: Crítica, Exposições e a Construção da Arte Afro-Brasileira (1964-1985)

THE IMAGE IN DISPUTE: CRITICISM, EXHIBITIONS, AND THE CONSTRUCTION OF AFRO-BRAZILIAN ART (1964-1985)

Nicolas Rangel Vaz Nascimento e Emerson Dionisio Gomes de Oliveira 329-349

REIMAGINANDO A ICONOGRAFIA COLONIAL BRASILEIRA A PARTIR DE RELEITURAS DA OBRA “UMA SENHORA DE ALGUMAS POSSES EM SUA CASA” (JEAN-BAPTISTE DEBRET, 1823)

REIMAGINING BRAZILIAN COLONIAL ICONOGRAPHY FROM THE REINTERPRETATIONS OF THE WORK “A LADY OF SOME MEANS IN HER HOUSE” (JEAN-BAPTISTE DEBRET, 1823)

Pedro Alves de Souza Neto e Tatiana Silva de Lima 350-366

RESIDÊNCIAS EM ESTILO MISSÕES, CAMPO GRANDE (MS), ANOS 1950

MISSION-STYLE RESIDENCES, CAMPO GRANDE (MS), 1950s

Felipe Anitelli 367-393

DO CERCO À NORMA: COSMOLOGIAS GLOBALIZANTES E PRÁTICAS DE APROVEITAMENTO NA DIPLOMÁTICA FERNANDINA (1233–1246)

FROM SIEGE TO NORM: GLOBALIZING COSMOLOGIES AND PRACTICES OF EXPLOITATION IN FERNANDINE DIPLOMATICS (1233–1246)

Saymon da Silva Siqueira e Adriana Vidotte 394-414

ENSAIO DE GRADUAÇÃO	415

***A ÉPOCA MODERNA: RUPTURA, CONTINUIDADE, TRANSIÇÃO E
ESPECIFICIDADE***

THE MODERN ERA: RUPTURE, CONTINUITY, TRANSITION, AND SPECIFICITY

Vagner Henrique Domingos	416-434



APRESENTAÇÃO DOSSIÊ

APRESENTAÇÃO DOSSIÊ

O mundo contemporâneo tem vivido em um *loop* de guerras motivadas por ódios raciais que abalam, quando não destroem, sociedades inteiras. No entanto, não apenas a guerra é um fenômeno que acompanha a Humanidade há milênios, como motivações étnicas também estiveram presentes por toda a História. A própria formação das Américas sobre os territórios de povos hoje chamados de indígenas, invadidos por estados europeus, traz inúmeros exemplos de conflitos por terra, por recursos (inclusive humanos) e por religião que, ao longo do tempo e dentro das narrativas de conquista, foram se revestindo de discursos racistas para lhes impor motivações étnico-raciais que justificassem a espoliação de povos inteiros. Lembremos, nesse ponto, da política genocida do governo dos Estados Unidos em sua 'corrida para o Oeste' no século XIX, incorporada pela frase "The only good Indian is a dead Indian", atribuída a um de seus generais.¹

Por outro lado, oriundos de sociedades atingidas pela invasão colonial, aqueles povos que, a partir do início do processo de conquista passaram a ser chamados de indígenas, resistiram de diversas formas, inclusive se apropriando das próprias estruturas coloniais para sobreviver e prosperar. Nesse processo, que a Antropologia define como etnogêneses,² homens indígenas de sociedades que tinham em sua base culturas políticas com forte influência de elementos militares (caso dos Tupi) usaram o interesse colonial em explorar essas suas habilidades, e seus corpos, para negociar espaço no novo contexto político em rápida mudança.

Essa é a temática que abordamos nesse dossiê, interseccionando guerra e agência indígena, fazendo leituras que nos levam para a Nova História Militar, mas principalmente para abordagens que se preocupam com a observação do protagonismo indígena em cenários de conflitos, processos de conquista e mesmo nas estruturas militares da colonização: começando com a Nova História Indígena que, desde John Manuel Monteiro e Maria Regina Celestino de Almeida, tem

¹ "O único índio bom é um índio morto", tradução livre. MIEDER, Wolfgang. "The Only Good Indian Is a Dead Indian": History and Meaning of a Proverbial Stereotype. **Journal of American Folklore**, p. 38-60, 1993.

² OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, v. 4, p. 47-77, 1998; OLIVEIRA, João Pacheco de; QUINTERO, Pablo. Para uma antropologia histórica dos povos indígenas: reflexões críticas e perspectivas. **Horizontes Antropológicos**, n. 58, p. 7-31, 2020.

observado essas interações;³ até a *New Conquest History*, de Matthew Restall, que vem desconstruindo as narrativas historiográficas que colocam os indígenas como militarmente inferiores aos europeus.⁴

Mas nesse debate é importante lembrar as armadilhas em torno das discussões acerca de uma pretensa “guerra indígena”, prolíficas inclusive na Antropologia. De fato, uma Antropologia da Guerra Indígena floresceu no século XX em autores norte-americanos como R. Brian Ferguson e Douglas Bamforth, que discutiram a existência da guerra indígena enquanto fenômeno social endêmico em suas culturas.⁵ Também Manuela Carneiro da Cunha e Eduardo Viveiros de Castro pensaram a sociedade tupi quinhentista em relação a sua constituição em torno da cultura da guerra, tema primeiro trabalhado de forma privilegiada por Florestan Fernandes.⁶ Esses e outros autores abriram caminho para debates como os que apresentamos no presente dossiê, debates em torno de como as guerras coloniais se tornaram palco para a atuação de agentes históricos indígenas na América portuguesa.

Estudos que focam a Amazônia: começando com o artigo de Letícia Pereira Barriga que traz um olhar sobre a atuação Munduruku na Cabanagem, seu domínio fluvial e o impacto exercido sobre cabanos e anticabanos. Seus estudos demonstram que a expressiva presença bélica dos Munduruku, que já se fazia temer nos rios Tapajós, Madeira e Amazonas, levou à celebração de um acordo de paz com os portugueses em 1795. Essa aliança foi fundamental nos desdobramentos dos conflitos da Cabanagem nos rios e sertões amazônicos.

Já Rafael Ale Rocha analisa a formação de tropas auxiliares no estado do Grão-Pará e Maranhão setecentista e observa não apenas as tropas indígenas, mas

³ MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese de Livre Docência (Antropologia), UNICAMP, 2001; ALMEIDA, Maria Regina C. *Metamorfoses Indígenas – identidade e Cultura nas Aldeias Coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV\FAPERJ, 2003.

⁴ RESTALL, Mathwell, *Sete Mitos da Conquista Espanhola*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006; OUDJIK, Michel R.; RESTALL, Matthew. Mesoamerican Conquistadors in the Sixteenth Century. In: MATTHEW, Laura E.; OUDJIK, Michel R. *Indian conquistadors: indigenous allies in the conquest of Mesoamerica*. Norman: University of Oklahoma Press, 2007. Pp. 28-64.

⁵ FERGUSON, Brian R. Tribal Warfare. In MARTELL, Gordon (org). *Encyclopedia of War*. Wiley-Blackwell. 2012. Pp. 2232-2244; BAMFORTH, Douglas B. Indigenous People, Indigenous Violence: Precontact Warfare in the North American Great Plains. *Man* (New Series), vol. 29, issue 1, pp 95-115.

⁶ CUNHA, Manuela C. da; CASTRO, Eduardo V. Vingança e temporalidade: os Tupinambá. *Journal de la Société des Américanistes*, 1985, Tome 71, pp.191-208; FERNANDES, Florestan [1951]. *A Função da Guerra na Sociedade Tupinambá*. São Paulo: Globo, 2006.

também pretas e pardas. Sua pesquisa aponta não apenas para a compreensão do processo de institucionalização de tropas ‘de cor’ nas capitanias do Pará, Maranhão Piauí e Rio Negro, mas também para formação de elites militares indígenas. Além de demonstrar as disputas em tornos dos cargos de maior prestígio social, as adaptações locais e a agência de sujeitos na formação das tropas auxiliares coloniais.

Jessyka Samya Ladislau Pereira Costa, por sua vez, analisa a relação entre alistamento coercitivo e a mobilização forçada da mão-de-obra indígena no Amazonas oitocentista. Seus estudos revelam que populações livres e pobres, sobretudo indígenas, eram incorporadas ao mundo do trabalho sob condições que limitavam sua autonomia, por meio de um sistema que se pautava pela compulsoriedade e por hierarquias raciais e sociais. Entretanto, mesmo em contexto de exploração e coerção, os indígenas por meio de práticas cotidianas de negociação, recusa e enfrentamento, inclinavam a seu favor essas estruturas, revelando o que a autora chama de ‘repertório de negociações’ dos personagens assim recrutados.

Percorrendo os espaços da fronteira Oeste da América portuguesa, Bruno Cezar Bio Augusto analisa episódios da história Guaicuru-Kadiwéu, sua imagem de exímios cavaleiros e conflitos na fronteira do Mato Grosso setecentista. Sua pesquisa revela, a partir do exame atento das missivas do sargento-mor Marcelino Roiz, que nos ataques ao presídio de Coimbra entre 1777 e 1778 os Guaicuru demonstraram sofisticado conhecimento para a negociação e para o ataque. Essas estratégias evidenciam a força indígena para mobilizar a guerra como forma de intervenção territorial e política daquela fronteira em constante disputa.

Outra fronteira é a trabalhada por Karina Moreira Ribeiro da Silva Melo que discute a atuação indígena nos conflitos platinos no início do século XIX. Seus estudos propõem uma análise historiográfica mais atinente à participação indígena nos processos que resultaram na incorporação de sete dos trinta povos missionários guarani aos domínios portugueses naquela fronteira, buscando ainda aprofundar a compreensão dos significados políticos e sociais desses episódios.

A agência indígena pode também revelar-se nas estratégias de um agente histórico indígena ocupante de patente militar. É o que demonstra o estudo de Luiza Paula Monteiro Mota ao trazer à tona um conflito protagonizado pelo capitão-mor indígena José Borges, na capitania de São Paulo e suas negociações por pertencimento dentro da colonização. O episódio ocorreu em meio ao processo de implantação do Diretório dos Índios nos aldeamentos paulistas quando o indígena

militar de alta patente soube se utilizar dos mecanismos institucionais e dos instrumentos jurídicos coloniais na defesa coletiva das terras do aldeamento.

A história continua nas capitanias do norte onde Rafael Ricarte da Silva debate a agência dos Paiakú na esteira da dita ‘guerra dos bárbaros’ e nos conflitos pela fronteira sertaneja e construção da capitania do Ceará. Seus estudos revelam que os Paiakú mobilizaram diferentes estratégias, combinando guerra, diplomacia e o uso dos próprios instrumentos jurídicos coloniais para assegurar sua sobrevivência, defender seus interesses e resistir aos projetos de territorialização impostos pelo poder colonial.

Enquanto isso Francisco Cancela trabalha com o protagonismo indígena na guerra de independência na Bahia (1822-1823), um protagonismo que se impôs inclusive no desenho de estratégias. Seus estudos demonstram que a atuação indígena nesse processo foi permeada por estratégias próprias de negociação, resultante de uma tradição bélica consolidada e das próprias normativas que regulavam a prestação de serviços militares indígenas. Nesse contexto, conforme escreve o autor, a guerra se torna, para os indígenas, um “espaço privilegiado de ação política” para reconhecimento e ampliação de seus direitos.

Kalina Vanderlei Silva, por fim, aborda o protagonismo Caeté, Potigar e Tabajara na conquista litorânea das capitanias do Norte do Estado do Brasil, revisitando as narrativas que atribuíram a esses personagens um papel secundário em suas próprias histórias: o papel de aliados nativos. Questionando as narrativas que consagraram um discurso no qual esses povos passaram de impulsionadores dos conflitos que se desenrolavam em seu território a meros coadjuvantes das ações ibéricas, levanta também uma discussão sobre o que consideramos como conquista, e quais as implicações e significados em torno desse termo.

Em conjunto, esses trabalhos falam sobre agentes indígenas, indivíduos assim como coletivos, que negociaram dentro das estruturas coloniais a partir da percepção de seu valor enquanto combatentes e estrategistas, de como povos e pessoas indígenas resistiram à invasão de seus territórios, e sua incorporação forçada a um novo contexto político-social, usando as próprias estruturas de repressão como ferramenta. Falam ainda sobre a guerra, entendida como um mecanismo compósito que inclui, entre outros aspectos, o recrutamento, as estratégias, as negociações, os conhecimentos bélicos, os conflitos abertos e as tensões, e como ela constituiu um palco inegável da agência indígena. Estes vastos territórios e suas fronteiras

abordados se constituíram pela atuação complexa e dinâmica de diversos grupos indígenas e essa participação, como veremos neste Dossiê, não foi subalterna, desprovida de interesse, pacífica ou inexpressiva. Mas sim, ativamente posicionada no terreno móvel que se constituía entre os interesses próprios, a defesa dos seus territórios e das possibilidades encontradas na sociedade colonial.

As organizadoras:

Kalina Vanderlei Silva (UPE\CNPq)

Wania Alexandrino Viana (UFOPA)

APRESENTAÇÃO
DE ARTIGOS E
ENSAIO DE
GRADUAÇÃO

APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS LIVRES E ENSAIOS DE GRADUAÇÃO

A *Revista Eletrônica Trilhas da História* publica, neste volume 15, número 32 (2026), um conjunto de contribuições que reafirma a vitalidade da pesquisa histórica em sua capacidade de articular diferentes temporalidades, sujeitos, fontes e perspectivas de análise. Esta edição traz, em seu núcleo, um dossiê dedicado às guerras, fronteiras e agências indígenas, reunindo estudos que destacam o protagonismo de povos indígenas em contextos de conquista, conflito, mobilização política, trabalho e negociação. Ao colocar em primeiro plano essas experiências históricas, o dossiê contribui para o adensamento de debates centrais da História Indígena, da História Colonial e da História Social, evidenciando a complexidade das formas de atuação indígena em diferentes espaços da América portuguesa e do Brasil oitocentista.

Além do dossiê, este número reúne nove artigos livres e um ensaio de graduação, compondo um painel diverso e expressivo da produção historiográfica contemporânea. Os textos transitam por temas ligados à história das mulheres, estudos de gênero, história intelectual, história da educação, ensino de História, história da arte, cultura visual, história urbana, história medieval e reflexão historiográfica, revelando a amplitude de interesses e abordagens que caracterizam a área.

Abrimos a seção de artigos livres com “Imprensa e emancipação feminina: a atuação de Josephina Alvares de Azevedo no século XIX”, de Stefany Reis Marquioli. O artigo toma a imprensa feminista oitocentista como espaço de formulação crítica e intervenção política, destacando a atuação de Josephina Alvares de Azevedo e o papel do jornal *A Família* na defesa da educação das mulheres, na crítica ao patriarcado, no apoio à causa abolicionista e na reivindicação de direitos políticos. Trata-se de uma contribuição relevante para pensar a imprensa não apenas como veículo de circulação de ideias, mas como instrumento de luta e construção de projetos de emancipação feminina no Brasil do século XIX.

Na sequência, “No jogo da transgressão: dissidências de gênero, futebol alagoano e a memória de Rumaico-Mara Grinberg”, de Isaac Freitas da Silva Filho, Elias Ferreira Veras e Caio de Souza Tedesco, desloca o olhar para os cruzamentos entre esporte, memória, migração, gênero e sexualidade. Ao recuperar a trajetória de Rumaico-Mara Grinberg, o artigo ilumina experiências historicamente marginalizadas

e mostra como a imprensa participou da estigmatização e do apagamento de sujeitos dissidentes. Ao mesmo tempo, o texto evidencia o potencial da pesquisa histórica para reinscrever essas trajetórias no debate sobre corpo, identidade e exclusão social.

Ainda nesse bloco de reflexões sobre corpo, norma e disputas sociais, “‘Em busca da perfeição’: a influência da eugenia na construção da norma estética integralista”, de Juliana Nogueira Garcia Roque, examina a articulação entre estética e política no interior da Ação Integralista Brasileira. O artigo mostra como o ideal de beleza difundido pelo movimento integralista estava profundamente ligado a concepções eugênicas, valores morais e projetos de disciplinamento social. Ao evidenciar que a estética também operava como linguagem política e forma de normatização, o texto contribui para a compreensão das dimensões simbólicas do fascismo no Brasil, sobretudo no que se refere à produção de hierarquias e à regulação dos corpos femininos.

A edição então se desloca para o campo da história intelectual e da educação com “Itinerários, redes e conexões: o estágio pós-doutoral de Nilma Lino Gomes em Portugal”, de Rafaela Rodrigues Martins. O artigo acompanha uma experiência acadêmica específica para discutir seus desdobramentos mais amplos, explorando as relações entre circulação internacional, redes de sociabilidade, produção intelectual e ação educativa. Ao focalizar a trajetória de Nilma Lino Gomes, o texto mostra como percursos formativos e conexões institucionais podem reverberar na construção de projetos intelectuais comprometidos com perspectivas emancipatórias.

Em seguida, “Avaliação da aprendizagem e ensino de História: desafios e possibilidades na prática docente”, de Felipe Augusto Fernandes Borges, aproxima o debate historiográfico das questões pedagógicas e da prática escolar. O artigo propõe uma reflexão crítica sobre a avaliação da aprendizagem, recusando sua compreensão como simples mecanismo de medida e classificação. Em seu lugar, defende-se uma concepção formativa e emancipadora, na qual avaliar em História significa acompanhar processos de interpretação, argumentação, leitura de fontes e desenvolvimento do pensamento histórico. O texto oferece, assim, importante contribuição para os debates sobre ensino de História, formação docente e construção de práticas pedagógicas mais reflexivas.

Outro conjunto temático da edição se organiza em torno das imagens, da representação e das disputas em torno da memória e da cultura visual. Nessa direção, “A imagem em disputa: crítica, exposições e a construção da arte afro-brasileira (1964-

1985)”, de Nicolas Rangel Vaz Nascimento e Emerson Dionisio Gomes de Oliveira, analisa a circulação da arte afro-brasileira em exposições promovidas no âmbito da política cultural externa brasileira durante a ditadura militar. Ao discutir a recepção crítica dessas mostras e a presença de artistas negros em circuitos institucionais e internacionais, o artigo ilumina os processos históricos de formulação e consolidação da própria noção de arte afro-brasileira, evidenciando o entrelaçamento entre crítica, diplomacia cultural e circulação transnacional.

Dialogando com esse debate, “Reimaginando a iconografia colonial brasileira a partir de releituras da obra ‘Uma senhora de algumas posses em sua casa’ (Jean-Baptiste Debret, 1823)”, de Pedro Alves de Souza Neto e Tatiana Silva de Lima, propõe uma leitura crítica das imagens coloniais e de suas permanências no imaginário brasileiro. Partindo da conhecida obra de Debret e colocando-a em relação com releituras contemporâneas, o artigo discute a representação de pessoas africanas e afrodescendentes e as formas pelas quais a iconografia pode ser contestada, ressignificada e reinscrita em novas disputas de memória. A contribuição do texto está justamente em mostrar a imagem como espaço de conflito interpretativo e de revisão crítica da história do Brasil.

Em “Residências em Estilo Missões, Campo Grande (MS), anos 1950”, Felipe Anitelli volta-se para a história urbana e para a materialidade da vida social a partir da análise de projetos residenciais realizados em Campo Grande na década de 1950. Com base em amplo levantamento documental, o artigo contribui para a história da arquitetura e da habitação no Brasil, destacando um recorte ainda pouco explorado pela historiografia. Ao examinar formas construtivas, linguagens arquitetônicas e processos de urbanização, o texto amplia o conhecimento sobre a produção do espaço urbano e sobre as expressões regionais da cultura material.

Os dois últimos textos ampliam o arco temporal da edição, articulando análise documental, crítica historiográfica e reflexão sobre as formas históricas de poder. “Do cerco à norma: cosmologias globalizantes e práticas de aproveitamento na diplomática fernandina (1233–1246)”, de Saymon da Silva Siqueira e Adriana Vidotte, examina a documentação diplomática do reinado de Fernando III de Castela e Leão para mostrar como a linguagem da guerra, da fé e da conquista se convertia em instrumento de governo. Ao tratar a chancelaria régia como tecnologia política e não apenas como instância administrativa, o artigo oferece uma leitura instigante das

relações entre normatividade, autoridade e ordenamento territorial no contexto medieval.

Na seção de ensaios de graduação, “A Época Moderna: ruptura, continuidade, transição e especificidade”, de Vagner Henrique Domingos, encerra o conjunto com uma reflexão de natureza historiográfica e conceitual. O texto questiona interpretações teleológicas que reduzem a Época Moderna a simples fase de transição e propõe pensá-la a partir de suas dinâmicas próprias, suas linguagens políticas e suas formas institucionais específicas. Ao discutir categorias e modelos explicativos tradicionais, o ensaio reafirma a importância da crítica historiográfica na definição dos próprios marcos com que se organiza a narrativa histórica.

Ao reunir dossiê, artigos livres e ensaio de graduação, este número reafirma o compromisso da *Revista Trilhas da História* com a pluralidade temática, o rigor analítico e a circulação de pesquisas que ampliam e renovam o debate historiográfico. Desejamos a todas e todos uma excelente leitura.

Julho de 2026

As editoras e o editor:

Dolores Puga, Mariana Esteves de Oliveira,
Wayla Silva Sá, Sarah Fonseca Trevisolli e Ivanderson Nascimento Junior.



SEÇÃO DOSSIÊ



BARRIGA, Letícia Pereira *

<https://orcid.org/0009-0003-4190-2801>

RESUMO: Sabemos que as batalhas da Cabanagem (1835 – 1841), especialmente as que se deram no interior da província, ocorreram pelas calhas e margens dos rios, entremeados por mata densa. Nas batalhas entre os rios, matas e nas tomadas de cidades e vilas, encontravam-se sobretudo indígenas e tapuios. Quanto mais distante do litoral e mais próximo do interior da floresta, as Cabanagens iam adquirindo feições cada vez mais indígenas. Senhores dos rios, os diversos grupos indígenas habitantes do estuário amazônico eram conhecedores das potencialidades e dos obstáculos da floresta, conhecimentos essenciais para as batalhas cabanas. As batalhas fluviais delinearam os conflitos da Cabanagem. O domínio dos rios se constituiu como elemento essencial para avanços e reveses de cabanos e anticabanos. Para se entender a guerra cabana nos sertões da Amazônia, faz-se necessário compreender a agência indígena nas batalhas. É sob esta abordagem que este estudo se baseia. A partir do método indiciário, buscamos localizar indícios da guerra Munduruku na documentação cabana arrolada no fundo Expedição ao Amazonas do Arquivo Público do Pará, a fim de evidenciar a efetiva participação destes indígenas nas Cabanagens dos sertões, entre os anos de 1836 e 1841, delineando as batalhas a partir da arte de guerra Munduruku.

PALAVRAS-CHAVE: Munduruku; Guerra; Cabanagem.

ABSTRACT: We know that the battles of the Cabanagem (1835 – 1841), especially those that took place in the interior of the province, occurred along the channels and banks of the rivers, interspersed with dense forest. In the battles between the rivers, forests, and during the seizures of cities and towns, there were mostly Indigenous peoples and tapuios (acculturated Indians). The further away from the coast and the closer to the interior of the forest, the Cabanagens acquired increasingly Indigenous characteristics. Masters of the rivers, the various Indigenous groups inhabiting the Amazon estuary were knowledgeable about the potentials and obstacles of the forest, which was essential knowledge for the cabano battles. The river battles shaped the conflicts of the Cabanagem. Control over the rivers became an essential element for the advances and setbacks of both cabanos and anticabanos. To understand the cabano war in the hinterlands of the Amazon, it is necessary to understand the Indigenous agency in the battles. It is based on this approach that this study is grounded. Using the evidentiary method, we seek to locate clues of the Munduruku war within the cabano documentation listed in the Amazon Expedition fund of the Public Archives of Pará, aiming to demonstrate the effective participation of these Indigenous people in the Cabanagens of the hinterlands, between the years 1836 and 1841, outlining the battles from the perspective of the Munduruku art of war.

KEYWORDS: Munduruku; War; Cabanagem.

* É Licenciada e Bacharel em História pela Universidade Federal do Pará - UFPA (2008); especialista em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia - FIBRA e especialista em Conservação Preventiva de Acervo Documental; mestra e doutora em História Social da Amazônia pela UFPA. Atualmente, é bolsista CAPES de pós-doutorado pelo PPGH/UNIFAP com pesquisa voltada para as Cabanagens na fronteira do extremo norte com a Guiana Francesa e atua como professora EBTB no campus Macapá.

INTRODUÇÃO

Sabemos que as batalhas da Cabanagem, especialmente as que se deram no interior da província, ocorreram pelas calhas e margens dos rios, entremeados por mata densa. Essa guerra, que iniciou oficialmente com a tomada de Belém, capital da antiga província do Grão-Pará, no dia 07 de janeiro de 1835, espalhou-se por toda a província, reacendendo revoltas antigas ante um projeto colonialista violento e espoliador. Os sertões da Amazônia passaram a ser o principal palco da guerra cabana a partir de 1836, quando a capital voltou às mãos imperiais em 13 de maio. Esses conflitos que se generalizaram, transformaram a região tanto nos aspectos demográficos¹ quanto em seus aspectos sociais, econômicos² e políticos. Pesquisas contemporâneas, como as de Barriga (2024), Ricci (2021) e Harris (2017), mostram que esses conflitos se coloriram de diversidade étnica/social e configuraram-se por um mosaico de demandas que nem sempre poderiam ser vistas dentro de um único projeto político para a Província, mas que, somados, podem ser vislumbrados nas duas bandeiras cabanas de morte aos brancos (em especial aos portugueses) e aos maçons.

Nas batalhas entre os rios, matas e nas tomadas de cidades e vilas, encontravam-se desde o negro escravizado, o soldado desertor, o branco expropriado e, sobretudo, indígenas e tapuios. Quanto mais distante do litoral e mais próximo do interior da floresta, as Cabanagens iam adquirindo feições cada vez mais indígenas. Senhores dos rios, os diversos grupos indígenas habitantes do estuário amazônico eram conhecedores das potencialidades e dos obstáculos da floresta, conhecimentos essenciais para as batalhas cabanas. As batalhas fluviais delinearam os conflitos da Cabanagem. O domínio dos rios se constituiu como elemento essencial para avanços e reveses de cabanos e anticabanos³.

¹ Calcula-se que o número de mortos nos conflitos cabanos tenha alcançado a estimativa de 30 a 40 mil pessoas. No quantitativo demográfico do Grão-Pará isso perfazia um terço da população, que só voltaria a crescer por volta da década de 1860 (Raiol, 1970; Ricci, 2006).

² Siméia Lopes alega que as consequências da Cabanagem foram desastrosas para a região. Além da destruição de plantações, ocasionando problemas de abastecimento, o decréscimo populacional, decorrente dos sangrentos conflitos, prejudicou a economia com a falta de mão de obra, principalmente a do tapuio, assim como a escrava destinada às lavouras (Lopes, 2002).

³ Utilizaremos a expressão “anticabana” para designar as pessoas, grupos sociais e políticos, e forças que se colocavam contrárias às ações cabanas. Consideramos que esta expressão consegue sintetizar num sentimento a pluralidade social que se colocara contrária às ideias, ações, lutas dos cabanos. Anticabanos não foram apenas as tropas imperiais, nem tampouco

Assim, faz-se necessário compreender os recursos da floresta como elemento condicionante para as Cabanagens que faziam-se nos sertões. Este condicionamento ocorreu de várias formas. No conhecimento das facilidades e das barreiras impostas às batalhas, levando em vários momentos à reelaboração e adaptações de estratégias, na necessidade inata de alimentação onde o conhecimento da floresta levava às áreas próprias de cultivo, ou rios e lagos abundante em peixes, e na exigência iminente de embarcação que colocava a necessidade de se chegar a regiões de “boas madeiras”, por exemplo.

Essas necessidades induziram a elaboração de uma rede de ações organizadas por parte das forças cabanas e forças do Império. Quanto ao último, as ações organizadas setorizavam-se entre Pesqueiros Nacionais, as fábricas de madeira, que foram retomadas pelo Brasil imperial e mantinham a população amazônica subjugada a um tipo de controle social direcionado pelo trabalho (Salles, 1992), o confisco ou a compra de gêneros alimentícios de produtores particulares, e diligências para se alcançar áreas próprias para o cultivo e madeiras para embarcações, ou também operações para se conseguir roçados de maniva e a farinha já pronta. O trabalho canalizado para operacionalizar estas ações vinha da mão de obra indígena por meio do recrutamento compulsório. Tal recrutamento não se limitava apenas à produção de alimentos. As pessoas também eram recrutadas para a composição das tropas nas operações contrárias aos cabanos.

A política de arregimentação do trabalho indígena foi executada por meio do recrutamento compulsório. Política implementada na Colônia que o Império não conseguiu romper, em que pese suas diferenças em relação ao trato com os grupos indígenas (Moreira, 2009). Quando mencionamos a expressão mão de obra, não a reduzimos apenas aos serviços cotidianos ou às atividades econômicas. Num longo processo de ocupação colonial toda uma dinâmica de articulações políticas foi percebida. Articulações que visavam a expansão das fronteiras, e por isso necessitavam da defesa destes limites. Aos grupos indígenas foi-lhes destinada também esta importância, tornando-se as “muralhas dos sertões” amazônicos

às forças armadas da província com seus comandantes, mas também nações indígenas como os Munduruku, que atuaram em grande parte da guerra cabana compondo as forças contrárias aos “rebeldes”.

(Farage, 1986). Nesse sentido, o recrutamento militar era outra frente de agenciamento indígena.

Estudos recentes apontam para a fundamental importância dos saberes militares indígenas tanto para a execução da expansão colonial, quanto para a garantia das fronteiras. A partir da Nova História Militar em diálogo epistemológico com a História Indígena, a tese de Wania Alexandrino Viana demarca um avanço importante para a atuação imperativa de grupos indígenas nos projetos coloniais na Amazônia. De acordo com Viana, a atuação e a participação indígena nas atividades militares qualificaram a tropa lusa e garantiram a defesa e a expansão da fronteira colonial na capitania do Pará, na primeira metade do século XVIII (Viana, 2019). Assim, sustenta a autora, sem as alianças com chefes indígenas, a defesa das possessões lusitanas, em tempos de tratados de limites fronteiriços, não teria se efetivado.

Com a História Indígena, um conjunto metodológico foi adaptado à necessidade de se inferir sobre a presença indígena na documentação arquivística existente, permitindo a compreensão da efetiva participação indígena nos processos históricos. Localizamos, assim, a presença indígena nos conturbados anos da primeira metade do século XIX, em especial a Cabanagem. São nos indícios de narrativas que omitem e silenciam os agentes indígenas que os localizamos. Se as falas encontradas na documentação narram uma “realidade opaca [para os indígenas], existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (Ginzburg, 1989, p. 177). São nessas zonas privilegiadas que localizamos fortes indícios que as formas de guerrear características das nações indígenas dos sertões estavam presentes e evidentes nas batalhas cabanas.

Por isso, concomitante às novas abordagens trazidas pela Nova História Militar, ao “perceber as instituições militares em conexão com a sociedade” (Viana, 2019, p. 24), e pela História Indígena, ao pontuar o protagonismo dos índios na história (Almeida, 2017; Monteiro, 2001), as contribuições da Nova História Política também são fundamentais para compreender a agência indígena na guerra cabana⁴.

⁴ Compreendemos as ações Munduruku na Cabanagem a partir das modalidades de agência apresentadas por Sherry Ortner (2007, p. 51), que são: “(1) a questão de se agência implica inerentemente “intenções” ou não; (2) a universalidade da agência e, ao mesmo tempo, o fato de esta ser culturalmente construída; e (3) as relações entre agência e ‘poder’”. Primeiro, porque entendemos que estes grupos imprimiram intencionalidades próprias nas

Conceitos como cultura política e ideias como as de pacto e negociação, nos permitem uma abertura analítica fundamental para sustentar que as dinâmicas das Cabanagens do sertão se deram através de toda uma rede de articulação de cabanos e anticabanos com os grupos indígenas.

Nesse sentido, torna-se importante abrirmos uma análise sobre as relações que já vinham há muito sendo tecidas entre os grupos sociais e étnicos habitantes do enorme território localizado entre os rios Madeira, Tapajós e Amazonas, e que sofreram impactos significativos com a chegada dos europeus. Esta região se configurava como uma grande zona interétnica⁵ (Harris, 2015), com relativa autonomia imposta ao avanço colonial pelos povos indígenas que a habitavam. Nas complexas relações interétnicas, estas nações imprimiram suas articulações políticas, seus arranjos comerciais, suas leituras conjunturais e sua força por meio da guerra. É nesse último aspecto que teciam estas relações que pretendemos nos debruçar neste artigo, para entendermos como que a lógica e a arte de guerra indígena foram fundamentais para a guerra cabana dos sertões. Para tanto, fundamentaremos nossa análise na compreensão da guerra para os Munduruku, e como este traço essencial para essa nação se comportou ao longo do processo colonial.

Não é inédito que as nações indígenas do vale amazônico apresentavam uma forte característica belicosa ao longo do processo de colonização. Tanto nas narrativas coloniais, deixadas por viajantes, cronistas, religiosos e as próprias

batalhas delineadas nos sertões. A partir da leitura das fontes, encontramos indícios da ação intencional destes agentes. A segunda modalidade nos remete ao sentido ontológico que Ortner remonta ao conceito. Agência é constitutiva à condição social da espécie humana. Todos nós a possuímos. Porém, cabe a necessária ressalva, que ela varia culturalmente e temporalmente. Nesse sentido, ao recorrermos aos registros coloniais e recuperarmos as trajetórias históricas destas três etnias em contato com o processo colonizador, percebemos diferentes formas de exercer sua agência. Por fim, a compreensão da agência indígena na Cabanagem está inserida em relações de poder, onde a estrutura social, não determina, mas condiciona a forma como os agentes externalizam suas ações intencionais. Sherry Ortner destaca a existência de duas modalidades de agência quais sejam, uma fortemente ligada às ideias de poder, e a outra relacionada a uma intencionalidade das ações, sejam de forma consciente, ou também inconscientemente. Em diálogo com estudos sociológicos sobre a definição de agência, a autora aponta para a necessidade dos campos epistemológicos das humanidades em perceber a participação dos sujeitos sociais a partir de suas próprias construções não apenas de suas ações, mas das leituras que eles fazem dos processos em que estão inseridos.

⁵ Mark Harris estabelece uma relação entre a relativa autonomia da zona interétnica e a superioridade indígena sobre o conhecimento do território, como fator determinante para o poderio cabano na região. Região de diversidade e confluência de etnicidades ameríndias, com suas mais variadas relações, de comércio, de parentesco, de alianças, de guerras, de rituais, a floresta era um território que precisava ser defendido.

autoridades coloniais, mas também, hoje, a historiografia reafirma traços ontológicos da guerra para estes povos nativos. Estudos arqueológicos feitos na região das terras baixas da América do Sul mostram que, muitos anos antes dos primeiros registros escritos sobre os povos autóctones, já havia uma complexa rede de intercâmbios entre os povos habitantes desta região⁶.

Os povos que tiveram contato com o europeu a partir de sua chegada descendiam destas antigas sociedades complexas e apresentavam fortes traços culturais evidenciados por Anna Roosevelt (1994). Dentre eles, chamamos a atenção, neste artigo, para a guerra. Este fenômeno social apresentava-se como um dos mais fortes nessa rede intrincada de relações estabelecidas pelas nações indígenas. Traço cultural de muitas delas, não passou despercebido pelo olhar colonial europeu, tanto como forma de conhecer estes povos para melhor dominá-los, como também para o uso desses conhecimentos e expertises a fim de garantir o êxito do projeto colonial. Como foi o caso da expansão e defesa das fronteiras portuguesas na Amazônia.

Retornando o diálogo com Wania Alexandrino Viana, sua tese demonstra a importância da arte de guerra nativa para a consolidação e o fortalecimento das fronteiras coloniais. Viana (2019) demonstra que o mundo colonial estava totalmente imbricado ao mundo indígena, ao ponto de possibilitar a formação de novos espaços e práticas partindo da junção destes dois universos, como é o caso da guerra. A pesquisadora defende a tese da guerra luso-indígena ao longo da efetivação da colonização na Amazônia.

A guerra luso-indígena que predominou ao longo do processo colonial resultava da coexistência de lógicas de guerra diferentes que passaram por um processo dialético de junção, perdendo algumas características, incorporando outras, resultando num formato específico de combate. As práticas de guerra trazidas pelos europeus tiveram de ser ajustadas à realidade local, tanto geográfica quanto social e culturalmente falando. Viana é categórica em afirmar que as tecnologias dos canhões

⁶ Em pesquisa realizada, a arqueóloga Anna Roosevelt (1994) localizou evidências arqueológicas datadas aproximadamente de 2000 anos antes da chegada dos europeus e que demonstram a presença de sociedades altamente complexas, com populações numerosas, organização política hierarquizada, sistema de tributação, comércio inter-regional de longa distância, e chefias articuladas, com uma diplomacia organizada. Também, Roosevelt pode constatar sociedades com um aparato bélico forte, desenvolvido e de grande escala. Eram sociedades que ocupavam, preferencialmente, áreas de várzea e que garantiram sua existência por meio de uma estabilidade adaptativa, conseguindo uma longevidade de aproximadamente mil anos.

de bronze, as armas portáteis, os refinados conhecimentos de geometria e matemática e suas fortalezas abaluartadas, não eram suficientes para garantir vitórias na guerra que se fazia nos sertões. E a guerra dos sertões eram guerras indígenas.

Sobre as guerras indígenas dos sertões da Amazônia, estudos contemporâneos apontam que as nações indígenas se viam mutuamente como propensas agressoras, levando a uma posição sempre alerta para a guerra. Eram sociedades que se apoiavam numa lógica de guerra para justificar seu empreendimento belicoso. Os pesquisadores passam a indagar os possíveis motivos para que tais etnias elevassem a guerra como pressuposto fundamental das suas ações para com as etnias vizinhas. Tomando por base a análise da ilha de Tupinambarana, região adensada de etnias indígenas volumosas e belicosas, a exemplo dos Munduruku, mas também dos Mawé e Mura, grandes nações indígenas atuantes na Cabanagem, as pesquisas levam a reflexões sobre os combates mortais, que não se justificariam pela disputa territorial, numa região extensamente delimitada, nem tampouco pela disputa de alimentos para sua sobrevivência, já que dispensa comentários o excedente de produtos fornecidos pela floresta que sempre garantiram a estabilidade demográfica desta população (Nogueira, 2020).

Análises como as de Max Nogueira fundamentaram-se em estudos como os de Marvin Harris. Este autor compreende que as guerras dos povos indígenas antigos não partiam de caprichos, nem tampouco de necessidades instintivas, mas sim de mecanismos de regulação para manter suas populações num estágio de equilíbrio ecológico dentro de seu território (Harris, 1978, p. 58-59 *apud* Nogueira, 2018, p. 160-161). Estes mecanismos de adaptação ecológica inseriam as sociedades indígenas numa lógica de guerra. O autor verifica que o combate era algo prazeroso para os mais jovens, compreendendo que as possíveis motivações não partiam de uma necessidade utilitária específica.

Além disso, para algumas etnias, dentre as quais os Munduruku, a guerra era elemento ontológico, sendo permeada de toda uma ritualística que engendrava sentidos para a vida destes povos. É o que demonstram os estudos de José Sávio Leopoldi (2007), quando localiza elementos culturais e genéticos nas guerras Munduruku. É nesse sentido que iremos entender melhor a lógica de guerra para esta etnia, estabelecendo as relações necessárias destas práticas de guerrear com os combates das Cabanagens do sertão.

A GUERRA MUNDURUKU

Considerados como uma grande nação guerreira da Amazônia, os Munduruku, na segunda metade do século XVIII, ultrapassaram o raio de ação belicoso de seu território tradicional, no alto Tapajós, e alcançaram a região do Xingu e as proximidades de Belém. A expansão Munduruku os levou a serem conhecidos pelos agentes coloniais e frequentemente mencionados nas narrativas a partir de 1768. Seu caráter guerreiro levou esta nação a receber um conjunto de significados, a exemplo os espartanos da Amazônia (Spix; Martius, 1981), adjetivo correlato aos antigos gregos, evidenciando o sentido da guerra para a cultura Munduruku.

A poderosa nação Munduruku cunhou sua cultura a partir da guerra. De acordo com Sávio Leopoldi (2007), a guerra tinha um sentido ontológico para os Munduruku. A morte do outro-inimigo implicava a vida para eles. A guerra era uma questão de vida para esta cultura. A sua vida em sociedade era toda constituída a partir do prisma guerreiro. Os Munduruku não se satisfaziam ao verem seus inimigos impotentes diante de sua força bélica, nem quando estes fugiam, podendo denotar motivações pela disputa territorial. Também pareciam não serem motivados pela vingança, como foi o caso dos Tupinambá, onde foi compreendido este aspecto a partir dos estudos de Florestan Fernandes (2006).

Leopoldi (2007) nos informa que a guerra para os Munduruku não cessava com a extinção do inimigo, pois, sob uma lógica da guerra para as culturas indígenas da Amazônia, sempre haveria outros inimigos a combater. Como prática cultural, a guerra permitia a captura dos inimigos vivos, garantindo a manutenção da vida social Munduruku, na medida em que esta nação precisava sempre de pessoas para terem suas cabeças cortadas. Por isso, esta etnia realizava uma verdadeira cruzada em busca de inimigos, levando-a a ultrapassar fronteiras, expandindo sua atuação em expedições de caça ao inimigo que podiam durar um ano e meio, como a exemplo da perseguição aos Mura, que se estendeu pela região de Tupinambarana, em torno dos rios Canumá, Abacaxis, Marau e Maués-açu, atravessando o território Mawé com suas hordas.

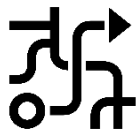
A partir do momento em que os Munduruku extrapolam seus limites territoriais em busca de guerra, condição fundamental para sua sobrevivência, eles começam a

aparecer nas narrativas coloniais, sendo lidos sob adjetivos negativos e que dimensionavam o temor que eles provocavam aos moradores dos núcleos coloniais. De “nação terrível para a guerra” a “guerreiro temível”, as impressões sobre este povo vão sendo cunhadas a partir de seu caráter belicoso, ainda em meados do século XIX (Anônimo, 1846 *apud* Moreira Neto, 1988, p.260; Barbosa, 1882, p.28). A testemunha anônima de 1846 ainda afirma que esta nação indígena gostava do combate e só atacavam ao inimigo na certeza da vitória na guerra. Nesse sentido, os Munduruku tinham uma autoconfiança de suas habilidades para o combate, sentimento este, resultado de anos de preparação para as batalhas.

A vida em sociedade Munduruku era toda direcionada para o combate. A preparação para a guerra ia desde a fabricação do corpo até o planejamento estratégico para as expedições belicosas. Toda esta preparação servia para atender com primazia aos objetivos que levavam os Munduruku à guerra, quais sejam eles, o contato interétnico que garantia prestígio e fama de suas façanhas perante as outras nações; a caça de cabeça-troféus, elemento simbólico fundamental na cosmogonia Munduruku; e rapto de mulheres e crianças para serem integrados à etnia como esposas e filhos (Nogueira, 2020, p.81).

No preparo para a guerra, o corpo Munduruku era fabricado. Meninos a partir dos seus oito anos de idade destinavam-se aos processos ritualísticos da elaboração corporal do guerreiro. Este corpo era produzido e modelado a partir da cultura de guerra Munduruku, onde envolvia tanto resistência física, como simbologias corporais que exaltavam a imagem guerreira. Estas simbologias eram retratadas por meio de pinturas corporais. Seus guerreiros distinguem-se por seu rosto pintado de preto e uma pintura no peito parecida um colar. Esta tatuagem escura que cobria o corpo do guerreiro imprimia um temor diante de seus inimigos. As pinturas tinham por finalidade tornar mais terrível o aspecto do guerreiro. O trabalho da pintura corporal é lento e complicado, que só era finalizado quando o jovem Munduruku alcançava seus vinte anos de idade. Desse modo, dos 08 aos 20 anos de idade, o jovem Munduruku é formado a partir da elaboração de seu corpo, sustentando assim, a fabricação do guerreiro. “O guerreiro Munduruku percorre durante toda a sua vida a construção do seu ser” (Nogueira, 2020, p.88).

A fabricação do guerreiro Munduruku sustentava sua própria existência, na medida em que a guerra para esta nação era uma questão ontológica. Todo o homem



era preparado para ser um guerreiro. E todo o guerreiro visava um único objetivo, alcançado pelo ataque às etnias rivais, matar seus inimigos e conseguir suas cabeças-troféus a partir de longas campanhas de guerra.

A guerra para os Munduruku era minuciosamente arquitetada. Iniciava-se com o cessar da terceira estação chuvosa, pois preferiam o período seco para iniciar sua jornada de guerra. A expedição militar contava com guerreiros de várias aldeias que eram convocados para a batalha. Por ser uma cultura fortemente belicosa, os Munduruku mantinham sempre um contingente masculino preparado para o combate. Cada expedição era chefiada por dois experientes guerreiros, que faziam parte da sociedade espiritual concebida como Muchachá Anyen, e eram responsáveis pelo toque de uma trombeta, denominada Pem, que soava o sinal de ataque (Leopoldi, 2007).

A expedição de caça aos inimigos poderia durar até um ano e meio e, em seu retorno, era comum os guerreiros chegarem a suas aldeias magros e desnutridos. De acordo com Spix; Martius (1981), os Munduruku faziam suas incursões de dia e realizavam ataques surpresas de madrugada, típica tática de guerrilha. Ao analisarem a aldeia alvo, marchavam em absoluto silêncio e destreza pelas trilhas deixadas por seus inimigos. Conseguiram caminhar sobre as folhas secas sem emitir nenhum ruído. Passavam a noite em observação, com a aldeia já totalmente cercada. No alvorecer, faziam o assalto sob gritos aterradores, lançando flechas de fogo às malocas e forçando a saída do inimigo de sua morada, que, desnortado, tornava-se presa fácil para o ataque Munduruku. As crianças se entregavam logo, e as mulheres ainda resistiam, até serem raptadas. No ataque direto à etnia rival, os guerreiros distribuíam-se em extensas linhas, esperavam a carga de flechas inimigas, para só depois desferirem suas flechas incendiárias preparadas por suas esposas.

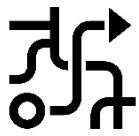
Era comum as mulheres Munduruku participarem dos combates. Seu papel na guerra era fundamental. Elas preparavam os alimentos, faziam o fogo, transportavam redes e utensílios na longa jornada da guerra. As mulheres preparavam as armas que eram utilizadas no combate, em especial, flamejando as flechas que eram lançadas para incendiar a aldeia inimiga. Estas flechas não eram nunca envenenadas. Também se lançavam na linha de combate, interceptando com destreza as flechas inimigas, colhidas no salto. Desse modo, podemos constatar o

protagonismo da mulher Munduruku no principal evento realizado por sua etnia, que era a guerra.

A tradição de cortar a cabeça do inimigo e mumificá-la concedeu aos Munduruku o nome de Paiquiçé, corta cabeça em língua indígena do período colonial. Esse costume tinha um significado cosmogônico na cultura Munduruku, associando elementos como prestígio social, conexão espiritual e sorte para as caçadas de animais. A cabeça-troféu representava o elemento central de um conjunto de festividades e cerimônias que se estendiam por três estações chuvosas, durando aproximadamente cinco anos. Denominada de festas de guerra, ou Pariáu-á, à cabeça-troféu associava-se poderes mágicos relacionados a elementos indispensáveis para a própria sobrevivência da etnia que se relacionava com o bem-estar e a permanência da comunidade naquele território, possibilitando uma boa caçada ou uma farta colheita, mas também era um elemento de prestígio e distinção social⁷.

Os guerreiros donos de cabeça recebiam novo status hierárquico dentro da sociedade Munduruku, ficando apenas um degrau abaixo da sociedade Muchachá Anyen, panteão dos nobres guerreiros. A movimentação hierárquica desta nação seguia a lógica do maior quantitativo de cabeça-troféu adquirida na vida do guerreiro, quanto mais cabeças cortadas, mais possibilidades de pleitear um cargo melhor na estrutura social e hierarquizada Munduruku. O ritual de consagração do guerreiro era momento de pactuar alianças na diplomacia Munduruku, quando se reuniam com seus

⁷ Os guerreiros utilizavam uma lâmina feita de bambu, muito afiada, para cortar o pescoço e a vértebra do tronco. Logo em seguida retiravam os músculos inteiros, miolos, os olhos e a língua, e iniciavam o processo de mumificação de forma vegetal, ou seja, a partir da exposição continuada da cabeça à fumaça de óleo de copaíba fervente. Após a defumação, a cabeça é lavada em banho de azeite de urucu, sendo o crânio preenchido com algodão e no lugar dos olhos era colocada resina. Decoravam o resto da cabeça com dentes de animais implantados na boca e enfeite de penas na cabeça. Estava finalizado o processo de criação da cabeça-troféu Munduruku. Esse primeiro momento do ritual determina a consagração do guerreiro. Aos guerreiros que conseguiam sua cabeça-troféu destinavam-se os títulos de “dono da cabeça” ou “mães do troféu”, devendo zelar pela cabeça mumificada até o final do ritual. Nos períodos de caça e pesca coletiva, recebiam o nome de “mãe da queixada”, devendo empunhar suas cabeça-troféus na lança de guerra (Pariúa-á-renapé, cabeça na lança). O guerreiro dono da cabeça deveria seguir na abstinência sexual, não podia caçar e sua esposa não podia cozinhar. O dono da cabeça assumia prestígio e glória e era o maior status social na comunidade, era o feito máximo de todo o guerreiro Munduruku (Nogueira, 2020; Leopoldi, 2007).



aliados e convidavam amigos de várias aldeias, fortalecendo assim, as alianças políticas e os laços de parentesco.

Decorridos os cinco anos e terminado o ritual, o possuidor do Pariua-á perdia seus privilégios, finalizando, assim, a festa. A cabeça-troféu perdia seu valor simbólico. O prestígio só continuaria para quem recebeu a faixa com os dentes do inimigo⁸. Para esta pessoa, o prestígio é vitalício. Observemos que a guerra Munduruku e todos os rituais trazidos com ela resumia-se em ciclos, elevando à cabeça-troféu como um elemento conector entre guerra, religião e caça. Terminado o ciclo de cinco anos, novas expedições guerreiras eram planejadas para a aquisição de mais cabeça-troféus. Nesse sentido, a guerra adquiria uma linha de continuidade sempre existente, garantindo assim a sobrevivência da etnia (Santos et al., 2007).

A busca por novas guerras fez com que as expedições bélicas Munduruku extrapolassem fronteiras, tanto territoriais quanto políticas, alcançando os limites do projeto colonial. Até o momento do encontro bélico entre Munduruku e portugueses, na década de 1770, os colonizadores, cientes da lógica de guerra que se baseavam as culturas indígenas locais, aproveitaram-se das guerras interétnicas beneficiando-se da limpeza étnica de áreas cobiçadas pelos lusitanos, a exemplo do rio Madeira e sua produção de cacau dominado pelos Mura, empecilhos aos interesses coloniais na região.

Após a derrota Mura diante da grande guerra contra os Munduruku, estes passaram a guerrear com outras etnias como os Parintitim, Juma e Arara, ocupando a região de Tupinambarana, batalhas que se estenderam até início do século XIX, ao ponto de o padre Manuel Aires de Casal intitular a região de Mundukurânea, em 1817. A necessidade vital pela morte do outro levou os Munduruku a exterminarem ou causarem uma forte depopulação em várias etnias indígenas de 1768 ao final do século XVIII (Nogueira, 2020, p. 96).

No último quartel do século XVIII, as ações de guerra Munduruku se espalharam pela capitania, dirigindo-se para Belém e Fortaleza da Barra do Rio Negro, alcançando núcleos coloniais, estendendo seu raio de ação, levando temor às vilas e povoados da região, e preocupação das autoridades da Capitania. Para

⁸ Uma espécie de cinta de algodão com os dentes do inimigo preparada pelo Tuxava Munduruku e entregue à viúva do guerreiro morto num ritual denominado Pariuaté-ran, segundo momento da cerimônia Pariua-á (Nogueira, 2020; Leopoldi, 2007).

dimensionar este poder expansionista, em 1786 seus ataques alcançaram as proximidades de Belém e liquidaram o povoado de Portel, no Marajó. Ainda no último quartel do século XVIII, tem-se notícia de ataques Munduruku aos povoados dos rios Tapajós, Madeira, até o rio Tocantins, demonstrando suas habilidades de navegação, permitindo, assim, uma rápida locomoção fluvial.

Desde 1770 os Munduruku já haviam demonstrado seu poderio bélico aos colonizadores, só que não tão próximos da capital, Belém. Este ano data uma série de ataques aos povoados no rio Tapajós. Em 1773, os Munduruku atacaram a Fortaleza de Santarém, porém, sem êxito. Em 1793, lançaram mão de arrojadas campanhas guerreiras, com ataques simultâneos e coordenados contra núcleos coloniais nos rios Madeira, Tapajós, Xingu, Pacajás, Jacundá, Tocantins, alcançando as cabeceiras do rio Moju, quando atacaram além de Portel, Melgaço e Oeiras. As ações guerreiras Munduruku eram bastante dinamizadas nas décadas finais do século XVIII, atacando diversas vilas, cidades e colônias luso-brasileiras a partir de 1790.

Esse cenário levou a um esforço da política colonial na tentativa de conter a expansão bélica Munduruku. A princípio, tentaram fazer frente pela guerra. Na década de 1790, o governador da capitania, Francisco de Souza Coutinho, ordenou que enviassem um significativo contingente de tropas coloniais, com aproximadamente 500 soldados. Entretanto, o que podemos perceber é que o êxito para frear o avanço bélico Munduruku não seria da mesma forma, e sim a partir de acordos diplomáticos, negociação e não guerra, como proposta pelo governador do Rio Negro, Lobo d'Almada (Nogueira, 2020). Tal governador inclinava para uma negociação a partir de acordos de paz, já para Souza Coutinho, as tropas provinciais deveriam fazer guerra contra a nação indígena. Pelo que foi constatado, a estratégia exitosa foi a conduzida por Lobo d'Almada e, em meados de 1795, foi selado o acordo de paz entre portugueses e Munduruku.

Após o acordo de paz, os Munduruku passaram a incorporar tropas luso-brasileiras na caçada às nações indígenas que ainda imprimiam barreiras às frentes coloniais, levando à redução e descimento de várias etnias. No século XIX, os Munduruku, numa política de barganha de privilégios e prestígio, passaram a redirecionar suas ações. Até meados do século XIX, era comum guerreiros Munduruku acompanharem tropas de soldados luso-brasileiros para atacar e destruir aldeias indígenas hostis, assim como quilombos e mocambos de negros fugidos.

Também, a partir dos acordos de paz, muitos indígenas desta nação começaram a descer de suas aldeias, formando assim, vários aldeamentos como os de Tupinambarana, Canumã e Maués, ao norte da Mundurukânea, a partir de ajuntamentos com os indígenas Mawé. Também se estabeleceram em núcleos coloniais ao longo do rio Tapajós, em povoados como os de Curi, Santa Cruz e Ixituba. Tais núcleos foram importantes espaços de interesses de rebeldes e forças legalistas na guerra cabana, como a exemplo de Ixituba, um forte reduto Munduruku nas margens do rio Tapajós.

IXITUBA – REDUTO MUNDURUKU NAS CABANAGENS DOS SERTÕES

Localizado às margens do rio Tapajós, próximo a freguesia de Aveiro, Ixituba era considerada local estratégico para a concentração das forças anticabanas na região do Tapajós. Esta importância se dava pela quantidade de redutos cabanos que se formaram ao seu redor. Calculando a distância em dias, conseguia-se alcançar estes espaços em um período relativamente curto respeitando as dimensões continentais que se constituía o território do Grão-Pará, e os limites impostos às embarcações utilizadas, à vela e à remo. No documento a seguir, remetido em 11 de janeiro de 1840, por José Coelho de Miranda, comandante militar do Ponto de Luzea (importante reduto cabano na região do Lago de Tupinambarana, e território Mawé) a Joaquim José Luiz de Souza, comandante da Expedição ao Amazonas em Santarém, podemos dimensionar a expressiva quantidade de redutos cabanos próximos à Ixituba. Vejamos:

O Ponto de Gonçalves chefe dos “rebeldes” é no Ambetuy, distante do Ixituba ao desembarque de 10 dias, e dali por terra até chegar no mesmo ponto outros 10; dizem que existe no Rio Preto o Ponto comandado por Raymundo Barboza um dos mais encarniçado comandante, aonde existe a maior parte das escravaturas de Sallesinho, e outros dessa Vila, e que este Comandante é que não quer anuir a saída dos embrenhados que diz que quer morrer com as armas na mão (...) No Rio Aicurapá existem dois pontos, um comandado por Severino de Gentios, e Mundurucus, e outro de gente ladina comandado por Constantino Lopes, destes pontos ao de Gonçalves pode se gastar 20 dias. No Anderá existe outro ponto de gente misturada comandado por Brasil, morador de Vila Nova dista a mesma distância a Gonçalves. Nos Maniassu e Paranamiry de Luzea existe um ponto comandado por Ventura morador de Saracá deste a Gonçalves pode se gastar iguais dias pouco mais ou menos, no Rio Arupadi existe outro ponto de baixo das vistas do comandante geral Gonçalves. (PARÁ, Códice 1048, doc. 45 [s.d.])

A citação acima é um pequeno trecho de um documento extenso e muito elucidativo quanto às operações anticabanas em torno dos dois principais acampamentos das “forças oficiais” na região entre os rios Amazonas, Madeira e Tapajós, os lugares de Ixituba e Luzea. A quantidade de pontos cabanos nas margens de rios, furos e lagos, nos impressiona. A distância, em dias de viagem, de cada ponto nos possibilita algumas problematizações necessárias.

A primeira refere-se à dificuldade em se empreender a contraofensiva diante dos deslocamentos cabanos e sua facilidade de locomoção decorrente de suas habilidades de navegação. O acesso aos pontos, que se dava pelos rios, levava de 10 a 20 dias de viagem, isso em localidades próximas umas das outras. Executar as táticas na guerra cabana requeria um planejamento minucioso e uma organização bem-feita, na medida em que riscos deveriam ser ao máximo antevistos, como a questão do suprimento das tropas. Foi o que alertou Joaquim José Luiz de Souza ao comandante interino do Alto Amazonas quando da ordem de fazer descer suas tropas para socorrer o Alto Rio Madeira, devendo:

(...) ir em canoas com mantimentos para que a Tropa possa dilatar suas operações e não tenha pela falta deles de voltar ao Lugar de partida, perdendo assim muitas vezes o momento de maior vantagem [pois] uma operação momentânea contra os “rebeldes” não só é inútil como muitas vezes prejudicial do que o intruso para seu governo nas operações militares que tiver de fazer. (PARÁ, Códice 1075, doc. 323 [s.d.])

Outra questão pertinente a ser analisada faz referência à mobilidade em que os cabanos tinham excelência. Trafegar por entre os tortuosos caminhos da floresta, sejam eles terrestres ou fluviais, requeria uma destreza própria dos povos que ali habitavam há muito tempo. Isso levava às constantes investidas por parte dos comandantes dos acampamentos anticabanos aos grupos indígenas para servirem de guias, práticos e remadores. Não à toa, o que já evidenciamos, a prática de presentear e nomear como Principais de suas nações, os Tuxauas.

E, por fim, gostaríamos de destacar no ofício do comandante de Luzea a ênfase dada ao comandante cabano Gonçalo. Observemos que todas as localizações dos pontos elencados se baseavam a partir da distância em que eles tinham do reduto comandado por Gonçalo. E este comandante era um escravo, que liderou um fortalecido ponto cabano às margens do rio Ambetuy, próximo de Ixituba, numa distância de dez dias. Novamente aqui, percebemos a agência de negros na

Cabanagem, assumindo posição de lideranças e imprimindo, juntamente com outros grupos étnicos, o aprendizado de luta cabana.

O recebimento de ofícios contendo informações acerca das operações no palco das lutas cabanas, assim como solicitação de suprimentos e embarcações, era crônico pelo comando central em Santarém. Se pautarmos nossa tese sobre a Cabanagem dos sertões como batalhas fluviais, obviamente que a necessidade de transporte era imperativa. Assim, parte significativa das correspondências emitidas pelos comandantes que atuavam em pontos como os de Ixituba, era solicitando embarcações, sobretudo, montarias possantes e canoas, próprias para adentrar os estreitos furos e igarapés.

A solicitação constante de alimentos, farinha e peixe e/ou carne seca, assim como de artefatos bélicos e embarcações, é um indicativo contundente que Ixituba e cercanias se tornaram o epicentro das ações cabanas, depois de debelado o famoso ponto do Ecuipiranga. Como dito anteriormente, a dispersão cabana de seu Quartel General, a partir de julho de 1837, ao contrário do que acreditavam as autoridades anticabanas, fez com que as batalhas entrinhassem cada vez mais para dentro dos sertões, reconfigurando as ações de cabanos e de anticabanos. Localidades como Ixituba, Luzea, Borba, Curuá, e tantas outras, protagonizaram as batalhas fluviais no baixo e alto Amazonas.

A falta de mantimentos levou o comandante do ponto de Ixituba, Antônio Pereira de Lacerda, a realizar diligências para encontrar roças de mandioca sem donos para poder produzir farinha, pois “que a guarnição só tinha mantimento até o dia 15 do corrente”, e ele remetia a solicitação no dia 16, ou seja, um dia após o prazo de garantia de alimentos para as tropas (PARÁ, Códice 1049, doc. 107, [s.d.]).

Além das tropas, muitos ex-cabanos, apresentados às “forças oficiais” sob o indulto da Anistia, passaram a procurar Ixituba para se estabelecer, como o ocorrido em 07 de março de 1840, com a chegada de duas famílias, uma indígena e outra de uma viúva. As famílias iriam ficar em Ixituba até conseguir seguir para Santarém para obter sua anistia. Por isso que o comandante do Ponto de Ixituba, Justino Francisco da Silveira, solicitava a Manoel Muniz Tavares, comandante da Expedição do Amazonas, víveres para socorrer os anistiados (Códice 1049. Documento 107. APEP). Assim, aumentava ainda mais a crise alimentar por qual passava o lugar, que

levava às “misérias e pobreza em que hoje está se vendo este furo” (Códice 1048. Documento 243. Expedição ao Amazonas. APEP).

O avanço das ações cabanas no entorno de Ixituba, fazia com que as tropas fossem constantemente substituídas devido ao desgaste dos soldados. Pedido de reforço de contingente também era muito comum, sobretudo quando deparado com as forças cabanas, e com a prática da deserção de soldados levando consigo os armamentos dos comandos militares. Foi o que relatou Antônio Pereira de Lacerda, comandante de Ixituba, ao ter ciência de que:

Os “rebeldes” preparavam para atacar este ponto e que estavam fazendo cartuxame com Pólvora tomada no Camarão e que a de atacar por terra e mar, e eles tem força bastante e munições e tal alguma inda da monção. A força deste ponto não é suficiente no caso que seja prejuízo reitera-me não há canoas; tem apresentando-se 50 mundurucus vindo do Copará e o capitão Clemente breve se apresentou-se o que tenho a dizer a Vossa Senhoria e tendo monção comunicavam-se com os “rebeldes”; na saída foi que vim entrar no conhecimento na tarde do dia em que saiu a monção, faltando os soldados do 5º Batalhão Francisco Simões e Lizandro Francisco este levou todo o armamento tanto de ferro como de [inteligível], no dia seguinte mandei uma patrulha não foi possível eu [intervir?] (...).(PARÁ, Códice 1049, doc. 81 [s.d.])

Pela fala do comandante, percebemos que as tropas de Ixituba tinham comunicação com os cabanos. Isso poderia acontecer ou por meio de soldados em diligências aos pontos insurgentes, ou de algum ex-cabano que passasse informações aos comandos militares. Não é novidade na compreensão da Cabanagem, a constante mobilidade de posicionamentos, sobretudo após o decreto da Anistia, em finais de 1839. Mas, além deste, outros elementos nos chamam a atenção, como a falta de tropas para as diligências repressivas, estando o comandante ciente dos planos cabanos de atacar Ixituba, o que provavelmente fazia aumentar seu desespero, e o auxílio de uma força de 50 indígenas Munduruku, apoio fundamental para o avanço das “forças oficiais” ao longo do rio Tapajós. Por isso, toda a atenção para com estes indígenas era necessária, como fez o mesmo comandante de Ixituba em finais de abril de 1838, ao deportar do Acampamento “o tapuio Cleto por andar ensandecendo os mundurucus que os brancos estavam enganando” (PARÁ, Códice 1049, doc. 49 [s.d.]).

O território dos Munduruku margeava as águas do Tapajós, habitantes originários dessa extensa área, a Munducuranea, como ficou denominada, conheciam muito bem as possibilidades e os obstáculos que a floresta poderia proporcionar.

Assim, desde o acirramento das Cabanagens dos sertões, estes indígenas souberam se localizar em uma guerra bastante radicalizada. Um importante interesse das forças anticabanas em relação aos Munduruku, era o serviço de guia. Como consta a ordem dada por Antônio Maciel Branches, comandante das forças de Santarém, ao militar Francisco Vieira Leitão, que atuava no rio Tapajós, de que ele deixasse “ficar as praças do seu comando constantes da relação junta /que venham como comitiva do Maioral dos Mundurucus/ para me servirem de guia no progresso das explorações do Rio Preto” (PARÁ, Códice 888, doc. 185 [s.d.]).

O progresso das explorações do Rio Preto vinha do conhecimento dos Munduruku, não só dos limites naturais da região, mas, das estratégias de guerra que eles estabeleciam com etnias rivais e que foram sendo tecidas em conluio com as condicionantes da floresta. Por isso que João Henrique de Matos, comandante militar do Baixo Amazonas, fez questão de reforçar em ofício remetido ao presidente Soares d’Andrea, que para melhor êxito das operações contra os cabanos do Ecuipiranga no curso do rio Tapajós, fez:

(...) marchar um barco maneiro artilhado, com a sua competente guarnição pelo Rio Preto até o Ponto de Santa Cruz e Aveiros, distante desta vila quatro a cinco dias de viagem, contra a corrente levando a seu Bordo o Alferes Joaquim José Barboza, e o Tuxaua da Nação Mundurucu para se reunirem e explorarem o Rio Preto pelas suas margens até a Vila Franca, ainda hoje ocupada pelos “rebeldes”, afiançando-me que o dito Alferes Barboza, como influente bastante entre a Nação Mundurucu por ter habitado muitos anos entre eles, e ali ter seu estabelecimento no lugar denominado Ixituba = muito acima de Santa Cruz e Aveiros, promete apresentar três a quatro mil arcas nessas explorações, e de resultado espero ter a honra de breve levar a conhecimento de Vossa Excelência o bom êxito destas explorações. (PARÁ, Códice 888, doc. 140 [s.d.])

A escolha do alferes Joaquim José Barboza para comandar as diligências sobre o Tapajós, seguramente teve como critério sua experiência entre os Munduruku e o conhecimento que ele tinha da região, na medida em que foi morador do lugar de Ixituba. Sua boa relação com os indígenas garantia maior segurança aos interesses imperiais para debelar os cabanos do rio Tapajós e angariar apoio de grupos indígenas para a contraofensiva.

Nos trechos documentais citados, localizamos passagens que mencionavam os Munduruku de forma explícita. Gostaríamos de pontuar que nem sempre a presença indígena nos documentos vinha acompanhada das etnias explicitadas na escrita. Para além de uma questão ortográfica, há um peso simbólico e político. Demarcar o espaço dos Munduruku na documentação arrolada na guerra cabana,

indica a importância deste povo no andamento das batalhas, chamando a atenção das autoridades provinciais, tanto na preocupação de redutos rebeldes munduruku no Rio Aicurapá, quanto da necessidade em agraciar Tuxauas Munduruku para servirem de guias e/ou agenciamento de indígenas para as tropas. Neste espaço limite da última seção do artigo, apresentamos um pequeno fragmento do universo de indícios que evidenciam o protagonismo e a agência Munduruku, ora atuando como rebeldes ora como agentes contra insurgentes nas Cabanagens que se fizeram nos sertões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1837, o comandante militar do Baixo Amazonas, João Henrique de Matos, fez questão de reforçar em ofício remetido ao presidente Francisco José Soares d'Andrea, que para melhor êxito das operações contra os cabanos do Ecuipiranga no curso do rio Tapajós, era necessário “um barco maneiro artilhado” e a presença a bordo do:

[...] Alferes Joaquim José Barboza, [...] e o Tuxaua da Nação Mundurucu para se reunirem e explorarem o Rio Preto [lê-se Tapajós] pelas suas margens até a Vila Franca, ainda hoje ocupada pelos “rebeldes”, afiançando-me que o dito Alferes Barboza, como influente bastante entre a Nação Mundurucu por ter habitado muitos anos entre eles, e ali ter seu estabelecimento no lugar denominado Ichituba” = muito acima de Santa Cruz e Aveiros, promete apresentar três a quatro mil arcos nessas explorações, e de resultado espero ter a honra de breve levar a conhecimento de Vossa Excelência o bom êxito destas explorações. (PARÁ, Códice 888, doc. 140 [s.d.]).

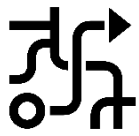
A escolha do alferes Joaquim José Barboza para comandar as diligências sobre o Tapajós seguramente teve como critério sua experiência entre os Munduruku e o conhecimento que ele tinha da região, na medida em que foi morador do lugar de Ixituba. Sua boa relação com os indígenas garantia maior segurança aos interesses imperiais para debelar os cabanos do rio Tapajós e angariar apoio de grupos indígenas para a contraofensiva. Reforça esta evidência quando, juntamente a Barboza ia uma liderança Munduruku.

Exemplos como este evidenciam o protagonismo indígena na Cabanagem, além da agência destes povos no curso de suas ações nas batalhas. O avanço anticabano na região do Tapajós vinha do conhecimento dos Munduruku, não só dos limites naturais da região, mas também das estratégias de guerra que eles estabeleciam com etnias rivais e que foram sendo tecidas em conluio com os ditames

da floresta. A arte de guerra Munduruku foi fortemente utilizada na guerra cabana, tanto para o guerrear de cabanos, quanto para a contraofensiva de anticabanos. O fato é que, sem os conhecimentos de guerra indígena, sem o conhecimento das potencialidades e dos obstáculos que a floresta poderia oferecer, sem o domínio necessário dos rios, palcos das batalhas fluviais, a guerra travada por quase quatro anos nos sertões da Amazônia não seriam a Cabanagem como a conhecemos hoje, ou, as Cabanagens fluviais, e indígenas, dos sertões.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 37, n.75, p.17-38, 2017.
- BARRIGA, Letícia Pereira. *O Quadrilátero Cabano e as Cabanagens nos sertões da Amazônia: Guerra, Índios, Rios e Matas (1790 – 1841)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2024. 348 p.
- FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986. 364 p.
- FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- HARRIS, Mark. *Rebelião na Amazônia: Cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840*. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.
- HARRIS, Mark. Sistemas regionais, relações interétnicas e movimentos territoriais – os Tapajó e além na história ameríndia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 58, n.1, p.36-68, 2015.
- LEOPOLDI, José Sávio. A guerra implacável dos Munduruku: elementos culturais e genéticos na caça aos inimigos. *Avá: Revista de Antropologia*, Posadas, n.11, p. 169-189, dez. 2007.
- LOPES, Siméia de Nazaré. *O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2002. 153 p.
- MONTEIRO, John M. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese (Livre-Docência em Etnologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. 235 p.
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988.



MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Os índios e Império: história, direitos sociais e agenciamento indígena*. In: Anais do Simpósio Nacional de História, Fortaleza: ANPUH, 2009.

NOGUEIRA, Max Deulen Baraúna. *Guerras indígenas na região das Tupinambaranas: Mura x Mundurucus (1768-1795)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020. 127 p.

NOGUEIRA, Max Deulen Baraúna. Parintins: palco de guerras tribais. *ScientiaTec: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS*, vol. 5, n.1, p. 157-167, jan./jun. 2018.

ORTNER, Sherry B. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter Henry (Org.). *Conferências e práticas antropológicas*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

RAIOL, Domingos Antonio. *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 2. ed. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. vol. 3.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. *A revolução geral das coisas e o florescer do "direito das gentes": Grão-Pará (1790-1809)*. Tese (Livre-Docência em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021. 201 p.

ROOSEVELT. —Arqueologia Amazônica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. Belém: CEJUP, 1992. p. 62-64.

SANTOS, Sandra Ferreira dos; SALLES, Adilson Dias; SOUZA, Sheila Maria Ferraz Mendonça de; NASCIMENTO, Fátima Regina. Os Munduruku e as “cabeças-troféu”. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n.17, p. 365-380, 2007.

SPIX, Johann B. von; MARTIUS, Karl F. P. von. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1981. vol.3. (Coleção Reconquista do Brasil).

VIANA, Wania Alexandrino. *Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na capitania do Pará (primeira metade do século XVIII)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. 361 p.

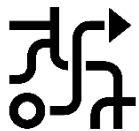
FONTES

PARÁ. Arquivo Público do Pará (APEP). Códice 888. Documentos 140 e 185.

PARÁ. Arquivo Público do Pará (APEP). Códice 1048. Documentos 45 e 243. Expedição ao Amazonas.

PARÁ. Arquivo Público do Pará (APEP). Códice 1049. Documentos 49, 81 e 107. Expedição ao Amazonas.

PARÁ. Arquivo Público do Pará (APEP). Códice 1075. Documento 323. Expedição ao Amazonas.



Recebido em 20/03/2026

Aprovado em 14/06/2026



ROCHA, Rafael Ale*

<https://orcid.org/0000-0002-3516-5783>

RESUMO: O presente artigo pretende analisar a formação e a estrutura das tropas auxiliares no Estado do Grão-Pará e Maranhão, durante o século XVIII, centrado especificamente na presença de indígenas, negros e pardos neste corpo militar. Portanto, analisando as capitanias do Rio Negro, Pará, Maranhão e Piauí, pretendemos examinar as estratégias adotadas pelas autoridades para estabelecer as tropas em conformidade com as ordenas régias, o contingente formado pelos homens de cor e, finalmente, a presença destes homens no oficialato – principalmente no posto mais alto, o mestre-de-campo. Com base em documentação diversa, em especial nos manuscritos alocados no arquivo do Conselho Ultramarino, almejamos ilustrar os impactos locais – adaptações às realidades regionais e aos conflitos pela disputa por cargos – e as agências desses homens na formação e organização das tropas auxiliares coloniais

PALAVRAS CHAVE: Tropas Auxiliares; Indígenas; Pardos; Elites Coloniais; Amazônia Colonial.

ABSTRACT: This article aims to analyze the formation and structure of auxiliary troops of the Estado do Grão-Pará e Maranhão, during the 18th century, focusing specifically on the presence of indigenous, black, and mixed-race individuals in this military corps. Therefore, by analyzing the captaincies of Rio Negro, Pará, Maranhão, and Piauí, we intend to examine the strategies adopted by the authorities to establish troops in accordance with royal decrees, the contingent formed by these men, and finally, the presence of them in the officer corps – especially in the highest rank, the mestre-de-campo. Based on diverse documentation, particularly manuscripts located in the archives of the Overseas Council, we intend to illustrate the local impacts – adaptations to regional realities and conflicts over positions – and the agency of these men in the formation and organization of colonial auxiliary troops.

KEYWORDS: Auxiliary Troops; Indigenous Peoples; Mixed-Race People; Colonial Elites; Colonial Amazon.

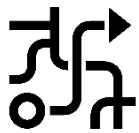
* Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense, professor do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas e coordenador do Núcleo de Pesquisas em Políticas, Instituições e Práticas Sociais (POLIS/UFAM/CNPq). E-mail: rafael_ale_rocha@yahoo.com.br. Este artigo contou com o apoio e o financiamento da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

INTRODUÇÃO

Em maio de 1773, o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas (1772-1780), criticava o “estabelecimento” e a “regulação” das tropas auxiliares executados pelo seu antecessor, o governador do então Estado do Grão-Pará e Maranhão Fernando da Costa de Ataíde Teive (1763-1772).¹ Para tanto, certamente este último governador respondia à deliberação da carta régia, datada de abril de 1766, que lhe ordenava alistar todos os moradores que pudessem servir nas tropas auxiliares, “sem exceção de nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos, e libertos”, e formar com estas “classes” terços de tropa auxiliar e de ordenança de infantaria e cavalaria. Retomando o caso de Pereira Caldas, como resposta à uma determinação que o Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro lhe enviou em 1772, no ano seguinte o governador destacava a “confusão” e o “desordenamento” com os quais a organização empreendida pelo seu predecessor foi estabelecida, o que dificultava o disciplinamento das tropas. Assim, visando sanar este problema, em correspondência a Melo e Castro, Pereira Caldas propunha um plano de redução e reorganização das tropas auxiliares e de ordenança do Estado (AHU Pará, cx. 70, doc. 6003; AHU Pará, cx. 72, doc. 6136).

A referida desordem, completava o governador, era mais evidente nas capitanias do Pará e Rio Negro, onde ainda não se tinha iniciada a disciplina das tropas e, mesmo, “nem pelo menos se lhe passou alguma revista”. As preocupações referiam-se aos gastos devidos aos soldos do “grande número” de sargentos-mores e ajudantes “desnecessários”, oficiais responsáveis pela disciplina dos corpos; à “mistura” entre os distritos dos terços e das companhias; e, por fim, às “incertezas” das “matrículas” e “assentos” dos soldados. Mas, igualmente, o governador demonstrava apreensão com os desarranjos entre as localidades de assentamentos de praças e oficiais (de “diversos” e “separados distritos”), estando os corpos “em tal confusão, e desordem, que nem os seus mesmos chefes, e majores, me sabem dar razão deles” (AHU Pará, cx. 70, doc. 6003).

¹ Distinto do Estado do Brasil, o Estado do Maranhão foi instituído em 1621 e instalado em 1626. Extinto em 1652 e reinstituído em 1654 com o nome de Estado do Maranhão e Grão-Pará, em 1751 passou a ser o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Por fim, em 1772 essa enorme porção foi dividida entre os Estado do Grão-Pará e Rio Negro e o Estado do Maranhão e Piauí.



Finalmente, Pereira Caldas fazia menção especial aos indígenas, na medida em que seu plano previa a redução geral dos terços e a manutenção dos “mais, e menos úteis, e não com tantos [terços] de índios”. Assim, informava que mandou realistar no Pará e no Rio Negro todos os homens “capazes de pegarem em armas”, “à exceção dos índios aldeados”. Efetivamente, o plano de Pereira Caldas excluía os terços de tropas auxiliares e de ordenanças da classe “índios” criados por Ataíde Teive.

Os indígenas, contudo, tinham um lugar no plano do governador. Assim, quanto ao “terço de índios aldeados” existentes nas capitanias, classificados como “inúteis”, bastava que esses indígenas permanecessem em suas respectivas povoações alistados em companhias de ordenança – em conformidade com a legislação respectiva (“Regimento de Ordenanças do Brasil”). Já os índios “dispersos e não aldeados” poderiam ser alistados nos terços da região ou em companhias “soltas” de ordenança.² Nesse sentido, com o não pagamento dos soldos dos sargentos-mores e ajudantes “escusados”, facilitar-se-ia os pagamentos aos dos terços “úteis” (AHU Pará, cx. 70, doc. 6003).

Se até então justificativas de ordem técnica embasavam a redução das tropas auxiliares e das ordenanças, pouco mais de dois anos depois (1775) Pereira Caldas apresentaria motivos de ordem estruturalmente mais profunda. Nesse sentido, informava ao Secretário de Estado Martinho de Melo e Castro que concluía o plano anteriormente apresentado, ainda que não tivesse recebido “resolução” alguma sobre o projeto. Agia no sentido de que as tropas “não representem somente em papel”, tendo passado revista em “quase todas as companhias” e adiantando a disciplina e o “luzimento” dos corpos (AHU Pará, cx. 74, doc. 6246).

Elogiando o andamento do armamento e fardamento das tropas auxiliares do Estado, sobre as companhias francas da capitania do Rio Negro, contudo, segundo o governador não ocorrera muito progresso pelas mesmas razões indicadas no plano anteriormente enviado, assim como às companhias de “índios dispersos”. A “qualidade” dos homens e a imensidão da região embasavam tais razões, embora ainda existisse lugar para os indígenas nos planos de Pereira Caldas:

² O governador, sem mencionar a “classe” das companhias, também destacava a possibilidade da manutenção ou criação de “companhias francas” (não agregadas a um terço) se conveniente.

[...] se não pode inteiramente com elas [companhias francas de índios dispersos] contar, pela *qualidade* de semelhante gente, que posto exista desfardada, e desarmada; todavia, se conserva assim sempre na possível subordinação, e matrícula, para delas em precisão [sic.] nos valermos, quanto destas disposições seja a esperar-se (grifo nosso) (AHU Pará, cx. 74, doc. 6247).

Acerca das revistas que ainda faltavam fazer à algumas companhias, Caldas assegurava que ainda o faria em breve:

[...] e só deixarei de fazer às duas companhias francas da capitania do Rio Negro, e a outras duas de dois diversos terços desta [capitania], que por existirem em demasiadas distâncias, não merecem tanto descômodo nem o que a minha mais morosa ausência desta capital [Belém] nela ocasionaria ainda mesmo em prejuízo do Real Serviço (AHU Pará, cx. 74, doc. 6247).

Enfim, eram as adaptações ao meio geográfico, ao seu histórico de ocupação colonial e às hierarquizações típicas de uma sociedade de Antigo Regime que dificultavam a reorganização das tropas, a ponto de o governador desistir da revista em paragens distantes. Como se viu, dentre outras questões, estas hierarquizações eram expressas pelas “qualidades” intrínsecas aos indivíduos e/ou grupos sociais, classificação que a referida legislação de 1766 chamava de “classes”. Como pretendemos ilustrar nas páginas que se seguem, além do contexto imperial, acreditamos que esses três elementos (meio geográfico, histórico e hierarquia social de Antigo Regime) impactaram sobre a criação e a organização da tropa auxiliar no Estado durante o século XVIII. As reações das autoridades durante a institucionalização da força militar na região ilustram esse processo, bem como os interesses dos grupos locais em ocupar o posto mais elevado – o mestre-de-campo. Por seu turno, os chamados “homens de cor”, como veremos, não ficaram a assistir o referido projeto de institucionalização, ao passo que neste foram inseridos e procuraram se inserir da melhor forma possível.

AS ELITES E OS POSTOS MILITARES

Impactou sobre a formação e organização da tropa auxiliar das capitanias do Piauí, Maranhão, Pará e Rio Negro, em maior ou menor grau, como se disse, questões de ordem local. Assim, obedecendo às ordens emanadas pela monarquia sobre a matéria, as autoridades responsáveis – os governadores – levavam em consideração as demandas apresentadas pelas elites enraizadas localmente e as características próprias de cada capitania.

Sobre as elites locais, é importante informar que a concessão do comando aos mais notáveis e de maiores recursos – de “qualidade” e “afazendado” – era uma determinação expressa pela lei, de 1645, que criou no reino os corpos de auxiliares e reiterada pela normativa de 1740 (“principais”, “bem quistos” e “de cabedais”) (MELLO, 2009, p. 47; SILVA, 2012, p. 82). Para Pernambuco e suas capitanias anexas, conforme o estudo de Everton Santos, no século XVIII indivíduos naturais da terra enriquecidos (oriundos das “principais famílias”) auferiram grande domínio sobre o mais alto posto – o mestre-de-campo. E perfil semelhante, mas contando também com muitos reinóis, se queria para São Paulo durante o mesmo período (SANTOS, 2025, p. 45, 46 e 208-232; LEONZO, 1979, 73-88).

No Estado do Brasil, como ilustra o caso de Pernambuco analisado por Santos, procurou-se rapidamente obedecer à ordem régia de 1739, que visava regular a multiplicidade de postos de ordenanças e ampliar (criar “onde houver portos de mar”) as tropas auxiliares. Em seguida, a normativa de março 1766, aquela posteriormente (abril) passada ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, iria expandir em todo o Brasil o contingente dos corpos de auxiliares (SANTOS, 2025, p. 70-73; SILVA, 2012, p. 83). Analisando a temática, a historiografia considera o contexto imperial Setecentista, no qual a ameaça castelhana no sul – em especial as disputas envolvendo a Colônia do Sacramento, na década de 1730, e regiões adjacentes (São Pedro e Santa Catarina), na década de 1770 – exigiu levas do reino e de capitanias como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e até Pernambuco. Em alguns casos, essas ações pressionavam as tropas auxiliares (e mesmo a ordenança de Minas) em função da necessidade de levas que rumavam ao sul (POSSAMAI, 2004; COTTA, 2005; SILVA; SOUZA; FRANCISCO DE PAULA, 2008; MELLO, 2009, p. 122-131, 214-231; SILVA, 2020, p. 97-110)

Como informou Santos, a historiografia destaca o aumento considerável dos contingentes de pardos, em companhias e terços auxiliares específicos desta “classe”, após a lei de 1766 (SANTOS, 2025, p. 160). Sobre os terços auxiliares indígenas pós 1766, contudo, trata-se de um assunto pouco tocado, embora extensa bibliografia destaque o oficialato indígena das vilas, por vezes referido como de ordenança, entre os séculos XVIII e XIX. Para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, além dos negros e pardos, a presença dos indígenas nas tropas auxiliares não passa despercebida.

É difícil precisar o surgimento das tropas auxiliares nas capitanias do Estado do Maranhão e Grão-Pará (posteriormente Grão-Pará e Maranhão), mas as movimentações das elites e das autoridades locais certamente deram um impulso para a devida institucionalização destes corpos. Até onde foi possível apurar, talvez o primeiro mestre-de-campo do rio Negro foi nomeado após a lei de 1766 (AN, cód. 99, vol. 1, f. 192-194). No Pará, foi o interesse de membros de uma família específica que deu sentido à formulação da tropa auxiliar. Assim sendo, visto que a referida ordem de 1739 sobre a regulação dos postos de ordenanças e criação de auxiliares também foi remetida ao Estado do Maranhão e Grão-Pará, neste mesmo ano o governador João de Abreu Castelo Branco (1737-1747) já indicava as dificuldades para pôr em prática a diretiva. Assim, em resposta a esta ordem, sobre os terços de auxiliares alertava que “não acho moradores de que se possam formar”, unir, passar mostra ou atuar. “Exceto se extraírem das poucas companhias de ordenanças”, ou se os chamados “privilegiados” fossem recrutados, completava a informação do governador (AHU Pará. cx. 22, doc. 2078).

Contudo, em 1742, quando o então sargento-mor da ordenança do Pará Antônio Ferreira Ribeiro recebeu do governador a patente de coronel da mesma tropa, posto vago pela morte do então titular – um cunhado seu chamado Gaspar de Siqueira de Queirós –, a tropa auxiliar passou a ser estruturada. Cabe alertar que Ribeiro era caracterizado pelo governador como “um dos principais cidadãos desta cidade”, enquanto Queirós era referido como “um dos mais respeitados e estabelecidos moradores da capitania do Pará”. De qualquer forma, foi durante a busca pela confirmação régia do posto de coronel de ordenança, por requerimento de Ferreira Ribeiro, que a mesma nomeação foi transmutada no que parece ser o primeiro mestre-de-campo da tropa auxiliar do Pará. Esta solicitação gerou um verdadeiro debate sobre a lei de 1739, por meio de cartas trocadas entre o governador e o rei nos anos de 1743 a 1746, resultando na nomeação do mesmo Antônio Ferreira Ribeiro como mestre-de-campo da tropa auxiliar (AHU Pará, cx. 29, doc. 2726).

Assim, por um lado, em conformidade com a lei de 1739, o monarca questionava a (proibida) criação de cargos por parte dos governadores e indicava que o comando da ordenança deveria ser dado a um capitão-mor e não coronel. Por outro lado, Ferreira Ribeiro – intermediado pelo governador – preocupava-se com o atraso na confirmação régia do posto (“exposto à censura dos seus vizinhos no caso de ser

apeado”) e considerava “abatimento” passar de coronel para capitão-mor, visto que o primeiro cargo era único no Estado. A solução dada pelo governador era nomear Ferreira Ribeiro como coronel de auxiliares, “na forma que se pratica no Reino”, no que foi apoiado pelo Conselho Ultramarino, mas este sugeria que o posto fosse o de mestre-de-campo, e aceito pelo rei. Além do mais, no intento de cumprir a ordem de criação dos terços auxiliares dada pela lei de 1739, segundo o governador Ferreira Ribeiro sugeria que, para este “serviço”, “seria conveniente aplicarem-se as ordenanças desta cidade e seu distrito” (AHU Pará, cx. 29, doc. 2726). Enfim, se a formação da tropa num primeiro momento foi dada como impossibilitada, as ações de uma certa família foi importante para a consecução deste objetivo.

No Maranhão, quando em 1761 o governador da capitania Joaquim de Melo e Póvoas (1761-1774) remeteu ao Conselho Ultramarino a proposição de três nomes para ocupar o posto de mestre-de-campo da tropa auxiliar, a monarquia reagiu com algum estranhamento. Assim, ao receber a proposição, o monarca exigiu que o governador “remetais a ordem por que [sic.] foi criado o dito terço”, motivo pelo qual o mesmo Melo e Póvoas parece ter remetido a mencionada lei de 1739 e, também, outra de 1757. Esta última ordenava claramente ao governador do Estado o alistamento geral nas tropas de ordenança e regulares. Em relação às auxiliares, contudo, não explicitava nenhuma diretiva, mas restringia-se a destacar a “necessidade” deste corpo e das tropas pagas nestas “partes tão distantes do corpo deste reino”. O nomeado, após sugestão de três nomes por parte do governador, acabou sendo aquele que contava com mais anos de serviço e atuava na região desde 1752 com “muita honra e zelo”³ – o então capitão João de Matos Amado (AHU Maranhão, cx. 41, doc. 4015).

Para a capitania do Piauí, a consolidação do terço auxiliar possuía relação com a concretização da própria capitania, envolta em guerras contra indígenas e disputas entre a ouvidoria da comarca do Piauí e os padres jesuítas nos anos 1750 (envolvendo propriedades rurais), e a promoção do nosso já conhecido João Pereira Caldas. Conforme Fabiano Vilaça dos Santos, o sargento-mor Pereira Caldas viera em 1759 para, nesta conjuntura e trabalhando com um desembargador, concretizar a instalação da capitania (ordenada desde 1718) (SANTOS, 2011, p. 196-199).

³ O governador destacava que Amado era muito bem quisto pelo seu antecessor, a ponto de ser escolhido para um destacado serviço – conduzir os jesuítas na ocasião de sua expulsão do Estado por ordem real.

Uma ordem régia de 1758, citando expressamente estas circunstâncias, lhe ordenava, enquanto recém nomeado governador da capitania do Piauí (1758-1769), a implantação da chamada reforma indigenista pombalina, semelhante à ocorrida no Pará e Maranhão – lei de liberdade dos índios, abolição do poder temporal dos missionários sobre os aldeamentos, transformação destes em vilas e lugares, urbanização destes núcleos e sua organização com “governo civil”. A mesma ordem de 1758 também determinava a criação de um regimento de cavalaria auxiliar, formado por dez companhias com 60 praças em cada uma, para o qual o próprio Pereira Caldas foi nomeado coronel (AHU Pará, cx. 72, doc. 6136). Dando conta da aplicação desta ordem, já em 1760 João Pereira Caldas informava sobre a dificuldade de encontrar oficiais “dignos” e formar companhias na vila e freguesia de Mocha, “pela pouca gente que há nela [...] como sucede nas mais”, motivo pelo qual decidiu dividir as companhias entre “todas as freguesias desta capitania” (AHU Piauí, cx. 6, doc. 398).

Sobre a criação e formação do posto de tenente-coronel, importante para “suprir qualquer falta minha” (tendo em mente a condição de governador e coronel de Pereira Caldas), o governador sugeria o “capitão da conquista do gentio” João do Rego Castelo Branco, dada “a indispensável necessidade que há dele para a sobredita conquista do gentio”. A forma com o qual Pereira Caldas expôs essa proposição ao monarca parecia, mesmo, quase uma negociação (ainda que em conformidade com a retórica hierarquizada própria do Antigo Regime)⁴ (AHU Piauí, cx. 6, doc. 398). Destaque-se que, desde fins do século XVII, os conflitos envolvendo os índios do Maranhão e Piauí vinham acontecendo, com maior ou menor intensidade e com o objetivo de desimpedir, “limpar” ou “desinfestar” o território, em função

⁴ O governador parecia manifestar dúvida (fidedigna ou não) sobre o provimento do cargo de tenente-coronel, que decidiu não prover, pois acreditava que o posto garantia soldo, mas sugeria ao rei a concessão do mesmo cargo ao capitão Castelo Branco com o soldo que o monarca julgasse determinar. O capitão teria pedido baixa ao governador, justificada pelo prejuízo que sua “casa” tivera nas guerras contra os indígenas (“arruinado” e “empobrecido”). Negando o pedido, ao que parece Pereira Caldas intentou dissuadir o capitão, “consolando-o com a premissa de fazer a Vossa Majestade esta representação [sugerindo o posto de tenente-coronel com soldo ao mesmo capitão], e com esperança de que Vossa Majestade não deixaria de atender, se no seu real serviço, se empregasse ele com a honra, e préstimo que devia”. O Conselho Ultramarino, comentando a questão e acatando o nome proposto para o cargo, destacou que o referido posto não vencia soldo, em conformidade com a legislação, mas somente o de sargento-mor e ajudante (AHU Piauí, cx. 6, doc. 398). Por volta de 1766, João do Rego Castelo Branco solicitava a confirmação régia do cargo de tenente-coronel da cavalaria auxiliar do Piauí (AHU Piauí, cx. 9, doc. 567).

também do avanço da fronteira da economia do gado. Nos anos de 1750 e 1760, arrastando-se até pelo menos o início da década de 1770, os conflitos teriam continuados (ROLAND, 2025, p. 107-141).

O IMPÉRIO, A COLÔNIA E A ESTRUTURA DAS TROPAS AUXILIARES

O contexto imperial, bem como sua relação com as características próprias de cada capitania, aparentemente impulsionaria a expansão da tropa auxiliar. Se, como já pontuamos, a historiografia sobre o Brasil colonial analisa a promulgação da referida carta régia de março de 1766 no contexto das relações com a ação espanhola no sul, cabe destacar que para a Amazônia a presença castelhana também embasou reformas, igualmente, no campo militar. Não só porque, como demonstra copiosa bibliografia, a política indigenista na Amazônia sofreu transformações destacáveis relacionadas ao conhecido Tratado de Madri (1750), que, com base na ocupação de fato e nos limites naturais, visava estabelecer as fronteiras entre as possessões das duas coroas no sul e no norte da América Portuguesa. Mas, como pontuamos, também pelo fato de a carta régia de março 1766, sobre as tropas auxiliares e de ordenanças do Brasil, igualmente ter sido remetida (em abril) ao Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Assim, a legislação indigenista pombalina dirigida a Amazônia, além daquelas medidas posteriormente aplicadas no Piauí (liberdade dos índios, fim do poder temporal dos regulares e transformação dos aldeamentos em vilas), estabelecia a cessão da “infâmia” a quem casasse com indígenas e a seus descendentes e, dentre outras questões, a promulgação da legislação conhecida como Diretório dos Índios (1757-1798). Essa legislação, como se sabe, garantia cargos das novas vilas aos indígenas. E visto que esses já recebiam postos oficiais dos seus aldeamentos, na virada da primeira para segunda metade da centúria, como mostra o estudo de Wania Viana, o número de patentes concedidas aos indígenas de oficiais de suas respectivas povoações tenderia a aumentar consideravelmente. Em função da carta régia de 1766, a autora destaca a institucionalização dos contingentes de cor por via das tropas auxiliares e de ordenanças (VIANA, 2023).

Por outro lado, como mostra Shirley Nogueira, na conjuntura das invasões espanholas em Portugal e no sul do Brasil derivadas do chamado Pacto de Famílias

(1761), Portugal investiu na contratação do conde Shaumbourg-Lippe (como marechal) para modernizar e organizar o exército português em conformidade com o método prussiano, baseado em exercícios exaustivos para garantir manobras precisas por parte dos soldados. A aplicação da reforma do conde Lippe (1763) na Amazônia foi papel, justamente, de Pereira Caldas a partir de 1773 (NOGUEIRA, 2004, p. 92-93). Cabe alertar que, por via do Tratado de El Pardo (1761), o Tratado de Madri foi suspenso nessa conjuntura, mas, após os conflitos que ocorreram no sul do Brasil nas décadas de 1760 e 1770, o tratado de limites de Santo Ildefonso (1777) selaria a paz e retomaria em grande parte aquele de Madri.

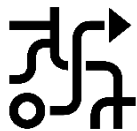
A conjugação destas conjunturas imperiais às características locais (envolvendo o meio geográfico, o histórico de ocupação colonial, as hierarquizações já estabelecidas e a nova política indigenista) davam o tom da cristalização das tropas auxiliares, pois, ao que parece, as autoridades institucionalizaram tais corpos reunindo esses elementos. Vejamos as reformulações ou criações de terços de auxiliares e de ordenanças realizadas pelo governador Fernando da Costa de Ataíde Teive conforme as “classes” previstas na lei de 1766.

As “classes” dos terços criados e regulados por Ataíde Teive nas capitanias do Rio Negro, Pará e Maranhão, com seus respectivos mestres-de-campo como comandante, eram “branco” e “índio”, apesar de, como destacou Viana (2023, p. 192), esta última classe não ser explicitamente contemplada na lei de 1766 passada ao Brasil e ao Grão-Pará e Maranhão.⁵ Nas capitanias referidas e no Piauí, o contingente estava distribuído conforme o quadro abaixo.

Quadro 1: Terços de auxiliares e ordenanças por classe

	Branco	Índio
Rio Negro 3 terços	1 terço: infantaria auxiliar (“em toda a capitania”)	2 terços: infantaria auxiliar e infantaria de ordenança (“em toda a capitania”)
Pará 8 ou 9 terços	3 ou 4 terços: 1 de infantaria auxiliar (Belém); 1 de infantaria de ordenança (Belém); 1 de cavalaria auxiliar (Macapá); e Pereira Caldas inclui 1 de mazaganistas	5 terços: 3 terços de infantaria auxiliar (2 em Belém e 1 no Macapá ou “em toda a capitania”); e 2 terços de infantaria de ordenança (1 em Belém e 1 no Macapá ou “em toda a capitania”)
Maranhão 5 terços	3 terços: 2 terços de infantaria auxiliar (o 1º e o 2º de São Luís); 1 terço de cavalaria de ordenança (“sertão daquela capitania”)	2 terços: infantaria de auxiliar (“toda a capitania”) e infantaria de ordenança (“toda a capitania”)
Piauí 3 terços	3 terços/regimento: 1 terço de infantaria auxiliar, 1 regimento de cavalaria auxiliar e 1 terço de cavalaria de ordenança	

⁵ A mesma fórmula encontra-se nesta lei promulgada em ambos os Estados: “sem exceção de nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos, e libertos”



Fonte: AN, cód. 99, vol. 1, f. 192-194; AHU Pará, cx. 70, doc. 6003; M, 2009, p. 37-39; AHU Piauí, cx. 10, doc. 616.

Além destes, ainda existiam as companhias soltas ou francas: no Pará, 1 companhia de voluntários brancos de cavalo (Marajó); no Maranhão, 5 companhias de ordenança de “pedestres [sic.], [...] pretos forros e mestiços” (4 em 1771) e 3 companhias auxiliar de brancos (2 de cavalaria e 1 de infantaria) – nessa época, o governador da capitania do Maranhão incluía indígenas entre os pedestres; por fim, no Piauí constavam 8 companhias de ordenança de “pedestres [sic.], [...] pretos forros e mestiços” ou “pretos e mestiços ingênuos e libertos” e 2 de ordenança indígenas (AHU Pará, cx. 70, doc. 6003; MARANHÃO, 2009, p. 37-39; AHU Piauí, cx. 10, doc. 616).

Destaque-se que, conforme os dados apresentados sobre a reformulação/criação realizada por Ataíde Teive, os terços usualmente compunham 10 companhias com 100 praça em cada uma delas para a infantaria e 10 companhias de (na maioria dos casos) 80 praças para a cavalaria.⁶ Portanto, se em relação ao número de terços no geral as classes branco e índio estão em algum equilíbrio (10 ou 11 para brancos e 9 para índios), na medida em que nos aproximamos do oeste, em relação aos contingentes reunidos especificamente nos terços de auxiliares e ordenanças, a presença indígena tende a ser maior. Nesse sentido, estes compunham a maioria das tropas do Rio Negro (2 terços do total de 3) e Pará (5 de 8 ou 9), constavam em leve minoria no Maranhão (2 de 5) e estavam totalmente ausente no Piauí.

Levando-se em consideração as companhias soltas, a relação entre as classes índio, branco e pedestre apresentam um sentido inverso: pedestres destacável maioria no Piauí (8 de pedestres e 2 de indígenas), leve maioria no Maranhão (5 ou 4 de pedestres e 3 de brancos) e ausentes no Pará e Rio Negro. E o mesmo vale para a relação entre as categorias “cavalaria” e “infantaria”: a primeira é dominante no Piauí

⁶ Lembremos que, se os números sobre a criação/organização de Ataíde Teive são apresentados nestas proporções quase idealizadas, Pereira Caldas (que também expunha estes dados) já se preocupava, em 1773, com o fato de as tropas “não representem somente em papel” (AHU Pará, cx. 74, doc. 6246). Contudo, os números apresentados pelo governador da capitania do Maranhão Joaquim de Melo e Póvoas anos antes, em 1771, destoam somente levemente daqueles apresentados sobre os terços e companhias de Ataíde Teive (MARANHÃO, 2009, p. 36-40).

(2 regimento/terço de cavalaria e 1 terço de infantaria) e ausente no Rio Negro (os três terços são de infantaria).

Parece que, em algum grau, no que se refere especificamente às capitanias do Rio Negro, Pará e Maranhão, essa organização reflete a composição da população (matriz dos recrutamentos) destes espaços, que, a partir da década de 1770, indicam a ampla predominância de livres (maioria) e cativos no Maranhão frente aos indígenas. Aliás, conforme Marcia Souza e Mello, para essa capitania os registros apresentam “categorias raciais mais precisas”. Em fins do século, a população branca (30,77% do total) aparece em “acentuada queda”, frente ao amplo domínio de pretos (40,53%) e mulatos (23,50%), em função do aumento da população mestiça, identificada nos registros como “Mulatos quase brancos, Mamelucos que precedem de Branco e Índio, Cafuzos de Mulato e Preto, e Mestiços de Preto e Índio” (SOUZA e MELLO, 2015, p. 238-240).

Já a presença de indígenas é muito superior às demais categorias (89,23% em 1774) na demograficamente reduzida capitania do Rio Negro (cerca de 11 mil pessoas no mesmo ano de 1774). Por fim, o Pará, a mais populosa nos anos 1770 (54,464 pessoas em 1774), equilibrava as categorias livres (maioria), índios e cativos, mas as duas primeiras eram majoritárias (SOUZA e MELLO, 2015, p. 238-240). Por outro lado, a presença da cavalaria e suas localizações de assentamentos, por exemplo, também refletia a adaptação ao meio, pois no Pará estava localizada no Macapá e em Marajó/Joanes e no Maranhão estava instalada no “sertão”. Assim, no Marajó/Joanes uma informação de 1785, preocupada com a capacidade de reunir as tropas, destacava que no verão “se poderá ajuntar no termo de cinco [dias?]; porém de inverno (que a ilha está alagada) o não poderá fazer em menos de quinze” (IHGB, lata 285, liv. 2).

Já para o Piauí, nos anos 1760, na condição de governador da capitania Pereira Caldas já demonstrava preocupação com a regularidade da “repartição” das tropas criadas/organizadas, dada a “dispersão, que é inevitável, pela largueza da referida capitania, em proporção do diminuto número de habitantes, que lhe corresponde” (AHU Piauí, cx. 10, doc. 616). No plano de redução das tropas que apresentou nos anos 1770, já na condição de governador do Estado, retomava a situação do Piauí. Neste momento, considerava a “redução” do terço auxiliar de infantaria à ordenança de cavalaria, extinguindo totalmente a infantaria – ignorando-se a tropa regular, este

terço somaria ao então existentes regimento de cavalaria auxiliar e terço de cavalaria de ordenança. Explicaria a proposta expondo a imensidão da região, território “extenso e disperso” de “pouco povoados sertões”, cujos “todos os corpos da mesma capitania”, por isso, eram considerados “menos úteis”. A sua correspondente necessidade de disciplinar os corpos era um agravante para justificar a extinção da infantaria:

“[...] porque sendo na qualidade daqueles sertões mais próprios, e convenientes os corpos de cavalaria, até assim será melhor, que fiquem, atendendo às distâncias, e dispersão, que impossibilita, e faz impraticável exercitá-los com a precisa regularidade (AHU Pará, cx. 70, doc. 6003).

Não obstante o volumoso contingente indígena nos terços no geral, como ilustramos a partir do mencionado (na introdução) plano de redução apresentado pelo governador Pereira Caldas em 1773, questões envolvendo a noção de “qualidade” também impactariam sobre a estruturação das tropas. Ao que parece, o governador simplesmente planejava a extinção dos terços da classe “índio” (dados como “inúteis”), visto que, como pontuamos, visava à redução desta classe às companhias de ordenança instaladas nas suas respectivas vilas. Aliás, o próprio terço de infantaria auxiliar do Rio Negro então existente (não discriminava a classe), dada a sua “menor utilidade” e a “grande dispersão, em que existe, para regularmente se poder disciplinar”, deveria ser transformado em ordenança (a capitania inteira seria o distrito) “ou ficando só companhias francas, se não houver gente, que chegue a forma o referido terço” (AHU Pará, cx. 70, doc. 6003).

Pelo menos duas nomeações efetuadas por Pereira Caldas para capitães de ordenança de índios da capitania do Pará, em 1774, já apresentavam estes postos como integrados à companhias “anexas e agregadas com subordinação ao mestre-de-campo de infantaria auxiliar de brancos desta cidade”, o que gerou questionamentos por parte da monarquia. A estes, o governador respondeu apontando o seu plano antes remetido, o fato destas nomeações não desobedecerem à lei de 1766, a tentativa de evitar a multiplicidade de oficiais com soldos (sargentos-mores e ajudantes) e, por fim, considerando tais agregações – de companhias desta “qualidade”, isto é, de “índios” – “o meio mais próprio de conservar aquelas companhias na subordinação e disciplina” (AHU Pará, cx. 75, docs. 6276 e 6277). Nos anos 1780, outras duas nomeações auferidas pelo então governador do Estado, José Nápoles Telo de Menezes (1780-1783), transferiram alferes de companhias do terço

de brancos ao posto de capitão de companhias indígenas agregadas ao mesmo terço (branco) (AHU Pará, cx. 93, doc. 7448 e 7449).

Uma nova informação do governador do Estado Martinho de Souza e Albuquerque (1783-1790), de 1785 (isto é, após a reorganização de Pereira Caladas), descrevia as tropas auxiliares do Pará e Rio Negro. Já não mais apresentava a classe “índio” entre os terços deste tipo de tropa, apesar de a capitania do Pará contar com 4 terços de tropa auxiliar mais a tropa da Ilha de Joanes/Marajó. O corpo do Rio Negro, agora, era classificado como um terço “reduzido” ou “abolido” (companhias não organizadas num terço). Na verdade, os terços foram nomeados de acordo com suas respectivas localidades – 1º e 2º terço da cidade [Belém], terço da vila Viçosa do Cametá, terço da vila do Macapá, tropa da Ilha de Joanes e “redução” do terço do rio Negro. Já as companhias no interior destes terços ou corpos foram identificadas a partir de duas categorias: as “de homens brancos” e as “agregadas” a um terço nas quais só os “oficiais e oficiais inferiores o são [brancos]”; ou, no caso do 1º terço da cidade, de soldados mestiços que em caso de necessidade ajudariam ou conduziriam o terço com “remos, arcos e flechas” (IHGB, Lata 284, liv. 2).

Ainda segundo esta informação, apenas os dois terços da cidade (Belém) e o terço do Cametá congregavam estes dois tipos de companhias – as 10 companhias de brancos em cada terço, embora destaque centenas de praças que “faltavam”, somadas às mencionadas “agregadas”, em menor número (8 no 1º terço da cidade, 6 no 2º terço e 4 no Cametá). No Rio Negro, constavam somente duas companhias de infantaria de homens brancos. Somente nos corpos do Macapá e Ilha de Joanes/Marajó, como antes, existiam companhias de cavalaria, ao lado das de infantaria (IHGB, Lata 284, liv. 2).

No caso das capitanias do Maranhão e Piauí, em função das ameaças castelhanas no sul da América Portuguesa, talvez tenha ocorrido alguma expansão da tropa auxiliar. É verdade que, ainda na década de 1770, existem menções por parte do governador Joaquim de Melo e Póvoas acerca das dificuldades de exercitar os terços indígenas do Maranhão, dado o uso dos índios desta capitania em trabalhos distintos (MARANHÃO, 2009, p. 39 e 147). Mas, a partir de fins da década de 70 do setecentos, para o Maranhão e o Piauí (criando-se aí 2 terços),⁷ tal expansão parece

⁷ Ao que parece, em relação às tropas auxiliares e de ordenanças, nesse momento o Piauí contava efetivamente somente com o regimento de cavalaria auxiliar, criando-se então o

ocorrer de um modo geral para as companhias auxiliar e de ordenança – inclusive, para o Maranhão, em relação aos homens de cor (AHU Maranhão, cx. 48, doc. 4702; MARANHÃO, 2009, p. 259-273; AHU Piauí, cx. 13, doc. 742).

Além do mais, Melo e Póvoas fez alistar “partidos” compostos por 100 escravos cada um “capazes de pegar em armas” (seus senhores os armariam com armas brancas). Essas ações, executada pelo próprio governador, foi uma resposta ao aviso da monarquia, de outubro de 1776, que determinou a preparação das tropas pagas do Maranhão e Piauí e “unir, exercitar e disciplinar” as tropas auxiliares e de ordenança. Justificava esse aviso, segundo o próprio Secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, o iminente ataque castelhano no sul do Brasil (Rio da Prata, Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina), que, acreditava-se, antes poderia arribar no Maranhão e cuja guerra talvez poderia se estender a todo o Brasil e eclodir na Europa (MARANHÃO, 2009, p. 258-269). Em relação aos posto de mestre-de-campo, contudo, seu acesso será um tanto dificultado aos homens de cor.

OS MESTRES-DE-CAMPO DE COR

A informação apresentada pelo governador Fernando da Costa de Ataíde Teive ao Secretário de Estado e Domínios Ultramarinos Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 1767, já indicava a formação de 11 terços de auxiliares e ordenanças sob o comando dos seus respectivos mestre-de-campo nas capitanias do Pará e Rio Negro. Dentre estes, constavam dois principais (chefes indígenas), os únicos que não tiveram os seus postos de origem (anteriores ao comando dos terços) identificados: o principal Manuel Pereira de Faria, mestre-de-campo do terço de infantaria auxiliar de índios de Belém; e o principal Lázaro de Vasconcelos, mestre-de-campo do terço de infantaria de ordenança de índios de Belém (AN, cód. 99, vol. 1, f. 192-194).

Sobre esses mestres-de-campo dos terços de auxiliares do Pará e Rio Negro, Ataíde Teive identificava as suas origens. Com exceção dos dois principais mencionados (cujas origens, como se disse, não foram identificadas), de um tenente, um sargento mor, do capitão-mor do Cametá e de um mestre-de-campo já anteriormente nomeado (Antônio Ferreira Ribeiro), tais mestres-de-campo eram

terço de cavalaria de ordenança e a infantaria de auxiliar, isto é, formação semelhante à criada por Ataíde Teive com a carta régia de 1766.

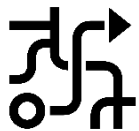
capitães oriundos das tropas auxiliar e de ordenança antes de suas respectivas nomeações para o comando dos terços (AN, cód. 99, vo. 1, f. 192-194).

A já mencionada informação do governador Martinho de Souza e Albuquerque, de 1785, apresentava uma nota final: sobre o grande número de oficiais antes nomeados, existiam, além dos arrolados na informação para os seus respectivos corpos, um mestre-de-campo “já decrépito” e um índio “que para nada presta”. Visto que a informação tratava apenas das tropas auxiliares, é possível que esta nota se refira ao mencionado Manuel Pereira de Faria (IHGB, Lata 284, liv. 2).⁸

Um estudo tratou deste personagem, demonstrando que este chefe, mestre-de-campo do terço auxiliar de índios de Belém e principal da vila de Oeiras, atuou intensamente justamente na década de 1780 – numa conjuntura de muitas críticas à lei conhecida como Diretório dos Índios (1757-1798). Nesse sentido, este estudo destaca que Pereira de Faria jogava com essa lei em conflito que envolvia grandes autoridades – inclusive o governador – e chegou ao arbítrio da monarquia. Em carta atribuída ao índio e destinada a rainha, em conformidade com o que estipulava o Diretório (citado expressamente), reclamava por ter sido chamado de negro (proibido pelo Diretório), concedia índios (5 por portaria) mas barrava os excessos (concessão sem portaria ou excessiva) e, em dado momento, tornou-se diretor de sua populosa vila – agente de tutela indígena instituído pelo Diretório.

Enfim, não se afastou dos índios de sua vila – representado como liderança influente e importante para a estabilidade da povoação – e buscava o apoio da monarquia e da legislação indigenista então em vigor, embora seja dado como influenciado (e, assim, aliado) de outras autoridades da capitania. Citava, conforme a correspondência supracitada, a sua qualidade de “nobre” atestada pela patente de mestre-de-campo – posto confirmado (22, doc. 1942). Tratava-se do terço de infantaria auxiliar de índios, para o qual, com a morte de Ramalho, em 1774 o governador propôs (em primeiro lugar) o nome de Domingos Antunes Pereira como substituto, destacando “não haver entre os mesmos índios outro com capacidade de ocupar semelhante posto” (AHU Maranhão, cx. 47, doc. 4612). Um outro mestre-de-campo de cor do Maranhão, desta vez um pardo ou mulato, possuía história semelhante a do principal Pereira de Faria. Tratava-se de Vicente Ferreira Guedes,

⁸ Visto que o principal Lázaro de Vasconcelos já estava morto. Posteriormente, o seu posto de mestre-de-campo da ordenança de Belém foi cedido (em 1771) ao então sargento-mor do mesmo terço, Fernando Rodrigues Martins (AHU Pará, cx. 68, doc. 5845).



que, da mesma forma, buscou a monarquia e suas leis para melhor se posicionar nos conflitos do mundo colonial, mas sem abrir mão das alianças locais.

A sua história, também, assemelhava-se a casos de outros oficiais de tropa auxiliar de cor do Brasil nomeados após a lei de 1766, quando, especialmente na década de 1770, debatia-se o envio de homens dos terços de pretos e pardos às guerras do sul – inclusive o armamento de escravos em Minas Gerais (SILVA; SOUZA; FRANCISCO DE PAULA, 2009, p. 75-79; MELLO, 2009, p. 209-230). Citavam-se, nesse debate, a atuação de terços de cor nas guerras contra os holandeses no século XVII.

De forma geral, a historiografia identifica mestres-de-campo pretos e pardos, sob o comando de terços destas mesmas classes, nas capitanias de Pernambuco (e regiões adjacentes) e Minas Gerais. Surgindo depois da abertura de 1766 e levando-se em consideração uma lei de 1773, que estabeleceu o fim da escravidão para os cativos de 4ª geração, libertou o ventre das escravas e possibilitou ofícios e honras aos libertos, mestres-de-campo e outros oficiais pardos não raro sofreram oposição dos locais e de alguns governadores na virada do século – que, com outras autoridades, destacavam que a lei de 1773 era restrita a Portugal e não se aplicava a América Portuguesa. Nesse sentido, argumentavam-se inabilidades técnicas somada ao problema de os brancos (sargentos-mores ou capitães) serem comandados por pardos. Alguns angariaram riqueza, como o mestre-de-campo Antônio Vieira da Costa de Minas Gerais – cuja mãe fora escrava de seu pai, que possuía diversas propriedades e cerca de 400 cativos;⁹ ou o capitão de auxiliares de pardos do Rio de Janeiro Luciano Gomes Bezerra, senhor de engenho pardo e descendente de família pertencente à nobreza local, que na virada do século contou com 155 cativos (GUEDES; SOARES, 2025).

Retomando a história de Vicente Ferreira Guedes, como mostra o estudo de Patrícia Silveira, foi soldado de infantaria paga em Pernambuco – de onde era natural – e ajudante de ordenança de pardos nesta localidade antes de ser capitão de pedestres em S. Luís. Nesta cidade, atuou também como advogado, membro da Irmandade da Nossa Senhora da Conceição dos Homens Pardos e foi denunciado no Santo Ofício por heresia. Possuía bens diversos, propriedade no Itapecuru, fábrica de

⁹ Ver os artigos da coletânea *As milícias dos homens de cor do Atlântico Sul* (KRAAY; SOUZA; ALFAGALI, 2025).

arroz, engenho, escravos e arrematou o contrato dos dízimos. Finalmente, conflitou contra autoridades diversas (juiz de fora e provedor, ouvidor, governador), foi preso e desterrado, mas também era apoiado por outras tantas autoridades (oficiais militares, camarário, eclesiásticos) (SILVEIRA, 2015).

Em 1776, Vicente Ferreira Guedes, ascendeu a capitão da 1ª companhia solta de pedestres de S. Luís por nomeação do governador Melo e Póvoas, que o considerava “benemérito”, “capaz” e com “descente tratamento”, obtendo a confirmação régia em 1779 (MARANHÃO, 2009, p. 344; ANTT, RGM, Mercês de D. Maria I, liv. 7, f. 74v.). Esse pernambucano, batizado na Sé de Olinda, aproveitou o novo momento apresentado aos estigmatizados pelo sangue no mundo português, num período de expansão das tropas de cor no Maranhão, mas sem abrir mão das antigas hierarquizações típicas do Antigo Regime. Assim, quando em 1783 conquistou de S. Majestade a patente régia do seu posto de mestre-de-campo da infantaria auxiliar da vila de Alcântara (ANTT, RGM, Mercês de D. Maria I, liv. 15, f. 40), no mesmo ano os oficiais do mesmo terço – que se dizia de brancos – reagiram ferrenhamente.¹⁰ Contudo, ao que parece, a classe “branco” talvez poderia ser mais flexível do que se possa imaginar.

Nesse sentido, a capitania do Maranhão, como já informamos, comportava volumoso número de negros e mulatos em fins do século XVIII, bem como a quantidade de brancos tendeu a diminuir frente ao aumento de mestiços. O termo “pedestre”, aparentemente, refletia essa multiplicidade dos homens de cor da região. Como mostra o estudo de André Luís Ferreira sobre a capitania do Maranhão, por exemplo, analisando testamentos elaborados entre fins do século XVII e durante o século XVIII, foram encontradas nada menos do que 26 “qualidades” declaradas pelos testadores destinadas a escravos e forros. Além do mais, como destaca o autor, os senhores podiam “mesclar duas o mais qualidades para classificar um único sujeito”. Por sua vez, os escravos aceitavam ou não tais categorias, segundo a conveniência, evidenciando que “as múltiplas qualidades eram criadas e manejadas em

¹⁰ O governador do Estado João Pereira Caldas identificava 2 terços de infantaria auxiliar de brancos em São Luís (AHU Pará, cx. 70, doc. 6003), mas o governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, discriminava a localização das companhias de cada um destes terços – contendo 10 companhias cada. Em um dos terços 7 companhias estavam alocadas em São Luís; em outro terço, 7 companhias estavam assentadas na vila de Alcântara, isto é, parece que o chamado terço de Alcântara referia-se a este último corpo.

conformidade com as percepções e experiências dos agentes daquela sociedade” (FERREIRA, 2023, p. 188-192).

Assim sendo, por um lado, em 1771 o governador da capitania do Maranhão Joaquim de Melo e Póvoas explicava a variedade das companhias “soltas” de pedestre: “se compõem de índios, negros forros e mestiços que andam descalços e se denominam pedestres”. Por outro lado, classificava 2 terços como de índios, mas sobre os outros 3 três terços (2 de infantaria auxiliar e 1 de ordenança de cavalaria) e as três companhias soltas de “brancos” (duas de cavalaria e uma de infantaria) alertava que

“[...] fazem o computo de 3.194 praças que são os moradores brancos de que se compõem toda esta capitania. Entre estes são muitos mulatos, mamelucos e índios que estão estabelecidos, e se tratam como brancos, cuja divisão de classes se faria odiosa e não haveria número que pudesse formar corpo (MARANHÃO, 2009, p. 37-39).

Indicava, portanto, a existência de homens de cor entre aqueles classificados como “brancos”. Assim, se compararmos as argumentações da elite local de Alcântara com as de Ferreira Guedes remetidas a monarquia, parece que pesara também o fato de este último ser um agente externo. Lembremos o cenário típico envolvendo o posto de mestre-de-campo no Estado: interesse dos grupos/famílias locais pelo posto; valorização da capacidade técnica, sobretudo, a partir das ações do governador Pereira Caldas na década de 1770; e, nesta mesma conjuntura, expansão das tropas de cor – seja no Brasil ou no Maranhão – em função das ameaças que pairavam sobre o império. Além desse contexto colonial ou imperial, Ferreira Guedes jogava com os debates sobre a noção de nobreza próprios do seu tempo: a relação entre o mérito pessoal e a qualidade de nascimento; e, enfim, a relação entre a nobreza dada pelo príncipe e a garantida pela tradição (COSTA, 2010, p. 261-63; MONTEIRO, 2003, p. 26-36).

As argumentações das partes contentoras abordam múltiplos temas. Vejamos, portanto, os que tocam nas noções de qualidade e nobreza. O governador Antônio de Sales Noronha, mencionando representações dos oficiais do terço (destacando “as vis e baixas qualidades” do nomeado), resume as críticas da elite local sobre a nomeação de Vicente Ferreira Guedes em carta remetida, em fins de 1783, ao Secretário de Estado Martinho de Melo e Castro. Destacava a indignação, com a chegada da patente de Guedes, daqueles que, por seus serviços e “nascimentos”, tinham o “direito” de obter o posto. Especialmente diante do fato de serem preteridos

e subordinados a um pardo que viram chegar descalço, fugido de crimes e prestes a ser vendido em praça pública. Ou, como posteriormente completava o governador, um mulato filho de uma mãe escrava “e ele [Ferreira Guedes], pelo seu nascimento, sujeito a mesma baixeza da escravidão”. Inversamente, o governador afirmava que os moradores de Alcântara – “a mais principal desta capitania” – eram “os homens mais distintos deste Estado”, descendentes a maior parte dos restauradores do mesmo,¹¹ mas, agora, estariam subordinados a um mulato filho de escrava.

Por outro lado, o mesmo governador havia proposto (em primeiro lugar) o sargento-mor do terço como mestre-de-campo, que, ao saber da nomeação do pardo, pediu “demissão”, assim como certamente pretendiam os outros oficiais. Nos momentos finais de sua narrativa, destacava que, ainda que a monarquia tenha anteriormente honrado “muitos homens de cor parda” com patentes semelhantes em outras ocasiões, estes usualmente comandavam corpos de “semelhantes qualidades” (isto é, de pardos) e não de brancos cujos oficiais “são pessoas de conhecida nobreza”. Julgava o caso de Ferreira Guedes, então, aparentemente inédito na “América”. Por fim, teria ouvido do próprio pardo que este não esperava tal “extraordinário sucesso”, mas tão somente pretendia ser mestre-de-campo de pedestres – antes nomeado capitão de uma destas companhias (AHU Maranhão, cx. 60, doc. 5539).

Vicente Ferreira Guedes, ao destacar a sedição de dois capitães do seu terço (enviaram requerimento ao governador contra o cumprimento da patente real que lhe foi cedida), no ano seguinte (1784) remeteu sua versão dos fatos, aparentemente, ao mesmo Secretário de Estado Melo e Castro. Como destaca Priscila Souza, Ferreira Guedes utilizou uma argumentação semelhante a de um mestre-de-campo de Pernambuco: o acidente da cor (SOUZA, 2017, p. 91-93). Nesse sentido, Vicente Ferreira Guedes afirmava que os oficiais do terço o representavam como “homem de acidente pardo”. Além de calúnias diversas apresentadas pelos seus “inimigos” contra si, destacava o caráter rebelde dos oficiais do terço de Alcântara, a “rustiquez daqueles povos” e o interesse em nomear o capitão do terço no seu posto de mestre-de-campo, quando passou a abordar as qualidades das partes em contenda.

¹¹ Referia-se, ao que parece, à guerra de expulsão dos holandeses do Maranhão (1641-1644), um marco identificador, também, das nobrezas de Belém e São Luís.

Assim, parecia desmerecer o fato de os oficiais do terço se apresentarem como “revestidos de nobreza” pela atuação na câmara e no terço de auxiliares.¹² Sobre a sua própria ascendência, destacava que não gostaria de lembra-la – numa provável menção ao seu ramo paterno nobre, como se verá –, mas tão somente aludiu a seus serviços e modo de vida. “Vivi, e vivo, como os homens honrados devem viver”, dissera Ferreira Guedes ao citar a lei de 1773, já que “um vassalo que assim se conduz e se reverte de idoneidade, ainda que fosse infeliz no seu nascimento, de cujo sucesso não tem culpa, é capaz de ser olhado do seu soberano”. Mas, enfim, alertava: “é notório não ser eu de tão inferior qualidade como figuram”. Nesse contexto, considerava a lei de 1773 um atestado de que a idoneidade e o merecimento de um sujeito “é que o constitui capaz das honras, e não o acidente [de nascimento]”, mas não deixava de desqualificar o oficialato da tropa auxiliar de Alcântara pelo público e reprovado modo de vida que levavam: “tendeiros que vendem publicamente à vara e à côvado, pesando e medindo, [...] não tendo eu esta baixa ocupação, mas antes pelo contrário, o de nobre” (AHU Maranhão, cx. 61, doc. 5559).

Embora o ex-governador Joaquim de Melo e Póvoas sugerisse a transferência de Ferreira Guedes para o terço de índios, o Conselho Ultramarino apoiou a sua permanência no de Alcântara. Para tanto, baseava-se, dentre outros motivos, na sua capacidade técnica (“muito perito na disciplina militar”), no fato de os queixosos¹³ serem “faltos de qualidade, e sem circunstâncias mais atendíveis que às do dito Guedes”, e na referida lei de 1773. Sobre esta, inclusive, destacava que homens de tais qualidades (“qualidade de mulato”), na “América”, galgaram postos e, na corte, circulavam alguns com hábitos das Ordens Militares (AHU Maranhão, cx. 63, doc. 5652). Mas na mesma década de 1780, o então governador teria passado o mestre-de-campo do terço de “índios pedestres” Antônio Corrêa Furtado de Mendonça, natural de Alcântara, ao comando do terço de brancos da mesma vila, transferindo Vicente Ferreira Guedes – ainda com a patente de mestre-de-campo – àquele terço de índios. Tratava-se, ao que parece, do terço de ordenança de índios (AHU Maranhão, cx. 73, doc. 6290; e cx. 48, doc. 4702). Em fins da década seguinte (1790),

¹² “Também se faz notório, que estes mesmos impostores alegam em seu abono, que não só, são úteis ao Estado, mas também que são revestidos de nobreza. Eu não sei que eles tenham outras mais que aquela que adquiriram, ou de ocuparem os cargos de vereadores da câmara da sua Vila, ou por serem empregados nos postos do terço da infantaria auxiliar”.

¹³ Provável referência (a julgar pelo restante da consulta) àqueles que se recusaram a obedecer a patente régia de Ferreira Guedes.

como Furtado de Mendonça solicitava a confirmação desta troca e Ferreira Guedes ainda insistia em sua patente antiga junto a monarquia, citando inclusive a favorável lei de 1773, parece que a disputa pelo posto ainda era latente (Maranhão, cx. 93, doc. 7643; cx. 108, doc. 8516).

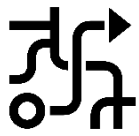
Nessa conjuntura, buscou mercês régias, quando recebeu permissão para usar brasão de armas, cujo processo, descrevendo apenas a linha paterna, o apresentava como filho legitimado de ascendentes reputados que se serviam de “armas, criados e cavalos” (SILVEIRA, 2015, p. 81-83; BAENA, 1892, p. 592);¹⁴ e, na virada do século, solicitou o hábito de cavaleiro, quando teve as suas provanças dispensadas em 1802 (ANTT, HOC, letra V, mç. 4, n. 21).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estruturação das tropas auxiliares no Estado do Grão-Pará e Maranhão, enfim, não obstante o impacto dos contextos e das conjunturas imperiais, conjugou interesses locais (grupos assentados localmente e governadores) e as características particulares de cada capitania desta enorme porção (Rio Negro, Pará, Maranhão e Piauí). Contudo, esses elementos, que em momentos de criação ou regulação de corpos militares pressionavam as decisões dos governadores em vários flancos, também foram impactados pela trajetória das “qualificações” próprias de Antigo Regime, que, por sua vez, também era palco de disputas.

Nesse sentido, o mestre-de-campo Manuel Pereira de Faria apoiava-se nas reformas da política indigenista, enquanto o mestre-de-campo Vicente Ferreira Guedes valia-se da abertura aos pardos oferecida pela lei de 1773 e, nessa conjuntura, também se colocava da melhor forma possível: era nobre por parte de pai, vivia como os seus antepassados nobres e destacava que um homem fruto de um “acidente” (de nascimento) era passível de honras régias – sem informar claramente se ele mesmo era pardo/mulato ou não. A sua provável condição de pardo era posta à luz, sobretudo, quando a elite local se viu alijada do cargo de mestre-de-campo, pois, independente da patente régia de Ferreira Guedes, esses homens se entendiam como merecedores do posto por direito de nascimento; o que era explicado pela

¹⁴ Agradeço por essa indicação, bem como a indicação da dissertação de Silveira, à professora Marcia Souza e Mello.



descendência de restauradores, marco local de consolidação de nobreza ignorada por Ferreira Guedes frente à sua própria ascendência paterna e ao modo de vida que ambos (restauradores e o mesmo Guedes) levavam. Enfim, embora flexibilizações como as de 1766 e 1773, por vezes, fossem localmente postas em jogo, ao requererem o amparo das leis e das mercês régias os oficiais de cor contribuíam para os debates que fundamentavam as hierarquias locais.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAENA, Visconde de Sanches de. *Arquivo heráldico-genealógico*. Lisboa: Typographia Universal, 1892.

COSTA, Fernando Dorés. *Insubmissão*. Aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII. Lisboa: ICS, 2010.

COTTA, Francis A. O “sistema militar corporativo” na América portuguesa. In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime*. História: poderes e sociedades (2005 Lisboa-PT). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2005, p. 1-29.

LEONZO, Nanci. *Defesa militar e controle social na capitania de São Paulo: as milícias*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979, 412 p.

FERREIRA, André Luís. *As memórias dos sertões: as práticas de cativo, escravidão e liberdade de índios e mestiços na Amazônia portuguesa (séculos XVII e XVIII)*. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2023, 273 p.

MELLO, Christiane F. P. *Forças militares no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009.

MONTEIRO, Nuno G. P. *O crepúsculo dos grandes*. A casas e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832). Lisboa: INCM, 2003.

NOGUEIRA, Shirley. “Esses miseráveis delinquentes”: desertores no Grão-Pará setecentista. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 87-109.

POSSAMAI, Paulo C. O recrutamento militar na América Portuguesa: o esforço conjunto para a defesa da colônia de Sacramento (1735-1737). *Revista de História*, São Paulo, n. 151, p. 151-180, 2004.

ROLAND, Samir L. *O gado, a carne e o couro*. As dinâmicas de produção, abastecimento e exportação (Maranhão e Piauí, 1750-1779). Teresina: Cancioneiro, 2025.

ROCHA, Rafael Ale. Conquistadores, restauradores e principais: o perfil das elites indígenas na Amazônia Portuguesa. In: SANTOS, Fabrício; ARENZ, Karl; MELO, Vanice; VIANA, Wania (Orgs.). *O Diretório dos Índios na América Portuguesa. Aplicações e adaptações (1757-1808)*. Salvador: EDFBA, 2025, p. 181-217.

SANTOS, Everton R. dos. *Elites militares: os oficiais dos terços militares das capitanias do Norte*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2025, 333 p.

SANTOS, Fabiano Vilaça. *O governo das conquistas do Norte*. Trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão. São Paulo: Annablume, 2011

SILVA, Luiz Geraldo; SOUZA, Fernando; PAULA, Leandro. In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio. *Temas Setecentistas*. Governos e populações no império português. Curitiba: Araucária, 2009, p. 67-83.

SILVA, Luiz Geraldo. Sobre a ‘etnia crioula’: o Terço dos Henriques e seus critérios de exclusão na América Portuguesa do século XVIII. In: VENÂNCIO, Renato; GONÇALVES, Andréa; CHAVES, Cláudia (Orgs.). *Administrando Impérios*. Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 71-96

KRAAY, Hendrik; SOUZA, Adriana; ALFAGALI, Crislayne. *As milícias de homens de cor do Atlântico Sul, séculos XVIII a XIX*. Rio de Janeiro: UFGV, 2025.

SILVA, Giovani Albino. *A defesa do império em tempo de reforma*. O exército português e a oficialidade militar na capitania de Pernambuco. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020, 282 p.

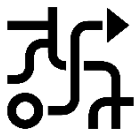
SILVEIRA, Patrícia K. F. C. “*Indigno de procedimento*”: a ascensão de um homem de cor no Maranhão em fins do século XVIII. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015, 92 p.

SOUZA e MELLO, Márcia E. Contribuição para uma demografia do Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1774–1821. *Anais de História de Além-Mar XVI*. Lisboa, vol. XVI, p. 227–253, 2015.

SOUZA, Priscila de Lima. “*Sem que lhes obste a diferença de cor*”: a habilitação dos pardos livres na América Portuguesa e no Caribe espanhol (c. 1750-180). Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, 399 p.

VIANA, Wania. As patentes militares e o serviço indígenas nas capitania do Pará (segunda metade do século XVIII). In: LIMA NETO, João Raimundo (Org.). *Instituições, agentes e dinâmicas coloniais no vale amazônico (séculos XVII e XVIII)*. Belém: Cabana, 2023, p. 188-202.

GUEDES, Roberto; SOARES, Moisés. Capitão Luciano Gomes Ribeiro. A elite escravista era parda (N. S. do Pilar do Iguaçu, Rio de Janeiro, c. 1770-1810). *Vária História*, Belo Horizonte, vol. 41, p. 1-51, 2025.



FONTES

Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU). Avulsos do Pará, Maranhão, Piauí e Brasil.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (AN), cód. 99, vol. 1.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT): Registro Geral de Mercês (RGM), Mercês de D. Maria I, liv. 7, f. 74v.; ANTT, RGM, Mercês de D. Maria I, liv. 15, f. 40; e Habilitações da Ordem de Cristo (HOC), letra V, mç. 4, n. 21.

Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (HGB), Lata 284, liv. 2

MARANHÃO. *Retratos do Maranhão colonial*. Correspondências de Joaquim de Mello e Póvoas, governador de capitão-general do Maranhão. São Luís: APEM, 2009.

Recebido em 20/03/2026

Aprovado em 01/06/2026



COSTA, Jessyka Samya Ladislau Pereira*

<https://orcid.org/0000-0001-6810-7427>

Resumo: Este artigo analisa as formas de coerção que marcaram a mobilização da força de trabalho indígena nos sertões da província do Amazonas durante o século XIX, bem como as estratégias elaboradas por esses sujeitos para disputar, no cotidiano, os sentidos de liberdade e escravidão. O estudo examina como práticas de coerção, como a ameaça de alistamento e a atuação de autoridades administrativas, foram mobilizadas para disciplinar populações consideradas livres, mas socialmente vulneráveis. Ao mesmo tempo, evidencia como trabalhadores indígenas expressavam desacordos, recusas e limites às demandas que lhes eram impostas, elaborando diferentes estratégias para questionar as relações de trabalho e afirmar margens de autonomia. Para isso, o artigo mobiliza relatos de viajantes do século XIX, compreendidos como fontes que, apesar dos limites e das perspectivas de seus autores, registram experiências, práticas e conflitos observados durante as viagens. Partindo do diálogo com a historiografia sobre os mundos do trabalho e com os estudos do campo da História indígena e do indigenismo, argumenta-se que, longe de constituírem sujeitos passivos, esses trabalhadores participaram ativamente da definição e da contestação das relações laborais nas quais estavam inseridos.

Palavras-chave: indígenas; trabalho; Amazônia

Abstract: This article analyzes the forms of coercion that shaped the mobilization of Indigenous labor in the hinterlands of the Province of Amazonas during the nineteenth century, as well as the strategies developed by these actors to contest, in their everyday practices, the meanings of freedom, and slavery. The study examines how coercive practices, such as the threat of military conscription and the actions of administrative authorities, were mobilized to discipline populations considered legally free but socially vulnerable. At the same time, it highlights how Indigenous workers expressed disagreement, refusal, and limits to the demands imposed upon them, developing different strategies to challenge labor relations and assert margins of autonomy. To this end, the article draws on nineteenth-century travel accounts, understood as sources that, despite the limitations and perspectives of their authors, record experiences, practices, and conflicts observed during their journeys. Engaging with the historiography on the worlds of labor and with scholarship on Indigenous history and indigenism, the article argues that, far from being passive subjects, these workers actively participated in defining and contesting the labor relations in which they were embedded.

Keywords: indigenous; labor; Amazon.

* Doutora em História Social na Universidade Estadual de Campinas, Mestre em História Social na Universidade Federal Fluminense e Graduada em História na Universidade Federal do Amazonas. Professora Adjunta no Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: jessyka.pereira@ufam.edu.br

INTRODUÇÃO

O secretário do Presidente chamou Policarpo ao seu gabinete e fez-lhe um sermão, aconselhando-o a proceder direito comigo, e ameaçando-o caso eu viesse a ter dele motivos de queixa: nesta hipótese metê-lo-ia na cadeia ou fá-lo-ia sentar praça, contingências que aterrorizam os índios, uma vez que, embora em contato com a civilização, *por nada deste mundo querem renunciar à sua liberdade*. (Biard, 2004, p. 146).

Entre maio de 1858 e o final de 1859, o francês Auguste François Biard (2004) percorreu diversas regiões do Brasil, viagem que resultou no relato intitulado *Deux années au Brésil* (Dois anos no Brasil), entre os lugares visitados, o viajante passou pela região da província do Amazonas. Em meio às suas descrições, destacam-se as dificuldades enfrentadas por Biard para obter mão de obra necessária à realização de sua jornada pelos sertões amazônicos. O excerto acima citado evidencia que, para conseguir trabalhadores, o viajante necessitou recorrer a dois mecanismos característicos dos mundos do trabalho na região: a intermediação e influência de agentes governamentais e o uso da ameaça de alistamento compulsório. Tal situação não constituía uma exceção, mas antes refletia um padrão recorrente de produção e mobilização da força de trabalho na região, e, em grande medida, no conjunto do Brasil Imperial, baseado em práticas de coerção, compulsoriedade e formas de escravização ilegal.

A historiografia tem demonstrado como, em sociedades escravistas, as fronteiras entre liberdade e cativo eram frequentemente instáveis e permeáveis, produzindo múltiplas formas intermediárias de sujeição e dependência laboral (French, 2006). No Brasil Imperial, conforme analisam Sidney Chalhoub (2009) e Henrique Espada Lima (2005), a vigência do sistema escravista produziu um processo de “precarização da liberdade” que atingia sobretudo a população negra livre e liberta, caracterizado pela instabilidade jurídica, pela vulnerabilidade social e pela constante exposição a formas de coerção legais e extralegais que limitavam a autonomia laboral e a mobilidade. Todavia, precisamos ampliar nossa análise e investigar o quanto essas estruturas também afetaram as populações indígenas em várias partes do território brasileiro. Soraia Dornelles (2018), por exemplo, tem enfatizado como em São Paulo os indígenas atuavam nos mais diferentes ramos econômicos e sua “cooptação nem sempre ocorreu com observância aos critérios legais”, sendo “muitas

vezes submetidos à escravização ou a formas análogas de coerção”. Para o sul da Bahia, Ayalla Silva (2018) mapeou como a mão de obra de indígenas aldeados era amplamente “utilizada, durante quase todo o século XIX, nos serviços públicos e particulares”, sendo central para a construção social, política e econômica da região.

Ou seja, fosse por meio das normativas ou através de práticas ilegais de coerção a mão de obra indígena foi constantemente acionada. E a Amazônia também se situava nesse contexto. Inserida em dinâmicas mais amplas de reorganização do trabalho, sua população livre e pobre, sobretudo de origem indígena, era frequentemente compelida a integrar relações laborais marcadas pela compulsoriedade, seja por meio de contratos profundamente desiguais, pela atuação de autoridades administrativas e policiais que limitavam sua circulação e reforçavam vínculos de dependência e subordinação. Patricia Alves Melo (2021) destacou como indígenas e africanos livres eram constantemente alocados para exercer ocupações nas obras públicas onde “dividiram muitas coisas, mas, sobretudo, compartilharam a liberdade precária”.

Nessa direção, outros estudos como de Claudia Fuller (2012), Márcio Couto Henrique (2024), Adalberto Paz (2017) e Jéssyka Sâmya Costa (2022) também vêm reforçando como na região o funcionamento dos mundos do trabalho esteve amplamente sustentado por práticas coercitivas direcionadas às populações não brancas e pobres. Tais mecanismos incluíam tanto a criação de dispositivos legais específicos, como a criação dos Corpos de Trabalhadores¹, quanto a permanência de formas de escravização ilegal, voltadas à intensificação da exploração da força de trabalho de populações indígenas, negras (livres, libertas ou escravizadas) e de outros segmentos livres e empobrecidos. Como indica Camila Dias (2019), essas dinâmicas não surgiram no século XIX, mas representaram a continuidade de estratégias de exploração forjadas no período colonial. Ao frequentemente desconsiderarem dispositivos legais que asseguravam a liberdade, sobretudo das populações indígenas, tais práticas possibilitaram a manutenção de diversas formas de coerção e de escravização, tornando historicamente fluidas as fronteiras entre liberdade e cativeiro.

¹ O Corpo de Trabalhadores foi aprovada em 1838 na província do Pará e responsável por criar uma ampla rede de coerção ao trabalho para não brancos e pobre da região (Fuller, 2012).

A partir desse debate, neste artigo buscaremos compreender como se configurava o funcionamento de tais estruturas de produção de coerção contra essas populações nos sertões da província do Amazonas na segunda metade do XIX. E, somado a isto, também nos propomos a analisar as estratégias elaboradas por esses sujeitos para disputar, no cotidiano, os sentidos das noções de trabalho, liberdade e escravidão. Como bem pontuado por John Monteiro, ampliar nosso olhar investigativo para os “múltiplos processos históricos de questionamento, negação e reelaboração de identidades indígenas” é importante para que possamos deslindar as diferentes formas que “segmentos sociais nativos se posicionavam diante” dos avanços dos agentes e interesses coloniais” (Monteiro, 1999, p. 241-242).

Assim, partimos da compreensão de que mais do que meros objetos de políticas indigenistas ou de regimes de exploração do trabalho, esses grupos atuavam como sujeitos históricos e participaram ativamente da definição dos limites, sentidos e possibilidades das relações de trabalho nos sertões amazônicos do século XIX. A historiografia vem apresentando como desde a colônia e ao longo do Oitocentos, essas populações têm mobilizado um conjunto variado de mecanismos para contornar, negociar ou mesmo enfrentar os interesses coloniais. Essas estratégias podiam incluir recusas abertas ao trabalho, controle sobre as trocas comerciais (Henrique, 2014), negociações com autoridades locais (Rocha, 2017) ou a manipulação das próprias normas legais que regulavam o trabalho e a liberdade dessas populações (Ferreira, 2023; Mello, 2023).

O próprio episódio relatado pelo viajante francês, August Biard, nos sugere pistas iniciais quando afirma que “por nada neste mundo eles querem renunciar a liberdade”. Ou seja, mesmo diante das ferramentas do governo e de particulares para coagi-los ao trabalho, esses sujeitos demonstravam publicamente sua insatisfação e defendiam sua autonomia para viver em liberdade. Inclusive, para acessar e analisar parte dessas interações e conflitos no mundo do trabalho dos sertões amazônicos, utilizaremos como fonte histórica relatos de viajantes, reconhecendo os limites frequentemente estereotipados de suas narrativas. Ainda assim, quando submetidos a uma leitura orientada pela crítica historiográfica (Lima, 2024), esses registros permitem entrever um conjunto significativo de informações acerca das práticas sociais, das dinâmicas de trabalho e das formas de agência indígena que, em grande medida, escapam às intenções originais de sua produção.

Somado a isto, para melhor compreender essas práticas em busca de espaços de autonomia e sobrevivência faremos uso do conceito de *micropolíticas do trabalho* que, segundo Ravi Ahuja (2013), eram ações diretas ou indiretas construídas pelos trabalhadores de forma individual ou coletiva para influir nas relações de trabalhos por eles vivenciados. O autor argumenta que:

as articulações individuais e coletivas de 'self-will' (...) combinam-se para gerar um grupo de micropolíticas, tanto no que diz respeito às noções trabalhistas de adequação quanto de 'normalidade' aceitável em relação às relações de trabalho. Além disso, parto da suposição de que tais noções compartilhadas não são reflexos mecânicos dessas divisões (Ahuja, 2013, p. 112-113).

Assim, para Ahuja, essas micropolíticas não se limitavam a disputas sobre os níveis de extração do trabalho; tratava-se também de disputas de definição - conflitos voltados à determinação dos limites específicos da própria relação laboral. Em outras palavras, o “trabalho”, em sua forma concreta, foi produzido e continuamente recriado ao longo de um processo prolongado de interações sociais, que incluía também situações de conflito. Ao explorar essas interações, o artigo busca contribuir para a compreensão das micropolíticas do trabalho na Amazônia oitocentista e para o reconhecimento do papel ativo das populações indígenas na configuração histórica das relações de trabalho na região.

OS INDÍGENAS E OS MUNDOS DO TRABALHO

Segundo os dados do Recenseamento Geral de 1872, a província do Amazonas contava com 57.610 habitantes, distribuídos entre 11.211 brancos (20%), 7.644 pardos (13%), 1.943 pretos (3%) e 36.812 caboclos (64%), categoria então empregada para designar, sobretudo, as populações indígenas. Do total, 98% eram livres, majoritariamente indígenas e não brancos, enquanto apenas 2% encontravam-se escravizados, somando 979 indivíduos (487 homens e 492 mulheres).² Esses dados indicam como a maior parte da população amazonense era formalmente livre e composta por indivíduos de origem indígena. Ainda assim, a liberdade desses sujeitos encontrava-se sob constante tensão, sobretudo porque era desse mesmo

² Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf

segmento que se recrutava grande parte da força de trabalho mobilizada nos empreendimentos em curso na região. Tal processo, contudo, estava longe de ser simples, especialmente diante das transformações desencadeadas pela criação da província do Amazonas, em 1850³, que reconfiguraram profundamente as estruturas sociais, políticas, econômicas e demográficas, ampliando de maneira significativa a demanda por mão de obra.

Não por acaso, diversos viajantes que percorreram a região ao longo da segunda metade do século XIX registraram, em suas narrativas, as dificuldades inerentes a esse contexto. O inglês Alfred Russel Wallace (1979) percorreu os rios Negro, Solimões e outros cursos fluviais da região durante a década de 1850. Em certa ocasião, ao visitar o rio Uapés, viu-se diante da necessidade de recrutar trabalhadores para intermediar a negociação de produtos de seu interesse. Contudo, enfrentou dificuldades, e apenas conseguiu cooptar alguns trabalhadores após a intervenção de um comerciante local, identificado como sr. Lima, que atuou em favor do britânico. Chama atenção o fato de que a mobilização da força de trabalho indígena tenha se dado por meio de um agente privado e não pelas vias formais previstas na legislação, como o Regulamento das Missões de 1845⁴, que, em tese, deveria disciplinar tais relações.

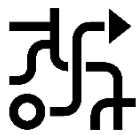
Wallace narra como “o sr. Lima conseguiu *persuadir* um dos índios a comprar uma saia para sua mulher, pagando-a em forma de trabalho, ou seja, seguindo viagem conosco” (Wallace, 1979, p. 178). E no dia seguinte, o mesmo regatão:

conversava com diversos índios que já o conheciam há bastante tempo. Ele tentava conseguir que um deles se dispusesse a ir comprar salsaparrilha e farinha nas cabeceiras de um igarapé próximo, o que representava uma viagem de alguns dias (Wallace, 1979, p. 180).

Os regatões, os comerciantes dos rios, como pontua Antônio Alexandre Cardoso, eram figuras muito conhecidas por percorrem as “estradas liquidas” dos sertões amazônicos atuando por meio do “chamado sistema de aviamento, levando a

³ A criação da província do Amazonas, segundo Vitor Marcos Gregório, ocorreu em 1850 e a instalação do aparelho administrativo, em 1852. O historiador identifica o tema da fiscalidade e das rendas enquanto argumentos que foram norteadores nas discussões que desencadearam na aprovação da criação da província do Amazonas pela lei 592 de 5 de setembro de 1850 (Gregorio, 2012)

⁴ O *Regimento acerca das Missões de catequese e civilização dos Índios* foi aprovado em 24 de julho de 1845. Patrícia Sampaio ressalta como os temas de terra/trabalho/guerra ainda são os principais eixos em torno da questão indígena durante o Império (Sampaio, 2009).



cabo trocas entre mercadorias e drogas da floresta em pequenas quantidades” (Cardoso, 2014, p. 30).

Marcio Couto Henrique assevera que essas trocas comerciais e de trabalho “seguiram o padrão tradicional indígena, sem uso de dinheiro e submetidas ao ritmo de contraprestação determinado pelos próprios índios” (Henrique, 2018, p. 214). Esse padrão tradicional de trocas dos povos indígenas estendeu-se para o realizado com outros habitantes do vale amazônico como negros (livres, libertos e escravizados) e mestiços. Entretanto, como observaremos, nem todas as trocas se pautavam por esses referenciais, uma vez que as formas de “persuasão” e “convencimento” mobilizadas pelos regatões frequentemente recorriam a mecanismos de coerção e violência. No caso de Alfred Wallace, aparentemente, a negociação do “sr Lima” envolveu que o viajante elevasse a quantidade dos produtos que os indígenas receberiam pelo trabalho (Wallace, 1979, p. 180). Cardoso pontua como “mais que simples força de trabalho, os nativos serviam como fonte de saberes sobre a floresta, viabilizando (ou não) a entrada de agentes que acompanhavam as movimentações da frente de expansão” (Cardoso, 2017, p. 158).

Os trabalhadores inseridos nesses tratos informais também exerciam influência sobre o “valor” do trabalho produzido. Essa constatação também fica perceptível na descrição feita pelo inglês William Chandless (1866) em sua expedição no rio Purus, realizada entre junho de 1864 e fevereiro de 1865. O explorador descreveu que os Paumaris, classificados por ele como “uma raça muito pacífica”, eram comumente empregados pelos regatões para pescar tartarugas chegando a conseguir 200 a 300 delas em apenas um dia. Contudo, destacou Chandless, o ‘preço’ requerido pelos indígenas para cada tartaruga poderia variar consideravelmente de acordo com a estação. Chandless destacou que “o preço normal de uma tartaruga é uma ou duas pontas de flecha de ferro farpado; mas quando o rio está cheio, *eles pedem mais*” (Chandless, 1866, p. 93). O inglês ainda notou a presença deles na coleta de seringa pontuando que:

Eles agora trabalham, em grande parte, embora preguiçosamente, na coleta de borracha da indígena, e compreendem bem o valor dela e o que recebem por ela; embora, como todos os indígenas, eles paguem preços ridículos por coisas de que gostam. Eles agora recusam machados portugueses e pedem americanos. Eles negociam com outras tribos, vendendo principalmente facas velhas, machados, etc (Chandless, 1866, p. 93).

Apesar de endossar a crítica aos tipos e ao valor atribuído aos produtos industrializados pagos aos indígenas, Chandless ressaltava que os Paumaris tinham clara compreensão do valor do seu trabalho e do quanto eles queriam receber por ele. Tanto que dentre os produtos almejados eles se recusavam a receber os ‘machados portugueses’ em preferência aos norte-americanos. A escolha pelo machado norte-americano, além de ser considerado de melhor qualidade, se esperava também que eles depois seriam mais bem recebidos nas trocas interétnicas. Dessa forma, ao ser reinseridos na lógica das trocas interétnicas, “os objetos são ‘processados’ pela trama social, sua inserção nas culturas indígenas é mediada pelos valores desta, num esforço constante de imprimir nestes objetos sua marca distinta” (Henrique, 2018, p. 159).

Além disso, o pagamento, por si só, não era suficiente para assegurar a adesão ao trabalho, uma vez que o consentimento dessas populações era atravessado por múltiplos fatores. Alfred Russel Wallace descendo o rio Negro em direção à Manaus tentou contratar alguns indígenas para a função de remeiros e encontrou dificuldades para se acertar com eles:

Um dizia que sua casa estava precisando ser consertadas, e que ele não poderia viajar antes de completar esse trabalho. Outro falou que já assumira o compromisso de ir a uma festa que se realizaria daí a uma ou duas semanas, e que só depois disso estaria a minha disposição. Assim sendo, não me restava outra alternativa senão esperar mais algum tempo, enquanto fazia uso do específico que os brasileiros receitam para os casos de aborrecimento desse gênero: paciência (Wallace, 1979, p. 196).

Para além da “paciência”, Wallace necessitou novamente da intervenção e influência do comerciante “sr. Lima” para finalmente conseguir alguns dos remadores. Mais uma vez, evidencia-se a centralidade da atuação desses intermediários na mobilização da força de trabalho indígena, especialmente em um contexto marcado pela fragilidade, quando não pela própria convivência, das estruturas estatais que, em tese, deveriam regular tais relações e assegurar os direitos dessas populações. Apesar disso, também é possível entrever como os indígenas procuravam condicionar e definir os termos em que essas relações de trabalho se estabeleciam. Por exemplo, para além da influência do comerciante, Wallace negociou por cerca de uma semana o “contrato” de trabalho com os trabalhadores e, ainda assim, um dos indígenas apenas consentiu em acompanhá-lo sob a condição de que fossem contratados

“outros quatro para ajudá-lo a limpar o mato e preparar uma roça de mandioca, sem o que ele não viria de modo algum” (Wallace, 1979).

Assim, a adesão das populações locais a determinados arranjos de trabalho e de troca era mediada por outros marcadores sociais, como redes de alianças, reciprocidades e interesses próprios dos trabalhadores, que desempenhavam papel decisivo na definição dos termos dessas relações. Outro viajante, o alemão Franz Keller-Leuzinger (2021), navegando pela região em 1868, por exemplo, narrou as dificuldades encontradas pelos exploradores para conseguir trabalhadores para sua excursão visto que eles não consentiam facilmente a aceitar os serviços propostos. Ele afirmou ter ouvido uma história de outro explorador que ao tentar convencer “um certo mestiço (...) lhe oferecendo alta compensação pelos serviços de guia, remeiros, caçador e pescador”, ele teria respondido: “retorne amanhã, depois que eu tiver vendido meus peixes na cidade, e eu lhe darei o dobro apenas para não me encher mais a paciência” (Keller-Leuzinger, 2021, p. 30).

Para Keller-Leuzinger, a razão disso residia no fato da região ser “tão rica em peixes quanto poderia ser – pescados e vendidos sem dificuldade – e, sendo, o solo tão fértil quanto se poderia esperar”, permitindo que eles “eventualmente comprem umas poucas roupas de seu interesse, bem como munições e anzóis” (Keller-Leuzinger, 2021, p. 45). A partir disso, os trabalhadores sentiam-se no direito de escolher quando e para quem trabalhar, algo que, para o viajante alemão, mostrava-se inconcebível. Tais espaços de autonomia eram construídos por meio de práticas concretas, através das quais esses sujeitos delimitavam o que consideravam ‘aceitável’ ou “apropriado” no âmbito das relações de trabalho, seja para estabelecer condições de engajamento, seja para expressar sua recusa diante da imposição de serviços ou da permanência prolongada em determinadas atividades.

Contudo, nem todos os trabalhadores conseguiam fazer prevalecer suas posições nessas relações, uma vez que muitos acabavam sendo capturados pelas redes de escravização ilegal. A esse respeito, Franz Keller-Leuzinger relatou que:

os regatões, ao mesmo tempo comerciantes naquelas regiões, não apenas mantiveram o tráfico de escravos lucrativo, como também praticaram todas as espécies de crueldades e crimes contra as cabanas dos habitantes destas regiões, fossem selvagens ou mestiços (...) Até hoje, às margens do rio Japurá, rio Purus, rio Tefé, etc, mercadores portugueses mantêm nativos como úteis animais domésticos que se tornaram, em enorme grau de dependência, apenas distinguível da real escravidão pela circunstância de que seus mestres não os precisam vender (Keller-Leuzinger, 2021, p. 104).

A escravização ilegal de indígenas, longe de constituir uma prática residual ou marginal, integrava de forma estrutural as dinâmicas de exploração do trabalho na Amazônia oitocentista, operando sob mecanismos que tensionavam os próprios limites entre a liberdade e a escravidão (Costa, 2022; Henrique, 2024). O testemunho de Keller-Leuzinger explicita a materialidade dessa exploração ao descrever a atuação dos regatões, cujas práticas violentas e predatórias reduziam populações inteiras ao cativeiro ilegal, evidenciando um cenário em que a ilegalidade não impedia, mas antes sustentava, a continuidade de formas sistemáticas de dominação.

Para impor limites às formas de exploração e às tentativas de controle sobre sua força de trabalho, esses sujeitos mobilizavam diferentes repertórios de negociação, recusa e acomodação. Entre eles, destacavam-se práticas aparentemente inofensivas ou mesmo “pegadinhas”, que, na realidade, integravam um conjunto mais amplo de ações voltadas a influenciar o ritmo e a intensidade do trabalho. Por exemplo, novamente Keller-Leuzinger registrou sobre os trabalhadores locais:

Não se pode, contudo, confiar de todo em tais afirmativas, pois os índios frequentemente se deleitam em enganar ou fazer graça com os seus curiosos interlocutores brancos, mantendo o costume de repetir pelo menos uma das palavras das perguntas feitas, o que dá espaço às mais peculiares confusões (Keller-Leuzinger, 2021, p. 18).

O que o viajante não foi capaz de perceber era que práticas como confundir, iludir, falsear, engabelar ou tapear integravam a miríade de *micropolíticas do trabalho* acionadas pelos trabalhadores amazônicos. Essas ações frequentemente interpretadas pelos viajantes como indolência, desordem ou desonestidade podem ser compreendidas, antes, como formas situadas de negociação, resistência e afirmação de autonomia no interior de relações de trabalho marcadas por profundas assimetrias⁵. Em 1859, o francês Auguste François Biard deparou-se diretamente com essas estratégias durante sua expedição pelo vale amazônico, especialmente nos

⁵ Essa análise, dialoga com as interpretações de Eduardo Silva e João José Reis (1989) que propõem compreender práticas frequentemente classificadas como indisciplina, desordem ou mesmo desonestidade não como desvios, mas como formas historicamente situadas de negociação, resistência e construção de autonomia por parte dos trabalhadores, principalmente dos escravizados, especialmente em contextos marcados por relações profundamente desiguais.

conflitos que estabeleceu com seu ajudante, Policarpo, indígena da etnia Mura. Ainda em Belém, ao buscar trabalhadores que o acompanhassem na viagem, sua aproximação com o indígena não se deu de forma autônoma, mas mediada pelas autoridades locais, sendo necessário solicitar autorização prévia para incorporá-lo à expedição.

O viajante ainda explicou que isso era necessário pois “Policarpo poderia ser escravo, desertor ou ter dívidas e não dispunha de documentos que provassem o contrário” (Biard, 2004, p. 145). Ainda que Policarpo fosse reconhecido como indígena, tal condição não garantia, por si só, o reconhecimento efetivo de sua liberdade, nem no plano social nem no jurídico, já que poderia ser considerado como escravo, isto é, como propriedade de outrem. Esse quadro evidencia como, na Amazônia, as persistências da escravidão se articulavam profundamente a marcadores étnicos, nos quais a identidade indígena não apenas deixava de assegurar proteção, como também podia operar como elemento de vulnerabilização e sujeição.

Ao final, segundo Biard, o indígena só teria conseguido a permissão para sair da cidade de Belém por possuir uma “carta de recomendação do Barão de Mauá” e pela “consideração” que as autoridades tiveram pelo europeu (Biard, 2004, p. 145). No Brasil Império a mobilidade da população indígena, de negros (livres, libertos e escravizados) e não-brancos pobres estava condicionada à apresentação de documentos ou licenças que fossem expedidas pelas autoridades policiais ou pessoas consideradas da “boa sociedade”⁶.

De toda forma, em nenhum momento Policarpo quis sair da cidade e se deslocar a serviço do francês. O próprio Biard reconheceu que ele só teria “aceito” depois que o secretário do presidente da província chamou-o para ‘conversar’ e ameaçou-o com prisão e alistamento na Armada caso não obedecesse ao europeu. Segundo o viajante, essas duas coisas “aterrorizavam os índios, uma vez que, embora em contato com a civilização, *por nada deste mundo querem renunciar à sua liberdade*” (Biard, 2004, p.146) A atuação da autoridade provincial inscrevia-se em

⁶ Rebeca Scott e Jean Hébrard (2014) reconstruindo cinco gerações de Rosalie, levada em 1785 da Senegâmbia e escravizada em Saint-Domingue, demonstram o problema em torno do deslocamento geográfico de africanos (livres e escravizados) no mundo atlântico e os vários significados atribuídos aos documentos nesse percurso.

uma longa tradição administrativa e dos costumes locais que transformou o alistamento em uma das principais ferramentas de disciplinamento social, mobilizada para enquadrar determinados grupos e, ao mesmo tempo, reafirmar hierarquias e a ordem social pretendida pelo poder central.

Ao longo de boa parte do século XIX, como observa Vitor Izecksohn (2009), o recrutamento militar constituiu uma tarefa particularmente complexa para o governo do Brasil, na medida em que expressava “o aumento da intervenção governamental e a invasão das prerrogativas locais”, além de implicar “a apreensão de indivíduos e seu deslocamento para outras regiões”. Somado a isto, a própria linguagem embutida no significado oitocentista para “recrutamento” remetia à sua natureza compulsória e violenta, como destaca Hendrik Kraay (1999) as palavras comumente utilizadas pelas autoridades, tais como “apreensão” e “prisão”, para se remeter aos alistamentos já deixavam transparecer seu caráter coercitivo.

É fato que o caráter forçado do recrutamento já estava inscrito nessa instituição desde o período colonial. Na Amazônia, sobretudo, populações indígenas eram frequentemente mobilizadas para trabalhar em fortalezas, casas fortes e fortins situados nos sertões e nas zonas de fronteira. As redes de mobilização militar, conforme descrito por Wania Viana (2011), operavam principalmente nos espaços dos aldeamentos, por meio da negociação direta com os próprios indígenas, com os “principais” ou ainda através de mecanismos de cooperação entre capitanias.

Ou seja, tratava-se de uma prática profundamente arraigada na sociedade amazônica, e foi a partir desse referencial que o presidente da província ameaçou Policarpo para que prosseguisse viagem com Auguste François Biard. Outros viajantes também recorreram a expedientes semelhantes, como o inglês Paul Marcoy (2006) que durante sua exploração pelo Rio Purus utilizou desse artifício para intimidar e constranger remadores indígenas que se recusavam a continuar a jornada sob suas ordens. Segundo o viajante, inicialmente as tensões entre ele e os indígenas estavam, aparentemente, sob controle e por isso ele “não tinha tido queixas”. Contudo, a situação mudou completamente, quando Marcoy determinou que os indígenas remassem contra a correnteza do Aru. O inglês relatou como:

De repente, *eles perderam a paciência*; o timoneiro atirou ao chão o seu remo, foi à deriva. Confesso que naquele momento fui tomado pela cólera. Levantei-me, agarrei o remo com as duas mãos e, como Hércules prestes a executar Caco, dei a impressão de querer quebrá-lo na cabeça dura do meu timoneiro. O homem soltou um grito de pavor, retraiu-se e, juntando as mãos, suplicou-

me que o poupasse. Então não só atendi a sua prece, como lhe devolvi o remo, que ele imediatamente mergulhou na água. Os remadores haviam ficado pasmos diante daquele entrevero; eu os deixei ainda mais atemorizados declarando-lhes que ao chegar à Barra do Rio Negro iria dar queixa às autoridades do seu motim para que fossem imediatamente convocados a servir na briosa corporação militar (Marcoy, 2006, p. 150).

Paul Marcoy, por meio de uma narração permeada por um tom heroico, buscou comparar sua própria ação à do semideus Hércules na execução do gigante Caco. Na cena descrita, os remeiros em motim são representados como uma fera, enquanto o viajante assume o papel do herói que doma o monstro. O inglês parecia conhecer bem os mecanismos capazes de constranger os trabalhadores a seguir seus comandos e conter a revolta que começava a se delinear. Note-se que apenas o uso da força para amedrontá-los não foi suficiente para fazê-los abandonar completamente o motim. Foi somente quando o viajante acionou a ameaça de entregá-los ao alistamento militar que os remeiros indígenas aparentemente se tornaram temerosos e retornaram ao serviço. Marcoy demonstrava ter plena consciência do pavor que o recrutamento despertava entre os indígenas, razão pela qual concluiu a descrição do episódio da seguinte forma:

Esse tipo de recrutamento, ao lado da varíola, é uma das coisas que os Tapuias temem mais do que qualquer outro infortúnio. Percebi que os rostos escuros empalideceram e, trocando olhares significativos, empunharam os remos e começaram a vogar com um entusiasmo que beirava a fúria (Marcoy, 2006, p. 150).

Nesse sentido, o recrutamento forçado funcionava também como um mecanismo de controle social: a ameaça constante do alistamento e o temor que ela produzia contribuíam para reforçar práticas ilegais de coerção do trabalho. Para Policarpo, a ameaça do alistamento também funcionou como mecanismo de coerção para que aceitasse seguir viagem com Auguste François Biard. Ainda assim, ao longo da jornada, ele demonstraria reiteradamente seu descontentamento com essa ocupação. Para o indígena, a noção de liberdade parecia igualmente associada à autonomia de decidir a quais serviços desejava, ou não, se vincular. Por exemplo, quando desembarcaram em Manaus, o viajante francês descreveu com certo desprezo o fato de Policarpo ter se recusado a carregar seus pesados baús até o hotel, afirmando que fora necessário:

forçar o horrível Policarpo a me ajudar um pouco. Possuía uma mala que nunca fora carregada por mais de um negro aqui. Dois índios, conseguidos a

custo, auxiliaram o preto, e, se nós não protestássemos, teria sido preciso um terceiro. Policarpo somente se interessou pelo seu baú (Biard, 2004, p. 164).

Em outro episódio, ao sair para explorar os arredores de Manaus com o objetivo de realizar suas pesquisas e catalogar espécimes da fauna local, Auguste François Biard queixou-se da lentidão com que Policarpo executava as tarefas que lhe eram atribuídas:

Mandei Policarpo, por ali afora, a fim de ver se descobria um abrigo que me servisse. Disse-lhe fosse e voltasse depressa, porém, acostumado a agir como lhe desse na cabeça, não apressou os passos e quando regressou, para me dar a entender ter encontrado o que eu queria (Biard, 2004, p. 165).

Os protestos e as qualificações proferidas pelo francês buscavam, em grande medida, encobrir as múltiplas violências exercidas contra um trabalhador recrutado de forma coercitiva, cujas ações, longe de simples insubordinação, constituíam formas de expressar descontentamento e negociar sua posição naquela relação. Nesse sentido, ao recorrer ao “atraso”, à dissimulação ou à recusa velada, frequentemente traduzidos pelo viajante como “preguiça”, Policarpo procurava afirmar seus próprios limites e redefinir, na prática, o que considerava aceitável dentro de seu vínculo de trabalho. Assim, aquilo que Auguste François Biard interpretava como “falsear”, “fingir”, “mentir” ou “iludir” pode ser compreendido como um repertório de estratégias cotidianas de resistência, mobilizadas sempre que determinadas tarefas contrariavam seus interesses ou extrapolavam, a seu ver, os termos dessa relação.

Em certa ocasião, por exemplo, Policarpo demonstrou seu descontentamento com a demora do europeu em cada povoação visitada, sobretudo quando Auguste François Biard se detinha na realização de suas pinturas. Ao solicitar maior agilidade na viagem, teve seu pedido prontamente recusado. Com o passar dos dias, o viajante passou a notar que, sempre que se interessava em retratar os habitantes locais, estes fugiam ou recusavam-se terminantemente a posar. A situação só se esclareceu quando, em conversa com o chefe de uma das localidades, Biard soube que Policarpo vinha disseminando narrativas entre os moradores, afirmando que, “na terra dos brancos, existiam criaturas sem cabeça” e que o francês estaria à procura de modelos para substituí-las. Como relatou o próprio viajante:

Policarpo, não ousando atacar-me de frente, havia, desde Manaus, posto em prática maldade surda que produzira seus efeitos sem conhece-lhes a causa. Quando um índio se prestava a servir de modelo, e eu não acabava o retrato no mesmo dia, Policarpo convencia-o de que na terra dos brancos existiam

criaturas sem cabeça. Eu estava encarregado de consegui-las entre os selvagens. Assim, quem fosse por mim pintado um dia teria a cabeça misteriosamente arrancada dos ombros e levada pelos ares ao corpo a que estaria destinada (Biard, 2004, p. 215).

Policarpo dominava não apenas a língua, mas também os referenciais cosmológicos das populações que habitavam os arredores dos rios Madeira e Amazonas; sendo ele próprio pertencente à etnia Mura, sabia precisamente quais imagens mobilizar para causar temor entre seus interlocutores. Ao acionar esse repertório cosmológico, transformava seu conhecimento em uma verdadeira micropolítica do trabalho, por meio da qual conseguia, ainda que indiretamente, interferir no ritmo da expedição e pressionar pela redução do tempo de permanência a serviço do francês. Assim, episódios como esse evidenciam que suas atitudes estavam longe de serem meras artimanhas individuais, constituindo, antes, estratégias situadas de resistência e negociação. Ao final, tais tensões, somadas a outros conflitos, tornaram a relação de trabalho com Auguste François Biard progressivamente insustentável, sobretudo no que dizia respeito à própria integridade de Policarpo. Percebendo isso, o indígena tratou de evadir-se da companhia do francês levando consigo “uma espingarda (...) bem como um facão (...) um saco com chumbo, pólvora, cápsulas e uma caixa na qual havia linha, agulhas, botões e tesouras” (Biard, 2004, p. 240).

O fato é que ele não foi o único trabalhador da excursão a utilizar dessas estratégias para driblar os serviços impostos pelo viajante ou buscar acelerar a estadia nas povoações. A maior parte da mão de obra a serviço de Biard havia sido contratada pelos tratos informais ou ainda pela intervenção de alguma autoridade pública. Todavia, os trabalhadores tinham para si uma visão clara de como deveriam ser tratados, a alimentação que deveriam receber e o tempo de duração do serviço previamente acertado. Quando isso não era respeitado, eles buscaram formas de demonstrar seu desacordo. Numa dada ocasião, alguns indígenas e um guarda buscaram enganar e confundir o viajante, divertindo-se com o desespero do patrão diante da situação. Um dia quando desembarcavam em uma margem do rio Madeira, os trabalhadores desceram da embarcação sem comunicar August Biard da profundidade do rio naquele lugar fazendo-o afundar e quase se afogar (Biard, 2004,

p. 200). O francês inconformado com a situação e o perigo corrido a sua vida infligiu diversos castigos físicos para penalizá-los.

Em um episódio revelador das tensões cotidianas dessa relação de trabalho, os trabalhadores recusaram-se a acompanhar o patrão em uma excursão destinada ao registro de uma ave recém-avistada, alegando exaustão após longas horas de remo contínuo. Diante da negativa, Biard, contrariado, decidiu seguir sozinho, solicitando apenas as orientações necessárias para alcançar o local. Após concluir o desenho, entrou no rio para se banhar e, pouco depois, percebeu que seus ajudantes o observavam à distância, rindo e gesticulando para que avançasse ainda mais na água. Inicialmente desconsiderando os sinais, acabou, diante da insistência, voltando o olhar para a direção indicada, quando então avistou, a poucos metros, jacarés à espreita. Tomado pelo desespero, nadou rapidamente até a margem e conseguiu escapar (Biard, 2004). Longe de interpretar o ocorrido como uma resposta às tensões acumuladas, o viajante reagiu com indignação à “peça” que lhe fora pregada, aplicando castigos aos trabalhadores e reduzindo-lhes a alimentação nos dias seguintes, o que evidencia, mais uma vez, o caráter violento e coercitivo que marcava essas relações.

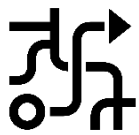
Ao fim, tais ações descritas pelos viajantes como símbolos da “preguiça” e “falta de aptidão ao trabalho” eram, na verdade, parte das *micropolíticas do trabalho* acionadas pelos trabalhadores do vale amazônico para expor sua insatisfação perante os serviços a eles impostos. Essas relações de trabalho - fossem elas construídas por meio de mecanismos ilegais ou estabelecidas pelas legislações – também passavam pelo crivo das noções e das expectativas dos trabalhadores que estavam a elas interligadas. Havia um leque variado de dispositivos que, acionados de forma individual ou coletiva, direta ou indiretamente, foram constitutivos dos parâmetros sociais que delimitaram as noções de ‘normalidade’ ou ‘aceitável’ nas várias formas de exploração do trabalho livre ou não-livre. Como destaca Ravi Ahuja, “a zona onde a ‘liberdade’ foi perdida ou conquistada, não deve ser entendida como um dado atemporal, mas como um produto da ação humana”, visto que era “resultado de confrontos entre forças sociais concretas, e portanto, (...) um produto essencialmente político” (Ahuja, 2013, p. 117).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, procurou-se demonstrar como as populações indígenas que habitavam a província do Amazonas tiveram suas experiências no mundo do trabalho, durante o Oitocentos, profundamente marcadas por hierarquias raciais e sociais que condicionavam suas formas de inserção e sustentavam diferentes ferramentas de exploração e coerção. Tais práticas coercitivas eram engendradas tanto por agentes particulares, como os regatões, quanto por autoridades públicas que, embora devessem seguir as normativas estabelecidas pelas legislações garantidoras de liberdade, sustentavam, na prática, um amplo sistema de produção de mão de obra compulsória e violenta voltado aos empreendimentos econômicos em expansão na região. Assim, ainda que inseridos em um contexto marcado pela intensificação dos debates públicos contra a escravidão e pelo florescimento do movimento abolicionista ao longo do século XIX, esses sujeitos vivenciaram, simultaneamente, a ampliação de mecanismos de coerção ao trabalho, ao mesmo tempo em que participaram ativamente das disputas em torno dos próprios significados de escravidão e liberdade.

As relações de trabalho eram constantemente tensionadas pelos indígenas por meio de práticas cotidianas de negociação, recusa e enfrentamento, evidenciando a atuação desses sujeitos diante de estruturas marcadas pela violência e pela dependência. De forma individual ou coletiva, por meio de fugas, do “atraso”, da recusa velada, frequentemente traduzida como “preguiça”, e de outras estratégias, esses sujeitos buscavam impor limites, redefinir condições e expressar seu desacordo em relação às formas de exploração a que estavam submetidos. Consideradas em conjunto, tais experiências demonstram que a chamada “liberdade” estava longe de se constituir como uma condição plena, sendo reiteradamente atravessada por dispositivos de controle que restringiam a autonomia e a mobilidade.

Desse modo, a análise dessas experiências permite complexificar a compreensão das dinâmicas que estruturaram as relações de trabalho no Oitocentos, evidenciando que os conceitos de escravidão e liberdade não podem ser plenamente apreendidos sem que sejam também interrogados a partir das vivências dos povos indígenas. Tal perspectiva permite situar essas relações em um movimento histórico mais amplo de consolidação de formas de trabalho no capitalismo, no qual a



redefinição jurídica da liberdade conviveu com a reprodução, sob novas bases, de práticas persistentes de sujeição, exploração e desigualdade.

REFERÊNCIAS

AHUJA, Ravi. A freedom still enmeshed in servitude: the unruly “Lascars” of the SS City of Manila or, a micro-history of the “free labour” problem. In: AHUJA, Ravi (org.). *Working Lives & Worker Militancy: The Politics of Labour in Colonial India*. New Delhi: Tulika Book, 2013, p. 97-133.

CARDOSO, Antonio Alexandre Isídio. *O Eldorado dos deserdados: indígenas, escravos, migrantes, regatões e o avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CARDOSO, Antonio Alexandre Isídio. Negros e índios sob suspeita: dimensões da escravidão e do trabalho compulsório no território amazônico. *Revista Litteris*, v. 1, p. 21-32, 2014.

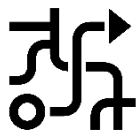
CHALHOUB, Sidney. Costumes senhoriais: escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil Império. In: AZEVEDO, Elciene et al. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, século XIX e XX*. Campinas: Editora Unicamp, 2009, p. 23-62.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social*, n. 19, p. 33-62, 2010.

COSTA, Jessyka Samya Ladislau Pereira. *Liberdade fraturada: as redes de coerção e o cotidiano da exploração na província do Amazonas (Brasil, século XIX)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

DIAS, Camila Loureiro. Os índios, a Amazônia e os conceitos de escravidão e liberdade. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 33, n. 97, p. 235-252, 2019.

DORNELLES, Soraia Sales. A questão indígena e o Império: índios, terra, trabalho e violência na província paulista, 1845-1891. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.



DORNELLES, Soraia Sales. Trabalho compulsório e escravidão indígena no Brasil imperial: reflexões a partir da província paulista. *Revista Brasileira de História*, v. 38, n. 79, p. 87-108, 2018.

FERREIRA, André Luís Bezerra. *As memórias dos sertões: as práticas de cativo, escravidão e liberdade de índios e mestiços na Amazônia portuguesa (séculos XVII e XVIII)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

FRENCH, John. As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade: continuidades e rupturas na formação política e social do Brasil moderno. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 77-96.

FULLER, Claudia Maria. Os corpos de trabalhadores e a organização do trabalho livre na província do Pará (1838-1859). *Revista Mundos do Trabalho*, v. 3, n. 6, p. 52-66, 2012.

GREGORIO, Vitor Marcos. *Dividindo as províncias do Império: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

HENRIQUE, Márcio Couto. *Sem Vieira nem Pombal: índios na Amazônia do século XIX*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

HENRIQUE, Márcio Couto. Uso e costume da terra: a escravidão ilegal de indígenas na Amazônia do século XIX. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 16, p. 1-22, 2024.

HENRIQUE, Márcio Couto; MORAIS, Laura Trindade de. Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (século XIX). *Revista de História*, São Paulo, n. 171, p. 49-82, 2014.

IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial – Vol. II – 1831-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial. *Diálogos*, v. 3, n. 3, p. 113-151, 1999.

LIMA, Fernando Henrique de Almeida. Abordagens, limites e possibilidades no uso de relatos de viagem como fonte historiográfica: considerações a partir da historiografia africanista. *Revista Trilhas da História*, v. 13, n. 27, p. 347-364, 2024.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi*, v. 6, n. 11, p. 289-326, 2005.

MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. O cativo injusto e as (re)ações pela liberdade na Amazônia colonial (1700-1757). In: MAMIGONIAN, Beatriz G.; PEDROZA, Antonia Marcia N. (orgs.). *Escravidão ilegal no Brasil*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2023.

MELO, Patrícia Alves. Índios e africanos livres nas obras públicas, Manaus, século XIX. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 13, p. 1-12, 2021.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. In: MONTEIRO, John M.; NOVAES, Adauto. *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 237-249.

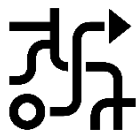
PAZ, Adalberto. *Repúblicas contestadas: liberdade, trabalho e disputas políticas na Amazônia do século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

ROCHA, Rafael Ale. Os oficiais índios e a mão de obra indígena livre na Amazônia colonial (1700-1798). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 9, n. 17, p. 13-28, 2017.

SAMPAIO, Patrícia M. Política indigenista no Brasil imperial. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil imperial, volume I: 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 175-206, 2009.

SCOTT, Rebecca J.; HÉBRARD, Jean M. *Provas de liberdade: uma odisseia atlântica na era da emancipação*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

SILVA, Ayalla O. Territorialização e trabalho: atuação dos aldeados de Ferradas nos serviços públicos e particulares. In: *Ordem imperial e aldeamento indígena: Camacãs, Gueréns e Pataxós do Sul da Bahia*. Ilhéus: Editus, 2018.



SILVA, Eduardo; REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

VIANA, Wania Alexandrino. *Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na capitania do Pará (primeira metade do século XVIII)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

FONTES

BIARD, Auguste François. *Dois anos no Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

CHANDLESS, William. Ascent of the River Purús. *The Journal of the Royal Geographical Society of London*, Londres, v. 36, 1866.

KELLER-LËUZINGER, Franz. *Os rios Amazonas e Madeira: esboços e relatos de um explorador*. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.

MARCOY, Paul. *Viagem pelo rio Amazonas*. Manaus: EDUA, 2006.

WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

Recebido em 18/03/2026

Aprovado em 09/06/2026



AUGUSTO, Bruno Cezar Bio*

<https://orcid.org/0000-0002-6896-440X>

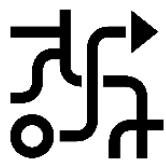
RESUMO: Este artigo analisa os ataques guaicurus ao Presídio de Coimbra, na capitania de Mato Grosso, entre 1777 e 1778, a partir das cartas do sargento-mor Marcelino Roiz, lidas não apenas como relatos administrativos, mas como registros de uma fronteira em permanente disputa. Sustenta-se que o episódio deve ser compreendido como evidência da agência indígena no interior das estruturas militares coloniais, uma vez que os guaicurus não figuram apenas como inimigos externos da ocupação portuguesa, mas como sujeitos históricos capazes de negociar, observar, testar, atacar e comprometer a sustentação material do presídio. Ao reconstituir a aproximação diplomática, as trocas de presentes, a entrada dos indígenas na fortificação, a ruptura violenta, as baixas da guarnição e a posterior destruição dos roçados, demonstra-se que a guerra, nesse contexto, operou como prática relacional e instrumento de intervenção política sobre o espaço colonial. Em diálogo com a Antropologia da Guerra Indígena, com a New Conquest History e com a Nova História Indígena, o caso permite deslocar o foco da narrativa colonial e perceber os guaicurus como protagonistas de um processo em que a fortificação portuguesa se revela menos como símbolo de domínio estável e mais como estrutura vulnerável. Desse modo, a guerra é interpretada como linguagem histórica de ação, disputa e protagonismo na fronteira Oeste da América portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Guaicurus; guerra indígena; fronteira colonial

ABSTRACT: In this article, I examine the Guaicuru attacks on the Presidio of Coimbra, in the captaincy of Mato Grosso, between 1777 and 1778, based on the letters of Sergeant Major Marcelino Roiz, which I read not as mere administrative reports but as records of a frontier under constant dispute. I argue that this episode should be understood as evidence of Indigenous agency within colonial military structures, since the Guaicuru did not appear merely as external enemies of Portuguese occupation, but as historical actors capable of negotiating, observing, testing, attacking, and undermining the material support of the presidio. By reconstructing the diplomatic approach, the exchange of gifts, the entry of Indigenous actors into the fortification, the violent rupture, the casualties among the garrison, and the subsequent destruction of crops, I demonstrate that warfare in this context operated as a relational practice and as an instrument of political intervention in colonial space. In dialogue with the Anthropology of Indigenous Warfare, the New Conquest History, and the New Indigenous History, I contend that the Coimbra case allows us to shift the focus away from the colonial narrative and to perceive the Guaicuru as protagonists in a process in which the Portuguese fortification appears less as a symbol of stable domination and more as a vulnerable structure. Thus, I propose interpreting war not as an essentialized attribute of Indigenous peoples, but as a historical language of action, dispute, and protagonism on the western frontier of Portuguese America.

KEYWORDS: Guaicuru; Indigenous warfare; colonial frontier

* Doutor em História, com pesquisa voltada à América portuguesa, às fronteiras coloniais e à capitania de Mato Grosso no século XVIII. É professor de História do Brasil Império na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: bbioagusto@icloud.com.

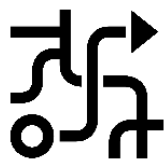


INTRODUÇÃO

A guerra é, desde longa data, um dos objetos mais persistentes da historiografia. Ela comparece como tema clássico da História Militar e da Nova História Militar, mas também como problema transversal da história política, social, cultural e antropológica. No terreno da História Indígena, em particular nas últimas décadas, deixou de ser lida apenas como atributo essencializado de coletividades nativas e passou a ser compreendida como prática histórica situada, ou seja, inseparável das relações de contato, dos processos de conquista, das transformações coloniais e das formas concretas de agência indígena. É justamente nesse horizonte que o episódio dos ataques guaicurus ao Presídio de Coimbra, em 1777 e 1778, torna-se pertinente.

O caso narrado em cartas do sargento-mor Marcelino Roiz ao capitão-general Luís de Albuquerque (BR MTAPMT FC-CA-0014; BR MTAPMT FC-CA-0025; BR MTAPMT FC-CA-0027) permite acompanhar uma sequência documental de aproximação diplomática, trocas de presentes, negociação de gado e cavalos, circulação de intérpretes, entrada de indígenas no interior da fortificação, festa noturna, desorganização da guarda, assalto, mortos e feridos, medo recorrente, vigilância militar, roças destruídas e pedidos de socorro material para a sobrevivência da guarnição. Longe de registrar apenas um episódio militar isolado, esse conjunto de documentos expõe um problema estrutural a respeito da fronteira do rio Paraguai, que não era controlada de forma linear pela Coroa portuguesa, e sim disputada de maneira cotidiana por diferentes autores, entre os quais os guaicurus, que ocupavam posição decisiva. As cartas de Marcelino, escritas no interior da crise, revelam não só a precariedade da organização defensiva de Coimbra, no Oeste da América portuguesa, mas também a capacidade indígena de observar, testar, negociar, atacar, cercar e constranger os ritmos da presença colonial.

Este artigo sustenta que o episódio não deve ser interpretado como simples prova da *ferocidade* guaicuru, nem como anedota local de uma fortificação mal administrada. Ao contrário, a investigação constitui excelente observatório para pensar a guerra como linguagem de agência indígena na América portuguesa setecentista. A documentação permite perceber que os guaicurus atuaram não apenas no momento do choque armado, mas em muitas situações de fronteira,

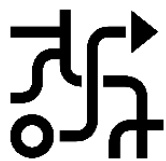


sondando a guarnição, mobilizando expectativas de amizade, acionando códigos diplomáticos, avaliando as fraquezas do presídio, produzindo baixas, impondo um regime continuado de insegurança e atacando, inclusive, as bases alimentares do posto.

A reflexão proposta dialoga com três conjuntos historiográficos e antropológicos. Em primeiro lugar, com o debate travado no interior da antropologia da guerra indígena, que recusou a leitura da violência indígena como expressão natural ou endêmica de sociedades pretensamente isoladas, chamando a atenção para a centralidade da expansão estatal, das economias coloniais e das zonas de contato na produção histórica dos conflitos (Ferguson; Whitehead, 1992). Douglas Bamforth, por sua vez, representa uma vertente que insistiu na relevância de padrões de longa duração na discussão sobre guerra indígena, demonstrando que o debate é mais complexo do que a simples oposição entre paz e guerra colonial (Bamforth, 1994).

Essa revisão precisa ser situada também no interior de uma produção acadêmica recente sobre guerra indígena na América portuguesa, particularmente interessada em compreender os povos originários não apenas como vítimas ou obstáculos da colonização, mas como sujeitos capazes de atuar em campos militares, diplomáticos e políticos atravessados pela expansão colonial. O estudo de Kalina Vanderlei Silva sobre a chamada *Guerra dos Bárbaros*, por exemplo, demonstra que as guerras dos sertões não podem ser entendidas apenas como confrontos entre tropas coloniais e *índios hostis*, pois nelas os indígenas atuaram tanto como adversários da conquista quanto como agentes integrados às suas forças, interferindo na formação de táticas, estratégias e repertórios militares do mundo colonial (Silva, 2019).

Nessa esteira, a contribuição de Wania Alexandrino Viana, voltada à capitania do Pará, reforça esse ponto ao mostrar que a defesa colonial, sobretudo em espaços de fronteira, dependia da presença indígena em atividades de vigilância, deslocamento, combate, logística e expansão territorial, compondo aquilo que a autora define como uma defesa luso-indígena (Viana, 2019). Tais abordagem me permitem recolocar o episódio de Coimbra em uma guerra que não era apenas ação produzida contra os indígenas ou pelos indígenas, mas um campo relacional no qual



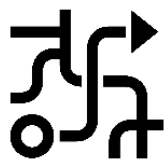
a própria dominação colonial se construíra de maneira instável, compósita e negociada.

Diante disso, em segundo lugar, a análise se aproxima das formulações de Manuela Carneiro da Cunha e Eduardo Viveiros de Castro acerca da guerra tupinambá. Embora não se trate de transpor mecanicamente o modelo tupi para os guaicurus, a proposição de que certas sociedades não preexistem à guerra, mas se constituem em torno dela, é útil para recusar explicações meramente eventuais ou superficiais do conflito (Cunha; Viveiros de Castro, 1985). Por fim, este artigo se ancora na *New Conquest History* de Matthew Restall e na Nova História Indígena brasileira, sobretudo em John Manuel Monteiro e Maria Regina Celestino de Almeida, ao buscar enfatizar agência, protagonismo e capacidade indígena de redefinir os próprios processos de conquista e colonização (Restall, 2012; Monteiro, 2001; Almeida, 2010, 2013).

Do ponto de vista metodológico, a leitura aqui proposta toma as cartas de Marcelino não como fato verídico, mas como escrita colonial de situação, ou seja, documentos que informam sobre movimentos, ataques, perdas e carências, e também sobre medo, ressentimento, expectativas frustradas, acusações internas e tentativas de convencer o governo acerca da urgência de reforços. Ler essa documentação *a contrapelo*, utilizando a expressão de Benjamin (2012), significa reconhecer seu viés colonial, sem, contudo, reduzir os indígenas a um silêncio absoluto. Em muitos momentos, a própria retórica de Marcelino, forjada para denunciar a crise, acaba por revelar a eficácia da ação guaicuru. Assim, se a fonte trazida neste trabalho é produzida pelo colono, o acontecimento que ela deixa entrever é, em grande medida, produzido por protagonismo indígena.

GUERRA, DOCUMENTAÇÃO E FRONTEIRA: ALGUMAS NOTAS DE MÉTODO

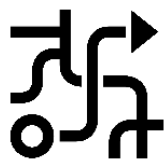
O sentido em que este artigo emprega a noção de *agência indígena* não se trata de supor liberdade plena de ação dos povos originários e nem de atribuir aos guaicurus uma autonomia abstrata diante das pressões coloniais. Agência, aqui, designa uma capacidade historicamente situada de intervenção. Isto é, a possibilidade de sujeitos e coletividades indígenas atuarem dentro de relações assimétricas,



mobilizando repertórios próprios de negociação, circulação, violência, aliança, observação e cálculo político. Nesse sentido, a agência não se opõe à dominação, mas se manifesta precisamente no interior de situações marcadas por coerção, dependência, disputa e instabilidade. A reflexão antropológica de Sherry Ortner sobre poder e projetos ajuda a pensar essa capacidade de ação sem retirá-la dos constrangimentos históricos que a condicionam (Ortner, 2007). No caso analisado, a intervenção guaicuru aparece tanto na aproximação diplomática quanto no ataque, tanto na demanda por presentes quanto no controle das roças, tanto na circulação pelo terreno quanto na capacidade de impor medo e desorganizar a guarnição portuguesa.

Uma das contribuições mais importantes da história indígena recente foi romper com o hábito historiográfico de localizar os povos originários apenas nos bastidores da colonização. Maria Regina Celestino de Almeida observou, em síntese hoje clássica, que as novas leituras sobre os indígenas na história do Brasil resultaram menos do aparecimento de documentos inéditos do que de novas perguntas e interpretações, capazes de trazê-los dos bastidores ao palco (Almeida, 2010; Almeida, 2017). A formulação é decisiva para esta investigação, pois não faltavam referências a populações indígenas na documentação administrativa de Mato Grosso, mas o problema é que, por muito tempo, essas menções foram lidas apenas como ruído periférico da ação metropolitana, das autoridades locais ou das redes mercantis coloniais. Ao reorientar o foco, torna-se possível ver que os guaicurus não entram no caso de Coimbra como obstáculo natural ao avanço português, mas como sujeitos históricos que impunham condições ao próprio processo de ocupação.

Em vários momentos de sua obra, John Manuel Monteiro insistiu que a História Indígena exige deslocar o olhar do historiador, combinando atenção aos arquivos coloniais com instrumental analítico capaz de perceber mediações, traduções, negociações e resistência. Em vez de partir de categorias pré-estabelecidas da administração portuguesa, é necessário interrogar a documentação quanto às formas pelas quais ela registra e, ao mesmo tempo, deforma a presença indígena (Monteiro, 1994; Monteiro, 2001). Esse procedimento é especialmente produtivo para uma fonte como a de Marcelino, que, ao explicar por que o Forte de

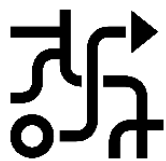


Coimbra se encontrava em situação crítica, acabou documentando uma fronteira em que os guaicurus ditavam boa parte dos movimentos.

A contribuição de Silva (2019) ajuda a refinar essa leitura metodológica. Ao estudar a *Guerra dos Bárbaros*, a autora observa que a própria estrutura militar colonial pode servir como “luneta” para perceber a agência indígena, uma vez que a documentação administrativa, mesmo cultivando o anonimato dos sujeitos nativos, deixa entrever sua presença recorrente nos conflitos do sertão. Esse procedimento é particularmente pertinente para as cartas de Marcelino, que não foram escritas para registrar a racionalidade política guaicuru, mas para justificar perdas, denunciar perigos e solicitar providências ao governo. Ainda assim, justamente porque descrevem a crise do presídio, tonam visível a capacidade indígena de intervir no funcionamento da estrutura militar portuguesa.

Esse ponto aproxima o caso daquilo que Matthew Restall denominou de *New Conquest History*. Para o autor, a historiografia revisionista demonstrou a narrativa triunfalista da conquista ao recolocar no centro indígenas, africanos, aliados locais, intérpretes e outras figuras obscurecidas pela ênfase nos conquistadores europeus (Restall, 2012). E, embora Restall pense sobretudo o mundo hispânico, seu princípio analítico é útil à América portuguesa ao indicar que os processos de conquista e consolidação territorial não podem ser descritos como simples imposição metropolitana, pois foram permanentemente refeitos por relações locais, alianças instáveis, traduções culturais e conflitos de forças que não tinham o mesmo poder, os mesmos recursos e as mesmas formas de combate. O presídio, que a documentação oficial tende a representar como ponto avançado da soberania lusa, surge, na realidade, como estrutura dependente de acomodações frágeis, insuficiência de recursos e vigilância constante sobre a presença indígena.

Se, de um lado, a Nova História Indígena recoloca os povos originários como protagonistas, de outro, o debate antropológico sobre guerra indígena ajuda a evitar dois reducionismos. O primeiro consiste em transformar a guerra em uma essência para todas as sociedades nativas; e o segundo, em dissolvê-la inteiramente nas lógicas coloniais, como se nada houvesse de propriamente indígena na condução do conflito. Nesse sentido, Ferguson e Whitehead criticaram a etnografia que descontextualizava a guerra e a considerava como produto espontâneo de povos

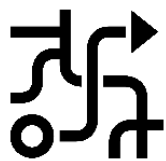


supostamente *primitivos* (Ferguson; Whitehead, 1992). Já Bamforth, em discussão importante para a antropologia do conflito, lembrou que a violência indígena não pode ser excluída de antemão do campo das continuidades históricas e das formas próprias de organização social (Bamforth, 1994). A tensão entre essas duas vertentes é produtiva, e no caso aqui analisado, convém não reduzir a ação guaicuru nem a reflexo automático do colonialismo nem a traço essencial de belicosidade. A guerra, portanto, deve ser pensada nesta investigação como prática histórica situada, inscrita numa fronteira específica e mobilizada por sujeitos que conheciam, observavam e avaliavam o mundo colonial ao seu redor.

Ao afirmarem, para o universo tupinambá, que a sociedade não existia antes ou fora da memória-vingança, mas se constituía nessa dinâmica temporal e relacional, Cunha e Viveiros de Castro (1985) recusaram a noção de guerra como simples instrumento funcional para manter a ordem prévia. Evidentemente, não se trata de homologar mundos indígenas distintos entre o grupo tupinambá e guaicuru, mas a ideia permanece útil para a minha análise, pois a guerra pode ser formada de produção de sociabilidade, temporalidade e política. No caso guaicuru, ela também se entrelaça com comércio, deslocamento, observação do terreno, oferta de animais, intercâmbios de objetos e controle dos meios de subsistência.

O PRESÍDIO DE COIMBRA E A PRECARIEDADE DA OCUPAÇÃO MILITAR

A documentação encaminhada não começa com o assalto. Antes de dezembro de 1777, Marcelino já vinha reiterando a fragilidade do posto. Em carta de 20 de julho de 1776 (BR MTAPMT FC-CA-0014), o sargento-mor afirmava estar “destituído” de homens competentes em lugar onde havia “muita pouca gente de qualidade” e onde a circunferência se encontrava “infestada de gentílicas nações”. A formulação é reveladora em vários níveis e explicita a autopercepção de vulnerabilidade da oficialidade destacada em Coimbra, indicando que o presídio não estava implantado numa paisagem vazia e mostrando que a sustentação do posto dependia de homens técnicos, mantimentos, artífices e soldados que, raramente, chegavam em número suficiente.

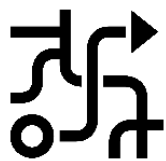


A fonte insiste várias vezes nesse problema. A guarnição de Coimbra reunia dragões, pedestres, auxiliares, caçadores, ordenanças, alguns escravizados a serviço de oficiais ou da Fazenda Real e um conjunto de moradores ligados ao funcionamento cotidiano do presídio. A enumeração referente ao ano de 1778, registrada na carta de 22 de janeiro (BR MTAPMT FC-CA-0025), mostra uma comunidade militar e semimilitar heterogênea longe da imagem de tropa profissional coesa, havendo oficiais, administradores, soldados auxiliares, caçadores, ordenanças, escravizados e colonos cujas roças eram indispensáveis à alimentação local. A guerra, nesse contexto, não atingia apenas a tropa paga, em sentido estrito, mas afetava também um pequeno mundo social dependente das armas para sobreviver.

Essa composição é importante porque relativiza leituras excessivamente institucionais da presença portuguesa na fronteira. A fortificação não deve ser imaginada como corpo militar homogêneo que irradiava disciplina sobre um território passivo. O que a documentação mostra é, na realidade, um entreposto escasso de braços humanos, frágil em recursos, dependente de roçados e da circulação de gêneros, vulnerável a falhas de comando e, sobretudo, incapaz de garantir a exclusividade do confronto. A militarização do espaço, portanto, não eliminava a contingência, mas a explicitava.

Tal contestação se alinha à crítica de Ferguson à tendência de retirar a guerra indígena de sua historicidade. Dizendo melhor, num ambiente como Mato Grosso, o conflito não pode ser entendido como invasão externa de uma ordem colonial já formada, mas como parte constitutiva do próprio processo de organização de fronteira. A *expansão estatal*, para usar a expressão de Ferguson e Whitehead, não aboliu a agência indígena. Ao contrário, produziu uma “zona tribal”, nas próprias palavras da dupla de autores, na qual formas locais de guerra, negociação e aliança foram redimensionadas sem desaparecer (Ferguson; Whitehead, 1992). Dessa forma, Coimbra integrava exatamente esse tipo de espaço, e a presença portuguesa buscava consolidar rotas, vigiar castelhanos, assegurar o rio Paraguai e fixar povoamento militar. Os guaicurús, por sua vez, observavam esse esforço, intervinham nele e o submetiam a crises periódicas.

As palavras dos oficiais eram marcadas pela apreensão diante da possibilidade cotidiana de morte, escassez e abandono. Marcelino escreve em tom de

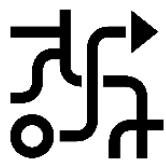


urgência, advertência, acusação e reclamação diante de carregamentos que não chegavam ou chegavam de forma insuficiente. A militarização dos povos convivia, assim, com a sensação permanente de exposição. Para uma história da guerra, a fronteira não se define apenas por combates memoráveis, mas também por durações de medo, expectativa e precariedade.

CULTURA POLÍTICA GUAICURU-KADIWÉU, MOBILIDADE CAVALEIRA E DIPLOMACIA DE FRONTEIRA

Antes de analisar a sequência que levou ao ataque de 1777-1778, convém situar os guaicurus em uma cultura política própria, marcada pela mobilidade, pela guerra, pela diplomacia e pela construção de alianças do espaço Chaco, do Pantanal e do rio Paraguai. A análise de Andrey Cordeiro Ferreira demonstra que os guaicurus e os guanas tiveram papel decisivo na consolidação da conquista portuguesa em Mato Grosso e, ao mesmo tempo, criaram obstáculos contínuos à sua estabilização (Ferreira, 2009). Essa aparente contradição é central. Resistência, colaboração, aliança e conflito não devem ser lidos como posições fixas, mas como modalidades alternadas de ação em uma fronteira disputada. A própria relação guaicuru-guana, descrita por Ferreira como sistema de aliança e subordinação, mostra que a política indígena regional não se organizava apenas em resposta aos portugueses ou espanhóis, mas também por meio de hierarquias, dependências, serviços, rivalidades e supremacias construídas entre diferentes povos indígenas.

Nesse universo, a imagem dos guaicurus como *índios cavaleiros* não pode ser tomada apenas como estereótipo colonial ou figura posterior de memória regional. Ela remete a uma capacidade efetiva de mobilidade e combate, ainda que frequentemente reinterpretada, estetizada e apropriada por discursos não indígenas. A leitura de João Carlos de Souza sobre a iconografia guaicuru-kadiwéu mostra que a representação da cavalaria, difundida desde Debret, converteu-se no Mato Grosso do Sul em símbolo de resistência guerreira e identidade regional, mas também produziu um mito capaz de obscurecer os Guaicuru-Kadiwéu vivos e suas reivindicações territoriais (Souza, 2019). Para este artigo, esse cuidado é importante. Não se trata de reiterar a figura romantizada do guerreiro cavaleiro, mas de



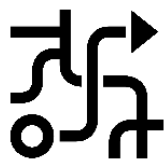
compreender como a mobilidade e a ação guerreira funcionavam, no século XVIII, a partir de elementos de intervenção política sobre a fronteira portuguesa.

A demanda por determinados objetivos precisa ser lida no interior de uma gramática política de reciprocidade na qual presentes, animais, alimentos, ferramentas, adornos e objetos de prestígios não eram apenas de uma cena diplomática, mas sinais materiais de reconhecimento, aliança e posição. A recusa ou impossibilidade de atender a uma expectativa de dádiva podia ser percebida como falta de consideração, quebra de reciprocidade ou diminuição da autoridade daquele que negociava diante de seus acompanhantes. Assim, o desagrado do chefe, como veremos, não explica sozinho o ataque, mas revela o ponto em que uma relação instável de amizade, troca e cálculo se converteu em confronto aberto.

DA APROXIMAÇÃO DIPLOMÁTICA AO ASSALTO: NEGÓCIO, FESTA E RUPTURA

Em dezembro de 1777 ocorre o primeiro movimento decisivo da sequência documentada na carta de 22 de janeiro de 1778 (BR MTAPMT FC-CA-0025). Marcelino enviou um cabo de patrulha ao alto de um morro e soube, a partir dali, que um número de “índios cavaleiros” se aproximava do presídio. O recurso à patrulha ao se elevar na geografia do terreno é importante, pois tanto os portugueses quanto os guaicurús dependiam da observação do relevo para antecipar movimentos. Pouco depois, os indígenas apareceram no portão e foram recebidos pelo capitão Miguel. Um deles era conhecido da tropa por ter servido, no ano anterior, como “língua”, isto é, como intérprete na comunicação entre “os seus e os nossos”. Esse detalhe vale ser sublinhado. A fronteira não era espaço de incomunicabilidade absoluta. Havia mediadores, pessoas reconhecidas por ambos os lados, capazes de traduzir intenções, barganhas e promessas, fazendo com que os possíveis conflitos passassem, antes, pela linguagem.

A cena seguinte é diplomática. Marcelino afirma que desejava “selar com eles uma grande amizade fixa”, e o cacique apareceu com cerca de quarenta acompanhantes, havendo abraços e demonstrações de alegria. Perguntou-se se possuíam gado, carneiros e cavalgaduras para negócios, e os visitantes afirmaram

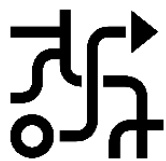


que sim. Em seguida, os militares ofereceram farinha e água, enquanto o sargento determinava que se distribuíssem barretes, facas, fumo, pratos de estanho, verônicas e um varal de peixes. Ao fim do encontro, os indígenas partiram montados, levando consigo lanças e fazendo fogo. Essa passagem é central para o argumento do artigo por duas razões.

Primeiro, porque desmonta qualquer narrativa que opunha, desde o início, portugueses pacíficos e indígenas belicosos. O que a documentação registra é um circuito de troca. Os guaicurus chegam como cavaleiros, são recebidos, negociam, entram no horizonte do comércio de animais e recebem brindes. A relação é diplomática e material ao mesmo tempo. Em segundo lugar, o episódio mostra que a chamada “amizade” era conveniente e calibrada por presentes, reciprocidade, interesse e cálculo.

Algumas semanas depois, o mesmo grupo reaparece. Sinais de fumaça são vistos “pela parte de cima, pela parte de baixo e pelo sertão”, cercando a fortificação em múltiplas direções. Marcelino manda sair “dois batalhões armados em guerra” para verificar a distância dos fogos e identificar quem os produzira. Em seguida, observadores avisam que a “multidão de índios cavaleiros” seguia para o quartel. Toca-se a bateria e cada um ocupa seu posto. Mas logo se percebe que eram os mesmos indígenas de antes, agora trazendo gado, cavalos e carneiros. O capitão Miguel continua a servir como mediador, embora mais desconfiado que seu superior Marcelino. Ao solicitar a presença do cacique, aproximam-se quatro nativos designados na fonte como Felipe, Ignácio, Ramon e Francisco. A nomeação é um detalhe expressivo e indica aproximação prévia, em algum grau, de reconhecimento individual, além de enquadramento onomástico típico do contato colonial.

Um grupo de mulheres guaicurus foi integrado ao quarteto e penetrou na fortaleza. Ofereceu-se farinha e os visitantes permaneceram até tarde. Houve “muito barulho” de indígenas e soldados, e Marcelino, incomodado, ordenou que o ajudante “recolhesse os nossos”. Sua ordem não teve efeito, e soldados andavam entre os indígenas. O capitão foi então incumbido de advertir que era hora do toque da missa. É notável a densidade relacional dessa cena. O que nela se vê não é apenas intervalo entre duas hostilidades, mas espaço de convivência provisória, circulação mista, ruído, festa, bebida e afrouxamento da disciplina militar. A fronteira, nesse instante,

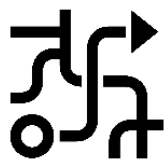


deixa de parecer linha nítida entre corpos separados e em atrito e se torna lugar de mistura controlada (ou mal controlada).

A ruptura se dá quando o cacique vai a Marcelino para um último brinde com “bebida e marmelada”, recebendo espelhos como presente. O chefe indígena demonstra desgosto e, quando interpelado, responde que queria “barretes”. É informado de não havia barretes disponíveis. A narrativa colonial apresenta essa sequência como causa imediata do ataque, mas é preciso lê-la com cautela. A demanda frustrada não pode ser reduzida ao capricho do chefe, pois condensava expectativas de reconhecimento, reciprocidade e prestígio. Em seguida, Marcelino vê um “arranco de gentios com porretes indo em direção ao portão do presídio”. A barreira não fora fechada às seis da tarde, “como de costume”, e os revoltosos transpuseram a abertura enquanto outros “invasores, correndo da ponta do morro”, engrossaram o assalto. Ao amanhecer, o comandante acusa as festas da noite anterior, responsabiliza o capitão Miguel e denuncia que a guarda se encontrava em desordem. Alega que o ajudante mandara esconder as armas de fogo no mato, cobrindo-as com folhas e panos, enquanto outros soldados vagavam entre os indígenas, uns fazendo negócios e outros conversando.

Esse trecho é central para a análise. Primeiro, porque mostra que a passagem da negociação à guerra não se faz por oposição entre paz e violência, mas dentro do próprio regime de troca, quando a ausência do presente desejado, em contexto saturado de expectativa recíproca, funcionou como gatilho documentalmente visível de uma tensão mais ampla, e não como explicação isolada do ataque. Em segundo lugar, porque expõe a dimensão tática da ação guaicuru. Os indígenas atacam uma fortaleza, investem quando já conhecem a rotina, percebem a barreira aberta, observam a dispersão dos soldados e se beneficiam da desorganização interna. Em terceiro, porque o documento registra algo decisivo para a história da guerra indígena: os guaicurus articulam diplomacia, observação, pressão numérica, mobilidade cavaleira, entrada controlada de pequenos grupos e ataque concentrado ao ponto vulnerável.

À luz da discussão entre Ferguson e Bamforth, essa situação é bastante elucidativa. Seria pouco rigoroso classificá-la como simples prova de uma guerra endêmica e intrínseca dos guaicurus. Também seria insuficiente tratá-la como reação



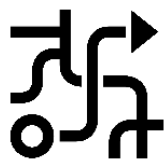
espontânea ao avanço colonial, como se não houvesse aí uma forma própria de condução do conflito. O caso sugere uma leitura distinta. Os guaicurus agiram em contexto colonial específico, mas o fizeram com inteligência política e militar própria, combinando negociação, presença performática, demonstração de amizade, demanda material e assalto oportuno.

Ao comentar a guerra tupinambá, Cunha e Viveiros de Castro fixaram que ela não podia ser reduzida a uma ideia de forma de enfrentamento indígena fixa e imutável diante das circunstâncias. Guardadas as diferenças, a guerra guaicuru não se mostra nada estática ao ordenar relações, distribuir medo, produzir memória em Marcelino e reconfigurar o espaço político da fronteira. O sargento-mor, em sua ira, percebe isso de modo invertido ao dizer que o “gentio” era “mais sagaz e astuto”, e que dali em diante deveria ser considerado, em suas palavras, “astuciosas alegorias para nos fazerem hostilidades”. Com isso, buscava desqualificar o adversário, mas acabava por reconhecer, involuntariamente, uma inteligência estratégica, ao menos segundo a leitura aqui proposta.

BAIXAS, RESENTIMENTO E COLAPSO LOGÍSTICO

Depois do ataque, a carta de 22 de janeiro de 1778 (BR MTAPMT FC-CA-0025) muda o tom. A linguagem da amizade cede lugar à retórica do ressentimento. Marcelino escreve que se justificava a tradição dos “sertanistas antigos”, para os quais nem portugueses nem espanhóis podiam confiar na amizade com o gentio, porque seus contratos acabariam em “funestos fins”. Em seguida, afirma que “semelhantes gentios só a ferro e fogo poderão ser domados e castigados”, e promete que não lhes perdoaria em novo encontro. Essa formulação deve ser lida com cuidado, pois não deve ser reproduzida como diagnóstico histórico, mas compreendida como reação colonial a uma experiência de descontrole. O ataque desorganizou a hierarquia militar, expôs a vulnerabilidade do presídio e feriu, ao mesmo tempo, corpos, rotinas e expectativas de autoridades. A defesa da violência exemplar surge como sintoma da crise da posição portuguesa.

Esse deslocamento de linguagem possui grande interesse historiográfico. Em trabalhos como os de Almeida (2010; 2013), percebe-se que o vocabulário colonial

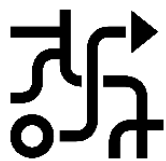


sobre os povos originários oscilava entre integração, tutela, distinção, amizade e *barbarização*. Marcelino encarna bem essa oscilação. O mesmo homem que poucas páginas antes ofereceu farinha, água, peixes, espelhos e sinais de acolhida passa a reivindicar castigo “a ferro e fogo”, não havendo, portanto, uma essência colonial estável e nem uma particularidade indígena imóvel. O que ocorreu foi uma reconfiguração discursiva produzida pelo encontro e pela derrota, e a leitura desse movimento permite historicizar as categorias coloniais em vez de tomá-las como verdades sobre os povos originários.

O ataque também teve consequências materiais severas. Marcelino insiste em que perdeu “tanta gente” e que ficou “enfraquecido e inável [sic]” para continuar as obras, e que o posto “padecia” sem os artífices (BR MTAPMT FC-CA-0025). A morte do ferreiro aparece como dano gravíssimo, pois retirava do presídio um agente indispensável à manutenção de ferramentas, armas, ferragens e estruturas materiais da defesa. A informação explicita que as fortificações não se sustentavam apenas com coragem, armas e ordens, mas dependiam também de especialistas, utensílios, remédios, transporte e manutenção constante. A perda de um ferreiro, nesse contexto, comprometia uma peça fundamental da infraestrutura militar.

Isso vale para a saúde. Marcelino diz ter ficado “sem cirurgião e remédios”, e que os sobreviventes “não há com que se curarem senão com sal e fumo, que nem uma gota de aguardente se achou no armazém”. Em outra passagem, lamenta não dispor sequer de galinhas para fornecer alguma alimentação reconfortante aos enfermos. Esse dado desloca o foco da história militar estrita para uma história mais ampla da materialidade da guerra, sendo que a ação guaicuru não produziu somente mortos e feridos, mas gerou, na mesma intensidade, colapso terapêutico, escassez alimentar e dificuldade de continuidade administrativa.

A lista de materiais requerida em 9 de fevereiro de 1778 (BR MTAPMT FC-CA-0027) confirma esse quadro. Marcelino solicita “cromentina [sic]” para remédios dos enfermos, óleo de copaíba, espírito de ferrugem, pós restaurativos, panela para a cozinha do hospital, baetas, papel em branco, boletos para cartuchos, aguardente do reino para curativos, alcânfora, tábuas de cedro para caixões de farinha, sal do reino, aguardente de cana, cordas, bálsamos, cadeados ingleses grandes e azeite de mamona para as luzes. A variedade dos itens é eloquente, abrangendo materiais de



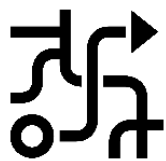
hospitais, munição, burocracia, armazenamento, iluminação e defesa. O presídio não estava apenas atingido militarmente, encontrava-se também administrativamente depauperado, e a guerra, nesse nível, apresentava-se como ataque ao funcionamento global da máquina colonial.

Esse ponto ajuda a retomar a contribuição de Restall e da *New Conquest History*. Em Coimbra, no oeste da América portuguesa, o ataque guaicuru atinge exatamente a logística da conquista, e a fortificação portuguesa sobrevive, mas em frangalhos, com menos homens, menor capacidade técnica e menor segurança alimentar. A intervenção indígena, dessa maneira, não deve ser medida apenas pelo número de mortos causados, e sim pela habilidade de tornar incerta a própria produção da presença colonial.

O MEDO RETORNA: PATRULHAS, TIROS, ASSOVIOS E ROÇAS DESTRUÍDAS

A carta de 9 de fevereiro de 1778 (BR MTAPMT FC-CA-0027) mostra que o episódio de janeiro não se encerrou nele mesmo. Marcelino temia nova investida e sabia que seu efetivo era insuficiente até “para proteger os pontos arriscados”, declarando-se “incapaz de poder castigar o inimigo ou afugentá-lo para longe”. Essa frase condensa a inversão estratégica em curso, sendo que a fortificação, idealmente concebida para conter ou repelir o adversário, já se posicionava como sitiada, limitada à defensiva e mal equipada.

Na mesma correspondência, o comandante relatou ter enviado um trilhador para contornar o morro. O homem encontrou trilha de gentio, cheiro de substância usada por eles e sinais de que pretendiam “lançar fogo no mato”. Como perceberam ter sido notados, os indígenas se retiraram. Na noite seguinte, tornaram a beirar outra patrulha e novamente se retiraram quando sentiram vigilância. Marcelino resume o quadro dizendo que continuaram “o seu desaforo” no dia 2 de fevereiro, repetindo “as mesmas investidas de retirada”. É um padrão significativo ao apontar que os guaicurus não agem apenas por meio do assalto frontal, mas exercem pressão intermitente rondando, aproximando-se, testando a percepção dos sentinelas e se retirando. Produzindo tensão permanente.

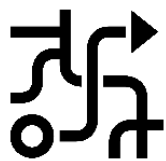


A carta menciona ainda que seis dias antes, por volta das onze da noite, um tiro e um assovio foram ouvidos na escuridão, e os soldados passaram “todas as horas sob as armas”, receosos de emboscada. Nada aconteceu naquele momento, mas o não acontecimento também é analiticamente relevante. Em termos de experiência militar, a espera armada, o susto, a incerteza e o despertar noturno fazem parte da guerra tanto quanto o combate efetivo, pois o inimigo, mesmo sem disparar novo assalto, já condiciona os ritmos do sono, da guarda e da circulação.

O controle sob os roçados constitui, talvez, o aspecto mais revelador da continuidade guaicuru na carta de 9 de fevereiro de 1778 (BR MTAPMT FC-CA-0027). Encontrando sua rocinha atacada, José Alves de Souza pediu a Marcelino para averiguar outra plantação. Viu milho quase maduro e, percebendo que alguns pés haviam sido arrancados, seguiu os rastros e encontrou um pouso com “muitas camas” e brasa ainda quente. Deduziu que os indígenas fugiram pela manhã. Mais tarde, quando voltou em março, constatou que os guaicurus haviam chegado antes e colhido as espigas. Além disso, os indígenas arrancaram as raízes dos milharais, provavelmente para não brotarem novamente. Marcelino acrescenta que, mesmo que alguém plantasse em boas terras, “os gentios não deixam planta em pé e em ramos verdes”.

Aqui a intervenção guaicuru atinge uma dimensão importante para a história colonial: a capacidade de incidir sobre os meios de subsistência. A guerra não se faz apenas no portão do quartel, realiza-se, de igual maneira, no roçado, no milho, na estaca, no pouso, nas brasas da fogueira e na antecipação da colheita. O ataque à plantação possui dupla eficácia. Primeiro, garante apropriação de alimento. Segundo, diminui a possibilidade de abastecimento local dos portugueses. Em regiões fronteiriças, onde as distâncias, os rios, as estiagens e as irregularidade dos comboios já tornavam a vida difícil, destruir roças era estratégia de altíssimo rendimento político.

A literatura sobre fronteiras coloniais nas Américas mostra que o domínio do alimento, da mobilidade e do conhecimento do terreno era tão decisivo quanto o armamento. Na fortaleza de Coimbra, isso aparece de forma pertinente quando José Alves só se dirige ao milharal acompanhado da guarda, pois o espaço agrícola já se convertera em território de risco. O roçado, que deveria simbolizar alguma normalidade produtiva do estabelecimento, torna-se extensão do conflito, e a

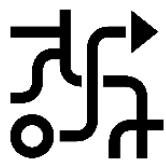


agricultura passa a depender diretamente da capacidade de enfrentar ou evitar os guaicurus.

Convém explicitar essa literatura. Ao diferenciarem *borderlands* e *borders*, Jeremy Adelman e Stephen Aron observam que as fronteiras coloniais constituíam zonas nas quais populações nativas podiam manejar rivalidades imperiais, preservar margens de autonomia e ocupar posições intermediárias antes que os Estados nacionais endurecessem limites territoriais mais exclusivos (Adelman; Aron, 1999). Embora formulada a partir da experiência norte-americana, essa comparação ajuda a iluminar o caso do Forte de Coimbra. O presídio estava em uma fronteira que pertencia a Portugal, mas em uma zona de passagem, observação, disputa e negociação, na qual os guaicurus podiam explorar a distância do centro administrativo, a precariedade da guarnição, a rivalidade luso-espanhola e o conhecimento do terreno.

Dessa forma, a fronteira do rio Paraguai não deve ser descrita apenas como margem remota da soberania portuguesa, mas como espaço produzido por múltiplas presenças. Ali se cruzavam projetos da Coroa, interesses militares, rotas fluviais, roçados, comunicações administrativas, circulação indígena, expectativas comerciais e alianças. A ação guaicuru sobre Coimbra confirma que a fronteira não era uma linha passiva, mas um campo de forças no qual a ocupação colonial precisava ser continuamente testada, refeita e justificada. Ao atacar o portão, rondar as matas, destruir plantações e antecipar colheitas, os guaicurus produziam, na fronteira colonial, um problema político.

Se retomarmos Cunha e Viveiros de Castro, pode-se dizer que a guerra, também aqui, produz temporalidades. O milho quase maduro, a volta em março, a antecipação indígena da colheita, a destruição da raiz e a frustração do ciclo agrícola demonstram que o conflito redefine o tempo da produção. A guerra não interrompe apenas o presente, mas também desloca o futuro esperado do presídio, e aquilo que deveria alimentar a guarnição em mais “algumas semanas” é incorporado a outra lógica de uso do espaço.

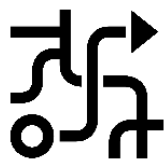


LER MARCELINO CONTRA MARCELINO: AGÊNCIA GUAICURU E LIMITES DO DISCURSO COLONIAL

O maior interesse historiográfico dessas cartas talvez resida no fato de que Marcelino, mesmo escrevendo para exaltar a própria vigilância e pedir socorro ao governador, não consegue apagar a eficácia da ação guaicuru. Ao contrário, sua escrita faz emergir quatro dimensões principais dessa intervenção. A primeira é diplomática: os guaicurus parecem capazes de estabelecer contato, apresentar-se no portão, mobilizar intérprete, fazer-se receber, oferecer animais e sustentar uma linguagem de amizade condicionada pela reciprocidade. A segunda é tática: observam relevo, movem-se pela mata, aproximam-se em grupos maiores ou menores, distribuem-se “pela parte de cima, pela parte de baixo e pelo sertão”, testam a guarda, entram no presídio e atacam quando a disciplina se encontra frouxa. A terceira é logística: controlam ou perturbam circulação, colheita e abastecimento. A quarta é psicológica: mantêm a guarnição em estado de medo continuado.

Essas dimensões permitem afastar duas leituras. A inicial seria a de uma história puramente militarista, em que o episódio valeria apenas como caso exemplar da falha defensiva portuguesa. Houve, sem dúvida, erro da guarda, abertura indevida do portão, desorganização e comando vacilante. Mas se a análise se detém apenas nisso perde o essencial, que é a qualidade da ação indígena que tornou essas falhas operacionalmente decisivas. A outra leitura redutora seria a de um texto simplesmente vitimista do sargento-mor. Marcelino escreve, em grande medida, para se defender. Contudo, sua autodefesa também revela a força do adversário e, em consequência, a fonte produz, ainda que involuntariamente, uma documentação de protagonismo indígena.

Povos originários constantemente viveram entre negociação e conflito, como já observado por John Monteiro e Maria Regina Celestino de Almeida, e, a partir disso, observo que os guaicurus não se mantêm exteriores ao mundo do presídio, mas entram nele, trocam objetos, falam por intérprete, demandam presentes específicos, conhecem hábitos dos soldados e escolhem o momento de hostilizar. A fronteira, assim, aparece como zona de contato conflitiva.

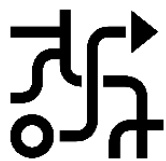


Ao sintetizar a *New Conquest History*, Matthew Restall, como já apontado, mostrou que a narrativa tradicional da conquista se sustentava em parte por apagar aliados e mediadores não europeus, substituindo processos relacionais complexos por façanhas individuais de conquistadores. O caso examinado convida à operação inversa, ou seja, recoloca os guaicurus como autores do acontecimento. Não porque fossem os únicos agentes em cena, mas porque, sem sua iniciativa diplomática, tática e material, simplesmente não haveria o episódio tal como a fonte registra. Isso significa que a guerra não acontece a eles e nem os torna simples receptores da belicosidade portuguesa, mas é produzida por eles próprios.

Isso não implica, entretanto, assumir sem crítica a tentativa do historiador em militarizar a sociedade guaicuru à maneira portuguesa. O que a documentação permite afirmar é que, naquele contexto fronteiriço específico, os guaicurus mobilizaram a guerra em estreita associação com diplomacia, troca, mobilidade e apropriação de recursos. Porém, essa observação não autoriza transformar os guaicurus apenas em um povo guerreiro. Ao contrário, o fato de que eles aparecem negociando gado, cavalos, carneiros, presentes e acesso ao interior do presídio sugere justamente uma gama mais ampla de práticas sociais, econômicas e diplomática.

Nesse ponto, a comparação, na medida do possível, com Cunha e Viveiros de Castro volta a ser útil. No grupo tupinambá do século XVI, a guerra aparecia como processo de produção de memória e temporalidade, e não apenas como mecanismo instrumental, ou seja, não sendo somente uma ferramenta, um instrumento ou um recurso empregado para obter algo em troca. No Presídio de Coimbra, as cartas de Marcelino indicam que a guerra guaicuru também deve ser pensada para além da dimensão imediata de combate, pois organiza presença, afirma capacidade de circulação, projeta medo, produz expectativa de vingança no inimigo e inscreve os indígenas como força que não pode ser ignorada. A história da fronteira do rio Paraguai, portanto, não é apenas sobre a presença portuguesa em espaço remoto, mas sim uma correlação de forças em que os guaicurus participaram ativamente.

Há ainda um aspecto importante. Ao lembrar de falta de homens “de qualidade”, Marcelino expõe uma hierarquia social interna ao mundo colonial que também condicionava a guerra. O presídio era ocupado por pagos, auxiliares,



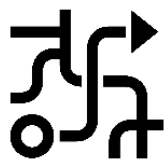
ordenanças, escravizados, colonos e trabalhadores de diversas funções. Essa composição heterogênea da guarnição indica que a defesa não era apenas problema entre portugueses e indígenas, envolvendo também classificações sociais internas, distinções de utilidade, autoridade e prestígio. A ação guaicuru incidia sobre esse universo desigual e atingia não só oficiais, mas homens de baixa patente, roceiros, escravizados e artífices.

Diante desse quadro, o episódio permite articular História Indígena e história social do poder na fronteira. Uma lista nominativa dos moradores e feridos produzida pelo sargento-mor reforça esse ponto ao reunir oficiais, dragões, pedestres, escravizados de diferentes senhores, soldados auxiliares, caçadores e ordenanças. A fronteira armada aparece, assim, como pequena sociedade de guerra. Quando os guaicurus assaltam o presídio, o alvo não é a ideia de um Estado português do Antigo Regime, mas o arranjo mato-grossense de dependências, serviços, coerções e hierarquias, e o protagonismo dos povos originários se exerce justamente ao perturbar esse dispositivo colonial.

O FORTE DE COIMBRA COMO LABORATÓRIO DA FRONTEIRA COLONIAL

O episódio de 1777-78 pode ser lido, por fim, como microcosmo de um problema maior da América portuguesa ocidental, que é a dificuldade de converter postos avançados, presídios e fortificações em domínio territorial efetivo. As estruturas militares coloniais eram concebidas para sinalizar soberania, proteger rotas, conter castelhanos e assegurar circulação. Porém, na prática, sua permanência dependia de elementos muito menos grandiosos, como algum roçado produtivo, comboios que não atrasassem meses, hospital minimamente abastecido, artífices especializados, vigias atentos e relações manejáveis com os povos indígenas do entorno. Quando qualquer desses fatores faltava, e frequentemente faltava, a própria fortificação revelava seu caráter precário.

Nesse sentido, o forte é um laboratório dos limites do poder colonial. A documentação de Marcelino mostra um posto que não controla integralmente o espaço imediato de seus morros, o calendário de fechamento do portão, a circulação noturna e o plantio que deveria sustentar seus moradores. Não significa, entretanto,

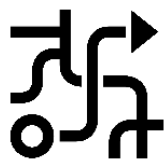


que a Coroa estivesse ausente. Pelo contrário, por meio de cartas, ordens, pedidos e listas, ela se fazia presente administrativamente.

Essa constatação dialoga com as preocupações mais recentes da história das colonizações. A expansão colonial não pode ser confundida com avanço de instituições de forma proporcional, mas com acomodações, recuos, dissensos, mediações e derrotas parciais. Como exposto aqui, nesse processo, as populações indígenas não foram apenas vítimas e nem somente auxiliares, mas agentes capazes de bloquear, reorientar ou condicionar formas concretas de ocupação. O ataque ao presídio exemplifica esse tipo de situação. A Coroa instala um posto de vigia e os guaicurus entram em relação ativa com ele, ora negociando, ora ferindo, ora capturando alimento e ora produzindo pânico.

O caso, de maneira geral, explica a necessidade de aproximar História Militar e História Indígena sem subordinar uma à outra. A historiografia militar clássica, em muitas circunstâncias, interessou-se por fortificações, efetivos, armamentos e comandantes, mas tratou os indígenas apenas como ameaça vinda de fora desse sistema. Já parte da historiografia indígena, quando reage a esse modelo, tende a privilegiar aldeamentos, catequese, identidade e legislação, deixando em segundo plano a materialidade armada dos confrontos. O evento analisado pede articulação, pois somente se compreende a ação guaicuru quando se entende a estrutura militar que ela disputa. Por sua vez, só se compreende a crise dessa estrutura quando se considera a iniciativa indígena. A guerra, portanto, é lugar de análise entre esses dois campos.

A densidade do caso deriva ainda do fato de que o conflito não se reduz a batalha aberta, mas também engloba troca de presentes, circulação de mulheres, negociação de animais, toque de recolher, missa, festa, armazém, ferreiro, hospital, milho, fogueira e trilhas no morro. A guerra permeia a vida ordinária da fronteira, aproximando o episódio aqui exposto de uma abordagem mais ampla da cultura de guerra, entendida não apenas como arte operacional do combate, mas como universo de práticas, emoções, objetos e representações que estruturam o cotidiano de uma sociedade armada. Os guaicurus agem dentro desse universo e o transformam, obrigando os soldados a passar a noite sobre as armas ou destruindo roças quase maduras, redefinindo, com isso, a própria textura do tempo colonial.



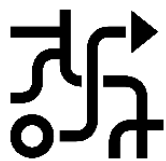
CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso dos ataques guaicurus ao Presídio de Coimbra, tal como reconstituído a partir das cartas de Marcelino Roiz de 20 de julho de 1776 (BR MTAPMT FC-CA-0014), 22 de janeiro de 1778 (BR MTAPMT FC-CA-0025) e 9 de fevereiro de 1778 (BR MTAPMT FC-CA-0027), permite considerar a guerra, na fronteira oeste da América portuguesa, como um dos principais palcos de manifestação da agência indígena. Não porque os guaicurus devam ser reduzidos a povo exclusivamente guerreiro, mas porque, naquele contexto histórico específico, mobilizaram a guerra como forma eficaz de intervenção territorial e política.

A leitura atenta da documentação mostra que os guaicurus não se figuram como pano de fundo da ação colonial, mas são ativos, aproximando-se do portão, acionando intérprete, oferecendo animais para negócio, recebendo presentes, demandando barretes, percebendo a frouxidão da guarda, invadindo a fortificação, produzindo mortos e feridos, mantendo rondas noturnas, ameaçando o mato com fogo, atacando roças, antecipando colheitas e arrancando raízes para impedir a recomposição do milharal. Em outras palavras, condicionam de modo profundo a experiência portuguesa de fronteira, e o local do presídio, pensado como instrumento de controle, aparece como espaço continuamente submetido a esse teste.

O episódio evidencia a precariedade estrutural das instituições militares coloniais. O Forte de Coimbra dependia de poucos homens, de qualidade desigual, de especialistas escassos, de hospital mal provido, de carregamentos incertos e de roçados vulneráveis. Diante dessa realidade, o assalto guaicuru não destruiu apenas uma barreira, desarticulou também uma economia inteira de sobrevivência e administração. A morte do ferreiro, a ausência de cirurgião, a falta de remédios, a escassez de aguardente para curativos e a enumeração minuciosa de materiais necessários revelam que a guerra atravessava dimensões logísticas e cotidianas tão decisivas quanto o confronto armado.

Em linhas historiográficas, o caso analisado confirma a pertinência das abordagens que recusam narrativas triunfalistas da colonização. Em consonância com Ferguson e Whitehead, a guerra indígena precisa ser reinserida na historicidade das expansões imperiais e não compreendida como traço naturalizado de sociedades



isoladas. Em diálogo com Bamfoth, essa guerra não pode ser dissolvida por completo em reações coloniais, pois envolve cálculo, repertórios de ação e inteligência política própria tanto da parte dos colonos quanto da ameríndia. À luz de Cunha e Viveiros de Castro, a guerra pode produzir relações, memórias e temporalidades, não sendo simples instrumento externo de sociedade já datadas preteritamente. Com Monteiro, Almeida, Restall, Silva, Viana, Ferreira e Adelman e Aron, reforça-se a necessidade de recolocar indígenas no centro dos processos de conquista, ocupação, defesa e formação das fronteiras americanas.

Por tudo isso, o episódio é particularmente adequado ao debate proposto pelo dossiê da Revista Trilhas da História sobre guerra e agências indígenas nas Américas. Ele permite ver, com nitidez, que as estruturas militares coloniais não eram apenas dispositivos de dominação impostos sobre sujeitos passivos, mas arenas de interação, negociação e conflito em que homens e mulheres indígenas agiam como protagonistas. Se a historiografia por muito tempo fixou o olhar no presídio, no capitão e na ordem vinda do governo, o caso analisado convida outra inversão ao observar a fortificação a partir daquilo que os guaicururus fizeram com ela. Ao realizar esse deslocamento, descortina-se uma fronteira menos portuguesa, menos estabilizada e menos silenciosa.

REFERÊNCIAS

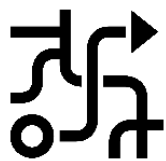
ADELMAN, Jeremy; ARON, Stephen. From Borderlands to Borders: Empires, Nation-States, and the Peoples in between in North American History. *The American Historical Review*, v. 104, n. 3, p. 814-841, 1999.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 37, n. 75, p. 17-38, 2017.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BAMFORTH, Douglas B. Indigenous people, indigenous violence: precontact warfare on the North American Great Plains. *Man*, v. 29, n. 1, p. 95-115, 1994.



BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Vingança e temporalidade: os Tupinambá. *Journal de la Société des Américanistes*, t. 71, p. 191-208, 1985.

FERGUSON, R. Brian; WHITEHEAD, Neil L. (orgs.). *War in the Tribal Zone: expanding states and indigenous warfare*. Santa Fe: School of American Research Press, 1992.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Conquista colonial, resistência indígena e formação do Estado-Nacional: os índios Guaicuru e Guana no Mato Grosso dos séculos XVIII-XIX. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 97-136, 2009.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2001.

ORTNER, Sherry B. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter Henry (orgs.). *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 45-80.

RESTALL, Matthew. The New Conquest History. *History Compass*, v. 10, n. 2, p. 151-160, 2012.

SILVA, Kalina Vanderlei. Agência Indígena na Conquista do Sertão: Estratégias Militares e Tropas Indígenas na “Guerra dos Bárbaros” (1651-1704). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 45, n. 2, p. 77-90, 2019.

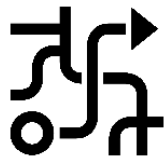
SOUZA, João Carlos de. Os Guaicuru-Kadiwéu e a sociedade sul-mato-grossense, Brasil: iconografia, mito e apropriações. *REA - Revista Euroamericana de Antropología*, n. 8, p. 57-72, 2019.

VIANA, Wania Alexandrino. *Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na capitania do Pará (primeira metade do século XVIII)*. 2019. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019, 361 p.

FONTES

CARTA do sargento-mor Marcelino Roiz ao capitão-general Luís de Albuquerque. Vila Bela, 20 de julho de 1776. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT FC-CA-0014.

CARTA do sargento-mor Marcelino Roiz ao capitão-general Luís de Albuquerque. Vila Bela, 22 de janeiro de 1778. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT FC-CA-0025.



CARTA do sargento-mor Marcelino Roiz ao capitão-general Luís de Albuquerque. Vila Bela, 9 de fevereiro de 1778. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT FC-CA-0027.

Recebido em 18/03/2026

Aprovado em 11/06/2026



MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva e. *

<https://orcid.org/0000-0002-0613-6764>

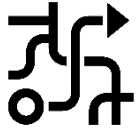
RESUMO: Em meados de 1801 houve um conflito por disputas territoriais e políticas que envolveu indígenas, súditos espanhóis e portugueses na região de fronteira entre a capitania do Rio Grande de São Pedro e o Vice-reino do Prata. Após uma série de tratativas e desavenças em torno do direito de posse sobre súditos, território e bens, sete dos trinta povos de indígenas guaranis das missões foram conquistados para e não pela Coroa portuguesa. Apesar dos (re)conhecimentos historiográficos relativamente recentes que muitos indígenas estiveram envolvidos no conflito, nem todas as análises têm sido capazes de dimensionar adequadamente o peso da sua atuação no processo de anexação do território missioneiro aos domínios portugueses e os significados da incorporação de sua gente e do uso de seus bens e conhecimentos durante o evento.

PALAVRAS-CHAVE: Povos Missioneiros; Conquista de 1801; protagonismo; fronteiras.

ABSTRACT: In mid-1801, there was a conflict arose over territorial and political disputes involving indigenous peoples, Spanish subjects, and Portuguese in the border region between the captaincy of Rio Grande de São Pedro and the Viceroyalty of the Río de la Plata. After a series of negotiations and disagreements regarding the right of possession over subjects, territory, and goods, seven of the thirty Guarani indigenous peoples of the missions were conquered for, and not by, the Portuguese Crown. Despite relatively recent historiographical (re)cognitions that many indigenous peoples were involved in the conflict, not all analyses have been able to adequately assess the weight of their role in the process of annexing the missionary territory to Portuguese domains, nor the significance of the incorporation of their people and the use of their goods and knowledge during the event.

KEYWORDS: Missionary Peoples; Conquest of 1801; protagonism; borders.

*Profª. Dra. em História pela Unicamp, mestra, licenciada e bacharela em História pela UFRGS. Profa Adjunta da Universidade de Pernambuco UPE. Membro do GT Povos Indígenas na História ANPUH PE, do Grupo de Pesquisa IHMA e Observatório dos Sertões.

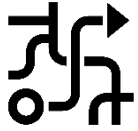


INTRODUÇÃO

Em meados de 1801 houve um conflito por disputas territoriais e políticas que envolveu indígenas, súditos espanhóis e portugueses na região de fronteira entre a capitania do Rio Grande de São Pedro e o Vice-reino do Prata. Após uma série de tratativas e desavenças em torno do direito de posse sobre súditos, território e bens, sete dos trinta povos de indígenas guaranis das missões foram conquistados para a Coroa portuguesa. Cabe destacar que os povos guarani-missioneiros foram estabelecidos em um extenso território que hoje abrange parte da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Eles foram divididos em aldeias e fazendas chamadas *30 Pueblos de Misiones*, administradas por guaranis e jesuítas desde o século XVII. As missões foram mais tarde divididas em cinco departamentos: Concepción, São Miguel, Yapejú, Candelária e Santiago. Esta área fronteiriça foi disputada entre jesuítas, as Coroas ibéricas e os indígenas durante séculos. Ao longo da segunda metade do século XVIII, medidas administrativas importantes envolvendo os 30 Povos foram postas em práticas pelas monarquias ibéricas, que atravessavam fortes crises econômicas e políticas e precisavam do trabalho, dos bens e dos recursos naturais das terras missioneiras.

Mas, voltando ao conflito de 1801, a capitania mais do que dobrou de tamanho, já que o território missioneiro era maior do que suas dimensões na época (SILVEIRA, 1979, p. 66). Além disso, conseguiu aumentar em aproximadamente 28% o número de seus súditos. Ao mesmo tempo, os subtraía da Espanha num contexto marcado por políticas expansionistas, onde possuir mais vassallos fazia a diferença (GARCIA, 2013, p. 177). Tomando-se como base mapas dos habitantes da capitania do Rio Grande nos anos de 1798 e 1802, o número de indígenas aumentou 44% após o ano da ‘conquista’ (SANTOS, 1984, p. 35). Estima-se que havia nos sete povos 14.000 almas em 1801¹.

¹ De acordo com um documento supostamente escrito por Francisco João Roscio – suposição esta que consta no registro – “os povos que se sujeitaram são os seguintes: São Miguel, que tem 1900 almas; São João, 1600; São Lourenço, 900; Santo Ângelo, 1960; São Luís, 2350; São Nicolau, 3970; São Borja, 1300; - 13.950”. BNRJ. *Notícia abreviada dos principais sucessos da guerra de 1801, na campanha do Rio Grande de São Pedro, na América Meridional*. [c. 1802]. MS – 554 (1). Coleção Linhares, microfilme 28. Dados apresentados também por PINHEIRO, J. F. F. **Anais da Província de São Pedro: história da colonização alemã no Rio Grande do Sul**.



Apesar de esclarecer que muitos indígenas estiveram envolvidos no conflito, todos esses dados quantitativos, por si só, não são capazes de dimensionar o peso da sua atuação no processo de anexação do território missioneiro aos domínios portugueses e os significados da incorporação de sua gente e do uso de seus bens e conhecimentos durante o evento. Afinal de contas, como e por que um contingente populacional considerável como este teria passado a integrar os domínios portugueses? Até pouco tempo atrás, respostas para questões como esta foram absolutamente excludentes no que diz respeito à participação ativa dos indígenas (DOCCA, 1954; VELLINHO, 1970). O problema é maximizado quando serve para suscitar reflexões sobre como o olhar para as fontes históricas sobre o evento de 1801 foi tantas vezes capaz de analisá-las sem enxergar a importância das ações indígenas. A consequência da exclusão é drástica: histórias sobre a formação social dos espaços fronteiriços incompletas e irreais.

Felizmente, há estudos que privilegiam esse aspecto fundamental do evento. São poucos e apenas recentes, mas são contribuições inovadoras e abrem caminho para narrativas mais atentas aos sujeitos indígenas que atuaram na formação social do espaço em questão. Em seu livro que pode ser considerado pioneiro no estudo das políticas indígenas e indigenistas no extremo sul da América portuguesa, Elisa Garcia escreve um capítulo sobre a “conquista definitiva dos Sete Povos das Missões – 1801”. Nele, a autora revê o entendimento sobre a suposta singularidade do evento, bem como sobre o papel dos missioneiros na conquista. Para ela, “eles tiveram, sem dúvida, uma participação relevante na conquista e sem sua colaboração ela não teria sido possível” (GARCIA, 2013, p.179). A partir do enfoque na produção historiográfica brasileira, Elisa Garcia avalia que “a conquista das missões nunca foi objeto de um trabalho específico de monta, sendo geralmente abordada em artigos ou em capítulos de livros que tratavam mais amplamente da história do Rio Grande do Sul ou do Brasil” (GARCIA, 2013, p.174). Ao analisar escritos de Manoel Aires de Casal, Francisco

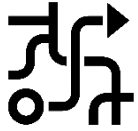
Petrópolis: Vozes, 1978 [4ª Ed.], p. 157; CESAR, G. **História do Rio Grande do Sul: período colonial**. Porto Alegre: Editora Globo, 1970 [1956], p. 217. Há menções sobre totalizarem 22.000 os habitantes dos povos em 1801, entretanto, o dado mais aceito e usado é 14.000. As cifras apresentadas neste parágrafo tomaram por base o número de 14.000.



Varnhagen, Capistrano de Abreu, entre outros historiadores tradicionais - cuja discussão não será aqui retomada de forma exaustiva -, Garcia ressalta que, nesses trabalhos, era recorrente a ênfase no caráter específico do evento por ter sido entabulado por particulares, e não pelo exército regular, sob ordem e supervisão do governo colonial. A autora enfatiza que, embora algumas das análises historiográficas tradicionais tenham reconhecido a participação das autoridades coloniais no planejamento do ataque aos sete povos, os mesmos autores acabam por reiterar sua especificidade ao ter sido empreendido por particulares (GARCIA, 2013, p. 173-180).

Em linha oposta à desses autores, para compreender a conquista das missões, ela enfoca dois aspectos: primeiro, a relação entre os representantes locais do poder régio e os particulares, tomando a “conquista como um empreendimento misto, semelhante a outros processos de expansão territorial ocorridos durante a época colonial” (GARCIA, 2009, p.178); segundo, as condições em que os indígenas fizeram a escolha pela administração portuguesa à espanhola, bem como o que ela teve de coercitiva. Sem contrapor poder público e privado, ela considera que é preciso contextualizar as informações dos “conquistadores” presentes nas fontes como um discurso característico do Antigo Regime. Do mesmo modo, chama atenção para a necessidade de contextualização do posicionamento dos indígenas pontuando que, de modo distinto das autoridades coloniais e dos particulares, “as populações indígenas estavam inseridas na lógica das reciprocidades” (GARCIA, 2009, p. 216).

Outra pesquisa recente que também inclui as ações indígenas num período de definição de fronteiras é a de Max Ribeiro. Seu estudo aborda situações vividas pelos índios entre 1801 e 1834 no espaço territorial das Missões e no Rio Grande de São Pedro. Entre outros aspectos, Ribeiro privilegia a análise de formas de organização social indígena por meio de intrincadas redes de compadrio, evidenciando “que os guaranis não foram agentes passivos durante e depois da conquista de 1801” (RIBEIRO, 2013, p. 22). Esta pesquisa também pode ser considerada inovadora em relação ao uso de fontes quantitativas para analisar “estratégias adotadas pelos guaranis das Missões após a conquista luso-brasileira” (RIBEIRO, 2013, p. 22). O foco recai sobre o período posterior a 1801, mas o autor não deixa de cotejar o conflito a partir da ação dos indígenas.



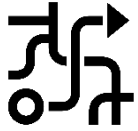
Talvez, com uma proposta interpretativa distinta e alinhada à deste artigo², Alfredo Ranzan demonstra como o uso da escrita foi importante na elaboração das estratégias indígenas no período entre a expulsão dos jesuítas da América espanhola e a anexação dos sete povos pela Coroa portuguesa. Especificamente sobre o conflito de 1801, e através da análise de um compêndio documental amplo e pouco explorado pela bibliografia histórica brasileira para analisar assuntos correlatos, ele considera que:

(...) as fontes utilizadas nesta pesquisa reafirmam e/ou complexificam as análises contemporâneas que foram apresentadas ao longo do trabalho. Nesse sentido, **a hipótese de os indígenas terem tomado a iniciativa da aliança com os portugueses, é apresentada como mais uma possibilidade de diálogo com estas fontes**, a partir de uma visão que atribui esta atitude à agência e iniciativa indígena. (RANZAN, 2015, p. 177, grifo meu).

Antes dessas pesquisas mais recentes, no mais das vezes, as chaves de leitura para entender a “conquista” de 1801 foram simplificadoras de uma realidade social pouco conhecida. A maior parte da historiografia produzida sobre as missões ou mesmo sobre o tema da definição de limites territoriais do Brasil relacionou o conflito de 1801 apenas às disputas políticas e expansionistas entre as Coroas ibéricas e frequentemente interpretou a anexação dos sete povos a Portugal a partir de três eixos: a declaração de guerra da Espanha a Portugal em 1801; o consentimento das autoridades coloniais do Continente de São Pedro para que “particulares” invadissem as missões; e o sucesso da iniciativa de particulares. Esses eixos interpretativos não são excludentes entre si, e pode-se encontrar variações deles na análise de um mesmo autor. Mas em todas as suas vertentes explicativas, a presença e as atividades dos indígenas, quando aparecem, figuram como se fossem de caráter complementar. Assim, ao longo de décadas anteriores aos anos 2000, houve pouca ou nenhuma preocupação em perceber as ações indígenas como importantes para o evento que resultou na anexação dos sete povos ao território da capitania do Rio Grande³.

² O autor consultou documentações nos arquivos nacionais do Chile e da Argentina e as usou na pesquisa para “*pensar na história do nosso estado e do país, e sua consolidação de fronteira*”, algo raro na abordagem de temas relacionados à história indígena no Brasil. RANZAN, 2015, p. 182.

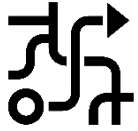
³ Como bem esclarece Elisa Garcia, Varnhagen valorizou o aspecto da incorporação de terras ao ‘Brasil’ como consequência da vantagem dos conflitos entre França e Portugal



Objetivando “demonstrar a integração do guarani missioneiro na economia sul-rio-grandense, suas atividades produtivas e as relações de produção sob a qual foi integrado” (MENZ, 2001, p. 16), a pesquisa de Maximiliano Menz é uma contribuição relevante por ter se preocupado com as histórias dos guaranis missioneiros num período pouco estudado pela historiografia, sobretudo por incluir em seu recorte temporal anos posteriores a 1822, quando se iniciou o processo de emancipação do Brasil, após a declaração de independência. Outro diferencial é a atenção dada ao aspecto produtivo do trabalho indígena, muitas vezes negligenciado no período pós-jesuítico.

O livro de Fernando Camargo, originalmente uma tese de doutorado, foi publicado em 2001 e, nesta altura do texto, é relevante sublinhar seu destaque em nossa análise interpretativa. A referida pesquisa possui embasamento documental para demonstrar o quanto as ações dos indígenas foram decisivas para o desfecho

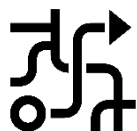
(VARNHAGEN, 1956, p. 29; GARCIA, 2013, p. 174). Capistrano de Abreu, num conjunto de ensaios e contribuições resumidas sobre *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, escreve um único parágrafo sobre o evento, relacionando-o a dois dos eixos mencionados anteriormente, aos conflitos entre Portugal e Espanha em torno da questão de demarcação de limites, em 1801, e à iniciativa particular de José Borges do Canto e Manuel dos Santos Pedroso de se ‘atirarem’ contra os sete povos. Enalteceu os particulares e atribuiu o motivo do sucesso às suas ações: “*foram, viram, venceram*” (ABREU, 1975, p. 82). Outros conhecidos expoentes da historiografia regional tradicional, como Aurélio Porto e Emilio de Souza Docca, questionaram a ênfase à iniciativa particular e ofereceram uma alternativa interpretativa que responsabilizava as políticas indigenistas da Espanha, ao mesmo tempo em que seguiam conferindo a Borges do Canto e Manoel dos Santos Pedroso o protagonismo da “*conquista*”, sem que isso se apresentasse, necessariamente, como contradição ou ambiguidade. No ponto de vista de ambos os historiadores, a má gestão das políticas estabelecidas com os indígenas pelos espanhóis não desmerece a ‘bravura’ e ‘impetuosidade’ dos aventureiros (PORTO; 1943; DOCCA, 1954). Neste tipo de interpretação, os indígenas agem como se todas as suas atitudes fossem derivadas do agrado ou desagrado causado pelas políticas e alianças propostas por portugueses ou espanhóis, e não por motivações e iniciativas próprias. Guilhermino César e Moysés Vellinho discordaram no tocante à incorporação da gente missioneira. Enquanto o primeiro se preocupou em expor dados sobre a quantidade de habitantes nos povos e ponderou que a ‘miscigenação’ foi “*fator atuante com que contou o Brasil para apossar-se dessa região*” (CESAR, 1970, p. 220); o segundo remeteu a ‘ruína’ dos povos missioneiros à ação dos espanhóis e eximiu os portugueses da responsabilidade de não haver sobrado mais do que “*restos de gente (...) [sem] condições de receber nem transmitir qualquer tipo de influência*” (VELLINHO, 1970, p. 94). Porém, assentiram, cada um a seu modo, que os índios foram passivamente dominados pelos portugueses. Para Guilhermino César, através da miscigenação a “*feição portuguesa veio a prevalecer nas Missões*” haja vista que “*o que lá se passou, antes de 1801, não pertence à História do Rio Grande*” (TORRES, 1994, p. 57). Nesse sentido, a interpretação de Moysés Vellinho também opera através da invenção do que ele chamou de “*histórias de subterrâneos*”, um passado destruído com a criação de uma nova experiência a partir de 1801.



do evento. Apesar disso, a análise e a realidade ficaram comprometidas ao considerar que José Borges do Canto, um “suposto líder” do ataque às posições espanholas nas Missões, reunido com “gente da sua laia e mais uns poucos homens de bem”, empreenderam um “ato de maloqueiros, bandoleiros”⁴. Ao generalizar as atividades e as motivações de diversas personagens que participaram do conflito, afirmou que “os principais protagonistas da conquista de 1801 tinham o contrabando por atividade principal” (CAMARGO, 2001, p. 77). Quanto aos indígenas, “sua sina seria optar por uma entre duas soluções violentas: aculturação e sujeição humilde ou extermínio” (CAMARGO, 2001, p. 186-187). De todo modo, o historiador transcreveu e publicou como apêndice de seu livro parte de um interessante processo criminal sobre a perda do território missioneiro, instaurado em Buenos Aires em 1802 e concluído em 1807. No apêndice documental, as atuações dos indígenas aparecem de maneira renitente, mas não ecoaram em sua interpretação historiográfica.

Antes de aprofundar a análise sobre uma parte específica e inédita do referido processo criminal, finalizo esta parte acerca do balanço sobre os indígenas na “conquista” de 1801 e as fronteiras em movimento, indicando que há equívocos nas análises mais tradicionais sobre o conflito. Um dos mais graves, no meu aval, é considerar a participação dos indígenas como de caráter apenas permissivo e/ou passivo. Para alguns autores, a tomada das missões foi uma empresa fácil tão somente porque os indígenas não se opuseram à alternativa de se aliar aos portugueses. Ainda que as condições de escolha tenham sido precárias, o problema desse tipo de interpretação não é apenas diminuir a importância da participação indígena no conflito; mas considerar os indígenas que habitaram e circularam pelos sete povos como um conjunto homogêneo de pessoas, que pensaram todos da mesma forma, escolheram os mesmos inimigos e aliados, e chegaram a uma única resposta diante dos acontecimentos. Nesta mesma via que trafega na contramão da história, está o carro-chefe de uma estratégia narrativa bastante conhecida, que conduz à vitimização dos indígenas e, concomitantemente, à heroicização de agentes não-indígenas, quais sejam, autoridades portuguesas, espanholas e particulares de ambos os domínios.

⁴ CAMARGO, F. **O Málon de 1801**: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional. Passo Fundo: Clio, 2001, p. 13. O grifo do primeiro trecho é meu.

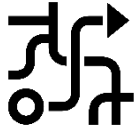


Pesquisas inovadoras têm avançado na análise do conflito nos últimos 20 anos, destacando as ações dos indígenas como importantes para os rumos e o desfecho do conflito. Tais pesquisas circulam tanto através de livros quanto de dissertações de mestrado e teses de doutorado. Em comum, elas parecem apontar articulações importantes entre as agências indígenas e as histórias dos impérios ibéricos (QUARLERI, 2009; WILDE, 2009; SARREAL, 2014; NEUMANN, 2015). Ponto de destaque talvez seja a percepção de tais agências para além das dimensões simbólicas das alianças (GARCIA, 2022, p. 113). Na visão de Rafael Burd, por exemplo, as mudanças ocasionadas pelas reformas borbônicas em 1786, a liberação dos missionários do regime de comunidade em 1800, o aumento da carga de trabalho para os indígenas e o abuso das autoridades espanholas afetaram os princípios da lógica da reciprocidade (BURD, 2019, p. 17, 35 e 53).

Na interpretação que propomos sobre o conflito de 1801, as relações sociais que os indígenas estabeleceram conectam as histórias entre uma banda e outra do rio Uruguai. Suas experiências se apresentam como elos interessantes para entender as mudanças dos tempos coloniais para os tempos 'imperiais' no caso do Brasil, e 'republicanos' para o caso da Argentina e do Uruguai. Além disso, acreditamos que novas alternativas de interpretação historiográfica ganham força quando reconhecem que as histórias indígenas possuem relevância para compreender processos sociais cujas fronteiras se estendem para além dos limites coloniais e nacionais (MONTEIRO, 2001). As análises que continuam colocando as histórias indígenas em segundo plano, entretanto, não mais se sustentam com as novas informações que a cada dia são descobertas nos arquivos e com outras leituras das fontes já conhecidas.

INDÍGENAS COMO PROTAGONISTAS: REDIMENSIONANDO OS PAPÉIS NO CONFLITO DE 1801

Quando, meses depois de deflagrada a guerra das Laranjas entre Espanha e Portugal na Europa, a notícia chegou à capitania do Rio Grande, uma das primeiras providências tomadas pelo então governador do Continente foi convocar os desertores do exército regular para a guerra que poderia ocorrer naquelas fronteiras da América. Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara lançou editais

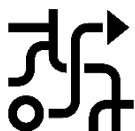


determinando o reconhecimento dos espanhóis como inimigos e oferecendo perdão aos desertores que se apresentassem⁵. A notícia sobre a guerra na Europa gerou expectativas entre pessoas de vários setores sociais na capitania. Os riscos e as oportunidades em situações de guerra eram diversos, sobretudo em espaços fronteiriços. Desertores tinham a oportunidade de legalizar sua situação de foragidos, particulares e fazendeiros podiam perder seus rebanhos (o governo podia confiscá-los ou tomá-los por empréstimo para abastecer as forças militares) ou ampliá-los através do contrabando (já que havia menos controle durante conflitos). Militares podiam adquirir melhores cargos e patentes, e mesmo propriedades de terra se houvesse bom desempenho em suas atividades. Por outro lado, havia o risco de perderem suas vidas no conflito. Para além dessas variáveis, a guerra na Europa pode ter se apresentado para os habitantes da capitania como uma oportunidade de obter vantagens diante de um quadro de indefinição territorial, política e jurisdicional, além das implicações que causavam às populações indígenas.

Entre julho e agosto de 1801, num plano executado por indígenas, particulares e oficiais do governo, tomaram parte José Borges do Canto, Gabriel Ribeiro de Almeida e Manuel dos Santos Pedroso. Esse conjunto de pessoas – indígenas, particulares e oficiais do governo – com interesses diversos, levou a efeito um empreendimento que conquistou gente, terra, gado e outros bens, além de patentes militares, títulos de nobreza e sesmarias⁶. Não obstante o conjunto das ações de todos esses sujeitos ter contribuído para o desfecho do conflito com a ‘conquista’ do território missioneiro para Portugal, os feitos dos três últimos foram, durante muito tempo, mais enfatizados e valorizados pela historiografia. Como vimos, em grande parte das análises, a anexação dos sete povos foi vista como um empreendimento levado a

⁵ BNRJ. **Notícia abreviada dos principais sucessos da guerra de 1801**, na campanha do Rio Grande de São Pedro, na América Meridional. [ca.1802]. MS – 554 (1). Coleção Linhares. Microfilme 28.

⁶ Patrício José Corrêa da Câmara, por exemplo, era tenente-coronel e comandava a fronteira de Rio Pardo em 1801. Mais tarde, atuou na guerra Cisplatina e na guerra contra Artigas. Chegou ao posto de general e, em 1825, recebeu o título de visconde de Pelotas. Foi, ainda, presidente da Província de São Pedro em 1846. Borges do Canto recebeu uma sesmaria no vale do Camaquã e a patente de capitão. Gabriel Ribeiro foi promovido a tenente de milícias. Manoel Pedroso alcançou o posto de tenente-coronel. (CESAR, 1969, p. 191, 194 e 196).



cabo por particulares. Mesmo quando houve o entendimento de que autoridades do poder colonial deram o passo inicial ao convocar a guerra, conceder permissão para atacar o inimigo e oferecer perdão aos desertores que estivessem dispostos a integrar as milícias; eles permaneceram sendo vistos como principais responsáveis pela conquista. O sucesso da empreitada costuma ser atribuído à sua “afoiteza e entusiasmo” (PINHEIRO, 1978, p. 139) e não aos interesses que todas as partes tinham em vista.

Entretanto, consideramos que tão importante quanto avaliar se a anexação dos sete povos se tratou de um empreendimento do governo, de particulares, ou de ambos, é redimensionar os papéis dos indígenas nessa história. E, neste caso, analisar privilegiando as atuações indígenas não significa diminuir a importância das ações dos demais envolvidos. Sem repisar as interpretações feitas por vários autores sobre relatos produzidos por Canto, Gabriel e Maneco, a forma como Manuel Pedroso era chamado nas fontes, ofereço aos leitores, de maneira sucinta, dois aspectos observados no cruzamento com outros dados. Um é o caráter de autoridade que os discursos adquiriram através da repetição de certas afirmações. Outro são os desafios e questões impostos pelas ações dos índios e as tentativas dos autores dos registros de superá-los através dos discursos. Tais questões e desafios estiveram relacionados à crença na superioridade dos luso-brasileiros e à, contraditória e simultânea, consciência e percepção prática sobre a necessidade da adesão dos indígenas aos planos do governo da capitania para que eles pudessem dar certo. Estas incongruências não escaparam à lógica dos discursos escritos. Através delas, das incongruências, os discursos acabam por evidenciar a importância da atuação e das iniciativas indígenas para que os sete povos se tornassem parte dos domínios portugueses.

No calor do momento, Canto escreveu dando notícias ao comandante Francisco Barreto sobre a “conquista” do departamento de São Miguel, que recentemente havia se iniciado. Segundo ele, Deus foi “servido mandar trezentos índios que havia e vieram à minha presença e levantaram a voz – viva El Rey de Portugal” e como “estava com tão boa gente e mais indiada, quis experimentar



aventura”⁷. De qualquer forma, o que importa é que tanto nas cartas que enviou às autoridades portuguesas durante aqueles dias, quanto no relato escrito nove meses depois, ele atestou que além de suas pessoas, os indígenas providenciaram cavalos, mantimentos e informações com os quais ele pôde seguir adiante com os planos. Mas quem eram aqueles trezentos índios que acampavam a pouca distância de São Miguel? De onde teriam vindo? Como e por que se aliaram a Canto e Gabriel? Eram mesmo trezentos? Como aconteceu o ataque e a “conquista” da capital dos povos do departamento de São Miguel?

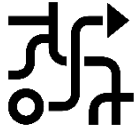
A leitura do apêndice documental do livro de Fernando Camargo, intitulado *O Malón de 1801*⁸, citado anteriormente, possibilita fazer uma constatação. O processo movido por autoridades do vice-reino do Prata sobre a perda dos sete povos podia lançar novas luzes sobre os significados da participação indígena no estabelecimento das fronteiras territoriais platinas no início do Oitocentos. O autor informou que no anexo de seu livro constavam apenas partes de um processo. Na verdade, três processos, e não apenas um, foram movidos. Em seu conjunto, os documentos colocados à disposição do vice-rei do Prata em junho de 1808, foram organizados da seguinte maneira pelas autoridades coloniais responsáveis:

- 1- Processo formado sobre a perda dos povos do departamento de São Miguel contra seu tenente governador, D. Francisco Rodrigo e consta de seis cadernos.
 - 2- Outro formado sobre a perda do povo de São Francisco de Borja no departamento de Yapejú contra seu tenente governador, o tenente coronel de milícias Dom Francisco Bermudes e consta de dois cadernos.
 - 3- Outro sobre não haver reconquistado ditos povos contra o coronel dom Joaquim de Sória e os tenentes governadores D. Francisco Bermudez, Dom Pedro Antônio Duran e D. Feliciano del Corte e consta de dois cadernos.
 - 4- Uma sumária formada contra o capitão de milícias D. José Aragon sobre haver passado ao território antigo de Portugal em tempo da última guerra e consta de um caderno.
- Mais outros três cadernos, que dois deles contém vários ofícios relativos a estas causas, e o restante documentos que em sua declaração apresentou o tenente coronel de milícias Dom Gonzalo de Doblas. (AGNA. Sala IX, 04-04-01. Buenos Aires, 01 de junho de 1808).

Isso significa que existem muitas outras informações que podem ajudar a esclarecer outros aspectos sobre a participação dos indígenas no conflito,

⁷ ANRJ. Secretaria do vice-reinado. Códice 104, v. 13, p. 169v.

⁸ CAMARGO, 2001, p. 255-309. No apêndice, Camargo não remete a localização correta do fundo. O correto é: AGNA. Sala IX, 35-1-3. **Tribunales**. Legajo 7. Expediente 10.



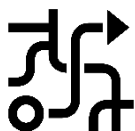
especialmente, os trezentos que foram à presença de Canto. Mas, na prática, do conjunto mencionado de catorze cadernos, apenas um foi localizado⁹. Sabemos que a incompletude é “um terreno familiar para aqueles que estudam o passado. Para cada texto que sobrevive para olharmos detidamente e escutarmos, incontáveis palavras e páginas foram perdidas.” (BROWN; VIBERT, 2003, p. 21). Mesmo assim, quando sobrevivem, como no caso das memórias escritas por Canto, Gabriel e Maneco, alguns textos podem se tornar referências absolutas e praticamente inquestionáveis através das impressões coevas que as endossaram e das análises posteriores que, de modo pouco crítico, as invocaram constantemente. E assim, “os textos adquirem autoridade pela virtude da repetição” (BROWN; VIBERT, 2003, p. 21). Ou seja, no completo desaparecimento ou no aparecimento reiterado, as palavras perdidas podem comprometer as análises historiográficas tanto quanto as palavras indevidamente repetidas.

O caderno que localizamos é o sexto, do processo 1. Trata-se dos depoimentos dos alferes D. Leandro Herrera, do cirurgião D. Bartolomeu Gonzáles, dos soldados Gabriel de Bastos, Rafael Calderon e do alcaide D. Fernando Manchan. Foram colhidos em Buenos Aires, em abril de 1807¹⁰. Ao que tudo indica, mais de vinte e sete testemunhas foram arroladas no processo, que na época, foi feito mesmo com a confusão provocada pelas invasões britânicas entre 1806 e 1807, quando autoridades do vice-reino do Prata deram andamento ao processo movido contra D. Francisco Rodrigo, governador de São Miguel, pela perda dos povos daquele departamento.

D. Leandro Herrera, o primeiro dos inquiridos, se encontrava no povo de Candelária em 1801. Durante o conflito, servia sob as ordens do réu daquele processo, como alferes. De acordo com o seu testemunho, na tomada de São Miguel, os espanhóis parecem ter agido com certo descuido em relação aos seus aliados indígenas. Com a notícia da declaração de guerra publicada, Herrera recebeu ordens superiores de enviar soldados ao governador Francisco Rodrigo que estava no povo de São Luiz. Levou sessenta habitantes do povo de Candelária para lá, entre eles

⁹ As 30 páginas que faltavam à publicação de Camargo (2001), como ele assinalara, foram encontradas. Ainda assim, faltam algumas poucas páginas.

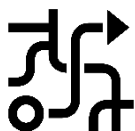
¹⁰ AGNA. Sala IX, 35-1-3. **Tribunales**. Legajo 7. Expediente 10.



espanhóis e ‘homens de castas’, dos quais apenas vinte e sete foram consigo e o governador para São Miguel. Quando lá chegaram, o alferes “tomou o quartel com sua gente”. A eles se uniram “mais de duzentos naturais do departamento de Santiago. E logo foram chegando outras partidas de naturais dos demais departamentos”, totalizando “mais de trezentos índios” na capital dos povos, nas palavras de Herrera. Não é possível saber, através do depoimento de Herrera, quantos vieram voluntariamente ou quantos vieram mediante recrutamentos forçados ou negociações. De qualquer maneira, vieram para auxiliar na defesa de São Miguel contra o ataque português. Foi sob tais circunstâncias que se montou um acampamento no lugar chamado Chunirevi, perto de São Miguel. Ou seja, com a chegada dos indígenas à capital do departamento, autoridades espanholas ergueram um acampamento para dar-lhes abrigo fora dela. Os próprios indígenas trabalharam e concluíram a obra. Antes disso, porém, houve sérios desentendimentos entre eles e algumas autoridades.

Na praça de São Miguel, os indígenas recém-chegados foram revistados. Eles traziam consigo mais de cem armas de fogo. Após a revista, as armas foram confiscadas e eles, escoltados por espanhóis e ‘homens de casta’ para trabalhar nas obras do acampamento, sob o comando do mestre da escola do povo de São Lourenço, D. José Manzuela Lascano. Ainda que seja difícil imaginar como os indígenas se sentiram, não se pode negar que os procedimentos das autoridades espanholas para com eles não foram adequados, sobretudo, quando seus auxílios eram indispensáveis para defender os povos, as terras e os bens missioneiros. Certamente, muitos deles pensavam defender os seus interesses, afinal habitavam os povos, atuavam na sua administração política e militar, efetuavam transações comerciais e negociavam com as autoridades coloniais sobre procedimentos de controle de entrada e saída de produtos, bens e pessoas daquelas terras. Estiveram envolvidos com as tentativas de definição de limites territoriais anteriores, o que indica que o tratamento dado aos indígenas pelo governador do departamento de São Miguel não era condizente às posições sociais e políticas que eles ocupavam¹¹.

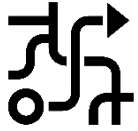
¹¹ Aqui é oportuno mencionar que os nomes das lideranças indígenas não são registrados no caderno seis do processo 1. AGNA. Sala IX, 35-1-3. **Tribunales**. Legajo 7. Expediente 10.



Visto sob outro ângulo, isso também nos mostra que nem todos os indígenas que participaram do conflito estiveram previamente decididos e prontos a auxiliar os portugueses em qualquer empresa que tentassem, como afirmou Borges do Canto. Alguns deles, antes de se aliarem a Borges do Canto e Gabriel Ribeiro, foram a São Miguel com o intuito de defendê-lo dos ataques portugueses. Outrossim, os povos eram onerados com despesas feitas pelas comissões espanholas e portuguesas e seus serviços eram constantemente solicitados para auxiliá-las. Aquele momento pode ter se apresentado como uma grande perspectiva de mudança, embora eles provavelmente soubessem que alianças estabelecidas com os portugueses não seriam necessariamente muito melhores do que as estabelecidas com os espanhóis. Em que se pesem todos os possíveis motivos e as circunstâncias para as decisões que eles tomaram durante o conflito, acreditamos que o longo tempo de convívio com diferentes agentes coloniais naquelas bandas – seus e dos seus antepassados – os possibilitasse agir de modo a não colocar seu futuro nas mãos de aliados portugueses ou espanhóis, mas conduzir o presente a seu próprio cargo.

Não bastasse o fato de revistá-los, desarmá-los e conduzi-los escoltados para trabalharem na obra de um acampamento fora do povo de São Miguel, segundo Herrera, o comandante da obra e mestre de escola Lazcano “feriu um índio, que lhe parece era cacique ou ao menos, possuía algum mando”. O governador mandou prender a liderança indígena e fez “o mesmo a umas índias que vieram chorando atrás do ferido”. O ferido era o capitão de uma ‘companhia de naturais’, segundo o testemunho de outro dos depoentes, Bartolomeu Gonzalez, cirurgião do terceiro batalhão fixo da Infantaria de Buenos Aires. Na época, ele se achava no departamento de São Miguel, servindo como cirurgião dos povos. Quando perguntado sobre o ferimento feito no rosto do capitão dos naturais com um sabre, pelo comandante do acampamento, Bartolomeu disse que ele mesmo tratou o ferimento, “um leve rasgo na cara”. Também foi inquirido sobre as medidas que o governador Francisco Rodrigo tomou “para evitar o resultado que podia ter naquelas circunstâncias este procedimento”¹², respondeu que não sabia. Ao que tudo indica, o governador não mediu as possíveis consequências de mandar prender os indígenas e a liderança

¹² AGNA. Buenos Aires. Sala IX, 35-1-3. **Tribunales**. Legajo 7. Expediente 10: Depoimento de Bartolomeu Gonzales. Grifos meus.



indígena, este último um capitão de milícias que, junto com seus seguidores e seguidoras, a princípio lhe prestava apoio. Já as autoridades encarregadas do processo, que naquele momento o tinham como réu, pareciam ter plena consciência sobre a necessidade de ter preservado a aliança com os indígenas para evitar a perda do território e dos povos missioneiros.

Três dias após iniciada e já concluída a obra do acampamento, Lazcano, os indígenas, os espanhóis que os escoltaram e outros foram surpreendidos por Canto, Gabriel e sua partida. O aviso prévio sobre a formação do acampamento e sua localização facilitou o ataque surpresa, onde segundo Canto, “fui feliz e me vi senhor de mais de trezentos índios”¹³. Ou seja, é muito provável que tenha sido através do apoio dos indígenas que acompanhavam o cacique e capitão de milícias que Canto empreendeu o ataque. Foi também nesta ocasião que Gabriel conversou com os indígenas em guarani e dividiu com eles os “modestos despojos” (CESAR, 1970, p. 200) das barracas dos espanhóis. No ataque, alguns espanhóis morreram e outros ficaram feridos. O mestre Lazcano fugiu. Nesta ocasião, os trezentos índios optaram por acompanhar Canto, mas não foram sozinhos. Levaram consigo a cavalcada da qual ficaram encarregados e o mestre fujão, que deram conta de achar “escondido num bosque, onde o maltrataram e, amarrado, o levaram para entregar ao comandante português”¹⁴.

O decisivo ataque surpresa ao acampamento de Chuniveri foi noturno. Na manhã seguinte, quando a notícia chegou ao povo de São Miguel, a reação do governador e seu ajudante foi agarrar “as cabeças, queixando-se que os índios, a cujo cargo estava a cavalcada, não apareciam com os cavalos”¹⁵. Numa demonstração de que não apenas cumpriram ordens ou atenderam pedidos de auxílio, os agora aliados de Borges do Canto participaram ativamente da elaboração e da execução dos planos para conquistar o povo de São Miguel,

se ofereceram os mesmos índios para tentarem com engano se abrisse o portão do colégio, a fim de segurarem dez peças pequenas de artilharia, e perto de duzentas espingardas, e demais armamentos, que havia no mesmo colégio, e podermos entrar ao sinal que nos fizessem, porém o tenente

¹³ ANRJ. Secretaria do vice-reinado. Códice 104, v. 13, p. 169.

¹⁴ AGNA. Sala IX, 35-1-3. **Tribunales**. Legajo 7. Expediente 10: Depoimento de Leandro Herrera.

¹⁵ AGNA. Sala IX, 35-1-3. **Tribunales**. Legajo 7. Expediente 10: Depoimento de Leandro Herrera.

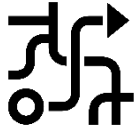


governador, desconfiado dos índios não os deixou entrar (CANTO, 1914, p. 55).

Quer dizer, ao passo que autoridades espanholas agiram demonstrando desconfiança, Canto e Gabriel concordaram em colocar em prática o subterfúgio proposto pelos indígenas para ter acesso às armas que estavam dentro do colégio. O plano foi enviar “um índio de pouca idade a pedir papel e tinteiro”¹⁶ enquanto os demais tentariam abrir o portão do colégio. Isso era conveniente ao ataque e aos indígenas que buscavam recuperar suas armas e garantir sua própria proteção durante os enfrentamentos, além de outros possíveis interesses. Como sua entrada não foi permitida, “depois do meio-dia se apresentaram na praça do povo os naturais, que estiveram em Chunirevi desarmados, mas levavam garrotes”. No colégio estavam as armas, o tenente governador, seus auxiliares e “os espanhóis (...) os quais eram em número de cento e cinco”. O governador acabou preso dentro do colégio, com as armas e espanhóis que, em sua grande maioria, mal sabiam manuseá-las. De acordo com Herrera, um artilheiro de brigada recentemente havia ensinado a eles a carregar artilharia e usá-la. Ele mesmo havia treinado sua partida, em menos de três dias, estimulando-os a acertar um alvo com prêmios que tirava do bolso.

A guarda de San Martin foi invadida por portugueses que “havam roubado as cavalhadas [n]aquelas missões” e acamparam na estância de São João Mirim. Ao mesmo tempo, o governador dos 30 povos, D. Joaquim de Sória, ordenou que “nos povos de seu departamento se formassem companhias de naturais e se juntassem os espanhóis empregados e povoadores”. O governador Francisco Rodrigo esperava, ainda, pelos auxílios mais imediatos do povo de Yapeyú, que julgou estar a caminho de São Miguel. Do povo de São Borja partiram as tentativas mais ostensivas de combate aos planos portugueses. Por isso, boa parte dos reforços disponibilizados pelo governo da capitania foi enviada para a fronteira sul. São Borja era o único dos sete povos da banda oriental do Uruguai que não integrava o departamento de São Miguel, fazia parte do departamento de Yapeyú. Na noite anterior à capitulação, espanhóis pediram auxílio aos guarani-missioneiros que ficaram no povo. Como a

¹⁶ AGNA. Sala IX, 35-1-3. **Tribunales**. Legajo 7. Expediente 10: Depoimento de Leandro Herrera. As próximas 2 citações são oriundas do depoimento de Leandro Herrera e as 3 subsequentes são do depoimento de Bartolomeu Gonzales.

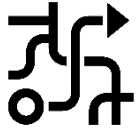


noite estava muito escura, Francisco Rodrigo “replicou que para os índios, e toda a gente do campo jamais impedia a escuridão para que conhecessem ainda que fosse uma palha”. Mas os reforços não vieram e a cavallhada não foi recuperada. No dia seguinte, portugueses e espanhóis apertaram as mãos, acordaram os termos e o governador capitulou.

Gabriel foi aos povos de São João, São Lourenço, Santo Ângelo e São Luiz. Comunicou-lhes em guarani a tomada de São Miguel, assistiu aos festejos, conversou com os curas, e “sempre falhava um dia em cada povo e o fazia por contentar o público” (CESAR, 1970, p. 202). Recolheu os estandartes dos povos e os entregou em mãos ao governador do Continente, Sebastião Xavier da Veiga Câmara. Em pouco tempo, chegaram aos povos autoridades para ocupar os cargos de governador interino e, depois, o de governador dos sete povos. Porém, Francisco Rodrigo ainda não estava na banda ocidental e a “conquista” ainda não havia sido reconhecida pelas autoridades superiores das Missões e de Buenos Aires.

Enquanto isso, em São Miguel, Canto já havia recebido “algumas vinte chaves de armazéns e de tudo que se pedir por boca, pois nunca cuidei que eram de tão grandes fábricas estes povos”¹⁷. Além disso, deixou que “fossem livremente para os seus respectivos povos os 300 índios do acampamento” e informou aos povos de São João e Santo Ângelo “que se deviam submeter à obediência de S.A.R., o que aceitaram sem repugnância” (CANTO, 1914, p. 56). Vieram reforços de Rio Grande e Rio Pardo, que foram manejados para vários postos e guardas na fronteira, onde os conflitos continuaram. De acordo com as memórias de Canto e Maneco, houve enfrentamentos nos passos da Cruz, do Tacuim, de São Lucas, Santo Isidoro, Santa Maria e São Marcos. No passo da Cruz, Canto relatou que tomou do inimigo 414 cavalos (CANTO, 1914, p. 58). No passo do Tacuim, o tenente Francisco Carvalho, um dos militares enviados à fronteira, “retomou os animais que levavam dos naturais, aos quais se tornaram a entregar” (CANTO, 1914, p. 59). No passo de Camaquã, Maneco relatou a debandada do inimigo, “deixando em nosso poder 500 animais entre cavalos e gado vacuum” (PEDROSO, 1914, p.65).

¹⁷ ANRJ. Secretaria do vice-reinado. Códice 104, v. 13, p. 169v.

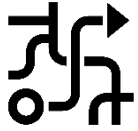
**CONCLUSÃO: INDÍGENAS E SUAS AÇÕES EM TEXTOS MULTIVOCALIS**

No juízo de Francisco Rodrigo, Canto e Gabriel foram considerados homens corretos e de bom procedimento¹⁸. Certamente, usaram o domínio de diversos códigos culturais naquela empreitada e demonstraram o uso de certas habilidades políticas. Seus modos de agir foram elogiados pelo tenente-governador do departamento de São Miguel e pelo governador da capitania do Rio Grande, Francisco Roscio. A conduta de Maneco, também foi valorizada por este último. Havia, como ressaltou Leandro Goya Fontella, “em meio a essa conjuntura de insatisfação indígena, homens que manejavam conteúdos e procedimentos da cultura de contato, como Borges do Canto, Gabriel Ribeiro de Almeida e Manoel dos Santos Pedroso”. (FONTELLA, 2021, p. 24). Há que se pesar, também, as ações dos protagonistas indígenas, que mais do que aceitar se aliar aos portugueses, proveram recursos e propuseram estratégias de negociação que direcionaram o desfecho do conflito. Afinal, muitos fatos e informações influenciaram na decisão dos espanhóis de capitular.

Os “mais de trezentos índios” vindos do departamento de Santiago e do Paraguai não iriam mais servir na defesa. Os cavalos que recentemente haviam chegado do povo de Concepción foram confiscados pelos indígenas. Uma parte das armas que estavam no colégio, não aquelas que lhes foram retiradas, mas as que eram de uso da comissão demarcadora de limites, estavam mofadas, de acordo com depoimento de Leandro Herrera. Talvez os espanhóis não devessem ter revistado os indígenas que, a princípio, vieram para auxiliar na defesa de São Miguel contra os portugueses. Tampouco deixá-los desarmados, acampados fora do povo, propensos a um ataque e desprevenidos para defender-se. Talvez o tenente-governador não devesse ter mandado prender a liderança e as indígenas. Mas, isto não se sabe. Sabe-se mesmo é que perderam aliados. E esses numerosos e importantes aliados poderiam ter frustrado as tentativas de Canto ou, justo o contrário, como fizeram.

Alguns dados são conflitantes e contraditórios, enaltecedores de alguns indivíduos, desmerecedores de outros, ou voltados a interesses específicos e

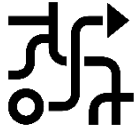
¹⁸ ANRJ. Secretaria do vice-reinado. Códice 104, vol. 13, p. 176.



particulares, mas em seu conjunto, as fontes analisadas revelam aspectos importantes e surpreendentemente pouco (re)conhecidos sobre o conflito de 1801. Os auxílios concedidos pelos indígenas, bem como seu aceite para as negociações para que tomassem parte naquela empreitada em todos os locais estratégicos por onde passaram no território missioneiro foram imprescindíveis para o desfecho do conflito. Não parece, de modo algum, que as pessoas, as informações, os animais e os demais bens que foram disponibilizados e ou usurpados durante a campanha tenham sido de segunda importância. Todavia, sem um olhar descolonizador das fontes históricas, os indígenas não aparecem nos relatos, depoimentos e correspondências como personagens principais, mas apenas como personagens secundários. Nesse sentido, é fundamental destacar alguns pontos que arrematam a costura das evidências apresentadas sobre as ações indígenas.

Embora políticas de bom tratamento fossem, às vezes, praticadas entre indígenas, espanhóis e portugueses, e, portanto, constituíssem meios para fazer políticas indígenas e indigenistas, não parece que os primeiros tenham resolvido se unir aos portugueses, por exemplo, em virtude do botim de guerra oferecido a eles, como afirmou Gabriel se, ao fim e ao cabo, estavam disponibilizando a maior parte dos recursos indispensáveis para empreender os ataques; ou tão somente por falar o idioma guarani, afinal, os intermediários indígenas também podiam falar português e espanhol. Atitudes e posturas de respeito eram recomendadas pelas autoridades coloniais em situações como aquelas. Quando foi conveniente, Maneco, Canto e Gabriel procuraram seguir essas ordens e praticá-las. Os três conheciam o modo de vida dos indígenas, afinal, eram mestiços biológicos e culturais. Devido à sua mobilidade social, manejo de línguas e conhecimento de códigos culturais, atuaram como intermediários, assim como os indígenas que participaram das negociações para a capitulação. Tais habilidades foram prontamente reconhecidas e utilizadas por indígenas e por representantes do governo, como vimos.

O uso dos bens indígenas foi indispensável ao sucesso da campanha, mas isso não é tudo. As atuações da gente missioneira definiram o rumo dos acontecimentos tanto quanto, ou mais, do que a atuação daqueles que foram, durante muito tempo, considerados os heróis da conquista de 1801. O que os indígenas fizeram? Como fizeram? Por que fizeram? O que viram? O que sabiam? Longe de



resolver essas questões, os dados e hipóteses aqui expostos trazem à tona elementos que possibilitam uma leitura mais crítica e ampliada sobre as iniciativas indígenas.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.

BROWN, J. S. H.; VIBERT, E. Reading Beyond Words: contexts for Native American History. Canada: Broadview Press Ltd, 2003.

BURD, R. Das “injustiças que nos a hecho los españoles” a “basalios de la Reyna de Portugal”: reduções orientais na virada do século XVIII para o XIX. Tese (Doutorado). PPGH/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

CAMARGO, F. O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional. Passo Fundo: Clio, 2001.

CESAR, G. História do Rio Grande do Sul: período colonial. Porto alegre: Editora Globo, 1970.

DOCCA, S. História do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Edições da Organização Simões, 1954.

GARCIA, E. F. As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

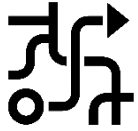
_____. Dimensões da liberdade indígena: missões do Paraguai, séculos XVII-XVIII. Revista Tempo. Dossiê “Missões na América ibérica: dimensões políticas e religiosas”. Rio de Janeiro, v. 19, n. 35, p. 83-95, 2013.

_____. A conquista das missões de 1801: história e historiografia em perspectiva indígena. In: KUHN, F; NEUMANN, E. (Org.). História do Extremo Sul: a formação da fronteira meridional da América. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022.

FONTELLA, L. G. “Isto fê-los tomar a resolução de se unir conosco”: a incorporação das Sete Missões guaraníticas ao império português num contexto de cultura de contato (1801). Acervo, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 1–26, 2021. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1653>. Acesso em: 02 fev. 2025.

MENZ, M. A Integração do Guarani Missioneiro na Sociedade Sul-Rio-Grandense. Dissertação (Mestrado). PPGH/UNISINOS, São Leopoldo, 2001.

MONTEIRO, J. M. Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de história indígena e do indigenismo. Tese (Livre Docência). IFCH/Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.



NEUMANN, E. Letra de Índios. Cultura Escrita, comunicação e memória indígena nas Reduções do Paraguai. São Bernardo do Campo: Nhandutí Editora, 2015.

PINHEIRO, J. F. F. Anais da Província de São Pedro: história da colonização alemã no Rio Grande do Sul. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

QUARLERI, L. Rebelión y guerra em las fronteras del Plata: guaraníes, jesuítas e imperios coloniales. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

RANZAN, A. C. O papel, a pena e a fronteira: manifestações escritas e ação indígena nas reduções jesuíticas do Paraguai (1768-1801). Dissertação (Mestrado). PPGH/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

RIBEIRO, M. R. P. Estratégias indígenas na fronteira meridional: os guaranis missioneiros após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834). Dissertação (Mestrado) - PPGH/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SANTOS, C. M. Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

SARREAL, J. The Guaraní and their missions: a socioeconomic history. Stanford: Stanford University Press, 2014.

SILVEIRA, H. J. V. da. As missões orientais e seus antigos domínios. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1979 [1909].

TORRES, L. H. Historiografia missioneira no Rio Grande do Sul (1960-1975). In: FLORES, M. (Org.). Negros e Índios Literatura e História. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

VELLINHO, M. Capitania d'El -Rei: Aspectos polêmicos da formação Rio-grandense. Porto Alegre: Ed. Globo, 1970.

WILDE, G. Religión y poder en las misiones de guaraníes. Buenos Aires: SB, 2009.

Recebido em: 19/03/2026

Aprovado em: 09/06/2026



MOTA, Luiza Paula Monteiro *

<https://orcid.org/0009-0007-5741-3614>

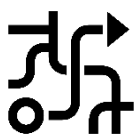
RESUMO: O presente artigo analisa o conflito protagonizado por José Borges, capitão-mor indígena do aldeamento de Itapecerica, capitania de São Paulo, entre os anos de 1767 e 1770. Este episódio se insere no contexto da implementação do *Diretório dos Índios* nos aldeamentos paulistas. A partir da análise do auto de medição enviado pelo diretor Francisco Godinho Pais e da representação enviada por José Borges ao governador D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, buscamos evidenciar como um indígena portador de patente militar soube mobilizar a própria lógica colonial, seus instrumentos, instâncias e legitimidades, em defesa dos interesses coletivos de sua comunidade. O episódio culminou na destituição do diretor em agosto de 1770. Alinhado às propostas da Nova História Indígena e da Nova História Militar, este trabalho argumenta que a patente de capitão-mor funcionou como ferramenta de agência: conferiu legitimidade à denúncia, facilitou o acesso às instâncias administrativas e possibilitou um desfecho favorável aos indígenas. O caso de José Borges aponta que a mobilização estratégica das estruturas coloniais por indígenas portadores de patentes militares não foi um fenômeno excepcional, mas uma possibilidade inscrita na própria organização dos aldeamentos.

PALAVRAS-CHAVE: Agência indígena; Patentes militares; Aldeamento de Itapecerica.

ABSTRACT: This article analyzes the conflict led by José Borges, indigenous captain-major of the Itapecerica settlement, in the captaincy of São Paulo, between 1767 and 1770. This episode is situated within the context of the implementation of the *Diretório dos Índios* in the Paulista settlements. Through the analysis of the land survey sent by director Francisco Godinho Pais and the petition sent by José Borges to governor D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, we seek to demonstrate how an indigenous individual holding a military patent was able to mobilize colonial logic itself, its instruments, institutions, and legitimacies, in defense of his community's collective interests. The episode culminated in the director's removal from office in August 1770. Aligned with the proposals of the New Indigenous History and the New Military History, this work argues that the military patent of captain-major functioned as a tool of agency: it conferred legitimacy to the complaint, facilitated access to administrative institutions, and made possible a favorable outcome for the indigenous people. The case of José Borges suggests that the strategic mobilization of colonial structures by indigenous individuals holding military patents was not an exceptional phenomenon but a possibility inscribed in the very organization of the settlements.

KEYWORDS: Indigenous agency; Military patents; Itapecerica settlement.

*Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: luizapaula.mota@gmail.com. Financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), processos nº 25/04685-5 e 25/23244-0.



INTRODUÇÃO

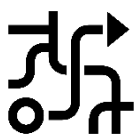
Os aldeamentos paulistas, a partir de 1765, passaram por um processo de reestruturação, decorrente da restauração da autonomia administrativa da capitania de São Paulo¹ e da chegada de seu novo governador e capitão-general D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, o 4º Morgado de Mateus. Ao longo dos dez anos deste governo (1765-1775), o Morgado de Mateus realizou a organização dos aldeamentos à luz do Diretório dos Índios (1758)² (PETRONE, 1995, p. 133-134). Neste cenário, embora a administração dos aldeamentos fosse realizada por diretores seculares, determinados indígenas podiam alcançar cargos de comando (DORNELLES, 2024).

Tal temática se alinha às propostas da Nova História Militar, corrente que no Brasil, desde 1990, passou por atualizações teóricas e metodológicas, as quais ampliaram seu campo de investigação (CASTRO et al., 2004, p. 23). A História Militar emergiu a partir de narrativas centradas nas histórias nacionais e de guerra e associava-se a uma visão mais restrita de temáticas e fontes. A partir de sua renovação, aliando-se à interdisciplinaridade e diversificação de fontes, a corrente denominada Nova História Militar passou a abarcar, além de suas antigas temáticas, um olhar voltado aos agentes subalternizados, ao funcionamento e história das instituições militares, vida de soldados, estudos de gênero e sexualidade dentro das forças armadas, participações e negociações de diversos sujeitos no corpo militar, dentre outras temáticas (NETO, 2020).

Os aldeamentos tinham contínuas relações com as estruturas militares e com seus membros. Tal afirmação fica mais clara a partir da análise da implementação do Diretório dos Índios, período no qual a administração dos aldeamentos passou das ordens religiosas para os membros do corpo civil e militar. Para além de se

¹ A capitania de São Paulo foi extinta por 17 anos por diversas razões: perdas territoriais, poucos elementos de atração econômica que fizessem ser necessário um governador e capitão-general e por um pensamento político de que o território do sul do Brasil deveria estar sob um só mando, o do Rio de Janeiro, para lhes prestar socorro e garantir a segurança das fronteiras. A capitania foi restaurada poucos anos após a invasão do Rio Grande (1773), evento que mostrou a fragilidade na segurança das fronteiras.

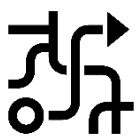
² Este documento, também conhecido como Diretório Pombalino, foi redigido em 1755, aplicado em 1757 no Grão-Pará e Maranhão e estendido por meio de Alvará em 1758 às demais capitanias do Brasil.



configurarem como espaços de catequização e ensino de civilidade aos moldes europeus (CANCELA, 2015, p. 51), servirem como reservatório de mão de obra indígena para agricultura, obras públicas, uso militar e de particulares (COELHO; MELO, 2016, p. 105), os aldeamentos eram sobretudo espaços de socialização, reinvenção identitária e resistência indígena (WILDE, 2009, p. 51). Não obstante, não foram raros os casos de indígenas que usaram dessa estrutura para alçar cargos de comando e, estando em tal posição, utilizaram de sua influência para fazer valer seus interesses e de seu povo.

Ao longo deste artigo, exploraremos as dinâmicas desenroladas no interior do aldeamento de Itapecerica entre os anos de 1767 e 1770, a partir de documentos conservados na Biblioteca Nacional Digital, na coleção Morgado de Mateus e dos Documentos Interessantes para História e Costumes de São Paulo do Arquivo do Estado. Pois foi neste cenário que a atuação de José Borges, capitão-mor indígena, auxiliou na destituição do diretor do aldeamento. A partir da análise de uma carta de representação enviada por ele, observamos como um indígena portador de patente militar agiu para a garantia de seus interesses e reivindicações. Tal caso não é isolado, mas sim representativo de um repertório mais amplo de instrumentos de ação e negociação que os indígenas souberam acionar no cenário colonial (CARDIM, 2019, p. 49). Outros indígenas, em diferentes contextos e aldeamentos, valeram-se de estratégias semelhantes, como patentes, cargos, representações, alianças para fazer valer seus interesses e os de suas coletividades.

Argumentamos que a atuação de José Borges revela como indígenas portadores de patentes militares souberam mobilizar a própria lógica colonial, ou seja, seus instrumentos, instâncias e legitimidades, como ferramenta de agência em defesa de seus interesses coletivos. Para tal, desenvolvemos o artigo da seguinte forma: a primeira seção apresenta convergências entre a Nova História Indígena e a Nova História Militar e discute os conceitos de agência e o significado das patentes militares no contexto colonial. A segunda seção apresenta o aldeamento de Itapecerica, seu histórico, administração e relação com as estruturas militares da capitania. A terceira seção reconstrói a trajetória de José Borges e dialoga com os documentos centrais do conflito: o auto de medição e a representação enviada ao governador. A quarta e última seção interpreta o desfecho do episódio, a destituição do diretor Francisco



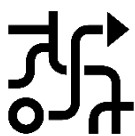
Godinho Pais, e discute seus significados para a compreensão da agência indígena dentro das estruturas coloniais.

AGÊNCIA INDÍGENA: A PATENTE COMO FERRAMENTA

Desde os anos 1970, a historiografia acerca da História Indígena iniciou um processo de renovação e se afastou de linhas historiográficas herdadas do século XIX que colocavam os indígenas como passivos ou sujeitos à extinção (CUNHA, 1992, p. 22). Esta mudança, como bem apontado por Apolinário e Moreira (2021), é fruto das próprias reivindicações indígenas e de um esforço de pesquisadores e programas de pós-graduação para, de maneira articulada, multifacetada e interdisciplinar, abrir o campo de pesquisa tanto para novas fontes quanto para novas interpretações das antigas fontes. Esta linha de pesquisa, cunhada de Nova História Indígena, exigiu o diálogo interdisciplinar para guiar metodologias e teorias que evidenciam o papel ativo dos povos indígenas ao longo da história (ALMEIDA, 2012).

Um movimento semelhante, como já apontado, ocorreu com a Nova História Militar. Ambas as correntes responderam à necessidade crescente de reconhecer e analisar sujeitos que, atravessados por questões de raça, classe, gênero e colonialidade, sempre estiveram presentes na história brasileira, mas foram sistematicamente apagados de sua escrita. A atuação militar por indígenas era um espaço de mediação, estratégia, liderança e influência, onde, a partir dos mecanismos existentes, eles exerceram sua agência (SILVA, 2019). É precisamente nesse ponto de convergência que este trabalho se situa, com a finalidade de destacar a agência de um militar indígena dentro de um aldeamento.

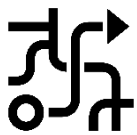
O conceito de agência indígena engloba tanto o real poder de ação de um indivíduo, quanto o poder de ação e intervenção do humano e não humano inscrito em sua cosmovisão (WILDE, 2009, p. 36). Desta forma, este trabalho busca valorizar a agência e a política indígena, entendida por nós como as diversas ações realizadas pelos grupos étnicos ameríndios com intuito de fazer valer a sua vontade, afirmar a sua identidade, assegurar a sua soberania e encontrar formas de se adaptar aos novos cenários trazidos pela colonização.



No século XVIII, uma série de instrumentos legais colocou nas mãos dos povos indígenas novos instrumentos de ação e negociação. Dentre eles, destaco: a Bula expedida pelo Papa Bento XIV, publicada pela Diocese do Pará, em 29 de maio de 1757, reiterando a proibição de se escravizar indígenas; a Lei de 6 de junho de 1755, tratando da liberdade indígena; a Lei de 7 de junho do mesmo ano, dispondo sobre a secularização das aldeias; e o Alvará do Diretório dos Índios de 17 de agosto de 1758 (ALMEIDA, 1997, p. 130). As legislações tornaram os indígenas vassalos do rei de Portugal, sem distinção dos outros súditos (SPOSITO, 2009, p. 86), e instruíram o comportamento do civil e do militar em relação a estes grupos.

Dentre essas legislações, o Diretório dos Índios, promulgado em 1758, é um documento central para este estudo por ter guiado a política indigenista da segunda metade do século XVIII. Ao longo de 95 parágrafos, o Diretório estabelecia a reestruturação do processo civilizatório aplicado a indígenas brasileiros, ao passo que mantinha uma relação intertextual com as longas legislações que o precederam (SANTOS, 2021). Desde o primeiro parágrafo do documento, fica evidente a importância da figura do diretor, pois ele representa o principal eixo de sua execução, atuando no dia a dia dos aldeamentos (COELHO; MELO, 2016, p. 104). Este seria escolhido pelo governador da capitania e em sua figura se concentrariam várias responsabilidades administrativas. Porém, o Diretório reservava, assim como era feito no período de administração dos missionários, cargos e funções de capitães, sargentos e oficiais que poderiam ser executadas por indígenas (ALMEIDA, 1997, p. 41).

A patente e a posição de destaque no aldeamento conferidas a um indígena implicavam um papel de liderança entre seu povo, exigindo-lhe maior contato e capacidade de intermediação com os diversos agentes coloniais. Segundo documentos do período que traziam as diretrizes a serem seguidas no aldeamento, era papel do capitão e do sargento fazer a garantia da segurança e da ordem, realizar rondas, recolher indígenas dispersos e serem os executores dos castigos (BND, Coleção Morgado de Mateus, I-30, 24, 12). O cargo de capitão-mor representava o mais alto cargo na hierarquia militar dos aldeamentos, seguido pelos cargos de sargento-mor, alferes, capitão da companhia, cabo de esquadra e soldados.



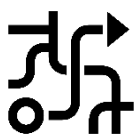
Marchioro destaca que, nos aldeamentos de São Paulo, os cargos mais comuns eram os de capitão e sargento-mor (2018, p. 98).

A patente militar dentro do aldeamento não deve ser interpretada através da pura ótica de dominação e controle do comportamento dos indígenas. No cotidiano da colônia, possuir um cargo militar ou administrativo servia simultaneamente como instrumento de distinção social interno e como ferramenta de interlocução com as autoridades administrativas externas. Ao alçar um cargo reconhecido pelo governo, este agente adquiria uma legitimidade que ultrapassava os limites do aldeamento: podia acionar instâncias administrativas, participar das eleições dos cargos dos aldeamentos, interpor queixas perante governadores e ouvidores. Como demonstrado por Rocha (2009), que se debruçou no estudo dos oficiais indígenas, os cargos por eles assumidos representavam um recurso de agência inscrito na própria lógica colonial, o qual os indígenas souberam mobilizar em seu benefício.

A legitimação trazida pela patente e a importância do cargo para os indígenas são elementos centrais para compreender o caso de José Borges, capitão-mor do aldeamento de Itapecerica. Ele soube operar dentro da estrutura colonial de forma precisa: utilizou as prerrogativas formais de seu cargo, em conformidade com o que era inscrito no Diretório dos Índios e com a legitimidade que sua patente lhe conferia para se opor às decisões tomadas pelo diretor que lesavam os direitos indígenas. Como veremos, esse episódio não representa uma ruptura com a ordem colonial, mas antes uma demonstração sofisticada dos recursos que os indígenas usavam dentro das estruturas coloniais para fazer valer seus interesses.

ALDEAMENTO DE ITAPECERICA: ADMINISTRAÇÃO E TENSÕES

O aldeamento de Itapecerica foi fundado no início do século XVIII, a cerca de 6 léguas de distância da região central da capitania de São Paulo e administrado inicialmente pelos padres da Companhia de Jesus (DI LXXIII, 1952, p. 209). Segundo Castagna e Gonçalves, a história de Itapecerica sempre esteve associada aos aldeamentos de Mboy/Embu e Carapicuíba, tanto pela sua proximidade geográfica quanto por sua formação, pois seu surgimento “se deu pela necessidade da transferência dos indígenas concentrados em Carapicuíba, cujos campos de cultivo



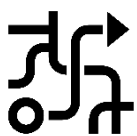
estavam em vias de esgotamento” (CASTAGNA; GONÇALVES, p. 2, 2024). A partir de 1765, com a restauração da autonomia administrativa de São Paulo e a chegada de seu novo governador, os aldeamentos paulistas passaram por um processo de homogeneização e implementação do Diretório dos Índios.

O governador da capitania era o responsável por realizar a nomeação dos diretores dos aldeamentos. No caso de Itapecerica, o ano imediatamente anterior ao período analisado, 1766, foi marcado por instabilidade em sua administração. Ao longo daquele ano, passaram pelo cargo dois diretores: Manoel de Moraes Pires, que deveria assumir o cargo como interino, e Domingos Francisco Pinheiro (DI LXV, 1940, p. 83). Desconhecemos as razões que os levaram a ficarem tão pouco tempo no cargo, mas é evidente a fragilidade na administração deste aldeamento.

Em fevereiro de 1767, foi nomeado como diretor Francisco Godinho Pais, o qual permaneceu no cargo até a sua destituição em agosto de 1770 (DI LXV, 1940, p. 80-81), tema que será abordado em detalhe nas seções seguintes. Apesar de não termos conseguido recuperar dados biográficos sobre este diretor, sabemos que o governador D. Luis Antonio de Souza recomendava a todos os diretores que seguissem o Diretório dos Índios e que tivessem no aldeamento uma cópia do dito documento (BELLOTTO, 1979, p. 243-244). Logo, a sua administração, idealmente, deveria ser pautada nas instruções disponíveis no Diretório.

Itapecerica, como os demais aldeamentos, estava em permanente contato com as estruturas militares, seja em sua administração ou como fonte de indivíduos a serem usados em tropas e expedições. Além disso, os aldeamentos eram um recurso de povoamento, por esta razão, seriam estes indígenas os responsáveis por povoar e garantir as fronteiras. Como apontado por Mello, partia-se do “princípio ‘Povoar para Defender’ e nele, os súditos fiéis tornar-se-iam agentes da defesa.” (2020, p. 80) e Itapecerica inseria-se nessa lógica. No ano de 1768, o aldeamento contava com 404 moradores, de idades entre 0 e 98 anos (BND, Coleção Morgado de Mateus, I-30, 24, 18), uma população que, como a de outros aldeamentos paulistas, era resultado do longo processo colonial de concentração e mistura de diferentes grupos étnicos.

A principal tensão interna ocorrida em Itapecerica ao longo dos anos de 1768-1770 se materializou em torno da questão da medição e demarcação de suas terras. Por volta de outubro de 1768, o governador da capitania de São Paulo ordenou que



diversos aldeamentos, entre eles o de Itapecerica, fizessem a medição de suas terras (DI LXV, 1940, p. 226). Curiosamente, no ano anterior, o diretor do aldeamento de Nossa Senhora da Escada, Sebastião Siqueira Caldeira, já havia alertado o governador da necessidade de se realizar as medições quanto antes, pois, em sua visão, muito em breve, os indígenas estariam sem terras (FCM, cx. 1.32, cod. G958.5).

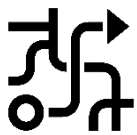
Apesar de as medições serem previstas no Diretório, a carta daquele diretor parece ter colaborado para o olhar do governador se voltar para esta temática. As medições tinham grande relevância, pois tinham como objetivo a organização do espaço dos aldeamentos e a divisão das terras para plantações. O plantio das terras aparece no Diretório ao longo dos parágrafos 19º ao 34º e fica evidente o papel crucial da agricultura, pois era através dela que as povoações se sustentariam. Foi precisamente nesse contexto que José Borges, capitão-mor indígena de Itapecerica, acionou sua posição para questionar o modo como as medições foram conduzidas. Este episódio, que culminou na destituição do diretor Francisco Godinho Pais em 1770, será analisado em detalhe na seção seguinte.

A REPRESENTAÇÃO DE JOSÉ BORGES: TERRA E LEGITIMIDADE

Reconstruir a trajetória de José Borges, capitão-mor do aldeamento de Itapecerica, esbarra em desafios comuns à história indígena colonial, entre eles fontes esparsas e lacunares e a falta de menção sobre o indivíduo ser ou não indígena. Como explicitado por Soraia Dornelles:

O Diretório indicava no § 11 que os índios deveriam possuir nomes e sobrenomes portugueses para ficarem equiparados aos brancos. Aqui, destaca-se a presença de nomes étnicos indígenas em associação a nomes portugueses, contudo, na documentação analisada, com o passar do tempo, os nomes indígenas deixam de possuir referências deste tipo. É importante destacar, portanto, que o nome dos indivíduos presentes nas fontes notariais não deixa ver se se tratavam de indígenas ou não. (DORNELLES, 2024, p. 73)

Na documentação gerada pelos aldeamentos, é comum que os nomes dos indígenas, mesmo aqueles em cargos de comando, apareçam apenas de forma pontual e com nome e sobrenome português. José Borges não foge a essa regra, sendo difícil identificar de imediato sua origem. Por esta razão, como apontado por Almeida, é crucial que o pesquisador interessado em dar visibilidade a narrativas



indígenas utilize abordagens comparativas, diversifique as fontes e priorize o diálogo interdisciplinar (ALMEIDA, 2019, p. 126).

Ao longo da pesquisa, alguns dados biográficos sobre José Borges puderam ser recuperados. A listagem de indígenas que habitavam Itapecerica (BND, Coleção Morgado de Mateus, I-30, 24, 18) nos revelou que, em 1768, Borges tinha 37 anos, era casado com Verônica Dias e pai de uma menina de nove anos. Conforme apontado por Marchioro a partir da pesquisa feita no livro de Casamentos da Paróquia de Itapecerica (2018, p. 97), José Borges já era, desde 1768, capitão-mor, ou seja, aquele com o mais alto posto da hierarquia militar interna dos aldeamentos. Apesar de não termos dados sobre sua trajetória militar, o trabalho de Marchioro elucida que o mais comum era a promoção progressiva dos cargos e que questões como idade também eram consideradas ao se assumir uma patente alta (2018, p. 96). Levando em consideração estes dados, é possível inferir que, em 1768, a posição de Borges já fosse consolidada o suficiente para que, diante das irregularidades que identificou no processo de medição das terras, sentisse legitimidade para agir.

Em 22 de janeiro de 1769, o então diretor de Itapecerica, Francisco Godinho Pais, enviou para o governador o auto da medição executada no território (BND, Coleção Morgado de Mateus, I-30, 24, 28, n. 2). O documento se inicia com a apresentação do diretor, os nomes dos oficiais em cargo de capitão e sargento-mor, seguido pelos dos pilotos que realizaram a medição e de três testemunhas. Ao longo do auto, é narrada uma breve história do aldeamento, no qual se situa sua localização e traz informações acerca da primeira administração realizada por jesuítas. O documento descreve a demarcação e se encerra com a assinatura do diretor, dos oficiais e das testemunhas. Apesar de o documento contar com a assinatura de José Borges, não é possível saber o quanto ele esteve de fato envolvido com a demarcação.

Em 28 de janeiro daquele mesmo ano, apenas poucos dias após a demarcação, Borges enviou ao governador de São Paulo, D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, uma representação.³ Tal espécie documental comumente apresenta

³ Não é possível saber se o próprio José Borges escreveu a próprio punho o documento. Cada vez mais estudos demonstram que a técnica de escrita era utilizada pelos indígenas e o

uma queixa ou reclamação, expõe uma situação ou solicita algo a uma autoridade (BELLOTTO, 2002, p. 86). Como é possível visualizar no próprio documento, José Borges inicia se apresentando como indígena e capitão-mor do aldeamento de Itapecerica, se identificando explicitamente em ambas as condições. Ao longo do texto, ele diz representar a coletividade indígena e apresenta o problema das medições das terras. Segundo ele, a demarcação não foi feita como se deveria, pois não foram medidas as posses dos indígenas, o que acarretava prejuízo a eles.

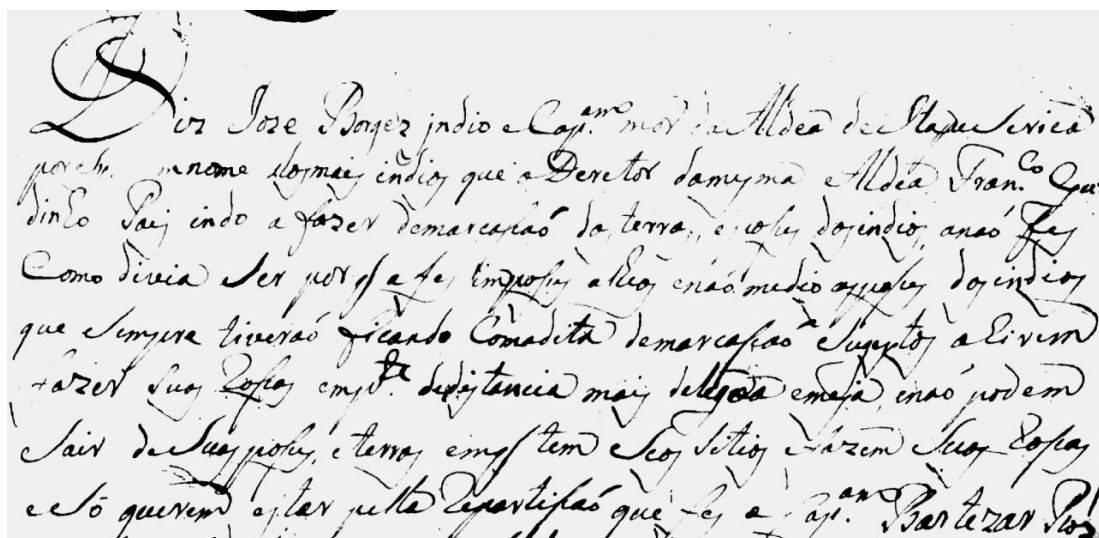
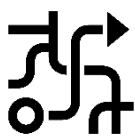


Figura 1 - Recorte da Representação do Capitão Mor de Itapecerica
 Fonte: Biblioteca Nacional Digital (BND), Código de Referência I-30, 23, 8.

Segundo Borges, a má medição das terras faria com que os indígenas estivessem: “sujeitos a irem fazer suas roças em parte de distância [a] mais de légua e meia e não podem sair de suas posses e terras em que têm seus sítios (...)” (BND, Coleção Morgado de Mateus, I-30, 23, 8). Logo, a medição realizada obrigaria a transferência das roças para uma área mais distante, o que tornaria a situação inviável sob dois aspectos práticos e imediatos: primeiro, a distância de mais de uma légua e meia representava um deslocamento incompatível com a rotina diária de cuidados com a plantação. Segundo, abandonar as posses já cultivadas significava perder não apenas a terra, mas o trabalho já investido nos roçados em andamento, um prejuízo que recairia diretamente sobre a subsistência do aldeamento. A representação de

grande potencial de tais fontes. Independente de ele ter escrito ou ditado o documento, sua relevância como ferramenta de agência persiste.



Borges, portanto, não era uma queixa abstrata, mas sim, traduzia consequências concretas e imediatas na vida e cotidiano dos indígenas.

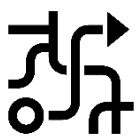
Ainda em sua representação, José Borges destaca que os pilotos responsáveis pela mensuração seriam outro elemento a demonstrar a ilegitimidade do processo. O diretor teria convidado duas pessoas externas ao aldeamento para realizá-la: o principal deles identificado como José Dias de Freitas, e outro nomeado como Pedro, cujo sobrenome aparece grafado de formas diferentes nos documentos.⁴ Borges afirma que os indígenas, principais interessados na divisão das terras, não haviam sido informados sobre a realização da medição. Logo, o convite realizado pelo diretor aos pilotos não deve ser interpretado como um detalhe menor, mas sim, como um dado que reforçava a denúncia de que a demarcação havia sido feita sem a participação indígena. Por fim, o capitão sugere que o diretor teria sido movido por interesses próprios, apesar de não compreender as razões que o motivaram, porém fica claro que o resultado era desfavorável para os indígenas.

Diante das irregularidades apontadas, José Borges não se limitou a denunciar, apresentou também uma solução concreta. Em sua representação, o capitão-mor solicitou ao governador que fosse mantida a demarcação anteriormente realizada pelo diretor Baltazar Rodrigues Borba, a qual garantia a localização dos sítios e roçados indígenas. Ao propor que fosse seguida a medição anterior, feita por outro diretor, é possível identificar uma importante dimensão da atuação deste capitão: suas ações eram respaldadas e operavam dentro da lógica administrativa colonial. Ele soube tanto acionar uma instância de poder — o governador — quanto contrapor uma gestão legítima à ação irregular de Francisco Godinho Pais. Dessa forma, seu posicionamento não contestava a estrutura, mas a utilizava, juntamente com o histórico administrativo do aldeamento, em defesa dos interesses indígenas.

A DESTITUIÇÃO: AGÊNCIA INDÍGENA E SEUS LIMITES

Apesar da carta de representação de José Borges, a destituição do diretor não se deu de forma automática ou em um processo rápido. O processo interno de análise

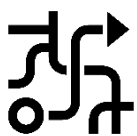
⁴ Na documentação seu nome é grafado como “Pedro Pereira da Silva” e como “Pedro Nunes da Silva”.



do governador não pôde ser rastreado. A documentação nos permitiu reconstituir, contudo, os pontos de pressão exercidos pelos indígenas sobre a administração colonial. Nesse sentido, há um segundo documento relevante: uma representação coletiva, sem data precisa, mas que pelo seu conteúdo aparenta ser de 1769 ou 1770, assinada pelos “oficiais e índios da aldeia de Itapecerica” e endereçada ao governador, na qual é solicitada a nomeação de um novo diretor (BND, Coleção Morgado de Mateus, I-30, 23, 32). Esse documento não diminui o protagonismo de José Borges — ele foi o primeiro a enviar uma queixa formal em nome dos indígenas —, mas revela que sua ação encontrou respaldo e continuidade na coletividade do aldeamento, que se mobilizou para reforçar a denúncia.

O conflito se encerrou em agosto de 1770, quando o governador D. Luis Antonio emitiu um documento exonerando Francisco Godinho Pais do cargo: “Hey a Fran.co Godinho Paes por escuzo de Director da Aldea de Itapecirica [...]” (DI LXV, 1940, p. 323). O termo “escuzo”, como registrado no dicionário Bluteau, pode ser interpretado como aposentado, liberado ou isento de cumprir uma função (1789, p. 539). Apesar de as poucas linhas não sugerirem uma punição, o resultado é inequívoco: o diretor foi retirado do cargo. O fato de Godinho Pais aparentemente não ter sofrido sanções adicionais demonstra os limites do que era possível alcançar dentro da estrutura colonial. Porém, não apaga a força do movimento iniciado pelos indígenas de Itapecerica que gerou a remoção de um diretor que lesava seus interesses.

A atuação de José Borges em 1769 não se resume a uma mera representação. Pelo contrário, sua ação deve ser compreendida de modo a valorizar a maneira estratégica como se utilizou de seu cargo. O envio da representação ao governador de São Paulo demonstra como Borges soube compreender a estrutura colonial, defender ponto que era nevrálgico para a sobrevivência do aldeamento e que estava respaldado no documento indigenista mais importante do período, o Diretório dos Índios. Este e outros indígenas souberam usar as ferramentas disponíveis para acionar instâncias que poderiam auxiliá-los. Tal movimento está também presente no estudo realizado por Costa, que ao analisar a aplicação do Diretório dos Índios no Ceará percebeu que os grupos indígenas tinham profundo conhecimento dos artigos pombalinos e os usavam para fazer reivindicações (2020, p. 386). Logo, as ações



desenroladas em Itapecerica não representam um movimento isolado, mas sim um domínio das práticas jurídicas coloniais por parte dos indígenas (DUVE, 2017, p. 10-11).

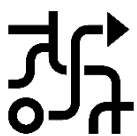
Nesse sentido, as patentes militares alcançadas por indígenas eram um recurso que ultrapassava a posição simbólica do destaque. O cargo reconhecido pelo governo português conferia o prestígio e a legitimidade que facilitavam o acesso às instâncias administrativas coloniais, ampliando o campo de ação disponível para a agência indígena. O caso de José Borges ilustra isso de forma precisa: sem sua patente de capitão-mor, teria sido mais difícil ser ouvido pelo governador e mobilizar a coletividade do aldeamento em torno de sua denúncia. A destituição de Francisco Godinho Pais é, portanto, um indicador de que a patente tinha peso real, ou seja, não era apenas distinção social, era um instrumento político. Ainda assim, é importante destacar que a patente era um dos recursos possíveis para os indígenas, não o único. Como destaca Dias:

Os indígenas eram sujeitos que, apesar das adversidades, com as limitações de seu tempo, espaço e condição social sempre agenciaram suas vidas, elaboraram estratégias a partir de interesses próprios, possuíam experiências significativas, eram atuantes e proponentes de mudanças e permanências, mesmo em situação colonial. (DIAS, 2017, p. 31)

Dessa forma, o que a patente fazia era ampliar e qualificar esse campo de ação, conferindo ao seu portador uma legitimidade que a estrutura colonial tendia a reconhecer. É precisamente essa dimensão que tanto a Nova História Indígena quanto a Nova História Militar têm contribuído para tornar visível: a atuação e a capacidade de sujeitos subalternizados de operar dentro das estruturas que viveram, encontrando brechas e recursos em defesa de seus interesses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, buscamos evidenciar como o capitão-mor José Borges soube utilizar sua patente e a posição privilegiada que ela lhe conferia para, dentro da própria lógica administrativa colonial, representar a coletividade indígena e seus interesses. Seu objetivo inicial não era a destituição do diretor Francisco Godinho Pais, mas sim a correção de uma irregularidade: a má medição e distribuição das terras do aldeamento, matéria diretamente prevista e regulada pelo Diretório dos



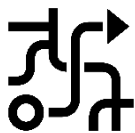
Índios. Foi a combinação entre a denúncia formal de Borges, respaldada pela legitimidade de sua patente, e o descontentamento coletivo dos indígenas, expresso também em uma representação coletiva enviada ao governador, que levou à remoção do diretor. Nesse sentido, a patente funcionou como uma ferramenta de legitimação oferecida pelo próprio sistema colonial e mobilizada de forma estratégica por Borges: foi ela que facilitou o acesso às instâncias administrativas, conferiu peso à denúncia e auxiliou um desfecho favorável aos interesses indígenas.

Ao dialogarmos com a Nova História Indígena e a Nova História Militar, este artigo buscou contribuir para uma escrita histórica que enfatize o papel ativo de sujeitos que, atravessados por questões de raça, classe e colonialidade, estiveram por muito tempo à margem da historiografia tradicional. Ao nomear José Borges, reconstituir fragmentos de sua trajetória e analisar suas ações, procuramos evidenciar um indígena inserido na estrutura militar colonial a partir da perspectiva de sua agência. O protagonismo indígena neste estudo se manifesta na mobilização de um instrumento jurídico-administrativo, no acionamento das instâncias coloniais competentes e na defesa coletiva das terras do aldeamento. O caso de José Borges demonstra, assim, que a agência indígena não se exercia apesar das estruturas coloniais, mas precisamente através delas.

Por fim, o presente estudo esbarra nos limites impostos pela própria documentação colonial. Pouco sabemos sobre a trajetória de José Borges após 1770 e sobre o desfecho da medição do aldeamento. Essas lacunas apontam para possíveis temáticas a serem exploradas. O estudo de militares indígenas em aldeamentos coloniais, a partir de casos documentados e bem delimitados, permanece uma fronteira fértil para a historiografia brasileira, com potencial de revelar novos sujeitos, novas estratégias e novas dimensões da agência indígena no período colonial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. História Indígena: teorias, fontes e métodos em perspectiva interdisciplinar. In: FALCON, Franciso; RODRIGUES, Cláudia. (Orgs.). *Coleção História do Tempo Presente: Volume 1*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019, p. 112-130.



ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista História Hoje*. São Paulo, v. 1, n. 2, p. 21-39, 2012.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: Um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte; MOREIRA, Vânia Maria Losada. Diretório dos Índios entre recepções, traduções e novas operações historiográficas. *Revista de História*. João Pessoa, v. 26, n. 44, p. 281-289, 2021.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil Colonial: o Governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portuguesa: composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789.

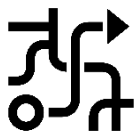
CANCELA, Francisco. Recepção e tradução do Diretório dos Índios na antiga Capitania de Porto Seguro: uma análise das instruções para o governo dos índios. *História Social*. Campinas, v.17, n. 25, p. 43-70, 2013.

CARDIM, Pedro. Os Povos Indígenas, a Dominação Colonial e as Instâncias de Justiça na América Portuguesa e Espanhola. In: DOMINGUES, Ângela; RESENDE, Maria Leônia Chaves de; CARDIM, Pedro. (Orgs.) *Os indígenas e as justiças no mundo Ibero-Americano (sécs XVI-XIX)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, CHAM – Centro de Humanidades (NOVA FCSH-UAc) e PPGH/UFSJ – Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de São João del-Rei, 2019, p. 29-84.

CASTAGNA, Paulo; GONÇALVES, Daniel Issa. “Índios muzicos” do século XVIII: a banda indígena de Itapecerica (1767-1835). *Revista Vórtex*. Paraná, n. 12, p. 1-34, 2024.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrick. Da história militar à “nova” história militar. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 11-42.

COELHO, Mauro Cezar; MELO, Vinícius Zúniga. Nem heróis, nem vilões: o lugar dos diretores de povoações nas dinâmicas de transgressão à lei do Diretório dos Índios (1757-1798). *Revista História*. São Paulo, n. 174, p. 101-129, 2016.



COSTA, João Paulo Peixoto. A saga dos índios da Ibiapaba e outras ações indígenas diante da lei do Diretório no Ceará oitocentista. *Revista Tempo*. Niterói, v. 26, n. 2, p. 383-403, 2020.

CUNHA, Manuela Carneiro. Introdução a uma História Indígena. In.: *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 9-24.

DIAS, Thiago Cancelier. *O língua e as línguas: aldeamentos e mestiçagens entre manejos de mundo indígenas em Goiás (1721-1832)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017, 340 p.

DORNELLES, Soraia Sales. Morar e governar na vila de índios de Viana: Diretório Pombalino na Amazônia (1757-1798). *Fronteras de la historia*. Bogotá, vol. 29, n. 1, p. 63-83, 2024.

DUVE, Thomas. Indigenous Rights in Latin America: A Legal Historical Perspective. *Institute for European Legal History Research*. [S. l.], n. 2017-02, p. 1-20, 2017. Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2976301>

MARCHIORO, Marcio. *Sobre os índios da Pedra Escorregadia: matrimônio e família na aldeia de Itapecerica em comparação com as demais aldeias paulistas (1732-1830)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018, 163 p.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. Política Militar Pombalina: Nas áreas de alto e baixo risco de guerra. *Antíteses*. Londrina, v.13, n. 25, p. 75-101, 2020.

NETO, José Miguel Arias. Apresentação do dossiê: Nova História Militar. *Antíteses*. Londrina, v.13, n. 25, p. 15-20, 2020.

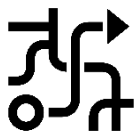
PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

ROCHA, Rafael Ale. *Os oficiais índios na Amazônia Pombalina: Sociedade, Hierarquia e Resistência (1751-1798)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009, 146 p.

SANTOS, Fabrício Lyrio. Rupturas e permanências nas povoações indígenas da Bahia: o Diretório Pombalino (1758-1798). *Sæculum - Revista de História*. João Pessoa, v. 26, n. 44, p. 374-387, 2021.

SILVA, Kalina Vanderlei. Agência Indígena na Conquista do Sertão: Estratégias Militares e Tropas Indígenas na ‘Guerra dos Bárbaros’ (1651-1704). *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. 45, n. 2, p. 77-90, 2019.

SPOSITO, Fernanda. *As Guerras Justas na crise do Antigo Regime português análise da política indigenista de D. João VI*. *Revista de História*. São Paulo, n. 161, p. 85-112, 2009.



WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: Editorial SB, 2009.

FONTES

Biblioteca Nacional Digital. Seção de manuscritos, Coleção Morgado de Mateus. “Auto de medição e demarcação das terras da Aldeia de Itapecirica”. Código de Referência: I-30, 24, 28, n. 2.

Biblioteca Nacional Digital. Seção de manuscritos, Coleção Morgado de Mateus. “Exposição sem indicação de autor das diretrizes a serem seguidas pelo diretor de certa aldeia indígena.” Código de Referência: I-30, 24, 12.

Biblioteca Nacional Digital. Seção de manuscritos, Coleção Morgado de Mateus. “Lista dos índios da Aldeia de Itapecirica”. Código de Referência: I-30, 24, 18.

Biblioteca Nacional Digital. Seção de manuscritos, Coleção Morgado de Mateus. “Representação do capitão-mor da aldeia de Itapecirica José Borges ao governador Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, pedindo, em nome dos índios da aldeia, a anulação da demarcação de terras procedida pelo diretor Francisco Godinho Pais e a conservação da demarcação feita pelo capitão Baltazar Rodrigues Borba”. Código de Referência: I-30, 23, 8.

Biblioteca Nacional Digital. Seção de manuscritos, Coleção Morgado de Mateus. “Representação dos oficiais e índios da aldeia de Itapecirica ao governador Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, pedindo a nomeação de um novo diretor para a aldeia”. Código de Referência: I-30, 23, 32.

Documentos Interessantes para História e Costumes de São Paulo. São Paulo: Typographia do Globo, v. LXV, 1940. Disponível online: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/collections/1f1244ed-8b59-45db-9d88-9001a32e2eb5>

Documentos Interessantes para História e Costumes de São Paulo. São Paulo: Gráfica João Bentivegna, v. LXXIII, 1952. Disponível online: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/collections/1f1244ed-8b59-45db-9d88-9001a32e2eb5>

Fundação da Casa de Mateus. Vila Real, Portugal. Remetentes ilegíveis. Vila de Mogi, 27 nov 1767. FCM. cx. 1.32, cod. G958.6.

Recebido em: 09/03/2026

Aprovado em: 09/06/2026



**A GUERRA AOS PAIACU E SUAS AGÊNCIAS NA DILATAÇÃO DAS FRONTEIRAS
DA CAPITANIA DO SIARÁ GRANDE (1666-1714)**
*THE WAR AGAINST THE PAIACU AND THEIR AGENCY IN THE EXPANSION OF THE
BORDERS OF THE SIARÁ GRANDE CAPTAINY (1666–1714)*

SILVA, Rafael Ricarte da *

<https://orcid.org/0000-0003-4085-5401>

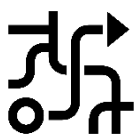
RESUMO: O artigo busca analisar a expansão territorial e a dilatação das fronteiras da Capitania do Siará Grande entre 1666 e 1714, focando na agência dos povos Paiacu durante a "Guerra dos Bárbaros". A pesquisa utiliza análise historiográfica e documental para desconstruir narrativas que silenciavam a atuação indígena. Observa-se que os Paiacu não foram vítimas passivas, mas sujeitos políticos ativos que utilizaram guerra, diplomacia e o próprio direito colonial para garantir sua sobrevivência e interesses. Os embates esmiuçados, neste artigo, evidenciam quão plurais foram os interesses colocados em jogo nesta conjuntura da Capitania do Siará Grande e que os Paiacu leram o contexto regional, avaliaram riscos e manipularam rumores e deslocamentos geográficos para manter o controle sobre seus espaços, desafiando constantemente a territorialização colonial.

PALAVRAS-CHAVE: Siará Grande; Povos Indígenas; Guerra.

ABSTRACT: This article seeks to analyze the territorial expansion and the extension of the borders of the Captaincy of Siará Grande between 1666 and 1714, focusing on the agency of the Paiacu peoples during the "War of the Barbarians." The study employs historiographical and documentary analysis to deconstruct narratives that silenced Indigenous agency. It is observed that the Paiacu were not passive victims, but active political actors who used war, diplomacy, and colonial law itself to ensure their survival and interests. The conflicts examined in this article highlight how diverse the interests at stake were in this context of the Captaincy of Siará Grande and that the Paiacu read the regional context, assessed risks, and manipulated rumors and geographical displacements to maintain control over their territories, constantly challenging colonial territorialization.

KEYWORDS: Siará Grande; Indigenous Peoples; War.

* Doutor em História Social, Professor Adjunto da Universidade Federal do Piauí, docente do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPHGB) e do Curso de Licenciatura no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. E-mail: rafaelricarte@ufpi.edu.br.



INTRODUÇÃO

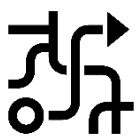
Um novo contexto se desenvolveu no século XVII para as Capitanias do Norte do Estado do Brasil a partir da Guerra de Reconquista contra os holandeses. Os sertões¹ dessas capitanias até então pouco explorados, em comparação a faixa litorânea com seus pontos de paragem e portos, seriam os novos espaços a serem conquistados e “aproveitados”. No caso da Capitania do Siará Grande², de incipiente colonização territorial, esse deslocamento do eixo explorador foi consolidado nas duas últimas décadas do século XVII e duas primeiras do século XVIII.

O processo de “povoamento” do interior, em especial, da região das Capitanias do Norte do Estado do Brasil, deve ser visto de forma conjuntural, inserido nas dinâmicas do conflito desenvolvido na Guerra de Reconquista de Capitania Geral de Pernambuco frente aos holandeses. A colonização dos sertões também esteve imersa na conjuntura político-econômica do processo de restauração do trono lusitano, efetivado em 1640. A partir deste momento, um novo contexto de expansão foi delineado. Com a expulsão dos holandeses a Coroa portuguesa buscou recuperar a economia açucareira prejudicada, não só pelo conflito, mas pela concorrência antilhana e pelas condições climáticas da região. As expedições ao sertão, antes nem sempre incentivadas, passaram a ser vistas como uma possível solução na dinamização das atividades. Tal medida é definida por Pedro Puntoni (2002) como a ocidentalização da empresa colonial portuguesa na América.

Uma das grandes preocupações da Coroa portuguesa era a efetivação desse processo de colonização, fixando colonos e indígenas em localidades-chaves para os

¹ Sertão, no período colonial, foi sinônimo de “lugares não povoados, não necessariamente áridos”. Caracterizado também como “espaço desconhecido, atraente e misterioso a um só tempo”, despertando o impulso do “desbravamento” e do “sonho do enriquecimento rápido e fácil”. (HERMAN, 2000, p. 528-529). Segundo Raphael Bluteau (1728, p. 613), sertão ou certam designava uma “região apartada do mar por todas as partes, metida entre terras”. O conceito de sertão adotado neste artigo tem como base as definições apresentadas por e Bluteau, sendo compreendido como um espaço interior a ser desbravado.

² Denomina-se Siará Grande todo o espaço territorial da capitania durante o período colonial. Essa designação é uma forma de diferenciar a área que compreendia a ribeira do rio Ceará ou Ceará-Mirim. Esta opção também se deu mediante a análise da documentação manuscrita e das cartas de sesmarias que apresentavam a capitania como Siará Grande, em contraposição à área do rio Ceará e de sua ribeira.



deslocamentos entre os sertões. Em Provisão de 29 de abril de 1654, o rei D. João IV determinou que fossem concedidos aos soldados, como recompensa pelos serviços prestados na guerra contra os holandeses, as terras que estivessem devolutas nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil. Segundo El Rey:

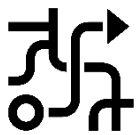
(...) tendo respeito ao grande valor com que se houveram os soldados do Arraial de Pernambuco na ocasião em que se lançaram os holandeses dos Fortes do Recife, [sic], e qualidade de animo com que sofreram os trabalhos daquela guerra, desejando remunerá-los senão como eles merecem ao menos como é possível; e o permite o parto em que as guerras deste Reino tem feito as causas em todas as partes. Ei por bem, e me pras, que pelos ditos soldados se repartam as terras que de qualquer maneira me podem pertencer nas ditas capitanias do Norte, que ocuparam os holandeses ao tempo que se começou aquela guerra e que da mesma maneira se provejam neles os ofícios de guerra, fazenda, e justiça, que por esta vez se houverem de prover nas mesmas capitanias (Catálogo de Manuscritos, MS 706, fls. 126v e 127. Biblioteca da Universidade de Coimbra).

A remuneração pelos serviços prestados nas guerras contra os holandeses possibilitou aos soldados e demais integrantes das forças luso-brasileiras o recebimento não só de terras, mas também de patentes militares, cargos na governança local e permissão para aprisionar indígenas em guerras justas.³ Ao mesmo tempo em que pagava aos soldados com a distribuição de mercês, a Coroa portuguesa efetivava o avanço territorial sobre os sertões com a doação das sesmarias.

No projeto de colonização, o avanço ao interior se deu com o objetivo de tomada da terra e aniquilamento dos “índios bárbaros”. A ideia de capturá-los e fazê-los trabalhadores escravos não foi, de forma alguma, regra. Pode-se afirmar que entre as principais motivações para a realização da guerra contra os povos nativos consistiam a conquista e na defesa das propriedades, na procura por metais preciosos, no aprisionamento dos nativos capturados em conflitos e na atividade da pecuária. Colonização efetivada, em alguns casos, com alianças entre agentes metropolitanos e indígenas.

Partindo desse contexto histórico, o objetivo central do artigo é analisar o processo de expansão territorial e a dilatação das fronteiras da Capitania do Siará

³ O conceito de "guerra justa" na Colônia foi um artifício jurídico e religioso usado pela Coroa Portuguesa para legalizar a escravização e o ataque a povos indígenas considerados inimigos (PERRONE-MOISÉS, 1992).



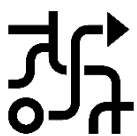
Grande entre os anos de 1666 e 1714, focando na agência⁴ dos povos Paiacu dentro do contexto da Guerra dos Bárbaros. A análise está fundamentada em uma sólida base historiográfica e documental. Pedro Puntoni (2002) e Luiz Felipe de Alencastro (2000) foram referências cruciais para compreender o conceito de "Guerra dos Bárbaros" e a "ocidentalização" da empresa colonial, situando o conflito na dinâmica global do Atlântico Sul⁵. Neste sentido, o texto busca demonstrar como a Coroa portuguesa, após a expulsão dos holandeses e a Restauração de 1640, redirecionou seu eixo explorador para os sertões, ocidentalizando a empresa colonial, utilizando a guerra contra os indígenas "tapuias" como mecanismo para consolidar o povoamento, recompensar soldados com terras (sesmarias) e garantir a segurança das rotas pecuárias entre as Capitanias do Norte. Além disso, o artigo explora as complexas interações entre colonizadores, missionários e nativos, evidenciando que os conflitos não eram apenas militares, mas também permeados por negociações, alianças e disputas jurídicas que permitiram aos Paiacu transitarem nessas relações e espaços a partir das leituras que fizeram dos contextos a serviço dos seus próprios interesses.

GUERRA AOS PAIACU E A POLÍTICA INDÍGENA: TRAJETÓRIA E DESLOCAMENTOS NOS SERTÕES.

"Porque de humanos só têm a forma". Esta foi a representação utilizada pelos oficiais da Câmara de Aquiraz ao rei D. João V em 13 de fevereiro de 1704 referindo-se aos Paiacu que habitavam o Siará Grande. Em razão de tantos prejuízos e

⁴ A Nova História Indígena, que ganhou força a partir da década de 1980, com nomes como John Monteiro e Manuela Carneiro da Cunha no Brasil, introduziu a agência para mostrar que esses indivíduos faziam escolhas estratégicas baseadas em suas próprias lógicas culturais e políticas. O conceito de agência representa uma mudança de paradigma fundamental. Ele retira os povos originários da posição de "vítimas passivas" ou "figurantes" da colonização e os coloca como sujeitos ativos que moldaram o processo histórico. A agência não significa que os indígenas tinham poder total, mas sim que eles operavam dentro das frestas do sistema colonial.

⁵ Puntoni (2002, p. 13) define a Guerra dos Bárbaros como "uma série heterogênea de conflitos que foram o resultado de diversas situações criadas ao longo da segunda metade do século XVII, no quadro das transformações do desenvolvimento do mundo colonial, do que de um movimento unificado de resistência. Estes conflitos, envolveram índios, moradores, soldados, missionários e agentes da Coroa portuguesa, e tiveram lugar na ampla região do sertão norte".

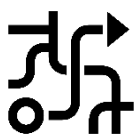


inconvenientes, tanto para a fazenda de Sua Majestade, quanto para os moradores, pedia-se que mandasse “destruir estes bárbaros para que fiquemos livres deste cruel julgo”. Essa missiva endossava outras solicitações de teor semelhante enviada pela Câmara de São José do Ribamar em seu pedido de providências acerca das desordens praticadas pelos indígenas na Capitania. A queixa dos oficiais era motivada pelos roubos e ataques aos moradores e aos seus rebanhos naquela ribeira, provocando a lembrança dos levantes de 1694 e 1695 no Jaguaribe e no Banabuiú, antes do processo de aldeamento de etnias na ribeira (BEZERRA, 2009, p. 203-204).

Segundo Marcos Felipe Vicente (2011), as primeiras referências aos Paiacu datam de 1660, período em que o grupo mantinha uma coexistência pacífica com os colonizadores. A dinâmica de contato envolvia visitas sazonais às aldeias missionárias próximas à Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, onde se estabeleciam relações amistosas com os indígenas já submetidos ao regime colonial. Ao analisar a trajetória dos Paiacu, o autor demonstra que eles foram personagens centrais na formação da sociedade colonial, utilizando a guerra aberta, a diplomacia e o direito colonial para garantir sua persistência histórica e cultural.

Outro estudo relevante para compreendermos como os povos Paiacu agiram como sujeitos políticos ativos frente às pressões coloniais do século XVIII é a dissertação de Ristephany Kelly da Silva Leite (2020). A autora contribui para a compreensão da agência Paiacu ao mostrar que esses povos não foram meros objetos das políticas indigenistas. Pelo contrário, eles souberam avaliar os contextos para execução de deslocamentos geográficos (Rio Grande - Ceará) como formas de manter o controle sobre suas vidas e seus espaços, provando que a territorialização colonial era constantemente desafiada pela persistência e autonomia indígena.

Destaca-se, também, a pesquisa de Almir Leal de Oliveira e Reinaldo Forte Carvalho (2025) sobre os deslocamentos e os conflitos dos povos Paiacu nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil. O estudo analisa a agência dos Paiacu sob a ótica da espacialidade e da resistência ativa, desconstruindo as narrativas de membros do Instituto Histórico do Ceará. Almir Leal de Oliveira e Reinaldo Forte Carvalho demonstram que os historiadores do século XIX e início do XX silenciaram a agência indígena para criar um "mito de origem" baseado no heroísmo do



colonizador. Ao cruzar essas crônicas com documentos e novas teorias, o artigo recupera os Paiacu como agentes políticos que desafiaram a ordem colonial por meio da guerra, da fuga e do retorno aos seus territórios de origem

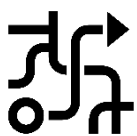
Ao longo do encontro colonial⁶ entre Paiacu e colonizadores, os deslocamentos geográficos e as relações de aliança e conflito foram transitórias, o que demonstra a instabilidade destas ações e evidencia a agência dos povos originários. Nessa direção, Maria Regina Celestino de Almeida (2010, p. 23) afirma que “os índios encontraram formas de sobreviver e garantir melhores condições de vida na nova situação em que se encontravam”. Essas ações/relações devem ser compreendidas dentro do contexto do mundo colonial em formação e que “no caso dos índios submetidos à ordem colonial, os documentos têm revelado que eles tiveram possibilidades de agir e fizeram isso” (ALMEIDA, 2010, p. 28), conforme será percebido para o caso dos Paiacu em suas ações na Capitania do Siará Grande.

Na cronologia deste encontro colonial, Marcos Felipe Vicente (2011) destaca que:

(...) entre guerras e negociações, os conflitos contra os Paiaku entre os anos de 1666 e 1671 foram se contornando. Apesar do acordo de paz selado entre colonizadores e nativos, em 08 de fevereiro de 1672, parece que não cessaram pequenos impasses entre eles (VICENTE, 2011, p. 72).

Esse acordo, segundo informações do Capitão-mor Jorge Correia da Silva, foi resultante dos conflitos travados no ano de 1671 e da proposição efetuada pelos Paiacu ao enviarem representantes para tratarem de acordo de paz com os colonizadores. Em 29 de dezembro de 1671, o referido Capitão-mor relatou a guerra que havia determinado aos Paiacu devido às “causas justas castigando com ela os malefícios e extorsões que tinham feito a nossa gente destas aldeias” e “impedindo-nos as paragens desta capitania a de Pernambuco”. Após o sucesso da investida contra os Paiacu, segundo ele, esses “queriam a nossa paz e amizade” e “perante mim disseram que amavam e queriam a nossa amizade e que queriam ir e vir a nossas

⁶ Segundo João Pacheco de Oliveira (2015, p. 168), “o encontro colonial é o lócus onde se atualizam todas as práticas e representações, é ali que se instituem as relações sociais, produzindo simultaneamente o colonizador e o colonizado”. O autor argumenta que a investigação historiográfica não deve restringir-se a uma análise unidimensional, mas sim procurar integrar as racionalidades, as motivações e os sistemas de valores dos grupos subalternizados.



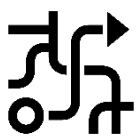
terras". Dentre os acordos tratados, os povos indígenas aldeados (Jaguaribara), que tinham conflitos com os Paiacu, deveriam manter paz com os antigos desafetos.

Os artigos de Kalina Vanderlei Silva (2019; 2023) oferecem uma revisão crítica fundamental para a historiografia colonial brasileira. A autora supera a visão tradicional que colocava as populações nativas em papéis de passividade ou mera barbárie, utilizando os conceitos de guerra indígena e agência indígena para demonstrar como esses atores moldaram os rumos da colonização no semiárido. Kalina Silva demonstra que a "Guerra dos Bárbaros" não foi uma simples história de imposição tecnológica europeia, mas sim um conflito cuja dinâmica militar foi profundamente definida pelas lógicas da guerra indígena em ambos os lados do campo de batalha.

Tais estudos apresentam variadas estratégias indígenas nesses processos de conflitos e alianças, com destaque para a "guerra de emboscada", um complexo estratégico baseado em ataques relâmpagos, preferencialmente noturnos, agilidade de mobilização e uso de armas leves. Essa modalidade de combate indígena contrapunha-se diretamente à tradição militar europeia da época, pautada em confrontos diretos, disciplina e peso numérico.

A atuação dos guias indígenas ia muito além de apontar caminhos. Eles detinham uma visão geográfica estratégica indispensável para as tropas litorâneas e para os paulistas, localizando rios, serras, aldeias adversárias, identificando plantas comestíveis ou utilizáveis como armas, e desarmando armadilhas criadas por inimigos. Os textos permitem compreender que a guerra indígena não era estática. Desde o período holandês, nações como os Tarairiú reconfiguraram suas forças ao incorporarem cavalos e armas de fogo, adaptando de forma extremamente bem-sucedida estratégias de guerra europeia para criarem uma artilharia montada.

A grande contribuição das análises de Kalina Silva (2019; 2023) é, portanto, deslocar o eixo explicativo da conquista do sertão. A vitória da colonização não ocorreu por uma suposta superioridade técnica europeia ou pelo "heroísmo" isolado dos paulistas, mas sim por meio de complexas negociações políticas, alianças de aldeamento e, sobretudo, pela onipresente agência militar e política dos próprios indígenas. Dessa forma, destaca-se a iniciativa de paz dos Paiacu frente aos

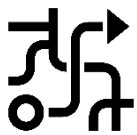


portugueses como uma evidência de sua agência política. Embora o acordo fosse desigual, ele atendia a interesses estratégicos de ambos os lados. Os portugueses asseguravam a livre circulação de caminhos para Pernambuco, o fim dos ataques às aldeias vassalas e o reforço de guerreiros indígenas em seus conflitos internos e externos. Para os Paiacu, o pacto era uma estratégia de sobrevivência: neutralizar as ofensivas de seus rivais Potiguara e Jaguaribara (VICENTE, 2011).

As duas últimas décadas do século XVII foram palco de intensos conflitos entre povos indígenas e conquistadores. Este recorte marcou os primeiros 20 anos da chamada Guerra dos Bárbaros nas Ribeiras do Açu e Jaguaribe, em que a presença dos Paiacu é perceptível a partir das narrativas. Ora em processos de aliança, ora em relações de conflito, os Paiacu foram sujeitos ativos no contexto conflituoso. Sobre o início da Guerra do Açu, espaço que compreendia os embates travados nas capitanias do Rio Grande e Siará Grande, Pedro Puntoni observa que os levantes isolados começaram a partir de 1670, mas “a partir dos primeiros meses de 1687 assistia-se à retomada dessas revoltas e levantes que conduziram, em movimento ascensional, a um estado de conflagração generalizada” (PUNTONI, 2002, p. 124). Esses levantes, cada vez maiores e destruidores, minavam o projeto colonizador e colocavam em risco as fronteiras do Estado do Brasil.

Pedro Lelou, que ocupou o posto de Capitão-mor no Siará Grande e respondeu a Coroa portuguesa no processo de devassa que estava sendo investigado, escreveu à Metrópole em 22 de junho de 1699 evidenciando sua lealdade com a prestação de serviços por 39 anos em diferentes praças. Dentre os serviços prestados, descreveu que:

Marchou ele, Suplicante, para a dita Capitania em 29 de outubro de 1695 e, em 9 de Novembro, tomou posse. Logo mandou apelidar (dar nomes) aos Principais das Nações Bárbaras dos Paiacus que assistem na dita Ribeira de Jaguaribe por um filho seu, o Capitão Fernando Antônio Lobo de Albertim, com uma tropa de 50 homens, mandando lhe dar as munições necessárias do Armazém de El Rei, para uma marcha de um mês, que andaram pelos Sertões ásperos em busca do dito Gentio, trazendo os Principais à presença dele Suplicante Mathias Peca e o Genipapoassú, com os quais tratou as Pazes e os brindou com dispêndio grande de sua Fazenda, vestindo-os a todos. (Coleção de documentos doados ao APEC pelo Professor Limério Moreira da Rocha, p. 98-99).



O relato de Pedro Lelou mencionava o ato de "apelidar" (dar nomes portugueses) os Principais das Nações e presenteá-los com vestimentas e munições. Sob a ótica colonial, esta prática era vista como um ato de submissão. Contudo, na cosmologia e na política indígena, pode ser interpretado como uma possibilidade de negociação e acesso. Os chefes Mathias Peca e Genipapoassú não foram apenas "trazidos", eles negociaram as pazes em troca de acesso às tecnologias e bens que os diferenciavam de outras nações inimigas.

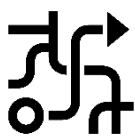
O acordo selado foi efetivado no ano seguinte, em 1696, com a execução do processo de aldeamento dos Paiacu, após concordância, conforme informações de Jorge Correia da Silva. Nesse ínterim, o padre João Leite de Aguiar comunicou as autoridades sobre o andamento das missões no Siará Grande e destacou que estava:

(...) assistindo com os Paiacus o tempo de um mês, os achei contentes e satisfeitos da minha proposta, e, assim convieram em se aldear com Missionário para sua quietação e segurança de seus inimigos e com a união dos catecúmenos Jaguaribaras.

Disseram-me logo que avisasse aos moradores que trouxessem gados e povoassem a dita ribeira, a que se deu logo expedição (...) porque está é a melhor e mais fértil terra para criar gados que tem todo aquele sertão. (Coleção de documentos doados ao APEC pelo Professor Limério Moreira da Rocha, p. 58).

Os Paiacu concordaram com o aldeamento para sua "quietação e segurança de seus inimigos", pois perceberam que a presença do missionário e do presídio poderia servir como um "escudo" contra outros grupos rivais e contra as investidas de apresamento de outros colonos. Ademais, como mencionado no documento, são os Paiacu que sugerem que os moradores "trouxessem gados e povoassem a dita ribeira", demonstrando que eles tentavam gerenciar o espaço, mesmo nesse contexto violento e desigual.

Em 24 de abril de 1696, o então Governador da Capitania de Pernambuco, Caetano de Mello Castro, escreveu acerca da situação na ribeira do Jaguaribe e ordenou a construção de um novo presídio como medida de segurança para proteger os moradores e os currais. Na ocasião, Caetano de Mello Castro advertia que essa decisão, juntamente com a paz celebrada aos Paiacu, facilitaria o povoamento da região, pois "a obediência do Gentio Payacu atemorizava ao mais gentio, que a maior parte dele lhe pedia paz" (BEZERRA, 2009, p. 201).



Aproximadamente um ano depois, o cenário narrado era outro. Em 12 de outubro de 1697, o Capitão-mor do Siará Grande, João de Freitas da Cunha, informou que os Paiacu, juntamente com os Janduí e outras etnias, estavam levantados de seu aldeamento e causando temor nos habitantes da ribeira do Jaguaribe. Segundo o Capitão-mor:

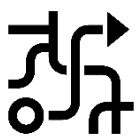
E sendo-me avisado [João de Freitas da Cunha, capitão-mor do Siará Grande] pelo Capitão e Cabo do Presídio de Jaguaribe e pelo Pe. Missionário João da Costa que na dita Ribeira [Jaguaribe] habita o então levantado Tapuia Paiacu, que com o dito Pe. assistiam, misto com a Nação Janduins, que habita a Ribeira do Assú, nações que conosco tinham feito pazes; e por dito aviso que se me fez, se me diz estarem revoltados e fora da paz que haviam celebrado, partirem consigo outras Nações Bárbaras que conosco não têm comunicação alguma, com que se me pediu, levasse socorro ao dito Presídio e mais moradores da dita Ribeira, para o que mandei marchar ao sobredito Capitão da Cavalaria [Gregório de Brito Freire] com um Troço [sic terço] de gente de 274 pessoas, Soldados de Infantaria paga, e Ordenança de Cavalo e de pé, Índios da Língua Geral e Tapuias das Nações Jaguaribaras e Anacés (Coleção de documentos doados ao APEC pelo Professor Limério Moreira da Rocha, p. 84-85).

Interessante observar que em setembro de 1699, os Janduí já não estavam mais em paz com os Paiacu e aldeados. Nesse tempo, Francisco Gil Ribeiro, que ocupou diversos postos militares e foi Capitão-mor do Siará Grande, informou em carta que:

(...) tendo eu notícia que vinha o Tapuia Janduim à tal Ribeira de Jaguaribe a guerrear contra a Nação Paiacu que ali residia aldeado na Missão do Padre João da Costa, mandou, ele, dito Coronel [Gregório de Brito Freire], notificar a todos os moradores para estarem prevenidos" (Coleção de documentos doados ao APEC pelo Professor Limério Moreira da Rocha, p. 133-134).

Os documentos de 1697 e 1699 rompem a narrativa da "paz perpétua". O levantamento dos Paiacu junto aos Janduí demonstra que a lealdade indígena era condicional e pragmática. Se os termos da aliança fossem rompidos pelos portugueses, os Paiacu exerceriam sua agência através da guerra. Nessa mesma direção, a união ou os conflitos entre os Paiacu e os Janduí mostram a existência de uma rede de comunicação indígena que transcendia as fronteiras coloniais. Eles não estavam isolados, articulavam coalizões de resistência que colocavam em xeque o domínio da Coroa no Sertão e ora reacendiam suas diferenças.

O desenrolar destes acontecimentos culminou no episódio mais marcante dos conflitos/guerras e acordos entre colonizadores e o povo Paiacu. Em 26 de agosto de



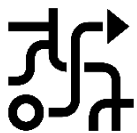
1699, o Padre João da Costa, da Congregação de Pernambuco, escreveu da ribeira do Açú para dar conta dos fatos ocorridos quando esteve em visita a dita ribeira e ao Jaguaribe. O religioso informou que no mês anterior, julho, estivera junto aos indígenas e ao chegar na Aldeia Velha encontrou o Mestre de Campo com sua tropa “400 homens, soldados seus, e gentios do Assu, com ânimo, ao que me disseram, de matar os Tapuias da minha aldeia e cativar-lhes os filhos” (Coleção de documentos doados ao APEC pelo Professor Limério Moreira da Rocha, p. 106).

No entanto, o padre e o Principal conseguiram acalmá-los, convencendo-os a retornar e a confiar na situação. A calma foi quebrada pela estratégia do Mestre de Campo. Utilizando alguns Tapuias como guias, ele convocou os habitantes de duas aldeias sob um falso pretexto: afirmou que precisava selecionar homens para o serviço militar de Sua Majestade e prometeu distribuir presentes para as famílias, exigindo que todos trouxessem também suas mulheres e filhos. No momento em que os indígenas se aproximavam pacificamente para prestar homenagens e cumprimentar a liderança colonial, o Mestre de Campo disparou um bacamarte à queima-roupa contra o peito de um indígena que estava ajoelhado diante dele.

Este relato do Padre João da Costa é um dos testemunhos mais brutais da chamada Guerra dos Bárbaros e oferece um material riquíssimo para problematizar a agência indígena. A análise aqui não foca na vitimização, mas em como os Paiacu operavam dentro de uma lógica de alianças contratuais que, tragicamente, foi subvertida pela traição colonial. Ressalta-se, assim, que os Paiacu não foram “enganados” por serem ingênuos, mas porque operavam sob uma lógica de honra e contrato que o Mestre de Campo do Terço dos Paulistas decidiu ignorar sumariamente. A agência dos Paiacu era baseada na crença de que a aliança com a Coroa, mediada pelo Padre e pelo Capitão Theodósio, era um porto seguro. O massacre de 1699 foi, acima de tudo, uma ruptura unilateral de um contrato político que os indígenas estavam cumprindo rigorosamente.

Esse episódio no Jaguaribe resultou na prisão de Manuel Álvares de Moraes Navarro pelo ouvidor geral da Paraíba, Cristóvão Soares Reimão, em 1700 por determinação real.

(...) digno de toda a averiguação e merecedor de um exemplar castigo, por injustiça esta guerra aleivosa e totalmente contrária ao direito comum das



gentes e à minha real clemência, que mando tratar aos meus vassallos que vivem nas terras do meu domicílio, obedientes às leis divinas e humanas como estavam os ditos índios: me pareceu ordenar-vos que prendais ao dito mestre de campo Manuel Morais Navarro, e preso que seja o façais remeter ou para a cadeia de Pernambuco ou para a da Paraíba, onde entenderdes que pode estar mais seguro do risco de fugir (BEZERRA, 2009, p. 249).

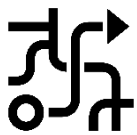
Apesar da ordem real, expressando a desaprovação com a atitude levada a cabo por Manuel Álvares de Morais Navarro, o mestre de campo do Terço dos Paulistas ficou preso pouco mais de dois anos. Em 1704, as tropas de Navarro estavam novamente em atuação nas ribeiras do Siará Grande.

Em 29 de junho de 1700, o padre Thomaz Consolino, da Congregação de São Felipe Néri, escreveu ao rei acerca das divergências internas entre os religiosos sobre o massacre ocorrido na ribeira do Jaguaribe. Dentre os pontos ressaltados na missiva, o religioso fazia ponderações sobre as justificativas apresentadas pelo Mestre de Campo para realizar o ataque aos indígenas Paiacu,

A esta [conversão das almas] se tem aplicado particularmente o Pe. João da Costa na nova Missão do Jaguaribe, e quando atualmente erigia segunda Aldeia para nela congregar o resto dos seus Tapuias da Nação Paiacu, sucedeu que chegou aquele Distrito o Terço dos Paulistas e, fingindo amizades, alegrou-os e cruelmente deu sobre os Tapuias de uma outra aldeia, novamente ereta e degolando a mais de 400, cativou a mais de 150. Diversas razões têm inventado o Mestre de Campo para se desculpar deste horrendo crime, mas todas encaminhadas a culpar os Tapuias e seu Missionário, mas bem consideradas são todas, ou falsas ou frívolas, e incapazes para corarem sua maldade neste caso, o qual a todos deu sentir e chorar (Coleção de documentos doados ao APEC pelo Professor Limério Moreira da Rocha, p. 139).

A ação de Manuel Álvares de Morais Navarro fez eclodir novamente os conflitos entre os Paiacu e os agentes coloniais, e, conseqüentemente, as alianças entre nações indígenas em resposta aos ataques sofridos. Em documento de 18 de janeiro de 1702, os Conselheiros do Conselho Ultramarino alertavam sobre os procedimentos da devassa que o Capitão-mor do Siará Grande, Francisco Gil Ribeiro, havia solicitado contra os povos indígenas. Segundo os Conselheiros, a averiguação consistia no exame,

(...) das hostilidades e danos que tinha feito nos moradores da dita Capitania o gentio das nações dos Tapuias Icó e Paiacus, sublevados pelo Mestre de Campo Manuel Álvares de Morais Navarro do Terço dos Paulistas” (Coleção de documentos doados ao APEC pelo Professor Limério Moreira da Rocha, p. 160).



A carta de 13 de fevereiro de 1704 dos oficiais da Câmara da Vila de São José de Ribamar à Sua Majestade, continha nova solicitação ao rei para que esse tomasse providências quanto às desordens praticadas pelos Paiacu no Siará Grande. A queixa dos oficiais era motivada pelos roubos e ataques aos moradores e seus gados naquela ribeira. Assim, argumentaram que mesmo estando aldeados e já prontamente respondidos os ataques,

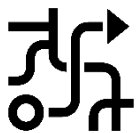
(...) aqueles Tapuias furtaram gados, os mesmo Tapuias feriram e mataram com horrendas crueldades muitos daqueles moradores, queimando alguns vivos; e continuaram com os mesmos roubos dos gados que têm assolado as fazendas daqueles moradores. (...) E indo a justiça a prender-lhes aos culpados, com a ajuda da gente que o Capitão-Mor mandou, se puseram em uma grande resistência, surgindo novos delitos (Coleção de documentos doados ao APEC pelo Professor Limério Moreira da Rocha, p. 180).

Para os oficiais do Senado da Câmara seria prudente, depois de tantos prejuízos e inconveniências para os moradores e a Fazenda Real, que fosse “servido mandar destruir estes Bárbaros para que fiquemos livres deste cruel julgo”. Observa-se que os argumentos apresentados na carta buscavam justificar uma forte investida contra os “bárbaros” na tentativa de dizimar esses terríveis inimigos que os missionários buscavam aldear, mas não iriam conseguir paz “porque de humanos só têm a forma, e quem disser outra coisa é engano conhecido” (Coleção de documentos doados ao APEC pelo Professor Limério Moreira da Rocha, p. 181-182).

Em resposta aos pedidos, o então Desembargador Cristóvão Soares Reimão enviou carta ao Juiz Ordinário da Vila de Aquiraz sobre a possível devassa contra os povos Paiacu:

Finalmente, veja V. Mcê. que obra, porque se os tapuias Paiaacus souberem que tiram devassa fogem para o sertão a se unir com os Janduins que há de cair um sobre V. Mcê. Que por uma ou duas vezes de que os donos para o outro fim não fazem conta dar V. Mcê. Ocasião a que El-Rei e seus vassalos percam tanto ou mais fazendas como foi na guerra passada há doze anos, além das mortes que hão de fazer ainda quando o Icó e Cariri estão já unidos com os Janduins, e que se naquela guerra despojaram o Jaguaribe, hoje despojarão os do Ceará (STUDART FILHO, 1966, p. 107).

O temor do magistrado era o processo de alianças que os povos nativos realizavam e que poderia ocasionar levantamentos contra os colonizadores das ribeiras dos rios Jaguaribe e Ceará. Essa preocupação fora uma constante nos documentos coligidos para o presente artigo, pois entre momentos de aliança e



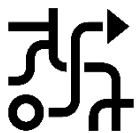
estabelecimento de aldeamentos, os povos nativos estavam em constante movimento e ação. Seis anos após Cristóvão Soares Reimão lançar o alerta e evidenciar possíveis alianças dos Paiacu, em 14 de setembro de 1713, Manoel Gonçalves Pimentel, Tenente-Coronel de Cavalos da Capitania do Siará Grande, informou a união de povos indígenas para “exterminar os brancos”. Segundo Manoel Gonçalves Pimentel,

(...) tendo feito liga algumas nações de Tapuios aldeados como fossem os Anassés, Jaguaribaras e Payacus e outras para se rebelarem e matarem todos os brancos, sem que para isto tivessem mais motivos que a má inclinação, como com efeito a puseram por obra, dando pelos moradores que viviam descuidados fiados na sua amizade nos arredores desta fortaleza em distância de 5 até 20 léguas com impulso violento e bárbaro que fizeram notável estrago de mortes, roubos e latrocínios por darem de repente e com enganos debaixo de paz em que todos vivíamos, ficando com esta primeira ação tão ufanos que publicavam haviam de sitiá esta fortaleza, e que não lhe haviam de escapar branco nenhum (BEZERRA, 2009, p. 190-191).

A notícia, inserida em um rol de documentos a favor da concessão de mercê para José Bernardo Uchôa, informava do levante dos Paiacu em conjunto com outras etnias, inclusive com grupos historicamente desafetos, utilizando táticas de ataque surpresa e causando pânico nos moradores. Após esse episódio, o Senado da Câmara de Aquiraz, em 1714, informou ao Desembargador Cristóvão Soares Reimão que os Paiacu estavam em “pazes na campanha as nossas armas” (BEZERRA, 2009, p. 257).

Ademais, em resposta às solicitações enviadas por diversos agentes coloniais o rei D. João V, em 20 de abril de 1708, determinou ao Governador Geral do Estado do Brasil, Luiz César de Meneses, que devido aos danos cometidos pelos gentios aos moradores das capitanias do Rio Grande e do Siará Grande e à possibilidade de as conquistas entrarem em “total ruína”,

(...) se faça guerra geral a todas as nações de Índios de corso entrando-se por todas as partes, assim pelo sertão dessa capitania como pela de Pernambuco, Ceará e Rio Grande para que não possam escapar uns sem caírem nas mãos dos outros, e dividindo-se as tropas que forem a esta expedição saindo para o sertão por todas as partes, certissimamente hão de encontrar com o tal inimigo, e incorporando-se umas com as outras, farão mais formidável o nosso poder e mais seguro o estrago desses contrários, e para que se animem os que forem a esta empresa hei por bem de declarar que não só hão de matar a todos os que lhe resistirem, mas que hão de ser cativos os que se lhe renderem, os quais se venderão em praça publica as que disto resultar se pague a Fazenda Real da despesa, que nesta guerra fizer; e que dos quintos que lhe tocam, dobrando alguma coisa, se reparta



pelos cabos, oficiais e soldados como dispõe o Regimento das Fronteiras (BEZERRA, 2009, p. 206).

Fica evidente nessa declaração de guerra geral aos “índios bárbaros” que o jogo de interesses entre a Coroa portuguesa e os colonizadores desses sertões, em retribuição aos serviços prestados, permitiu o aprisionamento dos povos indígenas e a concessão de terras como forma de pagamento. Ao mesmo tempo, a captura de indígenas representava para a Coroa portuguesa a geração de divisas à Fazenda Real. Essa guerra geral estava resguardada pela determinação real da guerra justa e as divisas garantidas com as recompensas, expressas no Regimento das Fronteiras.⁷

Prosseguindo a busca pelo extermínio dos povos nativos e a autorização para a guerra justa, em carta da Junta das Missões de 03 de abril de 1713, o capitão-mor da Capitania do Siará Grande, Francisco Duarte de Vasconcelos, escreveu informando que

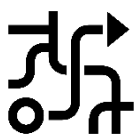
(...) os tapuias da nação Anacés a que chamam de corso, fizeram grande estrago no Arraial da Parnaíba de parte do Maranhão: mataram ao Mestre de Campo Antonio da Cunha Souto Maior, e muitos brancos, e fizeram vários roubos pela ribeira do Acaraú, agregando a si muitas nações, e muitos tapuias aldeados. Mandou o capitão-mor devassar destes bárbaros, e achando-os culpados nestes delitos depois de aldeados, lhes mandou fazer guerra com tão feliz sucesso, que só quarenta puderam livrar-se das nossas armas, pergunta-se se deve tirar-se nova devassa, e fica reservado este ponto para outra junta, e espera-se a devassa do capitão-mor. (Carta do Capitão-mor do Siará Grande na Junta das Missões de 03 de abril de 1713. *In*: Biblioteca Nacional de Lisboa. Coleção Pombalina – PBA 115, fl. 38).

Percebe-se que a resistência indígena, mesmo após diversas batalhas travadas sertão adentro, fazia-se presente, causando prejuízos e temor aos colonizadores da capitania. Para o Capitão-mor, seria necessário realizar mais uma grande investida contra os “gentios” na tentativa de extingui-los de vez.

Em 27 de março de 1715, D. João V voltou a emitir ordem aos seus agentes coloniais, nesse caso, ao Capitão-General Governador de Pernambuco D. Lourenço de Almeida, para que a guerra contra os bárbaros continuasse:

(...) com todo o fervor para que assim ou se extingam estes bárbaros ou se afugentem de nós tanto que nos fique livre o uso da terra ou se faça nele tal estrago que os intimidem em forma que a mais se não atrevam, e fiquem meus vassallos livres de padecerem semelhantes hostilidades as que agora

⁷ Aplicado no Brasil a partir de 1653, o Regimento das fronteiras (1645) normatizou as tropas de primeira linha, definindo regras sobre soldos, licenças, punições e outros aspectos organizacionais (SALGADO, 1985, p. 102-103).



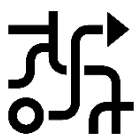
experimentaram, que é o mesmo que se assentou, tudo se entende permitindo-o assim as forças com que vos achardes, porque o meio das pazes tem mostrado a experiência nunca aproveitou, antes foi muitas vezes motivo de hostilidades destes bárbaros e que deixo ao vosso arbítrio (BEZERRA, 2009, p. 207).

Apesar das recomendações para aniquilamento dos indígenas infiéis, promovendo contra eles a guerra justa, a resistência dos nativos contra o invasor é demonstrada nessas correspondências oficiais trocadas entre as autoridades coloniais. Em 18 de maio de 1729, quase dez anos após o marco final da guerra dos bárbaros, comumente adotado pela historiografia, os oficiais da câmara de Natal alertavam ao rei D. João V que nas capitanias do Rio Grande e do Siará Grande estavam acontecendo contínuos desvios e roubos de gados vacuns e cavalares nos deslocamentos por entre as ribeiras. Os camaristas advertiram para que fossem constituídos postos de fiscalização e registro dos rebanhos que circulavam entre essas capitanias. Para isso, recomendavam a disponibilidade de “um homem de sã consciência que a seu cargo se recomenda o cuidado de registrar todos os gados” (AHU-Rio Grande do Norte, cx. 2, doc. 59).

De forma geral, durante aproximadamente quarenta anos, período da Guerra dos Bárbaros, os conflitos entre indígenas e colonizadores envolveram diferentes grupos indígenas e agentes da Coroa portuguesa numa série de avanços e recuos nas frentes de batalha sertão adentro. Paulistas, sesmeiros, indígenas aliados e “gentios bárbaros” estiveram envolvidos no processo de investida aos sertões das Capitanias do Norte, inseridos na conjuntura político-econômica do Império português para as possessões ao norte da Capitania Geral de Pernambuco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação do conceito de agência indígena revela que os Paiacu não foram meros espectadores ou vítimas passivas do processo de colonização no Siará Grande, mas sujeitos que tomaram decisões estratégicas para garantir sua sobrevivência e interesses. Diferente da visão de que os indígenas apenas reagiam violentamente, o texto demonstra que os Paiacu utilizavam a diplomacia como ferramenta política, exemplo da iniciativa de paz em 1672, após sofrerem reveses

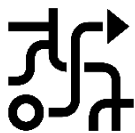


militares, os próprios Paiacu tomaram a iniciativa de enviar uma embaixada ao Capitão-mor Jorge Correia da Silva para propor um acordo de "paz e amizade". Esse acordo visava garantir a sobrevivência do grupo e cessar os ataques de seus inimigos tradicionais, como os Potiguara e os Jaguaribara.

A aceitação do regime de aldeamentos é reveladora da tomada de decisão consciente dos Paiacu, e não apenas uma imposição. Em 1696, o aldeamento da Aldeia Madre de Deus ocorreu somente após a "concordância dos mesmos". Na fonte, pode-se observar como o padre João Leite de Aguiar relatou que - após um mês de conversas -os Paiacu aceitaram o missionário por buscarem "quietação e segurança de seus inimigos". Isso indica que eles liam o contexto regional e viam no missionário um aliado estratégico contra outras ameaças.

O equilíbrio entre alianças e submissão era frágil e foi frequentemente rompido pela violência dos colonizadores, especialmente os paulistas. O episódio mais marcante foi a traição de Manuel Álvares de Moraes Navarro que, mesmo com a promessa de distribuir presentes, ordenou um ataque que resultou na morte de mais de 400 Paiacu e na escravização de outros 250. A ação de Navarro provocou uma nova eclosão de conflitos, forçando os Paiacu a abandonarem os aldeamentos e retomarem os ataques contra as fazendas e currais. Diante da pressão colonial, os Paiacu demonstraram grande capacidade de articulação política ao se aliarem a grupos anteriormente desafetos. Em 1713, documentos relatam uma liga formada pelos Anacé, Jaguaribara e Paiacu com o objetivo de "matar todos os brancos" e sitiarem a fortaleza. Essa persistência da resistência Paiacu levou a Coroa portuguesa a endurecer sua política. Em 1708, D. João V determinou a "guerra geral" contra as nações de "índios de corso", autorizando a morte ou o cativeiro de quem resistisse.

Por fim, destaca-se que os embates esmiuçados nesse artigo evidenciam quão plurais foram os interesses colocados em jogo nessa conjuntura de colonização e consolidação da Capitania do Siará Grande entre a segunda metade do século XVII e as primeiras décadas do XVIII e que os Paiacu leram o contexto regional e souberam buscar deslocamentos geográficos para manter o controle sobre seus espaços, desafiando constantemente a territorialização colonial.



REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes – formação do Brasil no Atlântico Sul* (séculos XVI e XVII). Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

LEITE, Ristephany Kelly da Silva. *O regresso dos Paiaku: deslocamentos e agências indígenas entre as Capitanias do Rio Grande do Norte e Ceará (1700-1768)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020, 152p.

OLIVEIRA, Almir Leal de; CARVALHO, Reinaldo Forte. DESLOCAMENTOS E CONFLITOS: narrativas sobre os povos indígenas Paiacu na colonização das capitanias do Norte pelo colonizador português (séculos XVII-XVIII). *Revista Espacialidades*, v. 21, n. 1, p. 39–65, 2025.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica. In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.). *O Brasil colonial: volume 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p.167-228.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992, p. 115-131.

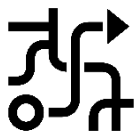
PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão do nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: HUCITEC, 2002.

VICENTE, Marcos Felipe. *Entre São Francisco Xavier e a Madre de Deus: a etnia Paiaku nas Fronteiras da Colonização*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011, 161p.

SALGADO, Graça. *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SILVA, Kalina Vanderlei. Agência indígena na conquista do Sertão: estratégias militares e tropas indígenas na “Guerra dos Bárbaros” (1651-1704). *Estudos Ibero-Americanos*, v. 45, n. 2, p. 77-90, 2019.

_____. Sem os Tapuias não se conquista o Sertão: atuação militar e negociações de flecheiros, guias e tradutores Kariri e Tarairiú nas expedições de conquista das Capitanias do norte do Brasil no século XVII. *Revista Latino-Americana de História*, v. 12, n. 29, p. 117-137, 2023.



FONTES

[1729, maio, 18, Natal] CARTA dos oficiais da Câmara de Natal ao rei [D. João V] sobre os contínuos roubos de gado vacum e cavalos nos sertões do Rio Grande do Norte e Ceará e pedindo que se ordene o estabelecimento em cada ribeira, de um encarregado responsável pelo assentamento do gado que se conduz para fora delas. Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Rio Grande do Norte. AHU-Rio Grande do Norte, cx. 2, doc. 59.

Carta a Sua Majestade em 13 de fevereiro de 1704. *In*: BEZERRA, Antônio. *Algumas origens do Ceará*. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009, p. 203-204.

Carta de Francisco Gil Ribeiro. *In*: Coleção de documentos doados ao APEC pelo Professor Limério Moreira da Rocha, p. 133-134.

Carta de João de Freitas da Cunha, Capitão-mor desta Capitania do Ceará Grande com retenção de seu Posto de Ajudante de Tenente dos Exércitos do Recife de Pernambuco, tudo por Sua Majestade, que Deus guarde, etc em 12 de outubro de 1698. *In*: Coleção de documentos doados ao APEC pelo Professor Limério Moreira da Rocha, p. 84-85.

Carta do Capitão-mor do Siará Grande na Junta das Missões de 03 de abril de 1713. *In*: Biblioteca Nacional de Lisboa. Coleção Pombalina – PBA 115 – Livro dos Assentos da Junta das Missões, cartas ordinárias, ordens e bandos que se escreveu em Pernambuco no tempo do governador Félix José Machado (1712-1715).

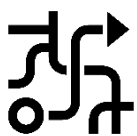
Carta do Desembargador Cristóvão Soares Reimão ao Juiz Ordinário da Vila de Aquiraz, 10 de Maio de 1707. *In*: STUDART FILHO, Carlos. *Páginas de História e Pré-História*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966, p. 107.

Carta do Governador de Pernambuco Caetano de Mello Castro a Sua Majestade. *In*: BEZERRA, Antônio. *Algumas origens do Ceará*. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009, p. 200-201.

Carta do rei ao Ouvidor Geral da Paraíba em 15 de dezembro de 1700. *In*: BEZERRA, Antônio. *Algumas origens do Ceará*. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009, p. 248-250.

Carta do senador ao Desembargador Reymão. *In*: BEZERRA, Antônio. *Algumas origens do Ceará*. Edição fac-similar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009, p. 257-258.

Carta que o Padre Thomaz Consolino, da Congregação de São Felipe Néri, fez a El-Rei sobre as divergências internas dos congregados sobre o massacre indígena ocorrido no Jaguaribe. *In*: Coleção de documentos doados ao APEC pelo Professor Limério Moreira da Rocha, p. 138-139.



Carta Regia a Luiz Cesar de Menezes, Governador do Estado do Brasil, em 20 de abril de 1708. *In*: BEZERRA, Antônio. *Algumas origens do Ceará*. Edição fac-similar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009, p. 205-207.

Certidão ao mesmo (José Bernardo Uchôa, Tenente-Coronel) passada pelo tenente-coronel Manoel Gonçalves Pimentel. *In*: BEZERRA, Antônio. *Algumas origens do Ceará*. Edição fac-similar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009, p. 190-191.

Devassa que mandou tirar o Capitão-mor do Ceará acerca das hostilidades feitas aos moradores pelos índios sublevados pelo Mestre de Campo Manoel Álvares de Moraes Navarro. *In*: Coleção de documentos doados ao APEC pelo Professor Limério Moreira da Rocha, p. 160-162.

Notícia do sucedido na Aldeia do Rio Jaguaribe coligida das cartas do Padre João da Costa da Congregação de Pernambuco. Missionário da mesma aldeia. Primeira carta de 26 de agosto de 1699. *In*: Coleção de documentos doados ao APEC pelo Professor Limério Moreira da Rocha, p. 105-114.

Ordem de Sua Majestade que mandou ao Governador de Pernambuco, em 27 de março de 1715. *In*: BEZERRA, Antônio. *Algumas origens do Ceará*. Edição fac-similar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009, p. 207-208.

Provisão que concedeu aos soldados que lançaram fora os holandeses de Pernambuco à mercê de se repartirem entre eles as terras que pertenciam a Sua Majestade na parte do Norte, e que eles sejam providos nos ofícios de guerra, fazenda, e justiça da dita capitania a proporção do seu merecimento, deixando Sua Majestade ressalvados os requisitos que houverem de fazer para satisfação de seus serviços. Lisboa, 29 de abril de 1654. Catálogo de Manuscritos, MS 706, fls. 126v e 127. Biblioteca da Universidade de Coimbra.

Registro de uma carta que escreveu este Senado da Câmara do Aquiraz a Sua Majestade, que Deus guarde. *In*: Coleção de documentos doados ao APEC pelo Professor Limério Moreira da Rocha, p. 180-182.

Sobre o processo contra Pedro Lelou. *In*: Coleção de documentos doados ao APEC pelo Professor Limério Moreira da Rocha, p. 97-100.

Sobre o que escreveu o Padre João Leite de Aguiar acerca do que tem havido nas Missões do Ceará e pede alguns ornamentos e representa os meios que se lhe oferecem para as melhorias daquela Capitania e vai carta que se acusa. *In*: Coleção de documentos doados ao APEC pelo Professor Limério Moreira da Rocha, p. 56-60.

Recebido em: 20/03/2026

Aprovado em: 09/06/2026



CANCELA, Francisco *

<https://orcid.org/0000-0003-4807-5215>

RESUMO: Este artigo apresenta um panorama da participação indígena na guerra de independência na Bahia (1822-1823), com base na análise de correspondências militares do Conselho Interino de Governo, ofícios de comandantes dos batalhões e petições produzidas por indígenas. Inicialmente, realiza-se um mapeamento da presença indígena na sociedade baiana no início do século XIX, evidenciando sua relevância demográfica e sua inserção política, militar e social. Em seguida, discutem-se as formas de recrutamento e mobilização desses grupos, bem como sua atuação nos diversos campos de combate, demonstrando que sua incorporação ao conflito se deu em continuidade a uma tradição colonial de serviço militar, mediada por normas legais e por acordos políticos com lideranças indígenas e agentes tutelares. Por fim, analisa-se a atuação indígena como expressão de agência histórica, destacando que esses sujeitos não foram meros instrumentos das elites, mas protagonistas que, ao se engajarem na guerra, mobilizaram estratégias próprias de negociação e projetaram expectativas quanto à preservação e ampliação de seus direitos.

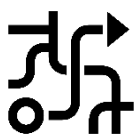
PALAVRAS-CHAVE: Guerra de Independência; Povos Indígenas; Província da Bahia.

ABSTRACT: This article presents an overview of Indigenous participation in the War of Independence in Bahia (1822–1823), based on the analysis of military correspondence from the Interim Government Council, commanders' reports, and petitions produced by Indigenous individuals. It begins by mapping the presence of Indigenous populations in Bahian society in the early nineteenth century, highlighting their demographic relevance and their political, military, and social roles. It then examines the forms of recruitment and mobilization of these groups, as well as their presence across different theaters of conflict, demonstrating that their incorporation into the war followed a colonial tradition of military service, mediated by legal norms and political agreements involving Indigenous leaders and tutelary agents. Finally, the article analyzes Indigenous action as an expression of historical agency, showing that these subjects were not mere instruments of elite interests, but active protagonists who, by engaging in the war, mobilized their own strategies of negotiation and projected expectations regarding the preservation and expansion of their rights.

KEYWORDS: War of Independence; Indigenous Peoples; Province of Bahia.

*Este trabalho apresenta resultados parciais de um projeto maior, intitulado “Os indígenas na formação do Brasil independente: protagonismos indígenas e políticas indigenistas (Província da Bahia, 1822-1840)”, financiado pela FAPESB/CNPq, por meio de bolsa de produtividade de pesquisa.

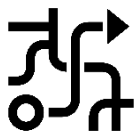
** Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia (Campus II – Alagoinhas), Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Povos Indígenas (PPGEAFIN/UNEB) e do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade (PPGES/UFSB), Bolsista de Produtividade em Pesquisa FAPESB/CNPq - PQ Nível C. E-mail: fcancela@uneb.br



INTRODUÇÃO

A guerra foi a experiência mais marcante do processo de independência do Brasil na Bahia. Os conflitos se iniciaram já na chegada das primeiras notícias do movimento revolucionário de 1820 em Portugal, intensificando-se especialmente entre julho e novembro de 1821 com muitos motins, confrontos e conspirações oriundos da disputa sobre o comando político e militar da antiga capitania (Tavares, 1982). Em fevereiro de 1822, depois da ordem das Cortes de Lisboa que nomeou o português Madeira de Melo governador das armas, a situação tornou-se mais tensa, explodindo pelas ruas, praças e quarteis de Salvador inúmeros conflitos armados entre os soldados portugueses e brasileiros (Souza Filho; Sousa, 2017). A cidade foi ocupada pelas tropas do exército e marinha de guerra de Portugal e muitos moradores se refugiaram no recôncavo, onde, alinhando-se ao Rio de Janeiro, iniciaram uma resistência armada à presença lusitana na capital baiana. Em junho de 1822, algumas vilas do recôncavo aclamam d. Pedro como defensor e protetor do Brasil, fazendo o governo de Madeira de Melo reagir com o envio de uma fragata que bombardeou a vila de Cachoeira. A partir desse episódio, a província se transformou em um campo de batalha, com uma guerra que se estendeu por quase um ano, sendo encerrada com a vitoriosa retomada da cidade de Salvador pelo Exército Pacificador no dia 2 de julho de 1823 (Wisiak, 2005).

Nos diversos estudos sobre a guerra de independência na Bahia, as referências à participação indígena sempre estiveram presentes, embora, em geral, apareçam de forma pontual e marcadas por abordagens estereotipadas. Um dos personagens mais recorrentes na historiografia clássica sobre o tema é o soldado Bartolomeu, imortalizado como herói da guerra no poema épico *Paraguaçu*, escrito por Ladislau Santos Titara (1973) na década de 1830. Além de poeta, Titara também atuou como militar do Exército Pacificador, tendo servido tanto nos campos de batalha, junto às forças da Torre, quanto como secretário do Quartel-General. Essa dupla inserção — como agente direto da campanha e como observador privilegiado de sua documentação — conferiu-lhe acesso a informações e registros variados sobre a guerra. Ainda que seu relato em versos articule elementos de ficção e realidade,

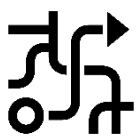


muitos dos dados ali apresentados podem ser lidos como testemunhos de episódios e personagens do conflito, reforçando a “fidelidade das notas que a cada um dos personagens da campanha da Independência dão o nome, a data, o fato (ou o feito) que os ilustraram” (Calmon, 1973, p. 15).

Ao relatar os conflitos entre lusitanos e brasileiros ao longo do mês de outubro de 1822, nas regiões de Cabrito, Campina e Pirajá, no subúrbio de Salvador, Titara (1973, p. 131) destacou, em uma de suas notas de rodapé, a resistência empreendida pelo “valente índio Bartolomeu, distinto nas primeiras guerrilhas e em toda a campanha”. A menção, ainda que breve, é significativa, pois evidencia não apenas a atuação individual desse personagem, mas também sugere a presença mais ampla de indígenas nos combates. Integrando as tropas do Batalhão da Torre, Bartolomeu não estava sozinho: acompanhavam-no outros indígenas que, embora tenham participado ativamente daquela refrega, permaneceram anônimos nos relatos históricos, o que reforça o caráter seletivo e excludente da memória construída sobre o conflito. De acordo com os versos do poeta militar, o desfecho da batalha contou com a decisiva atuação desses soldados indígenas, que, com suas lanças e flechas, auxiliaram o Exército Pacificador a derrotar os portugueses, evidenciando tanto sua inserção nas estratégias militares quanto o peso de sua participação nos momentos cruciais da campanha:

À Tabira, Ottan, Carvalho ousados,
O comando cabia, o peito esforçam;
E no patente plaino, as forças ambas,
Em quantia diversas, não no arrojo,
Renhidas travam a mais áspera luta,
Onde crebros o espaço aéreo calam
Certeiros dardos de aguçada farpa,
Que de encurvadas vergas, retesando-as,
Sacodiam aos lusos, cheio o rito,
Os de origem púgil, Tapuias bravos.
(Titara, 1973, p. 132).

Este trecho parece ter servido de base documental para Miguel Calmon du Pin e Almeida (1923) descrever os conflitos que antecederam a Batalha de Pirajá, ocorrida em 8 de novembro de 1822. Em conferência proferida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IGHB), por ocasião do centenário daquele episódio, o historiador baiano não apenas listou personagens, como também identificou os agrupamentos militares e mapeou os campos de batalha, conferindo maior



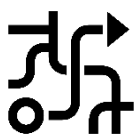
sistematicidade à narrativa do confronto. Nesse exercício de reconstrução histórica, destacou o papel das armas e dos soldados indígenas, reconhecendo sua relevância no desenrolar das operações militares. Assim, em meio à enumeração dos oficiais do Exército Pacificador, também enalteceu a atuação de Bartolomeu, reiterando sua projeção como figura emblemática da campanha:

Tomaram rapidamente a posição alvejada as companhias da Torre, com os flecheiros tapuias, conduzidos pelo tenente Agostinho Moreira Sampaio. Impotentes, entretanto, para resistirem ao choque, cederam até a planura da Campina, onde se lhes reuniram as companhias do 4º de milícias da Bahia e o remanescente da Torre, com os heroicos oficiais alferes Florêncio de Blá Góes e Albuquerque, capitão Lopes Tabirá Bahiense, Thomaz Alves de Othan e Silva e Antônio Rodrigues de Carvalho. Era o chefe daqueles índios, na sua maioria de Massarandupió, Soure e Mirandela, um formidável Bartolomeu, que gozava de grande conceito entre os guerreiros de Garcia d'Ávila (Almeida, 1923, p. 29).

Mais recentemente, Bartolomeu ganhou um verbete no *Dicionário da Independência* (Pimenta; Oliveira, 2022). Assinado pela historiadora Elisa de Moura Ribeiro (2022, p. 513), o texto informa que Bartolomeu também era conhecido como Jacaré, sendo “um tradicional personagem das narrativas da Independência na Bahia” por ter sido “o chefe da tropa de índios flecheiros”. A autora destaca, no entanto, que as evidências documentais que retratam as façanhas do soldado Jacaré não determinam se ele de fato é Bartolomeu, ainda que infira “tratar-se do mesmo indivíduo, tanto pela singularidade da alcunha, quanto pelo cenário em que ambas as descrições se desenrolam” (Ribeiro, 2022, p. 513).

Diferente da participação de outros personagens populares que ficaram presentes na memória da guerra apenas pela tradição oral, o soldado Jacaré teve um de seus feitos registrado em um relatório oficial enviado ao coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque. O autor do relato foi o tenente Manoel Alvares do Nascimento que, no dia 23 de outubro de 1822, estava com sua tropa marchando para Pirajá e recebeu do capitão Florêncio de Blá uma ordem para se dirigir a São Caetano, onde os “marotos vinham tocar fogo no engenho e casas”¹. Ao descrever o cumprimento da ordem, o tenente registrou o seguinte fato:

¹ Os brasileiros chamavam pejorativamente os portugueses de marotos, que, na época, significava alguém que agia com esperteza e má fé, dando um sentido moral e político ao termo, numa perspectiva de distinguir os que eram “patriotas” daqueles que eram “manipuladores”, “tirânicos”, “despóticos” e “exploradores”.



marchei com 30 homens para a frente deles, e embosquei-me em umas matas onde mandei fazer fogo que logo nas primeiras descargas caíram, onde ferviam tantas balas de parte a parte que era um dia de juízo; onde um soldado por alcunha Jacaré, da mesma Companhia veio uma bala e deu-lhe nos peitos, chegando fria, arrancando coisa pouca caiu em terra, apanhando o dito soldado a mesma bala a meteu dentro da espingarda, disparando o tiro derrubou um lusitano que lhe tinha feito fogo².

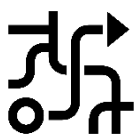
A descrição épica do tenente Manoel Álvares do Nascimento alçou o personagem indígena à condição de um dos principais protagonistas daquele teatro de guerra. Ainda que se deva considerar o possível exagero característico das narrativas de feitos militares, é particularmente significativo o registro de que uma liderança da tropa de flecheiros também dominava o uso de armas de fogo, o que contribui para desfazer a imagem cristalizada de indígenas como sujeitos culturalmente “primitivos”. Ademais, o soldado indígena foi o único entre os praças a ser nominalmente identificado, sendo igualmente destacado como aquele que mais causou baixas mortais aos inimigos, o que reforça a centralidade de sua atuação no episódio³. Embora não se saiba ao certo quantos outros indígenas acompanhavam Bartolomeu Jacaré na companhia comandada pelo tenente Manoel Álvares, seu desempenho individual lhe garantiu não apenas a inscrição nos registros dos feitos heroicos da luta contra os portugueses, mas também sua promoção para integrar, de forma permanente, o 1º Regimento de Linha⁴.

A abordagem que envolve a atuação de Bartolomeu na guerra tende a reproduzir, em larga medida, a lógica das narrativas heroicas da pátria, nas quais seu protagonismo aparece de forma isolada, dissociado dos contextos sociais, étnicos e

² RELATÓRIO do tenente Manoel Álvares do Nascimento para o coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, no qual informa os sucessos em Pirajá e as deficiências em relação ao tratamento dos feridos, datado de 23 de outubro de 1822. APEB – Série Independência, livro 001.

³ Segundo a concluiu o tenente: “neste fogo, o sargento Manoel do Espírito Santo derrubou 2, o soldado Jacaré 3, o capitão Florêncio de Blá 2, o Cadete Faria 1, um soldado do meu Corpo 1, um soldado da Companhia de Florêncio Blá outro, onde mais não pude descobrir por causa da fumaça da muita pólvora, onde os marotos se retiraram julgo que com perca de muito mais pelo combate [que] durou tempo pouco mais ou menos de 3 horas” (APEB – Série Independência, livro 001).

⁴ CARTA do coronel Joaquim Pires de Carvalho informando a desistência do soldado Bartolomeu de servir no 1º Regimento de Linha. Fundação Biblioteca Nacional: manuscritos: I – 01, 02, 012.



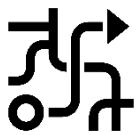
políticos que lhe davam sentido. No entanto, Bartolomeu não estava só, tampouco deixou de ser reconhecido como “Índio” por manejar armas de fogo ou integrar estruturas militares regulares. Sua trajetória, assim como a de outros indígenas que permaneceram anônimos nas fontes, aponta para experiências coletivas mais amplas, marcadas por formas próprias de inserção, negociação e agência no interior do conflito. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo apresentar um panorama da participação indígena na guerra de independência na Bahia, partindo de um mapeamento de sua presença na sociedade baiana no início do século XIX — evidenciando sua relevância demográfica e sua atuação política, militar e social — para, em seguida, analisar como esses sujeitos não foram meros instrumentos das elites, mas agentes históricos que, ao se engajarem na guerra, defenderam interesses próprios e projetaram expectativas sobre os rumos daquele processo.

OS “ÍNDIOS” NA PROVÍNCIA DA BAHIA NO TEMPO DA INDEPENDÊNCIA

Em recente trabalho sobre o processo da independência no recôncavo baiano, o historiador Manuel Passos Rocha Pereira (2021) indicou a presença de soldados indígenas em alguns pelotões do Exército Pacificador que serviram na guerra contra os portugueses. Segundo sua abordagem, as informações sobre a participação indígena são escassas na historiografia porque (supostamente) “existem poucos registros” históricos capazes de recompor essa história (Pereira, 2021, p. 102)⁵. No entanto, mais que um problema de ausência de fontes, o que pode ter impedido o citado historiador de perceber a atuação dos indígenas naquele processo foi a ideia de que essa população já se encontrava naquele contexto “quase que em fase de extinção” – como ele mesmo argumenta (Pereira, 2021, p. 102).

A alegada extinção dos indígenas na sociedade oitocentista baiana não encontra sustentação nas evidências históricas. Os relatos de viajantes naturalistas das primeiras décadas do século XIX, por exemplo, são abundantes em descrições

⁵ Contrariando esta suposição, recente publicação intitulada “Povos Indígenas, a Independência e a Formação do Estado Brasileiro: Documentos da história indígena e do indigenismo na Bahia (1821 – 1836)”, reúne mais de 200 fontes históricas salvaguardadas em arquivos de Salvador e do Rio de Janeiro, que evidenciam a participação política e militar dos indígenas na formação do Brasil Independente (Cancela, 2023).



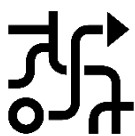
de numerosos grupos indígenas que habitavam as matas e florestas da província, especialmente nas comarcas de Ilhéus e Porto Seguro, como demonstram as publicações de Maximiliano de Wied (1989), Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich von Martius (2017). Esses viajantes não apenas registraram a existência de vários grupos indígenas que entravam em conflito com a sociedade luso-brasileira nas áreas de fronteiras, como também destacaram a diversidade étnica, linguística e cultural dessas populações, mormente classificadas genericamente como “índios selvagens”, “antropófagos” e “gentio bárbaro”.

Ao percorrer as principais povoações da comarca de Ilhéus, Spix e Martius registraram uma grande população indígena que vivia autônoma nas matas da região. Ainda que tivessem contato esporádico com a sociedade envolvente, essa população preferia a manutenção de sua autonomia política, cultural e territorial. Entre estes grupos descritos pelos viajantes, destacaram-se os Kamakã que habitavam um vasto território mais ao sul e sudoeste da comarca. Segundo as observações dos naturalistas,

A nação dos camacãs (vocábulo que os portugueses também grafam camacães e ainda chamados pelos nomes de mongoioz, mongoiós ou monxocóis) vive entre o rio de Contas e o rio Pardo. O seu número total é avaliado em 2.000 almas, porém não pode ser indicado com exatidão, porque eles moram em palhoças isoladas ou pequenas aldeias, dispersas nas matas e mudam também de uma localidade para outra (Spix; Martius, 2017, p. 257).

As corografias da época também trazem muitas informações sobre os indígenas na Bahia. Publicada em 1817, a *Corografia Brasileira* de Manuel Aires de Casal se tornou uma referência obrigatória para os estudos históricos do fim do período colonial. E, ao retratar a comarca de Porto Seguro, o autor revelou como aquela parte da província baiana ainda possuía grande presença de indígenas não integrados à sociedade envolvente. Segundo descreveu Aires de Casal (1976, p. 217), na extensa comarca porto-segurense, os

(...) cristãos só possuem as adjacências do mar, e cujas praias, há poucos dias, desciam ainda os selvagens em certos meses do ano em busca dos ovos das tartarugas. Destes selvagens conhecem-se os canarins, que são os mais vizinhos de Caravelas e Viçosa: diz-se que tem um alojamento ou aldeia duma só e vasta casa no centro do país, num vale entre dois montes: os machacarís, senhores do terreno regado pelo rio do Norte e do Sul. Na parte ocidental são conhecidos os cumanchós, os monos, os frechas, os catatoís, os aimorés e os pataxós. Os derradeiros são mais numerosos que todas as outras nações juntas e estendem-se repartidos em tribos duma até a outra extremidade da província.

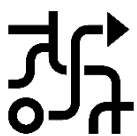


Se nas matas e florestas da província da Bahia os indígenas ainda se faziam presentes nas primeiras décadas do século XIX, nos espaços urbanos da época tampouco eles tinham desaparecidos. Diversos documentos atestam a presença de indígenas em diversas povoações espalhadas por todo território baiano, onde prestavam serviços públicos e particulares ou se refugiavam dos regimes de tutela em busca de novas experiências de liberdade. Uma consulta aos livros paroquiais das vilas baianas dos oitocentos revela a forte presença indígena em diversas povoações da província. Em 1837, por exemplo, o padre José Tibúrcio de Santana registrou que a vila de Porto Seguro possuía 123 pessoas classificadas como “índios”, entre homens e mulheres, o que correspondia a 6% da população local⁶.

Para além da existência de indígenas nas povoações “de brancos”, havia também na Bahia vilas que eram classificadas como “de índios”. De modo geral, essas vilas eram oriundas dos antigos aldeamentos jesuíticos que, em decorrência das chamadas reformas pombalinas, especialmente da expulsão dos jesuítas e das leis de liberdade, foram elevadas à categoria de vila⁷. Algumas delas, no entanto, foram criadas a partir da reunião de indígenas fugitivos dos antigos aldeamentos ou da junção de povoações de pequenas missões. Essas vilas de índios estavam espalhadas em todas as comarcas da Bahia, formando um expressivo número de 14 povoações.

⁶ MAPA popular da freguesia de Nossa Senhora da Pena de Porto Seguro, elaborado pelo padre José Tibúrcio de Santana. APEB - Religião, 1824-1846. Maço: 5212.

⁷ As vilas de índios eram regidas por três bases legais. Em primeiro lugar, a lei de 6 de junho de 1755, que “restitui[u] aos índios a sua antiga e natural liberdade”, ordenando que os aldeamentos jesuíticos fossem transformados em vilas e garantindo-se o “inteiro domínio e pacífica posse das terras” indígenas, além de qualificá-los como indivíduos “sem distinção ou exceção alguma, para gozarem de todas as honras, privilégios e liberdades” comum a todos os vassallos portugueses (Ley, 1796). Em segundo lugar, o alvará com força de lei de 7 de junho daquele mesmo ano que colocou fim ao governo temporal dos jesuítas sobre a população indígena, orientando o estabelecimento de um “modo de governo político e civil” nas suas povoações e ordenando que fossem “preferidos para juizes ordinários, vereadores e oficiais de justiça os índios naturais delas” (Alvará, 1796). E, em terceiro lugar, o Diretório dos índios, um regimento que implantou um rígido sistema de tutela por meio de um agente estatal responsável pela administração da população indígena (o diretor) e por um radical processo de imposição cultural, que foi estendido para toda América portuguesa em 1758.



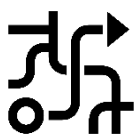
Quadro 1 – As vilas de índios na Bahia (séc. XIX)

COMARCA	VILA
Bahia	Nova Abrantes
	Nova Soure
	Nova Pombal
	Nova Mirandela
	Pedra Branca
Ilhéus	Nova Olivença
	Nova Barcelos
	Nova Santarém
Porto Seguro	Verde
	Trancoso
	Prado
	Belmonte
	Porto Alegre
	Alcobaça

Fonte: Mapeamento VIP, 2026.

As vilas de índios, diferentemente dos antigos aldeamentos jesuíticos, não eram constituídas exclusivamente por populações indígenas. A política pombalina, marcada por sua perspectiva assimilacionista, estimulava a convivência entre indígenas e brancos, inclusive por meio da promoção de casamentos interétnicos (Moreira, 2019). Ainda assim, o Diretório dos Índios estabelecia parâmetros relativamente precisos para a inserção de não indígenas nessas vilas, atribuindo-lhes, ao menos em termos normativos, uma condição minoritária (Almeida, 1997, p. 219). Os brancos não podiam, “de nenhum modo”, possuir as terras indígenas (art. 82); deviam reconhecer sua igualdade com os indígenas na condição “genérica de vassalos” (art. 83); e eram obrigados a aceitar a preferência das lideranças indígenas “nos empregos honoríficos” (art. 84). Esse aparato legal buscava, portanto, preservar certos direitos territoriais e políticos dos indígenas no interior das vilas. Na prática, porém, tais garantias nem sempre se sustentaram. Em algumas localidades, em um intervalo relativamente curto, houve restrição da participação indígena, levando essa população a uma condição de minoria tanto demográfica quanto política, como ocorreu em Abrantes, Belmonte e Prado⁸.

⁸ Uma visão de conjunto das experiências indígenas nas vilas de índios pode ser consultada do banco de dados do projeto VIP – Vilas Indígenas Pombalinas, resultado de uma pesquisa colaborativa que envolveu pesquisadores de todo Brasil, cujas planilhas, mapas e demais dados podem ser acessados através do seguinte site: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/vip>



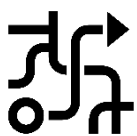
Além das vilas de índios, havia ainda na Bahia dezenas de aldeias espalhadas igualmente em todos os cantos da província. Algumas dessas aldeias eram missões religiosas administradas por ordens missionárias, como franciscanos, capuchinhos, marianos e barbadinos. Outras eram aldeias não missionárias e administradas pela coroa, com a nomeação de diretores brancos e capitães-mores indígenas para garantir o governo local. Havia ainda algumas aldeias particulares que, por estarem na fronteira da ilegalidade, eram ainda mais difíceis de se contabilizar. Não se sabe o número exato das diferentes aldeias indígenas existentes na Bahia nas primeiras décadas do século XIX, mas o Quadro 2 permite uma visão aproximada do quadro geral existente.

Quadro 2 – Aldeias indígenas na Bahia no início do século XIX

ALDEIA	LOCALIZAÇÃO
Rodelas	Termo da vila de Itapicuru de Cima
Nossa Senhora das Neves do Saí	Termo da vila Nova da Rainha
Bom Jesus da Glória	Termo da vila de Jacobina
Juazeiro	Termo da vila de Jacobina
Curral dos Bois	Termo da vila de Jacobina
Massacará	Termo da vila de Itapicuru de Cima
Massarandupió	Termo da vila de Itapicuru da Praia
Saco dos Tapuios ou dos Aramaris	Termo da vila de Inhambupe de Cima
Santo Antônio da Saúde	Termo da vila de Nazaré
Santo Antônio	Termo da vila de Jaguaripe
Nossa Senhora dos Prazeres	Termo da vila de Jequiriça
São Pedro de Alcântara das Ferradas	Termo da vila de Ilhéus
São Fidelis	Termo da vila de Valença

Fonte: Autor, 2026.

Os indígenas que viviam nas vilas de índios e aldeias eram classificados na documentação oitocentista como “índios civilizados”. Eles já tinham longo processo de convivência com a sociedade colonial, apresentando domínio dos códigos culturais e dos instrumentos políticos dominantes, inclusive na ocupação de cargos, na obtenção de títulos e no uso da língua portuguesa. Ainda assim, continuavam a se reconhecer — e a ser reconhecidos — como “índios”, mantendo marcas distintivas em relação à sociedade envolvente, seja nos costumes mais gerais, como alimentação, vestimenta e armamentos, seja na partilha de uma origem histórica que os vinculava aos primeiros habitantes da terra. Esses “índios civilizados” participavam ativamente

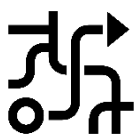


do governo de suas povoações, atuando tanto nos ofícios camarários das vilas de índios quanto no exercício do cargo de capitão nas aldeias. Além disso, desempenhavam papel relevante na vida militar local, integrando as companhias de ordenanças, nas quais se organizavam em terços próprios, formados por soldados indígenas e comandados por oficiais igualmente indígenas, o que evidencia níveis significativos de autonomia e protagonismo político-militar. Um exemplo dessa configuração pode ser observado na descrição que Luís dos Santos Vilhena (1960, p. 522) fez, no início do século XIX, da vila de Verde, na comarca de Porto Seguro: “são estes [moradores] governados por um juiz ordinário e câmara, além de 2 capitães de ordenanças sujeitos ao capitão-mor de Porto Seguro, todos porém são índios”.

Como demonstrado, os indígenas não estavam em fase de extinção na Bahia do início do século XIX. No caso específico dos chamados “índios civilizados”, eles não apenas estavam presentes naquela sociedade, como também participavam dela das mais diversas formas. Não se sabe ao certo o peso demográfico da população indígena em toda província, mas em algumas regiões, como o sul e extremo sul da Bahia, apresentavam percentuais bastante elevados, a exemplo da comarca de Porto Seguro onde das 10 vilas existentes 6 eram classificadas como “de índios” (Cancela, 2018). Essa população, obviamente, não assistiu atônica o processo da Independência do Brasil na Bahia, antes disso, se inseriu naquela frenética conjuntura atuando como sujeitos que buscavam também fazer história.

Ainda que fossem considerados “índios civilizados”, esses grupos possuíam diferentes trajetórias de contatos interétnicos que moldavam diferentes formas de organização social, diferentes processos de territorialização e diferentes identidades étnicas. Esse conjunto de diferenças produziu diversas formas de participação dos indígenas na Independência, mesmo que submetidos a um forte regime tutelar exercido pelos diretores nas vilas e pelos religiosos nas missões. Já que estavam inseridos na sociedade colonial, os “índios civilizados” ocupavam espaço nas principais instituições que foram mobilizadas durante a luta pela Independência na Bahia: as câmaras municipais e as tropas de ordenanças⁹. E, de um modo geral,

⁹ Para uma noção básica da atuação política dos indígenas nas lutas da independência a partir das câmaras municipais, conferir: CANCELA, Francisco; COSTA, João Paulo Peixoto. Pela causa do Brasil: a independência e as câmaras municipais das vilas de índios no Ceará e na

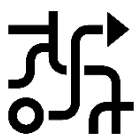


fizeram dessas instituições os espaços privilegiados de atuação política e militar. Aqui vamos analisar esta última dimensão da participação indígena.

AS “TROPAS DE ÍNDIOS” NA GUERRA: FORMAS DE RECRUTAMENTO E CARTOGRAFIA DA GUERRA

A historiografia mais tradicional nunca se absteve de registrar a presença indígena na guerra de independência na Bahia. No entanto, via de regra, sempre retratou esta participação como algo residual, subordinada a algum importante militar branco e carregada de uma visão estereotipada dos indígenas. Braz do Amaral (1923, p. 96), por exemplo, destacou o pioneirismo de uma tropa indígena que se instalou em Pirajá, descrita como “um tanto confusa e bisonha”, pois entre os seus soldados se “viam índios armados de flecha”. Segundo o citado autor, esta tropa indígena teria se engajado nas lutas pela independência graças à direção do tenente coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, identificado como “um dos descendentes da célebre Casa da Torre de Garcia de Ávila” (Amaral, 1923, p. 96). Como se vê, os indígenas entraram n’ *A ação da Bahia na obra da Independência nacional* na condição de pilhéria uma vez que foram retratados a partir de seu suposto primitivismo e da sua hipotética subordinação completa aos interesses dos grandes proprietários brancos. Além do mais, atribuir aos indígenas o adjetivo de “bisonho”, ou seja, alguém “pouco experimentado”, “falta de disciplina” e “soldado novo” (Silva Pinto, 1832, p. 150), não correspondia à histórica e imprescindível participação dos indígenas nas guerras coloniais, fosse contra os inimigos europeus, como na expulsão de francesas e holandeses nos séculos XVI e XVII, fosse no combate aos chamados “índios inimigos”, que, por meio das guerras justas ao longo de todo período colonial, viabilizou a própria expansão da fronteira econômica e a soberania lusitana sobre as terras americanas (Oliveira, 2016; Almeida, 2010; Garcia, 2014).

Bahia. In: Vânia Losada Moreira; Mariana Albuquerque Santas; João Paulo Peixoto Costa; Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo; Tatiana Gonçalves de Oliveira. (Org.). *Povos indígenas, independência e muitas histórias: repensando o Brasil no século XIX*. 1ed. Curitiba: CRV, 2022, v. 1, pp. 425-450.



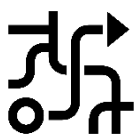
Para evitar a reprodução dos equívocos presentes na historiografia tradicional, torna-se fundamental destacar que, na Bahia do início do século XIX, ainda havia um forte engajamento indígena no serviço militar. Além de suas próprias ordenanças, responsáveis pela segurança dos termos de suas vilas e aldeias, os indígenas também eram mobilizados — quase sempre em regime de trabalho compulsório — para garantir a defesa de outras povoações coloniais. No início do século XIX, por exemplo, a vila de Cachoeira era protegida por uma companhia da “Conquista do Gentio”, descrita em um mapa militar da Bahia como “uma tropa quase ligeira de soldados índios com oficiais brancos”, que era “paga pela Real Fazenda”¹⁰. O presídio de Morro de São Paulo, a mais importante fortaleza de defesa situada fora da Baía de Todos os Santos, também dependia diretamente do serviço de indígenas de Santarém, São Fidelis e Jequiriçá, cujos capitães e diretores eram obrigados a “todos os meses enviarem 12 homens de seu terço e diretorias” para a guarnição daquela praça militar¹¹. Não se deve esquecer, ainda, que, desde 1808, as comarcas do sul da Bahia viviam sob os efeitos da decretação de guerra justa feita à época pelo príncipe d. João, o que resultou, por exemplo, apenas na região de Porto Seguro, na instalação de onze destacamentos militares responsáveis pela execução da guerra contra os chamados Botocudos. Entre eles estava o Destacamento dos Arcos, que possuía, em 1814, vinte e um homens alistados: três brancos (comandante, sargento e mapista) e dezoito soldados indígenas, identificados da seguinte forma: dez Meniãs de Belmonte, cinco de “Língua Geral” de Trancoso e três de “Língua Geral” de Verde¹². Desse modo, do litoral aos sertões, os indígenas continuavam a desempenhar papel fundamental na defesa colonial, atuando regularmente por meio de seus terços de ordenança ou do serviço militar obrigatório.

Quando o estado de beligerância se transformou em guerra efetiva, entre junho e agosto de 1822, os opositores ao domínio português na Bahia decidiram criar, na

¹⁰ MAPPA geral da tropa paga e miliciania da guarnição da capitania de Bahia. Bahia, 01 de julho de 1804. AHU_ACL_CU_005, Cx. 132, Doc. 26047.

¹¹ OFÍCIO do ouvidor da comarca de Ilhéus informando ao Secretário da Guerra e Marinha que expediu as ordens recebidas ao Capitão Mor dos Índios da Vila de Santarém. Santarém, 21 de agosto de 1821. APEB – BR BAAPB CIBB COR 009/86.

¹² LISTA da guarda militar do Destacamento dos Arcos, em 10 de fevereiro de 1814. Fundação Biblioteca Nacional, manuscritos: II – 33, 21, 105.

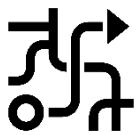


vila de Cachoeira, um “governo geral, não só para o Recôncavo e comarca da Bahia, mas também para toda a província”¹³. De acordo com Braz do Amaral (1957, p. 182), o Conselho Interino de Governo foi constituído para ser o “centro capaz de dirigir a guerra e constituir um poder de onde partisse a orientação e todo o complexo de medidas” governativas. No que se refere ao aspecto militar, o Conselho Interino desempenhou papel fundamental na organização, mobilização e execução da estratégia que sustentou a resistência aos portugueses estabelecidos em Salvador. Formado basicamente por representantes da elite agrária e escravista, esse órgão dirigiu exclusivamente a guerra até a chegada, no final de outubro de 1822, do general Pedro Labatut, nomeado por d. Pedro para conduzir o Exército Pacificador (Tavares, 1982). Portadores de larga experiência em guerras coloniais, os membros do Conselho Interino não desprezaram as tropas e os serviços dos indígenas — ao contrário, colocaram-se contra a posição do general Labatut que, alguns meses após sua chegada, ordenou a dispensa dos indígenas. Tal decisão foi considerada pelo próprio Conselho uma medida de “ruína de nossa Pátria”, pois “dispersou com os seus horrores as Tropas de Índios — os primeiros que ganharam louros na nossa Campanha, e ensanguentaram suas voláteis armas no atraído sangue do Coronel Lusitano”¹⁴.

O Conselho Interino de Governo não chegou a emitir uma legislação específica para o recrutamento dos indígenas para o serviço militar durante a guerra, embora tenha exercido uma prática de recrutamento diferenciado. Em linhas gerais, a mobilização da população indígena seguiu os mesmos mecanismos utilizados para o recrutamento de homens livres, brancos ou de cor — como se dizia na época. Neste caso, a principal forma de recrutamento de soldados indígenas foi por meio da convocação dos terços de ordenanças de suas povoações. Da sala das sessões, os membros do conselho despacharam dezenas de ofícios às vilas da província, sensibilizando as câmaras e os oficiais militares a recrutarem soldados para o Exército

¹³ PLANO do Conselho Interino de Governo da Bahia. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador, n. 6, 1895, p. 389-390.

¹⁴ OFÍCIO do Conselho Interino de Governo para José Bonifácio no qual relata os diversos erros do general Labatut. Fundação Biblioteca Nacional - Manuscritos: 31, 10, 112.



Pacificador. Uma destas ordens, datada de 13 de abril de 1823, ordenava aos capitães-mores de cada vila que

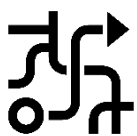
(...) fazendo aos povos de seu distrito as mais vivas instâncias e persuasões do quanto é glorioso prestar-se cada cidadão à salvação e liberdade da pátria, que lhe deve ser mais cara que a própria vida, e empregando a moderada violência com que aqueles que se mostrarem invencíveis aos clamores da mesma pátria, envie com toda a celeridade a esta capital o maior número possível de ordenanças que, incorporando-se com seus irmãos, empregados na repulsa dos tiranos, cumpram assim o mais sagrado de seus deveres, devendo, depois de libertada a infeliz cidade da Bahia, ser restituídos ao seio de suas famílias e gozo de seus antigos interesses, ficando responsável ao imperador e à nação da menor omissão ou excesso a semelhante respeito¹⁵.

Com o objetivo de melhor aproveitar os serviços militares dos indígenas, o Conselho Interino não se limitou a recrutá-los de forma dispersa nas convocações gerais dirigidas ao “povo”. Ao contrário, procurou estabelecer canais diretos de comunicação com as lideranças indígenas, expedindo ordens específicas aos capitães responsáveis pelas vilas de índios e aldeias missionárias para que mobilizassem contingentes próprios. Essa estratégia revelava o reconhecimento, por parte das autoridades patriotas, da experiência militar desses grupos e da eficácia das estruturas de comando já existentes nas comunidades indígenas. Foi o que ocorreu, por exemplo, com o capitão João Francisco de Souza, da vila de Santarém, na comarca de Ilhéus. Em 4 de novembro de 1822, o Conselho expediu uma portaria determinando que ele fizesse “marchar com a maior brevidade possível sessenta índios armados dos seus soldados para guarnecer esta vila” de Cachoeira, então sede do governo patriota¹⁶. Cerca de dois meses depois, diante de notícias sobre um possível ataque português à Ilha de Itaparica, o Conselho subscreveu nova portaria dirigida ao mesmo capitão, ordenando que partisse de Cachoeira “com todos os soldados do seu comando” em direção à Ponta da Barra e, dali, à Encarnação, a fim de “aumentar a Guarnição de Itaparica como exige a nossa defesa comum”¹⁷. Ao recorrer a esse tipo de recrutamento, o Conselho Interino não apenas mobilizava uma

¹⁵ CÓPIA da ordem do Conselho Interino de Governo emitida aos capitães-mores da Bahia para que recrutem o maior número possível de ordenanças. Cachoeira, 13 de abril de 1823. In: REBOUÇAS, Antônio Pereira. Recordações patrióticas. Salvador: ALBA, 2023, 116.

¹⁶ PORTARIA do Conselho Interino de Governo ao Capitão-mor dos Índios da Vila de Santarém, datada de 04 de novembro de 1822. BN – Manuscritos: 9, 2 30.

¹⁷ PORTARIA do Governo Provisório ao Capitão-mor dos Índios de Santarém, datada de 02 de janeiro de 1823. BN – Manuscritos: 7, 2, 26.

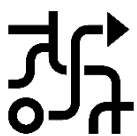


população reconhecidamente habituada à guerra e ao serviço militar, mas também se apoiava nas hierarquias políticas internas das comunidades indígenas. Desse modo, ao mesmo tempo em que incorporava essas forças ao esforço militar da independência, contribuía para reforçar a autoridade das lideranças indígenas e a coesão desses grupos enquanto corpos coletivos diferenciados.

Outra forma de recrutamento de indígenas para a guerra baseou-se na mobilização do regime de tutela ao qual esses grupos estavam submetidos no interior da ordem colonial. Nesse contexto, diretores das vilas e aldeias e missionários dos aldeamentos foram instados pelas autoridades patriotas a arregimentar soldados indígenas por meio do alistamento militar obrigatório, acionando mecanismos administrativos já consolidados ao longo da experiência colonial. Tal expediente não constituía propriamente uma novidade. Desde meados do século XVI, a legislação indigenista portuguesa previa a mobilização dos chamados “índios aliados” para a defesa da colônia, especialmente em contextos de guerra e de proteção das fronteiras. Esse sistema de recrutamento estava inserido em um complexo sistema de alianças e mercês, na qual o Estado colonial procurava mobilizar a força militar indígena ao mesmo tempo em que reconhecia, em alguma medida, as lideranças e as estruturas políticas presentes nas comunidades indígenas. Como lembra Beatriz Perrone-Moisés (1992, p. 121),

Praticamente todas as vezes em que se fala de guerra, fala-se também na necessidade de convocar os “índios das aldeias” ou “tapuias amigos”. Os aldeados e aliados são encarregados de defender as vilas e plantações dos ataques do gentio e as fronteiras dos ataques dos inimigos europeus. Povos estratégicos, são as “muralhas dos sertões”, barreiras vivas à penetração de inimigos de todo tipo.

Foi nesse contexto que o Conselho Interino de Governo ordenou ao coronel Salvador Pereira da Costa que se dirigisse ao diretor da aldeia de Santo Antônio, no termo da vila de Jaguaripe, para recrutar 30 indígenas destinados ao serviço militar. A determinação visava reforçar o contingente de soldados destacado para o ponto de Saubara, diante da “necessidade de guarnecer os pontos mais expostos da linha de defesa do Recôncavo”. Para atender à demanda, estabeleceu-se que os indígenas poderiam servir “armados ou de espingarda ou de arcos”, devendo os custos de seu



deslocamento serem pagos com os rendimentos da própria diretoria dos índios¹⁸. Ao receber o oficial do Exército Pacificador, o diretor dos índios, Antônio Pinto Chichorro da Gama, apresentou prontamente uma lista com 30 indivíduos considerados aptos para o serviço militar, evidenciando a rapidez com que as estruturas administrativas dos aldeamentos podiam ser mobilizadas para atender às exigências da guerra¹⁹. Ainda assim, o recrutamento acabou sendo suspenso pelo coronel Pereira da Costa, que constatou a precariedade do armamento disponível entre os indígenas, uma vez que “apenas apresenta[va]m cinco armas lazarinas e nenhuns arcos e flechas, de que perderam o uso”²⁰. O episódio revela, por um lado, a expectativa das autoridades patriotas de recorrer aos aldeamentos como fonte de contingentes militares e, por outro, os limites práticos dessa mobilização, principalmente relacionado à escassez de armamentos e aos custos do deslocamento dos soldados – problema comum em todos os batalhões da força militar patriótica.

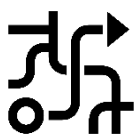
Em verdade, o principal limite dos dois modelos de recrutamento de indígenas para o Exército Pacificador residia na margem de autonomia existente tanto entre as lideranças indígenas quanto entre os agentes do regime de tutela. Em grande medida, a viabilidade dessas formas de mobilização dependia diretamente do engajamento do capitão-mor indígena, do diretor da vila ou do missionário responsável pelo aldeamento. Isso significava que posicionamentos políticos divergentes por parte dessas autoridades locais podiam retardar, limitar ou mesmo inviabilizar o recrutamento do contingente indígena sob sua liderança ou jurisdição. Dois episódios são particularmente emblemáticos. Na vila de Trancoso, no início de dezembro de 1822, o capitão indígena Lourenço Borges recusou-se a admitir a aclamação de d. Pedro e liderou sua tropa em uma rebelião, declarando que de “sorte alguma querem o adotado Sistema do Império do Brasil”²¹. Já na missão de Juazeiro, no início de

¹⁸ PORTARIA do Conselho Interino de Governo dirigida ao Coronel Salvador Pereira da Costa, na qual determina recrutar trinta indígenas da Aldeia de Santo Antônio, com data de 13 de novembro de 1822. BN - Manuscritos: 9, 2, 30.

¹⁹ RELAÇÃO de indígenas da Aldeia de Santo Antônio escolhidos para o serviço militar na guerra, sem data e anexo ao documento 9. BN – Manuscritos, cotação: I – 31, 06, 001.

²⁰ OFÍCIO de Salvador Pereira da Costa, Coronel Comandante interino, ao secretário do conselho de governo, no qual transmite informações sobre o recrutamento de indígenas, especialmente da aldeia de Santo Antônio. BN – Manuscritos, cotação: I – 31, 06, 001.

²¹ OFÍCIO da Comissão Militar de Porto Seguro no qual se comunica rebelião dos índios de Trancoso, com data de 10 de dezembro de 1822. BN - Manuscritos: I - 31, 6 - 7. Para conhecer



1823, o frade franciscano José de Santa Gertrudes posicionou-se contra a “causa do Brasil” e colocou “em armas os Índios daquela Missão com escandalosa infração da ordem”²². Esses episódios evidenciam que, embora o recrutamento pudesse assumir formas compulsórias, sua efetivação dependia de negociações políticas e de relações de autoridade no interior das aldeias, vilas de índios e missões. Assim, longe de constituírem apenas objetos passivos das políticas de mobilização militar, os indígenas e seus mediadores institucionais atuaram em um campo de disputas no qual se entrecruzavam coerção, negociação e estratégias políticas próprias, revelando margens significativas de agência no contexto da guerra de independência.

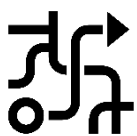
Dadas as formas de recrutamento apresentadas, torna-se impossível identificar com precisão o peso numérico dos indígenas no Exército Pacificador. Além disso, nem toda a documentação produzida pelo Conselho Interino de Governo, pelas câmaras das vilas de índios, pelos administradores dos aldeamentos e pelos capitães-mores indígenas resistiu à ação do tempo ou às precárias condições de comunicação no contexto da guerra. Ainda assim, o levantamento de algumas informações pontuais permite identificar contingentes indígenas que se dirigiram aos campos de confronto, oferecendo indícios capazes de dimensionar sua participação no conflito. Sabe-se, por exemplo, que, em novembro de 1822, havia 104 indígenas entre os mais de 1200 homens comandados por Felisberto Gomes Caldeira no destacamento de Itapuã²³. No ponto do Funil, na Ilha de Itaparica, registrou-se, em dezembro do mesmo ano, a presença de 40 indígenas de Santarém, que estavam à espera de outros tantos que chegariam brevemente²⁴. De Mirandela, uma tropa de 58 soldados indígenas marchou para a guerra que, segundo descreveu a câmara da vila de índio, partiram “animosos

diferentes escolhas de capitães indígenas na guerra, conferir: CANCELA, Francisco. João Francisco de Souza e Lourenço Borges Justiniano: Duas Lideranças Indígenas Na Construção Do Brasil Independente (Bahia, 1822 -1833). *História e Cultura*, v. 13, p. 336-361, 2024.

²² PORTARIA do Conselho Interino de Governo dirigida ao Alferes Gonçalo Gomes da Silva na qual determina a prisão do frei José de Santa Gertrudes, com data de 14 de janeiro de 1823. BN – Manuscritos: 7, 2, 26.

²³ OFÍCIO do comandante do Quartel de Itapuã Felisberto Gomes Caldeira solicitando suprimento de farinha para alimentar a tropa, em 09 de novembro de 1822. APEB – Seção Colonial – Dossiê sobre a independência, livro 001.

²⁴ OFÍCIO de Salvador Pereira da Costa, Coronel Comandante interino, ao secretário do conselho de governo, no qual transmite informações sobre o recrutamento de indígenas, especialmente da aldeia de Santo Antônio. BN – Manuscritos, cotação: I – 31, 06, 001.

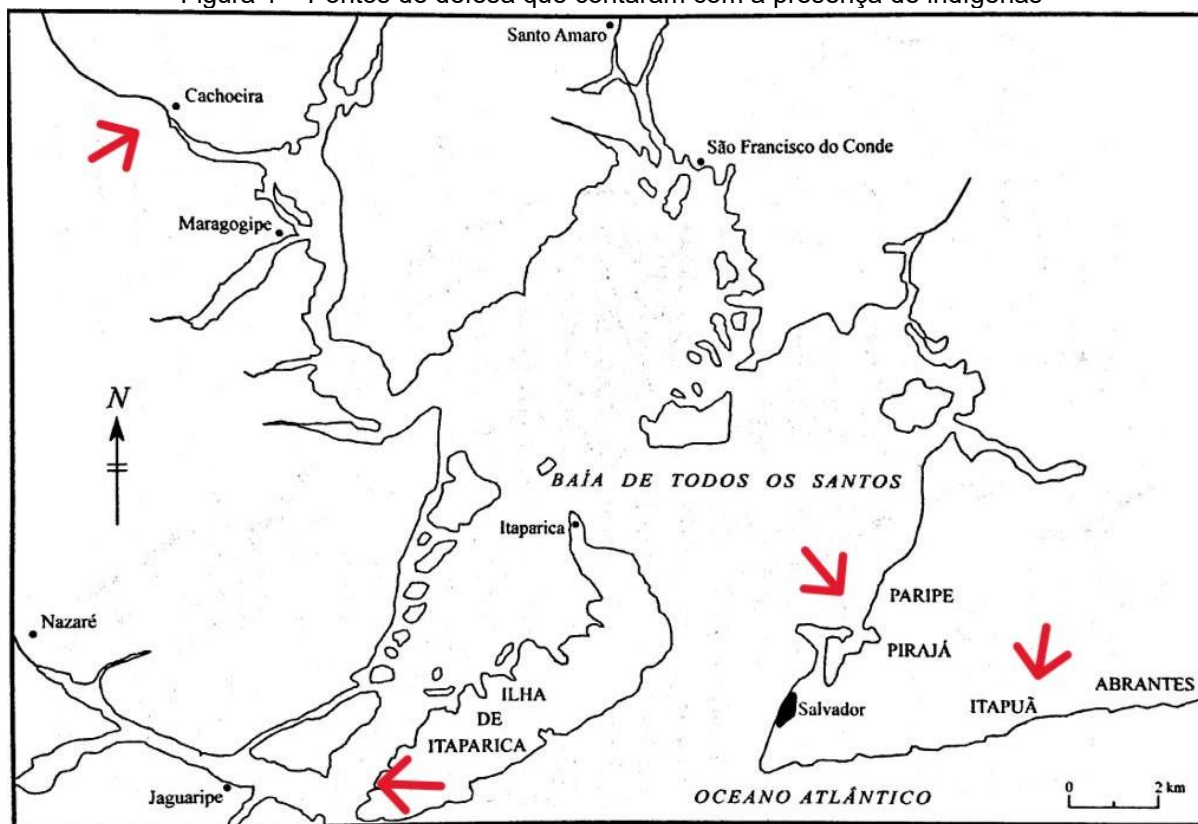


da incorporação ao exército brasileiro” e como “homens destemidos empregaram suas forças” nas batalhas, deixando o front da guerra “quando foram mandados retirar pelo General Pedro Labatut, voltando estes com a perda de um Capitão e nove soldados que valorosamente deram a vida no combate no ponto de Campinas e Pirajá”²⁵. Esses números podem parecer irrisórios quando se considera que, ao fim da guerra, o Exército Pacificador teria reunido um efetivo de 15 mil homens (Amaral, 1957). No entanto, devem ser interpretados de forma proporcional, levando-se em conta a população de cada povoação indígena. Para ficar em apenas um exemplo, a vila de Mirandela possuía, no início do século XIX, cerca de 600 habitantes (Rego, 2014); nesse contexto, a tropa registrada pela câmara correspondia a aproximadamente 10% da população local – cifra nada desprezível considerando o pequeno porte da povoação e o perfil dos recrutados que correspondia a população economicamente ativa.

Embora a documentação disponível não permita mensurar com precisão o peso demográfico dos indígenas no Exército Pacificador, ela possibilita cartografar a presença de suas tropas nos diferentes campos de batalha da guerra de independência na Bahia. As forças indígenas recrutadas foram destinadas aos principais pontos de defesa do Recôncavo e aos destacamentos estratégicos que compunham o cerco à cidade do Salvador. A documentação consultada indica sua atuação em Itapuã, Itaparica, Saubara, Funil, Cachoeira, Campinas e Pirajá, onde participaram de combates contra os portugueses e contribuíram para o bloqueio das estradas e dos portos que abasteciam a capital. Na Figura 1, elaborada a partir das notícias de deslocamento desses contingentes, observa-se a distribuição espacial desses pontos, evidenciando a localização estratégica das tropas indígenas, integradas aos demais batalhões patrióticos.

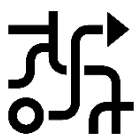
²⁵ OFÍCIO da Câmara de Mirandela no qual relata a participação dos moradores da Vila na guerra e indica aqueles que mais se destacaram, datado de 8 de novembro de 1823. APEB – BR BAAPEB CIBB-COR-012-104.

Figura 1 – Pontos de defesa que contaram com a presença de indígenas



Fonte: Autor, 2026.

Os indígenas que atuaram nesses pontos provinham de diferentes vilas e aldeias, sem que a distância em relação aos campos de batalha constituísse um fator limitante para sua mobilização. As primeiras tropas deslocadas foram, como era de se esperar, aquelas oriundas das povoações mais próximas de Salvador e do Recôncavo, como as vilas de Abrantes (vizinha à capital) e Pedra Branca (vizinha a Cachoeira), além das aldeias situadas no litoral norte, como Massarandupió, e das vilas do interior da Baía de Todos os Santos, como Santo Antônio da Saúde (Nazaré), Nossa Senhora dos Prazeres (Jequiriçá) e Santo Antônio (Jaguaripe). Contudo, a participação indígena não se restringiu a essas áreas de proximidade. Houve também deslocamentos de longa distância, que exigiram travessias por navegação de cabotagem — como no caso dos indígenas de Santarém — e percursos áridos e arriscados por terra, como aqueles realizados por tropas oriundas do sertão, a exemplo das vilas de Soure e Mirandela, bem como dos aldeamentos de Aramari e Massacará. O Quadro 3 apresenta as distâncias que separavam essas povoações da



vila de Cachoeira, centro do comando da resistência aos portugueses, evidenciando não apenas a amplitude territorial da mobilização indígena, mas também as condições adversas e as provações enfrentadas por esses grupos ao aderirem à guerra.

Quadro 3 – Distância entre os locais de origem das tropas e a vila de Cachoeira

POVOAÇÃO INDÍGENA	DISTÂNCIA APROXIMADA (km)
Mirandela	300
Massacará	300
Soure	230
Santarém	175
Aramari	100

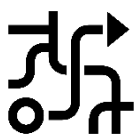
Fonte: Autor, 2026.

A guerra também se estendeu a outros palcos e, nas regiões mais distantes de Salvador, os indígenas atuaram em diferentes frentes de combate, do litoral ao sertão. No Morro de São Paulo, os indígenas do aldeamento de São Fidélis trabalharam nas “conduções do precioso barro para o reparo da Fortaleza”, que serviu de base para a esquadra enviada por d. Pedro e comandada por Lord Cochrane no cerco marítimo à capital²⁶. Nas vilas de Camamu e Maraú, indígenas de Santarém foram escalados para “defender a pátria” dos assaltos de um brigue enviado por Madeira de Melo com o objetivo de obter víveres para os portugueses sitiados em Salvador²⁷. Na vila do Prado, onde a elite luso-brasileira ainda mantinha a comercialização de farinha com a capital, uma tropa “composta de noventa e tantos soldados armados de armas de fogo, arco e flecha, por ser a maior parte índios de nação” fechou o porto, com o intuito de assegurar a estratégia de sitiamento de Salvador²⁸. Os indígenas da vila Verde, por sua vez, pegaram em armas para aclamar o imperador nas vilas vizinhas de Porto Seguro e Trancoso, onde atuaram para sufocar a ação de “facciosos” e europeus que

²⁶ CÓPIA da ata da Câmara da vila de Valença, comarca dos Ilhéus, sobre as pessoas que mais se distinguiram na causa da Independência do Brasil. APEB, Maço 1452.

²⁷ REQUERIMENTO de Caetano Ferreira Borges no qual solicita ao Conselho Interino de Governo a proteção e providência em relação à determinação que lhe foi dada para custear as despesas das tropas de portugueses e indígenas com seus próprios bens. APEB – CIBB - BR BAAPEB CIBB-COR-003-51.

²⁸ OFÍCIO da Câmara do Prado relatando e se queixando sobre os acontecimentos ocorridos no último dia do mês de janeiro, quando uma tropa da Comarca de Porto Seguro amanheceu na praça daquela Vila e realizou uma série de procedimentos, em 23 de maio de 1823. APEB – BR_BAAPEB_CIBB_COR_003_143.



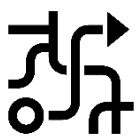
“repugnavam aclamar Nossa Majestade Imperial”²⁹. Dessa forma, soldados indígenas empunharam armas para além do front de batalha do Recôncavo, demonstrando não apenas que eram peças fundamentais do sistema de segurança então vigente, como também sujeitos ativos daquela conjuntura política extremamente incerta.

AS POLÍTICAS INDÍGENAS NO CONTEXTO DA GUERRA DE INDEPENDÊNCIA

A incorporação dos indígenas ao Exército Pacificador e à “Causa do Brasil” na Bahia não pode ser compreendida sem que se reconheça nessas populações o papel de sujeitos históricos. Embora estivessem submetidos a sistemas rígidos de controle tutelar e de exploração do trabalho, os indígenas mobilizavam uma longa tradição de alianças e confrontos herdada das experiências coloniais. Inseridos nessa tradição, souberam ler o contexto de guerra e agir de acordo com seus próprios interesses e demandas. É pouco provável que a documentação — marcada pela natureza formal e limitada da comunicação oficial em tempos de guerra — permita identificar de modo direto as expectativas que orientaram sua adesão ao Exército Pacificador. Ainda assim, essa mobilização não pode ser explicada pela hipótese da miserabilidade da população indígena (Guerra Filho, 2004). Ao contrário, como em outras conjunturas históricas, é plausível supor que os indígenas projetaram algum tipo de ganho ao se engajarem no conflito, ainda que fosse, no limite, a preservação de direitos previamente conquistados.

Essa perspectiva pode ser observada na análise do comportamento dos indígenas de Pedra Branca, que constituíram uma das primeiras tropas indígenas a se incorporar ao Exército Pacificador. Desde o mês de julho de 1822, encontravam-se a serviço do Batalhão de Caçadores Voluntários, atuando em alguns dos pontos mais estratégicos do cerco à cidade do Salvador, especialmente nos destacamentos do Funil e de Itaparica. Já em meados de setembro, esses indígenas passaram a demandar do governo um tratamento diferenciado, ao requererem “uma gratificação além da etape”, o que levou o Conselho Interino a negociar com os solicitantes até

²⁹ REPRESENTAÇÃO da Câmara da Vila Verde na qual informa a Aclamação do Imperador d. Pedro e solicita nomeação de Manoel Fernandes Sampaio no cargo de diretor e escrivão, datada de 24 de novembro de 1822. BN – Manuscritos: II – 34, 6, 25.



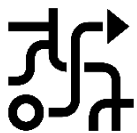
que se “acordou em que se desse a cada praça por esta vez duzentos contos e sessenta réis, e no fim de cada mês quatrocentos réis”³⁰. Após cerca de três meses de emprego “em defesa da pátria e serviço da grande nação brasileira”, os soldados indígenas de Pedra Branca solicitaram dispensa para retornarem às suas casas, “por terem findado o tempo de seu destacamento”, evidenciando que, diferentemente dos demais homens livres recrutados, estavam submetidos a um regime próprio de serviço militar³¹. No mesmo pedido, reivindicaram ainda “alguma gratificação para o socorro de suas famílias”³². Reconhecendo tanto a legalidade quanto o costume que regulava esse tipo de serviço, o Conselho Interino de Governo autorizou, em 2 de outubro de 1822, a publicação de uma portaria que garantia não apenas a dispensa dos indígenas, mas também o pagamento de dez tostões a cada soldado da tropa de Pedra Branca.

Essa movimentação dos indígenas, em pleno contexto de guerra, merece ser valorizada em seus próprios termos. Longe de constituir um simples “movimento de desindigenação das tropas”, como sugeriu Sérgio Guerra Filho (2004, p. 119), o pedido de dispensa, sua aceitação pelo Conselho Interino e o pagamento de gratificações extras aos indígenas de Pedra Branca indicam o reconhecimento de uma população diferenciada, que se inseria na guerra a partir de sua própria trajetória histórica e em defesa de suas prerrogativas. É plausível, inclusive, que tenha sido justamente esse regime particular de engajamento que levou o general Labatut a se opor ao recrutamento de tropas indígenas por serem submetidas a condições diferenciadas. Ainda assim, é significativo notar que, no final de abril de 1823, os indígenas de Pedra Branca voltaram a se apresentar no campo de batalha, sob o comando do sargento-mor José Antônio da Silva Castro, conhecido como major Periquitão, comandante do Batalhão dos Periquitos. Em carta enviada ao Conselho

³⁰ PORTARIA do Conselho Interino dirigida ao Comandante José Antônio da Silva Castro, na qual comunica acordo realizado com os indígenas de Pedra Branca quanto ao pagamento dos seus serviços militares. APEB – BR_BAAPEB_CIBB_COR_025_006. Etape era o soldo suficiente para alimentação e vestimenta do soldado.

³¹ OFÍCIO de Francisco Gomes Brandão Montezuma, Secretário do Conselho Interino de Governo, ordenando ao Sargento Mor Comandante do Batalhão Cachoeirense regresso dos índios ao Batalhão de Caçadores Voluntários. APEB - BR BAAPB CIBB COR 027/42.

³² REQUERIMENTO dos indígenas de Pedra Branca dirigido ao Conselho Interino de Governo no qual reivindicam dispensa do serviço militar e pagamento de gratificação para socorro de suas famílias. APEB - BR BAAPB CIBB COR 019/75.



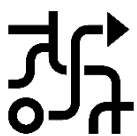
Interino de Governo, esse oficial evidencia que o acordo estabelecido com essa comunidade indígena perdurou ao longo de toda a guerra:

como este excelentíssimo governo determinou que se desse mensalmente quatrocentos réis por mês de gratificação aos índios que se ocupassem da defesa da Pátria e aqui se acham cinquenta índios vindos a pouco da vila de Pedra Branca reunidos ao Batalhão de meu Comando para marcharem nesta mesma ocasião que marcha o Batalhão represento, portanto, a Vossas Excelências que hajam de mandarem dar a mencionada gratificação de quatrocentos réis adiantados neste primeiro mês, a fim de com mais satisfação irem os mencionados índios³³.

No caso em questão, os indígenas que se engajaram na guerra de independência eram reconhecidos pelos agentes do Estado e, ao mesmo tempo, se reconheciam como portadores de uma condição diferenciada. Essa distinção fundamentava-se, sobretudo, na origem comum desses indivíduos — constantemente designados como “índios”, termo atribuído aos primeiros habitantes da terra — e na experiência coletiva acumulada em sua relação com a sociedade envolvente, a qual moldava seus processos de territorialização (como no caso dos “índios de Pedra Branca”), bem como nos diferentes modos de reconhecimento de seus direitos, ainda concebidos como privilégios, prerrogativas e isenções. Dessa forma, esses grupos não apenas demarcavam suas diferenças culturais em relação à sociedade envolvente (Barth, 1998), como também atuavam na defesa das distinções legais que lhes eram asseguradas pela legislação indigenista pombalina ainda em vigor (Garcia, 2009).

Se os indígenas se incorporaram ao Exército Pacificador mantendo seus direitos específicos, também projetaram sair da guerra com algum tipo de benefício, proporcional ao serviço prestado e à fidelidade demonstrada. Não se tratava, necessariamente, de um alinhamento ao projeto de nação defendido por d. Pedro e pelos membros do Conselho Interino de Governo. Antes, esses grupos atuavam em defesa dos interesses de suas próprias comunidades, buscando preservar sua autonomia — entendida como a manutenção de seus territórios, de seus direitos políticos e militares e de sua condição de liberdade. É nesse sentido que pode ser

³³ OFÍCIO do sargento-mor comandante José Antônio da Silva Castro ao Conselho Interino de Governo no qual solicita pagamento dos indígenas de Pedra Branca incorporados em seu batalhão, datado de 29 de abril de 1823. BN – Manuscritos: I – 31, 06, 001.

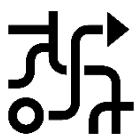


interpretada a petição apresentada pelos indígenas de Aramari ao final da guerra de independência, analisada a seguir.

Pouco depois da expulsão das tropas portuguesas e da entrada triunfal do Exército Pacificador na cidade do Salvador, os indígenas Kiriri da aldeia de Aramari preparavam-se para percorrer as mais de 20 léguas que separavam o litoral do sertão quando decidiram redigir uma petição ao Barão da Torre, solicitando que ele a levasse aos pés do Imperador do Brasil. Esses indígenas estavam, desde os primeiros momentos da guerra, alistados no Batalhão da Torre, tendo atuado continuamente no embate contra os lusitanos — não apenas no cerco ao norte da cidade, na região da atual Praia do Forte, mas também em importantes campos de batalha, como Campinas e Pirajá. Reforçando os laços de vassalagem com o chefe da Casa da Torre, que desde o século XVII mantinha relações com os indígenas daquela aldeia, os peticionários aproveitaram o contexto de vitória para reivindicar uma contrapartida à posição patriótica que haviam assumido.

A retórica inscrita no manuscrito retomava a trajetória do grupo e explicitava os problemas enfrentados. De um lado, denunciavam o esbulho de suas terras pelo capitão-mor de Inhambupe, que se apropriava ilegalmente das glebas indígenas e posteriormente as comercializava com outros membros da elite local, como o capitão Manoel Ferreira e o pecuarista Antônio Martins. Ao mesmo tempo, reafirmavam o direito imemorial que possuíam sobre o patrimônio da aldeia, por serem “senhores de suas terras por honra especial” do monarca português. De outro lado, contestavam a jurisdição tutelar de João da Silva Paranhos, capitão-mor de Inhambupe, descrevendo sua atuação como autoritária e persecutória, uma vez que os “maltratou com prisão e castigos rigorosos”, inclusive quando estavam no “combate contra os marotos”. Como forma de remediar tais abusos, solicitaram a prisão de Paranhos e a nomeação de um novo capitão-mor, indicando Francisco José para o posto, sob cujo comando já haviam servido em Pirajá, uma das mais importantes batalhas da guerra de independência na Bahia³⁴.

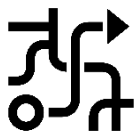
³⁴ REQUERIMENTO dos indígenas do Saco dos Aramaris dirigido ao Barão da Torre, no qual solicita apoio na defesa de suas terras (anexo ao documento 6). BN – Manuscritos: II – 33, 32, 50.



Embora inserida no contexto das lutas dos novos tempos constitucionais, a petição dos indígenas de Aramari expressa, tanto em sua retórica quanto em suas demandas, elementos da cultura política do Antigo Regime, especialmente a lógica da relação entre serviço e mercê, apropriada por esses grupos desde o início da colonização. A novidade reside no próprio contexto histórico: o desfecho da guerra de independência configurou-se como mais um momento de afirmação da fidelidade ao monarca — a exemplo do que ocorrera no século XVII, durante as guerras contra os holandeses — e de reatualização dos pactos de reciprocidade construídos ao longo do tempo. Ainda que não tenha sido possível identificar o resultado desse pleito, o fato de os indígenas de Aramari colocarem a questão da terra no centro de sua reivindicação revela, de forma precoce, um elemento fundamental: a terra constituía a pedra angular do edifício de cidadania que essas populações buscavam construir no contexto de formação da nova nação. Nesse sentido, a própria existência dessa petição evidencia que os indígenas não atuaram como meros instrumentos da guerra, mas como sujeitos que nela projetaram expectativas, negociaram interesses e disputaram ativamente seus próprios espaços políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz das evidências mobilizadas ao longo deste artigo, torna-se possível afirmar que a participação indígena na guerra de independência na Bahia esteve longe de ser episódica, residual ou passiva. Inseridos na longa duração das experiências coloniais, esses grupos foram incorporados ao conflito não apenas pela conjuntura aberta em 1822, mas também por uma tradição bélica consolidada, pelas normas legais que regulavam seu serviço militar e pelos acordos políticos que historicamente mediavam suas relações com o poder colonial e, posteriormente, com as autoridades patriotas. Tal inserção explica, em grande medida, a capilaridade de sua presença nos diversos cenários da guerra: ainda que de forma dispersa e, muitas vezes, minoritária em termos numéricos, os indígenas estiveram efetivamente presentes em todos os principais campos de conflito, do Recôncavo aos teatros mais distantes da província, atuando tanto nas frentes de combate quanto nas estratégias de defesa,



abastecimento e bloqueio que sustentaram o cerco a Salvador. Mais do que isso, a análise das formas de recrutamento, das trajetórias das tropas e, sobretudo, das iniciativas políticas protagonizadas pelos próprios indígenas — como negociações por gratificações, pedidos de dispensa e petições por direitos — evidencia que esses sujeitos não participaram de uma suposta “guerra de brancos” como meros instrumentos ou massa de manobra. Ao contrário, fizeram da guerra um espaço privilegiado de ação política, no qual mobilizaram repertórios herdados do Antigo Regime, como a lógica de serviços e mercês, para negociar vantagens, reafirmar direitos e projetar expectativas quanto ao seu lugar na nova ordem que emergia com a independência. Nesse sentido, a guerra deve ser compreendida também como um momento de rearticulação das políticas indígenas, no qual essas populações atuaram de forma consciente e estratégica, buscando não apenas contribuir para o desfecho do conflito, mas, sobretudo, garantir a preservação e a ampliação de suas prerrogativas no processo de formação do Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

AIRES DE CASAL, Manuel. *Corografia Brasílica*: ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

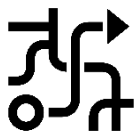
ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. *A Batalha de Pirajá*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios*: um projeto de «civilização» do século XVIII. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

AMARAL, Braz do. *História da Independência na Bahia*. 2 ed. Salvador: Progresso, 1957.

AMARAL, Braz. *A ação da Bahia na obra da independência nacional*. Imprensa Oficial do Estado, 1923.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: EdUnesp, 1998.



CANCELA, Francisco. João Francisco de Souza e Lourenço Borges Justiniano: Duas Lideranças Indígenas Na Construção Do Brasil Independente (Bahia, 1822 - 1833). *História e Cultura*, v. 13, p. 336-361, 2024.

CANCELA, Francisco. *Os índios e a colonização na antiga capitania de Porto Seguro: políticas indigenistas e políticas indígenas no tempo do diretório pombalino*. Jundiá: Paco, 2018.

CANCELA, Francisco. Pela “Santa Causa do Brasil” e contra a “imprudência, o despotismo e a violência dos ouvidores”: a atuação dos índios no contexto da construção do Brasil independente (Vila Verde - Bahia, 1822-1830). *Revista Brasileira de História*, v. 42, n. 42(91), set. 2022.

CANCELA, Francisco. *Povos indígenas, a independência e a formação do estado Brasileiro: documentos da história indígena e do indigenismo na Bahia (1821-1836)*. 1. ed. Curitiba: CRV, 2023.

CALMON, Pedro. Ladislau dos Santos Titara. In: TITARA, Ladislau dos Santos. *Paraguassu*. Epopeia da guerra da independência na Bahia. Salvador: Editora Revista dos Tribunais, 1973.

CARVALHO, Maria Rosário de. “Índios do sul e extremo sul baianos: reprodução demográfica e relações interétnicas”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011.

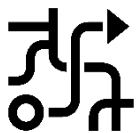
COSTA, João Paulo Peixoto. *Na Lei e na Guerra: Políticas Indígenas e Indigenistas no Ceará (1789-1845)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2016.

DANTAS, Mariana A. Indígenas na independência em Pernambuco: atualização política e Estado nacional. In: MOREIRA, Vania *et all.* (org.). *Povos indígenas, independência e muitas histórias: repensando o Brasil no século XIX*. Curitiba: CRV, 2022.

GARCIA, Elisa. *As Diversas Formas de Ser Índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

GARCIA, Elisa. Trocas, guerras e alianças na formação da sociedade colonial. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Brasil colonial, 1443-1580*. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GUERRA FILHO, Sérgio. *O Povo e a Guerra: Participação das Camadas Populares nas Lutas pela Independência do Brasil na Bahia*. (Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA, 2004.



KRAAY, Hendrik. “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos: o recrutamento de escravos na guerra da Independência na Bahia”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.22, n.43, p.109-126, 2002.

KRAAY, Hendrik. Muralhas da Independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-1825). In: MALERBA, Jurandir (org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese (Livre Docência) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP), 2001.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Reinventando a autonomia: liberdade, propriedade, autogoverno e novas identidades indígenas na capitania do Espírito Santo, 1535-1822*. São Paulo: FFLCH Humanitas, 2019.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.

PEREIRA, Manoel Passos. *O processo de Independência do Brasil no Recôncavo da Bahia: política, guerra e cultura, 1820 a 1823*. Salvador: EDUFBA, 2021.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, FAPESP, 1992.

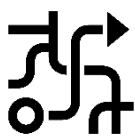
PIMENTA, João Paulo; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *Dicionário da Independência do Brasil: história, memória e historiografia*. São Paulo: EDUSP; Publicações BBM, 2022.

REBOUÇAS, Antonio Pereira. Recordações da vida patriótica do ad vogado Rebouças: compreendida nos acontecimentos políticos de feve reiro de 1821 a setembro de 1822; de abril a outubro de 1831; de feverei ro de 1832 e de novembro de 1837 a março de 1838. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1879.

REGO, André de Almeida. *Cabilda de Facinorosos Moradores: uma reflexão sobre a revolta dos índios da Pedra Branca de 1834*. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA), 2009.

RIBEIRO, Elisa de Moura. Jacaré, Bartolomeu. In: PIMENTA, João Paulo; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *Dicionário da Independência do Brasil: história, memória e historiografia*. São Paulo: EDUSP; Publicações BBM, 2022.

SILVA PINTO, L. M. da. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de



Silva, 1832.

SOUZA FILHO, A. R. de. *A Guerra de independência na Bahia*: manifestações políticas e violência na formação do Estado Nacional (Rio de Contas e Caetité). 2003. 170f. Dissertação (Mestrado em História) – Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2003.

SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro; SOUZA, Maria Aparecida Silva de. *A Independência do Brasil na Bahia: dimensões políticas e conflitos (1821-1823)*. In: LEAL, Maria das Graças; SOUSA, Avanete Pereira (org). *Capítulos de história da Bahia: Independência*. Salvador: ALBA/EDUNEB, 2017.

SPIX; MARTIUS. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Tradução: Lúcia Furquim Lahmeyer. Brasília: Edições do Senado Federal, 2017.

TAVARES, Luís Henrique. *A Independência do Brasil na Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

TITARA, Ladislau dos Santos. *Paraguassu*. Epopeia da guerra da independência na Bahia. Salvador: Editora Revista dos Tribunais, 1973.

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Vol. 2. Salvador: Editora Itapuã, 1969.

WIED, Maximilian. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1989.

WISIAK, Thomas. Itinerário da Bahia na Independência do Brasil (1821 – 1823). In: JANCÓS, István (Org.) *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: FAPESP / HUCITEC. 2005.

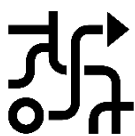
FONTES

CARTA do coronel Joaquim Pires de Carvalho informando a desistência do soldado Bartolomeu de servir no 1º Regimento de Linha. Fundação Biblioteca Nacional: manuscritos: I – 01, 02, 012.

CÓPIA da ata da Câmara da vila de Valença, comarca dos Ilhéus, sobre as pessoas que mais se distinguiram na causa da Independência do Brasil. APEB, Maço 1452.

CÓPIA da ordem do Concelho Interino de Governo emitida aos capitães-mores da Bahia para que recrutem o maior número possível de ordenanças. Cachoeira, 13 de abril de 1823. In: REBOUÇAS, Antônio Pereira. *Recordações patrióticas*. Salvador: ALBA, 2023.

LISTA da guarda militar do Destacamento dos Arcos, em 10 de fevereiro de 1814. Fundação Biblioteca Nacional, manuscritos: II – 33, 21, 105.



MAPA popular da freguesia de Nossa Senhora da Pena de Porto Seguro, elaborado pelo padre José Tibúrcio de Santana. APEB - Religião, 1824-1846. Maço: 5212.

MAPPA geral da tropa paga e miliciania da guarnição da capitania de Bahia. Bahia, 01 de julho de 1804. AHU_ACL_CU_005, Cx. 132, Doc. 26047.

OFÍCIO da Câmara de Mirandela no qual relata a participação dos moradores da Vila na guerra e indica aqueles que mais se destacaram, datado de 8 de novembro de 1823. APEB – BR BAAPEB CIBB-COR-012-104.

OFÍCIO da Câmara do Prado relatando e se queixando sobre os acontecimentos ocorridos no último dia do mês de janeiro, quando uma tropa da Comarca de Porto Seguro amanheceu na praça daquela Vila e realizou uma série de procedimentos, em 23 de maio de 1823. APEB – BR_BAAPEB_CIBB_COR_003_143.

OFÍCIO da Comissão Militar de Porto Seguro no qual se comunica rebelião dos índios de Trancoso, com data de 10 de dezembro de 1822. BN - Manuscritos: I - 31, 6 - 7.

OFÍCIO de Francisco Gomes Brandão Montezuma, Secretário do Conselho Interino de Governo, ordenando ao Sargento Mor Comandante do Batalhão Cachoeirense regresso dos índios ao Batalhão de Caçadores Voluntários. APEB - BR BAAPB CIBB COR 027/42.

OFÍCIO de Salvador Pereira da Costa, Coronel Comandante interino, ao secretário do conselho de governo, no qual transmite informações sobre o recrutamento de indígenas, especialmente da aldeia de Santo Antônio. BN – Manuscritos, cotação: I – 31, 06, 001.

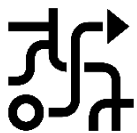
OFÍCIO de Salvador Pereira da Costa, Coronel Comandante interino, ao secretário do conselho de governo, no qual transmite informações sobre o recrutamento de indígenas, especialmente da aldeia de Santo Antônio. BN – Manuscritos, cotação: I – 31, 06, 001.

OFÍCIO do comandante do Quartel de Itapuã Felisberto Gomes Caldeira solicitando suprimento de farinha para alimentar a tropa, em 09 de novembro de 1822. APEB – Seção Colonial – Dossiê sobre a independência, livro 001.

OFÍCIO do Conselho Interino de Governo para José Bonifácio no qual relata os diversos erros do general Labatut. Fundação Biblioteca Nacional - Manuscritos: 31, 10, 112.

OFÍCIO do ouvidor da comarca de Ilhéus informando ao Secretário da Guerra e Marinha que expediu as ordens recebidas ao Capitão Mor dos Índios da Vila de Santarém. Santarém, 21 de agosto de 1821. APEB – BR BAAPB CIBB COR 009/86.

OFÍCIO do sargento-mor comandante José Antônio da Silva Castro ao Conselho Interino de Governo no qual solicita pagamento dos indígenas de Pedra Branca



incorporados em seu batalhão, datado de 29 de abril de 1823. BN – Manuscritos: I – 31, 06, 001.

PLANO do Conselho Interino de Governo da Bahia. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador, n. 6, 1895.

PORTARIA do Conselho Interino de Governo ao Capitão-mor dos Índios da Vila de Santarém, datada de 04 de novembro de 1822. BN – Manuscritos: 9, 2 30.

PORTARIA do Conselho Interino de Governo dirigida ao Alferes Gonçalo Gomes da Silva na qual determina a prisão do frei José de Santa Gertrudes, com data de 14 de janeiro de 1823. BN – Manuscritos: 7, 2, 26.

PORTARIA do Conselho Interino de Governo dirigida ao Coronel Salvador Pereira da Costa, na qual determina recrutar trinta indígenas da Aldeia de Santo Antônio, com data de 13 de novembro de 1822. BN - Manuscritos: 9, 2, 30.

PORTARIA do Conselho Interino dirigida ao Comandante José Antônio da Silva Castro, na qual comunica acordo realizado com os indígenas de Pedra Branca quanto ao pagamento dos seus serviços militares. APEB – BR_BAAPEB_CIBB_COR_025_006.

PORTARIA do Governo Provisório ao Capitão-mor dos Índios de Santarém, datada de 02 de janeiro de 1823. BN – Manuscritos: 7, 2, 26.

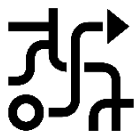
RELAÇÃO de indígenas da Aldeia de Santo Antônio escolhidos para o serviço militar na guerra, sem data e anexo ao documento 9. BN – Manuscritos, cotação: I – 31, 06, 001.

RELATÓRIO do tenente Manoel Álvares do Nascimento para o coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, no qual informa os sucessos em Pirajá e as deficiências em relação ao tratamento dos feridos, datado de 23 de outubro de 1822. APEB – Série Independência, livro 001.

REPRESENTAÇÃO da Câmara da Vila Verde na qual informa a Aclamação do Imperador d. Pedro e solicita nomeação de Manoel Fernandes Sampaio no cargo de diretor e escrivão, datada de 24 de novembro de 1822. BN – Manuscritos: II – 34, 6, 25.

REQUERIMENTO de Caetano Ferreira Borges no qual solicita ao Conselho Interino de Governo a proteção e providência em relação à determinação que lhe foi dada para custear as despesas das tropas de portugueses e indígenas com seus próprios bens. APEB – CIBB - BR BAAPEB CIBB-COR-003-51.

REQUERIMENTO dos indígenas de Pedra Branca dirigido ao Conselho Interino de Governo no qual reivindicam dispensa do serviço militar e pagamento de gratificação para socorro de suas famílias. APEB - BR BAAPB CIBB COR 019/75.



REQUERIMENTO dos indígenas do Saco dos Aramaris dirigido ao Barão da Torre, no qual solicita apoio na defesa de suas terras (anexo ao documento 6). BN – Manuscritos: II – 33, 32, 50.

Recebido em: 20/03/2026

Aprovado em: 01/06/2026



GUERRA E NARRATIVA: REPENSANDO O PROTAGONISMO POTIGUAR, CAETÉ E TABAJARA E A CONQUISTA DAS CAPITANIAS DO NORTE DO ESTADO DO BRASIL NO SÉCULO XVI

WAR AND NARRATIVE: RETHINKING THE POTIGUAR, CAETÉ AND TABAJARA PROTAGONISM AND THE CONQUEST OF THE NORTHERN CAPTAINCIES OF THE STATE OF BRAZIL IN THE SIXTEENTH CENTURY

SILVA, Kalina Vanderlei *

<https://orcid.org/0000-0002-8370-1894>

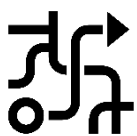
RESUMO: Buscamos aqui revisitar fontes coloniais que embasam os discursos historiográficos acerca dos papéis indígenas nas guerras da dita conquista das Américas, investigando a construção de uma narrativa linear e retrospectiva de eventos que apresentam os atores sociais indígenas como meros coadjuvantes de sua própria história. Partimos de uma análise narratológica, discursiva e indiciária, além das premissas da *New Conquest History* (NCH) e da Nova História Indígena (NHI), para questionarmos o contexto de produção e a estrutura de narrativas que estabelecem cenas, papéis e personagens em relatos da dita conquista das capitanias de Pernambuco e Paraíba, que apresentam como protagonistas apenas os europeus, em cadeias de eventos que seguem uma linearidade teleológica segundo a qual apenas um desfecho seria possível: a vitória europeia sobre indígenas sem agência. Ao questionarmos essas narrativas, buscamos nelas também os indícios da ação política e militar indígena na costa nordeste da América portuguesa quinhentista. Levantamos, ainda, questões sobre conceitos como conquista e protagonismo em fontes canônicas para a História Colonial, como a *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador e a obra de compiladores oitocentistas, como Pereira da Costa, tentando, na esteira desses questionamentos, juntar fragmentos para a construção de uma história político-militar dos Caeté, Potiguar e Tabajara no momento da invasão europeia.

PALAVRAS-CHAVE: Tupi; Guerra; Narratologia

ABSTRACT: This paper seeks to revisit colonial sources that support the discourses about indigenous roles in the wars of the so-called conquest of the Americas, investigating the construction of a linear and retrospective narrative of events that presents indigenous people as mere supporting actors of their own history. It starts from a narratological, discursive and indiciary analysis, and from the premises of *New Conquest History* (NCH) and New Indigenous History (NHI), to question the context of production and the structure of narratives that established scenes, roles and characters in accounts of the so-called conquest of the captaincies of Pernambuco and Paraíba, accounts that present as protagonists only the Europeans in a chains of events that follow a teleological linearity according to which only one outcome would be possible: the European victory over indigenous people without agency. By questioning these narratives, the paper also seeks evidence of indigenous political and military action on the northeast coast of sixteenth-century Portuguese America. It also raises questions about concepts such as conquest and protagonism in canonical sources for Colonial History such as the *History of Brazil* by Frei Vicente do Salvador and the work of nineteenth-century historians such as Pereira da Costa, trying, in the wake of these questions, to gather fragments for the construction of a political-military history of the Caeté, Potiguar and Tabajara at the time of the European invasion.

KEYWORDS: Native Americans; War; Narratology.

* Professora Associada da Universidade de Pernambuco, Livre-Docente pela Universidade de Pernambuco, Pós-Doutora pela Universidad de Salamanca, Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista de Produtividade do CNPq. Coordenadora do GEHSCAL-UPE e Kmikyá-Histórias Indignas (@kmaikyá). Email: kalina.silva@upe.br. Pesquisa financiada pelo CNPq.



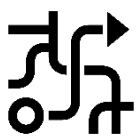
INTRODUÇÃO:

Quando falamos de Conquista em relação à historiografia brasileira, em geral, falamos de uma das seguintes abordagens: a história da invasão dos territórios que depois passaram a constituir a América espanhola (Romano, 1973; Bruit, 1992; Santos, 2014); a história da expansão da colonização pelos sertões, tanto das capitanias do norte, quanto de Minas ou da Amazônia (Ivo, 2005; Rezende, 2006; Carrara, 2007; Rocha, 2016; Silva, 2020c; Silva, 2023b); ou ainda a da invasão patrocinada pela Companhia de Comércio das Índias Ocidentais, a WIC (Mello, 2009). Em diálogo com essas abordagens, em torno de alguns territórios foram construídas narrativas específicas, principalmente de luta luso-americana contra invasores europeus e seus aliados indígenas: caso da Paraíba, com sua história estabelecida, desde uma historiografia nativista oitocentista, como uma de conquista contra os franceses e, em menor escala, os Potiguar (Brito, 2020).

Nesse sentido, a ‘conquista’, quando vista pela historiografia brasileira, ocupa nichos narrativos específicos. Nichos, por sua vez, que estabeleceram papéis definidos e subordinados, para os atores sociais indígenas, pois, como diz Maria Regina Celestino de Almeida (2017):

As narrativas de conquista e colonização enalteciam a ação heroica e desbravadora dos portugueses, enquanto os índios pareciam ser facilmente vencidos, catequizados e transformados por eles. Nos anos 1960 e 1970, uma historiografia de base marxista, propulsora da chamada história dos vencidos, criticava essas abordagens com denúncias sobre as atrocidades cometidas contra os índios. Desconstruíam o caráter heroico dos nossos colonizadores, porém mantinham a perspectiva anterior de supervalorização de seu desempenho, na medida em que consideravam os índios como vítimas incapazes de agir diante da violência de um sistema no qual não tinham outra alternativa a não ser a fuga, a morte pela rebeldia ou a submissão aos dominadores. A mensagem subjacente em narrativas como essas, nas quais um grupo, na condição de herói ou de vilão, vencia, dominava e anulava o outro enquanto agente social, parece bem clara na afirmação da superioridade de uns sobre os outros.

Assim, a História das conquistas americanas se acostumou a retirar dos indígenas qualquer protagonismo, quando não qualquer agência, formulada a partir de um discurso que em muito ultrapassava os limites da historiografia brasileira, como a crítica de Mathew Restall (2022, p. VII) deixa claro:



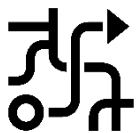
Historians have for too long slavishly followed Francisco Lopez de Gomara's labeling of the war as la Conquista de Mexico, thereby perpetuating his propaganda, turning his deliberate disinformation into fact. (...) That war was a complex and conflicting set of efforts by dominant *altepemeh*, or city-states, to rebalance power in Mexico's central valleys, using Spanish invaders as allies. We take the wrong interpretive path the minute we refer to it as the Conquest of Mexico.

Ou seja, Restall olha de forma crítica para a narrativa historiográfica ocidental como um todo, especificamente aquela voltada para a conquista ibérica sobre indígenas mesoamericanos, observando como ela se estrutura como um processo linear e teleologicamente definido a favor dos europeus, baseada em fontes que eram pouco mais do que discursos propagandísticos dos ‘conquistadores’. Acreditamos que tal crítica se encaixa perfeitamente quando aplicada às ditas conquistas das capitanias do norte do Estado do Brasil no século XVI que, de um processo complexo de conflitos indígenas, foram transformadas pelas crônicas coloniais (e pela narrativa oficial da História do Brasil oitocentista) em uma série de eventos onde a agência estava apenas com os invasores e nos quais os personagens indígenas eram meros coadjuvantes.

Logo, pensando Caeté, Potiguar e Tabajara,¹ senhores do litoral desse território, como protagonistas de guerras onde os invasores europeus eram entendidos como recursos adicionais a sua cultura bélica, nos pomos a questionar os escritos de Frei Vicente do Salvador ([1627] 2010), o *Sumário das Armadas* ([1585] 1996) e o relatório de Gabriel Soares de Souza ([1587] 2000) em busca de pistas das motivações desses agentes que sirvam de subsídio para a construção de uma versão diferente da história tupi; uma que contradiga o discurso dos ‘aliados nativos’, construído e difundido a partir desses textos coloniais (Meira, 2020, p. 16).

Para tanto, organizamos este trabalho em torno de duas questões: a primeira examina a forma como os cronistas, que contaram eventos que tinham os Caeté, Potiguar e Tabajara como personagens, estruturaram suas histórias de forma a apresentá-los como coadjuvantes. Para isso, seguimos as propostas da narratologia que “se preocupa com as estruturas linguísticas de organização da narração” (Silva, 2011, p. 17) e que investiga a relação entre forma e conteúdo, discurso e história das

¹ Empregamos aqui a *Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais* (1953) para a grafia de etnônimos, que estabelece: os etnônimos devem ser grafados com maiúsculas, a não ser quando empregados como adjetivos e não flexionam gênero ou número.

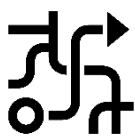


narrativas (Fonseca, 2019, p. 21); e dialogamos com a Análise de Discurso, segundo Eni Orlandi (1990, p. 18), que busca o que é omitido e as formas como os fatos são relatados, para dissecar as configurações coloniais de narrar que, apesar de diminuir a presença indígena, deixam pistas suficientes para nos mostrar que essa presença existia em tais eventos.

No segundo eixo, buscamos a agência e o protagonismo bélico dos atores sociais indígenas a partir dos fragmentos de sua ação que sobreviveram ao silenciamento e à própria estrutura das narrativas. Partindo, então, dos conceitos de protagonismo e agência (Silva, 2019),² indagamos às fontes sobre táticas e estratégias políticas e militares desenhadas por Caeté, Potiguar e Tabajara nos conflitos ditos de conquista.

Tal coleta de fragmentos começa por considerar a natureza dos relatos coloniais que nos servem de fontes. Iniciando pela *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador. Escrita nas primeiras décadas do século XVII, essa narrativa apenas foi organizada, publicada e estudada pelos historiadores na segunda metade do século XIX, como parte do projeto de construção de uma História do Brasil oficial e sancionada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) (Andrade, 2004, p. 52-53, 788-79; Nascimento, 2019). A partir daí, a *História* de Frei Vicente passou a exercer grande influência em forma, conteúdo, cronologia, temas e personagens da versão inventada pelo IHGB: de sua definição de eventos considerados importantes a sua escolha de personagens a serem inseridos nesse enredo. Da mesma forma, também o tratado de Gabriel Soares de Souza, escrito em 1587 para convencer a Corte espanhola das potencialidades exploratórias da América portuguesa, só veio à tona no contexto do IHGB (Raminelli, 2008, p. 47-50).

² Trabalhamos com o conceito de protagonismo indígena, entendido como a busca pelas ações e reações de atores indígenas às políticas coloniais e sua influência nos rumos gerais dos processos históricos, segundo principalmente, mas não exclusivamente, Maria Regina Celestino de Almeida e João Pacheco de Oliveira (2016) e Santos e Felipe (2016). Já para agência, trabalhamos com Sherry Ortner (2007, p. 47) para quem agência é um fenômeno que intercala atuação individual e determinações sociais, onde a ação de sujeitos históricos é definida tanto por sua ação individual quanto pelo quadro dialético de redes de solidariedades e situações de competição que o envolvem.



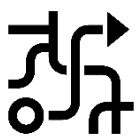
Além disso, esses textos foram elaborados muito depois dos eventos narrados, sob a influência de uma visão retrospectiva dos mesmos, baseados, inclusive, em relatos de terceiros. Apenas o *Sumario das Armadas*, dentre as crônicas aqui observadas, pode ser entendido como elaborado no ‘calor’ dos eventos. Escrito por missionários jesuítas que acompanharam as jornadas militares na Paraíba entre 1584 e 1587, o *Sumário* é um documento complexo em narrativa, escrito por várias mãos, perpassado pelo discurso jesuíta em defesa de sua missão e que foi construído para ser circulado anonimamente, tendo, inclusive, sido citado por Frei Vicente (Batista, 2012, p. 14-15).

Por outro lado, seguindo a linha do IHGB, também os institutos históricos regionais se esmeraram em elaborar uma linearidade para suas próprias províncias. É nesse contexto que se insere o historiador pernambucano Francisco Augusto Pereira da Costa que, ligado ao Instituto Arqueológico, Histórico Geográfico de Pernambuco (IAHGP), foi autor de uma monumental obra de compilação de fontes sobre a história dessa capitania, os *Anais Pernambucanos* (Teixeira, 2011). Em seus dez volumes, escritos nas últimas décadas do século XIX e publicados a partir de 1923, Costa reorganizou narrativas coloniais e reproduziu discursos, tais como o do ‘aliado nativo’, que exerceram um grande impacto na historiografia pernambucana que lhe sucedeu e que basicamente o usa como uma fonte primária (Teixeira, 2011).

Assim, quando Pereira da Costa ([1923] 1985, vol. 1, p. 413) diz, sobre as campanhas da dita conquista dos Potiguar, que:

De Pernambuco foram Francisco de Caldas, que serviu de provedor da fazenda, e Gaspar Dias de Ataíde, com muitos soldados, ao rio de S. Francisco, e ajudando-se Braço de Peixe, que era um grande principal dos Tabajaras e da sua gente, que era muito esforçada e guerreira, entraram muitas léguas pelo sertão, matando os que resistiam e cativando os mais.

Ele ilustra o tipo de formação discursiva que inspira nossos questionamentos, tanto narrativos quanto factuais: por um lado, ele define a ação como sendo desenhada e movida pelos portugueses, apenas “ajudados” pelo morubixaba tabajara, estabelecendo esse povo como os perfeitos vassalos, muito “esforçados”. Por outro lado, e a despeito de si mesma, sua descrição oferece pistas de que a ação não foi tão colonial assim, pois não apenas o morubixaba Braço de Peixe, cujo nome tupi era



Piragibe (Silva, 2020b, p. 01), foi mencionado, mas a afirmação de que a expedição entrou “muitas léguas pelo sertão” leva diretamente à dedução de que ela só foi possível com recurso a guias, tradutores e intermediários tupi, como já observado em trabalhos recentes (Silva, 2023a).

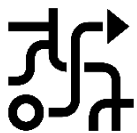
Nosso desafio aqui, então, é seguir essas pistas, tentando fugir às armadilhas de silenciamento que o discurso eurocêntrico impõe à própria forma narrativa, e alcançar a ação indígena em guerras de conquista que eram, pelo menos antes da devastação das epidemias, tão tupi quanto europeias.

DO QUE FALAMOS QUANDO DIZEMOS ‘CONQUISTA’? REVENDO CONCEITOS E REPENSANDO AS NARRATIVAS

No século XVI, o termo conquista começou a ser usado para atribuir heroicidade aos protagonistas ibéricos da invasão das Américas (Elliott, 1990, p. 128) em narrativas que deram ensejo a um discurso que sugeria, como Bruit (1992) já apontou, a existência de uma vitória político-militar completa sobre os indígenas que teria sido possível graças a uma apregoada superioridade militar europeia. Vitória completa e superioridade militar que não existiram, mas que das crônicas passaram para a historiografia.³

Esse discurso propagou também imagens de uma pretensa inferioridade tática e política indígenas ao afirmar que esses teriam sido usados politicamente por ‘inventivos’ europeus, sem consideração a suas motivações internas. Problematizando essa abordagem, Restall (2018, p. 24-25) critica a insistência, tanto das narrativas coloniais quanto da historiografia que delas surgiu, em perguntar ‘por que’ os mexicas teriam sido tão rapidamente conquistados por ‘tão poucos’ espanhóis. Para ele, a pergunta é tendenciosa por induzir à ideia errônea de que ‘poucos espanhóis’ teriam vencido facilmente milhares de mexicas. Além disso, ela também se baseia no que ele chama de cronologia corteziana dos eventos (ou seja, sob a

³ Essa ideia é defendida por autores de diferentes correntes, desde Ruggiero Romano (1973) até Jared Diamond (2017), passando por Tzvetan Todorov (2003).



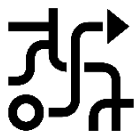
lógica do 'conquistador'), segundo a qual a instalação do Império espanhol na região teria sido inevitável após uma vitória 'total' contra os mesoamericanos.

Por isso, é importante ressaltar, como os autores da *New Conquest History* (NCH) fazem, que as fontes para tais narrativas foram construídas não durante os eventos narrados, mas posteriormente, quando a presença ibérica já era uma realidade concreta, assim como os escritos de Frei Vicente e de Soares de Souza. Observando a narrativa da dita conquista do México, Susan Schroeder (2007, p. 11) afirma que uma de suas principais fontes, a *História* organizada pelo Bispo Sahagún a partir de relatos nahuatl, na verdade apresenta a versão retrospectiva dos Tlateloca, inimigos seculares dos Mexicas e que culpavam estes pela queda de Tenochtitlán. Restall (2006) também mostra como os relatos indígenas que apresentavam Montecuzoma como um governante crédulo e débil, e que foram tomados como verdade por autores como Todorov, só foram escritos décadas após a morte desse imperador por relatores de uma sociedade mexicana em crise, que reinterpretaram as memórias coletivas sobre os eventos em questão a partir de seus próprios traumas. Já Eduardo Natalino dos Santos (2014, p. 231), criticando a aceitação que a historiografia ainda faz dessa visão retrospectiva das crônicas, afirma que:

Um anacronismo muito comum consiste em pensar que os grupos indígenas da primeira metade do século XVI sabiam, assim como nós, que olhamos retrospectivamente, o que ocorreria nas décadas posteriores, isto é, a progressiva diminuição de sua participação na organização política e a crescente exploração tributária e de mão de obra pelos castelhanos. Como seguramente não sabiam, a gama de variáveis levada em conta para tomarem suas decisões frente à nova ordem que se instaurava era outra e dela não faziam parte uma aliança pan-indígena para combater os minoritários castelhanos ou, tampouco, a visão de que todos estavam derrotados com a queda de México-Tenochtitlan.

Todas essas considerações certamente podem ser extrapoladas para a história tupi na conquista das capitanias do norte.⁴ De fato, as narrativas basilares para essa história – algumas das quais retrospectivas, outras baseadas em narradores

⁴ Por Capitanias do Norte entendemos, segundo Alveal e Dias (2020, p. 13): "uma conformação regional de limites econômicos e políticos, que abarcava os territórios ao Norte do Rio São Francisco até a Serra da Ibiapaba, limite do Estado do Brasil com o Estado do Grão Pará e Maranhão, ou seja, os territórios da comarca de Alagoas, como parte da Capitania de Pernambuco, além de Itamaracá (extinta apenas na década de 1760), Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará."

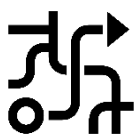


indígenas cujos saberes foram apropriados pelos cronistas (Silva, 2011, p. 12, 17) – apesar de sempre trazerem personagens indígenas, sempre os colocam como massa de manobra de comandantes europeus em enredos que apresentam visões muito lineares e dualistas da conquista, com conquistadores de um lado e vassalos e vencidos de outro, todos bem estabelecidos em seus papéis.

Sobre isso, Maria Regina Celestino de Almeida (2017, p. 23) já apontou como tais narrativas desenharam “heróis portugueses derrotando índios selvagens com o apoio de índios fiéis e submissos”, ao invés de “grupos étnicos e sociais distintos que lutavam e negociavam, cada qual procurando fazer valer seus interesses.” Nessa estrutura narrativa qualquer ação e decisão indígena desaparecia quando esses eram estabelecidos enquanto personagens secundários. Observando como essa representação foi consolidada na cronologia temática da História do Brasil, John Manuel Monteiro (1999, p. 237) percebeu que, para além dos eventos contados nos anos iniciais da colonização, a narrativa dessa história oficial apresenta os indígenas apenas pontualmente “como valentes auxiliares dos luso-brasileiros na guerra contra os holandeses, ou como vítimas dos excessos dos bandeirantes, ou, ainda, como os protegidos do magnânimo Rondon no início deste século.”

Esse é o discurso dos ‘aliados nativos’, no qual os indígenas são coadjuvantes sem agência, que perpassa também as histórias que apresentam os Tlaxcaltecas como tropas amorfas que agiam em obediência a lideranças europeias, compondo o grosso das forças espanholas invasoras sem interesses próprios (Oudijk, Restall, 2013); está presente também quando Frei Vicente estabelece os eventos da conquista das capitanias do norte, executados por donatários e governadores a partir da força de colonos armados e de contingentes de indígenas aliados. Exemplo disso é sua descrição de uma das campanhas contra os Potiguar, na qual o comandante de Itamaracá teria enviado, a serviço do donatário de Pernambuco, “trinta e cinco soldados brancos, e dois mil índios flecheiros”, entregando-os “para que os repartisse por onde visse serem necessários” (Salvador, ([1627] 2010), p. 216).

Frei Vicente escamoteia, nessa formação discursiva, qualquer interesse próprio desses dois mil flecheiros, que são descritos como meros objetos sem agência a serem “entregues” e “repartidos” por um comandante português a outro. Foi a partir



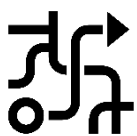
de sua *História* que as narrativas sobre as guerras coloniais passaram a incluir a presença do braço armado indígena, sempre apresentado como aliado à disposição dos comandantes luso-americanos (Fujimoto, 2016), em um discurso racionalizado, segundo a agenda do IHGB oitocentista, pela historiografia militar novecentista da qual a obra de Nelson Werneck Sodré (1968), *História Militar do Brasil*, é um bom exemplo.

No entanto, fugindo das armadilhas discursivas das crônicas coloniais, essas campanhas podem ser observadas, nessas mesmas crônicas, não como parte de um movimento inexorável de conquista europeia, mas como conflitos tupi entre diferentes inimigos tradicionais. Como propõe Meira (2020, p. 13), esses conflitos que os relatores quinhentistas interpretavam como de conquista portuguesa, eram, de fato, ações na expansão potiguar e tabajara que foram iniciadas bem antes da intrusão europeia.

DE QUEM FALAMOS QUANDO FALAMOS DE CAETÉ, POTIGUAR E TABAJARA? A CRIAÇÃO DOS TUPI ENQUANTO ALIADOS OU ADVERSÁRIOS

Nesse sentido, as campanhas que cronistas como Frei Vicente diziam serem de conquista ibérica (Salvador, ([1627] 2010), p. 69), antes de mais nada eram, em intenção e design, guerras entre os povos que passaram para a história como Caeté, Potiguar e Tabajara. Povos tupi que dominavam a região costeira entre a margem norte do rio São Francisco e as dunas do Rio Grande do Norte, sua estrutura política os confrontava, compondo uma rede tripla de inimizades tradicionais que era, inclusive, peça importante em suas identidades (Fernandes [1951] 2006; Cunha, Castro, 1985; Perrone-Moisés, 2000).

Mas, como todos os povos originários, sua história está perpassada não apenas por uma ausência de fontes próprias, mas pelas representações que em torno deles foram criadas pelas narrativas coloniais (e historiográficas) que lhes atribuíram papéis específicos: os Tabajara foram definidos como os aliados por excelência dos donatários de Pernambuco. Já os Caeté foram colocados como os inimigos essenciais, principalmente a partir de sua rejeição de qualquer acordo com europeus.

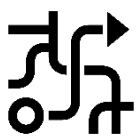


Aos Potiguar, por sua vez, foram dadas mais nuances, tendo passado de adversários que se haviam aliado aos franceses, a aliados tão valiosos que para eles foi criada uma tropa específica.

Os Tupi como um todo, também generalizados como Tupinambá, foram objeto de uma fetichização elaborada pelo Romantismo e pelos autores indianistas do IHGB, que criaram discursos historiográficos tecidos em torno da representação que hoje é definida como do “índio genérico”: personagem congelado em um passado idílico e caricaturizado a partir de elementos culturais tupi (Kayapó, 2023, p. 29). Só no século XX, o trabalho de Florestan Fernandes ([1951] 2006) abriu caminho para a observação mais acurada de sua história, seguido por antropólogos como Manuela Carneiro da Cunha (1992), Eduardo Viveiros de Castros (2017), Beatriz Perrone-Moises (2000) e Carlos Fausto (1992) que estudaram sua sociedade no século XVI e exerceram grande influência sobre a Nova História Indígena (NHI) e os historiadores que moldaram essa corrente, como Ronaldo Vainfas (1995), Ronald Raminelli (1996), John Monteiro (2001) e Maria Regina Celestino de Almeida (2003).

Quando recortamos desse conjunto aqueles estudos especificamente dedicados aos Caeté, Potiguar e Tabajara, entretanto, percebemos um desnivelamento. Os Potiguar, que de adversários ferrenhos da colonização portuguesa passaram à mão de obra militar prestigiada durante as guerras holandesas, foram objeto de muitos olhares: de Gonçalves de Mello (1954) e sua biografia de Felipe Camarão, até, já no século XXI, estudos sobre o ‘terço dos índios’ (Elias, 2005; Medeiros, 2011; Meira, 2020; Ferreira, 2022); sobre suas resistências e negociações frente ao avanço dos aldeamentos (Lopes, 2003; Silva, 2008); e sobre trajetórias de personagens como Antônio Paraupaba (Pereira, 2010; Cerno, 2013; Miranda, Xucuru-Kariri, Costa, 2024).

Enquanto isso, a própria existência independente dos Tabajara foi e é contestada, com Carlos Fausto (1992) afirmando que a palavra originalmente se referia aos inimigos tupi, seguido por Lígio Maia (2017) para quem ‘tabajara’ era um marcador de alteridade que se transformou em uma identidade própria daqueles migrados para a Serra do Ibiapaba, no Ceará. Já os estudos que focam o século XVII falam deles como uma identidade tupi específica, principalmente aqueles que se debruçam sobre sua atuação no ‘terço dos índios’ (Medeiros, 2005; Silva, 2008; Meira,



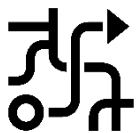
2020; Ferreira, 2022); sem falar de sua representação enquanto ‘aliados nativos’ ideais, construída por Pereira da Costa ([1923] 1985, vol 1, p. 311).

Os Caeté, por sua vez, foram estabelecidos narrativamente como os adversários principais dos primeiros colonos conquistadores desde Gabriel Soares de Souza ([1587], 2000), que os apresentou como o gentio “que tanto mal tem feito aos portugueses nesta costa”, enquanto Hans Staden ([1587] 2008, p. 28) relatava seus ataques aos assentamentos coloniais, apesar de frisar que esses se davam “por culpa dos portugueses”.

Staden, é claro, não compartilhava do sistema de valores ibérico-açucareiro que alimentou as representações sobre os Tupi reproduzidas por Soares de Souza, razão pela qual sua opinião dos Caeté foi na contramão daquela que se tornaria o discurso que os apresentava como os adversários a serem derrotados para que a ‘civilização do açúcar’ pudesse ser instalada. Discurso que foi consolidado por Pereira da Costa ([1923] 1985, vol. 1, p. 326), segundo quem os Caeté teriam movido “a mais terrível guerra contra a nascente e próspera colônia de Pernambuco”, o que teria motivado que contra eles fosse travada uma guerra sem acordos e levado a sua classificação como ‘extintos’.

Não falemos de extinção, todavia, porque os Caeté não estiveram ausentes dos aldeamentos e do processo etnogênico que se seguiu e transformou as sociedades indígenas da região: Wesley Silva (2022, p. 23-24) localiza-os em aldeamentos do litoral de Pernambuco, na segunda metade do século XVI, integrados aos Potiguar e aos Tabajara e considera que, assim como esses últimos, ‘Caeté’ também era uma designação externa ao povo. Igor Silva e Edson Silva (2024) também ponderam que o etnônimo ‘Caeté’ poderia ser em si uma generalização de vários povos residentes na Mata Sul de Pernambuco, enquanto Lígio Maia (2017, p. 230-231) revisita a hipótese levantada por Florestan Fernandes e Alfred Metraux de que os Tupinambá encontrados no Maranhão no fim do século XVI seriam uma reconfiguração de outros povos tupi, fugidos de Pernambuco, dentre os quais estavam os Caeté.

Seja como for, a imagem de inimigos principais dos portugueses justificou sua transformação em alvo de ‘guerras justas’ ordenadas por governadores como Mem de Sá (Silva, 2022, p. 44), o que aparece na descrição que Pereira da Costa ([1923]

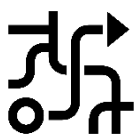


1985, vol. 1, p. 284-285) faz da vingança pela morte do Bispo Sardinha em 1556, executada pelo governo da Bahia contra os Caeté:

Não podendo os selvagens resistir ao embate de um considerável exército, dispondo de grossa artilharia, e de numerosas forças de infantaria e cavalaria, além de quase três mil índios flecheiros, aliados, viram eles inopinadamente invadidas e taladas as suas terras, destruídas as suas aldeias e lavouras, e por fim, depois de uma defesa heroica em combates e assédios, caem vencidos, custando-lhes a terrível campanha cerca de três mil mortes, e caindo prisioneiros e escravos quatro mil, que foram divididos pelos expedicionários como vantagens de guerra. (Costa, ([1923] 1985, vol. 1 p.32)

Nesse trecho, a narrativa da derrota dos Caeté aparece tecida a partir de um somatório de vários elementos do discurso da conquista: a ideia de uma conquista avassaladora de indígenas por europeus militarmente superiores; a ideia de uma superioridade tecnológica dos europeus; a inclusão de ‘aliados nativos’ numericamente superiores, mas sem protagonismo.

Essa propaganda inevitabilidade da vitória europeia aparece em formulações que afirmam que os “selvagens” não podiam resistir ao “considerável” exército colonial, negando deliberadamente que a principal força desse exército estava nos três mil flecheiros que o próprio autor afirma estarem presentes. Nessa negação, reproduz-se a representação da superioridade militar europeia por meio da menção a contingentes “numerosos” de cavalaria e infantaria e a uma “grossa artilharia”. Trata-se de um dos “mitos” favoritos da narrativa da conquista, segundo Restall (2006): aquele que atribui às armas de fogo e à cavalaria um caráter devastador para os indígenas, quando investigações históricas e arqueológicas têm demonstrado que, tanto do ponto de vista numérico quanto tático, armas de fogo e cavalos não exerceram o peso que a historiografia oitocentista e novecentista lhes atribuiu. Na verdade, o próprio Restall (2006, p. 233-240) fala das limitações dos cavalos e armas de fogo usadas pelos espanhóis, enquanto diversas outras pesquisas (Jones, 2017; Moro, Colveiro, 2018) têm mostrado como vários povos indígenas, dos Cheyene nas planícies norte-americanas aos charrua no sul das Américas, tornaram-se exímios criadores de cavalos e cavaleiros, sem falar nos trabalhos que mencionam os povos indígenas dos sertões das capitanias do norte dominando cavalos e armas de fogo (Santos Junior, 2008; Silva, 2020c).



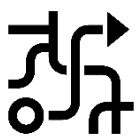
Voltando à narrativa de Pereira da Costa, vemos que, apesar de toda sua retórica em prol da superioridade colonial, ela ainda assim traz pistas para o que, de fato, provocou a derrota caeté: o enunciado que fala em 3 mil flecheiros aliados. Quem eram esses e quais suas motivações não é dito, já que o autor esperava que sua simples apresentação enquanto “aliados” fosse o suficiente para localizá-los na história, uma vez que não era sobre eles que queria escrever. Considerando, entretanto, o contexto político tupi que se desenrolava à revelia e anteriormente aos europeus, provavelmente eram os Tabajara.

Interessante que nas cartas de Duarte Coelho, primeiro donatário de Pernambuco, escritas entre as décadas de 1540 e 1580, quase nada foi dito que identificasse os povos da região, com exceção de uma fala sobre os ‘petiguares’ que, segundo ele, ocupavam toda a costa até o rio São Francisco (Mello, Albuquerque, 1967, p. 100). Somente no tratado de Gabriel Soares de Souza apareceram pela primeira vez as identificações de Caeté, Potiguar e Tabajara (Medeiros, 2005).

Assim, talvez todas essas identidades fossem mesmo posteriores ao contato, e nós pouco consigamos visualizar de sua fluidez identitária antes das primeiras leva da invasão europeia. Afinal, não poucas vezes, ao se referir aos povos dessas costas, Frei Vicente falou apenas no “gentio”, sem especificar quem: o “gentio” que foi desbaratado por Mem de Sá, o “gentio” que foi desbaratado por Duarte Coelho e a tal ponto “atemorizado” que “se deixavam amarrar dos brancos como se foram seus carneiros e ovelhas” (SALVADOR, [1627] 2010, p. 218). Discurso esse que foi apropriado pela historiografia e que séculos depois Bruit (1992, p. 15) descreveria como um que simplificava o processo de conquista, como “um vendaval que se abateu impiedosamente sobre povos ‘pusilânimes’, ‘medrosos’ e ‘pacíficos’.”

TABAJARA CONTRA POTIGUAR, TABAJARA CONTRA CAETÉ: GUERRA TUPI E APROPRIAÇÕES COLONIAIS:

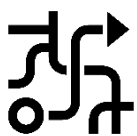
Mas, representações de derrotas e vassalagens à parte, o que as pistas nessas fontes nos dizem sobre os interesses tupi nos eventos que foram interpretados como conquista?



Através delas, conseguimos entrever, por exemplo, o quanto os morubixabas estiveram ativos na criação de estratégias para controlar seus territórios no século XVI, muito mais preocupados com seus inimigos tradicionais do que com os invasores precariamente estabelecidos, como Eduardo Natalino apontou em citação já analisada (Santos, 2014, p. 231). No *Sumário das Armadas* ([1585] 1996) vemos que, até pelo menos o final do século XVI – quando o tratado de paz assinado pelos Potiguar, em 1599, marcou sua redução a aldeamentos e o fim de sua autônoma política – os Tupi impuseram seus próprios interesses no campo de batalha e mesmo no formato assumido pelas alianças. Nele, por exemplo, apesar do protagonismo dado aos muitos comandantes luso-espanhóis citados, a ação de morubixabas aparece na criação de estratégias que são descritas como ora contrárias e ora favoráveis aos europeus.

Também Frei Vicente (Salvador, [1627] 2010, p. 352) cita morubixabas como Braço de Peixe, Assento de Pássaro, Pedra Verde, Mangue e Cardo Grande como comandantes de campanhas contra os Potiguar. Suas motivações podem ser encontradas naquilo que Eduardo Viveiros de Castros (2017, p. 225) chama de imperativo da vingança, melhor descrito pela afirmação de Soares de Souza ([1587] 2000, p. 320), segundo quem todos os “fundamentos” desses chefes eram fazer “guerra a seus contrários”. Nesse sentido, as alianças com os europeus eram uma estratégia a mais em uma guerra secular, especialmente no caso dos acordos por casamento entre os homens da família donatarial de Pernambuco e mulheres tabajara (MELLO; ALBUQUERQUE, 1967, p. 97-100). Caso em que os portugueses assumiam o papel de ‘parentes’ dentro de uma estrutura de poder que dependia do lugar das mulheres na sociedade tupi, como já bem detalhado por João Azevedo Fernandes (2016, p. 38). Dessa forma, como Manuela Carneiro da Cunha (2002, p. 07) já afirmou, eram os morubixabas que “pacificavam” os brancos.

E as pistas para sua ação e dos seus flecheiros, guias e tradutores nas campanhas ditas de conquista são várias: Frei Vicente fala das forças do tabajara Assento de Pássaro contra os Potiguar nas décadas de 1580 e 1590. Também fala das táticas de inteligência potiguar, baseadas em uma rede de informação que lhes permitia abandonar as aldeias antes da chegada das tropas coloniais (Salvador, [1627] 2010, p. 99). Descreve ainda os números de uma força colonial que adentrou



o território potiguar em 1597, com 188 colonos a pé e a cavalo e 820 flecheiros, entre Tabajara e Potiguar já aldeados, comandados por Piragibe, Assento de Pássaro, Pedra Verde, Mangue e Cardo Grande (Salvador, [1627] 2010, p. 104). Por outro lado, Frei Vicente também menciona “espias e corredores” indígenas atuando contra os Potiguar do Rio Grande do Norte em 1597, enquanto o *Sumário* cita os “línguas” (tradutores) empregados pelos luso-espanhóis como espiões junto às forças de Piragibe. Convém lembrar que os papéis de guia e tradutor frequentemente se sobreponham e que nem os indígenas nem as fontes coloniais parecem ter estabelecido distinções claras entre guias, tradutores, batedores e espiões. Contratados para “guiar” as expedições, esses agentes atuavam orientando e definindo rotas, intermediando mensagens e, em alguns casos, servindo como informantes (Oudjik, Restall, 2013, p. 24) e muitas vezes desempenhando papéis diplomáticos: caso, nos conflitos contra os Potiguar, dos comandantes coloniais negociando com Piragibe através do intermédio dos ‘línguas’.⁵

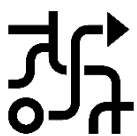
E é preciso ressaltar que a decisão de apoiar ou sabotar a expedição, por parte desses intermediários, poderia significar o sucesso ou fracasso da mesma (DIAS, 2013, p. 212).

Nesse cenário, o acordo firmado entre os chefes tabajara e os donatários de Pernambuco, que do ponto de vista dos colonos garantiu sua fixação e o aumento do número de engenhos no litoral, para os Tabajara foi apenas mais uma manobra contra seus inimigos tradicionais. De fato, apesar de Frei Vicente mencioná-los apenas como aliados “pacificados” dos donatários, sua descrição dos confrontos contra os Caeté apresenta indícios do quanto eles, na verdade, definiram o formato da guerra.

Isso transparece na descrição de um ataque, que o frei diz ter sido organizado por Jeronimo de Albuquerque, a uma ‘cerca’ inimiga no Cabo de Santo Agostinho, ocasião na qual Albuquerque teria se armado:

com os brancos, que pôde ajuntar, e mais de dez mil de estoutros índios, que para isto se lhe ofereceram de boa vontade, e como eram tantos, e os da cerca 600 flecheiros, com muita confiança remeteram a ela, e a acometeram por todas as partes, parecendo-lhes que já a tinham ganhada, mas os de dentro, como andavam mais resguardados, se defenderam, e os ofenderam

⁵ Para uma análise mais detalhada dos papéis de guias e tradutores no contexto da conquista do sertão ver Silva, 2023a.

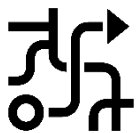


de modo matando e ferindo tantos, que foi forçado aos capitães, depois de muitas horas de peleja, mandá-los recolher para uma caçara, ou cerca de rama, que fizeram 25 braças afastada da dos contrários, e houve toda aquela noite grande jogo de pulhas, e bravatas de parte a parte, como costumam: dizendo, todavia, os contrários sempre que não o haviam com os brancos, antes queriam sua amizade, senão com os índios, e assim o mostraram o dia seguinte, porque estando os nossos portugueses, e índios muito descuidados, cuidando que não os viriam buscar, eles com um socorro de duzentos flecheiros, que lhes veio de outra aldeia, saíram com tanta pressa, e os cometeram com tanta fúria, que a muitos não deram lugar para tomar armas, e sem elas, e sem ordem alguma lançaram a fugir, tirado o capitão-mor Jerônimo de Albuquerque, que se foi retirando com os portugueses ordenadamente (....). (Salvador, [1627] 2010, p. 151)

Ressaltemos, nesse trecho, as várias pistas sobre as táticas tupi deixadas por Frei Vicente. A primeira delas está na descrição de como o donatário reuniu “os brancos, que pôde ajuntar”, além de mais dez mil flecheiros voluntários, para ir combater aqueles que presumimos serem os Caeté, deixando clara a preponderância numérica de guerreiros tupi sobre os europeus; por outro lado, também sugere um conflito entre os indígenas que já estava se desenrolando sem a interferência estrangeira, pois não apenas os ‘aliados’ haviam se voluntariado, como também os atacados afirmaram claramente que não tinham problemas “com os brancos, antes queriam sua amizade”, mas tinham problemas, sim, “com os índios”.

Por sua vez, a descrição da batalha que segue é elucidativa de como esse conflito, interpretado pelo cronista como conquista, foi, para os indígenas, mais uma guerra tupi: milhares de flecheiros, acompanhados pelos brancos, atacando “com muita confiança” a aldeia inimiga, defendida por 600 flecheiros; ataques-surpresa que constituíam a guerra móvel tupi; uso da flecharia como armamento principal; construção de paliçadas temporárias para auxiliar nos ataques; e uso do “jogo de pulhas”, isto é, insultos que o próprio narrador admite serem táticas costumeiras. Todos esses elementos integravam o conjunto tático da guerra tupi, que incluía também emboscadas e o uso de gases nocivos, como descreveram Staden ([1557] 2008, p. 29) e Léry ([1578] 1961, p. 149). Isso sem falar, é claro, de toda a logística de apoio que sustentava as tropas e que era fundamentalmente tupi: do fornecimento de farinha à definição das rotas de ataque.

Um conjunto tático que demonstra que, longe de superarem os europeus apenas em números, os Tupi exerciam pleno controle militar do campo de batalha a partir de



estratégias montadas com base em sua cultura político-militar, seu domínio tecnológico do ambiente e sua releitura de técnicas europeias.⁶

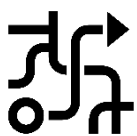
Na sequência, vemos como o contra-ataque dos defensores, que haviam recebido “socorro de duzentos flecheiros, que lhes veio de outra aldeia” colocou os atacantes em debandada, apesar de Frei Vicente, sempre preservando a dignidade portuguesa, afirmar que Albuquerque se retirara “ordenadamente” enquanto seus aliados indígenas teriam “sem ordem alguma” se lançado a fugir. Elementos retóricos que enfatizavam a civilidade dos europeus em contraste com uma dita selvageria indígena.

Entretanto, o fato de interpretarmos essa história contada por Frei Vicente como mais um episódio na guerra tabajara-caeté não significa que acreditemos que seu desfecho não tenha beneficiado consideravelmente os colonos, e que os próprios Tabajara, a médio prazo, não tenham perdido com ela. Pelo contrário, no entanto, é preciso considerar que, perdas e ganhos a médio e longo prazo não apagam as agendas específicas que movimentaram a montagem desses conflitos no momento em que ocorreram.

Se isso pode ser dito para a guerra tabajara-caeté, também pode ser dito para o conflito tabajara-potiguar narrado historiograficamente como a conquista da Paraíba (Silva, 2020a). Os fragmentos nos mostram que o grosso das tropas nesses eventos foi Tabajara, pelo menos até o acordo de paz com os próprios Potiguar, quando esses assumiram o papel principal: exemplo é a descrição no *Sumário das Armadas* ([1585] 1996) das forças que obtiveram a primeira grande vitória colonial contra os Potiguar, em 1584, e que contavam com cerca de mil homens, dos quais pelo menos quinhentos eram flecheiros tabajara; também a descrição de uma derrota colonial na qual teriam perecido 50 “brancos” e 400 “índios”.

Foquemos então o morubixaba Piragibe que os portugueses chamavam Braço de Peixe. Mencionado no *Sumário* e em Frei Vicente, Piragibe tem sua história repetida por Perera da Costa. No *Sumário* ele aparece como tendo se aliado aos colonos de Pernambuco – colocados pela narrativa, claro, no comando das

⁶ Para uma descrição mais detalhada das táticas tupi nas guerras tupi-coloniais de conquista da Paraíba e do Rio Grande do Norte, cf. Silva, 2020a.

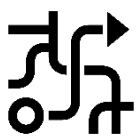


expedições – mas as pistas apontam como, de fato, era seu o controle da logística dessas: desde o fornecimento da ‘farinha de guerra’ que sustentava as tropas, produzida pelas mulheres tabajara, até o comando dos guias responsáveis por toda a inteligência usada para organizar as expedições (Silva, 2023).

Já Pereira da Costa ([1923] 1985, vol. 1) enfatizou como, após ter se aliado aos portugueses e “ajudado” a massacrar e escravizar aldeias potiguar, Piragibe e sua gente foi traído por seus pretensos aliados europeus. Descrevendo Piragibe como “ajudante” dos portugueses, Costa afirmou que, após as vitórias, os colonos decidiram escravizar não apenas os indígenas derrotados, mas também seus aliados tabajara. Em resposta, Piragibe montou uma estratégia que começava pela dissimulação: continuou a alimentar a expedição, mandando duzentos caçadores para providenciar o abastecimento da tropa (mostrando o quanto toda a logística dependia dos Tabajara) e fazendo, assim, os portugueses baixarem a guarda; ao mesmo tempo enviava secretamente mensageiros para pedir apoio a outro morubixaba, Assento de Pássaro, após o que:

e avisou os seus caçadores que estavam entre os brancos, que estivessem alerta na madrugada seguinte, para que, quando ouvissem o seu urro costumado, darem juntamente sobre os nossos, e lhe não escapar algum com vida. (Costa, ([1923] 1985, vol. 1 p. 413).

Tendo derrotado os brancos nessa emboscada, os Tabajara libertaram os cativos, abandonaram sua aliança com os portugueses e foram se unir a seus até então inimigos tradicionais, os Potiguar em uma aliança de pouca duração. Independente disso, o que vemos nesse relato de Pereira da Costa são as decisões dos morubixabas e seu controle dos eventos nos conflitos da dita conquista, eventos que se desenrolavam em seu território e nos quais os europeus, se certamente peças a serem consideradas, não desempenhavam de forma nenhuma o papel central incontestável. Por fim, vemos também o quanto essa narrativa historiográfica, fundadora da história da conquista de Pernambuco, repete o que Orlandi (1990, p. 15) definiu como discurso da descoberta, reproduzindo narrativa e representações elaboradas por Frei Vicente, que já em si copiava o *Sumario das Armadas*.



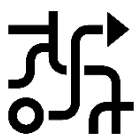
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Então, o que essas narrativas nos mostram, por trás de sua estrutura que definia os colonos como os conquistadores protagonistas, é que as vitórias obtidas pelos Tabajara no que eram, de fato, guerras tabajara contra Potiguar e Caeté, foram obliteradas pela estrutura discursiva de escritos que enfatizavam os sucessos portugueses.

Sugerimos que, não fossem as epidemias, os europeus teriam sido suplantados pelos indígenas. Apesar disso, quando nos debruçamos sobre as ditas guerras de conquista não enquanto fenômenos desenhados e comandados pelos europeus, mas como eventos que integravam o cenário político tupi, percebemos como esse foi gradativamente se transformando e fugindo ao controle indígena devido a fatores externos trazidos pelos invasores, que incluíam epidemias assim como a própria presença intrusiva de novos contendores políticos. No entanto, a palavra-chave aqui é ‘gradativamente’, pois a guerra colonial quinhentista foi, em si, uma guerra indígena em vários níveis (Fujimoto, 2016; Silva, 2020a), apesar de que, no discurso eurocêntrico que construiu a narrativa oficial da história da conquista, “a expansão colonial passou a ser confundida com a expansão territorial dos Tabajara pela região ao norte do rio Paraíba” (Meira, 2020, p. 13).

Logo, esse discurso de uma conquista europeia inevitável se tornou, com o projeto de História dos institutos históricos oitocentistas, um paradigma narrativo no qual as representações dos indígenas se fixaram entre uma imagem de aliado submisso, ou seja, o vassalo sem interesses próprios, e a de inimigo ‘selvagem’. Eni Orlandi (1990, p.15) já observou como os efeitos de sentido produzidos por tais discursos “até hoje marcam os indígenas com o selo de povos colonizados” e lhes negam historicidade, ajudando a ancorar, no imaginário brasileiro, representações marcadas por um olhar eurocêntrico e imperialista (Oliveira, 2015, p. 63).

Por fim, notamos que, ao questionarmos as narrativas coloniais em busca de seus tropos e das pistas da ação política tupi, apenas arranhamos a superfície de uma história político-militar dos Caeté, Potiguar e Tabajara no momento da invasão europeia; uma história que ainda precisa ser construída. Apesar disso, vemos indícios



dessa ação (e dessa história) nos acordos contra e a favor dos invasores travados por morubixabas como Piragibe. Não só nele, mas em todos os morubixabas nomeados no *Sumário das Armadas* e em Frei Vicente, além daqueles que não são nomeados, mas que assinaram alianças que terminaram lhes impondo aldeamentos e levaram a reconfigurações sociais, como aquelas orquestradas em torno do Terço dos Índios no século XVII.

REFERÊNCIAS

ALVEAL, Carmen; DIAS, Thiago Alves. Por uma história das Capitanias do Norte: questões conceituais e historiográficas sobre uma região colonial no Brasil. *Revista História Unicap*, v. 7, n. 13, 2020.

ALMEIDA, Maria Regina C. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*, v. 37, n. 75: 17-38. 2017.

ALMEIDA, Maria Regina C. *Metamorfoses Indígenas – identidade e Cultura nas Aldeias Coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV\FAPERJ, 2003.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de; OLIVEIRA, João Pacheco de. Prefácio. In: SOUZA, F. F.; WITTMANN, L. T.. *Protagonismo indígena na história*. Tubarão, SC; Erechim, RS, UFFS, 2016, pp. 07-14.

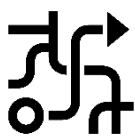
ANDRADE, Luiz Cristiano O. *A narrativa da vontade de Deus: a História do Brasil de frei Vicente do Salvador (c. 1630)*. Dissertação (mestrado em história social) UFRJ, RJ, 2004.

BATISTA, Adriel F. *O Sumário das Armadas: guerras, missão e estratégias discursivas na conquista da Paraíba*. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

BRITO, Sylvia Brandão Ramalho. *A conquista do rio ruim: a Paraíba na Monarquia Hispânica (1570-1630)*. Tese (Doutorado em História), Universidad de Salamanca. Salamanca, 2020.

BRUIT, Hector. O Visível e o Invisível na Conquista da América. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *América em Tempo de Conquista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, pp- 77-102.

CARRARA, A. A.. Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros. *Varia Historia*, 23(38), 574–596. 2007.



CASTRO, Eduardo V. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Ubu, 2017.

CERNO, L.; Obermeier, F.. Cartas de indígenas potiguaras de las Guerras Holandesas en el Brasil (1645-1646). *Corpus* [En línea], Vol 3, No 1, 2013.

CONVENÇÃO Para a Grafia dos Nomes Tribais. *Revista de Antropologia*, Vol. 2, No. 2 (DEZ 1954), pp. 150-152.

COSTA, F. A. Pereira da ([1923]. *Anais Pernambucanos*. Volume 01. Recife: Fundarpe. 1985.

CUNHA, Manuela C. da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CUNHA, Manuela C. da. Apresentação. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (orgs.). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Ed. UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CUNHA, Manuela C. da; CASTRO, Eduardo V. Vingança e temporalidade: os Tupinambá. *Journal de la Société des Américanistes*, 1985, Tome 71, pp.191-208.

DIAS, T. C. Contatos e Desacatos: Os Línguas na Fronteira entre Sociedade Colonizadora e Indígenas (1740 A 1889) - Goiás. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 205, 2013.

DIAMOND, Jared. *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. Rio de Janeiro: Record, 2017.

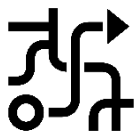
ELIAS, Juliana Lopes. *Militarização indígena na capitania de Pernambuco no século XVII: caso Camarão*. Tese (Doutorado em História) – UFPE, Recife, 2005.

ELLIOTT, John. La Conquista Española e las colonias de América. In: BETHELL, Leslie (org.). *Historia de América Latina. Vol. 1: La América Latina Colonial*. Barcelona: Cambridge Press\Editorial Critica, 1990. Pp. 125-169.

FAUSTO, Carlos. Fragmentos de História Tupinambá. In: CUNHA, Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, pp.381-396.

FERNANDES, Florestan [1951]. *A Função da Guerra na Sociedade Tupinambá*. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, João Azevedo. *De Cunhã A Mameluca: A Mulher Tupinambá e o Nascimento do Brasil*. João Pessoa: ed. UFPB, 2016.



FERREIRA, Douglas B. *Os governadores dos índios do Estado do Brasil: ascensão, consolidação e decadência (1630 - 1755)*. Tese (doutorado em História), UFMG, Belo Horizonte, 2022.

FONSECA, Keven Fongaro. *Uma introdução aos fundamentos da narratologia*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Cinema e Audiovisual) UFF, RJ, 2019.

FUJIMOTO, Juliana. *A Guerra Indígena como Guerra Colonial – As Representações e o Lugar da Belicosidade Indígena e da Antropofagia no Brasil Colonial (séculos XVI e XVII)*. Tese (Doutorado em História), USP, São Paulo, 2016.

IVO, Isnara Pereira. A conquista do sertão da Bahia no Século XVIII: mediação cultural e aventura de um preto forro no Império português. in: *Anais do II Simpósio Nacional Escravidão e mestiçagem*. Curitiba, 2005.

JONES, Karen. The story of Comanche: horsepower, heroism and the conquest of the American West. *War & Society*, v. 36, n. 3, p. 156-181, 2017.

KAYAPÓ, Edson. Conversas sobre povos indígenas, escola e o ensino da História. In: SOUZA, Rosemeire; RODRIGUES, Sonia (Orgs.). *Ensino de História Indígena na sala de aula: repensando práticas e metodologias*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023, p. 39–54.

LOPES, Fátima. Índios, Colonos e Missionários na Colonização da Capitania do Rio Grande do Norte. Natal: IHGRN, 2003.

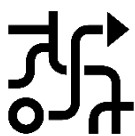
MAIA, Lício de Oliveira. Dissensão (e distinção) entre os Tupinambá Coloniais: deslocamentos e fluxos culturais. *Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, v. 14, n. 2, p. 227–241, 2017.

MEDEIROS, Ricardo. Concessão de títulos nobiliárquicos às lideranças indígenas na luta contra invasores estrangeiros e formação de uma elite militar nas capitanias do norte da América Portuguesa (sécs. XVII e XVIII). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, ANPUH, 2011

MEDEIROS, Ricardo. Memória Indígena, Arqueologia e Patrimônio Cultural: Reflexões Sobre a Presença Indígena. *Clío Arqueológica*, n. 18, 2005.

MEIRA, Jean Paul G. *A mobilidade social das lideranças indígenas Tabajara e Potiguar na Paraíba e demais capitanias do norte do Brasil (séculos XVI - XVIII)*. Tese (Doutorado em História), UFPA, Belém, 2020.

MELLO, Evaldo Cabral de. Imagens do Brasil holandês 1630-1654. *ARS (São Paulo)*, v. 7, n. 13, p. 160–171, 2009.



MELLO, José Antônio G. de. *D. Antônio Felipe Camarão, Capitão-mor dos índios da Costa do Nordeste do Brasil*. Recife: Universidade do Recife, 1954.

MIRANDA, Bruno F; XUCURU-KARIRI, Rafael; COSTA, Suzane L. Um Escrito Inédito do Indígena Antônio Paraupaba e o Ocaso das Relações Potiguaraneerlandesas (1654-1656). *Revista de História* (São Paulo), n. 183, p. a05724, 2024.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e Armadilhas: História e Resistências dos Índios. In: NOVAES, Adalberto. *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Pp. 237-249.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese de Livre Docência (Antropologia), UNICAMP, 2001.

MORO, Taciane; COLVERO, Ronaldo Bernadino. Etnocídio na Banda Oriental: A Resistência Étnica dos Charrua Perante a Colonização. *RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 4, 2018.

NASCIMENTO, Alan M. *História e Direitos Humanos: a construção de representações sobre os povos indígenas na historiografia brasileira*. Dissertação, UFPE, Recife, 2019

OLIVEIRA, Susane R. Ensino de História indígena: trabalhando com narrativas coloniais e representações sociais. In: PORTUGAL, A. R.; HURTADO, L. R.. *Representações Culturais da América Indígena*. São Paulo: UNESP/Cultura Acadêmica, 2015. Pp. 59-80.

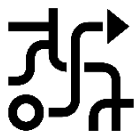
ORLANDI, Eni P. *Terra à vista, discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.

ORTNER, Sherry B. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, M; ECKERT, C; FRY, P. (org.). *Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 45-80.

OUDIJK, Michel R.; RESTALL, Matthew. Mesoamerican Conquistadors in the Sixteenth Century. In: MATTHEW, Laura E.; OUDIJ, Michel R. *Indian conquistadors: indigenous allies in the conquest of Mesoamerica*. Norman: University of Oklahoma Press, 2007. Pp. 28-64.

OUDIJK, Michel R.; RESTALL, Matthew. *Conquista de buenas palabras y de guerra: Una visión indígena de la Conquista*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2013.

PEREIRA, João Paulo C. R. Felipe Camarão, Pedro Poty e Antônio Paraupaba: as lideranças militares indígenas nas fontes holandesas. In: *Anais do XIV Encontro Estadual de História da Anpuh Seção Paraíba*. João Pessoa: ANPUH-PB, 2010.



PERRONE-MOISÉS, Beatriz. A Vida nas Aldeias dos Tupi da Costa. *Oceanos*. Lisboa n. 42, p. 8-20, abr./jun. 2000.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da Colonização: A representação de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996

RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas. Monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

RESTALL, Mathwell. *Sete Mitos da Conquista Espanhola*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RESTALL, Matthew. The Time Loop of Mexico's Conquests. In: VILLELLA, Peter; LOAEZA, Pablo García (eds). *Reinventions of the Conquest of Mexico*. Norman: University of Oklahoma Press, vii-xiv.

RESTALL, Matthew. *When Montezuma Met Cortés: The True Story of the Meeting that Changed History*. New York: Ecco, 2018.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

ROCHA, Vanessa Anelise Figueiredo da. *Missões Franciscanas como ferramenta da conquista dos sertões de Pernambuco (1659-1763)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2016.

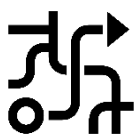
ROMANO, Ruggiero. *Os mecanismos da conquista colonial: os conquistadores*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.

SANTOS, Eduardo Natalino dos.. As conquistas de México-Tenochtitlan e da Nova Espanha. Guerras e alianças entre castelhanos, mexicas e tlaxcaltecas. *História Unisinos* 18(2):218-232, 2014.

SANTOS, Maria C. dos; FELIPPE, Guilherme G. (org.). *Protagonismo Ameríndio Ontem e Hoje*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SANTOS JÚNIOR, Valdecir. *Os índios Tapuias do Rio Grande do Norte: antepassados esquecidos*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2008.

SCHROEDER, Susan. Introduction: The Genre of Conquest Studies. In: MATTHEL, Laura E.; OUDJIK, Michel. *Indian Conquistadors: Indigenous Allies in the Conquest of Mesoamerica*. Norman: University of Oklahoma Press, 2007, pp. 05-27.



SILVA, Ana Paula. *Narradores Tupinambá e etnosaberes nas crônicas francesas do Rio de Janeiro (1555-78) e do Maranhão (1612-15)*. Dissertação (mestrado em Memória Social), UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Geisa. Teias de Alianças, Lealdade e Dependência: Tabajaras e Potiguares Aliados\Aldeados na Capitania de Pernambuco. *CLIO-revista de pesquisa histórica*, 25, v 2: 187, 2008.

SILVA, Igor Amarante; SILVA, Edson Hely. Indígenas em Contextos Urbanos e o Ensino da Temática Indígena em História na Rede Pública de Ensino Municipal no Cabo de Santo Agostinho/PE. *Revista de Estudos Indígenas de Alagoas-Campiô*, v. 3, n. 1, p. 37-53, 2024.

SILVA, Kalina Vanderlei. Agência Indígena na Conquista do Sertão: Estratégias Militares e Tropas Indígenas na 'Guerra dos Bárbaros' (1651-1704). *Estudos Ibero-Americanos*, 45(2), pp. 77–90, 2019.

SILVA, Kalina Vanderlei. Guerra indígena como Guerra Colonial na América Portuguesa do sec. XVI: táticas e estratégias Tupi na Conquista da Paraíba e do Rio Grande do Norte. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 8 out. 2020a.

SILVA, Kalina Vanderlei. Sem os 'tapuias' não se conquista o sertão: Atuação militar e negociações de flecheiros, guias e tradutores kariri e tarairiú nas expedições de conquista das capitanias do norte do Brasil no sec. XVII. *Revista Latino-Americana de História*, v. 12, n. 29, p. 6, 2023a.

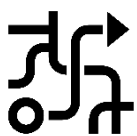
SILVA, Luísa S. O. Coutinho. *Nem teúdas, nem manteúdas: História das Mulheres e Direito na capitania da Paraíba (Brasil, 1661-1822)*. Frankfurt: Max Planck Institute for European Legal History, 2020b.

SILVA, Tyego Franklim da. *"Entrada dos palmares e sossego dos Tapuias do Rio Grande": as guerras de conquista dos sertões das capitanias do Norte do Estado do Brasil (1654-1716)* Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2023b.

SILVA, Wesley de Oliveira. Valentes Flecheiros: atuação das tropas indígenas na capitania de Pernambuco entre 1660-1700. *Epígrafe*, v. 8, n. 8, p. 110-137, 2020c.

SILVA, Wesley de O. *Índios de guerra: aldeamentos e tropas indígenas na capitania de Pernambuco entre 1660 e 1695*. Dissertação (Mestrado em História), UFPE, Recife, 2022.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.



TEIXEIRA, Tássia V. Brandão. FA Pereira da Costa e o Folklore pernambucano: Escritas da História. *Anais do Simpósio Nacional de História*. ANPUH, 26º, 2011.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FONTES

LÉRY, Jean de, *Viagem À Terra do Brasil [1578]*, 1ª edição, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1961.

MELLO, José Antônio G. de; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de (dir.). *Cartas de Duarte Coelho a El Rei*. Recife: FUNDAJ, 1967.

SALVADOR, Frei Vicente do [1627]. *História do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2010.

SOUSA, Gabriel Soares de [1587]. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2000.

STADEN, Hans [1557]. *Duas Viagens ao Brasil*. Porto Alegre: L&PM Pockets, 2008.

SUMÁRIO das Armadas [1585]. *Revista Municípios em Destaque*, n. 69, 1996, pp.17-60.

Recebido em: 13/03/2026

Aprovado em: 01/06/2026



SEÇÃO ARTIGOS LIVRES



MARQUIOLI, Stefany Reis *

<https://orcid.org/0009-0007-7416-6870>

RESUMO: Este artigo analisa a escrita feminista na imprensa brasileira na segunda metade do século XIX, com foco no jornal *A Família* (1888-1897), fundado por Josephina Alvares de Azevedo. Tal periódico destacou-se como um espaço de resistência e articulação política, voltado principalmente à defesa da emancipação das mulheres. Para tanto, a metodologia consiste na revisão de literatura aliada à análise documental, com o objetivo de examinar como a imprensa feminista oitocentista contribuiu para a crítica de discursos e normas ancorados no patriarcado, que limitavam a atuação das mulheres na sociedade. Portanto, notou-se que o jornal *A Família* atuou como uma importante ferramenta em defesa do acesso feminino à educação, além de se posicionar a favor da causa abolicionista e do direito ao voto feminino.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa feminista; Josephina Alvares de Azevedo; Emancipação feminina.

ABSTRACT: This article analyzes feminist writing in the Brazilian press during the second half of the 19th century, focusing on the newspaper *A Família* (1888-1897), founded by Josephina Alvares de Azevedo. This periodical stood out as a space for resistance and political articulation, mainly aimed at defending women's emancipation. To this end, the methodology consists of a literature review combined with document analysis, with the objective of examining how the 19th-century feminist press contributed to the critique of discourses and norms anchored in patriarchy that limited women's participation in society. Therefore, it was noted that the newspaper *A Família* acted as an important tool in defending women's access to education, in addition to positioning itself in favor of the abolitionist cause and women's suffrage.

KEYWORDS: Feminist press; Josephina Alvares de Azevedo; Women's emancipation.

* Mestra em História Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (2024) e licenciada em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (2021). Pós-graduada em Educação Inclusiva e Especial pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (2025). E-mail: stefanymarquioli@gmail.com

INTRODUÇÃO

No Brasil, o surgimento dos periódicos de mulheres no século XIX esteve associado à reivindicação de direitos, como o acesso à educação, à profissão e ao sufrágio (Muzart, 2003). Nesse cenário, jornais foram usados como instrumentos de contestação das restrições impostas às mulheres e de enfrentamento ao silenciamento histórico a que foram submetidas, contribuindo para que suas vozes ecoassem nos espaços tradicionalmente reservados aos homens.

De acordo com Santos e Silva (2023), a imprensa, marcada pela diversidade de ideais políticos e pela intensa circulação da palavra pública, consolidou-se como o principal veículo de difusão da modernidade, das questões políticas e dos padrões culturais europeus, apesar de ter se desenvolvido de forma tardia no Império. Os autores ressaltam que, no Brasil, a elite, influenciada pela cultura europeia e pelos ideais de igualdade e liberdade, almejava o “progresso”, o que contribuiu para a multiplicação de jornais, especialmente a partir de 1822. Assim, a imprensa atuou como uma relevante ferramenta de circulação de ideias, consolidando-se como um espaço de engajamento político e social.

Em meados do século XIX, surgiram os primeiros jornais dirigidos por mulheres. No dia 1º de janeiro de 1852, Juana Paula Manso de Noronha (1819-1875), argentina exilada no Brasil, fundou o *Jornal das Senhoras*, manifestando sua posição em defesa da educação feminina. A redatora publicou diversos artigos aprofundados sobre a educação direcionada às mulheres, evidenciando o desejo por uma educação mais igualitária (Souto, 2022).

Nessa perspectiva, torna-se fundamental diferenciar duas categorias analíticas. Souto (2019) sustenta que imprensa feminina e feminista são termos que não podem ser considerados sinônimos. A historiadora resalta que a imprensa feminina se configura pelo público-alvo, constituído por mulheres. Por sua vez, a imprensa feminista caracteriza-se por ser fundada, dirigida e redigida por mulheres, apresentando um discurso voltado principalmente à defesa de pautas associadas aos direitos femininos. A autora ainda esclarece que utiliza o termo *feminismo* para se referir aos empreendimentos das jornalistas analisadas em sua pesquisa,

considerando o potencial emancipador de suas práticas, ainda que não houvesse movimentos feministas organizados no cenário brasileiro.

Na mesma direção, Duarte (2003, p. 152) compreende o *feminismo* em um sentido amplo, “[...] como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo”. A autora sublinha que é somente sob essa perspectiva que será possível valorizar os primeiros momentos desse movimento contra os preconceitos profundamente arraigados, “[...] e considerar aquelas mulheres, que se expuseram à incompreensão e à crítica, nossas primeiras e legítimas feministas” (Duarte, 2003, p. 152).

É importante destacar que, no Brasil, à medida que as mulheres passaram a reivindicar a construção de sua própria história, o jornalismo feminino passou a ser valorizado como objeto de estudo, sendo analisado em vários artigos, dissertações, teses e livros (Duarte, 2018). Dessa forma, Capelato (1988) ressalta a importância da imprensa como objeto de estudo, permitindo, por exemplo, analisar projetos e reivindicações de grupos minoritários.

Nesse sentido, este artigo apresenta uma reflexão sobre a relevância da imprensa feminista no Brasil na segunda metade do século XIX, com ênfase no jornal *A Família*, fundado por Josephina Alvares de Azevedo, que redigiu diversos artigos em defesa da emancipação feminina no país. Metodologicamente, trata-se de uma revisão de literatura aliada à análise documental, cuja seleção bibliográfica ocorreu a partir da leitura de textos relacionados ao tema, encontrados no Google Acadêmico, na SciELO e no Portal de Periódicos da CAPES. Além disso, realizou-se pesquisa na Hemeroteca Digital Brasileira para acessar edições do jornal *A Família*. Para tanto, adota-se o conceito de gênero, proposto por Joan Scott (1995), como categoria analítica atravessada por relações de poder que rejeita explicações de cunho biológico, dialogando com autoras como Gerda Lerner (2019), Constância Lima Duarte (2018, 2025) e Bárbara Souto (2013, 2019, 2022).

GÊNERO, EDUCAÇÃO E IMPRENSA: ESCRITA DAS MULHERES NO SÉCULO XIX

De acordo com Duarte (2025, p. 71), “a constatação de que a literatura, a imprensa e a consciência feminista surgiram praticamente ao mesmo tempo no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX, contribuiu para ampliar a investigação”. A autora argumenta que, com o acesso das primeiras mulheres ao letramento, elas passaram a se apropriar da leitura, conduzindo-as ao exercício da crítica e à escrita. Esse processo lhes deu consciência do lugar de exceção que ocupavam em uma sociedade em que a maioria das mulheres não tinha acesso ao letramento, o que colaborou para o surgimento de obras reflexivas e engajadas. Dito isso, a imprensa serviu como um espaço de expressão da escrita feminina, funcionando como local de articulação, resistência e difusão de ideias.

Segundo Duarte (2018, p. 20), “[...] à medida que se avança na história das mulheres contada pelos jornais, constata-se a força das estruturas limitadoras: Igreja, Estado, Família e Escola”. Tal concepção evidencia que a subordinação feminina esteve fortemente enraizada nas instituições sociais, que podem ser compreendidas como expressões de uma estrutura patriarcal. A partir da perspectiva de Lerner (2019), o patriarcado pode ser definido como um sistema estrutural que assegura a dominação masculina, apoiando-se em diversas instituições e mantendo-se em constante transformação ao longo da história.

Esse sistema é baseado em ideologias que defendem que as mulheres são naturalmente inferiores aos homens. Entretanto, Lerner (2019) acentua que isso não significa que as mulheres sejam completamente impotentes ou privadas de direitos, influências ou recursos. Nessa lógica, a autora enfatiza que uma das tarefas mais difíceis da História das Mulheres é identificar as diferentes formas pelas quais o sistema patriarcal se expressa historicamente, suas variações e suas estratégias de adaptações frente à pressão e às demandas das mulheres.

É nesse quadro que se consolidam discursos legitimadores da desigualdade. Segundo Almeida (2007, p. 2), “a construção da diferenciação entre os sexos e a reafirmação da ideia de inferioridade feminina encontraram um fértil terreno em fins do século XVIII”. Assim, a ideia de inferioridade feminina repercutiu nas práticas sociais e culturais, estruturando normas e estereótipos que delimitavam o lugar das mulheres na sociedade.

Nesse cenário, correntes de pensamento influenciaram fortemente intelectuais e políticos, marcando o campo educacional (Souto, 2013). As mulheres brancas de classes média e alta foram idealizadas como *rainha do lar* ou *anjo tutelar*, conforme os valores positivistas e burgueses, que delimitavam os comportamentos, os espaços sociais e as atividades consideradas adequadas ao gênero (Abrantes, 2006). De forma similar, Colling (2021) afirma que estereótipos de gênero e representações culturais, como *anjo do lar* e *perfeita esposa*, funcionam como dispositivos de controle social. A eficácia desse controle é evidente na exclusão educacional, já que, até 1870, o acesso às letras era negado à maioria das brasileiras, uma barreira erguida pelo patriarcado a fim de impedir que a instrução despertasse rupturas na ordem social estabelecida (Duarte, 2025).

Historicamente, a educação destinada às mulheres foi limitada pelas normas sociais de gênero, restrita a aprendizagens tidas como “apropriadas” à função doméstica, enquanto o acesso ao conhecimento formal era impedido ou dificultado (Perrot, 2019). Contudo, à medida que os movimentos sociais e feministas avançaram, a educação passou a ser um importante instrumento de autonomia, liberdade e emancipação feminina. Nessa perspectiva, Colling (2021) ressalta que o acesso das mulheres à educação representou uma longa batalha, marcada por resistências que temiam que a instrução destruísse a feminilidade e as afastasse de sua principal função: o cuidado com o lar e a maternidade. Para superar essa concepção, os movimentos de mulheres, a imprensa e as associações articulavam a luta entre o acesso à educação igualitária e o direito ao voto.

Conforme destaca Perrot (2019), historicamente o saber foi considerado contrário à feminilidade, o que revela um dos pilares ideológicos que sustentaram a exclusão histórica das mulheres do campo educacional. Essa concepção fundamenta-se na construção social de uma oposição entre razão e feminilidade, na qual o conhecimento é tradicionalmente associado ao universo masculino e relega as mulheres às funções domésticas. Nesse contexto, Scott (1995) argumenta que o gênero constitui uma categoria analítica atravessada por relações de poder historicamente estruturadas, que produzem e legitimam desigualdades.

É nesse cenário de exclusão que a escrita feminista emerge como uma prática política de resistência e contestação à estrutura patriarcal, articulando, segundo

Santos e Feitosa (2024), demandas sociais e políticas de grupos minoritários. Ao desafiar as normas que historicamente marginalizaram suas vozes na escrita e na esfera intelectual, a produção das mulheres visibiliza experiências e subjetividades por séculos silenciadas. Dessa maneira, o exercício da escrita foi uma ferramenta que questionava as relações de poder que limitavam a participação feminina na esfera pública e no campo educacional.

Entre os periódicos oitocentistas, destaca-se *O Jornal das Senhoras* (1852–1855), criado por Joanna Paula Manso de Noronha (1819-1875), considerado um dos pioneiros com essa iniciativa. Segundo Souto (2022, p. 187), o periódico veiculou “[...] amplas e diversificadas reflexões que abrangiam moda, política, arte e literatura”. De modo semelhante, o jornal *O Sexo Feminino* (1873–1889), fundado por Francisca Senhorinha da Motta Diniz (1834-1910), defendeu a emancipação feminina, reivindicando o direito das mulheres à educação, ao trabalho e à participação política. Desse modo, tais jornais mostram o papel da imprensa como instrumento essencial na luta pela emancipação das mulheres no país.

Além disso, o jornal *A Família* (1888-1897), fundado por Josephina Alvares de Azevedo (1851-1913), foi um relevante veículo da imprensa feminista. Dedicado à defesa da educação e da atuação intelectual das mulheres, o jornal evidencia como a imprensa dirigida por mulheres não se limitou à reprodução de papéis tradicionais de gênero, mas os transformou em táticas de luta em prol da emancipação feminina. O periódico também publicou posicionamentos em prol da abolição da escravidão, defendidos por Josephina e algumas de suas colaboradoras (Azevedo, 18 nov. 1888, p. 1).

Portanto, nota-se que os escritos feministas do século XIX foram uma prática de resistência, desafiando barreiras que limitaram o acesso das mulheres à educação, à produção intelectual e à esfera pública. Tais periódicos veiculavam discursos em prol da emancipação feminina, ao questionar discursos científicos e morais que naturalizavam a suposta inferioridade das mulheres. Assim, jornais como *O Jornal das Senhoras*, *O Sexo Feminino* e *A Família* lutaram pela ampliação das possibilidades de atuação feminina na esfera pública ao defenderem a educação, a autonomia intelectual e a cidadania das mulheres.

JOSEPHINA ALVARES DE AZEVEDO E O JORNAL *A FAMÍLIA*: LUTA PELA EMANCIPAÇÃO FEMININA

Na segunda metade do século XIX, Josephina Alvares de Azevedo destacou-se por sua atuação em defesa da educação das mulheres. Em 1888, fundou, em São Paulo, o jornal *A Família*, que foi instrumento de mobilização e reflexão voltado à emancipação feminina¹, orientado pelos princípios da igualdade e da liberdade (Souto, 2019). No ano seguinte, passou a ser publicado no Rio de Janeiro, a fim de ampliar sua visibilidade, mantendo-se em circulação até 1897 (Pimenta; Wainberg, 2019). Ao longo de sua trajetória, Josephina desenvolveu uma importante atuação feminista, na qual denunciava as diferentes formas de opressão impostas às mulheres e criticava a exclusão feminina de direitos. Em suas reivindicações, destacavam-se as barreiras ao ensino superior, ao divórcio, ao trabalho remunerado e ao voto (Duarte, 2003).

Com relação ao conteúdo do jornal *A Família*, abordava textos sobre a igualdade entre homens e mulheres, o direito ao voto feminino e a necessidade de ampliação da educação feminina. O periódico também apresentava críticas à Igreja Católica e às instituições públicas no que diz respeito à condição feminina, registrando os posicionamentos e as lutas das primeiras feministas no país (Freitas; Soares, 2018). Ademais, o jornal divulgava conquistas alcançadas por mulheres tanto no Brasil quanto em outros países, atualizando suas leitoras e estimulando-as por meio de bons exemplos (Souto, 2019). Desse modo, o periódico desempenhou um papel relevante na propagação de discursos feministas da época.

As páginas do jornal evidenciavam o engajamento de diversas mulheres comprometidas com a emancipação feminina, entre elas Anália Franco (1853-1919) e Ignez Sabino de Pinho Maia (1853-1911) (Azevedo, 16 jan. 1890, p. 1). Grande parte delas era composta por professoras que contribuíam com artigos de opinião pública, traduziam textos franceses relevantes para a causa feminista, redigiam contos e poemas, e destacavam personalidades femininas transgressoras (Oliveira, 2019). O

¹ Souto (2019, p. 127) destaca que, para Josephina Alvares de Azevedo (18 nov. 1888, p. 1), a emancipação significava “[...] ter igualdades de direitos, de acordo com as aptidões de cada um. Para ela, a única limitação imposta ao indivíduo, ao exercer atividades materiais e morais, era sua competência. Portanto, o sexo não impedia a mulher de tornar-se colaboradora do progresso social e de possuir os mesmos direitos que os homens”.

periódico também contava com colaboradoras internacionais, um aspecto singular em um período em que a circulação de informações era limitada até mesmo em âmbito nacional (Oliveira, 2019). De acordo com Oliveira (2019, p. 23), Josephina não objetivava apenas divulgar suas ideias, mas também incentivar as mães paulistanas a competirem com os homens em diferentes áreas profissionais, inspirando-se nas francesas e inglesas. Ao mesmo tempo, declarava taticamente que não tinha o intuito de promover um movimento ou uma luta. Assim, a proprietária do periódico articulou de forma estratégica a circulação de ideias feministas em prol da emancipação, desafiando as limitações impostas às mulheres.

Ainda no que se refere à educação voltada às mulheres, Josephina Alvares de Azevedo defendia a instrução feminina como elemento central para sua emancipação. Ao afirmar ser necessário “[...] banhar o espírito na luz da sciencia; mergulhar o pensamento na história; fazel-o surgir no direito”, a jornalista reivindicava uma formação ampla, historicamente reservada aos homens (Azevedo, 18 nov. 1888, p. 2). Além disso, ao defender a necessidade de “[...] romper com o preconceito e com a estulice dos homens, que nos tem avassalado aos seus caprichos [...]”, a redatora criticava a estrutura patriarcal que mantém mulheres em posição de subordinação e legitima sua exclusão dos espaços de poder (Azevedo, 18 nov. 1888, p. 2). Assim, ao defender a educação feminina, Josephina desafiava a ordem patriarcal, evidenciando que sua emancipação depende do acesso ao conhecimento e da transformação das estruturas que as subjugam.

Nessa perspectiva, Josephina criticava a noção de inferioridade feminina, questionando as concepções que fundamentavam a hierarquização entre os sexos no século XIX, comumente legitimadas por discursos científicos e morais ancorados na ordem patriarcal. Para Azevedo (18 nov. 1888, p. 1), a diferença sexual não se associa à desigualdade, visto que as distinções entre homens e mulheres não implicam menor capacidade ou valor social. Com isso, ela desloca o debate da biologia para o campo das relações de poder, legitimando a atuação feminina na esfera privada e pública. Em suas palavras:

Até hoje tem os homens mantido o falso e funesto principio de nossa inferioridade. Mas nós não somos a eles inferiores porque somos suas semelhantes, embora de sexo diverso. Temos, segundo a nossa natureza funções especiaes, como elles pela mesma razão as tem. Mas isso não é

razão de inferioridade, porque essa traz o animal na escala natural de suas aptidões. Portanto, em tudo devemos competir com os homens – no governo da família, como na direção do estado (Azevedo, 18 nov. 1888, p. 1).

Todavia, esse deslocamento não implica uma ruptura plena com a divisão sexual dos espaços. Embora rejeite o princípio da inferioridade feminina, o discurso de Josephina preserva elementos normativos ao atribuir às mulheres o domínio do espaço privado. Assim, a redatora articula a presença feminina na esfera pública à experiência doméstica, concebendo o governo do lar como uma característica própria das mulheres. Esse entendimento pode ser observado na afirmação de Josephina:

As sociedades assentam suas bases sobre dois princípios cardeas: - o princípio da força e o princípio da ordem. O princípio da força é o homem, o princípio da ordem é a mulher. Assim pensando, até me parece que competenos de preferencia a direção da sociedade. Porque o homem é e foi sempre a negação da ordem, sem a qual não ha sociedade possível. E em abono desta opinião eu vos trarei um exemplo muito vulgar – o governo de uma casa. E raro o homem que sabe dirigi-la: Pois bem, ele que não é capaz de governar uma casa, que se compõe de algumas pessoas, como poderá governar um estado, que se compõe de muitas pessoas? (Azevedo, 18 nov. 1888, p. 1).

A partir dessa perspectiva, é possível perceber que Josephina transforma a experiência doméstica em um argumento para a participação feminina na vida pública, visando ampliar os papéis sociais das mulheres. Nesse esforço, a redatora produziu diversos textos defendendo a inserção feminina nas mais diversas áreas profissionais, como nas Academias e na direção do País (Souto, 2019). Para tanto, contava com o apoio da maioria de suas colaboradoras, entre elas Emiliana Moraes e Maria Clara Vilhena da Cunha.

Ademais, conforme Campoi (2023), o jornal *A Família* empregava diversas referências, como as de George Sand, Sarah Bernhardt, Sapho, Madame de Staël, além de homenagear mulheres como Louise Michel, Madame Roland e Joana d'Arc. O periódico também contava com seções diversas, que abrangiam desde receitas domésticas e dicas de beleza até piadas e anedotas, bem como a reprodução de elogios feitos por outros jornais e agradecimentos pelos novos assinantes. Ainda divulgava peças teatrais encenadas na Corte, o que gerava significativa repercussão.

Outra questão tratada por Josephina de Azevedo e suas colaboradoras foi a abolição da escravatura. Souto (2013) observa que, apesar de não ter dedicado muitas páginas ao tema, a redatora deixou evidente sua posição sobre o fato. Também

se empenhou em divulgar eventos em comemoração ao 13 de maio e em homenagear seus defensores, além de reconhecer a necessidade de inserir os ex-escravizados na sociedade pós-abolição, conforme destaca a historiadora. Tal posicionamento sugere que a redatora compreendia os impasses de seu tempo, evidenciando que apenas a libertação formal não era suficiente para alterar a exclusão histórica.

Com a Proclamação da República, esse entendimento sobre a atuação feminina na esfera pública passou a ser mobilizado na reivindicação do direito ao voto, e o jornal *A Família* passou a se posicionar como um importante instrumento de defesa do sufrágio feminino, publicando artigos que visibilizavam o debate acerca da participação das mulheres na vida pública. No que diz respeito ao direito ao voto feminino, Josephina de Azevedo (07 dez. 1889, p. 1) afirma: “Ainda mesmo (o que não admitto) que não tenhamos o direito de ser votadas, devemos possuir o de voto, isto é, o da livre e conscienciosa escolha d’aquelles que sejam chamados a reger os destinos da sociedade em que vivemos [...]”. Sendo assim, é possível observar que a imprensa comandada por mulheres atuou como um espaço de elaboração política e contestação das restrições impostas às mulheres. Ao reivindicar o direito ao voto, o jornal ampliava o debate público sobre a cidadania feminina, evidenciando as tensões entre os ideais republicanos e a permanência de práticas excludentes no novo regime. Assim, Josephina defendia o sufrágio feminino ao destacar a capacidade intelectual e moral das mulheres, contestando sua exclusão política, como mostra o trecho:

A mulher educada, instruída, em perfeito uso de suas faculdades mentaes, exercendo com criterio as suas funções na sociedade, é uma personalidade equilibrada, apta para discernir e competente para escolher entre duas idéas aquella que melhor convém. Não póde por conseguinte estar em pé de igualdade com os dementes, com os menores, com os imbecis. Assim sendo, é absurdo o principio de sua incapacidade eleeativa (Azevedo, 21 dez. 1889, p. 1).

Nesse cenário de transformações políticas e sociais, Josephina também produziu, em 1890, a peça teatral de comédia *O Voto Feminino*, apresentada no *Theatro Recreio Dramatico*, no Rio de Janeiro, que repercutiu internacionalmente, mais especificamente pelo jornal francês *Le droit des femmes* (Souto, 2013, 2019). Conforme afirma Souto-Maior (1995), a escrita da peça teve ligação com a recente implantação do regime republicano, em 1889, que propagava promessas de igualdade e ampliação de direitos políticos. No entanto, tais promessas mostravam-se limitadas,

visto que mantinham as mulheres excluídas do exercício da cidadania. Diante disso, a emancipação feminina ganhou maior visibilidade, principalmente em torno das reivindicações sufragistas.

Karawejczyk (2018, p. 326) afirma que, na peça, “o tema proposto pela autora é um embate entre homens e mulheres em que cada gênero defende seu ponto de vista” sobre a possibilidade de ampliação do voto às mulheres. A ação se desenvolve na residência de um homem rico, Anastácio, casado e pai de uma filha, e é impulsionada pela expectativa gerada a partir de uma consulta ao governo sobre a questão do sufrágio feminino. Josephina de Azevedo utilizou a consulta realizada ao ministro Alvim para organizar sua história, utilizando elementos do cotidiano para criticar o caso e expor seus argumentos em prol do voto feminino.

Essa produção teatral evidencia que o debate sobre o sufrágio feminino estava inserido nas discussões políticas do período republicano. Josephina de Azevedo baseou a narrativa em uma consulta feita ao poder público, aproximando a ficção da realidade. Ela buscou ressaltar as tensões e as expectativas em torno da ampliação dos direitos civis e as estruturas que limitavam a cidadania feminina. O confronto entre as figuras femininas e masculinas evidencia os argumentos favoráveis e contrários ao voto feminino, evidenciando as resistências institucionais e sociais à participação política das mulheres.

Assim, Josephina Alvares de Azevedo reivindicava a educação feminina, articulando-a à capacidade de exercer direitos e atuar na esfera pública, além de se posicionar em prol da causa abolicionista. Para ela, a emancipação feminina estava ligada à transformação do acesso à educação e ao reconhecimento da competência intelectual das mulheres. Além disso, a jornalista desafiou os limites impostos pelo novo regime republicano, antecipando argumentos que seriam retomados pelos movimentos feministas nas décadas seguintes (Marquioli, 2024), sendo considerada uma das pioneiras na defesa do direito ao voto e da cidadania das mulheres no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação entre gênero, educação e imprensa no século XIX mostra que o acesso feminino à leitura e à escrita representou a ampliação de habilidades culturais

e constituiu um processo político. Em um contexto no qual a educação feminina era limitada por normas que as confinavam ao espaço doméstico, negar-lhes instrução formal foi um artifício de manutenção da estrutura patriarcal, pois a exclusão do saber garantia a reprodução das hierarquias de poder e a naturalização da subordinação feminina.

Dessa forma, a inserção na cultura letrada ampliou horizontes e favoreceu a construção de uma consciência crítica sobre as desigualdades de gênero e dos discursos que a sustentavam. Nesse contexto, a imprensa feminista constituiu um espaço estratégico de circulação de ideias e de contestação das hierarquias que vinculavam o saber e a racionalidade ao masculino.

Nesse cenário, o jornal *A Família* mostra que o uso da escrita constituiu estratégia de reflexão voltada à emancipação feminina. Os textos deslocaram a diferença sexual da natureza para as relações de poder, criticando a desigualdade de direitos entre homens e mulheres e firmando-se como um relevante veículo de luta em prol do sufragismo. Ao mesmo tempo, ao utilizar elementos do espaço doméstico para legitimar a presença feminina na esfera pública, o periódico desafiou a ordem patriarcal, sem romper de forma disruptiva com as normas sociais daquele período.

Portanto, a imprensa feminista oitocentista refletiu debates sobre a condição feminina e atuou como ferramenta de contestação. Ao defender a inserção das mulheres como sujeitas de direitos no debate público, o jornal *A Família* colaborou para historicizar as disputas em relação à educação e cidadania no Brasil. Desse modo, o periódico desafiou os fundamentos patriarcais e antecipou as reivindicações que ganhariam maior projeção nos movimentos feministas do século XX.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elizabeth Sousa. “Mãe civilizadora”: a educação da mulher nos discursos feminista e antifeminista na Primeira República. In: XII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ANPUH-RJ, 2006, Rio de Janeiro. *Anais* [...]. Rio de Janeiro, 2006, p. 1-8. Disponível em: <https://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Elizabeth%20Sousa%20Abrantes.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2026.

ALMEIDA, Ana Maria Araujo de. Lívio de Castro e um outro olhar sobre a mulher no século XIX. In: XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, São Leopoldo. *Anais* [...].

São Leopoldo, 2007, p. 1-7. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210564_c7bccb5ce56c07e9fab1bb8ca2a5077e.pdf.

Acesso em: 26 jan. 2026.

AZEVEDO, Josephina Alvares de. *A Família*. Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 1889.

AZEVEDO, Josephina Alvares de. *A Família*. Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1890.

AZEVEDO, Josephina Alvares de. *A Família*. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1889.

AZEVEDO, Josephina Alvares de. *A Família*. São Paulo, 18 de novembro de 1888.

CAMPOI, Isabela Candeloro. O Jornal A Família e o debate sobre o voto feminino nos primeiros anos da República brasileira. *VEREDAS-Revista Interdisciplinar de Humanidades*, v. 6, n. 11, p. 4-19, 2023.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

COLLING, Ana Maria. *A cidadania da mulher brasileira: uma genealogia*. São Leopoldo: Oikos, 2021.

DUARTE, Constância Lima. A história possível: imprensa e emancipação da mulher no Brasil no século XIX. *Miscelânea: Revista de Literatura e Vida Social*, v. 24, p. 11-26, 2018.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos avançados*, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 25-47.

DUARTE, Constância Lima. Imprensa e emancipação da mulher no Brasil no século XIX. *Caminhos da História*, v. 30, n. 1, p. 70-79, 2025.

FREITAS, Maria Helena de Almeida; SOARES, Mônica Almeida Rizzo. Josefina e o direito ao voto da mulher. In: AZEVEDO, Josefina Álvares de. *A mulher moderna: trabalhos de propaganda*. Brasília: Senado Federal, 2018.

KARAWCZYK, Mônica. Josefina Alvares de Azevedo e a peça teatral 'O Voto Feminino': a escrita como instrumento de luta. *Travessias*, v. 12, n. 1, p. 314-335, 2018.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Tradução: Luiza Sella. São Paulo: Cultrix, 2019.

MARQUIOLI, Stefany Reis. “*Minha vocação é a política, mas não na minha terra*”: participação política feminina no Legislativo Municipal de Carangola (1992-2020). 2024. 108 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2024.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Revista Estudos Feministas*, v. 11, n. 1, p. 225-233, 2003.

OLIVEIRA, Karine da Rocha. *Josefina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal A Família*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional: Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, 2009.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

PIMENTA, Letícia Pereira; WAINBERG, Jacques Alkalai. Jornalismo e Feminismo: o engajamento intelectual de Josephina Álvares de Azevedo nos albores do século XIX. *Revista Cambiassu*, v. 14, n. 24, p. 164-177, 2019.

SANTOS, Gabriela Marcondes dos; FEITOSA, Lourdes Madalena Gazarini Conde. O papel educativo do jornal O Sexo Feminino (1873-1874) para a emancipação das mulheres em Campanha (MG). *Humanidades & Inovação*, v. 11, n. 1, p. 180-192, 2024.

SANTOS, Luana Dias dos; SILVA, Renata Cavazzana da. Cacos para um vitral: feminismos no Brasil do século XIX. *Revista Aedos*, v. 15, n. 33, p. 106-119, 2023.

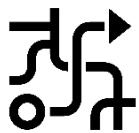
SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre: UFRGS, v. 20, n. 2, p. 5-22, 1995.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. “*Senhoras do seu destino*”: Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Alvares de Azevedo – projetos de emancipação feminista, na imprensa brasileira (1873-1894). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. *Imprensa feminista no Brasil: mulheres oitocentistas em luta por direitos*. Curitiba: Appris, 2019.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. *Mulheres e imprensa no século XIX: projetos feministas no Rio de Janeiro e em Buenos Aires*. Belo Horizonte: Editora Luas, 2022.

SOUTO-MAIOR, Valéria Andrade. *O florete e a máscara: Josephina Alvares de Azevedo, dramaturga do século XIX*. 1995. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pós-Graduação em Letras – Literatura Brasileira e Teoria Literária, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.



Recebido em 25/02/2026

Aprovado em 11/06/2026



SILVA FILHO, Isaac Freitas da*

<https://orcid.org/0009-0002-2732-0429>

VERAS, Elias Ferreira**

<https://orcid.org/0009-0003-8284-0870>

TEDESCO, Caio de Souza***

RESUMO: Este artigo problematiza a trajetória de Rumaico-Mara Grinberg, homem trans, judeu e natural da Bessarábia, que migrou para o Brasil durante a década de 1930 e se tornou jogador de futebol de times do Nordeste brasileiro, incluindo o Centro Sportivo Alagoano (CSA). Por meio de uma perspectiva interseccional, buscamos entender como as violências de raça e gênero atravessaram seu corpo e memória, no contexto da chamada “Era Vargas”. Em um cenário permeado por discursos antissemitas e pela invisibilização sistemática de identidades dissidentes de gênero e sexualidade, observamos que a imprensa brasileira atuou na produção de estigmas contra o jogador.

PALAVRAS-CHAVE: Futebol; Nordeste; LGBTQIAPN+.

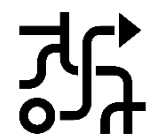
ABSTRACT: This article investigates the trajectory of Rumaico-Mara Grinberg, a Jewish trans man from Bessarabia, who migrated to Brazil during the 1930s and became a soccer player for teams in Northeastern Brazil, including Centro Sportivo Alagoano. Through an intersectional perspective, we seek to understand how forms of violence related to race and gender marked his body and memory during the so-called “Vargas Era”. In a scenario permeated by antisemitic discourses and the systematic invisibilization of dissident gender and sexuality identities, we observe that the Brazilian press played a role in producing stigmas.

KEYWORDS: History of education; Afro-Brazilian literature; Memoir

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFAL). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS-UFAL).

**Professor dos cursos de História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS-UFAL).

***Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFRGS). Integrante do CLOSE: Centro de Referência da História LGBTQIAP+ do Rio Grande do Sul.



PARTIDA INICIAL: UMA HISTÓRIA ENTRE CAMPOS E ARQUIVOS

Em 2025, o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades de Alagoas (Ibrat-AL), buscou articular com a Federação Alagoana de Futebol, a campanha *Uma Partida de Transformação*, que planejava levar pessoas trans ao centro do campo de futebol, portando cartazes com mensagens de respeito e inclusão, enquanto, durante o jogo, esperava-se que os capitães das equipes portassem braçadeiras com as cores da bandeira trans.

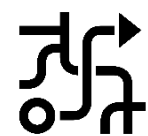
A iniciativa da comunidade trans e sua divulgação na imprensa alagoana despertou a inquietação inicial que impulsionou a elaboração deste texto. A matéria intitulada “Campanha ‘Uma Partida de Transformação’ reforça visibilidade trans no esporte”, assinada por Cecília Calado e publicada no portal da Universidade Federal de Alagoas, trouxe a seguinte provocação:

O esporte é uma poderosa ferramenta de transformação social. Mas imagine não conseguir se inserir nesse meio, nem mesmo como torcedor, simplesmente por causa da sua identidade de gênero? Pois é, essa é a realidade das pessoas trans em Alagoas.

A campanha nos fez lembrar de um achado de pesquisa. Em uma de suas tardes de estudo e investigação na Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos, localizada em Maceió (AL), Isaac Freitas, à época, bolsista de iniciação científica, se deparou com a notícia “Jogador do CSA que já foi mulher”¹. A matéria, publicada no *Jornal de Alagoas*, se referia ao Rumaico-Mara Grinberg – um judeu bessarabiano, jogador de futebol do Centro Sportivo Alagoano (CSA) na década de 1930, que foi retratado pela imprensa como “ex-mulher” que “virou homem” após uma “controversa operação”.

O nome Mara predominou na maioria dos discursos da imprensa sobre a sua trajetória. Tal enquadramento (BUTLER, 2015) evidencia aquilo que Bruno Latini Pfeil e Cello Latini Pfeil (2022; 2024) conceituaram como a “ofensa da nomeação”, ou seja, o uso da nomeação como método de (re)engendrar lugares sociais, comum ao *pacto*

¹ “Jogador do CSA que já foi mulher”, *Jornal de Alagoas*, 17 de janeiro de 1971, ed. 299, p. 3 (caderno 2).



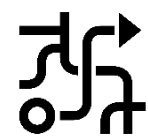
narcísico da cisgeneridade e às táticas *ciscoloniais* de manutenção de poder (SIMAKAWA, 2015).

Entretanto, a palavra “rumaico”, nome como o jogador era conhecido entre seus companheiros de campo, que significa “de origem romênia”, também foi empregada para nomeá-lo. Chamá-lo ‘Rumaico’ seria uma ofensa de nomeação, no sentido de enquadrá-lo como estrangeiro, de marcar sua origem étnica e territorial, ou gesto de camaradagem entre homens, comum entre os jogadores de futebol? Por falta de indícios sobre sua preferência, também, considerando que seu nome de registro — Mara — pode ter sido ressignificado e usado por ele como um nome masculino (e por que não, não é mesmo?), decidimos reconhecer seus dois nomes, sempre mantendo pronomes masculinos. É importante ressaltar que nosso intento é articular senso ético e político, ao respeitar sua identidade de gênero masculina e reconhecer as possibilidades múltiplas de ser e vivenciar as transgressões de gênero.

A aparição de Rumaico-Mara na imprensa nos permite refletir sobre as violências movidas contra pessoas que transgrediram a endocisheteronormatividade² no início do século XX. No seu caso, é possível que haja uma intersecção entre intersexofobia, transfobia e o antissemitismo — este último, provocado pela migração de judeus ao Brasil naquele período.

Chamamos atenção para a intersexofobia atrelada à transfobia por conta da “controversa operação” mencionada anteriormente. Pois, naquele período, a probabilidade maior é que Rumaico-Mara tenha acessado tecnologias de afirmação de gênero biomédicas se tiver sido “diagnosticado” com um corpo que não se conforma ao binarismo endocissexual. Pois, o período que corresponde ao final do século XIX até meados do século XX foi repleto de desenvolvimentos na área da sexologia que viabilizaram a produção e uso de hormônios sintéticos, bem como cirurgias voltadas para afirmação de gênero (PRECIADO, 2018). Contudo, esses procedimentos eram acessados por aquelas pessoas que, no olhar biomédico

² “Endo”, neste conceito, marca a normatividade endossexo perante à patologização das pessoas intersexo (Vieira, 2021; Rodriguez; Medeiros, 2024).



regulador, não se encaixavam no padrão endonormativo — ou seja, eram pessoas intersexo.³

Durante muito tempo o corpo, na historiografia, ora foi desprezado, vítima de um pensamento dualista que o subordina à mente, atribuindo-lhe uma condição de degradação e desonra (PORTER, 1992), ora normatizado e normalizado para que não fosse passível de discussão. Se o corpo era considerado “degenerado” e invisibilizado e/ou ainda naturalizado, o que dizer das corporalidades que desafiam as normas de gênero? Não é de se admirar que Judith Butler tenha dito que o gênero, a raça e a etnia – assim como a classe – atuam como categorias que tornam certos corpos “inelegíveis ao reconhecimento público” (2018, p. 66), relegando-os a uma posição de “não-humanos”.

Embora os “silêncios de Clio” (VERAS; PEDRO, 2014) estejam sendo rompidos dentro da historiografia brasileira, Caio de Souza Tedesco afirma que “o *silêncio político* [...] acerca das pessoas trans, principalmente em relação a homens trans e transmasculines, se mantém” (2024, p. 107). Segundo o historiador (2024), a comunidade transmasculina sofre da falta de passado, de história e de memória como resultado de uma invisibilidade que ainda persiste nas pesquisas históricas no Brasil. Essa comunidade sofre da falta de um passado narrado produzido, sobretudo, por uma naturalização da endocisheterohistória como a única digna de ser narrada, contada e pesquisada. Dessa maneira, Tedesco defende que, mais do que nunca, é necessário construir uma história anticisheteronormativa, reiterando o nosso dever em historicizar gênero, sexo e sexualidade e, assim, “combater a LGBTfobia, o machismo e, sob um viés interseccional, corroborar com o combate ao racismo” (TEDESCO, 2024, p. 104).

Destacamos que, embora os conceitos de “transmasculinidade” e “homem trans” não existissem no Brasil dos anos 1930, utilizamo-lo aqui como uma escolha política e metodológica. Pois, apesar do “prefixo trans” não fazer parte do léxico

³ No Brasil, temos bem documentado o caso de Mário da Silva, homem trans intersexo e catarinense que foi “corrigido” pela medicina em 1959 (AGUIAR, 2020). Para o contexto mineiro, ver os trabalhos do pesquisador Luiz Morando (2012, . Aproveitamos para agradecer ao Luiz pela leitura e sugestões a este texto.

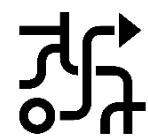
brasileiro daquele período, isso não significa que não houve, em passados até mais longínquos, homens (endo ou intersexo) que nasceram com um sistema vulvariano e transgrediram a endocisheteronorma, a exemplo de Charles Hamilton (Inglaterra, séc. XVIII) e Joseph Lobdell (Estados Unidos, séc. XIX) (TEDESCO, 2022). Desse modo, entendemos que a experiência de Rumaico-Mara é partilhada por aqueles que se identificam hoje como pessoas transmasculinas⁴, experiência histórica esta que transgride o Cistema de sexo-gênero-desejo e promove fissuras e travessias nas estruturas endocisheteronormativas (NASCIMENTO, 2021).

Ao chegar ao Brasil na década de 1930, Rumaico-Mara Grinberg encontrou um cenário de crescente profissionalização do futebol, aliado a um esforço, promovido pelo governo Vargas, de construção de uma “ideia de nação a partir do futebol” (NEGREIROS, 2003, p. 127), mas que não contemplava sujeitos dissidentes⁵ e judeus (ANDRADE, 2009, p. 7). O jogador caminhou entre a aclamação e a retaliação, entre a memória e o esquecimento, sendo visto ora como um admirável atleta, ora como um sujeito cujo corpo era inelegível ao que Butler (2010) chamou de “reconhecimento público”. Esse cenário de inclusão/exclusão trans-intersexofóbico, porém, não se restringiu ao Brasil, visto que, na Bessarábia, terra natal do jogador, o futebol também foi instrumentalizado, após a incorporação da região ao Reino da Romênia, como ferramenta de promoção do nacionalismo e de consolidação do Estado-nação romeno (FAJE, 2015), em um período marcado pelo antissemitismo (HOBSBAWM, 1995)⁶.

⁴ Este é um conceito guarda-chuva que abrange pessoas que foram designadas mulheres ao nascer e se identificam, em termos de gênero, no espectro das masculinidades, seja como homens, seja como transmasculinos(es) não-binários(es) (TEDESCO, 2024).

⁵ Emanuelle Lins de Andrade (2009) se refere aos sujeitos dissidentes da endocisheteronorma a partir do termo guarda-chuva “homossexuais”. Contudo, sabe-se atualmente que “homossexualidades”, como uma categoria analítica, não atende à diversidade de experiências sexuais e de gênero dissidentes e obscurece outras identidades.

⁶ Durante o período entre guerras, o futebol na Romênia assumiu, como bem observa Florin Faje (2015), um papel central na promoção do nacionalismo e na consolidação do Estado-nação romeno. O esporte foi instrumentalizado pelo governo como meio de reforçar a unificação territorial, especialmente após a criação da “Grande Romênia” em 1918, quando regiões como a Bessarábia foram incorporadas ao reino. Porém, ambos os clubes nos quais Grinberg jogou, nos anos de 1930, eram instituições esportivas judaicas fundadas na Europa entre o final do século XIX e início do século XX, em resposta ao antissemitismo.



Diante disso, este artigo tem como objetivo investigar de que maneira o jogador bessarabiano chegou ao Brasil – em especial, a Maceió, capital de Alagoas – e como veio a ser enquadrado pela imprensa brasileira como “forasteiro errante”⁷ e “ex-mulher”⁸. Para tanto, serão consideradas as tensões políticas vivenciadas no contexto do governo Vargas no Brasil – permeado por manifestações de antissemitismo e pela invisibilidade dos corpos gênero-dissidentes⁹.

Quem foi Rumaico-Mara Grinberg? Como se deu sua inserção no futebol brasileiro? Quais circunstâncias o levaram a deixar a Bessarábia nos anos 1930 e buscar refúgio no Brasil? Que rastros – ou “retalhos” (FUX, 2023) – o tempo deixou nos escombros obscuros e esquecidos da memória, à espera de serem costurados pelos fios da História?

EM CAMPO I: DRIBLANDO A ENDOCISHETERONORMATIVIDADE

No dia 17 de janeiro de 1971, durante a ditadura civil-militar, os/as leitores/as do *Jornal de Alagoas* foram surpreendidos por uma notícia que suscitou uma profusão de rumores e “burburinhos” em Maceió, principalmente entre os amantes do futebol. A notícia intitulada “Jogador do CSA que já foi mulher”, pôs o jogador bessarabiano novamente sob os holofotes da imprensa, após quase três décadas de silêncio. O motivo: a exposição pública de sua identidade de gênero, como lê-se abaixo:

JOGADOR DO CSA QUE JÁ FOI MULHER

Essa aconteceu aqui mesmo. No final da década de trinta, jogou no ataque no CSA um jogador de nome MARA. Um excelente atleta. Mas, destacava-

⁷ “Mára Grinberg, o ‘forasteiro errante’ no futebol nortista”, *Esporte Ilustrado*, 25 de março de 1943, n.259, 1943, p. 18.

⁸ “Jogador do CSA que já foi mulher”, *Jornal de Alagoas*, 17 de janeiro de 1971, ed. 299, p. 3 (caderno 2).

⁹ Grinberg já enfrentava perseguições antisemitas desde a Bessarábia. Conforme Eric Hobsbawm (1995), o antissemitismo na Europa Oriental foi amplamente alimentado por ideias populares que desumanizavam e demonizavam os judeus, criando um cenário propício à eclosão de pogroms. Na cidade natal de Rumaico-Mara Grinberg, Chisinau, em 1903, houve morte de cerca de cinquenta pessoas em uma só revolta (HOBBSAWM, 1995). Ainda que o Império Russo tenha entrado em declínio em 1917 e a Bessarábia tenha sido incorporada ao território romeno posteriormente, entre 1918 e 1940, a situação dos judeus pouco melhorou, resultando em um grande número de judeus migrando para outros países, como foi o caso de Rumaico-Mara.

NO JOGO DA TRANSGRESSÃO: DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO, FUTEBOL
ALAGOANO E A MEMÓRIA DE RUMAICO-MARA

se pelas maneiras esquisitas como vivia. Estava sempre sozinho, evitando farras e não tomava banho com os companheiros. Um dia, Mara seguiu para Salvador, onde ingressou num dos clubes locais. Mas, aquelas atitudes esquisitas do atacante tinham uma razão de ser. Através de um jornal de Minas Gerais tudo foi descoberto. Eis o que dizia a nota do jornal mineiro.

JOGADOR EX-MULHER VAI PARA O NORTE

Há tempos os jornais trataram de um assunto com destaque. Uma moça, [...] após uma operação, passou a ser do sexo forte, isto é, virou homem e passou a jogar futebol. Agora, a CBD concede a transferência ao jogador, ex-mulher, para o CSA de Maceió¹⁰.

Rumaico-Mara passou a ser conhecido como o “jogador ex-mulher” do Centro Sportivo Alagoano (CSA). Mas por que sua história voltou a ser assunto das páginas do *Jornal de Alagoas* somente em 1971, uma vez que sua atuação nos campos brasileiros tinha se dado entre os anos de 1930 e 1940?

Antes de responder a estas perguntas, é importante entender que, embora a notícia sobre a exposição pública da identidade de Grinberg tenha voltado a circular na imprensa alagoana em janeiro de 1971, ela já corria pelas páginas de outros jornais brasileiros desde o fim dos anos de 1930, mais especificamente desde 1939. Não por acaso, a última parte da notícia veiculada pelo *Jornal de Alagoas* reproduziu uma nota publicada originalmente por um jornal mineiro do fim da década de 1930¹¹.

Assim, é de se concluir que, se foi através de um jornal de Minas Gerais que “tudo foi descoberto” segundo o *Jornal de Alagoas*, e se há registros de que os jornais *A Tribuna* e o *Correio Paulistano* também publicaram essa mesma nota, é possível que a publicação original tenha se dado alguns dias antes, por volta de 20 de setembro de 1939, e somente depois essa mesma nota veio a aparecer em outros jornais, ainda naquela mesma semana. Seja como for, o fato é que, em setembro de 1939, espalhou-se a notícia de que Rumaico-Mara Grinberg era não apenas um judeu estrangeiro da Bessarábia, mas também, nas palavras dos jornais, um “ex-mulher” e, por isso, foi dispensado por um dos times locais da Bahia.

¹⁰ “Jogador do CSA que já foi mulher”, *Jornal de Alagoas*, 17 de janeiro de 1971, ed. 299, p. 3 (caderno 2).

¹¹ Ibidem. Infelizmente, não fomos capazes de localizar, até o momento, o jornal mineiro citado como fonte original pelo *Jornal de Alagoas*. Contudo, dois jornais de São Paulo – *A Tribuna* (em 22 de setembro de 1939) e o *Correio Paulistano* (em 23 de setembro de 1939) – reproduziram, em suas próprias páginas, a mesma nota mencionada pelo *Jornal de Alagoas*.

Não durou muito para que, nos anos seguintes, uma outra narrativa passasse a compor a “história oficial” sobre sua saída do Bahia. Em 25 de março de 1943, a revista *Esporte Ilustrado* publicou uma matéria que justificava sua saída do time baiano da seguinte forma: “Dessa vez, Rumaico não foi tão feliz como das anteriores. Fracassou num jogo e o Bahia dispensou-o”¹². A partir daquele momento, a narrativa que se oficializou foi a de que Grinberg, ao chegar à Bahia em 1937, “participou apenas de uma partida amistosa contra o Ypiranga-BA, e por não ter se saído bem nesta partida, acabou sendo dispensado pela diretoria do clube” (FALCÃO, 2013). Após isso, aparentemente, não se falou mais dele na imprensa, pelo menos, não até janeiro de 1971.

É de se estranhar que um jogador, a princípio, tão aclamado por suas “espetaculares cabeçadas e chutes violentos ao gol” (FALCÃO, 2013) e conhecido por colecionar “gols por diversos clubes das mais variadas cidades do Brasil” (TENÓRIO, 2018) tivesse sido tão facilmente dispensado após um único jogo ruim, como a narrativa oficial faz parecer. Sua trajetória, nos anos 1930, chegou a ser tema de uma matéria, que traz uma fotografia sua (Imagem 1), escrita por José da Silva Lima para a revista *Esporte Ilustrado*.

Intitulada “Mára Grinberg, o ‘forasteiro errante’ no futebol nortista” e publicada em 25 de março de 1943, a matéria dizia:

Foi numa tarde ensolarada de Outubro (1937), em São Felix, interior da Bahia, que vimos Mára jogar pela primeira vez. O rumaico atuava ao lado de Gildo e Didí, os endiabrados atacantes do Ipiranga, esse mesmo Ipiranga que há pouco nos visitou.

Causou-nos ótima impressão o jogo de Grinberg, principalmente aqueles saltos espetaculares para cabecear à boca da méta, e as emendadas violentíssimas que, por duas vezes, surpreenderam Carlito, esse baiano que, no passado próximo, tanto brilhou na defesa da cidadela do Socialista, de Maroim.

Meses depois, na capital da Bahia, tornamos a vêr Mára disputando, com Luiz Antônio o título de campeão bahiano de Ping-Pong, tendo, nessa ocasião, saído vencedor. Desde então não mais vimos o Rumaico, até que, numa manhã de Maio, de 1938, já aqui em Aracaju, tornamos a vê-lo ensaiando no “Rollemberg”, pelo Club Esportivo Sergipe, às vésperas de uma temporada que os “rubros” fizeram em Maceió. [...]

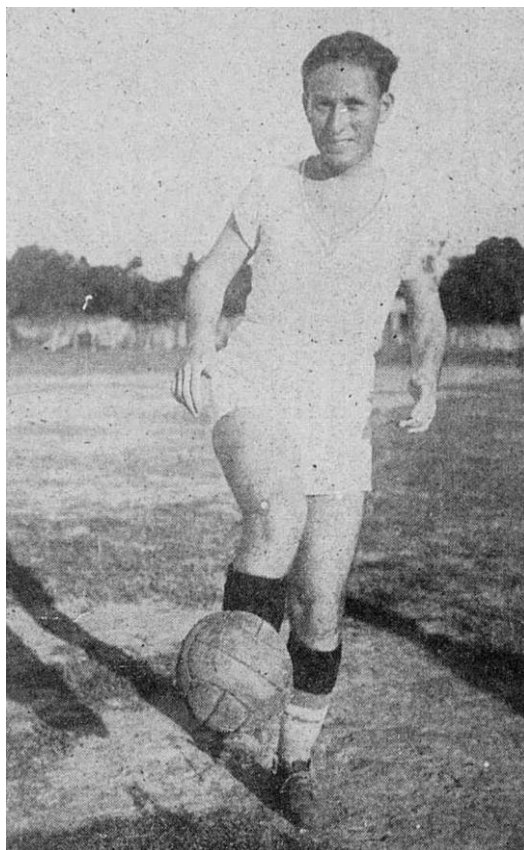
Veio para o Brasil em 1936. Atuou primeiramente em Fortaleza, pelo Ceará Esporte Clube. Teve grandes dias. Depois foi para Recife e lá

¹² “Mára Grinberg, o ‘forasteiro errante’ no futebol nortista”, *Esporte Ilustrado*, 25 de março de 1943, ed. 259, p. 18.

NO JOGO DA TRANSGRESSÃO: DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO, FUTEBOL ALAGOANO E A MEMÓRIA DE RUMAICO-MARA

defendeu as cores do Flamengo. Repetiu as grandes "performances". Marcou lindos tentos. Foi aclamado pela multidão. Mas o desejo de Mára foi de viajar sempre. Conhecer novas terras. E ei-lo na Cidade do Salvador, vestindo a camiseta do Esporte Club Bata, jogando ping-pong e recebendo medalhas. Dessa vez, porém, o rumaico não foi tão feliz como das anteriores. Fracassou num jogo e o Bahia dispensou-o. Veio para Sergipe; jogou pelo clube do mesmo nome, foi a Maceió, vestiu a camisa do C.S.A. durante alguns meses; voltou a Sergipe e aqui ficou, diz ele, definitivamente. Está cansado de pular de Estado em Estado. Inscreveu-se novamente pelo Club Esportivo Sergipe. Ensaçou algumas vezes e finalmente integrou o "onze" rubro na partida contra o Ipiranga, de Bahia, ajudando, nesse jogo, o seu clube a sair vencedor¹³.

Imagem 1: Rumaico-Mara Grinberg em 1943.



Fonte: *Esporte Ilustrado*, 25 de março de 1943, p. 18. Acervo: Fundação Biblioteca Nacional – Brasil

¹³ Ibidem.

De acordo com a nota veiculada pelos jornais *A Tribuna*¹⁴ e *Correio Paulistano*¹⁵, após virem à tona as informações sobre sua identidade de gênero, a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) teria autorizado sua transferência oficial para o “CSA de Maceió”, logo após a dispensa do clube baiano. Porém, segundo narra a revista *Esporte Ilustrado*, Grinberg chegou a jogar em Sergipe e apenas depois mudou-se para Maceió. Seja como for, por alguns meses, o jogador vestiu a camisa do CSA, conforme registra a revista, entrando para a história do futebol alagoano.

Mesmo diante da retaliação da imprensa, é interessante perceber que esse cenário não o impediu de jogar em outros clubes. Inclusive, não por acaso, após jogar no CSA por alguns meses em 1939, Grinberg retornou a Sergipe, onde passou a jogar pelo Club Esportivo Sergipe e buscou um lugar para repousar definitivamente e se desvencilhar de sua imagem de “forasteiro errante”. Lá ele teria encontrado seu lugar definitivo, já cansado de “pular de estado em estado”¹⁶.

Ora, desde sua chegada ao Brasil em 1936¹⁷, Rumaico-Mara já havia passado por diversos clubes ao redor do país. O primeiro clube brasileiro no qual ele jogou foi o Ceará e somente depois, no ano seguinte, em 1937, se mudou para Recife, a fim de jogar no Sport Club Flamengo¹⁸. Por esse motivo, em 3 de abril de 1937, seu nome apareceu nas páginas do *Diário da Manhã* de Pernambuco, entre as inscrições homologadas pela Federação Pernambucana de Desportos (FPD). Em um ato burocrático de formalização da participação de jogadores em clubes federados, ele foi formalmente registrado como jogador do Sport Club Flamengo por três anos, como lê-se abaixo:

GABINETE DA PRESIDENCIA

DESPACHO – O sr. presidente despachou, em data de ontem (sic), o seguinte expediente:

¹⁴ 4ª nota da coluna “Mosaico Esportivo”, *A Tribuna* (SP), 22 de setembro de 1939, ed. 00154, p. 6.

¹⁵ 3ª nota da coluna “De tudo um pouco”, *Correio Paulistano* (SP), 23 de setembro de 1939, ed. 25630, p. 8.

¹⁶ “Mára Grinberg, o ‘forasteiro errante’ no futebol nortista”, *Esporte Ilustrado*, 25 de março de 1943, ed. 259, 1943, p. 18.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Apesar do nome, o clube não deve ser confundido com o Clube de Regatas do Flamengo (CRF) do Rio de Janeiro.

NO JOGO DA TRANSGRESSÃO: DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO, FUTEBOL ALAGOANO E A MEMÓRIA DE RUMAICO-MARA

INSCRIÇÕES DE JOGADORES (Football) – Joaquim Francisco de Oliveira, por 2 annos, Manoel José Gonçalves, Mara Grinberg, por 3 annos para o S. C. Flamengo; Denizard Porto, João José da Silva, João Evangelista da Silva, Octacilio Fernandes Motta, Luiz Gonzaga de Lima, José Bernardino da Silva, Bertino Fernandes Silva por 3 annos para o Central S. C [...] ¹⁹.

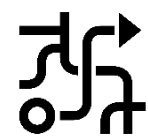
Quatro dias após divulgarem a homologação da inscrição, seu nome foi mencionado novamente, agora entre os “sócios effectivos do club [Sport Club Flamengo]”²⁰. Essa formalização indica o contexto histórico que o futebol dos anos de 1930 estava inserido. Segundo Plínio Negreiros (2003), foi justamente entre as décadas de 1930 e 1940, durante a Era Vargas, que o futebol brasileiro passou por um período de transição, caracterizado pela consolidação e formalização da profissão do jogador, embora ainda marcado por fortes traços do amadorismo (2003, p. 122). Esse momento representou uma ruptura no campo esportivo, impulsionando o processo de profissionalização dos jogadores de futebol.

Luiz Carlos Ribeiro e Jhonatan Uewerton Souza (2021) também observam que, embora os debates sobre a profissionalização antecedam a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, o contexto da década de 1930 foi decisivo para o futebol brasileiro, tendo em vista a popularização do esporte naquela época e sua consolidação como um “esporte de massas”. Nesse cenário, ganha destaque a tentativa, apoiada pelo governo, de fomentar a “construção da ideia de nação a partir do futebol” (NEGREIROS, 2003, p. 127), evidenciando o entrelaçamento entre as instituições públicas e os esportes ao longo da Era Vargas (RIBEIRO; SOUZA, 2021, p. 170).

Por outro lado, ainda que Negreiros (2003) saliente que houve uma tentativa de usar o futebol para uma “construção da ideia de nação”, é fato que, assim como mostra Emanuelle Lins de Andrade, pessoas dissidentes da endocisheteronorma e judeus, assim como os comunistas, “não se enquadravam no tipo de nação que Vargas desejava construir” (2009, p. 7). Assim, mesmo que Rumaico-Mara fosse um jogador de grande prestígio, não foi enquadrado no modelo de “cidadão ideal” da nação varguista dos anos de 1930. Pelo contrário, seu corpo dissidente do CISTema,

¹⁹ “O dia de hontem (sic) na Federação Pernambucana de Desportos”, *Diário da Manhã (PE)*, 3 de abril de 1937, ed. 0403, p. 10.

²⁰ “Sport Clube Flamengo”, *Diário de Pernambuco*, 7 de abril de 1937, ed. 00125, p. 9.



estrangeiro e, sobretudo, judeu era alvo de um projeto de exotização e deslegitimação promovido pelo Estado e pela mídia.

EM CAMPO II - EXOTIZAÇÃO E ESPETACULARIZAÇÃO

Em um primeiro momento, o governo brasileiro permitiu a entrada de imigrantes, incluindo judeus, por acreditar que eles seriam rapidamente “absorvidos pela cultura e costumes do Brasil” e, por fim, abandonariam sua “bagagem cultural” (ARAÚJO, 2015, p. 39). Contudo, não foi isso o que aconteceu. Especialmente após o golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, os imigrantes que viviam em solo brasileiro e que não haviam se adequado aos novos “costumes”, ou que se contrapunham às políticas nacionalistas de Vargas, foram rapidamente rotulados de “alienígenas” e, segundo Diego Souza de Araújo, “combatidos em nome da unidade nacional” (2015, p. 54).

Ainda conforme Araújo (2015), durante o governo varguista, especialmente após o início do Estado Novo, a mídia – incluindo a imprensa – tornou-se uma grande produtora de narrativas sensacionalistas, construídas com o intuito de “alarmar a população e criar um inimigo comum: o estrangeiro que ainda resistia à assimilação dos valores da cultura brasileira” (2015, p. 46). Assim, exotizava-se e desumanizava-se principalmente a população judaica como uma “raça vil” – e, por vezes, vinculada ao comunismo – com o objetivo de aumentar a política repressora aos imigrantes e forçá-los a aderir a identidade brasileira.

Diante disso, é importante destacar que, conforme Judith Butler, as chamadas “normas racistas” costumam se articular para manter vigente a distinção entre os corpos que podem ser reconhecidos como humanos e os corpos que não podem (2018, p. 66), enquanto aqueles que “não vivem o seu gênero de modos inteligíveis” acabam por ser inseridos em um cenário de exposição ainda maior a violências (Idem, p. 35), induzidos, por fim, à situação de precariedade. Dessa forma, esse processo de desumanização, deslegitimação e de precarização, no caso de Grinberg, foi evidenciado principalmente pela imprensa da época.

Entre o fim dos anos de 1930 e início de 1940, a espetacularização e exotização do jogador tornaram-se bastante evidentes, tendo os jornais brasileiros um papel fundamental nesse processo. Além de atribuírem a ele o título de “forasteiro errante”, como já mencionado – que, embora se esforçasse para “falar bem o português”, estaria sempre fadado a ser identificado “como estrangeiro” pelo seu sotaque peculiar²¹ –, Grinberg passou a ser conhecido por viver de “maneiras esquisitas”²².

Ao nomeá-lo como um “ex-mulher”, a imprensa reafirmava seu lugar na matriz hierárquica das relações de gênero – endocisheteronormativa – e corroborava com o pacto narcísico da cisgeneridade (PFEIL; PFEIL, 2022; 2024). Pois, a cisgeneridade utiliza o poder institucional com o objetivo de manter corpos trans em posição de incongruência a partir de um “pacto narcísico”, tal qual a branquitude.

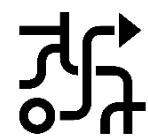
Sendo assim, essa “ofensa da nomeação”, que consiste no ato endocisheteronormativo de nomear o corpo do Outro a partir de “fantasias cisgêneras sobre o que significa ser uma pessoa trans” (PFEIL; PFEIL, 2024, p. 6), somadas a “posturas depreciativas e desdenhosas por parte dessa cisgeneridade” (PFEIL; PFEIL, 2024, p. 6) buscou deslocar Rumaico-Mara para o lugar da abjeção, da estranheza e da ininteligibilidade de gênero. Ora, tais “maneiras esquisitas” de Grinberg viver foram entendidas, em sua época, como uma forma de o jogador bessarabiano ocultar a “verdade” sobre sua “controversa operação”, como diziam os jornais da época²³.

Entre as décadas de 1920 e 1930, um dos temas mais comentados internacionalmente no campo da medicina foi o caso da artista dinamarquesa Lili Elbe, frequentemente mencionada como “uma das primeiras pessoas a se submeter a cirurgias de redesignação sexual” (REYES; CID; SOUZA, 2024, p. 95). Além disso, segundo Paul Preciado, a década seguinte foi marcada pela primeira cirurgia de

²¹ “Mára Grinberg, o ‘forasteiro errante’ no futebol nortista”, *Esporte Ilustrado*, 25 de março de 1943, ed. 259, 1943, p. 18.

²² “Jogador do CSA que já foi mulher”, *Jornal de Alagoas*, 17 de janeiro de 1971, ed. 299, p. 3 (caderno 2).

²³ 4ª nota da coluna “Mosaico Esportivo”, *A Tribuna* (SP), 22 de setembro de 1939, ed. 00154, p. 6; 3ª nota da coluna “De tudo um pouco”, *Correio Paulistano* (SP), 23 de setembro de 1939, ed. 25630, p. 8.



faloplastia em sujeitos transmasculinos no Reino Unido, conduzida pelo médico Harold Gillies no corpo de Michael Dillon (2018, p. 29).

Nesse contexto, ao tratar Rumaico-Mara como “ex-mulher” e falar sobre sua “operação”, a imprensa engajou-se no que Michel Foucault (1983) chamou de busca pelo “verdadeiro sexo”. Segundo Foucault, o sexo aparece no discurso médico-social como algo que carrega as “verdades mais secretas e profundas” de um sujeito. Tal desejo parte da premissa de que há um único e “verdadeiro” sexo para cada ser, que permitiria desvendar as determinações naturais e as “raízes de seu eu” (Idem, p. 2-4). Não nos interessa aqui realizar uma busca pelo “verdadeiro sexo” de Rumaico-Mara, visto que estaríamos perpetuando as violências que a imprensa brasileira já impôs sobre seu corpo.

Quanto à repercussão de sua história na imprensa, é possível observar que seu caso foi utilizado pelos jornais como meio de propagar sensacionalismo e espetacularização sobre corpos gênero-dissidentes e sobre judeus imigrantes. Assim, não é de se admirar que, durante o governo Vargas, o principal patrocinador da imprensa no Brasil foi o próprio Estado, que comprava seu apoio através de auxílio financeiro e fornecimento de recursos.

Por esse motivo, segundo Emanuelle Lins de Andrade, a imprensa foi utilizada, principalmente a partir do Estado Novo, em 1937, como um instrumento capaz de “formar opinião, e doutrinar a população” (2009, p. 3), instruindo o povo a “odiar toda doutrina exótica” e a “repudiar os comunistas, os homossexuais, os judeus, [...] todos aqueles que não se enquadravam no tipo de nação que Vargas desejava construir” (Idem, p. 7).

Por ser um sujeito trans, judeu, imigrante e possivelmente intersexo, o jogador foi encarnado como a antítese do sujeito ideal que era propagado pelo governo e pela imprensa. O destino de Grinberg após o início da década de 1943 permanece envolto em incertezas, junto a tantos outros imigrantes que, segundo Araújo, foram “perseguidos abertamente por serem vistos pela elite como parasitas, seres inassimiláveis que não conseguiam se adequar a cultura brasileira” (2015, p. 76).

Sabemos que em 1944, um ano após a publicação da matéria – já mencionada – da revista *Esporte Ilustrado*, seu irmão, chamado Itzhak, voluntariou-se para integrar o *front* do exército soviético durante a Segunda Guerra Mundial e nunca mais voltou para casa. Seu irmão mais novo, Grigory, e sua mãe, Bertha Grinberg, por outro lado, retornaram a Chisinau naquele mesmo ano (SOLOVIOVA, 2014), após terem passado cerca de três anos distantes, fugidos da cidade juntamente com outros judeus, após forças nazistas alemãs e romenas, em 1941, exterminarem grande parte da população judaica na Bessarábia durante a Operação Barbarossa.

Durante esse período, Grinberg desapareceu das fontes conhecidas até o momento. Sem deixar rastros, o tempo nos legou apenas o silêncio – um silêncio que seria rompido, em parte, somente na década de 1960.

ALÉM DO CAMPO: [ENDOCIS]DESLEGITIMAÇÃO RETROATIVA

Depois da matéria publicada pela revista *Esporte Ilustrado* em 1943, o nome de Rumaico-Mara só voltou a aparecer nas fontes conhecidas dezessete anos mais tarde, em um registro de imigrantes. O documento da Delegacia Especializada de Estrangeiros de São Paulo, presente atualmente no Arquivo Público do Estado de São Paulo, mostra que Grinberg foi registrado – provavelmente recadastrado – como imigrante no Brasil em 17 de junho de 1960²⁴, conforme previa o Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938.

Diante disso, é válido ressaltar que seu “registro de estrangeiro”, realizado no dia 17 de junho de 1960, não indica necessariamente que o bessarabiano tenha saído do Brasil durante os anos de 1940, como alguns poderiam sugerir, e retornado apenas em junho de 1960. O mais provável é que tenha se tratado apenas de uma atualização documental, algo bastante comum naquele período entre os imigrantes que já viviam no país. Segundo o decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, “qualquer mudança de trabalho, emprego ou domicílio importará novo registro perante a autoridade policial,

²⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (Brasil). *São Paulo, Brazil registros*. Imagens. FamilySearch. Acesso em: 2 de maio de 2025 (Atualmente não está mais disponível de forma online). Imagem 643 de 812. Image Group Number: 100165299.

que dará ciência devida ao Conselho de Imigração e Colonização”²⁵, o que pode explicar, por sua vez, o cadastramento de Grinberg em São Paulo.

Não sabemos se Grinberg ainda estava vivo quando, quatro anos depois de seu cadastramento, no dia primeiro de abril 1964, as músicas militares invadiram as rádios brasileiras e o golpe militar foi, por fim, anunciado, destituindo João Goulart do cargo de Presidente da República e iniciando um dos períodos mais atroz da história do Brasil. Se os olhos de Grinberg testemunharam a censura militar e se seus ouvidos ouviram sobre as várias histórias de torturas infligidas contra sujeitos considerados “subversivos”, ou ainda se seu corpo sofreu das tentativas sistemáticas da ditadura civil-militar em controlar e silenciar os corpos dissidentes da endocisheteronorma, nós não sabemos. Nenhum outro vestígio sobre sua vida após 1960 - aparentemente - sobreviveu ao tempo para nos confirmar isso.

Contudo, uma década após seu cadastramento, já no auge da ditadura civil-militar, seu nome emergiu do silêncio. Como já mencionado no início deste artigo, em 17 de janeiro de 1971, uma nota veiculada pelo *Jornal de Alagoas* trouxe o nome de Grinberg novamente aos holofotes da imprensa.

O corpo e a memória do jogador continuavam sendo perpassados pelos discursos de exotização e sensacionalização. O ressurgimento do “escândalo” de Grinberg nas páginas da imprensa ocorreu no mesmo ano em que haveria de ser realizada a cirurgia da travesti Waldirene Nogueira, conhecida por ter passado pela primeira cirurgia de afirmação de gênero no Brasil (COLLARES; TEMPLES, 2023). Diante disso, retomamos a pergunta presente no início deste artigo: *por que Grinberg, que atuou nos campos de futebol brasileiros entre os anos de 1930 e 1940, voltou a ser assunto das páginas do Jornal de Alagoas em 1971?*

Ora, a retomada do “escândalo” de Rumaico-Mara – três décadas após o ocorrido – não era apenas um gesto de preservação da memória, mas sim um dispositivo de controle social. Ressuscitar a sua história servia a um propósito para a

²⁵ BRASIL. Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 6 maio 1938, p. 8494. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Alagoas daquele período: reinscrever, no imaginário coletivo, as dissidências de gênero como fraude e erro, principalmente em um momento em que jornais e revistas atestavam que os sujeitos que hoje entendemos como LGBTQIAPN+ haviam se tornado um assunto público de grande relevância (SILVA, 2023).

Não havia coincidências ou homenagens tardias naquela nota, mas a tentativa de tornar Grinberg um corpo exótico pela imprensa, através de uma narrativa marcada pelo que podemos chamar de *endocisdeslegitimação retroativa*. Dessa forma, a história de Rumaico-Mara foi trazida não apenas para desqualificar seu corpo, mas também para regular o presente através do uso do passado, deslegitimando sujeitos dissidentes e endossando limites de gênero. Nomeou-se o jogador novamente como “ex-mulher” com o intuito de manter os corpos trans e intersexo no lugar de “incongruência”, mantendo, assim, a endocisheteronorma e o pacto narcísico da cisgeneridade a partir de uma “estratégia de proteção pelo extermínio do ‘Outro’” (PFEIL; PFEIL, 2024).

Entre as décadas de 1970 e 1980, Maceió foi marcada por um intenso fluxo migratório de sujeitos dissidentes, oriundos sobretudo do interior do estado para a capital (ARAÚJO, 2024). Nesse contexto, a cidade assistiu a uma expressiva ocupação dos espaços públicos – como ruas e praças – por homossexuais, travestis e mulheres associadas à prostituição, fenômeno que ficou conhecido como a “invasão de mariposas e pederastas” (SILVA FILHO, 2024). De maneira similar, bares e cinemas também passaram a ser apropriados por essas populações dissidentes de Maceió, tornando-se espaços importantes para suas sociabilidades e encontros (VERAS, 2021).

Nesse contexto, como aponta Paulo Araújo (2024), a imprensa alagoana desempenhou um papel crucial na tentativa de controlar corpos considerados transgressores, utilizando notícias para atender aos interesses do Estado no combate às populações de gênero e sexualidade dissidentes. Um exemplo dessa atuação foi a publicação, pela *Gazeta de Alagoas*, de uma matéria sobre a travesti Nelsita, uma cozinheira oriunda de Palmeira dos Índios (AL), que havia migrado para Maceió e foi presa em 1969. Conforme problematiza Araújo, a matéria não se limitava a uma

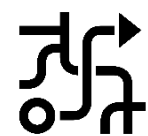
função informativa, mas servia a interesses específicos de controle social: “[...] o detalhamento da origem de Nelsita pode se comunicar indiretamente com outros/as leitores/as, informando que esses indesejáveis não fazem parte da cidade de Maceió pensada pela ditadura civil-militar” (idem, p. 324).

Alguns anos antes, em 1966, o jornal *Gazeta de Alagoas* também havia estampado em suas páginas o caso de outro homem trans, chamado José João da Conceição, que ficou conhecido como o “homem que deu à luz uma criança na caatinga alagoana”. Como mostra Benan Liel de Moraes Silva, José João também sofreu da espetacularização e da exotização por parte dos jornais alagoanos, que também o transformaram naquilo que Silva chama de “figura do aberrativo” (Idem, p. 355), marcado pela desumanização instrumentalizada a partir de chacotas e do exotismo.

Não obstante, José João da Conceição foi colocado, pela imprensa e pela medicina, no “lugar do a-normal, daquilo que é exótico, abjeto” (2024, p. 338) e, de modo semelhante a Grinberg, também foi trazido de volta aos holofotes da imprensa alagoana na década de 1970, mais especificamente no ano de 1979. Sendo assim, como aponta Silva, os jornais “tiveram muitas certezas a oferecer sobre o ‘verdadeiro’ sexo de João [...] para aqueles que teriam sido ‘enganados’ pela ‘farsa’ de João” (Idem, p. 353-354).

Neste ponto da história, sabemos muito mais sobre o que foi dito a respeito de Rumaico-Mara Grinberg do que, de fato, quem ele foi. Os silêncios que se impuseram sobre sua vida ao longo do tempo não decorreram apenas do esquecimento popular, mas também integraram um processo maior de deslegitimação e invisibilização. Ao tentar silenciar Grinberg, instaurou-se uma dupla via de repressão: calava-se a sua existência para que se ouvisse, de forma ainda mais audível, os ecos das normas e punições impostas aos corpos dissidentes.

PARTIDA FINAL OU PRORROGAÇÃO



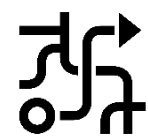
Nos últimos anos, a historiografia alagoana vem passando por um processo de rompimento com os silêncios que foram, durante muito tempo, impostos sobre os sujeitos dissidentes de sexo e gênero do passado, retirando-os da invisibilidade e da posição de sujeitos a-históricos e colocando-os à posição de agentes da história. Desse modo, não é por acaso que somente agora Grinberg pôde ter sua memória (re) construída em uma narrativa historiográfica pela primeira vez – ainda que marcada por inúmeras lacunas.

No ano de 2024, o nome de Grinberg chegou a ser mencionado brevemente em algumas matérias digitais, após o Ceará Sporting Club entrar para a história do futebol brasileiro como o clube com o maior número de estrangeiros durante sua trajetória²⁶. Nessa ocasião, Rumaico-Mara foi referido como sendo um dos jogadores estrangeiros que passaram pelo Ceará. Todavia, para além disso, nada foi dito sobre sua situação como judeu perseguido e/ou como sujeito dissidente das normas de gênero.

Diante disso, é preciso lembrar que o apagamento de Rumaico-Mara Grinberg na história do futebol brasileiro – e, especialmente, do futebol nordestino – não decorre apenas de um sintoma de esquecimento popular, foi parte de um processo maior de exotização, deslegitimação e invisibilização instaurado contra seu corpo e contra sua memória e que se perpetuou até os dias atuais. Dessa forma, falar sobre Grinberg é costurar retalhos, ler os silêncios e escrever sobre as lacunas, (re)construindo um passado que foi dura e sistematicamente fragmentado, assim como o de tantos outros sujeitos vistos como “indesejáveis” aos olhos da endocisheteronorma e das normas étnico-raciais.

Sabendo disso, é possível afirmar que a história de Grinberg é um exemplo de como diferentes estruturas opressivas se entrecruzam a fim de precarizar certos

²⁶ MARQUES, Vladimir. *Em 2024, Ceará terá recorde de estrangeiros no elenco; veja todos desde 1929*. ge.globo.com, 10 jan. 2024. Disponível em: <https://ge.globo.com/ce/futebol/times/ceara/noticia/2024/01/10/em-2024-ceara-tera-recorde-de-estrangeiros-no-elenco-veja-todos-desde-1929.ghtml>. Acesso em: 29 abr. 2025. / SILVA, Lucas. *Ceará alcança marca de 12 estrangeiros contratados no século; veja nomes*. O POVO, 10 jan. 2024. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/esportes/futebol/times/ceara/2024/01/10/ceara-alcanca-marca-de-12-estrangeiros-contratados-no-seculo-veja-nomes.html>. Acesso em: 29 abr. 2025.



corpos e torná-los “não-humanos” (BUTLER, 2018). Sua trajetória, da Bessarábia ao Brasil, evidencia a necessidade de uma historiografia que considera os “múltiplos terrenos identitários” a partir da interseccionalidade (CRENSHAW, 2020, p. 27), visto que as violências que se instauraram contra seu corpo entrecruzavam o gênero e a raça.

Percorrer parte da sua trajetória na contemporaneidade não significa apenas retomar uma personagem do passado, mas reconhecer que suas vivências, marcadas por silêncios e apagamentos, são reverberadas nas disputas de memória e (re)existência que marcam o presente. Em um contexto no qual atletas trans vêm reivindicando visibilidade e legitimidade no futebol alagoano, como tem se evidenciado no projeto de campanha *Uma Partida de Transformação*, torna-se imprescindível compreender que as dissidências de gênero no esporte não são fenômenos recentes. Assim, Grinberg aparece como uma existência que desafia os limites da norma e que evidencia o que foi silenciado e o que ainda está em disputa dentro do futebol alagoano.

Se outras pessoas disseram, outrora, que “quase ninguém conhece a história de um desses ciganos da bola que percorreu milhares de quilômetros até se estabelecer no Nordeste do Brasil” (TENÓRIO, 2018), referindo-se a esse jogador bessarabiano, hoje é possível afirmar que o silêncio histórico que tanto enlaçou os lábios de Clio, ocultando o nome de Grinberg, começou a ser, enfim, rompido.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Juno Nedel Mendes de. *Habitando as margens: a patologização das identidades trans e seus efeitos no Brasil a partir do caso Mário da Silva (1949-1959)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2020

ANDRADE, Emanuelle Lins de. *Jornalismo dos anos de 1930: informação e doutrinação*. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009, p. 1-8.

ARAUJO, Diego Souza de. *A influência das medidas restritivas da Era Vargas (1930–1945) nas relações com a URSS e a Polônia*. 2015. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2015.

ARAÚJO, Paulo Henrique dos Santos. Na mira do Estado: a “Operação Pederasta” e o higienismo moral-sexual e de classe na ditadura civil-militar em Maceió, AL (1960-1970). In: SODÓ, Roberta; VERAS, Elias Ferreira (orgs.). *(In)Desejáveis: LGBTQIA+ e feminismo na imprensa de Alagoas (século XX)*. Maceió: Edufal, 2024. p. 309-335.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (Brasil). *São Paulo, Brazil registros*. Imagens. FamilySearch. Acesso em: 2 de maio de 2025 (Atualmente indisponível em forma online). Imagem 643 de 812. Image Group Number: 100165299.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CALADO, Cecília. “Campanha ‘Uma partida de transformação’ reforça visibilidade trans no esporte”, *Notícias – Universidade Federal de Alagoas*, 18 de março de 2025. Disponível em: <https://noticias.ufal.br/ufal/noticias/2025/3/campanha-uma-partida-de-transformacao-reforca-visibilidade-trans-no-esporte>

CRENSHAW, Kimberlé. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas identitárias e violência contra mulheres de cor. In: MARTINS, Ana Claudia Aymoré;

VERAS, Elias Ferreira (Org.). *Corpos em aliança: diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade*. — 1ª ed. — Curitiba: Appris, 2020.

ESPORTE ILUSTRADO. *Mára Grinberg, o ‘forasteiro errante’ no futebol nortista*. Rio de Janeiro: n. 26, p. 18, 25 mar. 1943. Acervo: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/182664/per182664_1943_00259.pdf. Acesso em: 02 de março de 2025.

FAJE, Florin. *Playing for and against the nation: football in interwar Romania*. Nationalities Papers, v. 43, n. 1, p. 160–177, 2015.

FALCÃO, Duda. “Romaico”. *Bahêa na História*, 2013. Disponível em: <https://obaheanahistoria.blogspot.com/2013/07/nevercino.html>. Acesso em: 14 de março de 2025.

FOUCAULT, Michel. "O verdadeiro sexo". In: BARBIN, Herculine. *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*. Tradução de Irley Franco. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, p. 1-9.

FUX, Samuel; FUX, Jacques. *Meu Pai: E o fim dos judeus da Bessarábia*. 1. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2023.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos – O Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MORANDO, Luiz. 'Miloca que virou David': intersexualidade em Belo Horizonte (1917-1939). *Bagoas: Revista de Estudos Gays*, v. 6, p. 147-169, 2012.

_____. Ser homem trans no Brasil no começo do século XX; o caso Dorival Reples. In: Marco Aurélio Mximo Prado; Rafaela Vasconcelos Freitas. (Org.). *Travestilidades em diálogo na pista acadêmica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022, v. 1, p. 401-414.

_____. Olhares ex-cêntricos: imprensa brasileira e transgeneridade (1930-1939). In: Paulo souto Maior; Fábio Ronaldo da Silva. (Org.). *Páginas de transgressão: a imprensa gay no Brasil*. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2021, v. 1, p. 275-298.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos. *Futebol nos anos 1930 e 1940: construindo a identidade nacional*. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 39, p. 121-151, 2003. Editora UFPR.

PFEIL, Bruno Latini; PFEIL, Cello Latini. A ofensa da nomeação. In: Miranda, Eduardo O; SANTOS, Marta Alencar dos; CASTELEIRA, Rodrigo Pedro. *Enviadescer a Decolonialidade*. 1ed. Salvador: Devires, 2022. p. 171-187

PFEIL, Cello Latini; PFEIL, Bruno Latini. O pacto cisgênero da recusa: da negação de si à nomeação do outro. In: *SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 13. Anais eletrônicos*. Florianópolis, 2024. p. 1-10.

PORTER, Roy. "História do corpo". In: BURKE, Peter (org). *A escrita da História: novas perspectivas*. SP: Ed. UNESP, 1992.

PRECIADO, P. B. *Testo Junkie – Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. N-1 Edições, 2018.

REYES, Héctor Luis Baz; CID, Augusto Claudio Andrés Obando; SOUZA, Regina Maria de. A garota dinamarquesa: como ler um corpo no transfeminismo. *Psicologia da Educação*, São Paulo, n. 57, p. 94–103, 2024.

RIBEIRO, Luiz Carlos; SOUZA, Jhonatan Uewerton. O futebol na proposta autoritária e corporativista da Era Vargas (1930-1945). *Topoi (Rio de Janeiro)*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 46, p. 160–181, jan./abr. 2021.

RODRIGUEZ, Ale Mujica; MEDEIROS, Raiz Policarpo. *Justiça reprodutiva para todes: saúde, gestação e parentalidade dissidentes*. S.L: Morgani Guzzo, 2024. Disponível em: <https://catarinas.info/wp-content/uploads/2016/07/Cartilha-Justica-Reprodutiva-paraTodes.pdf>. Acesso em 04 mar. 2026

SILVA, Benan Liel de Moraes. Discurso médico-midiático sobre o corpo, o gênero e performance de José João da Conceição (1966 a 1979). In: SODÓ, Roberta; VERAS, Elias Ferreira (orgs.). *(In)Desejáveis: LGBTQIA+ e feminismo na imprensa de Alagoas (século XX)*. Maceió: Edufal, 2024. p. 337-361.

SILVA FILHO, Isaac Freitas da. “Invasão de mariposas e pederastas”: sociabilidades dissidentes e subversivas em Maceió (AL) (1970). In: SODÓ, Roberta; VERAS, Elias Ferreira (orgs.). *(In)Desejáveis: LGBTQIA+ e feminismo na imprensa de Alagoas (século XX)*. Maceió: Edufal, 2024. p. 385-417.

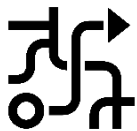
SILVA, Natanael de Freitas. A visibilidade dos homossexuais no Brasil da abertura: contraconduta. In: VERAS, Elias; PEDRO, Joana Maria; SCHMIDT, Benito (orgs.). *(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil*. Maceió: Edufal, 2023. p. 339-368.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2015. 244p

SOLOVIOVA, Tatiana. “«Настоящий полковник» Гринберг. *Dorledor.info*, 2014. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20150923221410/http://www.dorledor.info/node/17492>. Acesso em: 18 de maio de 2025.

TEDESCO, Caio de Souza. *Não se nasce homem, torna-se: a emergência das transmasculinidades e o espaço biográfico de João Walter Nery (1950-1988)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2022

TEDESCO, Caio de Souza. História e transmasculinidades: desafios e possibilidades para uma operação historiográfica que transgrida a cisnormatividade. In: PINTO, Rhanielly Pereira do Nascimento; ALVES, Jorge Luiz da Silva (orgs.). *Anômalos: diálogos interseccionais*. Rio de Janeiro: Autografia, 2024. p. 99-126.



TENÓRIO, Davi. “Mara Grinberg: Um romeno com as cores do Club Sportivo Sergipe”. *Almanaque do Gipão*, 2018. Disponível em: <https://almanaquedogipao.blogspot.com/2018/06/maragrinberg-um-romeno-com-as-cores-do.html#more>. Acesso em: 14 de março de 2025

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 90-109, set./dez. 2014

VERAS, Elias Ferreira. “Gay é liberdade”: homossexualidades em Maceió (AL) na abertura. In: RODRIGUES, Rita Colaço; VERAS, Elias; SCHMIDT, Benito (orgs.). *Clio sai do armário: historiografia LGBTQIA+*. São Paulo: Letra e Voz, 2021. p. 171-184

VIEIRA, Amiel. Intersexo e intersexofobia: Até quando ser eu será um problema?. In: *Revista Fórum*. 16 jul. 2021
1998.

Recebido em 26/03/2026

Aprovado em 24/04/2026



ROQUE, Juliana Nogueira Garcia*
<https://orcid.org/0009-0005-1105-1959>

RESUMO: O presente artigo baseia-se no conceito foucaultiano de *norma* para analisar empiricamente o ideal estético promovido pela Ação Integralista Brasileira (AIB) por meio de sua imprensa. Fundada em 1932 por Plínio Salgado, a AIB configurou-se como a maior expressão do fascismo na América Latina. Visando à criação do “novo homem fascista”, o movimento mobilizou saberes médicos-eugênicos amplamente disseminados na sociedade brasileira na década de 1930, difundindo uma concepção específica de beleza considerada “normal”. Nesse processo, um conjunto de *normas* instituiu um padrão estético que extrapolava a aparência física e se articulava a valores morais, produzindo classificações qualitativas e hierarquizadas e marcando como *anormais* aqueles que não se adequavam ao esperado. A *anormalidade*, assim, deixava de ser uma diferença e operava como ameaça ao futuro da espécie, recaindo, majoritariamente, sobre os corpos femininos.

PALAVRAS-CHAVE: Ação Integralista Brasileira; Eugenia; Norma.

ABSTRACT: This article draws on the Foucauldian concept of the norm to empirically analyze the aesthetic ideal promoted by the Brazilian Integralist Action (AIB) through its press. Founded in 1932 by Plínio Salgado, the AIB emerged as the most significant expression of fascism in Latin America. Aiming at the creation of the “new fascist man”, synthesized in the image of the “Integral Man”, the movement mobilized medical and eugenic forms of knowledge widely disseminated in Brazilian society during the 1930s, thereby promoting a specific conception of beauty regarded as “normal”. In this process, a set of norms established an aesthetic standard that went beyond physical appearance and was articulated with moral values, producing qualitative and exclusionary classifications and marking as abnormal those who failed to conform to expected standards. Abnormality thus ceased to be merely a difference and came to operate as a threat to the future of the species, falling predominantly upon female bodies.

KEYWORDS: Portuguese Inquisition; Colonial Amazonia; Sexualities.

* Graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora – MG (2025). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGH/UFJF). Bolsista da Fundação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES). Atualmente, é secretária da Rede de Investigação Direitas, História e Memória (CNPq).

INTRODUÇÃO

Nascida em meio à convergência das ideias autoritárias de direita no cenário brasileiro, em uma sociedade em transição, e sob o impacto da nova situação internacional, marcada simultaneamente pela revolução soviética e pela contrarrevolução fascista (Trindade, 1979), a Ação Integralista Brasileira (AIB) consolidou-se enquanto a maior expressão do fascismo extraeuropeu, bem como o principal movimento fascista da América Latina (Pinto, 2021).

Congregando ideias fascistas e eugenistas¹ em circulação no início do século XX, que foram apropriadas e ressignificadas com base no contexto local, a AIB buscou instituir uma gestão calculista da vida, centrada, simultaneamente, no corpo individual e na população. Tratou-se de um verdadeiro projeto biopolítico, que mobilizou técnicas disciplinares e regulamentadoras, uma dimensão ainda pouco explorada pela historiografia do integralismo. Partindo desse princípio, o presente artigo pretende evidenciar como o fascismo brasileiro estruturou um padrão estético normalizador a partir de postulados eugênicos, mobilizando para isso a conceituação foucaultiana de *norma*.

Segundo Michel Foucault (1999), entre o fim do século XVIII e o início do século XIX, o poder mobilizado pelos Estados nacionais transformou-se notoriamente, de modo a centrar-se na gestão completa da vida dos indivíduos, por meio de uma administração biológica racionalizada. O aparecimento de questões relacionadas à natalidade, à longevidade, à gestão da saúde pública, à habitação, à alimentação, à migração, à sexualidade, dentre outras, tornou-se uma preocupação política, gerenciada a partir de técnicas para obter a sujeição dos corpos e o controle das populações. “[...] tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *controles reguladores: uma biopolítica da população*” (Foucault, 1999,

¹ Sobre o processo de apropriação e ressignificação das ideias eugênicas pelo fascismo brasileiro, conferir: GERALDO, Endrica. *Entre a Raça e a Nação: A família como alvo dos projetos eugenista e integralista na nação brasileira nas décadas de 1920 e 1930*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001, 150 p.; e PACHECO, Gabriela Santi. *Integralismo e eugenia: o papel das mulheres no projeto de regeneração nacional do fascismo brasileiro*. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. 32, p.1-19, 2025.

p.131, grifos do autor). Portanto, o homem, enquanto ser vivo, passou a estar no centro da tomada de poder, em uma espécie de estatização do biológico.

Neste cenário, os projetos políticos modernos, como foi o caso do fascismo, fizeram da vida e dos seus mecanismos um campo central de sua atuação, visto que a capacidade de sua administração era diretamente proporcional ao tamanho do seu poder. Segundo Roger Griffin (2010), o fascismo pode ser interpretado como uma forma intensamente politizada de uma rebelião modernista contra a decadência moderna, que visava pôr em prática um renascimento nacional e/ou étnico totalizador. No anseio generalizado por uma mudança radical, ele cruzou-se, em alguns casos, com projetos que também visavam uma transformação social profunda, como a eugenia.

Como destaca Marius Turda (2010), a eugenia tornou-se parte de uma agenda biopolítica mais ampla, influenciando visões de regeneração nacional e projetos biopolíticos. Portando-se como uma tecnologia do biopoder, que visava filtrar e melhorar biologicamente a população nacional, o saber-poder eugênico foi responsável por produzir uma *norma* específica sobre a vida e as formas de governabilidade ligadas a ela.

Entende-se a *norma* como uma noção que ultrapassa o discurso jurídico, definindo um código que não será o da lei, mas o da normalização. Ela é pautada em um saber clínico, capaz de distinguir permanentemente aquilo que é “normal” e o que é “patológico” (Revel, 2002). De acordo com Foucault (2007), entre o final do século XVIII e o início do século XIX, o poder disciplinar substituiu o modelo jurídico de sociedade, dando lugar a um processo de medicalização social organizado em torno da regra “natural”, ou seja, da *norma*. Ansiando pelo adestramento dos indivíduos, o poder disciplinar passou a utilizar-se de classificações hierárquicas e de sanções normalizadoras, que resultavam em construções de modelos normalizadores (Foucault, 1999).

A partir de uma análise empírica das fontes da imprensa integralista, este estudo busca compreender o ideal estético normalizador promovido pela AIB e identificar como, sustentado por um saber médico-eugênico, o movimento elaborou e difundiu uma concepção específica de beleza “normal”, amplamente veiculada em seus periódicos. Sabe-se que, ao longo da história humana, o conceito de “beleza” assumiu diversos significados, variando conforme os contextos culturais, sociais e

locais específicos. Entretanto, ainda que o termo seja modificado por conjunturas próprias, ele encontra-se, em todos os tempos, associado à busca por uma composição corporal com propensão ao “belo” (Silveira et al., 2022), ou seja, ao “normal”.

A NORMALIZAÇÃO MÉDICO-EUGÊNICA E A CONSTRUÇÃO DO “HOMEM INTEGRAL”

Criada pelo inglês Francis Galton (1822–1911) no final do século XIX, a eugenia estabeleceu-se enquanto uma ciência que, baseada nos postulados da hereditariedade e da seleção natural, buscava garantir o aprimoramento racial e biológico dos seres humanos. O projeto galtoniano partiu do pressuposto de que “era possível intervir no processo reprodutivo das futuras gerações, criando medidas efetivas de controle sobre a hereditariedade, o corpo e as habilidades mentais das populações humanas” (Souza et al., 2024, p.195).

Com efeito, no século seguinte, a eugenia expandiu-se mundialmente, assumindo um caráter transnacional, e inspirou diversos intelectuais, instituições e projetos políticos que visavam o aprimoramento racial e melhoramento biológico da população. Turda e Diwan (2023) afirmam que, como tal, ela pode ser explicada por experiências históricas que se encontravam reciprocamente conectadas e que se multiplicaram de acordo com as distintas realidades locais.

Assim, além de comportar-se enquanto ciência, as ideias eugênicas tornaram-se parte de um conjunto explícito de propostas políticas baseadas na ciência e na hereditariedade, caracterizando-se, simultaneamente, enquanto um movimento social (Stepan, 2005). Ainda que a eugenia tenha adquirido características específicas em cada país, encontrando-se intimamente ligada aos contextos locais, ela reforçou, em todos eles, os ideais nacionalistas e a busca incessante por melhorar biologicamente a raça (Wegner, 2025).

No contexto latino-americano, a eugenia foi influenciada pelas ideias neolamarckistas da biologia francesa (Stepan, 2005), argumento que, durante muito tempo, serviu de base para defini-la enquanto um modelo mais “brando”, em contraposição aos adotados por países como os Estados Unidos, a Alemanha, a Suécia e a Inglaterra, que incluíam medidas extremas de segregação racial e controle

da reprodução humana (Souza, 2024). Para os adeptos da tradição neolamarckista, a noção de que as características adquiridas por uma geração seriam transmitidas à seguinte guiava os pressupostos da hereditariedade, lembrando as noções desenvolvidas por Jean-Baptiste Lamarck (1744–1829) (Wegner, 2025). Nesse sentido, elas estiveram atreladas às políticas de saneamento, higiene e educação que aperfeiçoamento hereditário (SOUZA, 2012).

Contudo, segundo Souza (2012), em locais, como, por exemplo, o Brasil, a formulação de projetos eugênicos também esteve em diálogo com as vertentes eugênicas mais radicais, de modo que a caracterização da eugenia latina enquanto mais “leve” abre pouco espaço para explorar tais conexões. Além disso, os princípios formulados por intelectuais eugenistas latinos reforçaram projetos autoritários de nação, suavemente encobertos por uma suposta neutralidade científica, mobilizados para a definição de políticas públicas e de medidas consideradas regeneradoras pautadas em estratégias disciplinares autoritárias (Santana; Santos, 2016). Portanto, a adesão ao modelo de explicação genética neolamarckista não significou, no Brasil, a incorporação de uma eugenia menos radical.

Ao associar-se às culturas nacionais específicas, o movimento eugênico encontrou um espaço fértil ao ser incorporado por projetos políticos de cunho autoritário, que visavam a regeneração nacional, como foi o caso do fascismo (Turda, 2010). No período entreguerras, a partir do diagnóstico de crise da modernidade² e da crença na ineficiência do sistema liberal e comunista, os fascistas buscaram colocar em curso uma revolução capaz de promover a homogeneidade cultural, que colocaria fim à decadência moderna e resultaria na criação do “novo homem fascista” (Griffin, 2010). Ao propor a construção de uma modernidade alternativa, engendrada a partir da palingênese da nação³, o fascismo, em muitos casos, passou a ansiar pela

² Roger Griffin (2010), a partir da definição do fascismo enquanto uma espécie de modernismo político, evidenciou que, em meados do século XIX, os efeitos otimistas da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, embasados nos ideais de progresso, deram lugar a uma concepção generalizada de crise da modernidade, devido ao impacto destrutivo que a mesma teria causado nas sociedades tradicionais, somado às revoltas sócio-políticas locais. À vista disso, o modernismo, em suas várias formas, apresentou-se enquanto uma resposta às condições produzidas por um determinado processo de modernização, buscando, em seu fim último, colocar fim à decadência moderna.

³ O conceito de palingênese é utilizado por Roger Griffin (2013) para descrever um dos componentes do “mínimo fascista”, ou seja, aquilo que um movimento ou regime necessita ter como base para ser caracterizado enquanto fascista. O conceito pode ser entendido como o processo de renascimento e/ou regeneração nacional.

melhoria racial dos indivíduos e, nesse sentido, a eugenia foi incorporada enquanto uma forma de engenharia biológica qualificada para promover tal transformação (Turda, 2010).

Compreendendo o fascismo enquanto um fenômeno transnacional e transatlântico (Grecco; Gonçalves, 2020), a AIB apresenta-se como um exemplo profícuo de incorporação da eugenia em um projeto biopolítico que inseriu a vida e seus aspectos biológicos em uma mecânica de poder que sujeitava os corpos a um processo constante de disciplinamento e regulamentação.

Fundada sob o lema “Deus, Pátria e Família” pelo escritor e jornalista Plínio Salgado, no dia 7 de outubro de 1932, a AIB incluía em sua doutrina o ideal de uma raça forte, que seria realizada a partir da implementação de um Estado centralizado e interventor, e por meio da mobilização de medidas inspiradas nos debates médicos-eugênicos (Geraldo, 2001). A partir de uma visão idealizada da síntese das raças⁴, que não condenava a miscigenação, mas buscava moldá-la por meio de estratégias disciplinares, a doutrina integralista ansiava pela criação de um homem perfeito em todas as esferas da vida, que seria traduzido no “Homem Integral”:

O verdadeiro ideal educativo é o que se propõe educar o homem todo. E o homem todo é o conjunto do homem físico, do homem intelectual, do homem cívico e do homem espiritual. A cada uma dessas faces o integralismo dá a sua importância merecida. Ao homem espiritual ensina os deveres para com Deus, para consigo e para com o próximo; ao homem cívico os deveres com a Pátria; ao homem intelectual dá-lhe escolas e cultura; ao homem físico oferece-lhe meios adequados ao cuidado da saúde, à conservação da robustez, à higienização, à valorização racional da força muscular; afinal o integralismo propicia ao homem integral tudo aquilo com que ele possa eficientemente contribuir para a glória de Deus, para a honra da Pátria e para a necessidade dos seus filhos (Aires, 1937, p.42, grifos do autor).

Ao longo do século XX, a eugenia despertou o interesse “não apenas de médicos, sanitaristas, educadores, mas também de setores da elite brasileira preocupada com a regeneração do ‘homem brasileiro’” (Souza, 2012, p.7). À vista disso, ela foi instrumentalizada pela AIB enquanto uma ferramenta associada a elementos como a estética, a saúde, a alimentação, os vícios morais e sexuais, dentre

⁴ Plínio Salgado, inspirado no ideal de raça cósmica criado pelo intelectual mexicano José Vasconcelos (1882–1959), acreditava que a raça brasileira possuía um sentido cósmico originado de suas fontes étnicas. Assim, por meio dos sucessivos caldeamentos étnicos processados, um novo tipo de humanidade surgiria no Brasil, a “Quarta Humanidade” (SALGADO, 1935).

outros, afastando-se dos discursos mais radicais que tratavam a miscigenação enquanto fatal e/ou defendiam políticas explícitas de segregação e exclusão.

Entretanto, como consequência da mobilização de uma tecnologia de poder centrada na vida, a AIB utilizou-se de mecanismos reguladores e corretivos pautados em um ideal de normalização, produzindo um discurso que classificava e hierarquizava os indivíduos. Dentre as esferas às quais a eugenia esteve associada, o presente artigo se propõe a analisar sua ligação com o ideal normalizador de beleza propagado pelo movimento.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, o conceito de beleza no Brasil foi conformado, em grande medida, pelo discurso médico-higienista e eugenista, de modo que:

A tendência eugênica buscava uma descendência saudável, corrigindo o corpo sem necessariamente modificar as condições econômicas da população. Havia a expectativa de formar indivíduos produtivos, obedientes, saudáveis e belos, sem questionar as razões sociais, econômicas e políticas das doenças e de tudo o que se entendia por feiura (Sant’anna, 2014, p.59).

Segundo essa tendência, as percepções de perfectibilidade ou imperfectibilidade física incluíam ainda valores morais e intelectuais específicos, pautados em modelos de normalização de indivíduos que reforçavam obrigações e padrões a serem seguidos, corroborados por ideais de pureza, limpeza e vitalidade. Nesse cenário, a raça, lida enquanto a população nacional, encontrava-se dependente da estética (Sant’anna, 2014).

A construção do “Homem Integral” insere-se nesse contexto e sofreu influência direta da normalização médico-eugênica. Ao modificar valores, comportamentos e a própria estética do indivíduo, esperava-se que se modificasse, também, o retrato da Pátria: de “um imenso hospital”⁵ à vigorosa, bela e saudável. De anormal para normal.

⁵ A expressão faz referência à frase dita pelo médico e sanitarista Miguel Pereira (1871–1918), no ano de 1916, para se referir ao estado no qual o país se encontrava, com destaque para as alarmantes condições sanitárias e econômicas nas áreas rurais do país.

“NEM TANTO AO MAR, NEM TANTO A TERRA”: A ESTÉTICA INTEGRALISTA COMO NORMA

Marcado por uma filosofia pautada em uma visão de aperfeiçoamento progressivo da humanidade, o integralismo pregava a transformação integral do homem, da sociedade, da nação e da humanidade (Trindade, 1979). Nesse processo de mudança, guiado por uma concepção espiritualista da vida que se opunha ao materialismo, o sentido estético do movimento configurou-se enquanto uma preocupação.

Ao discorrer sobre a temática, o médico integralista Rodolpho Josetti evocou a Grécia, com “seu padrão único e incontestável de perfeição e de beleza” (Josetti, 1935, p.2), como uma *norma* a ser seguida pelos integralistas. Segundo Josetti, para além da esfera artística, os gregos deveriam ser admirados também por seu povo:

Havendo sido um povo de elite e, constituiu-se na elite dos povos, pela educação perfeita de sua juventude, pela formação integral e totalitária de sua gente. Considerai um grego daqueles tempos! Era um homem completo na acepção mais rigorosa do significado: **‘mens sana in corpore sano’** (uma mente sã em um corpo são). [...] Na antevisão de um futuro não muito remoto eu vejo nitidamente o Integralista como foi o heleno, vigoroso e sutil, generoso e culto “fortiter in re, suaviter in modo” (firme na execução, gentil na maneira) em atitudes ufanas, mas benignas, expressão de perfeito equilíbrio, de vigorosa saúde física e espiritual (Josetti, 1935, p.2, grifo do autor)

Assim, os gregos sintetizavam ambas as esferas essenciais para o futuro “Homem Integral”: a beleza física e a beleza espiritual. No processo de formação da “Quarta Humanidade”, elas deveriam ser desenvolvidas de forma harmônica e proporcional. Para o médico sanitarista, tudo o que se fizesse “[...] em prol do aperfeiçoamento do tipo físico brasileiro em verdade nunca será demasiado, só podendo ser louvável que se enrijeça a musculatura, que se galvanize o corpo, que se forje a estirpe” (Josetti, 1935, p.2).

Entretanto, se a beleza física ganhava destaque por intermédio dos ideais eugênicos e da cultura física no movimento, a transformação cultural/espiritual necessitaria, assim como na Grécia, ser conduzida por uma elite. Ainda que os integralistas não tenham definido claramente o termo “cultura”, tudo leva a crer que esta representava para eles a posse de determinados conhecimentos. “Cultura era, por conseguinte, um bem que poderia ser transmitido por aqueles que o possuíam”

(Cavalari, 1999, p.42), leia-se, a elite. O povo, considerado inculto, foi comparado por Plínio Salgado à imagem de um monstro: “Não podemos, de nenhuma maneira, cortejar a massa popular. Ela é o monstro inconsciente e estúpido” (Salgado, 1936, p.83).

Fugindo à *norma* cultural elitista, pautada em saberes filosóficos, artísticos, científicos e literários, as massas, com características “monstruosas”, necessitavam ser transformadas e normalizadas, para, enfim, se enquadrarem nos ideais de beleza integralista:

O Integralismo será uma realidade física, espiritualizada por um valor moral e embelezada por um halo cultural e artístico. Nós vamos reviver a época áurea da Hélade. Nós vamos refazer o brasileiro nos moldes que a Grécia antiga idealizou e realizou, criando aquela mocidade fulcra e destra do século de Péricles e Eurípedes (Josetti, 1935, p.2).

Como ressalta Cruz (2006), ainda que o integralismo enxergasse na miscigenação a salvação da nação, seu projeto o permitiu combinar a defesa de princípios abertamente racistas e excludentes com a negação do racismo como parte de seu ideário. Assim, no pensamento integralista, os sucessivos caldeamentos étnicos resultariam na formação do caboclo, uma mistura entre o branco e o indígena. Este seria o verdadeiro representante da raça brasileira, no qual apenas as características físicas e culturais brancas sobressairiam. À vista disso, a contribuição de negros e indígenas estaria condicionada à sua capacidade de assimilação. Ao defender o reavivamento da “Hélade” grega, Rodolpho Josetti privilegia um padrão branco-europeu e o atrela ao “embelezamento” nacional. Fazer os brasileiros nos moldes que a Grécia Antiga idealizou implicava, portanto, em uma hierarquização racial implícita no ideal estético e cultural. Ainda assim, tal dinâmica não representava a exclusão automática da população negra do integralismo.⁶

A associação entre características físicas e valores morais foi amplamente discutida na imprensa da AIB. Ao conceder uma entrevista especial para o jornal

⁶ Como ressalta Sentinelo (2023), a questão racial no integralismo não é nada simples de ser compreendida; ainda que os aspectos racistas integrassem o projeto de nação integralista, a participação de negros não foi descartada pela AIB. Isso se deve à necessidade de angariar mais adeptos para o movimento e à proximidade político-ideológica a grupos como a Frente Negra Brasileira. Ainda assim, poucos negros ocuparam cargos de liderança no movimento. Conferir: SENTINELO, Jaqueline Tondato. O autoritarismo e o lugar das raças no projeto de nação dos líderes da Ação Integralista Brasileira. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon (Org.). *Integralismo e liderança: ensaios críticos*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2023, p. 43-52.

integralista *A Offensiva*, Renato Kehl, um dos principais eugenistas do Brasil, abordou o problema da “falta de atitude dos indivíduos”. Segundo Kehl, a atitude seria bem mais séria do que geralmente se supõe, indicando não só o grau de educação, mas também o grau de personalidade de cada indivíduo (Kehl, 1937). Kehl enfatizou que ela deveria ser considerada uma questão de ordem higiênica, com o intuito de evitar posições viciosas que determinam desvios posturais, e como uma questão de ética, estética e valor social, uma vez que a coletividade deveria ser composta por elementos fortes e cultos, que soubessem se apresentar com elegância e aprumo, ao contrário da figura caricata do Jeca⁷. Mais do que traços estéticos, a atitude de um indivíduo revelava, assim, a sua capacidade:

Pela atitude ajuíza-se a enfiatura do indivíduo. Aquele que se mantém ereto, sobranceiro, alinhado; que olha para frente e pisa firme, — pode-se dizer que é um tipo varonil, capaz de encarar os problemas da vida com coragem, com sobanceria, com retidão e dignidade, ao contrário do indivíduo frouxo, mole, desleixado, cambaio, encostador e descuidado de maneiras, para o qual tudo deve correr do mesmo modo, isto é, no *laissez aller* [deixe ir], no relaxamento e na indolência (Kehl, 1937, p.1).

A *norma* definida por Kehl instituí uma regra natural, separando os indivíduos, a partir de parâmetros físicos, entre capazes e incapazes, entre varonis e frouxos. Além de conceder espaço através da imprensa ao pensamento de Renato Kehl, o ideal estético defendido pelo integralista Rodolfo Josetti parece se aproximar do defendido pelo eugenista, em seu livro *A cura da fealdade* (1923). Nele, Kehl “reconta a história da Grécia Antiga, retirando fragmentos de sua cultura para operar uma transposição para seu tempo” (Silva et al., 2018, p.55). Para ele, o local teria encontrado o equilíbrio entre corpo e espírito, sendo um exemplo de civilização. No entanto, “muito mais do que louvar os legados de poesia, arte e filosofia, Kehl evidencia, nessa civilização, uma série de práticas *pré-eugênicas*” (Silva et al., 2020, p.173, grifo dos autores).

⁷ Criado pelo escritor Monteiro Lobato (1882–1948), o personagem Jeca Tatu tornou-se um manifesto acerca da situação de degradação em que se encontravam os indivíduos nos sertões do Brasil. Inicialmente, Jeca foi interpretado como um indivíduo preguiçoso, indolente, degenerado racialmente e inadaptável à civilização. Após ter contato com as teorias sanitárias, propagadas, principalmente, pelos sanitários Arthur Neiva e Belisário Penna, Lobato mudou sua visão acerca do personagem, que passou a ser visto enquanto abandonado à própria sorte, vítima de um governo omissor.

Acerca dos apontamentos defendidos por Kehl na entrevista para *A Offensiva*, o intelectual integralista Hollanda Loyola exclamou: “O grande mestre assim o diz, a necessidade assim o impõe” (Loyola, 1937, p.7). Responsável por desenvolver trabalhos com a milícia integralista, Loyola defendia constantemente os benefícios corretivos da prática metodizada da educação física, enfatizando seu caráter eugênico na “raça brasileira”. Segundo ele, muitos indivíduos passavam a impressão de estarem envelhecidos, cansados e doentios, faltando-lhes garbo, disciplina e correção de atitude, de modo que era preciso consertá-los. Como mostrado por Foucault, “a norma traz consigo ao mesmo tempo um princípio de qualificação e um princípio de correção” (Foucault, 2001, p.62).

Para Loyola, a beleza estética dos indivíduos era sinônimo do aperfeiçoamento da raça, e poderia ser alcançada através da prática de exercícios específicos e metodizados. Nesse contexto, a educação física foi apresentada como uma instância capaz de legitimar saberes e concepções de corpos considerados ideais, produzindo sujeitos estética e eugenicamente desejáveis (Silva et al., 2020). Na visão do integralista, as paradas atléticas, promovidas pelo governo e por instituições esportivas, configuravam-se como um meio majestoso para demonstrar a fortaleza do povo, bem como uma propaganda profícua para a difusão da educação física nos hábitos do povo. Por essa razão, os “elementos” que seriam destinados a representar a “raça brasileira” deveriam ser cuidadosamente selecionados, com base em seus atributos físicos e morais (Loyola, 1936a).

Baseando-se em uma idealização normalizadora do corpo, Loyola destacou a falta de rigor com que a seleção de indivíduos para eventos com essa finalidade se encontrava, do ponto de vista físico, moral e técnico. “Gente disciplinada, que possua, de fato, um físico de atleta, que saiba marchar e cantar, e que se apresente bem uniformizada, numa demonstração de força, de saúde e de disciplina” (Loyola, 1936a, p.6). Mais do que uma definição criteriosa acerca da escolha de indivíduos para um desfile, a fala de Loyola evidencia a *norma* de indivíduos que estariam aptos a representar *verdadeiramente* a nação. Sob essa mesma concepção, o integralismo reafirmava a imagem do futuro “Homem Integral” — “forte de físico, culto de cérebro, grande de alma” (Loyola, 1935, p.6).

A distinção dos corpos através de uma *norma* estética estendia-se também às crianças. Na qualidade de futuros “Homens Integrais”, o movimento não mediu

esforços para veicular instruções precisas de cuidados, medidas e obrigações a serem implementadas na criação da prole. No entanto, tais deveres não se restringiam somente às questões de saúde, abarcando, também, a fisionomia: “É indiscutível que o dever dos pais não consiste somente em cuidar da saúde dos filhos; cabe-lhes também evitar que cresçam com imperfeições físicas, quando estas podem ser remediadas” (Conselhos de Hygiene, 1935, p.4). Dentre as imperfeições, as “orelhas descoladas” eram vistas como desgraciosas e associadas a uma aparência de “pouca inteligência”, recomendando-se o uso de toucas ou a intervenção cirúrgica para a correção da *anormalidade*.

Contudo, as orelhas “defeituosas” não eram tratadas somente como uma questão de ordem estética; elas eram vistas como “uma prova de degeneração racial”. Assim, a “deformidade” poderia ser causada pela má posição tomada pela criança nos primeiros dias de vida ou representar sinais de “taras hereditárias”. Tratava-se de uma concepção eugênica neolamarckista, em que hábitos ou doenças adquiridas pela primeira vez na vida de um indivíduo poderiam levar a degenerações permanentes e hereditárias, que, a longo prazo, acabariam por afetar uma geração ou uma nação inteira. À vista disso, era enfatizado:

Assim como mãos, pela sua forma impecável revelam uma raça de elite, as orelhas perfeitas no seu formato são sinais de uma geração sem taras. É um fato apresentarem os raquíticos, os escrofulosos, os linfáticos, quase sempre, as orelhas descoladas. [...] Por todas essas razões os pais têm o dever de corrigir esses defeitos nos filhos, impedindo que carreguem toda a vida a tão pesada cruz: orelhas ridículas (Conselhos de Hygiene, 1935, p.4).

Os imperativos da *norma* médico-eugênica se impunham: raças de elite não possuíam mãos e orelhas defeituosas. Ao contrário, deveriam ser belas, saudáveis, fortes e vigorosas. Contudo, se os ideais estéticos de beleza influíam sobre homens e crianças, sua incidência era notadamente maior quando direcionada às mulheres.

Ao dirigir-se às mulheres brasileiras, em um texto publicado na revista integralista *Brasil Feminino*, Plínio Salgado destacou:

O Integralismo é, certamente, uma **concepção estética** da Vida. Incitando energias nacionais e humanas, quer realizar no ritmo das harmonias sociais e políticas uma expressão de **Beleza**. De **Beleza** espiritual, moral, social, econômica, política, administrativa, técnica e material. A mulher, pois, cuja intuição das harmonias se exprime pelo culto da Força e da **Beleza**, tem, fatalmente, de ser **Integralista** (Salgado, 1937a, p.23, grifos nossos).

Na condição de Chefe Nacional, Plínio Salgado ocupava o lugar máximo da *norma* no movimento integralista — “[...] mais do que uma pessoa, é uma ideia” (Salgado, 1937b, p.7). Portanto, a partir de suas ideias, o exercício do poder encontrava-se fundado e legitimado (Foucault, 2001). Ao afirmar que o integralismo buscava realizar uma expressão de beleza, Salgado converteu esse ideal em uma *norma* que ordenaria todas as esferas da vida nacional. Portanto, tudo o que não se encaixasse nessa concepção seria, por conseguinte, *anormal* e *feio*.

A mesma lógica foi aplicada às mulheres. O integralismo operava, através de seu discurso, uma “naturalização” das diferenças de gênero, de modo que a “natureza” feminina era ligada a atributos como fragilidade e doçura, enquanto a natureza masculina se ligava à estabilidade moral (Geraldo, 2001). Em decorrência disso, a “intuição das harmonias” foi naturalizada como parte da essência da mulher, de modo que sua natureza corresponderia, “fatalmente”, à estética do movimento integralista — mulheres belas, por natureza, estariam condicionadas a pertencer ao movimento. Em contrapartida, a fala de Salgado deixa implícito que as mulheres que seguissem outros movimentos sociais e/ou políticos, como o feminismo e o comunismo, não se enquadrariam em tal definição, estando alheias ao seu dever natural.

Se a beleza física e a beleza espiritual deveriam ser cultivadas concomitantemente, não sobressaindo uma à outra, o mesmo não parecia se aplicar às mulheres integralistas. Publicado na revista *Anauê!*, um periódico dedicado especialmente à família brasileira, o artigo *Em busca da perfeição* enfatizava:

Nós vivemos um momento inquieto e sôfrego. Busca-se alguma coisa. Há um desejo enorme de perfeição. Espiritual e intelectual. Também as mulheres se movimentam. Abandonar as futilidades excessivas voltando-se para as leituras sérias, para os grandes e angustiosos problemas deste fim de civilização. É preciso, entretanto, que não se esqueçam da perfeição física. Devemos reconhecer que a beleza feminina ainda encanta mais do que os dotes intelectuais e as virtudes do coração (Em Busca da Perfeição, 1937, p.42).

Às mulheres, características como a beleza intelectual e moral deveriam ser relegadas ao segundo plano e, para isso, não pouparam esforços em divulgar, sistematicamente, conselhos para manter uma plástica fina, cosméticos de uso essencial, roupas indicadas, instruções de como emagrecer e manter a higiene, exercícios corretivos

para a postura, alimentos desejáveis para manter a pele perfeita, dentre outras *normas* baseadas no ideal de beleza feminina. Dentre os “métodos para alcançar a perfeição”, a cultura física, os banhos de vapor para eliminar as adiposidades e um rígido controle alimentar eram o segredo para juntar a virtude e o talento à perfeição plástica e à beleza da pele: “Sereis mais belas, mais queridas, mais atraentes” (Em Busca da Perfeição, 1937, p.42).

Mais do que um “agrado aos olhos”, a estética “harmônica” feminina era vista como um importante fator no processo de conservação da espécie humana, uma vez que: “A graça e o cuidado da beleza do corpo são uma função biológica e uma tendência fisiológica do sexo feminino, no âmbito das complexas funções de atração sexual e da conservação da espécie” (Vulgarizações e Utilidades, 1936, p.4). Deste modo, os corpos femininos deveriam ser inseridos em uma *norma* que visava, antes de tudo, satisfazer e atrair o sexo masculino e, posteriormente, gerar os indivíduos que perpetuariam a humanidade. Em síntese, apesar de conferir espaços na imprensa para tratar da estética feminina, “[...] a AIB parecia estar muito mais preocupada com a questão eugênica e geracional da beleza do que com a ‘satisfação’ pessoal e a autoestima feminina” (Simões, 2009, p.160-161).

Dentre as preocupações com a forma física feminina, a temática relativa à obesidade e à magreza excessiva ganhou destaque nos discursos normalizadores. Com o avanço da ciência moderna, o surgimento de procedimentos estéticos e tratamentos para o emagrecimento despertou a atenção dos intelectuais que se inseriam no campo de debates eugênicos, uma vez que as funções biológicas requeriam, junto à beleza, a saúde perfeita. Para isso, as práticas modernas deveriam ser controladas por médicos, visto que elas transformavam “muita gente gorda em múmias ambulantes, muita bola de carne em palitos de osso!!!” (Vulgarizações e Utilidades, 1936, p.4). Ao mesmo tempo, era preciso ter atenção para que, sem perceber, as mulheres deixassem de ser as *donas repletas* exigidas por Mussolini, transformando-se em “balõezinhos pesados, incapazes de subir no céu azul das vitórias elegantes” (Rosaura, 1937, p.11).

É neste cenário que a Educação Física aparece como uma técnica de normalização do corpo feminino, de modo que, sem ela, seria quase impossível possuir uma estética *perfeita*. Além disso, segundo Hollanda Loyola, a prática racional dos esportes possuía um grande alcance eugênico, de forma que a mulher que não a

fizesse deixaria de colaborar para o engrandecimento da Pátria (Loyola, 1936b). A *norma* estética, direcionada às mulheres, dirigia-se também às meninas entre 12 e 15 anos, que, devido ao grande crescimento e às “atitudes defeituosas”, poderiam ficar curvas, com os ombros subidos e a cabeça para frente (Conselhos de Hygiene, 1935). Portanto, independentemente da idade, os exercícios físicos corretivos eram direcionados ao público feminino da AIB e se configuravam como um ideal a ser assiduamente conquistado por elas.

Aliado a esse discurso, os periódicos contavam com diversas propagandas, redigidas na forma de um conselho sutil, que auxiliavam na legitimação de um ideal único de beleza feminina. Segundo Sant’Anna (2014), ao longo da década de 1930, a divulgação de conselhos de beleza e de propagandas associadas à satisfação de viver e à felicidade tornaram-se uma tendência na imprensa brasileira. No integralismo, ainda que não possuísem, necessariamente, uma vinculação direta com a doutrina do movimento, funcionando enquanto uma forma de subsídio financeiro, muitas delas assumiam uma força persuasiva e, até mesmo, constrangedora, reforçando o padrão esperado (SIMÕES, 2009). Acompanhadas por imagens de mulheres, em sua grande maioria, representantes de um fenótipo branco, magro, jovem, esguio, modesto e saudável, as propagandas reforçavam o arquétipo eugênico da *normalidade* — “O ideal de um rosto bonito é a ausência de espinhas, cravos, rugas, manchas, poros abertos, enfim, uma pele unida, branca e lisa debaixo da qual como se vê circular a vida. Creme Pollah” (O Poder de uma Eterna Primavera, 1937, p.49).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor a criação de um novo homem fascista, condensado na figura do “Homem Integral”, a AIB acionou um conjunto de *normas* que instituiu um padrão de beleza que ultrapassava a aparência física, ligando-se a valores morais. Mobilizando prerrogativas médico-eugênicas, a doutrina integralista disseminou, sobretudo por meio de sua imprensa, mecanismos contínuos de controle, regulação e correção destinados a conformar corpos e condutas à sua *norma*, baseados em uma prerrogativa hierarquizante dos indivíduos.

Ao incorporar a eugenia como uma instância legítima de poder, o integralismo consolidou um modelo estético que produzia classificações qualitativas, marcando

como *anormais* e, por vezes, disgênicos, aqueles que não se adequavam ao esperado. Mesmo em um país notadamente miscigenado e apesar do discurso idealizado de síntese racial presente no conceito de “Quarta Humanidade” e da presença de negros no integralismo, o projeto de formação do “Homem Integral” foi atravessado por inspirações que privilegiavam o padrão branco-europeu, conferindo ao “belo” um recorte estético e cultural específico e hierarquizante. Além disso, características como um peso adequado, a ausência de desvios posturais, um arquétipo definido e robusto, uma pele perfeita, dentre outras, conformaram a noção de beleza ansiada.

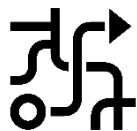
Nesse contexto, a *anormalidade* deixava de ser apenas uma diferença e operava como ameaça ao futuro da espécie, sendo associada a degenerações hereditárias, supostamente ausentes nas chamadas “raças de elite”. O ideal normalizado de beleza projetava-se particularmente sobre os corpos femininos, nos quais recaía a responsabilidade pela reprodução, purificação e formação da nova humanidade integralista. Portanto, ser bela configurava-se enquanto um dever moral e patriótico diretamente ligado ao processo de regeneração nacional proposto pelo movimento.

Por fim, destaca-se que a mobilização teórica de Michel Foucault, notadamente de seu conceito de “norma”, serve como uma ferramenta teórica profícua para analisar o projeto integralista, possibilitando caracterizá-lo enquanto biopolítico e evidenciar os diversos mecanismos reguladores e corretivos, que distribuíam os indivíduos em um domínio de valor e utilidade, e que não se restringiam ao campo da estética. Destaca-se, ainda, uma rica possibilidade de diálogo com os estudos de gênero que conversam com a perspectiva foucaultiana, tais como os trabalhos de Judith Butler e Rosi Braidotti, enquanto caminhos investigativos para futuras pesquisas que se inserem na historiografia do integralismo brasileiro.

REFERÊNCIAS

CALDEIRA NETO, Odilon (Org.). *Integralismo e liderança*: ensaios críticos. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2023, p. 43-52.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo*: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). São Paulo: Edusc, 1999.



CRUZ, NATALIA DOS REIS. A miscigenação racial na doutrina do sigma: o discurso velado do racismo integralista. *Revista de História (UFES)*. Espírito Santo, vol. 18, p.221-235, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 23 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I – A vontade do saber*. Tradução de Maria Thereza Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GERALDO, Endrica. *Entre a Raça e a Nação: A família como alvo dos projetos eugenista e integralista na nação brasileira nas décadas de 1920 e 1930*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001, 150 p.

GRECCO, Gabriela de Lima; GONÇALVES, Leandro Pereira. “Introducción: ¿Por qué fascismos iberoamericanos?”. In: GRECCO, Gabriela de Lima; GONÇALVES, Leandro Pereira (Org.). *Fascismos Iberoamericanos*. Madrid: Alianza, 2020, p.37-60.

GRIFFIN, Roger. *Modernismo y Fascismo: La sensación de comienzo bajo Mussolini y Hitler*. Madrid: Ediciones Akal, 2010.

GRIFFIN, Roger. *The nature of fascism*. New York: Routledge, 2013.

PACHECO, Gabriela Santi. Integralismo e eugenia: o papel das mulheres no projeto de regeneração nacional do fascismo brasileiro. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. 32, p.1-19, 2025.

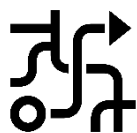
PINTO, António Costa. *A América Latina na Era do Fascismo*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2021.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

SANTANA, Nara Maria Carlos; SANTOS, Ricardo Augusto dos. Projetos de modernidade: autoritarismo, eugenia e racismo no Brasil do século XX. *Revista de Estudos Sociais*. Bogotá, n.58, p.28-38, 2016.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *História da Beleza no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

SENTINELO, Jaqueline Tondato. O autoritarismo e o lugar das raças no projeto de nação dos líderes da Ação Integralista Brasileira. In: GONÇALVES, Leandro Pereira;



SILVA, André Luiz dos Santos; BERLESE, Denise Bolsan. Na relação entre eugenia e “Educação Physica”: a construção das noções eugênicas de beleza. *Motrivivência*. Florianópolis, vol. 30, n.56, p.49-61, 2018.

SILVA, André Luiz dos Santos; STAUDT, Jéferson Luís. “Não podemos cruzar os braços ante a desfiguração plástica e psychica da humanidade”: a Educação Física na Eugenia de Renato Kehl (1917-1929). *MÉTIS – história & cultura*. Caxias do Sul, vol. 19, n.38, p.170-188, 2020.

SILVEIRA, Laís Prediger; NASCIMENTO, Rosimar do. Reflexão da beleza e estética dos tempos remotos aos hipermodernos. *Revista Ibero-Americana de Humanidades*. São Paulo, vol. 8, n.6, p.1706-1719, 2022.

SIMÕES, Renata Duarte. *A Educação do Corpo no Jornal A Offensiva (1932-1938)*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, 185 p.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. 23, supl., p.93-110, 2016.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; WEGNER, Robert; CARVALHO, Leonardo Dellacqua de. A história da eugenia e suas durações: uma reflexão a partir do debate sobre controle de natalidade, racismo e biopolítica no Brasil. In: MOTA, André;

MACHIN, Rosana (Org.). *Corpos, eugenia e biotecnologias em perspectiva sócio-histórica*. São Paulo: Hucitec Editora, 2024.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. As ideias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras. *Revista Eletrônica História em Reflexão*. Dourados, vol. 6, n.11, p.1-23, 2012.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: Raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2ª edição. São Paulo - Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

TURDA, Marius; DIWAN, Pietra. Desafiando os cânones nacionais: novas perspectivas e as possibilidades de um futuro anti-eugênico. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 43, n.94, p.65–74, 2023.

TURDA, Marius. *Modernism and Eugenics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.

WEGNER, Robert. *Eugenia: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2025.

FONTES

AIRES, Leopoldo. O sentido da formação pliniana. *Anauê!*. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 17, 1937, p.42.

Conselhos de Hygiene – As orelhas defeituosas das crianças. *A Offensiva*. Rio de Janeiro, Ano II, n. 68, 1935, p.4.

Em busca da perfeição. *Anauê!*. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 15, 1937, p.42.

JOSETTI, Rodolfo. O Sentido Esthetico do Integralismo. *A Offensiva*. Rio de Janeiro, Ano II, n. 53, 1935, p.2.

KEHL, Renato. Endireite o corpo! Levanta a cabeça! Brasileiro: firme! *A Offensiva*. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 666, 1937, p.1.

LOYOLA, Hollanda. Chronica do dia – A margem de uma entrevista. *A Offensiva*. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 667, 1937, p.7.

LOYOLA, Hollanda. Chronica do dia – A mulher no sport. *A Offensiva*. Rio de Janeiro, Ano II, n.93, 1936b, p.7.

LOYOLA, Hollanda. Chronica do dia – As paradas athleticas. *A Offensiva*. Rio de Janeiro, Ano II, n.175, 1936a, p.6.

LOYOLA, Hollanda. Educação Physica – Definição e importância. *A Offensiva*. Rio de Janeiro, Ano II, n. 54, 1935, p.6.

O poder de uma eterna primavera. *Brasil Feminino*. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 36, 1937, p.49.

ROSAURA, Livia. Beleza física feminina. *Brasil Feminino*. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 36, 1937, p.11.

SALGADO, Plínio. Palavras do Chefe Nacional à Mulher Brasileira. *Brasil Feminino*. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 38, 1937a, p.23.

SALGADO, Plínio. *Palavra Nova dos Tempos Novos*. 1936. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936. p.83.

SALGADO, Plínio. *Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira*. Niterói: Edição do Núcleo Municipal de Niterói, 1937b, p.7.

Vulgarizações e utilidades – Perigos dos tratamentos de emagrecimento pelas substâncias dinitricas. *A Offensiva*. Rio de Janeiro, Ano II, n.137, 1936, p.4.

Recebido em 28/01/2026

Aprovado em 11/06/2026



MARTINS, Rafaela Rodrigues**

<https://orcid.org/0000-0002-3946-6591>

RESUMO: Em 2006, Nilma Lino Gomes viajou à Portugal para realizar o Estágio Pós-Doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC), sob a supervisão do Prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos. Entre os meses de janeiro e dezembro, Gomes atuou como investigadora-associada do CES e desenvolveu o plano de trabalho intitulado *Movimento Negro, saberes e a construção de um projeto educativo emancipatório*. Este artigo objetiva compreender como os estudos realizados e as redes de sociabilidade estabelecidas por Nilma durante o Estágio Pós-Doutoral em Portugal reverberaram em suas produções e ações no espaço acadêmico. Para realizar a discussão, utilizamos como aporte teórico-metodológico a noção de redes de sociabilidade, tal como proposta por Sirinelli (2003). Para investigar a formação dessas redes, mobilizamos as noções de itinerário e redes sociais. Entre as fontes mobilizadas estão as publicações de Gomes, a declaração de conclusão de curso e fotografias. Em suas publicações, analisou-se os seguintes elementos: prefácios e notas de rodapé. Os indícios apontam que as redes de sociabilidade estabelecidas pela pesquisadora não enfraqueceram após o término do Estágio Pós-Doutoral. Os temas de pesquisa compartilhados pelo grupo de intelectuais possibilitaram o fortalecimento dessas redes, bem como o desenvolvimento de projetos de pesquisa e ações educativas, mesmo após a conclusão do estágio pós-doutoral.

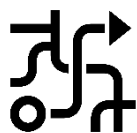
PALAVRAS-CHAVE: História da educação; História dos intelectuais; Redes de sociabilidade.

ABSTRACT: In 2006, Nilma Lino Gomes traveled to Portugal to undertake post-doctoral research at the Centre for Social Studies of the University of Coimbra (CES/UC), under the supervision of Prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos. Between January and December, Gomes worked as a research associate at CES and developed a work plan entitled "Black Movement, knowledge and the construction of an emancipatory educational project". This article aims to understand how the studies carried out and the networks of sociability established by Nilma during her post-doctoral research in Portugal reverberated in her productions and actions in the academic space. To carry out the discussion, we use the notion of networks of sociability, as proposed by Sirinelli (2003), as a theoretical-methodological contribution. To investigate the formation of these networks, we mobilize the notions of itinerary and social networks. Among the sources mobilized are Gomes' publications, the course completion declaration, and photographs. In her publications, the following elements were analyzed: prefaces and footnotes. The evidence suggests that the networks of sociability established by the researcher did not weaken after the end of the post-doctoral research. The research topics shared by the group of intellectuals enabled the strengthening of these networks, as well as the development of research projects and educational actions, even after the completion of the post-doctoral research.

KEYWORDS: History of education; History of intellectuals; Social networks.

* Este artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado em andamento financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

** Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU), Minas Gerais, Brasil. E-mail: rafaella.martins1504@gmail.com.



INTRODUÇÃO

Nilma Lino Gomes nasceu no dia 13 de março de 1964¹ em Belo Horizonte, Minas Gerais. É uma mulher negra, militante, professora e intelectual, a qual possui uma vasta produção acadêmica no campo da educação e é considerada uma das principais pesquisadoras do campo de estudos *Educação das Relações Étnico-Raciais*.

É graduada em Pedagogia (1984-1988), mestra em Educação (1992-1994) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutora em Antropologia Social (1998-2002) pela Universidade de São Paulo (USP). Realizou seu estágio pós-doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC), em 2006, e na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) entre 2017 e 2018.

Sua trajetória profissional inicia-se como professora da Educação Básica, com atuação nos anos iniciais de ensino. Entre os anos 1995 e 2018, ocupou o cargo de docente da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG). Desde 2019, é professora emérita e atua como docente voluntária no Departamento de Administração Escolar da Faculdade de Educação e no Programa de Pós-Graduação, Conhecimento e Inclusão da referida universidade.

Durante sua carreira, Gomes também ocupou cargos de gestão: foi Reitora Pró-Tempore da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) entre 2013 e 2014. Em 2015, ocupou o cargo de Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) no governo da presidenta Dilma Rousseff. Nesse período, devido à reestruturação dos ministérios, Gomes foi remanejada para o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (2015-2016)².

A breve reconstituição da trajetória profissional de Gomes é fundamental para compreendermos a atuação dela nos espaços acadêmico e político.

¹ Ao buscar informações sobre Nilma Lino Gomes no Google, identifica-se que o seu nascimento data o ano de 1961. Entretanto, ao estabelecer contato direto com Gomes por meio de aplicativos de mensagens, ela relatou que a informação está errada.

² As informações sobre a trajetória profissional de Nilma Lino Gomes foram retiradas do Currículo Lattes da pesquisadora, o qual pode ser acessado por meio do seguinte link: <http://lattes.cnpq.br/7444449891704854>.

Profissionalmente, constitui-se a partir de uma profunda relação com o Movimento Negro e com as demandas educacionais suscitadas pela população negra brasileira. Nesse extenso panorama intelectual, decide-se deter a atenção em um ponto específico de sua trajetória: o estágio pós-doutoral realizado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC).

Em 2006, Gomes viajou para Portugal com o objetivo de realizar o estágio pós-doutoral no CES/UC, sob a supervisão do Prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos. Entre os meses de janeiro e dezembro, atuou como investigadora-associada e desenvolveu o plano de trabalho intitulado *Movimento Negro, saberes e a construção de um projeto educativo emancipatório*. No ano de 2017, os resultados da pesquisa foram publicados no Brasil em formato de livro, sob o título *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*.

Os vestígios da viagem, encontrados no prefácio e nas notas de rodapé do livro supramencionado, suscitaram os seguintes questionamentos: 1) Quais as redes de sociabilidade estabelecidas por Gomes durante a viagem para Portugal? e 2) De que forma a viagem para Portugal reverberou em suas produções e ações no espaço acadêmico?

Fundamentado nas referidas questões, o presente artigo possui como objetivo compreender de que forma os estudos realizados e as redes de sociabilidade estabelecidas por Nilma Lino Gomes, durante o estágio pós-doutoral em Portugal, reverberaram em suas produções e ações na Academia. Para realizar a discussão, utiliza-se como aporte teórico-metodológico a noção de redes de sociabilidade, tal como proposta por Sirinelli (2003). Para investigar a formação dessas redes, mobilizamos as noções de itinerário (Sirinelli, 2003) e redes sociais (Portugal, 2007). Entre as fontes reunidas estão as publicações dela, a declaração de conclusão de curso dela e fotografias. Nas publicações da pesquisadora, foram analisados prefácios e notas de rodapé.

O artigo está organizado em três partes. Na primeira seção, apresentamos as definições de intelectual e as noções de itinerário, redes de sociabilidade e geração, conforme propostas por Sirinelli (1998; 2003; 2006). Esses pressupostos são fundamentais para compreendermos o estágio pós-doutoral como um elemento formativo que integrou, de maneira indissociável, a trajetória intelectual e política de

Nilma. Na segunda seção, reconstruímos os itinerários e as redes de sociabilidade estabelecidos por Gomes durante sua viagem a Portugal. Por fim, na terceira seção, evidenciamos indícios de que os estudos realizados e as redes de sociabilidade constituídas por Gomes reverberaram em suas produções e ações no espaço acadêmico.

HISTÓRIA DOS INTELLECTUAIS: ITINERÁRIOS, REDES DE SOCIABILIDADE E GERAÇÃO

Na literatura acadêmica, o conceito de intelectual é concebido de diferentes maneiras. Compreendidos como sujeitos sociais historicamente situados em determinado tempo e espaço, os intelectuais constituem objeto de investigação em diversos campos do conhecimento. No campo historiográfico, destaca-se uma vertente de pesquisa voltada ao estudo da história dos intelectuais (Alves, 2019). Entretanto, esse campo não se apresenta de forma homogênea, uma vez que as pesquisas que mobilizam a categoria “intelectual” abrangem distintas representações, abordagens teóricas e procedimentos metodológicos, vinculados a diferentes tradições historiográficas.

Na tradição historiográfica francesa, as contribuições de Jean-François Sirinelli para a história dos intelectuais merecem ser destacadas. Veras (2021, p. 17) frisa que,

Apesar dos estudos de Sirinelli fazerem parte fundamentalmente da História Política, o conceito e os caminhos de análise propostos para a análise dos intelectuais rompem a fronteira do político e mergulham em aspectos mais culturais, considerando desde estratégias de ação em campo a aspectos mais voltados à afetividade e afinidades dos sujeitos para a análise do grupo. Ele entendeu os intelectuais como atores políticos, mas não necessariamente envolvidos diretamente na vida política da cidade, incorporando à geometria conceitual um grupo relativamente grande de agentes culturais, a depender da ação ou mesmo do grupo em que faz parte. Essa ampliação do espaço conceitual ofereceu ferramentas para a análise de agentes e grupos de menor visibilidade, alinhando a uma perspectiva que se aproxima às provocações de estudo da Nova História Cultural.

Em suas teorizações, Sirinelli buscou delimitar a categoria dos intelectuais associando-a a duas definições complementares. A primeira apresenta uma acepção ampla que abrange todos os sujeitos que desenvolvem atividades de criação e mediação cultural, tais como jornalistas, escritores, professores e eruditos. Os

intelectuais criadores estão envolvidos em atividades de produção artística, literária ou de conhecimentos. Já os intelectuais mediadores estão envolvidos nos processos de difusão e circulação dessas criações (Sirinelli, 1998; 2003). Veras (2021) explicita que a posição dos intelectuais nessa trama de criadores ou mediadores são fluídas; nesse caso, tais processos devem ser entendidos como interdependentes.

A segunda definição apresenta uma acepção mais restrita, a qual abrange todos os sujeitos que possuem um engajamento político que interfere na tomada de decisões coletivas. Amparada nas teorizações de Sirinelli, Alves (2019) expõe que o engajamento pode ser direto ou indireto. No engajamento direto, os intelectuais são concebidos como “atores ou testemunhos dos acontecimentos, canalizando suas energias para descrevê-los, interpretá-los, adotarem posições” (Alves, 2019, p. 32). No engajamento indireto, os intelectuais podem adotar “uma atitude passiva, reclusa e até refratária à ação política direta, mas o resultado do trabalho intelectual repercute nas linhas de forças que orientam a reflexão geral” (Alves, 2019, p. 32).

Ambas as definições, ampla e restrita, são dimensões articuladas que propõem formas de interpretar a categoria dos intelectuais. A partir da compreensão de Sirinelli (2003, p. 243),

A abordagem extensiva do feudo intelectual, de qualquer modo, constitui apenas uma faceta do estudo dos intelectuais. Estes últimos também podem ser reunidos em torno de uma segunda definição, mais estreita e baseada na noção de engajamento na vida da cidade como ator – mas segundo modalidades específicas, como por exemplo a assinatura de manifestos – testemunha ou consciência. Uma tal acepção não é, no fundo, autônoma da anterior, já que são dois elementos de natureza sociocultural, sua notoriedade eventual ou sua “especialização”, reconhecida pela sociedade em que ele vive – especialização esta que legitima e mesmo privilegia sua intervenção no debate da cidade -, que o intelectual põe a serviço da causa que defende. Exatamente por esta razão, o debate entre as duas definições é em grande medida um falso problema, e o historiador do político deve partir da definição ampla sob a condição de, em determinados momentos, fechar a lente, no sentido fotográfico do termo.

Explicitadas as definições de intelectual delimitadas por Sirinelli, cabe destacar três noções que fundamentam os seus estudos sobre os intelectuais: itinerário, redes de sociabilidade e geração. A noção de itinerário diz respeito à reconstituição da trajetória individual ou de grupos que possuem um mesmo contexto de formação. Nesse sentido, o itinerário envolve uma rede de formação ampliada – família, escola, igreja, movimentos sociais – que extrapola o âmbito do ensino formal. São redes de

formação constituídas de forma involuntária, ou seja, não são resultados de escolhas empreendidas pelos intelectuais (Alves, 2019; Veras, 2021).

Já as redes de sociabilidade são relações construídas por meio de afinidades intelectuais, políticas, afetivas e/ou ideológicas. São, portanto, relações estabelecidas entre determinado grupo de intelectuais que se reúnem em torno de uma materialidade comum, a qual produz aproximações ou distanciamentos entre os membros do grupo (Correa, 2017). Diferentemente do itinerário intelectual, “a inserção em uma rede de sociabilidade resulta de um gesto voluntário” (Alves, 2019, p. 35). Sobre essa questão, Alves (2019, p. 35) ainda complementa que

[...] esse movimento gregário do meio intelectual não pode ser pensado como expressão de ações puramente racionais. Simpatias e hostilidades, amizades e rancores, solidariedade e competição mesclam-se nas configurações e nos deslocamentos que marcam as redes de sociabilidade. Porque elas ganham materialidade em formas organizativas, algumas clássicas, como as revistas, as associações, os manifestos. Para compreender como se formaram, o recurso aos itinerários intelectuais de seus integrantes torna-se o meio de detectar os pontos de encontro, as convergências de pensamento, a sedimentação de elos que podem precedê-las no tempo ou não, mas se fundam em zonas de acordos e concordâncias que também devem ser historicizadas. Por esse motivo, além da reconstituição do seu processo de construção, naquele movimento de retomar o curso do rio, as redes de sociabilidade devem ser analisadas naquilo que cimenta as adesões e dissensões, que Sirinelli denominou como “microclima”. Nesse microclima, vale notar as relações de poder que atravessam essas redes de sociabilidade.

Vale frisar que as redes de sociabilidade são construídas historicamente e sofrem modificações a depender da época e do grupo de intelectuais estudados (Sirinelli, 2003). Elas podem ser forjadas mediante relações de poder, hierárquicas, afetivas e/ou ideológicas e que exercem influência na criação e na mediação dos bens culturais, bem como no engajamento político dos intelectuais.

Outra noção importante nos estudos de Sirinelli é a de geração. O autor ressalta que o uso dessa categoria nas pesquisas sobre intelectuais não pode se limitar à simples delimitação de datas de nascimento. Para Sirinelli (2006), a geração, além de constituir um dado natural e biológico, configura-se também como um fato cultural, modelado tanto pelos acontecimentos históricos quanto pela autorrepresentação dos sujeitos em relação ao pertencimento a determinada faixa etária. Ademais, o autor

compreende a geração como uma construção elaborada pelo historiador, que a reconstitui a partir de classificações e rótulos considerados pertinentes.

Desse modo, a geração é concebida como um objeto da história e um instrumento de análise constituído por diferentes marcadores sociais, os quais não se restringem à idade. As gerações são variáveis e heterogêneas, isto é, “a geração-padrão não existe: em nenhum caso podemos distinguir nela uma estrutura cronologicamente invariável, que transcende as épocas e os países” (Sirinelli, 2006, p. 137).

As noções de itinerário, redes de sociabilidade e geração propostas por Sirinelli permitem mapear as possibilidades de formação dos intelectuais, os bens culturais produzidos, o engajamento político e os modos de circulação das ideias em dado contexto histórico e social. Alves (2019) defende uma apropriação ativa dessas noções no contexto historiográfico brasileiro, ou seja, as definições e noções propostas por Sirinelli não podem ser transpostas para a realidade brasileira sem considerar as especificidades que perpassam o contexto de recepção. Nesse sentido, o estudo dos intelectuais no Brasil deve abarcar os processos históricos que moldaram a construção do intelectual brasileiro, tendo em vista a conexão entre as especificidades locais e o contexto global.

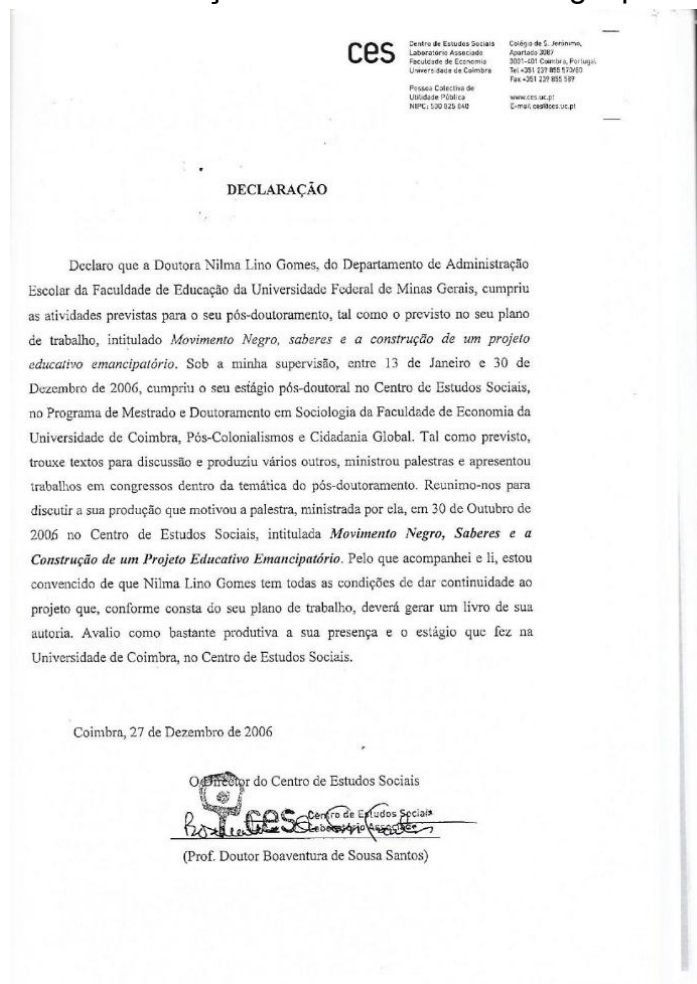
Neste artigo, as noções de itinerário e de redes de sociabilidade fundamentaram a análise dos desdobramentos do estágio pós-doutoral de Gomes em Portugal. Na próxima seção, apresenta-se, ainda que de forma parcial, os estudos desenvolvidos e as redes de sociabilidade estabelecidas por Gomes durante a realização do estágio pós-doutoral.

ESTÁGIO PÓS-DOCTORAL, ATIVIDADES ACADÊMICAS E CIRCULAÇÃO DE IDEIAS

Em 2006, Nilma Lino Gomes viajou à Portugal para realizar o estágio pós-doutoral no CES/UC. Entre 13 de janeiro e 30 de dezembro, Gomes atuou como investigadora-associada no Programa de Mestrado e Doutorado em Sociologia da Faculdade de Economia, especificamente no campo de investigação intitulado *Pós-Colonialismos e Cidadania Global*.

A declaração³ de conclusão do Estágio Pós-Doutoral, redigida e assinada por Boaventura de Sousa Santos, constitui-se como um vestígio da estadia de Nilma Lino Gomes no CES/UC:

Figura 1 – Declaração de conclusão do estágio pós-doutoral



Fonte: Documento digitalizado e disponibilizado por Nilma Lino Gomes.

Os indícios deixados na declaração demonstram que, durante o estágio pós-doutoral, ela estava vinculada ao Departamento de Administração Escolar da

³ Durante a escrita, houve contato direto com Nilma Lino Gomes por meio de mensagens, com o intuito de obter informações sobre as atividades realizadas no pós-doutoramento. Prontamente, Nilma Lino Gomes encaminhou a declaração de conclusão do Estágio Pós-Doutoral e indicou o site da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS), o qual utilizamos para escrever a terceira seção deste artigo. Acesse por meio do seguinte link: <https://www.universidadepopular.org/site/pages/pt/em-destaque.php?lang=PT>.

Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Além disso, evidenciam que a pesquisadora desenvolveu um plano de trabalho intitulado *Movimento Negro, saberes e a construção de um projeto educativo emancipatório*, sob a supervisão do Prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos. O plano de trabalho foi composto por diferentes atividades acadêmicas previamente definidas por Gomes, incluindo a produção de um livro de sua autoria. Na declaração, Boaventura de Sousa Santos também assinala que, durante o pós-doutoramento, Gomes ministrou palestras, produziu artigos e apresentou trabalhos em eventos científicos.

Em 2007, Gomes organizou e publicou a primeira edição do livro intitulado *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*⁴. Na apresentação do livro, ela destaca que a coletânea é resultado de “um encontro feliz” que “se deu em diferentes cenários” (Gomes, 2010, p. 7). O primeiro cenário foi o CES/UC e o segundo foi o Encontro da Primavera: dignidade humana em polifonia, realizado na Escola Superior de Educação de Coimbra entre os dias 26 e 29 de abril de 2006.

O Encontro foi uma das atividades acadêmicas que Gomes participou durante o seu pós-doutoramento, onde ela participa de uma mesa-redonda, mencionada na apresentação seu livro, no qual pontua que

Graças ao convite da professora Teresa Cunha, as pesquisadoras que aqui registram seus artigos puderam participar de uma mesa-redonda discutindo e apresentando perspectivas diversas sobre a questão racial no Brasil, em Portugal e na África e sobre a educação para os direitos humanos. Um dos resultados desse encontro é a publicação deste livro que pretende ser uma contribuição para o campo da formação de professores (Gomes, 2010, p. 7).

Nesse trecho, percebe-se que Gomes menciona as pesquisadoras que compõem a autoria dos artigos da coletânea utilizando o artigo feminino e destaca que participaram do encontro supramencionado, apresentando trabalhos sobre a questão racial no Brasil, em Portugal e em África. Por meio da leitura do sumário, foi possível identificar que as pesquisadoras são: Nilma Lino Gomes, Maria Paula Meneses e Marta Araújo.

As três possuem em comum o fato de terem atuado como investigadoras no CES/UC em 2006. Nesse panorama, infere-se que, durante o estágio pós-doutoral,

⁴ A primeira edição foi publicada pela Editora Autêntica, em 2007, conforme consta no Currículo Lattes da autora. Para a escrita deste artigo, utilizamos a reimpressão publicada no ano de 2010.

Gomes construiu redes de sociabilidade com um grupo de mulheres intelectuais que se reuniram em torno de uma instituição comum – o Centro de Estudos Sociais – e produziram pesquisas sobre a questão racial em contextos nacionais específicos.

Ao retomar as atividades que Gomes participou, cabe destacar o curso de formação intitulado *Racismo e Pós-Racismo*, o qual ela coordenou em conjunto com Maria Paula Meneses e Marta Araújo e foi ofertado entre os dias 10 e 11 de novembro de 2006.

O curso, destinado ao público interno e externo⁵, tinha como objetivo promover reflexões sobre as implicações e a permanência do discurso racista nas sociedades contemporâneas. Os conteúdos ministrados foram divididos da seguinte maneira:

Quadro 1 – Conteúdos ministrados no curso de formação

CONTEÚDO	MINISTRANTE	DATA	HORÁRIO
Artifício da ciência: as construções sociais da alteridade	Maria Paula Meneses	10/11/2006	10h às 13h
O racismo e a discriminação nas relações sociais na escola	Marta Araújo	10/11/2006	15h às 18h
O racismo e o antirracismo na formação de professoras/es. Uma experiência a partir do Brasil	Nilma Lino Gomes	11/11/2006	10h às 13h
Mesa-redonda de debate com todos os participantes	-	11/11/2006	15h às 18h

Fonte: Elaboração própria a partir de informações disponíveis no *site* do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Novamente, nota-se a aproximação entre Nilma Lino Gomes, Maria Paula Meneses e Marta Araújo. É possível inferir que, durante o estágio pós-doutoral, Gomes construiu redes de sociabilidade por meio de afinidades intelectuais, políticas e ideológicas. Intelectuais e políticas porque as três pesquisadoras produziram conhecimentos aproximados que questionaram a persistência do racismo em contextos nacionais específicos. E ideológicas pois os conhecimentos produzidos por elas estão inseridos em um campo de disputas por narrativas e representações.

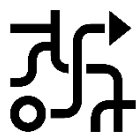
⁵ O curso de formação *Racismo e Pós-Racismo* foi destinado a públicos diversos, tais como: dirigentes de associações estudantis, membros de Organizações Não Governamentais (ONG) e movimentos sociais, estudantes, jovens e demais cidadãos interessados na temática abordada no referido curso.

Os agradecimentos expostos na nota de rodapé do livro *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*, escrito por Nilma Lino Gomes e publicado em 2017, demonstram que tais redes de sociabilidade também foram constituídas por meio de afinidades afetivas:

Agradeço, em especial, ao professor e querido amigo Boaventura de Sousa Santos, pela supervisão do pós-doutorado, em 2006, pela acolhida como investigadora-associada do Centro de Estudos Sociais (CES) e pelos anos de trabalho e parceria. **Agradeço às investigadoras Maria Paula Meneses e Marta Araújo (CES) pela interlocução e amizade iniciadas no pós-doutorado e que se mantêm até os dias de hoje.** Sou grata também, à querida amiga Élide Lauris, que conheci durante o período do pós-doutorado, tendo se tornado secretária-executiva do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos durante a minha gestão, no governo da presidenta eleita Dilma Rousseff (Gomes, 2017, p. 14, grifos meus).

O trecho em negrito demonstra que Gomes estabeleceu uma relação de amizade com Maria Paula Meneses e Marta Araújo. A amizade, iniciada no estágio pós-doutoral, permite compreender que as redes de sociabilidade não são construídas a partir de escolhas puramente racionais. Como afirma Alves (2019, p. 35), a amizade também é um elemento que influencia a constituição dessas redes entre determinado grupo de intelectuais.

Entende-se que o itinerário e as redes de sociabilidade expostas neste artigo são parciais, visto que os vestígios da viagem não foram reconstruídos em totalidade. Ao mobilizar a temática em questão, realiza-se o recorte daquilo que era possível discutir a partir das fontes consultadas e dos pressupostos epistemológicos, teóricos e metodológicos escolhidos. Nesse cenário, a possibilidade de destacar uma rede de sociabilidade formada por mulheres intelectuais constituiu-se como uma forma de visibilizar e valorizar os conhecimentos produzidos por mulheres no espaço acadêmico.



E

DEPOIS DO ESTÁGIO PÓS-DOCTORAL? ALGUMAS REVERBERAÇÕES

Durante o estágio pós-doutoral, a pesquisadora realizou pesquisas que tiveram continuidade nos anos posteriores por meio da produção acadêmica e do desenvolvimento de ações educativas. As pesquisas possuem como temática privilegiada a questão racial e os saberes produzidos pelo movimento negro brasileiro, visto que partem do pressuposto de que as redes de sociabilidade estabelecidas durante o pós-doutoramento foram fundamentais para a continuidade dessas pesquisas.

Em 2008, Gomes publicou o artigo intitulado *Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório*, fruto de reflexões realizadas durante seu tempo no CES/UC. As notas expostas no final deste artigo apresentam indícios de que a professora deu prosseguimento nas pesquisas desenvolvidas durante o pós-doutoramento:

Esse texto é parte das reflexões do pós-doutoramento da autora, realizado no Centro de Estudos Sociais, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, sob a supervisão do prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos, com apoio do CNPq. A continuidade desse trabalho tem sido realizada por meio da pesquisa *Educação para a diversidade, movimento negro e saberes*, com apoio do CNPq (Gomes, 2008, p. 105, grifos da autora).

O projeto de pesquisa *Educação para a diversidade, movimento negro e saberes* foi desenvolvido entre os anos 2007 e 2009 e objetivou mapear, em três capitais brasileiras, a produção bibliográfica referente à Lei nº 10.639/2003⁶ e aos materiais educativos produzidos pelo movimento negro, tendo como enfoque a diversidade étnico-racial.

Outro indício da continuidade das pesquisas iniciadas no pós-doutoramento é o projeto de pesquisa *Educação para a diversidade e saberes emancipatórios*, desenvolvido entre os anos 2008 e 2010. Trata-se de um projeto integrado que abrangeu duas pesquisas: 1) Movimento negro, educação para a diversidade e saberes, coordenado por Nilma Lino Gomes; 2) Discursos e representações sobre os

⁶ A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, promulgada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alterou a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – e instituiu a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas instituições de ensino públicas e privadas.

povos negros e história da África nos livros didáticos/manuais escolares em países de língua portuguesa, coordenado por Aracy Alves Martins.

O projeto de pesquisa integrado foi desenvolvido na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e estabeleceu parceria com o projeto de investigação *'Raça' e África em Portugal: um estudo sobre manuais escolares de história* (2008-2012), coordenado por Marta Araújo e acolhido pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Maria Paula Meneses foi uma das integrantes do projeto de investigação desenvolvido em Portugal.

Tais indícios demonstram que as afinidades constituídas entre Nilma Lino Gomes, Maria Paula Meneses e Marta Araújo não ficaram restritas às pesquisas realizadas no CES/UC. Compreende-se que a permanência no CES permitiu a construção de laços⁷ entre as três pesquisadoras, entretanto, tais laços foram ampliados por meio da continuidade de pesquisas com temáticas convergentes. O estabelecimento de parcerias entre a Universidade Federal de Minas Gerais e o Centro de Estudos Sociais demonstra que as redes de sociabilidade podem extrapolar a permanência de intelectuais em instituições comuns e constituir-se a partir de projetos de pesquisa integrados que abordam temáticas similares.

Em sequência, com relação às atividades entre as quais a pesquisadora participou após o estágio pós-doutoral, cabe destacar a primeira oficina da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS) no Brasil, realizada na cidade de Belo Horizonte, entre 1 e 2 de agosto de 2009. A oficina, intitulada *A relação entre os Movimentos Sociais e o Estado*, foi ministrada na Escola Sindical 7 de Outubro e contou com a participação de Nilma Lino Gomes e Boaventura de Sousa Santos.

Os registros fotográficos abaixo constituem-se como vestígios da participação de Nilma Lino Gomes na oficina realizada em Belo Horizonte:

⁷ Amparada nas análises de Portugal (2007), entendo que os laços são as relações entre os nós que constituem determinada rede social. Os nós podem ser compreendidos como um elemento que reúne um grupo de pessoas em torno de uma referência comum – instituições, empresas, pessoas, associações, entre outros. Nesse sentido, os laços permitem visualizar o conteúdo das relações entre um grupo de pessoas, “a sua diversidade, a frequência dos contatos, o tempo despendido na interação, a sua influência e a interferência de um nó sobre o comportamento do outro” (Portugal, 2007, p. 25).

Figura 2 – Apresentação da proposta da oficina por Nilma Lino Gomes (01/08/2009)



Fonte: Relatório da primeira oficina da Universidade Popular dos Movimentos Sociais no Brasil.

Nilma Lino Gomes, Ana Maria Prestes e Tatiane Izabela dos Reis ficaram responsáveis pelo planejamento e pela organização da oficina realizada em Belo Horizonte. A oficina resultou no chamado *Relatório da primeira oficina da Universidade Popular dos Movimentos Sociais no Brasil*, redigido a partir das sínteses produzidas por Ana Maria Prestes, Érica Dumont, Júlia Benzaquen, Lilian Paraguai, Miguel Arroyo, Nilma Lino Gomes e Tatiane Izabela dos Reis (UPMS, 2009).

Figura 3 – Participação de Ana Maria Prestes, Nilma Lino Gomes e Boaventura de Sousa Santos no segundo dia da oficina (02/08/2009)



Fonte: Relatório da primeira oficina da Universidade Popular dos Movimentos Sociais no Brasil.

Vale destacar que o tema da oficina dialoga com a pesquisa realizada por Gomes durante o pós-doutoramento, a saber: *Movimento Negro, saberes e a construção de um projeto educativo emancipatório*. Além disso, a participação de Boaventura de Sousa Santos na oficina permite inferir que as afinidades intelectuais estabelecidas entre Gomes e seu orientador não ficaram restritas ao plano de trabalho desenvolvido durante o pós-doutoramento.

O prefácio do livro *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*, redigido por Boaventura de Sousa Santos em 2017, também apresenta indícios das afinidades intelectuais estabelecidas entre Gomes e seu orientador:

Nilma Gomes foi uma das mais brilhantes pós-doutorandas que na minha já longa carreira universitária tive o privilégio de orientar. **Mais do que uma orientação, foi uma partilha constante de ideias e um enriquecimento mútuo, de tal maneira consistentes e persistentes, que se mantiveram muito para além do estágio e duraram até hoje.** No final de contas, fui orientador de Nilma tanto quanto ela me orientou. Talvez essa devesse ser a norma nos pós-doutoramentos, mas a verdade é que muito raramente ocorre (Santos, 2017, p. 11-12, grifos meus).

As afinidades intelectuais estabelecidas com Boaventura de Sousa Santos solidificaram-se e perduraram após o pós-doutoramento de Gomes. Nesse sentido, é notável que, durante o estágio pós-doutoral, a pesquisadora estabeleceu redes de sociabilidade que não esmoreceram após o término de sua estada no CES/UC. Nesse sentido, compreende-se que as afinidades constituídas entre Nilma Lino Gomes, Maria Paula Meneses, Marta Araújo e Boaventura de Sousa Santos não ficaram restritas às pesquisas realizadas na instituição.

Percebe-se que Gomes continuou desenvolvendo pesquisas que questionam a hegemonia dos conhecimentos eurocêntricos. Para produzir suas pesquisas, Gomes dialogou com os saberes produzidos pela população negra e sistematizados pelo movimento negro. Suas pesquisas, portanto, estão assentadas em um duplo engajamento: o primeiro, político (Sirinelli, 2003), consta na luta contra o racismo e o segundo, intelectual, na produção de conhecimentos contra-hegemônicos. Nesse cenário, o estágio pós-doutoral pode ser compreendido como um espaço formativo que propiciou a ampliação do repertório político e intelectual de Nilma.

CONCLUSÃO

Em 2006, Gomes viajou à Portugal para realizar o estágio pós-doutoral no CES/UC, sob a supervisão do Prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos. Entre os meses de janeiro e dezembro, atuou como investigadora-associada e desenvolveu o plano de trabalho intitulado *Movimento Negro, saberes e a construção de um projeto educativo emancipatório*. Tendo como fio condutor o Estágio Pós-Doutoral, reconstruímos os itinerários e as redes de sociabilidade estabelecidas por Gomes, bem como destacamos alguns indícios de que os estudos realizados e as redes de sociabilidade estabelecidas no pós-doutoramento reverberaram em suas produções e ações no espaço acadêmico.

Os itinerários e as redes de sociabilidade expostas neste artigo são parciais, visto que os vestígios da viagem não foram totalmente reconstruídos. Diferentes questões podem ser levantadas e outras fontes podem ser mobilizadas. Ao retomar o estágio pós-doutoral, por exemplo, é possível questionar: Como ocorreram os trâmites institucionais para Gomes cursar o estágio pós-doutoral em Portugal? Ela estabeleceu

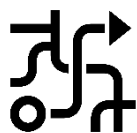
contato com outros e outras intelectuais? Quais foram as impressões dela sobre a viagem? Quais diálogos estabeleceu com o Centro de Estudos Sociais após o retorno ao Brasil?

É notável que, durante o estágio pós-doutoral, a pesquisadora estabeleceu redes de sociabilidade que não enfraqueceram após o término de sua estadia no CES/UC. O Centro de Estudos Sociais foi fundamental para a constituição de tais redes, entretanto, as afinidades constituídas entre Nilma Lino Gomes, Maria Paula Meneses, Marta Araújo e Boaventura de Sousa Santos não ficaram restritas às pesquisas realizadas na instituição. Após o término do estágio pós-doutoral, os laços estabelecidos entre o grupo de intelectuais foram ampliados por meio da continuidade de pesquisas com temáticas convergentes.

Sob tal ótica, destacamos que outras abordagens teórico-metodológicas podem ser mobilizadas para analisar a conexão entre as temáticas estudadas por Nilma Lino Gomes, Maria Paula Meneses, Marta Araújo e Boaventura de Sousa Santos. Embora não seja a pretensão deste artigo, é necessário pontuar as possibilidades de construir uma história conectada⁸ do racismo no Brasil, em Portugal e em África. Os contextos citados são perpassados por histórias coloniais e pós-coloniais que, em maior ou menor grau, delinearam os modos de produção e reprodução do racismo. Tais contextos também são marcados por contatos e negociações entre diferentes grupos sociais que disputam representações e espaços de poder.

A construção de uma história conectada do racismo no Brasil, em Portugal e nos países africanos exige o reconhecimento de que o racismo constitui uma problemática que transcende as fronteiras nacionais. Nesse sentido, os estudos sobre

⁸ Ao tecer apontamentos sobre os mundos misturados da monarquia católica, Gruzinski (2001, 176) destaca que “parece-me que a tarefa do historiador pode ser a de exumar as ligações históricas ou, antes, para ser mais exato, de explorar as *connected histories*, se adotarmos a expressão proposta pelo historiador do império português, Sanjay Subrahmanyam, o que implica que as histórias só podem ser múltiplas – ao invés de falar de uma história única e unificada com “h” maiúsculo. Esta perspectiva significa que estas histórias estão ligadas, conectadas, e que se comunicam entre si. Diante de realidades que convém estudar a partir de múltiplas escalas, o historiador tem de converter-se em uma espécie de electricista encarregado de reestabelecer conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais desligaram ou esconderam, bloqueando as suas respectivas fronteiras”.



a

questão racial em contextos nacionais precisam considerar a interdependência entre o local e o global, uma vez que os processos de circulação e apropriação de modelos, textos e bens culturais em escala mundial flexibilizam fronteiras e promovem diálogos responsáveis pela construção de referências compartilhadas (Chartier, 2020).

Face ao exposto, compreende-se que as redes de sociabilidade estabelecidas por Gomes foram fundamentais para o prosseguimento das pesquisas iniciadas no pós-doutoramento. Os indícios apresentados neste artigo apontam que: 1) As redes de sociabilidade estabelecidas pela professora não ficaram restritas às pesquisas realizadas no Centro de Estudos Sociais; e 2) Os temas de pesquisa em comum estudados por Gomes, Meneses, Araújo e Santos possibilitaram o fortalecimento das redes de sociabilidade e o desenvolvimento de projetos de pesquisa e ações após a conclusão do estágio pós-doutoral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

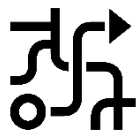
ALVES, Claudia. Contribuições de Jean-François Sirinelli à história dos intelectuais da educação. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 33, n. 67, p. 27-55, 2019. DOI 10.14393/REVEDFIL.v33n67a2019-47879. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/47879>. Acesso em: 10 nov. 2025.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

CORREA, Rubens Arantes. Os intelectuais e a escrita da história – as contribuições metodológicas de Jean-François Sirinelli. *Revista Escritas*, Araguaína, v. 8, n. 2, p. 265-278, 2017. DOI 10.20873/vol8n2pp265-278. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/escritas/article/view/2576>. Acesso em: 15 nov. 2025.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 175-195, 2001. DOI 10.1590/2237-101X002002007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/SyxTynYw6ZqQ6cQXYvyYYBj/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2025.

PORTUGAL, Sílvia. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, n. 271, p. 1-36, 2007. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/271/271.pdf>. Acesso em: 1º dez. 2025.



SANTOS, Boaventura de Sousa. Prefácio. In: GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 9-12.

SANTOS, Luana Dias. *Intelectuais negras insurgentes: o protagonismo de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Nilma Lino Gomes*. 2018. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2018. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/items/91843d83-9e52-437b-b1d4-0870692958db>. Acesso em: 2 fev. 2026.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org.). *Usos & abusos da história oral*. Tradução de Luiz Alberto Monjardim, Maria Lucia Leão Velloso de Magalhães, Glória Rodriguez e Maria Carlota C. Gomes. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 131-137.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dir.). *Para uma história cultural*. Tradução de Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 259-279.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.

VERAS, Loyde Anne Carreiro Silva. Do pensamento educacional à história dos intelectuais: contribuições de Jean-François Sirinelli para a historiografia educacional brasileira. In: ORLANDO, Evelyn de Almeida; MESQUIDA, Peri (org.). *Intelectuais e educação: contribuições teóricas à história da educação*. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. p. 16-42.

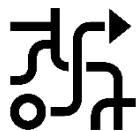
FONTES

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS. *“Raça” e África em Portugal: um estudo sobre os manuais escolares de história*. Coimbra, [s. d]. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/projectos/rap/pages/pt/projeto/descricao-do-projeto.html>. Acesso em: 20 nov. 2025.

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS. *Cursos de formação*. Coimbra, 2006. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/formacao/formacaotabela2006.php>. Acesso em: 20 nov. 2025.

GOMES, Nilma Lino. Apresentação. In: GOMES, Nilma Lino (org.). *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica: 2010. p. 7-12

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 95-108, 2008. Disponível em:



[https://www.academia.edu/26901925/Diversidade %C3%A9tnico racial Por um pr
ojeto educativo emancipat%C3%B3rio 1](https://www.academia.edu/26901925/Diversidade_%C3%A9tnico_racial_Por_um_pr_ojeto_educativo_emancipat%C3%B3rio_1). Acesso em: 20 nov. 2025.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017. 154 p.

UNIVERSIDADE POPULAR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS. *Relatório da primeira oficina da Universidade Popular dos Movimentos Sociais no Brasil*. Belo Horizonte, 2009. Disponível em:
<https://www.universidadepopular.org/site/pages/pt/oficinas/oficina-de-belo-horizonte--2009.php>. Acesso em: 20 nov. 2025.

Recebido em 03/02/2026

Aprovado em 11/06/2026



BORGES, Felipe Augusto Fernandes*

<https://orcid.org/0000-0002-4812-9992>

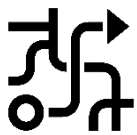
RESUMO: Este artigo busca discutir a avaliação da aprendizagem no ensino de História a partir de uma perspectiva crítica e formativa, compreendendo-a como ato pedagógico, político e ético. Partimos da análise de que, historicamente, as práticas avaliativas desenvolvidas na educação brasileira têm sido marcadas por uma cultura classificatória, voltada à medida e ao controle, o que transforma a avaliação em um instrumento punitivo, excludente e contraproducente. Por meio de revisão bibliográfica, propomos a superação da lógica de medição da aprendizagem pela construção de práticas avaliativas que privilegiem o desenvolvimento do aluno, por meio do acompanhamento, da reflexão e do diálogo. A avaliação, nessa perspectiva, é pensada como parte integrante do processo de aprendizagem, como espaço de mediação e de desenvolvimento da autonomia e da consciência crítica. Na prática do ensino de História, essa concepção ganha contornos especiais, pois aprender História significa também compreender a complexidade das experiências humanas no tempo e desenvolver a capacidade do pensamento histórico. Avaliar a aprendizagem na História é, portanto, avaliar maneiras de pensar, de argumentar e de construir sentidos para a realidade vivida. O trabalho apresenta práticas avaliativas que consideramos coerentes com essa concepção, tais como portfólios, narrativas, análise de fontes, autoavaliações e debates, os quais permitem observar o percurso interpretativo e formativo dos alunos. O que se conclui é que a avaliação da aprendizagem, quando entendida e trabalhada enquanto prática emancipadora, se transforma em instrumento vivo de aprendizagem, humanização e cidadania, reforçando o papel da História como campo de reflexão crítica e de construção da consciência histórica.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação da aprendizagem. Ensino de História. Formação crítica.

ABSTRACT: This article discusses learning assessment in History teaching from a critical and formative perspective, understanding it as a pedagogical, political, and ethical act. It starts from the analysis that, historically, assessment practices in Brazilian education have been marked by a classification-oriented culture, focused on measurement and control, which transforms assessment into a punitive, exclusionary, and counterproductive instrument. Through a bibliographic review, it proposes overcoming the logic of learning measurement by building assessment practices that prioritize student development through monitoring, reflection, and dialogue. From this perspective, assessment is conceived as an integral part of the learning process, as a space for mediation and for developing autonomy and critical awareness. In the practice of History teaching, this concept takes on special contours, as learning History also means understanding the complexity of human experiences in time and developing the capacity for historical thinking. Therefore, assessing learning in History involves evaluating ways of thinking, arguing, and constructing meaning for lived reality. The work presents assessment practices considered consistent with this conception, such as portfolios, narratives, source analysis, self-assessments, and debates, which allow for the observation of students' interpretive and formative paths. It concludes that learning assessment, when understood and implemented as an emancipatory practice, becomes a living instrument for learning, humanization, and citizenship, reinforcing the role of History as a field for critical reflection and the construction of historical consciousness.

KEYWORDS: Learning assessment. History teaching. Critical formation.

* Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor do curso de Pedagogia do Instituto Federal do Paraná, Campus Pitanga e do Programa de Pós-graduação em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Estadual de Maringá. É líder do Grupo de Pesquisa História, Educação e Cultura – GPHECULT (IFPR) e participa do grupo de pesquisa: Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP) da Universidade Estadual de Maringá.



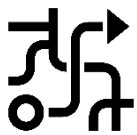
INTRODUÇÃO

A avaliação da aprendizagem é um tema complexo e, ao mesmo tempo, determinante para o bom andamento da prática educativa em seus mais diversos aspectos. Estando presente em todas as etapas do processo de ensino-aprendizagem, a avaliação ultrapassa o campo meramente técnico e avança sobre aspectos éticos, políticos e epistemológicos. A forma como conduzimos a avaliação define, de certo modo, a maneira como concebemos e praticamos o próprio ensino.

Quando pensamos no ensino de História, especificamente, essa complexidade tende a adquirir contornos ainda mais desafiadores, pois esse campo de conhecimento não envolve apenas métricas exatas ou a simples verificação de conteúdos, mas pretende desenvolver a compreensão de processos complexos, de significados e de temporalidades. Avaliar a aprendizagem em História é, assim, avaliar formas de pensar, de problematizar, de desenvolver consciência e de atribuir sentidos ao passado e às experiências coletivas da humanidade.

O questionamento aos modelos tradicionais de avaliação, centrados na mensuração e na classificação, não é assunto novo. Os debates a respeito desse tema, na área da educação, têm privilegiado propostas que compreendem o ato de avaliar como parte integrante e formativa do processo de aprendizagem. Autores como Luckesi (2011) e Hoffmann (2001) vêm criticando a permanência de uma cultura escolar que trata a avaliação como um instrumento limitado, sobretudo utilizado como forma de controle e punição, em detrimento de sua função diagnóstica e mediadora. No caso do ensino de História, a questão é ainda mais acentuada pela herança de um ensino tradicionalista, baseado na memorização de fatos e datas, que negligencia o desenvolvimento do raciocínio histórico e, sobretudo, da reflexão crítica sobre os processos sociais.

Discutir a avaliação da aprendizagem em História implica, então, reconhecer que o conhecimento histórico não se limita à memorização e à reprodução de informações, mas exige a capacidade de refletir a respeito de relações de causa e efeito, sob múltiplas temporalidades e a partir de perspectivas diversas. Rüsen (2001) aponta que o ensino de História deve favorecer a formação da consciência histórica, isto é, envolve a capacidade de interpretação do passado e também do presente a



partir de uma leitura aprofundada dos acontecimentos e contextos. Assim, avaliar a aprendizagem histórica é também avaliar como o estudante constrói seu pensamento histórico, como articula saberes e valores e como desenvolve uma empatia histórica necessária à leitura crítica do mundo.

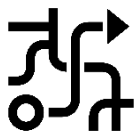
Trabalhar sob essa perspectiva requer que a concepção de avaliação do professor seja pautada em um processo contínuo, dialógico e formativo, no qual o erro não represente necessariamente uma falha nem gere punição. O erro, nessa perspectiva, representa uma oportunidade de aprendizagem, de reflexão e de avanço.

Nesse sentido, Perrenoud (1999) aponta que avaliar envolve intervenção pedagógica e promoção de aprendizagens significativas, e não apenas o registro de desempenhos. Assim, o professor de História, no ato de avaliar, necessita repensar a tradição avaliativa arraigada nos sistemas educacionais, substituindo a lógica da verificação pela da mediação, da punição pela construção e, sobretudo, reconhecendo que toda forma de avaliação traz implícita uma concepção de conhecimento, de sujeito e de sociedade.

Diante desses pressupostos, e de outros que serão apresentados na sequência, este trabalho tem como objetivo discutir as concepções e as práticas de avaliação da aprendizagem no ensino de História, analisar os fundamentos teóricos dessas práticas, bem como suas limitações e possibilidades formativas. Busca-se destacar que avaliar em História significa compreender como o estudante produz sentidos sobre o tempo e sobre os eventos e ações humanas, e não apenas como recorda, memoriza ou retém informações. Mais do que uma mensuração de resultados, trata-se de analisar processos de construção intelectual, pois a avaliação, nessa perspectiva, é entendida como ato pedagógico, político e humanizador, indissociável do compromisso de formar sujeitos capazes de pensar e agir histórica e criticamente.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES E CONCEITOS

As discussões a respeito da avaliação da aprendizagem devem ocupar um lugar de destaque nas reflexões pedagógicas e metodológicas, pois remetem, em última instância, à própria concepção de educação que orienta o trabalho docente

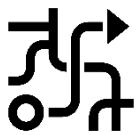


como um todo. A ação de avaliar não é um ato neutro: é um ato político, epistemológico e ético que traz consigo o modo como o professor compreende o conhecimento, a maneira como considera o estudante e, inclusive, a função social da escola. Por isso, compreende-se que as transformações nas práticas avaliativas estão sempre ligadas a mudanças nas concepções de ensino-aprendizagem, isto é, nas formas de ensinar e de aprender.

O Brasil possui uma tradição educacional amplamente arraigada na Pedagogia Tradicional, inicialmente inserida em sua vertente religiosa por padres e ordens religiosas e, posteriormente, em sua vertente leiga, sobretudo a partir da expulsão dos jesuítas em 1759. Assim, durante muito tempo, a avaliação foi compreendida nessa perspectiva tradicional como instrumento de seleção e controle, cuja função principal era classificar e hierarquizar os sujeitos segundo padrões de rendimento preestabelecidos (Saviani, 2013). Essa concepção, herdada da pedagogia tradicional, consolidou o que Luckesi (2011) denominou “pedagogia do exame”, na qual a prova e a nota assumem caráter punitivo e excludente, dissociando-se completamente da função formativa do processo educativo. Nas palavras do autor:

Pais, sistema de ensino, profissionais da educação, professores e alunos, todos têm suas atenções centradas na promoção, ou não, do estudante de uma série de escolaridade para outra. O sistema de ensino está interessado nos percentuais de aprovação/reprovação do total dos educandos; os pais estão desejosos de que seus filhos avancem nas séries de escolaridade; os professores se utilizam permanentemente dos procedimentos de avaliação como elementos motivadores dos estudantes, por meio da ameaça; os estudantes estão sempre na expectativa de virem a ser aprovados ou reprovados e, para isso, servem-se dos mais variados expedientes. O nosso exercício pedagógico escolar é atravessado mais por uma pedagogia do exame que por uma pedagogia do ensino/aprendizagem. (Luckesi, 2011, p. 36)

Ou seja, a aprendizagem efetiva do educando fica, de certa maneira, submetida ao resultado prático de uma avaliação ou prova. Entretanto, na perspectiva crítica desenvolvida por autores como Luckesi (2011, 2018), entende-se que a avaliação deve ser praticada como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, como ferramenta de desenvolvimento e formação do estudante, e não como instrumento de exclusão. Avaliar deve ser um gesto de cuidado, de acompanhamento e de mediação, voltado a identificar avanços e dificuldades, a fim de possibilitar novas aprendizagens. Dentro dessa lógica, a nota, por si, perde protagonismo e cede lugar à reflexão sobre

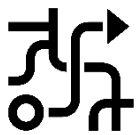


o percurso do estudante, suas potencialidades e seus limites. A avaliação, portanto, é inseparável do ensino e da aprendizagem. Longe de ser um marcador do fim do processo, deve constituir parte integrante dele.

Jussara Hoffmann, em *Avaliar para promover: as setas do caminho* (2001), amplia essa compreensão, defendendo que a avaliação deve ser uma prática dialógica e processual. Para a autora, avaliar é uma ação que ocorre conjuntamente entre professor e estudante, configurando-se como um movimento de construção compartilhada de sentidos. Nessa perspectiva, o diálogo assume papel central, pois é por meio dele que se identificam as aprendizagens e os limites, a fim de prosseguir na superação das dificuldades. Esse caráter dialógico visa romper com a ideia do professor como único detentor do saber, característica da Pedagogia Tradicional, transformando a avaliação em um espaço de escuta, de reflexão e de construção e reconstrução do conhecimento. Em vez de julgar o erro puro e simplesmente, a proposta é compreendê-lo como parte necessária do processo de aprender, pois o erro revela o modo como o sujeito pensa e elabora suas hipóteses sobre o mundo.

A autora insiste na necessidade de a escola, o professor e a própria ação de avaliar respeitarem o tempo de construção do estudante: “O tempo do aluno que precisa ser, sobretudo, respeitado é o tempo de aprender e o tempo de ser e não o tempo ‘de aprender determinado conteúdo’. Acompanhá-lo, passo a passo, exige conhecê-lo enquanto sujeito, protagonista de sua história, produtor do seu conhecimento” (Hoffmann, 2001, p. 51).

A perspectiva formativa da avaliação é corroborada ainda por outros autores, como Perrenoud (1999). O autor contribui para fundamentar a ideia de avaliação como parte formativa do ensino-aprendizagem ao apontar que o objetivo do professor deve ser acompanhar o progresso do estudante, adaptando as intervenções pedagógicas de acordo com suas necessidades. Avaliar, nesse sentido, é um ato de regulação, uma ação de mediação contínua que permite ajustar o ensino às características do grupo e também às de cada aprendiz. Essa abordagem contribui para distanciar a concepção de avaliação daquela preconizada pela Pedagogia Tradicional e aproximá-la de uma pedagogia crítica voltada para a autonomia, em que o estudante é considerado participante do processo, podendo, inclusive, desenvolver a capacidade de autoavaliação e de atribuir valor à própria aprendizagem.

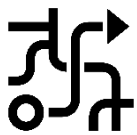


Vasconcellos, em *Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico* (1999), reforça o caráter político e emancipador da avaliação ao afirmar que ela é indissociável do projeto histórico de sociedade que orienta a prática educativa. Quando o professor avalia apenas para medir e classificar, contribui para perpetuar uma lógica autoritária e meritocrática que naturaliza e reforça as desigualdades sociais, econômicas e também as de acesso e permanência escolar. Por outro lado, quando a avaliação se orienta pelo objetivo de compreender, dialogar e intervir, trabalha-se pela democratização do conhecimento, pela emancipação dos sujeitos e pela promoção da igualdade e da equidade. Nesse sentido, a avaliação é um ato político que expressa valores, intencionalidades e compromissos éticos. Mesmo sem consciência plena do processo, o educador que pratica a avaliação autoritária produz efeitos políticos. Assim, o modo como se avalia revela se a escola e o educador atuam como espaço de inclusão e construção coletiva ou como instância de controle e exclusão. Vasconcellos, então, aponta a relação entre planejamento e promoção da humanização:

[...] se o homem se constitui enquanto tal por sua ação transformadora no mundo pela mediação de instrumentos, o planejamento - quando instrumento metodológico - é um privilegiado fator de humanização! Se o trabalho está na base da formação humana, e tem uma dimensão de consciência e intencionalidade, podemos concluir que planejar é elemento constituinte do processo de humanização: o homem se faz pelo projeto! (Vasconcellos, 1999, p. 68)

Assim, de acordo com Vasconcellos, toda essa concepção e a consequente ação passam pelo Projeto Político-Pedagógico da escola. As concepções de ser humano, aprendizagem, avaliação e sociedade, entre outras, estão expressas nesse documento de construção coletiva. Desse modo, o planejamento docente deve estar subordinado às concepções do Projeto Político-Pedagógico, assim como a avaliação deve estar subordinada ao planejamento docente. Todas essas ações devem estar inter-relacionadas, e o viés político expresso no Projeto Político-Pedagógico deve manifestar-se, em última instância, no trabalho do professor em sala de aula. Toda ação educacional é, portanto, uma ação política.

Esteban (2003) apresenta uma crítica à arraigada cultura da quantificação que domina as práticas escolares. Além disso, a autora alerta para os riscos de se reduzir o ato educativo a uma mera tarefa de transmissão de informações e aferição de



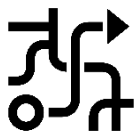
desempenhos. Para a autora, a avaliação deve ser concebida como uma prática discursiva e social, devendo envolver interpretação, contexto e sentido. Os instrumentos avaliativos, que podem ser variados, tais como provas, relatórios, portfólios e observações, só adquirem sentido e validade pedagógica quando articulados a uma concepção formativa de ensino. Esses instrumentos devem permitir a compreensão do percurso de construção cognitiva e emocional dos estudantes. A avaliação, assim, é compreendida não como um momento estanque, mas como uma prática interpretativa que acompanha o desenvolvimento da aprendizagem.

Os autores mencionados permitem problematizar as concepções usuais de avaliação e oferecem subsídios para compreendê-la de maneira mais plural, construtiva e formativa. A leitura dessas obras permite compreender que a tarefa da avaliação da aprendizagem é superar a dicotomia artificial entre ensinar e avaliar, passando a concebê-los como momentos de um mesmo processo. Nessa perspectiva, avaliar não é medir o quanto o estudante sabe ou o quanto reteve de informações, mas, sobretudo, compreender como aprende, quais caminhos percorre nesse processo e como o conhecimento se transforma em consciência crítica. A avaliação deve constituir um movimento contínuo de acompanhamento, desenvolvimento, construção e reconstrução da prática pedagógica, no qual o professor também se avalia, revisando suas escolhas metodológicas, suas formas de ensinar e seus critérios de avaliação.

Partindo dessas concepções, discute-se o campo específico da História, na continuidade deste texto, a fim de refletir sobre as formas de avaliação que favorecem o pensamento crítico e a consciência histórica.

AVALIAÇÃO E ENSINO DE HISTÓRIA

Para refletir a respeito da avaliação da aprendizagem no âmbito do ensino de História, é necessário compreender a natureza específica do conhecimento histórico e o modo como ele se constitui enquanto saber escolar. A concepção contemporânea do ensino de História, diferentemente da concepção tradicional que vigorou durante muito tempo, não considera como finalidade apenas transmitir informações sobre o passado, grandes feitos e grandes personagens, mas possibilitar que o estudante

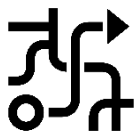


desenvolva um modo específico de pensar, isto é, o pensamento histórico. Esse pensamento deve permitir-lhe compreender a relação entre tempo, mudança e permanência, bem como interpretar o presente à luz das experiências humanas acumuladas. Assim, avaliar a aprendizagem histórica consiste em avaliar processos de significação, interpretação e construção de sentido, e não apenas o domínio de dados factuais ou cronológicos.

Para corroborar, recorre-se a Rüsen (2001), para quem o objetivo central do ensino de História é a formação da consciência histórica, entendida como a capacidade de orientar criticamente a própria experiência temporal a partir do conhecimento do passado. Para o autor, “[...] o saber histórico tem [...] uma função de orientação cultural na vida de sua sociedade e que o cumprimento dessa função é em si mesmo um exercício do trabalho histórico científico profissional [...]” (Rüsen, 2001, p. 110).

É importante insistir que essa consciência não se forma pela simples memorização de conteúdos, mas se desenvolve por meio da reflexão sobre os usos e significados do passado na vida social. A avaliação, dessa forma, implica observar como o estudante utiliza saberes históricos para interpretar situações, compreender mudanças, reconhecer continuidades e atribuir sentido à própria realidade. A aprendizagem histórica se expressa de maneira satisfatória quando o indivíduo se torna capaz de contextualizar fatos, comparar perspectivas e formular explicações que superem a simples repetição de narrativas.

Por isso, práticas avaliativas tradicionais, por vezes baseadas unicamente em provas objetivas ou listas de questionários, mostram-se instrumentos limitados. A perspectiva desses instrumentos reduz a História a uma lista de acontecimentos, além de dificultar o desenvolvimento das habilidades interpretativas próprias do pensamento histórico. Nesse sentido, Bittencourt (2004) aponta que a História ensinada na escola não pode se restringir à transmissão linear e ordenada de conteúdos, devendo promover a compreensão crítica e problematizadora dos processos históricos. O professor, a fim de avaliar esse tipo de aprendizagem, precisa romper com a lógica conteudista de acumulação de informações e lançar mão de instrumentos que valorizem a argumentação, a análise de fontes, a construção de hipóteses e a escrita reflexiva.

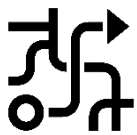


Há ainda outros autores, como Schmidt (2011) e Barca (2001), que reforçam a concepção de que a aprendizagem histórica se dá em níveis progressivos de complexidade interpretativa. A avaliação, pensada nessa perspectiva, deve considerar o processo de desenvolvimento dessas capacidades, e não apenas o resultado final expresso no instrumento avaliativo. É possível, inclusive, que o estudante demonstre desenvolvimento significativo na maneira como interpreta documentos, organiza narrativas e identifica relações de causa e consequência, mesmo apresentando dificuldades em questões conceituais. Assim, avaliar o processo de aprendizagem envolve reconhecer que aprender História é um percurso de aproximação gradual com as linguagens e os métodos próprios da disciplina.

Fonseca (2019) acrescenta que a avaliação em História precisa considerar aspectos éticos e políticos do conhecimento histórico, pois ensinar História é ensinar a pensar criticamente sobre as relações sociais, os conflitos e as desigualdades. A forma de avaliação pode reforçar ou afastar-se de visões naturalizadas do passado. Quando a avaliação se reduz à verificação da apropriação de conteúdos estanques, tende a reproduzir uma narrativa oficial, geralmente elitista e homogênea. Entretanto, quando assume caráter investigativo e reflexivo, pode contribuir para a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender a História como campo de disputa de sentidos e de produção de identidades.

Conceber a avaliação dessa maneira implica uma mudança significativa no papel desempenhado pelo professor e pelo estudante no processo avaliativo. Nessa perspectiva, o professor deixa de ser julgador do desempenho do aluno e passa a atuar como mediador da construção do conhecimento, criando situações em que o estudante seja levado a expressar e aprimorar suas interpretações. O estudante, por sua vez, deixa de ser simples receptor e assume papel ativo na construção do próprio conhecimento histórico, refletindo sobre suas aprendizagens. A avaliação torna-se, assim, instrumento de construção coletiva, de diálogo e de troca de conhecimentos e interpretações.

Considerando as perspectivas apresentadas, alguns instrumentos avaliativos favorecem o desenvolvimento humano requerido pela ação de avaliar em História. Entre eles, destacam-se os relatórios reflexivos, as produções textuais, a análise de documentos, a elaboração de linhas do tempo comentadas e os projetos



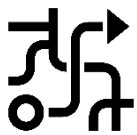
interdisciplinares e debates temáticos. Tais instrumentos possibilitam ao estudante expressar múltiplas linguagens e formas de compreensão, ampliando as possibilidades de acompanhamento do professor.

Além disso, esses instrumentos favorecem a avaliação da dimensão narrativa do pensamento histórico. Rüsen (2007) aponta que narrar é uma habilidade cognitiva fundamental, pois permite ao indivíduo organizar sua experiência no tempo. Portanto, avaliar a narrativa do estudante consiste também em avaliar sua capacidade de produzir sentido, relacionar causas e consequências, compreender os sujeitos históricos em suas contradições e posicionar-se criticamente diante dos acontecimentos. A narrativa revela as formas como o estudante interpreta o mundo e a História, além da maneira como se reconhece parte dela.

É importante reconhecer que a avaliação no ensino de História precisa estar articulada a uma concepção de educação comprometida com a formação de estudantes éticos, críticos e conscientes. O ato de avaliar é também um ato político, que pode tanto reproduzir quanto questionar as estruturas de poder presentes na sociedade. Avaliar implica escolhas, pois indica o que se considera relevante, e tais escolhas expressam uma visão de mundo, de ser humano, de sociedade e de educação. Pensar a avaliação é, portanto, problematizar o próprio ensino de História, seus objetivos, metodologias e finalidades.

PRÁTICAS PARA AVALIAÇÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA

Considerando o conjunto de discussões até aqui apresentado, repensar a avaliação da aprendizagem no ensino de História implica, necessariamente, repensar também as práticas pedagógicas que a sustentam. Se a avaliação é parte integrante e indissociável do processo formativo, e não um momento isolado, suas formas de aplicação devem refletir o compromisso ético, crítico e reflexivo esperado do ensino de História. Avaliar é intervir, mediar e agir para que o estudante desenvolva a capacidade de pensar o mundo historicamente. Para tanto, esse desenvolvimento exige instrumentos de avaliação que revelem processos de pensamento, e não apenas resultados finais.

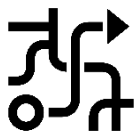


Práticas avaliativas coerentes com essa concepção formativa devem partir da compreensão de que o conhecimento histórico é construído na interação, na problematização e na mediação. Perrenoud (1999) e Hoffmann (2001) destacam que a avaliação, quando formativa, constitui um ato contínuo de acompanhamento. Esse acompanhamento permite ao professor ajustar o ensino às necessidades e ao ritmo real de desenvolvimento dos estudantes. No ensino de História, essa lógica deve traduzir-se em estratégias que favoreçam o diálogo, a escuta e a autoria. Devem ser criadas oportunidades para que os estudantes elaborem, com base na leitura histórica, interpretações coerentes sobre o passado e o presente, para além da simples internalização de fatos, nomes e datas.

Entre os instrumentos avaliativos possíveis está o uso do próprio processo investigativo da História como oportunidade de aprendizagem e avaliação. A análise de fontes históricas em sala de aula, por exemplo, pode constituir ferramenta pedagógica relevante. Ao analisar documentos, imagens, relatos orais ou objetos, o estudante pode questionar a produção dessas fontes, a origem das informações, identificar perspectivas e silêncios, além de construir interpretações históricas contextualizadas. O professor pode avaliar, nesse processo, a capacidade de observação, a formulação de hipóteses, a argumentação e a articulação temporal. Um trabalho dessa natureza permite avaliar o raciocínio histórico, a capacidade de pensamento complexo e de inferência, em lugar da simples reprodução de informações.

Como exemplo, pode-se mencionar a “Carta de Pero Vaz de Caminha”, fonte histórica conhecida que, trazida à sala de aula, pode suscitar discussões sobre seu significado e contexto de produção. O documento apresenta impressões que, à primeira vista, podem parecer desinteressadas: a terra seria fértil, os indígenas não teriam religião, seriam dóceis e facilmente convertidos ao cristianismo e colaborariam com os portugueses. A partir desse material, podem ser problematizadas diversas questões, desde a ausência da voz indígena — que nada “diz” no documento — até a leitura etnocêntrica europeia da alteridade.

Outra prática possível é a elaboração de portfólios de aprendizagem, nos quais se reúnam produções realizadas ao longo de um período. Esse material, além de processual, permite observar o percurso de desenvolvimento individual de cada

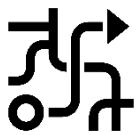


estudante. O portfólio evidencia avanços, dúvidas, mudanças e reinterpretações, tornando visível o processo de aprendizagem. Além disso, desloca o foco da nota para o percurso formativo, permitindo que o estudante se perceba como sujeito histórico e autor do próprio aprendizado. Na construção e análise dos portfólios podem ser incluídos momentos de autoavaliação, em que o estudante reflita sobre seu processo de aprendizagem. Práticas dessa natureza, conforme Luckesi (2018), reforçam o caráter reflexivo e formativo da avaliação, promovendo autonomia e consciência crítica.

Os portfólios podem integrar produções escritas, análises de fontes, apresentações, produções manuais, vídeos e outros materiais audiovisuais. Com a reunião dessas atividades, tanto professor quanto estudantes podem acompanhar o progresso realizado e observar o aprofundamento das análises ao longo do tempo.

As narrativas históricas também se apresentam como prática avaliativa relevante. Quando o estudante escreve ou relata um acontecimento histórico, mobiliza diversas capacidades cognitivas, como linguagem, interpretação e argumentação, importantes para a formação da consciência histórica. Conforme Rüsen (2007), narrar é uma forma de pensar historicamente; portanto, toda narrativa constitui também uma demonstração de aprendizagem. Ao avaliar narrativas, o professor observa um conjunto amplo de habilidades subjacentes à sua produção. O trabalho com a escrita de narrativas pode ainda assumir caráter interdisciplinar, pois mobiliza outras áreas do conhecimento. Após o desenvolvimento de determinada unidade temática, pode-se propor aos estudantes a elaboração de uma narrativa histórica como instrumento avaliativo.

Para além das produções individuais, podem ser consideradas atividades coletivas, como projetos interdisciplinares, seminários temáticos e debates históricos. Essas atividades permitem avaliar não apenas o domínio conceitual, mas também a argumentação, a escuta, a capacidade de exposição de ideias e o respeito à diversidade de interpretações. Ao discutir temas como ditadura, escravidão, cidadania ou direitos humanos, o estudante é desafiado a posicionar-se diante do passado e do presente, articulando conhecimento e reflexão ética. A avaliação centra-se, nesse caso, na coerência argumentativa, na capacidade de diálogo e na interpretação histórica.

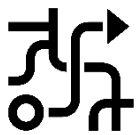


As práticas mencionadas aproximam-se do que Esteban (2003) denomina avaliação emancipatória, pois valorizam a construção coletiva de conhecimentos e sentidos e contribuem para a formação de sujeitos críticos. O foco desloca-se do controle para a compreensão, da medida para a construção e da punição para o conhecimento. O erro torna-se indicador de desenvolvimento e oportunidade de avanço, e não desvio a ser punido. O professor, nessa perspectiva, também aprende sobre sua prática e sobre as estratégias que precisam ser revistas para favorecer a aprendizagem.

Outro aspecto importante é a inclusão, sempre que possível, da avaliação entre pares. Nessa prática, os estudantes observam e comentam o trabalho dos colegas. Essas atividades devem ser bem esclarecidas e conduzidas ao longo de todo o processo, podendo estimular o olhar crítico, o diálogo e o respeito à produção do outro, além de desenvolver habilidades de cooperação e reflexão. Ao avaliar a produção alheia, o estudante também reflete sobre suas próprias produções e interpretações da realidade.

Por fim, a avaliação formativa, contínua e diagnóstica no ensino de História requer mudança de postura docente e de concepção de ensino-aprendizagem. Toda forma de avaliação expressa uma concepção de ensino e de sociedade. Avaliar de maneira contextualizada e construtiva contribui para formar cidadãos capazes de pensar criticamente a sociedade. Como aponta Fonseca (2019), o ensino de História deve contribuir para a emancipação intelectual e política dos sujeitos, o que só se torna possível quando a avaliação deixa de ser um fim em si mesma e passa a integrar o processo de ensino-aprendizagem.

Assim, a diversidade de práticas avaliativas não constitui um conjunto de técnicas isoladas, mas a expressão concreta de uma concepção pedagógica humanizadora e democrática. Avaliar é acompanhar, compreender e reconstruir o processo de aprender. No ensino de História, essa reconstrução tem como horizonte a formação de sujeitos conscientes de seu tempo, capazes de compreender e interpretar o passado de maneira crítica e contextualizada.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

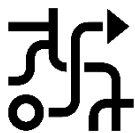
Discutir a avaliação da aprendizagem no ensino de História é discutir, em última instância, o próprio sentido da educação e da formação humana. Avaliar não é um gesto neutro, tampouco uma operação meramente técnica: trata-se de uma prática social e política que revela concepções de sujeito, conhecimento e sociedade. No ensino de História, cujo objetivo maior é formar consciências históricas capazes de compreender e transformar a realidade, a avaliação precisa assumir caráter igualmente crítico e emancipador.

Os fundamentos teóricos apresentados convergem para a compreensão da avaliação como ato pedagógico e ético, parte inseparável do processo de ensino-aprendizagem e voltado à formação integral do estudante. Avaliar, nessa perspectiva, é acompanhar o percurso de construção do conhecimento, mediando aprendizagens e criando condições para que o estudante desenvolva autonomia intelectual, empatia histórica e consciência crítica. Trata-se de um processo contínuo, dialógico e reflexivo, no qual o erro e a dúvida não são sinais de fracasso, mas etapas constitutivas do aprender.

No ensino de História, a avaliação formativa adquire dimensão ainda mais profunda, pois não se limita à verificação de conteúdos, mas orienta-se pela análise de como o estudante interpreta, problematiza e reconstrói o passado. A aprendizagem histórica manifesta-se quando o estudante é capaz de compreender o tempo como construção humana e de perceber as relações entre passado e presente. Avaliar em História, portanto, é avaliar modos de pensar, argumentar e atribuir sentido ao mundo.

As práticas avaliativas formativas apontadas revelam-se instrumentos eficazes para observar esse processo de construção do pensamento histórico. Ampliam o espaço de expressão dos estudantes e permitem ao professor exercer papel de mediador, atento às singularidades do percurso de cada aprendiz. Mais do que técnicas, representam postura pedagógica comprometida com o diálogo, com o respeito às diferenças e com a democratização do saber.

A transformação das práticas avaliativas exige a superação de resistências históricas ainda presentes na cultura escolar. A lógica da nota, da prova e da classificação permanece em muitas práticas docentes, sustentada por uma visão



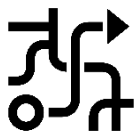
reducionista da aprendizagem e por estruturas institucionais que privilegiam a mensuração em detrimento da compreensão. Romper com essa lógica constitui desafio coletivo que envolve políticas educacionais, formação docente e mudança cultural nas escolas.

Assim, a avaliação da aprendizagem no ensino de História deve ser concebida como parte constitutiva da ação educativa, e não como seu desfecho. Avaliar é compreender o movimento do aprender e intervir para que esse movimento ganhe sentido e profundidade. Quando formativa, a avaliação torna-se espaço de emancipação, tanto para o estudante, que aprende a pensar historicamente, quanto para o professor, que reflete sobre a própria prática.

Pode-se afirmar, portanto, que a avaliação no ensino de História cumpre sua função quando contribui para a formação de sujeitos capazes de ler o mundo de forma crítica, de reconhecer-se como agentes históricos e de agir de modo consciente e solidário na transformação da realidade.

REFERÊNCIAS

- BARCA, Isabel. *A formação da consciência histórica em jovens estudantes*. Braga: Universidade do Minho, 2001.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- ESTEBAN, Maria Teresa. *Avaliar: ato político e compromisso ético*. In: _____. *Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 7–22.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Ensinar e aprender História: fundamentos e propostas*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2019.
- HOFFMANN, Jussara. *Avaliar para promover: as setas do caminho*. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018.



PERRENOUD, Philippe. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens — entre duas lógicas*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da História — os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

RÜSEN, Jörn. *História viva: teoria da história III — formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *A formação da consciência histórica: os jovens e a História*. Ijuí: Unijuí, 2011.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico*. São Paulo: Libertad, 1999

Recebido em 12/11/2025

Aprovado em 14/04/2026



NASCIMENTO, Nicolas Rangel Vaz **

<https://orcid.org/0009-0003-8913-5023>

OLIVEIRA, Emerson Dionisio Gomes de ***

<https://orcid.org/0000-0002-3705-1667>

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo investigar o modo que a crítica de arte brasileira abordou a presença de artistas negros, ou com temática relacionada, e a circulação da arte negra/afro-brasileira em exposições promovidas e financiadas pelo Ministério das Relações Exteriores entre 1964 e 1985. O termo arte afro-brasileira foi entendido a partir de Maria Heloisa Leuba Salum, ou seja, um lugar de retomada da estética africana tradicional e os cenários socioculturais do negro no Brasil. Desse modo mobilizando as exposições como veículos pertencentes a política cultural externa, que segundo Edgar Telles Ribeiro, define como fator de desenvolvimento nacional. O trabalho priorizou observar como as mostras no contexto da Guerra Fria, promoveram artistas afro-brasileiros internacionalmente e como sua recepção na imprensa contribuiu para a formação do conceito de arte afro-brasileira. Foram observadas as documentações disponibilizadas de forma on-line como as do Arquivo Nacional da Hemeroteca e os relatórios anuais do Itamaraty. Todos os dados foram analisados a partir de uma bibliografia que operasse na intersecção entre história cultural, história da crítica de arte e da história das exposições de arte. Os resultados demonstram que essas iniciativas foram cruciais para o alargamento do debate e a consolidação da arte afro-brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Política cultural externa; Recepção crítica; Circulação transnacional.

ABSTRACT: This study aims to investigate how Brazilian art criticism addressed the presence of Black artists, or related themes, and the circulation of Black/Afro-Brazilian art in exhibitions promoted and funded by the Ministry of Foreign Affairs between 1964 and 1985. The research adopts Maria Heloisa Leuba Salum's conceptual framework, which defines Afro-Brazilian art as a platform for reclaiming traditional African aesthetics while addressing the sociocultural contexts of Black experience in Brazil. The analysis positions these exhibitions as instruments of foreign cultural policy, following Edgar Telles Ribeiro's theoretical perspective that identifies cultural diplomacy as a factor of national development. The investigation specifically explores how these Cold War-era exhibitions facilitated the international promotion of Afro-Brazilian artists and how their critical reception in press media contributed to the conceptual formation of Afro-Brazilian art. Methodologically, the research draws on digital archival sources from the National Newspaper Archive and Itamaraty's annual reports, employing an analytical framework situated at the intersection of cultural history, art criticism history, and exhibition history. The findings demonstrate that these diplomatic initiatives were instrumental in expanding critical discourse and consolidating the recognition of Afro-Brazilian art as a distinct conceptual category.

KEYWORDS: Foreign Cultural Policy; Critical Reception; Transnational Circulation.

*Artigo fruto do trabalho "A circulação internacional da arte africana e afro-brasileira: exposições financiadas pelo Ministério das Relações Exteriores entre 1964-1985" desenvolvido no Programa de Iniciação Científica pelo Departamento de Artes Visuais (UnB) e com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).** Graduando em História pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisa e tem interesse na área de História Política da Antropologia Cultural e História da Arte — com foco em processos de musealização, circulação e construção de narrativa. Participa dos grupos de pesquisa "Musealização da Arte: poéticas em narrativa" (UnB) e "Geopolíticas institucionais: arte em disputa a partir do pós-guerra" (Unicamp). E-mail: nicolas.rangel@aluno.unb.br

*** Professor Associado do Departamento de Artes Visuais da Universidade de Brasília (UnB). Doutor em História pela UnB com pós-doutorado na Universidad Autónoma de Madrid (Espanha). É pesquisador Nível 2 do CNPq e editor da Revista MODOS. Atua na área de Artes Visuais, com ênfase em arte contemporânea, exposições, acervos e História da Arte. E-mail: dionisio@unb.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca contribuir para a historiografia da arte brasileira, em especial no campo da história cultural, a partir da crítica de arte e de exposições específicas. Busca-se examinar os impactos dessas iniciativas na constituição do campo da arte afro-brasileira. Desse modo, a pesquisa investiga exposições — inseridas em seu contexto geopolítico — que promoveram a circulação de artistas alinhados à temática negra, seja por reivindicações próprias, seja por meio da imprensa nacional avaliando em que medida essa circulação repercutiu nas dinâmicas diplomáticas, críticas e curatoriais do período.

O trabalho se ancora na Nova História Cultural, que, segundo Barros (2004, p. 128), ganhou fôlego a partir da ampliação de seus objetos historiográficos. Esta abordagem abarca noções de “cultura popular e letrada”, “representações”, sistemas educativos, mediação cultural por meio da intelectualidade ou qualquer outro regime que adote a topografia cultural como forma de denotar as experiências humanas. Em consonância com o proposto por Duby (1990, p. 125-130), esses elementos podem ser entendidos como mecanismos de produção dos objetos culturais. Trata-se, portanto, de ir além da análise da produção cultural em si, interpelando as diversas faces da dimensão cultural de um grupo. Inserir o procedimento de recepção dos objetos estudados neste trabalho no veio da história cultural significa simultaneamente produzir e consultar sentidos por meio das fontes.

Nesse sentido, a exposição é compreendida como um dispositivo que supera a dicotomia técnico-simbólica, situando-se no bojo de fenômenos complexos cujas relações estabelecem trajetórias plurais. Ela configura quadros de redes institucionais e sociais ornamentadas por relações de poder (Carvalho, 2012), atuando como tradutora de experiências estéticas e agente estratégica de circulação social (Oliveira, 2017). Desse modo, a exposição é a agente que evidencia as contribuições culturais negadas historicamente, sendo resultado de atravessamentos entre agentes, instituições, narrativas e o público.

O recorte temporal — as quatro décadas finais do século XX (Mattos, 2020) — foi escolhido por testemunhar a convergência entre a arte popular e contemporânea. Tal convergência ocasionou fricções e disputas narrativas, especialmente advindas

de

produções afro-brasileiras que reclamam suas visualidades. Nesse movimento de assimilação, que desloca a produção artística de seu bojo social e político, o léxico da linguagem visual se expandiu, revelando um quadro polissêmico de interpretações possíveis ao redor do sistema da arte. É diante dessa situação que a pesquisa se apoia na tentativa de compreender o arranjo das exposições, lidas como dispositivos equipados politicamente, enquanto possibilidade de concretizar o que hoje se entende como arte afro-brasileira.

Ao considerar o signo da arte afro-brasileira, conforme elaborado por Salum (2000) e ampliado por Munanga (2019), são submetidos ao crivo da história cultural os processos de formação e disputa de significados. As exposições, portanto, além de congregarem instâncias produtoras de sentido, ambientaram relações de poder arquitetadas por disputas, contestações e negociações. A consolidação do conceito está, portanto, intimamente associada à sua circulação e validação, desde os festivais até as mostras nacionais, percurso que esta pesquisa se propõe a entender.

Para compreender essas dinâmicas, foi construído um corpus documental abrangente a partir de arquivos digitais que reúnem coleções institucionalizadas, críticas de jornais, catálogos de bienais de arte, fundações e relatórios anuais. A diversidade de fontes permite explorar as complexas redes entre linguagem visual, identidades, mídia e arte. No que se refere especificamente à análise da crítica jornalística, foram examinados os periódicos listados na **Tabela 1**, selecionados por seu impacto no cenário artístico nacional do período e pela incidência do termo “arte negra”, que atuava como síntese das experiências artístico-visuais alinhadas às temáticas diaspóricas — ao contrário do termo “arte afro-brasileira”, que seria considerado incipiente para o período.

Jornal	Período analisado	Término de circulação	Ocorrências de “arte negra”	Observação
Correio da Manhã (RJ)	1964-1979	Jul/1974	128	Cerca de 20% relacionam-se com o tema da pesquisa
Diário de Pernambuco (PE)	1964-1985	-	378	Maior volume total, mas baixa correspondência
Última Hora (RJ)	1964-1969	1971	51	Curto período e baixa incidência temática

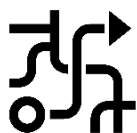
A IMAGEM EM DISPUTA, CRÍTICA, EXPOSIÇÕES E A CONSTRUÇÃO DA ARTE
AFRO-BRASILEIRA (1964-1985)*

Jornal do Brasil (RJ)	1964-1989	-	541	Maior número absoluto de menções. 4% correspondem ao tema
Diário Carioca (RJ)	1964-1969	1965	23	Breve circulação. 13% pertinente à pesquisa
Folha do Estado de São Paulo (SP)	1964-1989	-	217	Frequência moderada. 8,7% correspondem ao tema
TOTAL			1.338	Desse número total apenas 79 ocorrências correspondiam ao tema da pesquisa. Ou seja apenas 6% de todas as ocorrências foram contempladas de forma mais detalhada

Tabela 1. Jornais que foram mobilizados na pesquisa
Autoria própria

A escolha considerou ainda o histórico das incursões militares e o distanciamento entre o noticiário e as colunas de crítica de arte — marcadas por sua autorialidade e densidade teórica. Paralelamente, os relatórios anuais do Itamaraty foram lidos com o objetivo de mapear (ou evidenciar) a atuação do Ministério das Relações Exteriores e de outros organizadores em eventos, exposições, bienais e sua influência nas políticas culturais externas — conforme detalhado na **Tabela 2**.

Período	Situação	Estrutura Básica	Observações
1960-1964	Disponíveis	Assuntos culturais e de informações > Difusão Cultural > Artes Plásticas	Em 1964, registra 129 exposições, incluindo duas no norte da África; destaque para a exposição “Arte Negra” do Senegal organizado por essa repartição.
1965-1969	Exceto 1968	Assuntos culturais e de informações > Difusão Cultural > Artes Plásticas	1967: menção à visita de Vincent Monteil do Instituto Fundamental da África Negra em cooperação com CEAO



			(UFBA), IBEA (Itamaraty) e USP.
1970-1974	Disponíveis	Assuntos culturais e de informações > Difusão Cultural	Em 1972 há a coordenação da Nigéria, e sua comitiva, a fim de negociar o acordo cultural e organizar a participação brasileira e sul-americana no II Festival Mundial das Artes Negras (Lagos, novembro de 1974)
1975-1979	Disponíveis	Assuntos culturais e de informações > Difusão Cultural	A participação brasileira no Festival Mundial de Artes Negras na Nigéria em 77, prevê uma exposição nomeada "África na Vida e na Cultura do Brasil".
1980-1984	Indisponíveis	-	-

TABELA 2. Dos relatórios anuais do Itamaraty
Autoria própria

O cruzamento sistemático entre essas fontes se revelou profícuo, apesar dos desafios representados pela natureza fragmentária dos acervos digitais e pelas restrições de acesso aos arquivos do Ministério das Relações Exteriores. Tal cenário exigiu adaptações à pesquisa, que foi fundamentada nas contribuições de Maybel Sulamita de Oliveira e Marta Heloisa Leuba Salum. O estudo, portanto, logrou consolidar uma interpretação consistente e alinhada aos objetivos propostos.

BRASIL E ÁFRICA NO SÉCULO XX: A CONSTRUÇÃO DE ALIANÇAS CULTURAIS

Em entrevista ao *Diário de Pernambuco*, o capoeirista Mestre Zumbi, logo após o Festival de Arte Negra no Senegal (1977) afirmou:

A arte negra do Terceiro Mundo é, hoje uma corrida cultural para todas as formas de expressão artísticas dos chamados pós-industrializados. Estamos na alta costura, na moda, estamos na música, no penteado, na evidência do continente africano como perspectiva de independência e todo um trabalho de emergência sociocultural. (*Portenhos aprendem capoeira com Zumbi. Diário de Pernambuco*, 1981, p.26).

O relato do Mestre Zumbi demonstra como a arte negra, produzida à margem do capitalismo — como por ele etiquetada como de “Terceiro Mundo” —, inflama debates sobre a disposição da influência negro-africana no Ocidente. Nesse processo, identificam-se mecanismos que constroem representações sociais, políticas e visuais, as quais decantam nas artes visuais por meio de alianças culturais entre países da diáspora africana.

Esses vínculos coloniais e diaspóricos entre Brasil e África, embora nem sempre mediados por uma diplomacia realista — que tem o Estado como centro das relações exteriores e que maximiza ganhos e minimiza perdas (Santos, 2012. p.85) —, foram sustentados por intercâmbios orientados pelo pan-africanismo¹. Tais trocas se associam a contextos de lutas por independência e à adoção de novos paradigmas, frequentemente vinculados aos efeitos da globalização emergente. Segundo Dawson (2014), retomando Anthony Giddens (1990), a globalização implica um distanciamento espaço-temporal e uma ampliação da relação entre forma e eventos sociais. Trata-se, assim, de um processo indutivo de transnacionalização da modernidade, que aprecia o impacto de redes e fluxos extrafronteiriços, utilizando a cultura como alicerce para construções identitárias.

“Se alguns focos coloniais ainda restam, se a estabilidade dos Governos de independência ainda é precária, e se os nossos problemas dessas nações liberadas permanecem gigantescos, há indiscutivelmente uma África nova procurando impor sua presença, sua personalidade, sua identidade ao mundo que antes a via como primitiva, exótica, inferior - uma região entregue ao instinto e não ao exercício da razão.” (PONTUAL, Roberto. *Negritude e africanidade*. *Jornal do Brasil*. 26 jan. 1977, p.20.)

Diante disso, é possível afirmar a existência de trânsitos políticos e sociais que tinham como principal força mobilizadora os movimentos sociais de vanguarda, a valorização de símbolos culturais negros e um campo de produção artística em plena

¹ O movimento surge como uma devolutiva à luta pela justiça e igualdade, defendendo um símbolo de união e transformação diante de um sentimento de solidariedade que marcou a metade do século XIX. Propunha a união de todos os povos africanos como uma forma de fortalecer o continente. Segundo a Fundação Cultural Palmares (ONLINE, 2013), o termo foi cunhado por Sylvester Williams, advogado negro de Trinidad, por ocasião de uma conferência de intelectuais negros em 1900 na cidade de Londres. O intelectual levantava sua voz contra a expropriação das terras dos negros sul-africanos pelos europeus e conclamava o direito dos negros à sua própria personalidade. Seus principais contribuintes foram Marcus Garvey, Edward Wilmot Blyden e William Edward Burghardt Du Bois. No Brasil, seu principal defensor foi Abdias do Nascimento.

atividade. Esse cenário favoreceu a adoção oficializada do termo “negro” e, posteriormente, do termo “afro-brasileiro” (Domingues, 2007), consolidando um repertório estético e discursivo fundamental para a autorrepresentação e o reconhecimento público.

O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E SUA POLÍTICA EXTERNA: AS CIRCULAÇÕES ARTÍSTICAS E A CRÍTICA

No cenário pós-Segunda Guerra, a política cultural brasileira ganhou contornos estratégicos de divulgação cultural (Dumont; Fléchet, 2014), institucionalizando-se como ferramenta de projeção internacional. Nesse contexto, a relação entre erudito e popular foi ressignificada, construindo ambientes para a instrumentalização de vertentes identitárias, como a arte negra.

O popular, segundo Chartier (1995), qualifica-se como um tipo de relação com o objeto, investigando-se as formas de apropriação e (re)significação —, suas normas e modos. Em alguma medida, é uma categoria dotada de dupla funcionalidade: ferramenta aculturante ou passível de ser aculturada. Nesse sentido:

“[...] o popular é visto em seu processo histórico de transformação e adaptação às condições sociais e econômicas adversas, mantendo a integridade ética e renovando sua sabedoria ancestral diante da avassaladora modernização e urbanização”. Napolitano (2017, p.326, supressão do autor)

Não obstante, documentos como os relatórios anuais do Itamaraty² atestam uma progressiva tomada de consciência, por parte do país, quanto à importância da ação cultural no exterior durante sua aproximação com as nações africanas. Segundo Edgar Telles Ribeiro (1989), a ação cultural no plano extrabrasileiro é um fator do desenvolvimento nacional. Essa diretriz foi evidenciada no relatório de 1978, sob o

² Como parte fundamental do presente trabalho é interpretar a atuação do Ministério das Relações Exteriores, é fundamental esclarecer através de sua documentação o que potencialmente ilumina o tema da pesquisa. Sendo assim, a maioria dos apontamentos nos relatórios se encontra na repartição “Assuntos Culturais” a partir de “Difusão Cultural”. Organização fruto da lei 3.917/61 que instala a Divisão de Cooperação Intelectual no Departamento Cultural de Informações; órgão composto pela Divisão de Cooperação Intelectual, Divisão de Difusão Cultural e Divisão de Informações. Os relatórios têm função informativa, analítica e de apoio a decisões políticas além de documentar negociações, eventos ou prestações de contas.

comando do ministro Antônio Francisco Azeredo da Silveira, que explicitava o estabelecimento de laços culturais:

No âmbito das Artes Plásticas, a par das exposições de pintura, gravura, desenho e tapeçaria, - que visaram a assegurar um fluxo contínuo das atividades culturais de Missões diplomáticas onde é de interesse uma presença constante do Brasil, - o principal objetivo foi o de promover mostras de impacto, evitando-se dividir o esforço de difusão cultural em exposições de pequeno alcance. (BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (MRE). Relatório Anual de Atividades.p.161. Brasília: MRE, 1978.)

O relatório continua: “Dentro do espírito de aproximação com os países africanos, teve o MRE (Ministério das Relações Exteriores), importante iniciativa no campo das Artes Plásticas, com a manutenção, em Dacar, de um instrutor brasileiro de gravura em ateliê instalado pelo Brasil.” Nesse contexto, o Senegal foi um dos mais importantes países na constelação geopolítica diaspórica para a diplomacia brasileira, principalmente com o decreto legislativo nº 71 de 1965, que aprovava o acordo cultural com o intuito de desenvolver e estimular ações no plano científico, técnico, artístico e cultural. Como resultado dessa política, a circulação artística entre os dois países foi cristalizada na organização e na presença do Brasil no 1º Festival Mundial de Artes Negras em Dacar.

Em setembro de 1964, o jornal *Correio da Manhã* (RJ) anunciava o adiamento da “Exposição de Artes Negras Africanas”, destacando a relevância diplomática e cultural do evento:

“Foi adiada para o dia 26 a Exposição de Artes Negras Africanas, que seria inaugurada hoje no Museu Nacional de Belas Artes, pelo sr. Léopold Senghor, presidente do Senegal, esperado na Guanabara dia 18 [...] e assim, presidir o ato de inauguração da Exposição que mostrará 327 peças de arte e 150 fotografias dos países africanos.” (*Exposição de Arte Negra será dia 26. Correio da Manhã*, 16 set. 1964, p.8, supressão do autor)

O próprio periódico, ao ser enfático quanto à presença de Senghor e à dimensão do acervo mobilizado — composto por máscaras, estátuas, objetos funerários e peças associados a estilos específicos, como os do Dogon, grupo étnico do planalto central do Mali (África Ocidental) e dos Bambara, sul do Mali —, formalizava a exposição como uma tradutora de experiências estéticas e como uma agente estratégica de circulação social (Oliveira, 2017), constituindo-se como mote

para evidenciar as contribuições culturais negadas historicamente e exprimir ao mundo uma África por ela mesma.

Desse modo, é crucial entender que o Brasil inserido em uma plataforma governamental ditatorial, projetava sobre a primazia das independências africanas um certo esforço “vigiado”. No sentido de que não se desejava empoderar figuras ou movimentos negros, uma vez que isso contradiria o ideal de paraíso racial e inexistência do racismo postulado pela ditadura. Nesse quadro, a veiculação do termo “arte negra” através da imprensa funcionava como índice que balizava a condição brasileira, ou afro-brasileira, sob o denominador comum do grande paradigma modernista do século XX. Críticos como Jayme Mauricio, Pedro Azevedo Chaves e Wilson Coutinho, com interpretações de forte cunho etnográfico, são importantes para localizar a circulação do que se entendia como arte negra e como esses discursos eram dispostos na plataforma ditatorial brasileira.

O Primeiro Festival Mundial de Artes Negras (FESMAN), realizado em Dacar entre 1 e 23 de abril de 1966, foi, antes de tudo, fruto de estratégias diplomáticas traçados entre França e Senegal. Do ponto de vista organizacional, essa aliança contou com o apoio de personalidades como Alioune Diop, presidente da revista *Présence Africaine* e o historiador de arte americano Robert Goldwater, além de uma participação decisiva da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Sobre essa plataforma diplomática, o festival pôde desenhar, no seio da história do país recém-independente um sinal capital de autonomia, afirmando a negritude como pavimento que fortificasse as relações senegalesas. Perspectiva positivada pelo líder político e então presidente Léopold Sédar Senghor. Segundo Oliveira, M. (2022), o líder político e então presidente do Senegal Léopold Sédar Senghor, interpelava o signo da negritude como uma categoria que ultrapassasse as dimensões geográficas ou étnicas, inserindo-a como uma investidora de ver e entender o mundo.

Os ecos dessa estratégia eram abordados pela mídia brasileira através de materiais como a do Jornal do Brasil (RJ), que anunciava:

“Além da realização do Festival, o próprio país em si constitui-se em uma atração turística para os brasileiros, que encontrarão no Senegal, ao lado de manifestações artísticas modernas de um povo jovem, os costumes “ancestrais”, os rituais “bárbaros” e a oportunidade de conhecerem a fauna e a flora africanas, em todo o seu ‘primitivismo’.

(*Turismo. África em festival. Jornal do Brasil*. 4 abr. 1965, p.4, aspas do autor.)

Para além do apelo jornalístico e midiático brasileiro tecido ao redor do evento, o festival era um complexo empreendimento diplomático, dependendo de uma sólida estrutura organizacional contando com um leque variado de atividades.

“A programação do Festival será a seguinte: Colóquio A Arte Negra na Vida do Povo; Arte Tradicional; Arte contemporânea (Grandes Prêmios); Artesanato Vivo; Espetáculos em Cena; Literatura (Grandes Prêmios); Cinema (Grande Prêmios) e Discos (Grandes Prêmios).”
(*Turismo. África em festival. Jornal do Brasil*. 4 abr. 1965., p.4)

A organização da delegação brasileira perpassou por um coletivo de entidades, bem como pelo Itamaraty, Instituto Joaquim Nabuco, Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da UFBA, representado por Waldir Freitas Oliveira e o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos representado por Cândido Mendes de Almeida. A comitiva incluiu ainda o antropólogo Edison Carneiro e do crítico de arte Clarival do Prado Valladares. Entre os artistas plásticos³:

“A fim de representar o Brasil no Festival de Arte Negra a realizar-se em Dacar, foram escolhidos pelo Itamaraty os pintores: a) Marcelo Grassman e Wesley Lee; b) Rubem Valentim, Heitor dos Prazeres e Aguinaldo dos Santos; c) Iberê Camargo e Di Cavalcanti.” (*O jogo do dia-a-dia. Jornal do Brasil*. 19 set. 1965, p.6)

Prazeres e Valentim se destacaram como representantes principais nas exposições de arte contemporânea. Já no segmento de esculturas, o nome de Agnaldo dos Santos foi homenageado de maneira póstuma, conquistando para o país uma premiação na categoria. É fundamental compreender que a participação brasileira na solenidade ocorria sob uma ditadura que não se propunha a conferir protagonismo ao pensamento artístico crítico-visual negro, mas a silenciar e ocultar discussões que corroborassem a possibilidade de fissurar o mito da democracia racial.

A escolha de artistas pelo Itamaraty para participar do festival representa o mecanismo pelo qual a representação racial do Brasil buscava projetar-se internacionalmente, especialmente considerando que, na época, as missões diplomáticas e repartições consulares brasileiras estavam alinhadas com a política

³ A presente pesquisa se ateve aos parâmetros artísticos-visuais da linguagem através das artes plásticas. No entanto, outros campos foram contemplados no festival como música, canto, dança, audiovisual entre outras esferas.

repressiva da ditadura militar. A partir disso, identificava-se “o pintor de arte negra” como aquele “que se relaciona com o exercício de criação de imagens alinhadas à herança cultural africana e à valorização da permanência dessas raízes” (Jaremtchuk, 2017, p. 272). As fontes analisadas revelam expressivas diferenças de manejo cultural entre a ditadura militar no Brasil e o governo pós-colonial de Leopold Sédar Senghor no Senegal. Torna-se crucial o exame dos sistemas políticos distintos, nos quais se mobiliza um conceito racializado, como o de negritude, assumindo diferentes interpretações em um evento artístico e intelectual.

A atuação e o intercâmbio entre a ditadura e eventos internacionais não são algo novo, conforme demonstrado por pesquisas que já evidenciaram a colaboração do Itamaraty com o aparato repressivo. Segundo os relatórios, o ministério possuía uma Divisão de Segurança e Informações (DSI), que, a partir de 1966, atuou em conjunto com o Centro de Informações do Exterior (CIEEX), constituindo-se como um serviço de inteligência que monitorava brasileiros no exterior e cooperava com agências estrangeiras (Penna, 1999).

Enquanto o Brasil se empenhava em apresentar ao mundo sua cultura negra como parte constituinte da “brasilidade”, o Senegal a compreendia como elemento central de sua reconstrução pós-colonial. Essa diferença de perspectiva evidencia como a intersecção entre política internacional e artes visuais, na diplomacia cultural brasileira, estabelece um diálogo complexo com essas explorações, entre as conexões diaspóricas e entre africanos e afrodescendentes. Segundo Paul Gilroy (2001), tais relações se estabelecem por meio de trocas culturais e sociais significativas, formando uma rede de diálogos transatlânticos. Para o autor, essas trocas representam a superação das “clausuras das categorias políticas com as quais conduzimos nossas vidas políticas” (Gilroy, 2001, p. 30), as quais limitam o pensamento e a ação dos agentes históricos afrodiaspóricos. Isto é, os nacionalismos, muitas vezes, são limitantes das condições negras por conta de estruturas políticas que não se limitam às fronteiras nacionais. A permanência de laços coloniais através das circulações de cultura e arte reclamam os diálogos transatlânticos entre Brasil e África a partir de assimetrias estruturais pelas quais passam as culturas negras do centro e periferia do capitalismo.

Diante desse cenário, tornam-se cada vez mais necessários estudos sobre um mundo negro interconectado ou, como propõe a historiadora Kim Butler (2013), um

"cosmopolitismo negro", que analise as trocas políticas, ideológicas e culturais no Atlântico Negro. Embora de forma introdutória, este artigo busca demonstrar que tanto o 1º

Festival Mundial de Artes Negras como o 2º Festival Mundial de Artes e Cultura Negra e Africana (FESTAC '77) oferecem um vasto campo de interpelação diante das relações étnico-raciais entre Brasil e África, bem como sobre os impactos do racismo nas exposições de artes plásticas e as estratégias de resistência dos artistas negros e dos movimentos sociais organizados. Esses eventos trazem à tona debates complexos sobre raça, racismo, pan-africanismo, cultura e subjetividade no campo das artes visuais situados no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial e das independências africanas.

Se o festival de Dacar em 1966 inaugurou um diálogo transatlântico sob o signo da negritude, o FESTAC'77, realizado em Lagos, o complexificou ao incorporar ressonâncias do movimento Black Power e demandas por reparação pós-colonial. O festival aconteceu na capital da Nigéria (Lagos) entre os dias 15 de janeiro e 12 de fevereiro de 1977, tendo como tema central "Civilização Negra e Educação". De acordo com Mattos (2020, p. 197), foram 70 delegações de países e comunidades negro-africanas que compuseram a constelação do evento. O evento caracterizou-se pela pluralidade de narrativas, ressaltando a importância da arte e da cultura pela via política, destacando essa conexão em uma escala mundial. Sua atuação incidiu diretamente sobre a visão sobre a África e o processo de colonização que levou à diáspora africana, tanto do ponto de vista dos africanos quanto da perspectiva externa ao continente, inserindo definitivamente essa discussão nas conversas globais sobre identidades raciais através das artes plásticas.

A participação do Brasil foi de notória contribuição para a relevância do evento, tanto pela presença crescente de artistas que promoviam um maior diálogo com as narrativas, estéticas e ideias interpoladas com o *ethos* africano, quanto por suas relações exteriores e comerciais. É fundamental contextualizar essas movimentações de nível expográfico alicerçadas em dinâmicas pensadas em um contexto ditatorial, as quais, intermediadas por políticas culturais, buscam solidificar um projeto de país. A participação brasileira teve como expoentes o Instituto Joaquim Nabuco e o Ministério das Relações Exteriores, o qual criou uma comissão de seleção da representação brasileira no evento. Segundo o relatório do ministério de 1973:

O Ministério das Relações Exteriores ocupou-se da preparação da representação brasileira ao Festival de Artes Negras de Lagos, promovendo a ida dos delegados brasileiros, Dr. George Alakija, nosso representante no Comitê Internacional, e o arquiteto Silvio Robatto, coordenador do Setor de Arquitetura, às duas reuniões do Comitê, realizadas em março e novembro. Na última reunião, compareceu também a Senhora Giga Francisca Regis, mais conhecida como Giga de Alaketu, que nos representou nos setores de dança ritual e de culinária africana. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (MRE). Relatório Anual de Atividades.p.166. Brasília: MRE, 1973.

Além do elenco artístico, é importante frisar as categorias empreendidas na participação do Brasil no evento, que contou com diversas linguagens visuais e de diversos suportes materiais. Outro critério relevante, percebido através da análise biográfica, foi o requisito de que os artistas fossem negros ou tivessem trabalhos com representação negra.

Linguagem Visual	Artista(s)
Gravura e desenho	Emanuel Araujo, Otávio Araújo, José di Dome, Rubem Valentim, Juarez Paraiso, Edson Luz e Francisco Biquiba dy Lafuente(Mestre Guarany).
Jóias	Walder Luis Rego
Escultura	Mestre Guarany, José Barbosa, Benedito José dos Santos, Caboclo e Boa Ventura da Silva Filho.
Xilogravura	Hélio Souza Oliveira

Tabela 3. Relação entre linguagem artística visual e os artistas escolhidos segundo Mattos (2020, p.202-205)
Autoria própria

A participação brasileira nesses festivais revela a contradição central de sua diplomacia cultural: ao mesmo tempo em que projetava internacionalmente um “paraíso” racial, silenciava internamente as vozes críticas e os movimentos negros que desafiavam o mito da democracia racial.

Essa tensão encontra relação direta na coluna “Teatrologia negro contra integração feita no Itamarati”, publicada pelo jornal *Correio da Manhã* (RJ), na qual o

poeta, dramaturgo e artista Abdias do Nascimento, então presidente do Teatro Experimental do Negro, denunciava a estratégia adotada pela diplomacia brasileira:

“[...]denunciou a tática usada pela subcomissão chefiada pelo embaixador Dairell de Lima, na escolha dos componentes do grupo que foi representar o negro brasileiro na África. Para o sr. Abdias Nascimento, o Itamarati reeditou ‘um desejo subjacente, em nossas camadas ditas superiores, de branquificar o nosso povo’. Procuram manter o negro ‘em seu lugar’, estimulando uma indústria do pitoresco - a promoção do negro carnavalesco é o ponto culminante - a fim de manter o estereótipo do ‘negro bom’, que não cria casos” (*Teatrólogo negro conta integração feita no Itamarati. Correio da Manhã. 17 abr. 1966, p.14, supressão do autor*)

A denúncia de Abdias do Nascimento explicita o caráter paradoxal de como a defesa de um projeto de valorização da arte nacional — especialmente a de temática negra —, coexistia com a restrição à liberdade de criação artística sob o véu da ditadura militar. Isto é, o FESTAC’77 foi fundamental tanto para a materialização e fortalecimento da negritude em nível global quanto para a afirmação da produção artística negro-brasileira, que buscava sua legitimação no sistema e circuito da arte.

DE ARTE NEGRA À ARTE AFRO-BRASILEIRA: DISPUTAS DE SENTIDO E TRANSIÇÕES CONCEITUAIS

Em seu artigo “A Querela do Brasil”, Carlos Zilio afirma:

“A busca de uma identidade para a arte brasileira não é um objetivo de ordem moral. É o próprio sentido da validade de nossa arte. A arte ou existe como expressão legítima de uma cultura ou é cópia. Ou seja, nada é” (MALASARTES n.2, 1976, p.8)

Ao criticar a busca por uma identidade autêntica na arte brasileira, Zilio evidencia o processo de instrumentalização da arte popular pelo ideário nacionalista militar, contexto no qual vertentes identitárias, como a arte negra, permaneceram condicionadas a classes particulares e, muitas vezes folclorizadas. De certo modo, esse procedimento é associado à exclusão do Brasil pelos centros hegemônicos de difusão cultural. Dessa forma, a presença de assimetrias é fruto da dominação cultural colonial, incentivando a reprodução acrítica de referenciais externos em detrimento das narrativas locais.

É nesse vácuo discursivo que Maria Salum define a arte afro-brasileira como “qualquer manifestação plástica e visual que retome, de um lado, a estética e a

religiosidade africana tradicional e, de outro, os cenários socioculturais do negro no Brasil” (2000, p. 113). Trata-se de um entendimento que reivindica um espaço de trânsito entre a religiosidade africana e a dimensão sociocultural negra brasileira. Feição essa posta por Mattos (2020), ao sublinhar o surgimento da arte afro-brasileira como uma forma de resistência e comunicação de maneiras de se estar no mundo. Assim, restringir todo esse quadro ao aspecto escravocrata ou religioso é empobrecer linguagens, circulações e imagéticas diante da pujante experiência negra brasileira e suas relações diaspóricas com o Atlântico.

Salum (2000) não apenas define a arte afro-brasileira como manifestação que articula estética africana e cenários socioculturais do negro no Brasil, mas também ressalta, à luz de Cunha (1983), suas profundas raízes nas tradições africanas. A autora entende a urgência de se ir além das interpretações simplistas que nivelam a identidade negra somente à cultura africana; sugere-se que a arte afro-brasileira deve ser entendida em seus próprios termos, a partir de suas contribuições à arte contemporânea.

Munanga (2019), desse modo, propõe superar a compreensão da arte afro-brasileira não apenas como uma questão semântica, mas como um leque de condições que penetram a condição negra no Brasil. Há, desse modo, o amálgama de histórias, condições sociais, políticas e religiões. Essa é uma complexidade que atua diretamente sobre a intersecção entre arte negra e identidade cultural afro-brasileira. Tal arte é reconhecida como signo de notória importância para a construção da identidade nacional brasileira, principalmente com os investimentos da ditadura para demonstrar o extrato positivado da condição negra no país. Eventos como o FESMAN e o FESTAC’77 possibilitaram a inscrição, no sistema da arte, de novos paradigmas e narrativas até então marginalizadas. Um exemplo disso foi o Centenário da Abolição da Escravatura em 1988, que enfatizou a adoção do substantivo: arte afro-brasileira. Isso porque “arte negra”, segundo Kimberly Cleveland (2014), não comportava a superação do entendimento de uma arte inferior e depreciativa.

Embora a arte negra tenha sido elemento ímpar na construção da arte moderna ocidental (Castro, 2019), sua produção ao longo do século XX foi frequentemente associada ao “primitivo”, “ingênuo”, “autodidata” e “místico”. Assim, a consolidação do termo arte afro-brasileira representa não apenas uma superação terminológica, mas a abertura de novos modos de existência no campo plástico-visual, deslocando visões

estereotipadas e afirmando a complexidade da produção artística negra no Brasil. Foi, portanto, nesses novos modos que ambos os festivais procuraram construir suas narrativas — e é nesse ecossistema que reside a oscilação entre as manifestações visuais, estéticas e religiosas que fissuram os panoramas exclusivistas do negro brasileiro (Oliveira, 2022). Uma superação consolidada pela participação do Brasil nos dois festivais internacionais, a qual contribui para a concepção de novos modos de ser e estar na esfera plástico-visual.

CONCLUSÃO

Os esforços partiram da análise de exposições, críticas, documentos oficiais e produções artísticas alinhadas às dinâmicas geopolíticas e à experiência negra no campo das visualidades. Foi possível mapear a circulação internacional dessa produção e a atuação de órgãos importantes, como o Ministério das Relações Exteriores. A proveitosa intersecção entre a história da crítica de arte e a história das exposições revelou, a partir da história cultural, movimentos de hierarquização das obras e processos identitários. O estudo evidenciou os anseios nacionais e regionais, bem como as formas pelas quais os artistas negros ou as temáticas relacionadas foram instrumentalizados pelas políticas culturais e, simultaneamente, marginalizados no discurso político e artístico.

A pesquisa revelou tensões entre a diplomacia cultural, os interesses da ditadura militar e o reconhecimento dessas obras como arte. Desse quadro emerge uma questão de importância teórica e prática, ainda em disputa. Um exemplo capital está nas exposições aqui estudadas: embora tenham sido responsáveis pela promoção de circulações, visibilidades e fruições, atuaram sob as exclusões estruturais que arquitetam o circuito nacional de arte no Brasil.

Nesse contexto, a crítica desempenhou um papel ambíguo. Se, por um lado, permanecia vinculada à primazia etnográfica, estereotipada e silenciadora, por outro, possibilitou a ampliação de debates até então pouco visíveis em matéria de identidade, protagonismo e representatividade negra nas artes visuais. As práticas curatoriais e expográficas da época, mesmo que com suas severas limitações, foram responsáveis por matizar um campo altamente disputado simbólica e politicamente,

abrindo caminhos para a compreensão do que poderia ser o objeto: a arte afro-brasileira.

Apesar da escolha das fontes ter sido condicionada por limitações práticas — como a restrição de tempo, financiamento e consulta a arquivos físicos —, o objetivo primário foi contribuir para o fortalecimento de uma história da arte mais atenta às dinâmicas de exclusão e à agência negra. Este estudo denota, assim, a importância de se revisitar os sentidos atribuídos aos arquivos, às narrativas e às exposições que moldam esse campo no Brasil. Pesquisas futuras, com maior acesso a fontes diversificadas e abordagens interdisciplinares, poderão esquadriar com maior precisão os mecanismos de visibilidade, apagamento e legitimação de uma arte afro-brasileira - um termo de grande valor para a história da arte brasileira, mas que ainda carece de definições mais sólidas. pelo rigor científico, antídotos fundamentais para a construção de uma política de enfrentamento epistemologicamente embasada.

Partimos do suposto de que os autores nos oferecem alguns conceitos e perspectivas que nos ajudam a ampliar a discussão sobre a objetividade e verdade nas narrativas históricas, noções aparentemente esgotadas ou superadas. A intenção de trazer estas noções para a discussão, entendendo-as como componentes da ciência histórica, é justificada pela ascensão exponencial, em um contexto de pós-verdade, do negacionismo histórico e das *fake History*.

A noção contemporânea de verdade, distinta de uma revelação divina ou da verdade histórica do século XIX, advogadas pela história científica alemã e pela escola metódica francesa, é plural e relativa a contextos. Esta noção de verdade, filosófica, historicamente constituída e sempre provisória, parte da ideia de construção e não de revelação ou resgate, e em nada se assemelha às inverdades científicas e falseamentos históricos. Discursos pretensamente históricos/científicos, que passam ao largo do pensamento crítico e da ética, que no mais das vezes objetivam relativizar o sofrimento do Outro, não podem ser considerados como relativizações filosóficas da verdade. Como pensavam os antigos gregos, a verdade (*alethéa*) está relacionada ao reino da luz, da aparição, da revelação, da desocultação e da negação do esquecimento. Os discursos mentirosos pertencem ao reino da noite, das trevas, dos massacres, das “forças da debilitação, da penúria, da dor, do esquecimento, do enfraquecimento, da aniquilação, da desordem, do tormento, do engano, da desaparecimento e da morte” (TORRANO, 2007, p. 43).

No Antigo Egito, para a alma adentrar no paraíso, o “abençoado campo dos juncos”, se fazia necessário ao vivente não ter falado mentiras, não ter ocultado e nem distorcido a verdade. Os ensinamentos e a sabedoria antiga são valiosos para a construção de um mundo melhor, que não tenha por base a mentira, a trapaça e a falsidade. Um mundo que, segundo Jörn Rüsen, clama por novas orientações, pela superação do sofrimento pela busca de felicidade, mas que, contraditoriamente, “nos deixou sem força para respirar diante do brilho cintilante do *anything goes* [tudo pode]. Onde foi parar a visão sumamente persuasiva da justiça social?” (RÜSEN, 2014, p. 325, grifos e adendo do autor). Como olhar para o futuro com esperança?

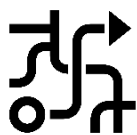
A valorização da ciência e de um fazer histórico enquanto uma prática cientificamente orientada são os nossos nortes éticos e epistemológicos que podem nos orientar no enfrentamento das narrativas supostamente históricas, produtoras de prolongamentos temporais de sofrimentos, e na construção de sentidos históricos acolhedores, humanizados e plurais. No espaço de sala de aula, a história ensinada perpassa pela formação ética e humanística docente e de como o professor/a relaciona esta formação com o objeto de conhecimento a ser ensinado e as experiências cotidianas de seus alunos. A pretensão é construir narrativas históricas que contemplem a problematização, a conceituação e a crítica das fontes e que as informações que compõem o conhecimento histórico possam ser verificáveis na literatura histórica. Tais procedimentos podem ser utilizados no enfrentamento ao negacionismo, ao mesmo tempo em que podem preparar os educandos a identificarem e diferenciarem no seu cotidiano as informações científicas/históricas das informações falseadas da realidade.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D’Assunção. *O Campo da História - Especialidades e Abordagens*, Petrópolis (RJ): Vozes, 2004, 222pp.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (MRE). *Relatório Anual de Atividades*.p.161. Brasília: MRE, 1978. Acesso em: 10 abr. 2025.

BUTLER, Kim. “New negros”: negritude e movimentos pós-abolição no Brasil e na diáspora Africana. In: Dantas, Abreu, Mattos, Loner, Monsma. *Histórias do Pós-Abolição no mundo atlântico*. Niterói: Eduff, v. 3, 2013.



CUNHA, Marianno Carneiro da. Arte afro-brasileira. In: ZANINI, Walter (Ed.). *História geral da arte no Brasil*, São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983, p. 973-1033. 2.

CARVALHO, Ana Maria Albani de. *A Exposição Como Dispositivo na Arte Contemporânea: Conexões entre o Técnico e o Simbólico*. In *Museologia e Interdisciplinaridade*. Vol II, nº 2, Jul/Dez, 2012.pg 47-58.

CASTRO, M. B. de; SANTOS, M. S. dos. *Abdias do Nascimento e o Museu de Arte Negra*. MODOS. Revista de História da Arte. Campinas, v. 3, n. 3, p.174-189, set. 2019. Disponível em: <<https://www.publonline.iar.unicamp.br/index.php/mod/article/view/4235>>. DOI: <https://doi.org/10.24978/mod.v3i3.4235>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CHARTIER, Roger. “*Cultura popular*”: revisitando um conceito historiográfico. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, nº16, 1995, p. 179-192. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2005/1144>. Acesso em: 20 abr. 2025.

CLEVELAND, Kimberly L. *Black art in Brazil – expressions of identity*. University Press of California, 2014.

DAWSON, Andrew. (2014). *Religião e as implicações teóricas da “modernidade globalizante”*. Civitas: Revista De Ciências Sociais, 14(3), 403-418. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2014.3.16940>. Acesso em: 18 abr. 2025.

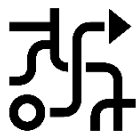
DOMINGUES, Petrônio. *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Tempo, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>. Acesso em: 20 abr. 2025.

DUBY, Georges. Problemas e Métodos em História Cultural in: *Idade Média, Idade dos Homens - do Amor e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 125-130.

DUMONT, Juliette; FLÉCHET, Anaís. “*Pelo que é nosso!*”: a diplomacia cultural brasileira no século XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 67, p. 13-31, jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/M3Jh59hNnHsLfFZD3hxqskH/?lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2025.

Exposição de Arte Negra será dia 26. Correio da Manhã, 16 set. 1964. nº21.918. Caderno 1, p.8. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=%22arte%20negra%22&pagfis=55439. Acesso em 15 abr. 2025

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Pan-africanismo: o conceito que mudou a história do negro no mundo contemporâneo*. Site Oficial, publicado em 19/02/2013 (online), Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/palmare/pt-br/assuntos/noticias/pan-africanismo-o-conceito-que-mudou-a-historia-do-negro-no-mundo-contemporaneo>. Acesso em: 11 de junho de 2025.



GIDDENS, Anthony. *The Consequences of modernity*. Stanford: Stanford University Press, 1990.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34, 2001.

JAREMTCHUK, Dária. *Abdias do Nascimento nos Estados Unidos: um “pintor de arte negra”*. Estudos avançados 32 (93), 2018, São Paulo, p.263-282, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/152633>. Acesso em: 8 mai. 2025.

MALASARTES. VILHENA, Bernardo de; VERGARA, Carlos; ZILIO, Carlos (et. al) (editores). Número 2. Rio de Janeiro: Imprinta, dez/jan/fev 1976

MATTOS, Nelma Cristina Silva Barbosa de. *Arte Afro-brasileira: Identidades e Artes Visuais Contemporâneas*. 1. Ed português. - Jundiaí (SP): Paco editorial, 2020.

MUNANGA, Kabengele. (2019). *Arte afro-brasileira: o que é afinal?*. PARALAXE, 6(1), 5–23. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/paralaxe/article/view/46601>. Acesso em: 10 mai. 2025.

NAPOLITANO, Marcos. *Coração Civil. A vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985)*. São Paulo: Intermeios, 2017.

OLIVEIRA, Emerson Dionisio Gomes de Oliveira.; MALTA, M.; COUTO, M. de F. M. . (Re) existências afro... MODOS: Revista de História da Arte, Campinas, SP, v. 6, n. 1, p.01-16, 2022. DOI: 10.20396/modos.v6i1.8668137. Disponível em: <https://Periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/mod/article/view/8668137>. Acesso em: 10 mai. 2025.

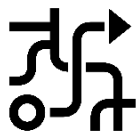
_____. *A condição expositiva e sua relação com o mercado de arte*. ouvirOUver, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 362-377, 2017. DOI: 10.14393/OUV21-v13n2a2017-2. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/ouvirouver/article/view/39147>.

O jogo do dia-a-dia. Jornal do Brasil. 19 set. 1965. nº Caderno B, p.6. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=%22arte%20negra%22&pagfis=74115. Acesso em 20 out. 2025

OLIVEIRA, Maybel Sulamita. *A hora da África assumir o seu lugar de direito como criadora de cultura: 1º Festival Mundial de Artes Negras em Dacar (1966) e suas dimensões no Atlântico*. 2022. Tese (História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

PENNA, Pio Filho. *A Pesquisa Histórica no Itamaraty*. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 42, n.2, 1999.

PONTUAL, Roberto. *Negritude e africanidade*. Jornal do Brasil. 26 jan. 1977. nº289 - ano 86. P.20. Disponível em:



https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=%22arte%20negra%22&pagfis=89436. Acesso em: 20 out. 2025

Portenhos aprendem capoeira com Zumbi. Diário de Pernambuco. 29 Mar. 1981. nº84 - ano 156. P.26. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_16&pasta=ano%20198&pesq=%22arte%20negra%22&pagfis=24453. Acesso em: 29 mar. 2025.

RIBEIRO, Edgar Telles. *Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; IPRI, 1989.

SALUM, Marta Heloisa Leuba. Cem anos de arte afro-brasileira = One Hundred Years of Afro[1]Brazilian Art. AGUILAR, Nelson (Org.). *Arte Afro-brasileira = Afro-Brazilian Art*. São Paulo, Fundação Bienal de São Paulo; Associação Brasil 500 Anos Artes Visuais, 2000, p. 112-121. (Mostra do Redescobrimento).

SANTOS, Andressa de Melo. *O realismo na teoria das relações internacionais*. Caderno De Relações Internacionais - V.3, N.5 (2012).

Teatrólogo negro contra integração feita no Itamarati. Correio da Manhã. 17 abr. 1966.nº22.491 Caderno 1, p.14. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=%22arte%20negra%22&pagfis=70741. Acesso em 21 nov. 2025

Turismo. África em festival. Jornal do Brasil. 4 abr. 1965.nº284. Caderno de Automóvel, p.4. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=%22arte%20negra%22&pagfis=77547. Acesso em 17 out. 2025.

Recebido em: 23/11/2025

Aprovado em: 09/06/2026



SOUZA NETO, Pedro Alves de*

<https://orcid.org/0009-0001-7541-3411>

LIMA, Tatiana Silva de**

<https://orcid.org/0000-0002-7719-4611>

RESUMO: O presente texto versa sobre a representação da identidade de pessoas africanas e afrodescendentes na iconografia colonial brasileira a partir da obra “Uma senhora de algumas posses em sua casa” (1823), produzida pelo francês Jean-Baptiste Debret em sua “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil”. Com base em breves apontamentos nessa representação iconográfica e nos seus detalhes, buscamos observar como ela nos fala de uma sociedade escravagista, paternalista e patriarcal e, de certa forma, das mentalidades que inspiraram pintores como Debret a representar a população negra escravizada sob uma lente eurocêntrica, empregando uma técnica representativa de assimilação, influenciada pela corrente neoclassicista. Como contraponto, trazemos releituras contemporâneas para refletir o papel dessa iconografia na conjuntura da sociedade atual e a urgência em se reivindicar novas representações que dialoguem com um pensamento mais crítico sobre a história do Brasil, a partir das obras de Marcus Deusdedit, “Intervenção sobre uma senhora de algumas posses em sua casa, 1823”, (2022) e de Gê Viana, “Uma família brasileira em seu lar” (2025).

PALAVRAS-CHAVE: Iconografia colonial; Brasil oitocentista; Identidade afro-brasileira.

ABSTRACT: This text deals with the representation of the identity of African and Afro-descendant peoples in Brazilian colonial iconography of the work “A Lady of Some Means in her House” (1823), produced by the Frenchman Jean-Baptiste Debret in his “Pictorial and Historical Journey to Brazil”. Based on brief notes in this iconographic representation and its details, we seek to observe how it tells us about a slave-owning, paternalistic, and patriarchal society and, in a certain way, about the mentalities that inspired painters like Debret to represent the enslaved black population through a eurocentric vision, employing a representative technique of assimilation, influenced by the neoclassicist movement. As a counterpoint, we bring contemporary reinterpretations to reflect on the role of this iconography in the current context of society and the urgency of demanding new representations that dialogue with a more critical thinking about the history of Brazil, from the works of Marcus Deusdedit, “Intervention on a lady of some means in her house”, 1823”, (2022) and Gê Viana, “A brazilian family in her home” (2025).

KEYWORDS: Colonial iconography; 19th Century Brazil; Afro-Brazilian identity

* Graduado em História pela Universidade de Pernambuco, *Campus Petrolina*.

** Doutora em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). É professora adjunta do curso de História da Universidade de Pernambuco (*Campus Petrolina*), vice-líder do Grupo de Pesquisa em História e Memória (CNPq) e coordenadora do Grupo de Estudo da História da Escravidão e Liberdade no Brasil (GEHEL).

INTRODUÇÃO

A vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, foi um momento ímpar para a história mundial. Algo jamais visto aconteceu: a figura do rei deslocava-se da metrópole para sua colônia. A chegada da corte à cidade do Rio de Janeiro exigiu as mais diversas adequações para abrigar seus novos membros.

Muitas foram as transformações sociais ocorridas na capital fluminense e na América Portuguesa, de modo geral, principalmente no que tange às dinâmicas intelectuais, de lazer e de divertimento (Santos, 2011). Todo esse contexto de transformação que perpassava a antiga colônia lusitana, depois elevada à categoria de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815, fez o mundo direcionar seus olhos ao recém-emancipado reino.

Foi assim que um grupo de artistas franceses desembarcou na cidade do Rio de Janeiro, atraído pelas novas dinâmicas sociais e pela efervescência cultural que se manifestava na cidade. Entre esses artistas estava Jean-Baptiste Debret, que logo se deslumbrou com as belezas naturais e as cores únicas dos trópicos.

Todo o refinamento majestoso instaurado para saciar os desejos da corte era um vislumbre do caráter cosmopolita que se renunciava para o Rio de Janeiro. No entanto, tais intelectuais também se depararam com “uma capital acanhada, com ruas mal pavimentadas e sujas, com lixo e animais em estado de putrefação expostos a céu aberto, entre outros aspectos que os distanciavam de suas realidades europeias” (Silva, 2022, p. 15).

Mas para além dos encantos tropicais, dos desfrutes luxuosos da corte recém-instalada e da precariedade urbanística da cidade, outra “peculiaridade” capturou a curiosidade estética de tais artistas: “os africanos e seus descendentes [que perambulavam pelas ruas], fossem escravos, forros ou nascidos livres” (Silva, 2022, p. 15). De pronto, Debret identificou que o Brasil era um território marcado por contrastes.

O Rio de Janeiro fervilhava, pulsava, graças a estes africanos desterrados e seus descendentes, e tal característica não escapou à observação de Debret. E assim o Rio de inícios do Império foi sendo fixado, em seu traço, sob o filtro de seu olhar peculiar, argutamente treinado pelos cânones franceses do neoclassicismo, condicionado por toda a literatura de viagens e cronistas de leitura corrente na França pós-revolucionária (Oliveira; Cury, 2011, p. 152).

Desse modo, africanos e seus descendentes foram retratados sob a lente do olhar europeu de Debret e em uma técnica representativa de assimilação, que se deu pela influência neoclassicista do artista. Sobre isso Oliveira e Cury (2011) apontam:

No caso da obra artística não se pode desconsiderar todo o contexto de sua produção incluindo, obviamente, a cultura em que está imerso seu produtor, tentando identificar os fatores que podem ter influenciado os recortes e abordagens artísticas e/ ou estilísticas no que se refere ao objeto/tema representado (Oliveira; Cury, 2011, p. 154).

Assim, o Brasil pincelado por Debret não corresponde a “um registro ‘verdadeiro’ do cotidiano oitocentista carioca, no sentido de que qualquer obra artística se constitui basicamente como um recorte sobre a realidade feito a partir do olhar de seu autor” (Oliveira; Cury, 2011, p. 154). Trata-se de um material importante para compreender as dinâmicas da época; no entanto, não é absoluto.

Não foram apenas as dinâmicas das ruas que fisgaram os olhos atentos do artista francês. Os costumes da vida doméstica, íntima e privada da corte e da pequena burguesia urbana que então se constituía na cidade do Rio de Janeiro também atraíram sua atenção. Tais aspectos apresentam-se em obras como “Uma senhora de algumas posses em sua casa” (1823), objeto de análise deste texto.

Sendo assim, a perspectiva adotada parte da iniciativa de estudar a questão da identidade de pessoas africanas e afrodescendentes representadas na obra “Uma senhora de algumas posses em sua casa”. A investigação desenvolve-se por meio de breves apontamentos e reflexões sobre como essa representação e seus detalhes nos falam de uma sociedade e de uma vida privada marcadas pela escravidão, pelo patriarcado e pelo paternalismo. E, de certo modo, das mentalidades que inspiraram Jean-Baptiste Debret, um dos principais artistas responsáveis por moldar a iconografia do Brasil no início do século XIX.

Além disso, serão apresentadas duas releituras contemporâneas dessa obra, que serão comparadas e discutidas como recurso para descristalizar a visão iconográfica eurocêntrica em torno da população negra produzida nesse período histórico, são elas: “Intervenção sobre uma senhora de algumas posses em sua casa, 1823” (2022), de Marcus Deusdedit, e “Uma família brasileira em seu lar” (2025), de Gê Viana.

Trata-se, portanto, de uma abordagem de caráter exploratório, concisa em relação às exigências de aprofundamento próprias do campo da iconografia. O interesse central reside em revelar como artistas contemporâneos têm contribuído para problematizar as cristalizações do imaginário colonial brasileiro (Leenhardt, 2023).

ENTRE RELEITURAS E REFLEXÕES: UM NOVO OLHAR SOBRE A SENHORA BRASILEIRA E AS POSSES DO SEU LAR¹

Como mencionado anteriormente, Debret e os demais artistas souberam transplantar os ideais neoclassicistas para os trópicos, mesclando-os ao principal contraste da sociedade de corte que se instaurava ao sul do Equador: a escravidão. O neoclassicismo no Brasil não apenas representou a ordem escravista, mas também foi utilizado como dispositivo visual de sua legitimação. A técnica pictórica constituiu-se como um dos principais arquivos racializadores da sociedade oitocentista. A esse respeito, Schwarcz (2008) afirma:

Os artistas franceses tentarão deslocar experiências e rearranjá-las dentro de seus esquemas interpretativos e das convenções que já possuíam. Por essas e por outras é que o Brasil se transformava num grande jogo de espelhos: um país imaginado, sonhado, desejado e pensado por uma série de homens que usaram suas lentes corretoras para descrever essa realidade que sempre foi, por suposto, maravilhosa. Do outro lado do espelho, estavam a escravidão que se espalhava por todo o território, e a realidade da corte estacionada em seu paraíso tropical. Muitas convenções levavam a uma difícil tradução (Schwarcz, 2008, p. 52).

A partir dessa construção imagética, as técnicas empregadas pelos viajantes franceses no início do século XIX possibilitam vislumbrar a utilização pictórica da raça e da cor da pele na estruturação de “categorias atuantes na história natural da humanidade, [...] que estão na fundação da diferenciação, comparação e criação de hierarquias entre os seres humanos” (Lafont, 2023, p. 20).

¹ Muitos são os títulos atribuídos à obra mencionada. Utilizamos o que mais aparece formalmente: “Uma senhora de algumas posses em sua casa”. No entanto, outros comumente surgem em correspondência, dentre eles: “Uma senhora de pequenas posses em sua casa” e “Uma senhora brasileira em seu lar”. Este último será o título utilizado pela artista Gê Viana em sua releitura intitulada por “Uma família brasileira em seu lar”.

Desse modo, a produção artística neoclassicista e seu discurso imagético fomentaram “ferramentas de observação e análise que permitiram que os seres humanos fossem diferenciados e implicitamente classificados de acordo com uma escala moral, uma empreitada que mais tarde se converteria em racismo explícito” (Lafont, 2023, p. 18).

O neoclassicismo estabelecia-se no país, valendo-se das belezas e benesses que este oferecia a um pintor estrangeiro. Não apenas no trabalho final da tela, mas também no que estava por trás dela:

na falta de material, de técnicos e de profissionais, os auxiliares eram escravos; substituíam-se mármore e granitos por materiais menos nobres; as tintas precisavam ser alteradas, e a exaltação das virtudes, tão próprias ao estilo, agora se voltavam para essa corte expatriada (Schwarcz, 2008, p. 18-19).

Intérprete das dinâmicas urbanas do Brasil oitocentista, Debret representou “o/a negro/a como principal objeto de interesse em situações de trabalho escravo e [...] como indivíduos exóticos” (Santana, 2017, p. 126). No entanto, suas leituras imagéticas não estiveram restritas às ruas. Em terras brasileiras, ele pôde explorar a pintura de gênero, vista na França como um dos “gêneros menores” no ciclo academicista, fazendo da vida privada também objeto de seu trabalho (Schwarcz, 2008).

Esse traço representativo apresenta-se na obra “Uma senhora de algumas posses em sua casa” (Figura 1), que personifica, em nível alegórico, a identidade da sociedade brasileira oitocentista na figura da mulher branca retratada na cena. É, portanto, a partir do título que nomeia essa iconografia que se inicia a análise desenvolvida neste trabalho.

Figura 1 – Jean-Baptiste Debret, *Uma senhora de algumas posses em sua casa*, 1823. Datado e assinado. Técnica: Aquarela sobre papel, 16,2 × 23 cm. Acervo dos Museus Castro Maya, Rio de Janeiro.



Fonte: Debret, 1971.

O título da obra remete à mulher branca que ocupa o centro da cena. Apesar das poucas mobílias presentes na imagem, ela encontra-se bem trajada e com semblante plácido. Posicionada ao centro e acima dos demais personagens da tela, sentada em mobília apropriada, assim como sua filha, seu penteado bem-feito, preso em coque, seus adornos e suas vestes distintas revestem-na de um ar de “superioridade”. Ela possivelmente representa a burguesia urbana que se formava no Rio de Janeiro ao longo do século XIX.

No entanto, o que mais enfatiza sua condição de detentora de posses é a presença de pessoas negras escravizadas reunidas no recinto. É necessário destacar que a escravidão se tornou um sistema institucional tão arraigado na experiência brasileira que penetrou as mais diversas relações sociais, atingindo desde os mais ricos até os mais desfavorecidos, como elucida Schwarcz (2019):

Não se escapava da escravidão. Aliás, no caso brasileiro, de tão disseminada ela deixou de ser privilégio de senhores de engenho. Padres, militares, funcionários públicos, artesãos, taverneiros, comerciantes, pequenos lavradores, grandes proprietários, a população mais pobre e até libertos possuíam cativos. E, sendo assim, a escravidão foi bem mais que um sistema econômico: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferença fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito estrita (Schwarcz, 2019, p. 27).

No lado esquerdo da imagem, aos pés da senhora, encontra-se uma “criada” de quarto, como denunciavam seus cabelos penteados para cima, formando um cilindro sem adornos, bem como suas vestes simples. Para Debret, esse detalhe indicaria que a “escrava trabalha em uma casa que não seria tão ‘opulenta’, ou seja, uma casa que não possui tantas posses” (Borges, 2020, p. 25).

A técnica neoclassicista empregada acentua essa distinção: Debret procura assimilar a figura da escravizada aos moldes europeus; entretanto, diferentemente de sua senhora, seus traços não são suavizados. E isso não ocorre por acaso. Trata-se também de uma forma de distinção por meio de traços estéticos.

Apesar de estar trajada com mais apuro, a figura da escravizada estabelece um contraste com sua senhora, resultado da liberdade artística de que o neoclassicista dispôs para explorar, em detalhes, as formas e as fronteiras da humanidade, valendo-se das hierarquias sociais erguidas pela política do Antigo Regime (Lafont, 2023; Schwarcz, 2008).

Em um território marcado pela escravidão de africanos, tal investida revelou-se exitosa: “O sucesso pictórico da introdução de figura negra servindo de coadjuvante essencial à figura branca [...] ecoava as hierarquias de indivíduos na sociedade racializada, isto é, preta e branca” (Lafont, 2023, p. 32).

Como escravizados eram tidos como objetos de posse, sua quantidade expressava o grau de riqueza do proprietário: se em níveis numerosos, mais ricos supunham-se. Além disso, quando esses escravizados se apresentavam bem ornamentados, tal aspecto denotava maior riqueza.

À direita, uma outra escravizada borda. Suas vestes são mais simples e seus cabelos cortados rentes. Tal “detalhe estético mostra que esta segunda escrava é de nível inferior ao da citada anteriormente” (Borges, 2020, p. 25) e que ainda deve estar aprendendo as “prendas” da casa.

Enquanto essas escravizadas bordam, uma garotinha branca sentada defronte à mãe (a senhora de posses), segura um papel. Ela se encontra em processo de letramento, como indicam as letras traçadas, algo que, à época, não era amplamente destinado às mulheres, uma vez que lhes era considerado útil apenas para pequenos gerenciamentos da casa. O acesso às letras era restrito (Carvalho, 2003), e cabia a uma pequena parcela da população, composta majoritariamente por

homens brancos e ricos, a fim de que pudessem desempenhar suas atividades na esfera pública.

Na extrema direita, um garoto negro, já mais crescido, traz um copo com água fresca para sua senhora. Ele está descalço, o que revela sua condição de cativo, visto que era proibido o uso de calçados por pessoas negras escravizadas (Schwarcz, 2024). No centro da cena, duas crianças negras estão dispostas no chão, brincando, como se fossem animais de estimação.

Tanto elas quanto o garoto mais moço revelam-se como “crias da casa”, termo que designava filhos e filhas de pessoas escravizadas e subalternizadas que nasciam e eram criados no espaço privado da casa dos proprietários, desempenhando atividades domésticas desde tenra idade.

Alguns detalhes merecem nossa ponderação. Ao lado da matrona circunspecta, à esquerda, um mico-leão-dourado revela a ambientação nos trópicos e seus exotismos. No cesto, entre o animal e a senhora de posses, encontra-se um chicote; em sua mão, uma tesoura.

A presença desses objetos coercitivos, usados para coagir os escravizados e o pequeno primata, denota que, mesmo diante da aparente tranquilidade que paira na cena, há uma hierarquia estrita a ser seguida e uma vigilância constante a ser exercida. No canto superior direito, um quadro coberto por um véu apresenta a figura do patriarca, onipresente e vigilante.

A inserção do véu sobre o retrato pode estar relacionada, em primeiro lugar, à valorização simbólica atribuída às pinturas no âmbito doméstico das classes mais favorecidas, sobretudo entre os séculos XVIII e XIX. Retratos pintados constituíam bens de elevado valor material e social, vinculados à afirmação da memória e da posição patrimonial da família (Burke, 2017).

Eram também objetos de difícil restauração e, embora não existam evidências de que fosse um costume generalizado manter retratos permanentemente cobertos por véus, é possível que tecidos fossem utilizados eventualmente para protegê-los de danos causados por agentes externos, como poeira e raios solares (Burke, 2017).

Para além desse aspecto funcional, o pano que recobre o quadro pode ser interpretado como um signo ritualístico. No século XIX, práticas domésticas ligadas ao luto e à memória incluíam a cobertura de objetos como gesto de respeito (Rodrigues, 1997). O véu pode indicar que o patriarca já é falecido, funcionando como

marca de reverência à sua autoridade e deslocando o retrato de uma função meramente decorativa para uma dimensão simbólica que reafirma a centralidade masculina na estrutura familiar.

A sacralização da figura masculina branca, sugerida pelo véu, contrasta com a representação das figuras negras na cena, cuja presença é naturalizada como parte da engrenagem doméstica, evidenciando a hierarquização que estrutura a sociedade escravagista retratada por Debret.

Destarte, “toda essa cena ilustrada por Debret aponta a naturalidade do momento, ou seja, esses momentos onde as senhoras ficavam sozinhas cercadas apenas pelos seus escravos e longe do convívio social, eram comuns e rotineiros” (Borges, 2020, p. 26). Essa iconografia é importante para se entender a conjuntura da época em que foi produzida.

No entanto, constantemente replicada ao longo do tempo sem as devidas críticas, ela naturalizou cenas de subjugação e coerção. Parece que à população negra só couberam táticas de resistências a partir da dissimulação, da aparente passividade na adoção dos interesses dos escravizadores e da submissão à dominação paternalista, sustentada por uma doutrina de deveres recíprocos:

Tal doutrina continha, como não podia deixar de ser, as noções perigosamente ilusórias de ‘gratidão’, ‘lealdade’ e ‘família’. Continha também um certo grau de intimidade que transformava qualquer ato de insolência, insubordinação, ou qualquer ato de autoafirmação não permitida, num ato de traição e deslealdade, que fugia ao princípio da submissão e, portanto, atingia em cheio as justificativas morais do senhor, consequentemente sua autoestima (Genovese, 1988, p. 125).

Como consequência desse processo, a construção da sociedade de corte que se formava nesse Brasil neoclassicista do início do século XIX esteve vinculada a um guia moral e estético: a pele branca. A branquitude consolidava-se não apenas como um valor social, mas, sobretudo, como um valor racial, no qual a cor da pele passou a constituir distinção essencial entre negros e brancos. Tal valor racial sustentava a impossibilidade de empatia em relação às pessoas negras (Lafont, 2023; Schwarcz, 2024).

Assim como outras façanhas da mentalidade colonial, o neoclassicismo operou como uma tecnologia de representação que organizava o visível e atribuía valor político e social às formas. Ao estabelecer padrões éticos e moralizantes de hierarquização humana, produziu um regime visual que naturalizava distinções sociais

e

raciais. Nesse sentido, a pintura acadêmica não apenas refletia a ordem social: ela também a fabricava e legitimava (Lafont, 2023; Schwarcz, 2024).

Sendo assim, o corpo e as formas pelas quais era representado e aludido nas artes revelaram-se objetos políticos. Não apenas em sua visualidade, mas também nos agentes responsáveis por sua construção. Como afirma Lafont (2023, p. 90): “todo indivíduo em sociedade pensa em sua aparência no mundo, por mais modestos que sejam seus meios de estilizar essa aparição pública”.

Nesse contexto, o corpo negro racializado constitui a outridade, o contraponto ao corpo branco predeterminado pelo projeto colonial. Tal outridade é construída justamente a partir de seu oposto, a fim de antagonizá-lo e ditar o ideal normativo recomendado (Kilomba, 2019).

A representação imagética e social da população negra pelo *sujeito branco* dá-se por meio da negação de sua identidade, de sua subjetividade e de sua cidadania plena, etc. “A negação é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial [...] o *sujeito negro* torna-se então aquilo a que o *sujeito branco* não quer ser relacionado” (Kilomba, 2019, p. 34, grifo do autor).

O *sujeito negro* torna-se a mancha que macula a sociedade (relembremos o mito de Caim e Abel, teologicamente usado para justificar a escravidão moderna). Ele é o selvagem deteriorado a ser regenerado “permitindo à branquitude olhar para si como moralmente ideal, decente, civilizada e majestosamente generosa, em controle total e livre da inquietude que sua história causa” (Kilomba, 2019, 37).

Isso faz com que “pessoas negras [experienciem] uma realidade diferente das brancas e, portanto, [questionando interpretando e avaliando] essa realidade de maneira diferente” (Kilomba, 2019, p. 54, grifo do autor). Urge, assim, a necessidade de um *contraolhar* ao que foi estabelecido pelo *sujeito branco* colonizador. E engana-se o *sujeito branco* quanto ao seu trunfo sobre o *sujeito negro*.

O silenciamento e a negação da autorrepresentação e da narratividade podem despertar o sentimento de impotência no *sujeito negro*, ao impedi-lo de revelar os mecanismos internos do projeto colonial escravizador. Contudo, são obras como as de Debret que abrem brechas para desvelar esse passado aterrorizante para o *sujeito negro* e, ao mesmo tempo, instaurar o *contraolhar* tão desconfortável para o *sujeito branco*.

Buscando desnaturalizar e desmitificar imaginários e cenas cristalizadas por representações iconográficas coloniais, alguns artistas brasileiros contemporâneos têm se debruçado sobre tais imagens a fim de criar releituras que suscitam reflexões e inquietações em torno desse portfólio colonial (Leenhardt, 2023). São os casos de dois artistas negros brasileiros: Gê Viana (com a série “Atualizações Traumáticas de Debret”) e Marcus Deusdedit (com a série “Projeto Executivo”).

Diante da escassez de documentos e registros produzidos sob a perspectiva do *sujeito negro* no contexto colonial, resta como alternativa a fabulação crítica a partir dos documentos “oficiais” disponíveis. Trata-se de uma técnica investigativa proposta por Saidiya Hartman, que parte dos arquivos coloniais e escravistas para expor seus silenciamentos e suas violências.

Combinando pesquisa histórica rigorosa e imaginação crítica, tal método traça novos horizontes de existência para *sujeitos negros* cujas vidas foram suprimidas pelo registro histórico dito oficial, sem pretender preencher completamente suas lacunas (Hartman, 2020). Trata-se de um gesto ético e político que desloca a narrativa da centralidade histórica de encontro à margem, a fim de encontrar um espaço de resistência e possibilidade. Kilomba (2019) argumenta:

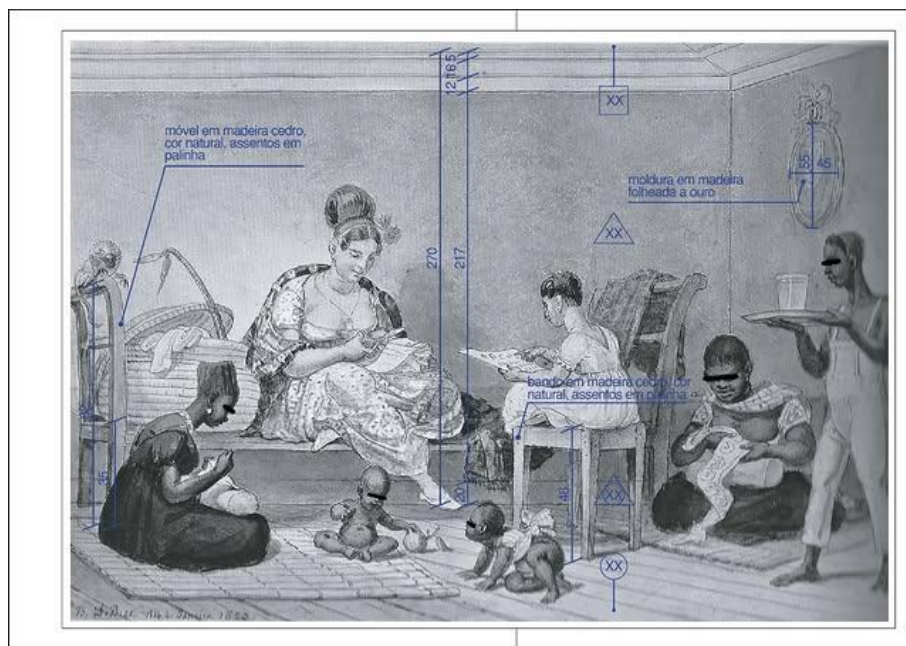
Falar sobre margem como um lugar de criatividade pode, sem dúvida, dar vazão ao perigo de romantizar a opressão. Em que medida estamos idealizando posições periféricas e ao fazê-lo minando a violência do centro? No entanto, bell hooks argumenta que este não é um exercício romântico, mas o simples reconhecimento da margem como uma posição complexa que incorpora mais de um local. A margem é tanto um local de repressão quanto um local de resistência. Ambos os locais estão sempre presentes porque onde há opressão, há resistência. Em outras palavras, a opressão forma as condições de resistência. É o entendimento e o estudo da própria marginalidade que criam a possibilidade de devir como um novo (Kilomba, 2019, p. 68-69).

É com esse “devir como um novo” que, em “Intervenção sobre uma senhora de algumas posses em sua casa, 1823” (Figura 2), Deusdedit retira as cores vibrantes da imagem original, descolorindo-a e deixando sua superfície em tom chapado. É como se ele estivesse revelando camadas ocultas da obra, antes encobertas por pinceladas densas.

As pessoas negras na cena aparecem agora com tarjas pretas sobre os olhos, como se se procurasse ocultar suas identidades, denotando o processo de um sistema escravocrata que buscou objetificá-las. Linhas traçadas em diferentes

direções são dispostas pela superfície da imagem, acompanhadas de números que indicam medições, remetendo à ideia de um projeto a ser executado.

Figura 2 – Marcus Deusdedit, *Intervenção sobre uma senhora de algumas posses em sua casa*, 1823, 2022. Técnica: Intervenção sobre imagem digital; suporte digital; dimensões variáveis. Coleção pessoal do artista. Todos os direitos reservados.



Fonte: Instagram: @marcusdeusdedit, 2022.

No canto esquerdo, do braço da marquesa sai uma linha acompanhada das palavras “móvel em madeira cedro, cor natural, assentos em palhinha”. Da cadeira em que está acomodada a filha da senhora, mais uma linha: “banco em madeira cedro, cor natural, assentos em palhinha”. À direita, canto superior, outra linha sai do que seria o quadro do patriarca, desta vez com as palavras: “moldura em madeira folheada a ouro”.

Aqui, as posses da senhora são devidamente explicitadas. Contudo, para além disso, as belezas e os exotismos naturais dos trópicos já não se fazem presentes; dão lugar à representação da exploração dos recursos naturais para a constituição das posses da matrona.

Se Deusdedit emprega um caráter mais mordaz em sua releitura, Gê Viana segue por um caminho mais lúdico. O fato de que uma população na qual mais de 50% dos indivíduos se autodeclararam negros (IBGE, 2023), leva Viana a conceber a obra “Uma família brasileira em seu lar” (Figura 3), na qual há uma subversão de

lugares: as pessoas negras passam a ocupar posições de destaque, não mais relegadas às margens. A artista lhes concede o devido protagonismo ao retirar as figuras brancas da cena (tanto a senhora quanto sua filha).

A dona da casa passa agora a ser representada pela mulher escravizada que, na obra original, aparecia de forma menos opulenta. Nessa releitura, ela é retratada como a matriarca que, sentada no lugar antes ocupado pela senhora, borda, já não trazendo a tesoura nas mãos nem o chicote ao seu lado. A ausência desses objetos coercitivos sugere que a hierarquia social, tal como estruturada no regime escravocrata, não se faz presente na cena.

Figura 3 – Gê Viana, *Uma família brasileira em seu lar*, 2025. Colagem digital; suporte digital; dimensões variáveis. Coleção pessoal da artista. Todos os direitos reservados.



Fonte: Instagram: @indiiloru, 2025.

A outra mulher negra senta-se agora na cadeira que, na obra de Debret, pertencia à garota branca. Ela parece segurar uma fotografia. O adolescente, além de trajar vestes completas, usa calçados. Em vez de carregar uma bandeja com um copo, sustenta nos braços uma das crianças que, na composição original, se encontravam no chão. O outro menino posiciona-se ao lado da mãe.

Sapatos e sandálias estão distribuídos pelo chão da casa, próximos à mulher e à criança sentadas, sugerindo que lhes pertencem. A matriarca também calça um

par.

O mico-leão-dourado desaparece da cena e dá lugar a um gato doméstico, eliminando, assim, o exotismo que marcava a composição original.

No canto superior direito, onde outrora se encontrava o retrato do patriarca, vê-se agora um quadro com a imagem de Iemanjá, divindade amplamente cultuada nas religiões de matriz afro-brasileira. Na outra extremidade, no canto superior esquerdo, aparecem mais figuras religiosas e um pequeno retrato de uma mulher negra, possivelmente uma ancestral da família.

Dessa maneira, tanto na obra de Deusdedit quanto na de Viana, pessoas negras não se apresentam como meros adereços, como na original de Debret. Elas emergem, ora como testemunho que denuncia um projeto colonial epistemicida, responsável por silenciar e desumanizar *sujeitos negros*; ora como figuras autônomas, donas de si e de suas próprias histórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que Jean-Baptiste Debret deixou um vasto acervo iconográfico acerca do Brasil Oitocentista, que se mostra de extrema relevância para entendermos as dinâmicas sociais, culturais e raciais da época. Deslumbrado pelas belezas naturais dos trópicos e por uma sociedade realçada por contrastes que abrigava uma grande população de negros escravizados, Debret fez desses sujeitos os principais objetos de seu trabalho, revestindo-os com o exotismo das pinceladas neoclassicistas.

Embora se reconheça a importância e o papel historiográfico das obras de Debret, seu caráter documental não deve ser tomado como verdadeiro e absoluto, tendo em vista a conjuntura de Antigo Regime na qual estavam inseridas, marcada por estruturas corporativas, hierárquicas e por políticas orientadas à manutenção da ordem e dos privilégios. A mentalidade colonial, patriarcal e paternalista influenciou diretamente o artista, que representou a população negra a partir de uma técnica de assimilação pautada em seu ideal artístico europeu, de matriz neoclassicista.

Suas obras são de tamanha significância que transpuseram o tempo, sendo reconhecidas até os dias atuais. Todavia, elas foram massivamente replicadas sem criticidade, tendo o livro didático como seu principal aliado e difusor. Também

estiveram presentes na abertura da telenovela brasileira *Escrava Isaura*, fenômeno de audiência nacional e internacional produzido pela Rede Globo de Televisão.

Assim, esses veículos contribuíram para a consolidação de um imaginário hegemônico tido como “absoluto” (Schwarcz, 2024): a recorrente representação do negro como escravo, descaracterizado, por vezes animalizado, em estado de passividade e subjugação. Nunca protagonista, apenas receptora dos interesses que lhe eram lançados.

Na contemporaneidade, artistas brasileiros como Marcus Deusdedit e Gê Viana, ambos negros (vale destacar), utilizam dessas obras canonizadas de Debret para reler e reimaginar a história do Brasil, reivindicando o protagonismo que lhes foram arrancados ao longo da construção narrativa dessa história (Leenhardt, 2023). Seja como testemunho que denuncia um projeto colonial, seja como gesto de restituição da humanidade e da subjetividade outrora raptadas; nas releituras desses dois artistas as pessoas negras têm suas identidades realocadas e passam a ocupar o centro da cena, em posição de destaque, não mais relegadas às margens.

REFERÊNCIAS

BORGES, Elenice. A cidade vista por Debret: uma análise das iconografias do Rio de Janeiro em “Viagem pitoresca ao Brasil”. *TRIVIUM*, Pitanga, v. 7, n. 3, p. 10-35, 2020. Disponível em: <https://revista.ucpparana.edu.br/index.php/Trivium/issue/view/12>. Acesso em: 31 mar. 2025.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem / Teatro de sombras*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, 1816-1831*. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

GENOVESE, Eugene Dominic. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Tradução de Maria Inês Rolim e Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. *Revista Eco-Pós*, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 12–33, 2020. DOI: 10.29146/eco-pos.v23i3.27640. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27640. Acesso em: 15 fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2026.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAFONT, Anne. *A arte dos mundos negros*: história, teoria, crítica. Tradução de Leo Gonçalves, Rita Paschoalin e Vivian Barga dos Santos. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

LEENHARDT, Jacques. *Rever Debret*: Colônia — Ateliê — Nação. Tradução de Samuel Titan Jr. São Paulo: Editora 34, 2023.

OLIVEIRA, Carla Mary da Silva; CURY, Cláudia Engler. Lazer e leitura nas imagens de Debret: o cotidiano do Brasil oitocentista pelo olhar de um neoclássico. *Portuguese Studies Review*, v. 18, n. 1, p. 151-177, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/95603969/Lazer_e_leitura_nas_imagens_de_Debret_o_cotidiano_do_Brasil_oitocentista_pelo_olhar_de_um_neocl%C3%A1ssico. Acesso em: 01 abr. 2025.

RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos*: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

SANTANA, Roseli Gomes. A imagem do negro nas artes visuais no Brasil: virada de paradigma, desafios e conquistas no ensino de história e cultura afro-brasileira. *Sinergia*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 123-133, 2017. Disponível em: <https://ojs.ifsp.edu.br/index.php/sinergia/article/view/305>. Acesso em: 31 mar. 2025.

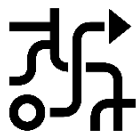
SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. *Das festas aos botequins*: organização e controle dos divertimentos no Recife (1822-1850). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7549>. Acesso em: 30 mar. 2025.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Imagens da branquitude*: a presença da ausência. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

_____. *O sol do Brasil*: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Igor de Lima e. *Africanos, crioulos e mestiçados nas representações iconográficas de Debret e Rugendas (1808-1839)*: registros da diversidade e da complexidade históricas. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2022.



Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/50236>. Acesso em: 30 mar. 2025.

Recebido em: 10/04/2025

Aprovado em: 14/06/2026



ANITELLI, Felipe*

<https://orcid.org/0000-0001-9821-5912>

RESUMO: Esse artigo estuda a história da arquitetura de Campo Grande (MS), em especial projetos residenciais em Estilo Missões realizados nos anos 1950. Foram adotados procedimentos metodológicos variados, como revisão bibliográfica e consulta a fontes documentais, com destaque para 35 visitas técnicas realizadas no ARCA - Arquivo Histórico de Campo Grande, onde foram analisados 212 projetos, que totalizam 2.349 registros fotográficos, que contêm peças gráficas, como plantas, plantas de cobertura, implantação, situação, cortes, elevações, perspectivas, etc., além de documentos, como o memorial descritivo de materiais e técnicas, mais os registros burocráticos dos processos de aprovação. Não foram identificados estudos acadêmicos com os mesmos recortes temático, cronológico e geográfico, o que reforça a importância do trabalho realizado aqui.

PALAVRAS-CHAVE: história da habitação no Brasil; história da arquitetura; arquitetura Estilo Missões.

ABSTRACT: This article studies the history of architecture in Campo Grande (MS), especially residential projects in the Mission Style carried out in the 1950s. Various methodological procedures were adopted, such as bibliographic review and consultation of documentary sources, with emphasis on 35 technical visits to ARCA - the Historical Archive of Campo Grande, where 212 projects were analyzed, totaling 2,349 photographic records containing graphic elements such as floor plans, roof plans, site plans, location plans, sections, elevations, perspectives, etc., in addition to documents such as descriptive reports of materials and techniques, plus bureaucratic records of the approval processes. No academic studies with the same thematic, chronological, and geographical scope were identified, reinforcing the importance of the work carried out here.

KEYWORDS: history of housing in Brazil; history of architecture; Mission Style architecture.

* Graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Professor (graduação e mestrado) do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: felipe.anitelli@ufms.br

INTRODUÇÃO

Esse artigo estuda a história da arquitetura de Campo Grande (MS), em especial projetos residenciais, casas térreas ou assobradadas, realizadas nos anos 1950, entre aquelas em Estilo Missões. O interesse inicial surgiu de uma observação empírica da região central da cidade e bairros vizinhos, como São Francisco, Vila Planalto, Amambai e Vila Glória. São dezenas - talvez centenas - de moradias construídas nesse estilo, também comumente chamado de neocolonial hispano-americano. Esse acervo, no entanto, não estava acessível para pesquisa de forma plena: muros altos com bloqueio parcial da edificação e reformas posteriores que desfiguraram o projeto original dificultam os registros e as análises.

Por isso, optou-se por identificar as fontes originais: projetos arquitetônicos aprovados na prefeitura, documentos hoje sob guarda do ARCA - Arquivo Histórico de Campo Grande, a quem o autor deste trabalho agradece. Foram realizadas 35 visitas técnicas entre 2024 e 2025, estudando projetos desde 1915 (data do primeiro registro) até meados do século XX. A partir de uma observação panorâmica atenta notou-se que o Estilo Missões foi bastante popular na década de 1950 e bem menos frequente em períodos anteriores e posteriores. Nas décadas de 1930 e 1940 eram mais comuns o art déco, o eclético, o neocolonial com matriz luso-brasileira e raros exemplares modernos; a partir da década de 1960 passou a predominar, aos poucos, o moderno.

A partir disso, estudaram-se em mais detalhes 212 projetos realizados na década de 1950, que totalizam 2.349 registros fotográficos, que contêm peças gráficas, como plantas baixas, plantas de cobertura, implantação, situação, cortes, elevações, perspectivas, etc., além de documentos, como o memorial descritivo de materiais e técnicas, mais os registros burocráticos dos processos de aprovação. Desse conjunto, foram identificadas 42 residências projetadas em Estilo Missões. São esses exemplares que serão analisados na sequência. Importante ressaltar que não é objetivo deste trabalho quantificar essa produção, mas apenas qualificá-la, explicando, de forma detalhada, suas características. Por isso, como estratégia para viabilizar a pesquisa, foram selecionados um número de casos suficientes para ilustrar tais qualidades.

Essa caracterização foi contraposta à revisão bibliográfica, que focou em trabalhos acadêmicos cujos recortes temáticos tangenciam a história da arquitetura no Brasil, com enfoque em realizações anteriores ao moderno, com destaque para o Estilo Missões. A arquitetura moderna substituiu as referências anteriores, de forma abrupta ou gradual, às vezes em realizações concomitantes e sucessivas, em processo cuja temporalidade depende de cada cidade. Nesse contexto, diferentes cidades podem ter um desenvolvimento arquitetônico parecido, mas os períodos e as estratégias de intervenção, no geral, são distintos.

Por exemplo, o arquiteto russo Gregori Warchavchik projetou a primeira residência moderna construída no Brasil, em 1927, na rua Santa Cruz, Vila Mariana, São Paulo; já em Campo Grande, trinta anos depois, nos anos 1950, ainda eram raras as casas modernas, com exceção de algumas poucas projetadas pelo engenheiro civil Gabriel do Carmo. Aqui, nota-se um desalinhamento temporal das manifestações arquitetônicas, por isso, estudos geograficamente localizados e que evitem generalizações, como o realizado aqui, tendem a ser mais precisos em suas análises. São histórias que apontam o mesmo caminho, mas que se concretizaram em tempos diferentes. Esse foi um desafio inicial encontrado aqui, pois as fontes secundárias consultadas não situam o Estilo Missões nos anos 1950, como foi tão popular em Campo Grande.

Optou-se por consultar diversos autores para caracterizar o Estilo Missões, pois os elementos utilizados na fachada, no geral, variam de acordo com o projeto, o autor, o local, a circunstância, etc.. A partir dessas definições e da história sobre as origens do estilo, tem-se a fundamentação necessária para os subseqüentes estudos sobre os exemplares de Campo Grande. Em termos de procedimento metodológicos, portanto, este trabalho utiliza fontes primárias e secundárias, ou seja, análise documental e revisão bibliográfica.

Não foram identificados estudos acadêmicos com os mesmos recortes temáticos, cronológicos e geográficos, o que reforça a importância do trabalho realizado aqui. Também há interesse deste artigo em valorizar a arquitetura cotidiana, não apenas os principais monumentos e as edificações institucionais, mas também a produção residencial, muitas vezes anônima, realizada por profissionais nem sempre conhecidos ou valorizados.

Não é raro que os trabalhos acadêmicos deem preferência para projetos com resultados plásticos mais expressivos. Não é difícil, nesse sentido, encontrar estudos sobre o coliseu romano, mas é bem menos fácil descobrir informações sobre os moradores da vizinhança do anfiteatro, tal como é pouquíssimo frequente o interesse pelas condições de moradia da população pobre que orbitava a grande capital do império. Os projetos apresentados a seguir não são exuberantes em termos formais, mas são muito numerosos e ajudam a explicar em quais condições viviam a população.

Por fim, ainda existem grandes lacunas bibliográficas sobre a história da arquitetura em Campo Grande ao longo do século XX e o presente trabalho se propõe a esclarecer pontualmente algumas questões.

Na sequência, o artigo está estruturado em três tópicos principais: “Estilo Missões”, que detalha a linguagem arquitetônica estudada, desde a definição da nomenclatura, sua origem e popularização nos Estados Unidos de fins de século XIX, até sua incorporação ao repertório residencial por arquitetos brasileiros, inclusive estudando suas principais características, com foco em exemplares realizados em Campo Grande (MS); “Epílogo”, complemento do item anterior, descreve com mais detalhes uma residência, consideravelmente maior (quando comparada ao restante da amostra) em termos programáticos e de área construída, cuja fachada adota de forma mais completa os atributos do Estilo Missões, sendo o caso mais expressivo identificado; por fim, as “Conclusões” trazem uma síntese das principais questões verificadas nas análises anteriores.

ESTILO MISSÕES

O neocolonial foi uma das primeiras expressões que conseguiu sintetizar, não sem contradições, uma renovação com relação ao repertório eclético¹ popularizado no século XIX. Tal atualização estética se fundamentava na valorização de certa cultura material do continente americano desde a época da colonização. Um mérito do neocolonial foi tentar substituir, ao menos no discurso, a hegemônica influência europeia de matriz francesa que predominou na arquitetura brasileira desde o

¹ Para estudar manifestações do ecletismo arquitetônico no Brasil, consultar Fabris (1987).

Oitocentos, consolidada nos desdobramentos da Missão Artística Francesa, patrocinada pelo rei Dom João VI.

Nesse contexto, sob influência das diretrizes do neocolonial, os autores deveriam buscar suas referências de projeto não mais no discurso acadêmico da Escola de Belas-Artes parisiense ou em suas congêneres, mas na produção luso-brasileira dos primeiros séculos, com destaque para o Barroco português. Um dos estudos mais elaborados sobre esse fenômeno foi feito por Pinheiro (2012). Entre os primeiros expoentes do neocolonial estão Victor Dubugras e Ricardo Severo.

É preciso lembrar, no entanto, que esses novos parâmetros de projetos são subjetivos, na medida em que dependem da interpretação pessoal que cada autor faz de um passado incerto, resgatando referências, muitas vezes, idealizadas *a posteriori*. Por exemplo, o entendimento que Lúcio Costa teve do passado ao viajar para Diamantina em 1924 era bastante diferente daquele que supunha José Mariano, o patrocinador de tal viagem de estudos; as dúvidas de Mário de Andrade sobre a validade do neocolonial como estratégia de modernização cultural brasileira também ilustram essas incertezas (WISNIK, 2019)².

A questão se complexifica mais, pois as referências coloniais latino-americanas podem ser portuguesas ou espanholas, por isso, é comum que o neocolonial praticado no Brasil seja diferente do argentino, chileno, etc., ou ainda, numa perspectiva de raiz romântica, tais referências poderiam ser, inclusive, de povos indígenas originários, o que significa uma miríade de possibilidades estéticas.

Em Campo Grande (MS), nos anos 1950, de acordo com a amostra estudada, o neocolonial foi o estilo mais popular utilizado em projetos residenciais. Conveniente lembrar que, em meados de século XX, nas metrópoles brasileiras mais hegemônicas em termos culturais, como Rio de Janeiro e São Paulo, essas expressões neocoloniais raramente são encontradas, numa época em que o modernismo já havia se consolidado como linguagem arquitetônica, em especial em sua vertente carioca (KAMITA, 1999)³. Por um lado, isso expõe os problemas de uma narrativa bibliográfica

² O primeiro capítulo da tese apresenta um debate sobre o processo de modernização cultural no Brasil, estabelecido nas primeiras décadas do século XX, a partir de reflexões de Mário de Andrade e Lúcio Costa.

³ Essa vertente carioca do modernismo brasileiro também foi identificada em projetos residenciais realizados em Campo Grande nos anos 1950, mas ela é uma exceção no conjunto estudado.

que

pressuponha generalizações e que tomem a parte pelo todo, por exemplo, supondo que a arquitetura carioca ilustrasse o que ocorria, no mesmo período, em outras regiões do Brasil; por outro lado, valoriza estudos como o presente artigo, que problematiza a história da arquitetura a partir da produção imobiliária local.

A primeira conclusão - surpreendente - sobre o neocolonial campo-grandense é que ele não é luso-brasileiro, mas sim hispano-americano. Isso estima ainda mais o levantamento documental realizado aqui, pois são raros - quase inexistentes - os trabalhos acadêmicos que estudam o neocolonial de origem espanhola. À época, ele recebeu muitas denominações, como “estilo missões”, “estilo misiones”, “estilo mexicano”, “californiano”, “estilo a la casa do zorro”, “colonial hispano-americano”, “colonial mouro missões”, “estilo missão hespanhola”, “california-mission”, “architectura espanhola adaptada ao gosto americano”, “bangalô californiano” etc. (ATIQUE, 2007, p. 306). Como o termo “Estilo Missões” é o mais recorrente em estudos acadêmicos no Brasil, a partir daqui, ele será utilizado nesse tópico para nomear o fenômeno.

O Estilo Missões foi realizado de início em regiões de expansão territorial estadunidense, na direção da costa Oeste. Entre as quais, áreas de colonização espanhola que, no século XIX, eram independentes e pertenciam ao México antes de se tornarem propriedade dos EUA. Nesse contexto, os arquitetos estadunidenses idealizaram uma romantizada “arcádia espanhola” (ATIQUE, 2007), que exaltava os colonizadores - padres franciscanos e jesuítas (herança mediterrânea, mais nobre, portanto, aos olhos dos novos conquistadores yankees) e que repudiava influências diretas mexicanas.

Dessa forma, nos EUA, criou-se um neocolonial com raízes hispânicas, que se tornou um estilo bastante popular na costa oeste, como é possível observar em muitíssimos filmes de Hollywood até o pós-Segunda Guerra Mundial⁴. Havia 21 missões originais⁵ na região atual da Califórnia, por exemplo, fundadas entre 1769 e

⁴ Filmes recentes ambientados na Califórnia entre as décadas de 1920 e 1930 ainda mantêm essa referência estética. Por exemplo, “Babilônia”, dirigido por Damien Chazelle, lançado em 2022. O protagonista do filme, interpretado por Brad Pitt, mora numa casa em Estilo Missões.

⁵ “missões” entendidas como aldeamentos indígenas e mosteiros religiosos.

1823⁶. As questões pontuadas nos últimos dois parágrafos apontam uma justificativa política para conceber o Estilo Missões, além do redirecionamento estético. Conteúdo político que não estará no horizonte dos projetos residenciais realizados em Campo Grande, como será visto.

As pretensões do Estilo Missões parecem coincidir, em grande medida, com as do neocolonial luso-brasileiro: segundo Pinheiro (1997) era uma idealização, que pode ser considerada manifestação de nostalgia, típica de nações recém-criadas, desejosas por buscar - ou inventar - uma identidade própria. Segundo a autora, a Feira Colombiana de Chicago em 1893 popularizou o estilo, a partir do pavilhão da Califórnia, projetado por A. Page Brown⁷, ampliando-se nos anos 1920 em função do enorme crescimento urbano ocorrido nos EUA. Esse processo é concomitante, inclusive, com a ascensão econômica e cultural americana, o que explica, em grande medida, a subsequente presença do Estilo Missões no Brasil e em Mato Grosso do Sul. Como será explicado ao longo deste tópico, a incorporação desse repertório estético - em época que coincide com o início da Guerra Fria - não exigiu grandes modificações nas técnicas construtivas utilizadas ou na mão-de-obra local disponível, o que facilitou, de certo, sua disseminação em Campo Grande.

Atique (2007) identificou diversas características das construções originais que se tornaram referências formais para o Estilo Missões: pátio com jardim e/ou fonte, paredes espessas e maciças, arcadas, frontões curvilíneos, torres sineiras com domo e/ou lanterna, campanários, beirais, telhas cerâmicas, entre outras.

O autor lembra que o Estilo Missões, posteriormente, no entanto, incorporou um repertório formal e decorativo mais variável e amplo, entre os quais, menciona: pátios internos, no geral, conformados por arcadas (por vezes arcadas duplas); pedras como arremate - decorativo - das arcadas; telhas cerâmicas; beirais menores, pois as antigas missões originárias localizavam-se em regiões de clima seco, quase desértico, onde chovia pouco; cornijas que arrematavam partes do telhado sem beiral; ordens toscanas; frontões curvilíneos; voluta como arremate da parede; óculo quadrilobado;

⁶ Entre os trabalhos consultados, a descrição mais detalhada das origens do neocolonial hispânico é a tese de doutorado de Fernando Atique (2007), sobre a influência cultural estadunidense sobre o Brasil.

⁷ Atique (2007) menciona outros arquitetos americanos associados ao Estilo Missões: George Washington Smith, Bentham Goodhue e Reginald Johnson.

paredes com acabamento áspero (revestimento rústico, condizente com a técnica construtiva de paredes em adobe, dos exemplares originários), predomínio de cheios sobre vazios nas fachadas, serralheria artística, cactáceas, etc.. Útil comparar esse mosaico de possibilidades com as imagens de residências campo-grandenses apresentadas na sequência (FIGURA 1, 2, 3).

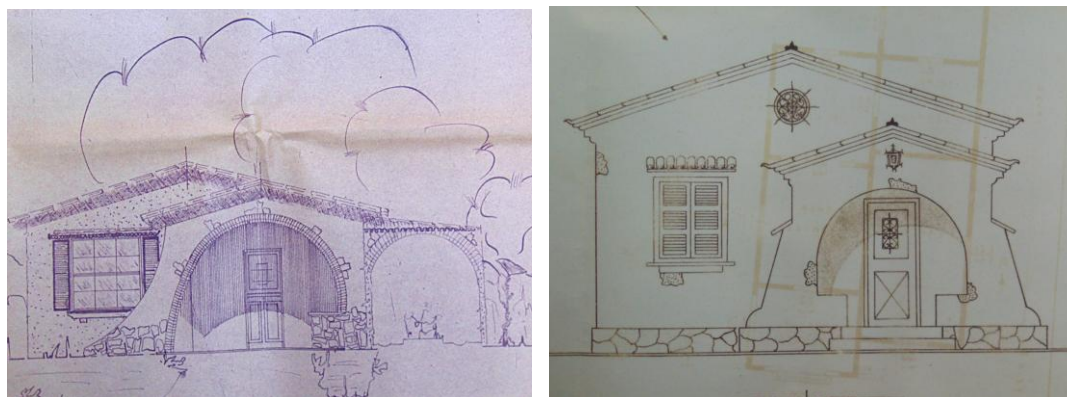


FIGURA 1 - **esquerda:** residência Antônio Romualdo do Espírito Santo, autor do projeto e responsável pela construção: Joaquim Theodoro de Faria, localização: rua 13 de Maio, aprovada em 1953, processo 1377/1953-16; **direita:** residência João Leite, autor do projeto: Amélio Baís, responsável pela construção: José de Souza Rosa, localização: rua Paraná, bairro Cascudo, aprovada em 1951, processo 2945/1951-71.

fonte: ARCA - Arquivo Histórico de Campo Grande (MS)

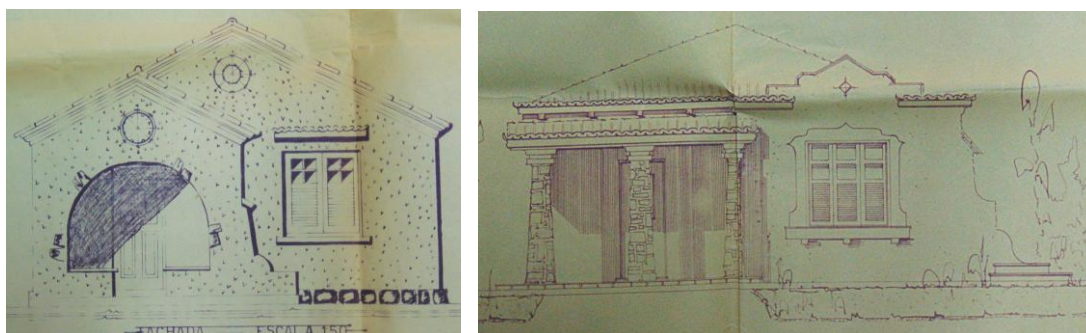


FIGURA 2 - **esquerda:** residência Ataíde Lopes, autor do projeto: Luiz Vasco Alviço Alves, construtor: Luiz Louzinha, localização: rua Aporé, Amambai, aprovado em 1953, processo 1492/1953-54; **direita:** residência Durval Ouriveis, localizada na rua da Constituição, autor do projeto arquitetônico e responsável técnico pela execução: Sociedade Campograndense de Engenharia Ltda. (assinado por José Machado), aprovada em 1952, processo 3965/1952-02.

fonte: ARCA - Arquivo Histórico de Campo Grande (MS)

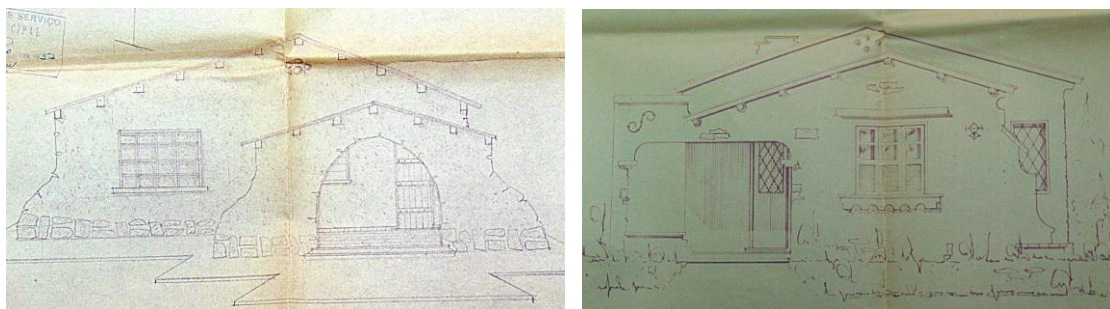


FIGURA 3 - **esquerda:** residência Dolores Vilarrodona Laburú, autor do projeto arquitetônico e responsável técnico pela construção: Luiz Vasco Alviço Alves (Escritório Técnico de Engenharia), localização: avenida Marginal, aprovada em 1952, processo 3909/1952-84; **direita:** residência Francisco Ibiapina de Fonseca, autor do projeto arquitetônico e responsável pela construção: Joaquim Theodoro de Faria, localização: rua Maracaju, aprovado em 1952.
fonte: ARCA - Arquivo Histórico de Campo Grande (MS)

A partir dos exemplares mencionados pela bibliografia consultada e da amostra de projetos estudados em Campo Grande, o entendimento que se tem no presente artigo é que o “estilo” missões, como o próprio nome sugere, não significou muito além de uma atualização decorativa do plano frontal da fachada, na grande maioria dos casos. Por isso, não é incomum identificar definições algo diferente de suas características, dependendo dos critérios, do conhecimento e dos interesses do autor do projeto, ou ainda, das subjetivas predileções do proprietário do imóvel. Pinheiro (1997), por exemplo, além daqueles já mencionados, acrescenta outros aspectos: telhados com duas águas e cumeeira perpendicular à rua; profusão de elementos de madeira (vergas, pergolados, etc.) e em ferro fundido (luminárias, gradis, guarda-corpos, etc.).

D’alembert (2003) menciona outros tantos elementos, indicando a amplitude do repertório projetual, a flexibilidade compositiva do arquiteto e a diversidade formal que as residências podem ter: torreão circular, coberto por telhado cônico, marcando a caixa de escada; pequenos balanços no pavimento superior; chaminés de lareiras; elementos decorativos que lembram dormentes de madeira; balcões alpendrados guarnecidos por colunas salomônicas; varandas com arcos (plenos, abatidos ou goticizantes), às vezes, emoldurados por tijolos ou pedras, imitando aduelas; mísulas sustentando balcões; azulejos, etc..

Vários elementos listados por Atique (2007), Pinheiro (1997) e D’alembert (2003) foram utilizados em projetos residenciais de Campo Grande, mas reitera-se que eles sempre são incorporados ao projeto numa perspectiva decorativa, sem impactos construtivos ou espaciais, tampouco plásticos, visto que não propõe alterar

de

forma substancial o partido arquitetônico adotado. Os projetos consultados mostram que as técnicas construtivas, o programa de necessidades e o arranjo doméstico de residências em Estilo Missões são bastante parecidos com exemplares que adotaram outros estilos históricos ou aqueles que propuseram modernizações, como o Ar Decó⁸.

Por isso, corrobora-se com a seguinte conclusão sobre o Estilo Missões: “Pode-se dizer que essa linguagem correspondeu a uma moda, muito intensa e fugaz”. Estudando exemplares construídos no Jardim América, em São Paulo, a autora continua: “essa linguagem neocolonial ‘hispano-americana’ *articula essencialmente um repertório de elementos decorativos sobre um arcabouço arquitetônico conhecido [grifo nosso]*” (WOLFF, 2000, p. 228-229). Segundo ela, raramente houve alterações espaciais significativas. Esse quadro coincide com a amostra campograndense aqui estudada. Ela também identifica algumas soluções ainda não listadas aqui, como telhadinhos que interceptam trechos da fachada; janelas em segmentos, divididos por arcos e colunas salomônicas; arco que termina numa base com volutas; arco com pedras incrustadas; vasos em forma de ânfora; etc..

É importante repetir que não há um tratado que teorize as bases conceituais do Estilo Missões e torne uniforme seus atributos. Por isso, o vocabulário e a sintaxe podem conter diferenças em cada caso, lugar, projeto, autor, cliente, terreno, legislação, etc.. A estratégia aqui adotada é aproximativa, ou seja, apresentar as características identificadas pelos autores em suas respectivas amostras e, na sequência, compará-las aos exemplares de Campo Grande estudados. Afirma-se que, para além de similaridades e diferenças, os projetos campograndenses também devem ser enquadrados como ilustração desse fenômeno do Estilo Missões, ainda que extemporânea quando comparada com outras cidades, por exemplo, a São Paulo do Jardim América estudado por Wolff (2000).

Diversos arquitetos brasileiros - ou radicados no Brasil - adotaram o Estilo Missões em sua obra, ainda que essa linguagem quase nunca tenha sido recorrente em suas respectivas trajetórias. Por exemplo, alguns ligados ao Ecletismo, como

⁸ Como as questões apresentadas nesta frase não fazem parte do escopo do presente artigo, elas não serão aprofundadas aqui.

Felisberto Ranzini. Curioso notar certos arquitetos que a historiografia postula como modernistas, mas que, em certas circunstâncias, projetaram residências em Estilo Missões, antes de aderir às vanguardas de forma incondicional: como Vilanova Artigas⁹, Eduardo Kneese de Mello¹⁰, Francisco Beck¹¹, Oswaldo Bratke¹², entre outros, inclusive Lúcio Costa¹³, o principal teórico da arquitetura moderna brasileira na primeira metade do século XX, mas que, na década de 1920, talvez tenha sido o mais habilidoso autor do neocolonial de matriz luso-brasileira. Bruand (1981, p. 57) afirma que essa linguagem “missão espanhola” não passa de um “ecletismo exótico” e foi importada dos Estados Unidos por Edgar Vianna¹⁴.

Nesse contexto, o Estilo Missões parece menos superar o Ecletismo do que ampliar seu horizonte estético, ao disponibilizar outro repertório projetual para os arquitetos, aumentar as opções de fachadas para os clientes, criar modas efêmeras e alterar a aparência urbana através da epiderme das construções sem, contudo, mudanças estruturais da produção habitacional, como é típico da modernização conservadora brasileira.

Na amostra estudada, foram identificados 42 projetos residenciais com traços do Estilo Missões em Campo Grande, na década de 1950. Entre eles, foram reconhecidos diversos autores¹⁵, quase todos engenheiros de formação, como o engenheiro civil Amélio Bais¹⁶; José Machado, da Sociedade Campograndense de Engenharia Ltda.¹⁷; engenheiro civil Joaquim Theodoro de Faria, do “Escriptorio

⁹ Por exemplo, a residência Nelson Pereira da Costa ou a residência Henrique Arouche de Toledo.

¹⁰ Por exemplo, a residência Jean Lecoq.

¹¹ Por exemplo, a residência Marina Dias Laranjeira Cabral.

¹² Por exemplo, a residência Manoel Vega.

¹³ Por exemplo, a residência João Daudt de Oliveira. Lemos (1989, p. 183) afirma que o Estilo Missões “aqui veio fazer verdadeira concorrência ao neocolonial, quando não se mesclava a ele em verdadeiras soluções sincréticas”.

¹⁴ Atique (2007) lembra que Edgard Vianna estudou na universidade da Filadélfia, EUA, entre 1914 e 1919, produzindo, na sequência, diversos exemplares Estilo Missões no Rio de Janeiro.

¹⁵ Nem todos os processos ou pranchas mencionam o autor do projeto; em alguns casos, há apenas uma assinatura, mas como o nome não é legível nem escrito por extenso, não foi possível confirmar o autor. Outras pesquisas poderiam, por outros meios, levantar essas lacunas.

¹⁶ Entre outras, a residência Brígida Garcia Medeiros, na avenida Bernardo, Vila Oliveira. Responsável pela construção: José de Souza Rosa. Processo 0569/1950-07.

¹⁷ Entre outras, a residência Manoel Bento Filho, na rua das Palmeiras, Vila Maracaju. Processo 2249/1953-71.

Technico de Construções em Geral” e da “Carpintaria e Marcenaria São José: fábrica de móveis, instalações, balcões, vitrines, esquadrias, etc.”¹⁸; engenheiro civil Luiz Vasco Alviço Alves, do Escritório Técnico de Engenharia¹⁹; engenheiro civil Arlindo de Sampaio²⁰; Waldo Russo²¹; engenheiro civil Gabriel do Carmo²²; engenheiro civil Anees Salim Saad, da Engenharia e Construções²³. Curioso notar que a rotina de trabalho desses engenheiros contemplava elucubrações estéticas e o estudo de novas referências culturais, para além da resolução mais pragmática de questões construtivas e funcionais.

Além disso, questões pontuadas acima sobre autores modernos atuantes no eixo “Rio – SP” também são válidas para um engenheiro de Campo Grande: Gabriel do Carmo, profissional que, afirma-se aqui, é um dos pioneiros na introdução da arquitetura moderna na cidade, nos anos 1950. Características de suas residências modernas têm semelhanças com a arquitetura moderna brasileira de vertente carioca, encabeçada por Lúcio Costa, a partir dos anos 1930. É o que se apreende comparando, por exemplo, projetos modernos realizados no Rio de Janeiro (CAVALCANTI, 2006) com residências projetadas por Carmo em Campo Grande. No entanto, concomitante às experiências modernizantes, Gabriel do Carmo utilizou o Estilo Missões.

Os dois exemplos abaixo (FIGURA 4) ilustram essa aparente contradição, ambas residências projetadas por ele, no mesmo ano, em 1957, em pouquíssimo tempo: a data do processo da casa com fachada moderna é 9 de julho; a data do processo da casa com fachada em Estilo Missões é 21 de outubro. São apenas três meses de diferença. Essa cronologia sugere que a casa moderna teria sido concebida antes da casa Estilo Missões, e não o contrário, como seria lógico imaginar, pois a historiografia da arquitetura brasileira mostra que muitos projetistas ecléticos de início se converteram em modernos na sequência, de forma gradual ou abrupta.

¹⁸ Entre outras, a residência Delcíria Alves Coutinho, na rua Joaquim Távora. Processo 509/1952-11.

¹⁹ Residência Dolores Vilarrodona de Laburú, na avenida Marginal. Processo 3909/1952-84.

²⁰ Entre outras, a residência Abdala Elkhoury, na avenida Mato Grosso, Vila Rosa. Processo 4500/1955-59.

²¹ Residência Antônio Gomes da Silva, na rua 26 de Agosto. Processo 1436/1955-45.

²² Residência Ulisses Lima Almeida, na rua A. Antunes, Vila Ward. Processo 4337/1957-31.

²³ Entre outras, a residência Waldomiro Monteiro da Costa, na rua Coronel Ponce. Processo 3899/1957.

É possível observar essa mesma hesitação em importantes arquitetos brasileiros, como Oswaldo Bratke (CAMARGO, 2000) e Eduardo Kneese de Mello (REGINO, 2011): os dois iniciaram suas trajetórias no Ecletismo e tiveram uma pequena fase com projetos em Estilo Missões nesse contexto, antes de assumir uma postura moderna.

Na residência da Sra. Oliveira e Silva, notar a sutil referência aos arcos do Palácio do Alvorada, em Brasília, projetado por Oscar Niemeyer e cuja construção iniciou em 1957, mesmo ano que Gabriel do Carmo projetou sua residência de fachada modernista (FIGURA 5). Isso sugere que o engenheiro de Campo Grande tinha referências culturais abrangentes, que incluíam o Estilo Missões estadunidense, as sensuais linhas modernistas do arquiteto carioca e a fachada-livre corbuseana, com sua interpretação mais ortodoxa do moderno, visível na grande esquadria envidraçada.

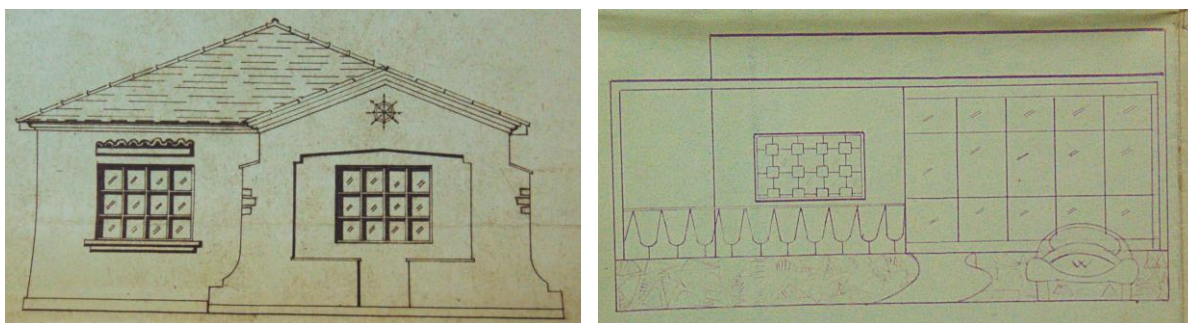


FIGURA 4 - **esquerda:** residência Ulisses Lima Almeida, autor do projeto e responsável pela construção: Gabriel do Carmo, localização: rua A. Nunes, Vila Ward, aprovado em 1957, processo 4337/1957-31; **direita:** residência Wanda Oliveira e Silva, autor do projeto e responsável pela construção: Gabriel do Carmo, localização: rua Pedro Celestino, aprovado em 1957, processo 2743/1957-41.

fonte: ARCA - Arquivo Histórico de Campo Grande (MS).

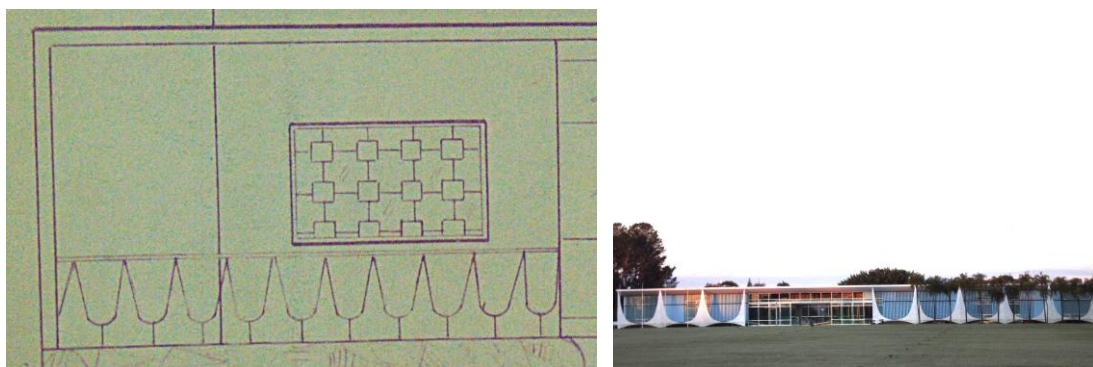


FIGURA 5 - **esquerda:** detalhe da residência Wanda Oliveira e Silva; **direita:** Palácio do Alvorada.
fonte: ARCA - Arquivo Histórico de Campo Grande (MS). Foto: autor

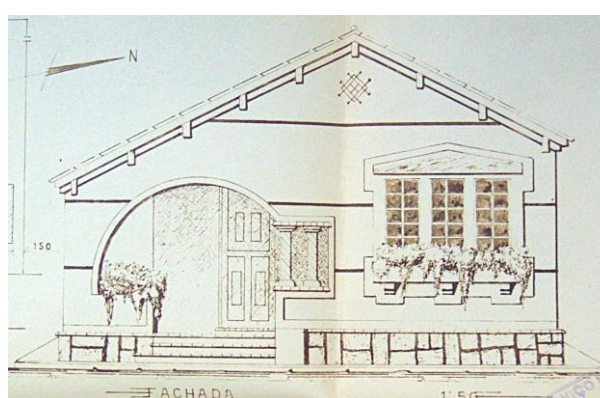
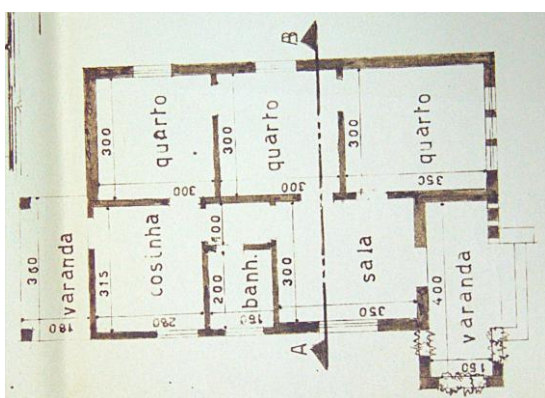
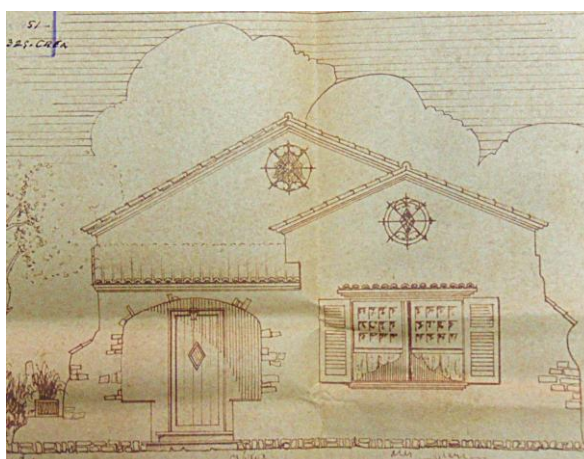
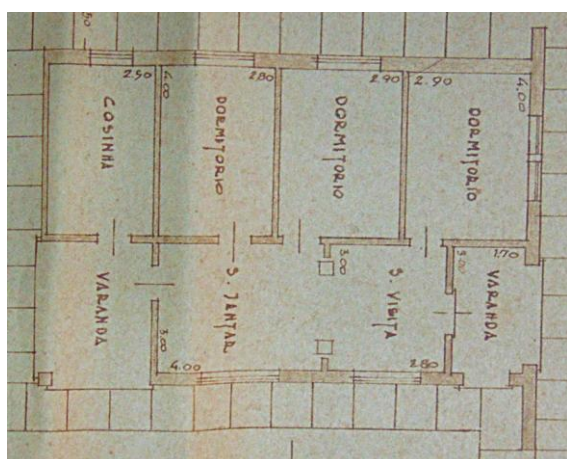
As características das residências em Estilo Missões identificadas em Campo Grande nos anos 1950 são similares às aquelas descritas neste tópico pela bibliografia, ainda que, no geral, o porte das edificações e a quantidade de decoração sejam menores: beiral mais curto do que aquele da tradição colonial portuguesa; círculo emoldurado, cujo tímpano é preenchido com azulejo, localizado próximo da cumeeira, centralizado na fachada; cobertura com detalhe decorativo curvo; cobertura da varanda mais baixa que o telhado da construção principal (ambas com cumeeira perpendicular à rua); última telha do beiral em “rabo de andorinha”; fiada de telha como pingadeira acima da janela; elementos decorativos metálicos: arandelas, pináculos, portão, grades sobre o círculo azulejado, grades sobre as janelas, etc.; imitação de pedras na abertura de acesso à varanda, no alicerce ou na parede; passagem da varanda arqueada: arco simples, duplo ou triplo, arco pleno, abatido ou ogival; paredes laterais da fachada: inclinadas, denteadas ou curvas; telhas colocadas sobre essas paredes laterais; reboco com acabamento rústico; torreão circular; etc..

Todas essas características localizam-se na fachada principal defronte a rua, o que indica uma influência da tradição acadêmica ao estabelecer hierarquia entre os planos da construção: mais valorizado aquele visível do espaço público. A partir desse raciocínio de projeto, as fachadas laterais e dos fundos teriam menos - ou não teriam - decoração. No entanto, não é possível confirmar essa dedução pois, nos processos consultados, quase não há menção dessas outras fachadas nos desenhos técnicos ou no memorial descritivo. Em Campo Grande, no período estudado, com raras exceções, a adoção do Estilo Missões trouxe poucas mudanças no partido arquitetônico. Talvez a mais notável seja utilizar duas coberturas diferentes, ambas com duas águas e cumeeiras perpendiculares à rua: a cobertura maior cobre a construção principal e seus cômodos domésticos, a cobertura menor cobre a varanda da entrada social da casa, que dá acesso à sala.

Em termos de programa e espacialidade, de novo, o uso do Estilo Missões não trouxe nenhuma mudança substancial. É o que se conclui ao comparar exemplares Estilo Missões com residências projetadas em outros estilos na cidade, nos mesmos anos 1950, como o ecletismo, o clássico, o art déco, etc.. Os exemplos abaixo ilustram a questão. A residência da Sra. Yonamine foi projetada em Estilo Missões por José Machado (1951) (FIGURA 6.1); a residência da Sra. Flores foi projetada em estilo

eclético por Amélio Baís (1952) (FIGURA 6.2). Em ambas, são semelhantes o partido arquitetônico, a disposição da fachada, o programa de necessidades e o arranjo doméstico. A diferença quase se resume à decoração sobreposta à construção, na fachada frontal. Isso significa que os arquitetos poderiam intercambiar estilos diferentes em função de suas preferências estéticas ou em função de predileções de seus clientes, sem alterar, no entanto, a vida cotidiana no interior da moradia pois, quase nunca, elas apresentam traços modernos, como a “planta-livre” (LE CORBUSIER, 2011).

Na residência da Sra. Yonamine, por exemplo, o “memorial descritivo para construção” informa que apenas a fundação é de concreto armado, ainda que o documento não detalhe a solução utilizada. Não há menção de pilares de concreto armado, apenas paredes de “alvenaria de tijolos comuns, assentados com argamassa traço 1:3, cal e areia”²⁴.



²⁴ O documento completo pode ser consultado no processo processo 0342/1951-14.

FIGURA 6.1 - **acima**: residência Kenji Yonamine, autor do projeto: Sociedade Campograndense de Engenharia Ltda. (assinado por José Machado), construtor: José de Souza Rosa, localização: rua Rui Barbosa, aprovado em 1951, processo 0342/1951-14; FIGURA 6.2 - **abaixo**: residência Doraide Cordoba Flores, autor do projeto: Amélio Baís, responsável pela construção: José de Souza Rosa, localização: rua Marginal, aprovado em 1952, processo 770/1952-39.
fonte: ARCA - Arquivo Histórico de Campo Grande (MS)

Várias comparações poderiam ser feitas: a pingadeira da janela é um renque de telhas na residência da Sra. Yonamine e um frontão na residência da Sra. Flores, o arco é pleno na residência da Sra. Yonamine e abatido na residência da Sra. Flores, o arco tem detalhes decorativos de pedras na residência da Sra. Yonamine e é assentado sobre duas colunas gregas na residência da Sra. Flores, a parede lateral tem acabamento curvo e denteado no caso da residência da Sra. Yonamine e acabamento retilíneo na residência da Sra. Flores, o acabamento da parede é rústico na residência da Sra. Yonamine e é geometrizado na residência da Sra. Flores. Detalhes decorativos sempre em Estilo Missões no primeiro caso e em estilo Eclético com tempero classicista no segundo caso.

Projetadas por arquitetos diferentes, a residência da Sra. Yonamine e a residência da Sra. Flores, no entanto, foram construídas pelo mesmo profissional: José de Souza Rosa. A eventual beleza epidérmica dessa arquitetura e suas referências eruditas que resgatam momentos paradigmáticos da arquitetura ocidental e que tanto deviam orgulhar os moradores e modernizar a aparência urbana, por outro lado, oculta a laboriosa fatura dos trabalhadores de canteiros de obra e esconde saberes e vernáculos da tradição construtiva brasileira, como as paredes de alvenaria.

Transformar os “intestinos do edifício” em elementos de linguagem (MONTANER, 2015, p. 123) era um objetivo da arquitetura brutalista, uma nova estratégia que se torna popular a partir do Pós-Segunda Guerra Mundial, concomitante, portanto, à concepção dos projetos residenciais aqui estudados. As diferentes manifestações do brutalismo no Brasil foram estudadas por diversos autores, como Koury (2003) e Zein (2005). Nos anos 1950 e nas décadas subsequentes, em especial na cidade de São Paulo, diversos arquitetos aderiram ao novo “estilo”: Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha, Joaquim Guedes, Sérgio

Ferro, Rodrigo Lefèvre, entre tantos outros²⁵, cujos pressupostos ainda influenciam a produção atual, por exemplo, o escritório MMBB.

A palavra estilo foi destacada acima entre aspas, pois parece generalizada a ideia de que o brutalismo não pressupõe apenas novos significados estéticos para a arquitetura, mas coloca - e esse talvez seja seu fundamento mais expressivo - novas questões éticas. Não mascarar a construção tem significados diversos, ao mostrar: os elementos e as técnicas construtivas²⁶, a fatura dos trabalhadores, mas também expor as contradições históricas existentes no dia a dia de um canteiro de obras no Brasil, a precarização das condições de trabalho da classe trabalhadora e a relação desigual entre capital e trabalho.

Um monumental exemplo da época ajudar a problematizar essa questão: a construção de Brasília e a sublime arquitetura de Oscar Niemeyer, que projeta o modernismo brasileiro para sua glória internacional, ao mesmo tempo em que convenientemente pinta de branco e esconde marcas das relações precaríssimas de trabalho enfrentadas pelos migrantes, chamados candangos, que ao final do empreendimento e da inauguração da capital, não tiveram lugar no plano piloto e tiveram que se estabelecer, de forma precária e quase sem apoio do Estado, nas cidades-satélites, em longínquas periferias.

Na amostra estudada - Campo Grande, anos 1950 - foram encontrados seis profissionais responsáveis pela construção²⁷: Luiz Louzinha²⁸, com 25 construções; José de Souza Rosa, com 13 construções; Alexandre Tognini²⁹, com 10 construções; Manoel Fernandes, com 2 construções³⁰; Manoel de Rosa Souza, com 1 construção.

Resume-se um quadro já estabelecido aqui: estilo Missões, uma referência de raízes mediterrânicas, especificamente espanholas, transplantadas e adaptadas em

²⁵ Inclusive em Mato Grosso do Sul. Por exemplo, em projetos de Armênio Arakelian e de Rubens Gil de Camilo.

²⁶ Por exemplo, com paredes sem reboco ou pintura, com a alvenaria e as instalações aparentes.

²⁷ O construtor não é nomeado em diversos projetos, por isso, é provável que esses e tantos outros construtores tenham trabalhado em muitíssimas residências, construídas na época, na cidade. Em vários casos, o responsável pela construção é um profissional com formação universitária (quase sempre engenheiro, raramente arquiteto) ou uma empresa de engenharia.

²⁸ Número CREA 1957. Foram encontradas menções de nove casas construídas por ele apenas em 1953, o que indica uma atividade profissional intensa.

²⁹ Em alguns projetos, ele está nomeado como "construtor licenciado", número CREA 2049.

³⁰ Número CREA 2153.

terras de domínio Espanhol e cujas características atendiam demandas construtivas (das regiões em que foi implantado) e programáticas (do empreendimento colonial americano), em especial, a catequização de povos indígenas e o condicionamento de sua vida cotidiana às expectativas religiosas e econômicas europeias. Povos ameríndios perderam sua autonomia para o colonizador espanhol que, por sua vez, perdeu sua colônia no século XIX com a ruptura que culminou na independência do México.

Na sequência, como resultado de processos violentos, porções dessas terras se tornaram propriedade dos EUA. Os estadunidenses, querendo renegar o patrimônio cultural mexicano, resgatam - e idealizam - outra herança arquitetônica, europeia, inventando um estilo que seria bastante popular na costa oeste do país. No século XX, conforme se acentua a hegemonia econômica dos EUA, o eixo cultural predominante se desloca da Europa, especificamente da França, para terras norte-americanas. Isso significou uma mudança brutal no padrão de consumo de bens culturais, entre os quais, o cinema, a música, as artes visuais, mas também a arquitetura e o urbanismo.

A partir daqui, é difícil mapear os caminhos exatos dessas novas ideias de projeto desde sua origem estadunidense até as pranchetas de projeto dos autores em Campo Grande. No entanto, é previsível deduzir que o cinema de Hollywood³¹ e eventuais revistas³² tenham tido grande influência, tanto como os principais centros difusores dessa arquitetura no Brasil, como Rio de Janeiro e São Paulo, de forma direta através de obras construídas nessas cidades ou de profissionais que lá estudaram e depois se estabeleceram no interior do - à época - Mato Grosso. Estudos monográficos sobre esses autores podem descobrir tais vínculos culturais e acadêmicos.

Esses estudos monográficos exigiriam outro recorte temático e uma revisão bibliográfica diferente daquela realizada aqui, por isso, essas questões não foram

³¹ O cine-teatro Alhambra, inaugurado em 1936, tinha capacidade para 1.700 pessoas; o cine-teatro Santa Helena, reformado em 1937, tinha capacidade para 1.300 pessoas; o cine Rialto, inaugurado em 1947, tinha capacidade para 800 pessoas; entre outros, que funcionam nos anos 1950.

³² Por exemplo, a revista Acrópole, que circulou entre 1938 e 1971 e que, segundo Pinheiro (1997), tinha o Estilo Missões como um dos mais populares publicados entre as décadas de 1930 e 1940.

aprofundadas no presente artigo, apesar de que, informalmente, ser sabido que alguns desses autores estudaram em São Paulo, por exemplo, na Faculdade Mackenzie ou na Escola Politécnica. Nesses casos, tiveram acesso facilitado à revista Acrópole e, é possível, visitaram projetos em Estilo Missões realizados no Jardim América, entre aqueles descritos por Wolf (2000).

O que é possível afirmar a partir dos dados levantados é que, em Campo Grande, nos anos 1950, não havia interesse em fundamentar os projetos a partir de um repertório da história brasileira, tampouco estabelecer uma - tanto almejada - identidade nacional, já que o Estilo Missões continha outras origens: mexicana, espanhola, hispânica, mediterrânea, estadunidense, americana, latina, etc., mas não especificamente portuguesa ou brasileira.

Reconhecer, estudar, valorizar e utilizar traços culturais regionais, específicos do Centro-Oeste ou de Mato Grosso do Sul, também não estava na agenda para fundamentar o horizonte estético ou decorativo desses projetistas. Sejam esses traços ocidentais europeus ou ameríndios. Por isso, conclui-se que esse Estilo Missões deve ter sido tão popular em meados de século XX em Campo Grande por razões apenas decorativas, presente apenas na epiderme das fachadas defronte à rua, sem maiores explicações ou justificativas sociais, culturais, históricas, etc.. Constitui-se apenas uma moda que produziu, nos melhores casos, belas casas.

EPÍLOGO

A maneira como o Estilo Missões realizado em Campo Grande foi definido até aqui parece não ser suficiente para explicar a residência do Sr. Italívio Pereira Martins (FIGURA 7). Nela o repertório formal do estilo contribui para definir o partido arquitetônico e influencia o arranjo espacial doméstico (FIGURA 8), por isso, é conveniente apresentar também as plantas para comparar a recíproca influência entre volumetria e espacialidade.

O torreão com cobertura cônica abriga a escada desse sobrado e conecta salas (térreo) e dormitórios (superior). O torreão/escada está centralizado e articula de forma centrífuga sala, copa, escritório e varanda, organizando a transição entre público e privado. A varanda, que tem área e proporção que permitem usos sociais

variados e prolongados, em espaço convenientemente sombreado, coberto por uma sequência de arcos, também tem uma complexa articulação com o restante da residência: passagem que conecta à garagem de automóvel, entrada social ao hall, passagem direta à copa, porta ao escritório e vista à rua.

Os poucos detalhes decorativos se tornam mais discretos por causa da capacidade da solução projetual estabelecer, de maneira simultânea e relacionada, a materialidade construtiva e espacial. Apesar de enquadrada ainda nos registros do Estilo Missões, esse projeto devolve ao trabalho do arquiteto significados mais profundos e tarefas mais complexas do que o fachadismo decorativo dos exemplares anteriores.

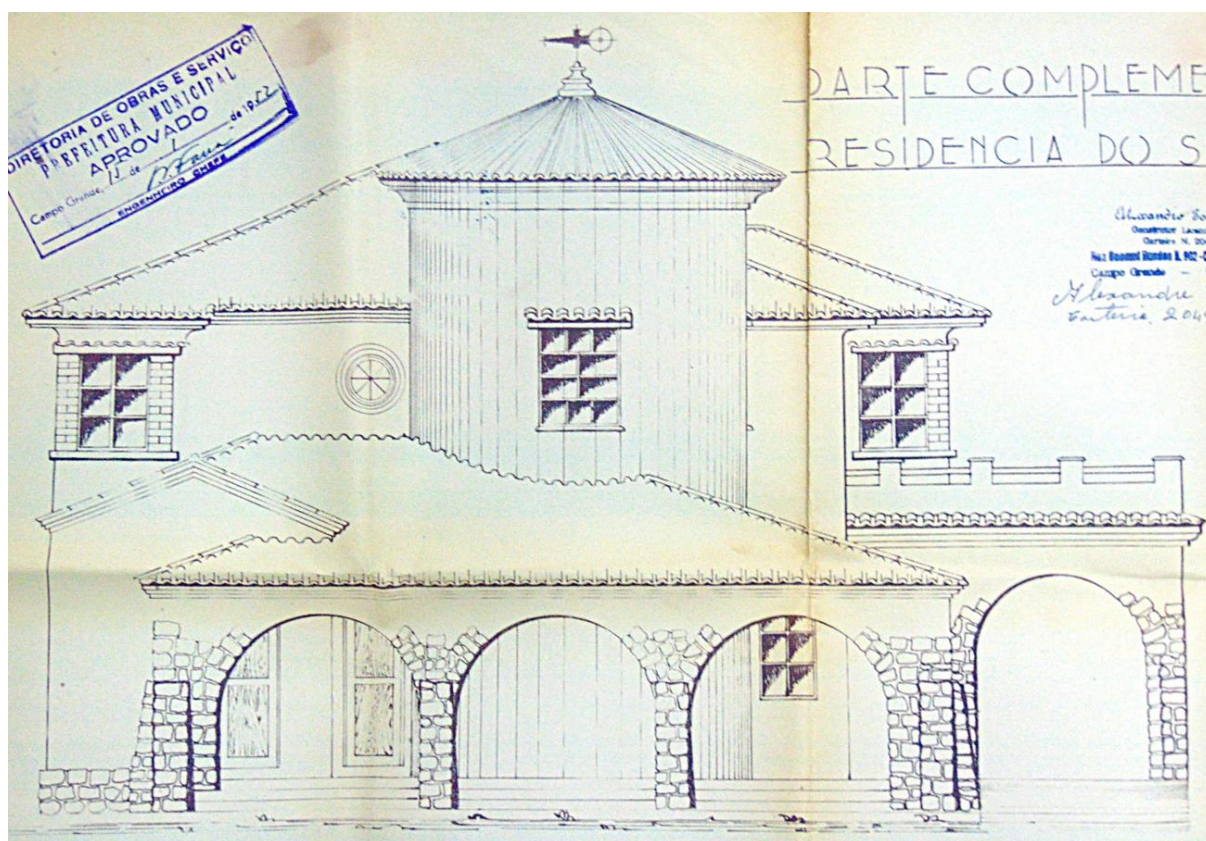


FIGURA 7 - residência Itálio Pereira Martins, construtor: Alexandre Tognini, localização: rua Dom Aquino, aprovado em 1952, processo 181/1952-88.

fonte: ARCA - Arquivo Histórico de Campo Grande (MS)

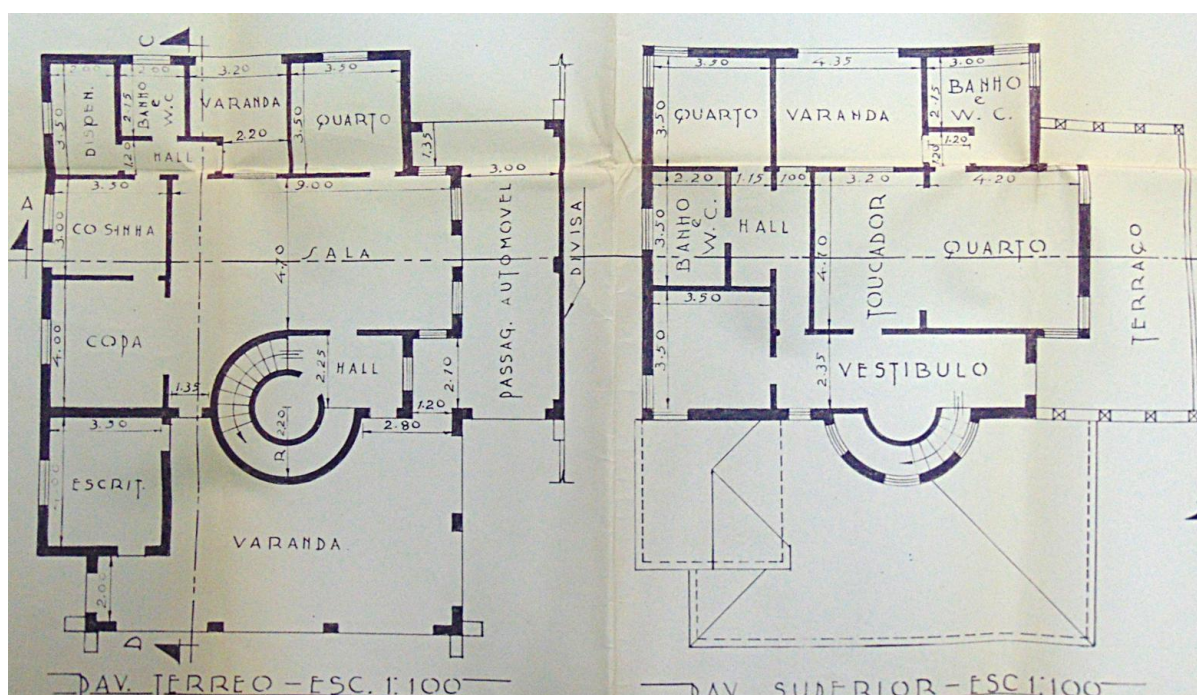


FIGURA 8 - plantas, residência Itálio Pereira Martins.
 fonte: ARCA - Arquivo Histórico de Campo Grande (MS)

CONCLUSÕES

As primeiras conclusões deste artigo são bibliográficas e metodológicas, indicando caminhos mais precisos para futuros estudos do gênero. A literatura tradicional sobre a história da arquitetura brasileira não informa com precisão as especificidades dos projetos residenciais realizados em Campo Grande nos anos 1950. Uma parte considerável desses textos quase concentram suas análises aos acontecimentos ocorridos em grandes eixos hegemônicos difusores culturais, como Rio de Janeiro e São Paulo. Meados do século XX é um período de consagração da arquitetura moderna em sua vertente carioca (KAMITA, 1999) e o início da influência da arquitetura moderna em sua vertente paulista (ZEIN, 2005) ou, nas palavras de Bruand (2020), a Escola Carioca e a Escola Paulista. No plano internacional, posições favoráveis às vanguardas europeias (GIEDION, 2004) começaram a ser questionadas no Pós-Segunda Guerra Mundial (MONTANER, 2015), em um processo que, anos adiante, culminou no Pós-modernismo e a concepção arquitetônica em outras bases.

No entanto, no mesmo período, em Campo Grande, cidade do interior do então Estado de Mato Grosso, a referência arquitetônica mais popular era o Estilo Missões, cuja utilização era rara à época nas cidades acima citadas. Portanto, não é possível

distinguir especificidades locais apenas a partir de estudos acadêmicos realizados em outros centros. Por isso, tornam-se bastante inadequadas histórias que tendem a generalizar, como “arquitetura moderna brasileira”, “arquitetura colonial no Brasil”, etc.. Como contraponto, se mostraram fundamentais os estudos em fontes documentais realizados aqui e a análise de projetos arquitetônicos aprovados na prefeitura, hoje disponíveis para consulta no ARCA. Logo, uma revisão bibliográfica não é suficiente para qualificar a produção arquitetônica campo-grandense, pois os trabalhos oriundos de outros lugares são imprecisos e os trabalhos realizados em Campo Grande - no recorte temático aqui proposto - são quase inexistentes.

No mesmo Centro-Oeste, o presidente Juscelino Kubitschek planejava sua meta-síntese e a construção da Brasília, auge do desenvolvimentismo brasileiro no período democrático, antes do golpe militar de 1964, época de grande otimismo e brilho cultural, visível em áreas diversas: o disco *Chega de Saudade* (1959), de João Gilberto, inaugura a Bossa Nova; *Rio 40 graus* (1955) e *Vidas Secas* (1963), de Nelson Pereira dos Santos, prenunciam o Cinema Novo; o Brasil ganhava sua primeira Copa do Mundo de futebol (1958); o neoconcretismo fazia suas inflexões iniciais na direção de uma arte ambiental; entre tantas outras manifestações culturais, incluindo a arquitetura, com destaque para aquela concebida no Rio de Janeiro por Affonso Eduardo Reidy, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, etc..

Essas produções têm algo em comum: apropriar-se de eventuais fenômenos culturais externos, misturando-os com formas e conteúdos locais, brasileiros. A partir de maneiras e interesses muito diversos, com resultados e expressões bastante distintas, de forma consciente ou não, reiterando ou negando, no geral, eles seguem uma tradição antropofágica de Oswald de Andrade (GUERRA NETO, 2002). Havia um interesse quase generalizado entre intelectuais e artistas em interpretar as raízes do Brasil, como sugere o clássico livro de Sérgio Buarque de Holanda (2016)³³, como condição inicial para as modernizações que pareciam inevitáveis. É por isso, por exemplo, que a arquitetura moderna brasileira é tão diferente de seus congêneres franceses, holandeses, alemães, etc.. Conforme termos utilizados no título do livro de Cavalcanti (2006): “moderno e brasileiro”. O pavilhão do Brasil na Exposição

³³ O livro foi publicado originalmente em 1936.

Internacional de Nova York em 1939 é paradigmático para ilustrar esse procedimento dual - por vezes contraditório - de olhar para fora e para dentro.

Também enxergamos uma dualidade na arquitetura em Estilo Missões praticada em Campo Grande, mas em termos bastante distintos. Há primeiro um componente externo. Ela era uma novidade importada e, como tal, bem ao sabor da Guerra Fria, devia ser entendida como uma modernização, uma qualidade nova a ser incorporada pela arquitetura praticada então. Essa atualização cultural, no entanto, advinha pelo viés do consumo, como uma moda que influencia o gosto dos clientes e condiciona o trabalho dos profissionais envolvidos com o projeto residencial, sejam engenheiros ou arquitetos. Situação talvez não muito diferente dessas casas assobradadas parecidíssimas, construídas em condomínios fechados de média e alta renda, construídas na periferia de Campo Grande, nos dias de hoje.

Essas típicas “casas de condomínio”, como se diz popularmente, não têm justificativas culturais profundas, são apenas modas, tácitas e efêmeras, que padronizam a paisagem resultante, mas que deixam clientes aparentemente satisfeitos e arquitetos com encomendas garantidas. Tanto nos anos 1950 quanto nos anos 2000, o resultado são casas belíssimas nos melhores casos e casas cafoníssimas nos piores casos. Em todas elas, por fim, as inovações são epidérmicas, ou seja, sem mudanças estruturais em termos construtivos ou espaciais.

O Estilo Missões foi uma modernização cultural campo-grandense, ideia trazida por profissionais antenados com inovações estadunidenses, de forma direta dos Estados Unidos ou através de mediações internas, via São Paulo ou Rio de Janeiro, por exemplo. Trânsito cultural, de certo, facilitado pela política da boa vizinhança dos anos 1940. Por outro lado, o conteúdo formal do Estilo Missões remetia a uma tradição construtiva espanhola, repertório inusitado, visto que foi realizado em terras de possessões originais de Portugal.

Isso reforça a conclusão de que a mencionada modernização é epidérmica, pois não há vínculos históricos ou afetivos que justifiquem resgatar referências - espanholas - que não existiram na região. Esse tinha sido o discurso, por exemplo, dos teóricos e adeptos do neocolonial: justificar a adequação de referências luso-brasileiras da época colonial para definir, na sequência, na opinião desses autores, o

vocabulário correto da arquitetura. Isso não era possível no caso do Estilo Missões, pois ele tinha filiação espanhola.

Também seria possível, aventa-se aqui, como sugestão para trabalhos futuros, problematizar o Estilo Missões pelo filtro da abordagem decolonial, que tem influenciado a produção acadêmica brasileira em diversas áreas nos últimos anos, buscando outros significados, outras histórias e outros personagens para a trajetória brasileira. Pelo crivo da consciência contemporânea, depois de séculos de massacre e de genocídio de povos indígenas, não seria adequado rememorar o empreendimento econômico e religioso colonial, brutal em sua violência, autoritário em sua ocupação, imperial em sua política, monopolista em seus empreendimentos, global em sua abrangência, desumano em seu processo civilizador e cruel em sua catequese.

As considerações desse parágrafo parecem mais convenientes ainda em um estado como o atual Mato Grosso do Sul, de economia agropecuária tão hegemônica, marcada pelo latifúndio de monocultura voltada para a exportação, ao mesmo tempo em que destrói a natureza e impõe um modo de produção mercantil sobre outras atividades humanas. Estado com exuberante herança indígena, mas cuja riqueza cultural foi desconsiderada nos projetos arquitetônicos.

Um antigo mapa localiza a região em que hoje existe MS, entre o Paraguai à Oeste e as capitanias portuguesas litorâneas à Leste (FIGURA 9). O documento nomeia a região como “BRASILIA BARBARO”, local que, como o próprio termo sugere, não estava incluído nos circuitos coloniais, sejam portugueses ou espanhóis. O estudo reconhece, no entanto, diversas referências a povos originários presentes: “tupinikinsí”, “tupin imbas”, “molopaques”, “cayeté”, “tupinambas”, “tamoyes”, entre outros. O mapa também identifica, à oeste do rio Paraná, no coração do atual estado de MS, uma enorme quantidade de indígenas, cujo desenho sugere uma densidade populacional significativa.

Por isso, ao mesmo tempo que valoriza a história da arquitetura de Campo Grande em meados de século XX, o presente artigo reconhece a mentalidade eurocêntrica existente na época e as consequentes ausências nos repertórios de projeto dos profissionais atuantes.



FIGURA 9 - Recens elaborata Mappa Geographica Regni Brasiliæ in America Meiridionali maxime celebris accuratæ delineata per Matth. Seutterum, Sac. Cæs. Maj. Geogr. Augustæ Vind³⁴.
DETALHES.

fonte: Instituto Moreira Salles. Disponível em:

<https://acervos.ims.com.br/index.php/Detail/objects/463>. Acesso em: 22 dezembro 2025.

REFERÊNCIAS

ATIQUE, Fernando. *Arquitetando a boa vizinhança: a sociedade urbana do Brasil*. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, 468 p.

BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2020.

³⁴ O Instituto Moreira Salles esclarece, no mesmo link informado na legenda : "Esta imagem está em domínio público e com o download liberado".

CAMARGO, Mônica Junqueira de. *Princípios de arquitetura moderna na obra de Oswaldo Arthur Bratke*. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, 191 p.

CAVALCANTI, Lauro. *Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

D'ALAMBERT, Clara Correia. *Manifestações da arquitetura residencial entre as Grandes Guerras*. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003, 253 p.

FABRIS, Annateresa. *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: EDUSP, 1987.

GIEDION, Sigfried. *Espaço, tempo e arquitetura: o desenvolvimento de uma nova tradição*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GUERRA Neto, Abilio da Silva. *Lúcio Costa, modernidade e tradição: montagem discursiva da arquitetura moderna brasileira*. Tese (doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002, 196 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

KAMITA, João Masao. *Espaço moderno e país novo: a arquitetura moderna no Rio de Janeiro*. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999, 268 p.

KOURY, Ana Paula. *Grupo Arquitetura Nova: Flávio Império, Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro*. São Paulo: EDUSP, 2003.

LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LEMOS, Carlos. *Alvenaria burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. São Paulo: Nobel, 1989.

MONTANER, Josep Maria. *Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX*. São Paulo: Gustavo Gili, 2015.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. *Modernizada ou moderna? A arquitetura em São Paulo, 1938-45*. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, 270 p.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. *Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio: debate cultural dos anos 1920 no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2012.

REGINO, Aline Nassaralla. *Eduardo Kneese de Mello: do eclético ao moderno*. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, 624 p.

WISNIK, Guilherme. *O Brasil condenado ao moderno: do desenvolvimento de Estado aos grupos contraculturais*. Tese (livre-docência em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019, 291 p.

WOLF, Silva Ferreira Santos. *Jardim América: o primeiro bairro jardim de São Paulo e sua arquitetura*. São Paulo: EDUSP, FAPESP, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

ZEIN, Ruth Verde. *A arquitetura da escola paulista brutalista, 1953-1973*. Tese (doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, 197 p.

AGRADECIMENTO

ARCA - Arquivo Histórico de Campo Grande (MS).

Recebido em 23/12/2025

Aprovado em 15/04/2026



SIQUEIRA, Saymon da Silva*

<https://orcid.org/0000-0002-3557-0682>

VIDOTTE, Adriana**

<https://orcid.org/0000-0001-7463-9980>

Resumo: Este artigo examina a documentação diplomática do reinado de Fernando III de Castela e Leão (1230–1252) a partir da heurística das cosmologias globalizantes. Propõe-se que a chancelaria régia não apenas registrava decisões administrativas, mas operava como tecnologia de governo que convertia o horizonte soteriológico da guerra santa em regimes de tributação, delimitação territorial e gestão de recursos. Mediante análise em *close reading* de cinco diplomas andaluzes (1233–1246), demonstra-se como a gramática sacral da cruzada autorizava e orientava atos de governo sobre pessoas, espaços e jurisdições, processo aqui denominado aproveitamento. A datação *apud obsidionem* emerge como dispositivo que converte a exceção bélica em tempo jurídico, amplificando a autoridade do comando para além do teatro de guerra. Conclui-se que a chancelaria fernandina funcionava como instrumento de hegemonização, prescrevendo o que era tido por normal e razoável e eliminando perspectivas alternativas sobre o ordenamento do espaço conquistado.

Palavras-chave: Cosmologias globalizantes; Chancelaria régia; Fernando III.

Abstract: This article examines the diplomatic documentation from the reign of Ferdinand III of Castile and León (1230–1252) through the heuristic framework of globalizing cosmologies. It proposes that the royal chancery not only recorded administrative decisions but operated as a technology of governance that converted the soteriological horizon of holy war into regimes of taxation, territorial delimitation, and resource management. Through close reading analysis of five Andalusian diplomas (1233–1246), the study demonstrates how the sacral grammar of crusade authorized and directed acts of government over people, spaces, and jurisdictions, a process here termed 'exploitation'. The *apud obsidionem* dating clause emerges as a device that converts military exception into juridical time, amplifying command authority beyond the theater of war. The article concludes that Ferdinand's chancery functioned as an instrument of hegemonization, prescribing what was deemed normal and reasonable while eliminating alternative perspectives on the ordering of conquered space.

Keywords: Globalizing cosmologies; Royal chancery; Ferdinand III.

* Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e Mestre em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), saymon.siqueira@discente.ufg.br, membro do grupo de pesquisa Península Ibérica: da Antiguidade Tardia à Reconquista (UNIFAL-MG).

** Doutora e Mestra em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), professora associada da Universidade Federal de Goiás (UFG), adrianavidotte@ufg.br, membra do grupo de pesquisa Península Ibérica: da Antiguidade Tardia à Reconquista (UNIFAL-MG) e do Laboratório de Estudos Medievais (LEME-USP).

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A historiografia sobre o reinado de Fernando III de Castela e Leão (1217–1252) tem privilegiado a dimensão ideológica da expansão cristã sobre Al-Andalus, com ênfase nas narrativas cronísticas e na construção da imagem régia. Menos atenção tem sido dedicada aos mecanismos concretos pelos quais o discurso da guerra santa se traduzia em práticas de apropriação territorial e ordenamento socioecológico. Este artigo examina a documentação diplomática do período 1233–1246 a partir da heurística das “cosmologias globalizantes” (*globalizing cosmologies*) (Pennock; Power, 2018), propondo que a chancelaria fernandina operava como tecnologia de governo que convertia o horizonte soteriológico da cruzada em regimes de tributação, delimitação territorial e gestão de recursos.

O rigor historiográfico exige que o historiador trate seus conceitos como instrumentos situados, e não como categorias autoevidentes. Renan Silva (2014, p. 83) diagnostica uma “ingenuidade diante do próprio ofício” entre historiadores, que frequentemente negligenciam a “construção conceitual” em favor do “senso comum e da ordenação cronológica”. Antoine Prost (2012, p. 125), por sua vez, alerta para os anacronismos decorrentes do uso acrítico de categorias transportadas entre campos disciplinares. Antes de aplicar um conceito, torna-se necessário explicitar seu alcance e pertinência ao *corpus* analisado¹.

Com esse instrumental, adotamos “cosmologia globalizante” como heurística operatória. Entendemos, com Pennock e Power (2018), cosmologia globalizante como esquema de inteligibilidade que reclama a totalidade do espaço e do tempo e que, em certos “momentos globalizantes”, injeta imperativos práticos na ação social. A proposta serve para provincializar o “global” e ler, por dentro das categorias dos

¹ Em termos operatórios, antes de aplicar um conceito, torna-se necessário explicitar seu alcance, seus limites e sua pertinência ao corpus analisado, evitando que o vocabulário analítico substitua, de maneira acrítica, as categorias mobilizadas pelas próprias fontes. Segundo Certeau (2011, p. 49-50), “Quaisquer que sejam as posições próprias do autor, sua obra descreve e precipita o movimento que leva a história a se tornar um trabalho sobre o limite: a se situar com relação a outros discursos, a colocar a discursividade na sua relação com um eliminado, a medir os resultados em função dos objetos que lhe escapam; mas também, a instaurar continuidades isolando séries, a particularizar métodos, diferenciando os objetos distintos que ela discerne num mesmo fato, a revisar e a comparar as periodizações diferentes, que fazem aparecer diversos tipos de análise, etc. De agora em diante, ‘o problema não é mais da tradição e do vestígio, mas do recorte e do limite’”.

atores, como crença, governo e economia se articulam. Aplicada ao reinado de Fernando III, a heurística evidencia que a gramática sacral da guerra santa autoriza e orienta atos de governo sobre recursos, pessoas e jurisdições, o que denomino aqui “aproveitamento”.

Cabe explicitar o estatuto metodológico dessa apropriação. A noção de cosmologia globalizante não é empregada como categoria descritiva totalizante, nem como equivalente anacrônico de “globalização” projetado sobre o medievo. Trata-se de heurística relacional, cuja produtividade reside menos na reivindicação de conexões planetárias do que na capacidade de interrogar como determinadas sociedades concebiam sua posição no cosmos e como essa concepção orientava práticas concretas de governo. A distinção entre “global como reivindicação” e “global como método” (Davis-Secord, 2024, p. 503) é operatória para o presente estudo: não se pretende demonstrar que a Castela de Fernando III participava de redes globais no sentido contemporâneo do termo, mas examinar como uma cosmologia que reclamava a totalidade do espaço e do tempo se traduzia em dispositivos jurídico-administrativos verificáveis. Davis-Secord (2024, p. 509), ao aplicar essa perspectiva metodológica ao Mediterrâneo dos séculos VI–XII, reconhece os limites da abordagem, sublinhando que “nem todos os temas se beneficiam desse método” e que o essencial reside na distinção cuidadosa entre o conceito como instrumento de análise e como afirmação empírica. É precisamente nessa chave instrumental que a heurística é aqui mobilizada: a cosmologia castelhano-leonesa fornece a grade de leitura, a chancelaria fornece o *corpus*, e os diplomas, o campo de prova.

Para demonstrar essa hipótese, o artigo articula-se em três movimentos: primeiro, uma baliza historiográfica sobre os debates em torno de Reconquista e cruzada; segundo, a mobilização da noção de “chancelaria performativa”, que permite ler a escrita régia como tecnologia de governo; terceiro, a análise em *close reading*² de cinco diplomas andaluzes (1233–1246), examinando como suas estruturas formais materializam a passagem do horizonte soteriológico à racionalidade administrativa.

² *Close reading*, na tradição hermenêutica anglo-saxã, designa a leitura cerrada e analítica de um texto, atenta às suas estruturas formais, escolhas lexicais e dispositivos retóricos. Aplicado à Diplomática, o procedimento consiste em segmentar o diploma em suas partes constitutivas e examinar como cada elemento formal produz efeitos jurídicos e simbólicos. Cf., para a fundamentação do método em estudos medievais, a contribuição clássica de GUYOTJEANNIN, Olivier; PYCKE, Jacques; TOCK, Benoît-Michel. *Diplomatique médiévale*. Turnhout: Brepols, 2006.

GUERRA SANTA, CRUZADA E CHANCELARIA: BALIZAS HISTORIOGRÁFICAS

A noção de “Guerra Santa” constitui campo de intenso debate historiográfico. Se Jean Flori (2018) reconstituiu a longa maturação da ideia de cruzada no Ocidente, articulando-a com a sacralização da cavalaria e a teologia da guerra justa, Christopher Tyerman (2012) adotou perspectiva mais crítica, vendo a cruzada como “invenção” continuamente performada pela autoridade papal mediante instrumentos jurídicos como o voto e a indulgência. No contexto ibérico, Carlos de Ayala Martínez e Martín Ríos Saloma (Ayala Martínez; Ríos Saloma, 2012; Ayala Martínez; Henriet; Palacios Ontalva, 2016) analisaram as formas de “hispanização” desse repertório, investigando como o discurso cruzadístico foi apropriado e instrumentalizado pelas chancelarias régias.

Nessa moldura, apropriamo-nos da leitura pluralista de O’Callaghan (2013, p. 7-9): desde o fim do século XI, a cúria equipara espiritualmente a guerra na Hispânia às expedições orientais; na Península, a Expansão Cristã Ibérica (processo) é cruzadizada por campanhas pontualmente indulgenciadas (evento), com deslocamento progressivo do protagonismo para a monarquia. Historiografia recente demonstra que “a *Reconquista* é parte de uma teia de conceitos relacionados” cujos “vieses teóricos e estrangimentos metodológicos” persistem mesmo quando o paradigma central é criticado (Carvajal Castro, 2022, p. 2). É essa teia que a heurística das cosmologias globalizantes permite interpelar.

A distinção entre perspectiva êmica e ética, central ao argumento de Pennock e Power (2018), ilumina um problema metodológico frequentemente ignorado: historiadores tendem a tratar o “global” como categoria objetiva, quando operam com definições culturalmente imersas. A cosmologia castelhano-leonesa constituía uma forma êmica de pensar o global: os atores do século XIII possuíam um esquema de inteligibilidade que reclamava a totalidade do espaço (a “Hispania” como terra a ser ordenada sob domínio cristão) e do tempo (a história da salvação como horizonte teleológico). Para os atores medievais, como Pennock (2023, p. 118-119) demonstrou em outro contexto, a gramática sacral não era “verniz ideológico” sobre decisões políticas, mas a própria matriz de racionalidade dentro da qual as decisões eram tomadas.

A escrita régia constitui vetor privilegiado dessa articulação. Holt (2017, p. 4)³ mostra que, nas cartas de Fernando III, a cláusula de datação não se limita a registrar o tempo do ato: pode incorporar acontecimentos contemporâneos e, com isso, fazer circular fama e presença régia, convertendo feitos militares em marcadores de autoridade. A engenharia simbólica da chancelaria fernandina torna-se evidente quando *intitulatio* e *corroboratio* absorvem as conquistas na própria fórmula régia, multiplicando-se as datações *apud obsidionem* (Úbeda, 1233; Jaén, 1246; Sevilha, 1247–1248), fazendo da campanha um tempo jurídico do documento.

Propomos, assim, ler a chancelaria fernandina como “performativa”: ela não apenas registra decisões, mas produz efeitos jurídicos e simbólicos no ato mesmo de sua enunciação. A *datatio* “no cerco de Úbeda” ou “na bastida⁴ de Jaén” não é circunstância neutra, mas dispositivo que converte a exceção bélica em tempo jurídico e amplifica a autoridade do comando. A seguir, examinamos cinco diplomas (1233–1246) para demonstrar como essa performatividade chanceleresca traduz o horizonte da guerra santa em práticas concretas de aproveitamento.

DO CERCO À NORMA: CLOSE READING DE DIPLOMAS ANDALUZES (1233–1246) E A PASSAGEM DA GUERRA SANTA AO APROVEITAMENTO

A *close reading* dos diplomas produz inteligibilidade quando relacionada à sua forma. Em termos operatórios, cada peça é segmentada nas partes essenciais da diplomática (*intitulatio*, *publicatio*, *narratio*, *dispositio*, *sanctio*, *corroboratio*, *datatio*)⁵,

³ Como sintetiza o autor, esses sincronismos “eram mais do que marcadores passivos de dados biográficos e ressaltavam aquilo que a chancelaria considerava os aspectos mais salientes do exercício do poder régio pelo monarca” (Holt, 2017, p. 4).

⁴ *Bastida* (do latim medieval *bastita*, “construída”): obra de fortificação provisória, consistindo em cerca, paliçada ou torre de madeira erguida pelo exército sitiante para bloquear os acessos de uma praça durante operações de cerco. Distingue-se do cerco propriamente dito (*obsidio*) por designar a estrutura material, não o conjunto da operação militar. Cf. Niermeyer e Van de Kieft (2002, s.v. *bastita*).

⁵ Na tradição da Diplomática medieval, o diploma articula-se em partes relativamente estáveis, com variações regionais e tipológicas. O protocolo inicial pode conter *invocatio* religiosa, *intitulatio* (identificação do outorgante e títulos), *inscriptio* (destinatário) e *salutatio*. Diplomas solenes incluem *arenga* ou *proemium*, preâmbulo ideológico que justifica o ato, geralmente mínimo ou ausente nos mandatos régios ibéricos. A *publicatio* (*Notum sit*, *Sciatis*, ou em romance “Saibam quantos esta carta virem”) introduz a *narratio*, que expõe circunstâncias e causa. O núcleo decisório é a *dispositio*, onde se enunciam dar, conceder, mandar, confirmar. Segue-se a *sanctio*, com punições espirituais e temporais (na Península, frequentes as combinações de *ira Dei*, restituição em dobro e multa a favor do fisco régio). O escatocolo compreende *corroboratio* (mecanismos de validação: *signum regis*, selo), *subscriptiones* de confirmantes e testemunhas, e *recognitio* do oficial de chancelaria. A

identificam-se os operadores jurídicos (p. ex., *in obsidione*, *in exercitu*, *in cauto*⁶, *duplum reddat*, *cellarium*⁷/*portaticum*⁸/*salinae*, *termini/mojones*⁹, ofícios como *merinus*¹⁰) e examina-se a tradução da gramática sacral em atos técnicos de governo. Assim se observa o acoplamento entre momentos globalizantes e racionalidades normais: o pico retórico-soteriológico legitima e desencadeia rotinas de polícia, fiscalidade e ordenamento.

O CERCO COMO TEMPO JURÍDICO: LEITURA DE FORMA E DE SENTIDO (ÚBEDA, 2 ABR. 1233)

A seguir, o diploma integralmente traduzido, com estrutura diplomática indicada:

[*Intitulatio*]

Fernando, pela graça de Deus rei de Castela e de Toledo, de Leão e da Galiza.

[*Salutatio*]

A todos os que virem estas letras, saúde e graça.

[*Publicatio / Notum*]

Saibam que eu tomo sob minha guarda e encomenda Vide e tudo quanto o arcebispo de Compostela possui na terra de Riba do Minho, assim como

datatio fixa lugar e tempo jurídicos, podendo incluir microrrelatos performativos ("facta carta apud obsidionem de Ubeda"). Sobre essa estrutura, ver Guyotjeannin, Pycke e Tock (2006) e, para a prática ibérica, González (1986).

⁶ A fórmula *in cauto* (lat., "em coto") designa a multa pública devida ao fisco régio pela violação de uma carta ou mandado, distinguindo-se da restituição *in duplum* ("em dobro"), que constitui reparação privada ao lesado. A bipartição sancionatória, frequente nos diplomas fernandinos, articula coerção pública e reparação patrimonial como mecanismos complementares de execução. Cf. Niermeyer e Van de Kieft (2002, s.v. *cautum*).

⁷ Celeiro ou armazém régio destinado ao recolhimento e conservação de gêneros alimentícios e rendas em espécie (cereais, vinho). Na administração castelhano-leonesa, o termo designa o conjunto das receitas régias em gêneros, distintas das rendas monetárias. Cf. Niermeyer e Van de Kieft (2002, s.v. *cellarium*).

⁸ em romance *portadgo* ou *portagem*: tributo cobrado pela entrada de mercadorias numa vila ou pela passagem por pontos fiscais determinados (portas, pontes, vaus). Constitui uma das rendas ordinárias da Coroa, frequentemente cedida a concelhos ou instituições eclesiásticas. Cf. Niermeyer e Van de Kieft (2002, s.v. *portaticum*); Corominas e Pascual (1980-1991, s.v. *portazgo*).

⁹ *Mojones* (cast. med.): marcos ou balizas físicas (de pedra, madeira ou terra) cravados no terreno para materializar os limites (*termini*) entre concelhos, senhorios ou jurisdições. O ato de "pôr mojones" (*ponere moiones*) constituía procedimento formal de demarcação, frequentemente comissionado a agentes nomeados pelo rei (*destermidores*). Cf. Corominas e Pascual (1980-1991, s.v. *mojón*).

¹⁰ *Merinus* (lat.), em romance *merino* ou *meirinho*: oficial régio encarregado da administração judicial e fiscal de um distrito territorial (*merindad*). Na Castela do século XIII, o merino atuava como agente executivo da paz régia, com competência para penhorar, cobrar multas e executar mandados da chancelaria. Cf. Niermeyer e Van de Kieft (2002, s.v. *merinus*); Corominas e Pascual (1980-1991, s.v. *merino*).

Lourenço, seu mordomo, e qualquer outro mordomo que aí tiver, e as suas herdades e demais coisas que aí possui.

[*Dispositio*]

Por isso mando firmemente que ninguém ouse aí fazer torto, violência ou dano; e quem o fizer incorrerá na minha ira; e tudo quanto houver tomado restituirá em dobro; e a mim pagará multa régia de cem morabitanos (*in cauto*).

[*Commissio*]

E mando a Sancho Peláez, meu merino, e aos outros merinos que estiverem nessa terra, que tenham tudo isto em guarda e em encomenda de minha mão.

[*Sanctio*]

E quem agir contra esta carta, sejam penhorados por cauto e pelo dobro; e, se não o fizerem, a eles me queixarei por isso.

[*Datatio*]

Feita a carta no cerco de Úbeda, a 2 do mês de abril, Era MCCLXXI [1233 EC].¹¹

Trata-se de carta de proteção e guarda: o rei “toma em minha guarda e em minha encomenda” os bens do arcebispo de Compostela em Riba do Minho e o seu meirinho local, com extensão às “herdades e outras causas” aí existentes. A *dispositio* proíbe “torto, força e dano”; a *sanctio* estrutura duas camadas punitivas, prevendo restituição “em dobro” ao lesado e multa pública “*in cauto*” de 100 morabitanos “à minha parte”. A execução é comissionada ao merino régio, nominalmente *Sancio Pelagii*, que recebe ordens para manter tudo “em guarda e encomenda de minha mão”. A *datatio* assinala a excepcionalidade do momento: “*facta carta apud obsidionem de Ubeda, II die Aprilis, era MCCLXXI*”.

O cerco opera como “tempo jurídico” e como amplificador de escala. A carta não regula uma frente de combate, mas um espaço setentrional (Riba do Minho); contudo, a cena do cerco em Úbeda é mobilizada para autorizar, performativamente, a paz régia e o policiamento distante. Esse deslocamento entre cenário de emissão e alvo de eficácia é o que proponho ler como acoplamento de um “momento globalizante” a uma racionalidade administrativa: um pico simbólico, que reclama totalidade de tempo e espaço, injeta um imperativo prático em ato técnico (guarda, proibição de dano, sanções, execução por merino). A distinção entre “dobro”

¹¹ No original: “Ferrandus, Dei gratia rex Castelle et Toleti, Legionis et Gallecie, totis qui litteras istas uiderint, salutem et gratiam. Sapiatis quod ego teneo in mea garda et in mea comenda. Vidi et totum quantum haber archiepiscopus Compostellanus in Ripi Minei, et Laurencium, maiordomum suum, uel alium maiordomum quem ibi habuerit, et hereditates suas et alias causas quas ibi habet. Unde mando firmiter et incauto quod nullus sit ausus facere ibi tortum, forciam neque de magis, quod qui faceret, iram meam haberet et quantum prendiderit duplabit, et mihi centum morabetinos in cauto pectabit. Et mando Sancio Pelagii, maiorino meo, et aliis maiorinis meis qui in ipsa terra fuerint, quod totum istud teneant in garda et in comenda de manu mea. Et quicumque contra istam cartam fecerini pignorent ipsos pro cauto et pro duplo, sin autem ad ipsos me tortarem pro illo. Facta carta apud obsidionem de Ubeda, II die Aprilis, era MCCLXXI” (González, 1986, Doc. 495, p. 7).

(reparação privada governada) e “*in cauto*” (multa pública ao fisco) ilumina a gramática sancionatória com que a chancelaria faz circular proteção e autoridade. Em termos de aproveitamento, o diploma protege um aliado institucional estratégico, impõe previsibilidade de condutas e afirma presença régia por meio de polícia e tesouro.

Do ponto de vista conceitual, o texto exemplifica como uma cosmologia globalizante não é mera ideologia de fundo, mas horizonte totalizante que define o que é “normal e razoável” e, em certos momentos, se traduz em comando operativo. A linguagem do cerco e da *ira regia* alinha o ato com a guerra santa, enquanto a técnica chanceleresca o estabiliza como rotina coercitiva, convertendo exceção em norma. É precisamente essa passagem do horizonte à prática que Pennock e Power (2018, p. 91) destacam ao discutir cosmologias que pretendem “todo o espaço e o tempo da humanidade” e normalizam condutas; o diploma mostra essa pretensão convertida em cláusulas, multa e ofício executório.

RENDA SALÍFERA E PATRONATO ECLESIAÍSTICO: DOAÇÃO A SANTA MARIA DE BAEZA (DIPLOMA 497 – BAEZA, 12 SET. 1233)

[*Publicatio / Promulgatio e Intitulatio* enclausurada]

Saibam todos, tanto os presentes quanto os futuros, que virem a presente página, que eu, Fernando, pela graça de Deus rei de Castela e de Toledo, de Leão e da Galiza, juntamente com minha esposa, a rainha Beatriz, e com meus filhos Afonso, Frederico e Fernando, com o assenso e beneplácito da rainha dona Berengária, minha genitora, faço carta de doação, concessão, confirmação e estabilização a Deus e à Igreja de Santa Maria de Baeza, a vós, frei Domingos, então bispo à sua frente, bem como a vossos sucessores, para que valha perpetuamente.

[*Dispositio*]

Dou e concedo a vós o dízimo de todas as minhas quintas reais de Baeza, o dízimo do meu cellarium de Baeza, o dízimo da portagem dessa vila, bem como o dízimo das salinas de Baeza e de todos os seus termos, e ainda o dízimo das salinas de Xodar [Jódar] e de Garcíez. Dou também ao mencionado bispo Domingos e a vossos sucessores a torre de Tiédar, com herdade suficiente para quarenta “juntas de bois” (quadraginta iuga boum) por ciclo anual (ad anni vicem), com as vinhas de Recuesto. Todas estas coisas vos dou e concedo, para que vós e vossos sucessores as tenhais a título hereditário, em perpetuidade, e as possuais irrevogavelmente.

[*Confirmatio / Stabilitas*]

E quero que esta página de minha doação e concessão permaneça rata e estável por todo o tempo.

[*Sanctio*]

Se alguém, porventura, presumir infringir esta carta ou diminuí-la em algo, incorra plenamente na ira de Deus onipotente, e pague à parte régia mil áureos em cauto, e vos restitua em dobro o dano causado.

[*Datatio*]

Feita a carta em Valladolid, no dia 12 de setembro, Era MCCLXXI [1233 EC].¹²

Trata-se de carta de doação régia à Santa Maria de Baeza e ao seu bispo (Domingo), outorgada em Valladolid a 12 de setembro de 1233, que concede: (i) a dízima das quintas reais de Baeza, (ii) a dízima do *cellarium* régio, (iii) a dízima do *portaticum* da vila, (iv) a dízima das salinas de Baeza e de seus termos, bem como de Xodar e Garcéz; e, adicionalmente, (v) a torre de Tiédar com “*hereditate sufficiente ad quadraginta iuga boum ad anni vicem*” e com as “vinhas do Recuesto”. A carta declara caráter perpétuo e hereditário da posse ao cabido e seus sucessores. A *sanctio* combina *ira Dei* com multa *in cauto* de mil áureos, além da restituição *in duplum* do dano; a datação fixa *Vallisoletum, XII die Septembris*, era MCCLXXI.

O pacote integra fluxos distintos, a saber: abastecimento (*cellarium*), circulação (*portaticum*), extração (salinas) e custódia territorial (torre), estabilizando-os sob guarda clerical. A doação não é mero “pietismo”, mas engenharia de governo que monetiza a conquista via dízimas de rendas régias (inclusive do quinto) e confere ao bispado um papel de gestor parafiscal. A cláusula de perpetuidade e transmissibilidade aos sucessores confere horizonte de longa duração a esse arranjo (*ius hereditarium*), enquanto a *sanctio* reforça a capacidade coercitiva da Coroa (*ira Dei + mille aureos in cauto + duplum*).

A carta opera como ato performativo que traduz uma cosmologia sacral da guerra em norma estável de rendas e jurisdições. Na chave proposta por Pennock e Power (2018, p. 93), cosmologias globalizantes são esquemas que reclamam a totalidade de espaço/tempo e, em momentos globalizantes, injetam imperativos

¹² No original: “Innotescat omnibus tam presentibus quam futuris presentem paginam inspecturis quod ego Ferrandus, Dei gratia rex Castelle et Toleti, Legionis et Gallecie, una cum uxore mea Beatrice regina, et cum filiis meis Alfonso, Frederico et Ferrando, ex assensu et beneplacito regine domine Berengarie, genitricis mee, facio carta donationis, concessionis, confirmationis et stabilitatis. Deo et ecclesie Sancte Marie de Beacia, uobis, fratri Dominico, eiusdem instanti episcopo, necnon et successoribus uestris, perpetuo ualituram. Dono itaque uobis et concedo decimam omnium quintarum mearum de Beacia, et decimam cellarii mei de Beacia, et decimam portatici eiusdem uille, et decimam salinarum de Beacia et de omnibus terminis suis, et decimam salinarum de Xodar et de Garciez. Dono etiam memorato episcopo Dominico et successoribus uestris turrem de Tiedar, cum hereditate sufficiente ad quadraginta iuga boum ad anni uicem, cum uineis del Recuesto. Hec inguam omnia dono uobis et concedo, ut ea uos et successores uestri iure hereditário in perpetuum habeatis et irreuocabiliter possideatis. Et hec mee donationis et concessionis pagina rata e stabilis omni tempore perseueret. Si quis uero hanc cartam infringere seu in aliquo diminuere presumpserit, iram Dei omnipotentis plenarie incurrat, et regie parti mille áureos in cauto persoluat, et dampnum super hoc illatum uobis restituat duplicatum. Facta carta apud Vallisoletum, XII.º die Septembris, era MCCLXXI” (González, 1986, Doc. 497, p. 8).

práticos, isto é, definem o que é “normal e razoável” fazer (dedicar dízimas de quintas, granéis, portagens e salinas ao culto e ao bispado como ordenamento esperado da vitória cristã). Aqui, o horizonte soteriológico da guerra santa torna “natural” que recursos e vigilância passem ao circuito eclesiástico-régio. Em última análise, a vitória sacral é convertida em arquitetura fiscal-eclesiástica.

Ainda que datada em Valladolid, a carta responde a uma geopolítica de fronteira (Baeza e entorno) na qual a paz e a renda exigem infraestruturas e marcos: salinas, torres, vinhas e capacidade de coerção. Estudos sobre ecologia da fronteira mostram que, em contextos de conquista, autoridades recombinaam usos do solo, circulação e guarda, produzindo paisagens jurídico-ambientais novas; a fronteira é “lugar de intensificação do investimento do poder público” (Toubert, 1992, p. 16 *apud* Parra Villaescusa, 2024, p. 115). A doação de *quadraginta iuga boum* indica metrificação agrária para exploração continuada, sinal de agrarização e de assentamento dirigido típico de processos de colonização de fronteira.

Em termos de legitimação, a carta se insere na dinâmica em que a cúria equipara espiritualmente a luta na ‘Hispania’ às cruzadas orientais, enquanto monarquias peninsulares apropriam e nacionalizam esse repertório sacral (pluralização e deslocamento do protagonismo). A cosmologia dá o ‘porquê’ (teleologia da vitória e do culto), e a chancelaria entrega o ‘como’ (doações, dízimas, imunidades, custódias). A fórmula *in cauto* e o *duplum* não são retóricas vazias: constituem mecanismos executivos que associam transgressão a pena pecuniária e religiosa, reforçando a coesão social sob autoridade régia e eclesial, um padrão reiterado em outras peças coevas.

FRONTEIRA COMO ECOLOGIA JURÍDICA: CONFIRMAÇÃO DE LIMITES ENTRE ÚBEDA E BAEZA (7 DE JUNHO DE 1236)

[Invocatio]

Cristo, Alfa e Ômega.

[Publicatio e Intitulatio]

Saibam todos, tanto os presentes quanto os futuros, que virem a presente página, que eu, Fernando, pela graça de Deus rei de Castela e de Toledo, de Leão e da Galiza, juntamente com meus filhos Afonso, Frederico e Fernando, com o assenso e beneplácito da rainha dona Berengária, minha genitora, faço carta de concessão, confirmação e estabilização a vós, concelho de Úbeda, presentes e futuros, para que valha perpetuamente.

[Dispositio]

Concedo e confirmo a vós aqueles termos que os meus determinadores, a saber, dom Egídio, capelão do bispo de Osma, meu chanceler, então vigário

da igreja ubetense; [Rodrigo Rodríguez]¹³, da Ordem de Santiago, comendador de Canena; Pedro Martins, comendador da casa do Hospital em Úbeda; Fernando Peres, da Ordem de Uclés (Santiago), prefeito da obra das muralhas de Úbeda; Pedro João, da Ordem de Calatrava; e Garcia Fernandes, então alcaide em Úbeda, de meu mandado determinaram entre o concelho de Baeza e o concelho de Úbeda, e cravaram marcos. Concedo e confirmo ditos termos para que vós e vossos sucessores os tenhais em perpetuidade e os possuais, por direito hereditário, pacífica e tranquilamente. [Sanctio]

E se alguém presumir infringir esta carta ou diminuí-la em algo, incorra plenamente na ira de Deus onipotente, e pague à parte régia mil áureos em cauto, e restitua em dobro o dano causado.

[Datatio]

Feita a carta em Córdoba, no dia 7 de junho, Era MCCLXXIV [1236 EC].

[Corroboratio / confirmação régia]

(signum rodado). E eu, o referido rei Fernando, reinando em Castela e Toledo, Leão e Galiza, Badajoz e Baeza, esta carta que mandei fazer roboro e confirmo com minha própria mão.

Sinal rodado: SIGNUM FERRANDI REGIS CASTELLE ET TOLETI LEGIONIS ET GALLECIE.

[Subscriptiones / confirmantes]

Garcia Fernandes, mordomo-mor da cúria do senhor rei, confirma; Lopo Dias de Faro, alferes do senhor rei, confirma. No dorso: Rodrigo, arcebispo de Toledo, primaz das Espanhas, confirma; Infante dom Afonso, irmão do senhor rei, confirma; Bernaldo, arcebispo de Compostela, confirma; João, bispo de Osma e chanceler do senhor rei, consente; Maurício, bispo de Burgos, confirma; Télío, bispo de Palência, confirma; Bernaldo, bispo de Segóvia, confirma; Lopo, bispo de Sigüenza, confirma; João, bispo de Calahorra, confirma; Domingos, bispo de Ávila, confirma; Gonçalo, bispo de Cuenca, consente; Domingos, bispo de Baeza, confirma; Adão, bispo de Piacenza, confirma. Outros prelados: João, bispo de Oviedo, consente; Nunho, bispo de Astorga, confirma; Martim, bispo de Zamora, confirma; Martim, bispo de Salamanca, confirma; Miguel, bispo de Lugo, confirma; Lourenço, bispo de Ourense, consente; Estêvão, bispo de Tui, confirma; Sancho, bispo de Cória, consente; a sé de Leão está vacante. Magnates e oficiais: Rodrigo Gomes, confirma; Frederico Fernandes, confirma; Fernando Guterres, confirma; Ramiro Froilaz, confirma; Rodrigo Froilaz, consente; Pedro Ponce, confirma; Pelágio Aires, confirma; Fernando João, confirma; Ordonho Álvares, confirma; Álvaro Pedro, confirma; Rodrigo Gonçalves, confirma; Télío Afonso, confirma; Egídio Maurício, confirma; Gonçalo Gonçalves, confirma; Diogo Martins, confirma; Rodrigo Rodrigues, consente; Álvaro Fernandes, confirma; Diogo Gonçalves, consente. Linha dos merinos-maiores: Dom Moriel, merino-mor em Castela, confirma; Sancho Peláez, merino-mor na Galiza, confirma; Garcia Rodrigues, merino-mor em Leão, confirma.¹⁴

¹³ Cumpre destacar que na transcrição de 1986, feita por Júlío González, o nome *Rodericus Roderici* não aparece, indicando que estava ilegível no documento consultado pelo autor. Entretanto, Carmona Ruiz, em trabalho mais recente (2022), consultou o *Archivo Municipal de Úbeda*, localizando o diploma (caixa 4, nº 4), o que nos permitiu suprir essa informação lacunar.

¹⁴ No original: “(Christus, alpha et omega.) Tam presentibus quam futuris notum sit ac manifestum quod ego Ferrandus, Dei gratia rex Castelle et Toleti, Legionis et Gallecie, una cum filiis meis Alfonso, Frederico et Ferrando, ex assensu et beneplacito regine domine Berengarie, genitricis mee, facio cartam concessionis, confirmationis et stabilitatis vobis, concilio de Ubeda, presentibus et futuris perpetuo ualituram. Concedo itaque vobis et confirmo illos terminos quos mei desteterminatores, uidelicet, domnus Egidius, capellanus Oxomensis episcopi et cancellarii mei, tunc temporis vicarius Ubetensis ecclesie, et [Rodericus Roderici] de ordine milicie Sancti Jacobi, comendator de Canena, et Petrus Martini, comendator domus Hospitalis

No que se refere ao texto e à forma do diploma, trata-se de uma carta de concessão-confirmação e estabilização de limites entre concelhos, com elenco expresso de *desterminatores* e colocação de *mojones* por mandado régio. A *intitulatio* estabelece a autoridade do emissor (“*Ferrandus, Dei gratia rex Castelle et Toleti, Legionis et Gallecie*”), seguida de *publicatio/notum* dirigida a presentes e futuros e de *dispositio* que “concede e confirma” ao concelho de Úbeda os *termini* definidos por uma comissão híbrida: Egídio, capelão do bispo de Osma; Rodrigo Rodríguez, figura vinculada à Ordem de Santiago em Canena; Pedro Martins, comendador do Hospital em Úbeda; Fernando Peres, oficial da “fábrica dos muros”; Pedro João, representante de Calatrava; e García Fernández, o alcaide então vigente no período da *inquisitio*.

A *sanctio* combina *ira Dei*, multa *in cauto* de mil áureos e reparação em dobro. A *corroboratio* inclui *locus*, data (Córdova, 7 de junho, Era 1274) e *roboratio* “*manu propria*”, com subscrições e menção de oficiais que garantem execução. A materialidade dos *termini* e *mojones* é textualizada como comando operativo, e a presença de ofícios diversos insere a decisão no tecido institucional da fronteira.

A carta juridiciza a fronteira como “paisagem normatizada”, fazendo da materialidade dos marcos um regime de acesso, exploração e circulação: a demarcação estabiliza a relação entre poderes corporativos (cabidos, ordens militares, concelho) e a autoridade local, convertendo conflito em regra e previsibilidade de usos. Na semântica fernandina, *terminus* não é apenas “linha”, mas materialização de jurisdição e “contêiner” de propriedade e exploração, cujo traçado é ato de governo; é parte de uma gramática da ocupação que articula *populare* (assentar gente), *terminus* (delimitar espaço) e *forum* (fixar pacto jurídico).

A comissão de *desterminatores* funciona como procedimento de inquérito: manda-se “determinar” e “pôr marcos” por agentes escolhidos segundo competência e interesse institucional, produzindo um conhecimento verificável que serve de base

in Ubeda, et Ferrandus Petri, de ordine Uclensium, prefectus fabrice murorum de Ubeda, et Petrus Iohannis, de ordine Calatrauensium, et Garsias Ferrandi, tunc temporis alcayadus, in Ubeda, de mandato meo inter concilio de Baecia et concilio de Ubeda desternarunt et posuerunt moiones. Concedo inquam vobis et confirmo dictos terminos ut vos et successores vestri in perpetuum habeatis et iure hereditario possideatis pacifice quiete. Si quis vero hanc cartam infringere seu in aliquo diminuere presumpserit, iram Dei omnipotentis plenarie incurrat, et regie parti mille aureos in cauto persolvat, et dampnum super hoc illatum restituat duplicatum. Facta carta apud Cordubam, VII die Iunii, era MCCLXXIV” (González, 1986, Doc. 569, p. 86).

à

decisão régia e à sanção. Esse arranjo espelha a pesquisa régia (*inquisitio*): instrumento flexível, acionado para transformar costume e memória em fato administrativo, com composição paritária e, quando necessário, árbitro régio, de feição romano-canônica, aplicado a fronteiras, competências e rendas. Em síntese: a inquirição é tecnologia de poder que organiza o espaço e rotiniza a exceção.

Nesse sentido, o diploma ilustra a “rotinização do momento globalizante” (Pennock; Power, 2018, p. 95): uma cosmologia que reclama todo o tempo e o espaço injeta um imperativo prático nos negócios do reino; primeiro como exceção bélica, depois como racionalidade normal para gerir água, bosques, pastos e passagens por regra, sanção e ofício. A chancelaria, performativa, converte horizonte soteriológico da guerra santa em arquitetura jurídico-administrativa de paz e aproveitamento territorial.

Por fim, a peça dialoga com a historiografia da expansão cristã ibérica/“cruzadização”: pluralistas como O’Callaghan (2013, p. 12) distinguem o processo de longa duração (expansão) dos eventos indulgenciados (cruzadas), mas sublinham o deslocamento do protagonismo para a monarquia e o papel administrativo da conquista. Aqui, esse deslocamento se vê na capilarização do poder por comissões, merinos e fórmulas sancionatórias, que instituem paz régia sobre a nova ecologia jurídica da fronteira.

PASTOS, TAXAS E PAZ: TRIANOS¹⁵ E MERCADO DE ALARCÓN, 1245 E 1246

Ainda no tocante à ecologia da fronteira, analisaremos dois diplomas em conjunto que, apesar de objetos distintos, possuem móveis compartilhados. Primeiro, o diploma 729, de 1 de dezembro de 1245.

[Intitulatio, inscriptio e salutatio]

Fernando, pela graça de Deus rei de Castela, de Toledo, de Leão, da Galiza, de Córdoba e de Múrcia, ao conelho de Alarcón, aos jurados, aos alcaides e a todo o povo das aldeias, saúde e graça.

¹⁵ A vinculação dos rebanhos ao mosteiro de Santa María de Trianos (Leão) provém da regesta editorial de González (1986, doc. 740, p. 306), que sintetiza o diploma como “*Excusa de portazgo y montazgo los rebaños del monasterio de Trianos*”. O corpo do diploma, contudo, não nomeia a instituição beneficiária, limitando-se a identificar os rebanhos como régios (“*que son mios*”) e seus guardadores como portadores de credencial régia (“*omes que esta mi carta traen*”). A atribuição a Trianos depende, portanto, do aparato editorial, possivelmente baseado em informações dorsais ou arquivísticas não transcritas no texto do diploma.

[Narratio]

Disseram-me e me fizeram entender que, por não se fazer o mercado em Alarcón, a vila se erma, se despoeva e “vale menos”. E achei por verdadeiro que meu avô, o rei dom Afonso, outorgara e mandara que o mercado se fizesse em Alarcón; e depois, por causa dos mouros, que andavam por perto e os perseguiram muito, e porque os homens das aldeias, quando vinham ao mercado à vila, vinham com grande medo e grande perigo, mandou que o fizessem em Cervera. Agora, louvado seja Deus, desde que ganhei a terra, está a terra mais segura e mais a salvo, e porque podem vir os homens em salvo e sem perigo à vila ao seu mercado...

[Dispositio]

...ordeno e tenho por bem que o mercado se faça em Alarcón, daqui por diante; e o que faziam em Cervera que não se faça lá doravante. E faço isto porque entendo ser proveito da vila, e que por isso se povoará; e o proveito da vila é também proveito das aldeias.

[Mandatum]

Mando que todo o povo das aldeias de Alarcón vá ao mercado a Alarcón; e os das aldeias mais vizinhas que vão uma vez por semana; e os das aldeias mais distantes que vão de quinze em quinze dias, uma vez.

[Sanctio]

E quem contra este meu mandamento quiser ir ou o contrariar, eu tomarei o corpo e quanto tiver por isso.

[Datatio]

Dada na bastida de Jaén, no primeiro dia de dezembro, reg. exp., Era MCCLXXXIII [1245 EC].¹⁶

Na sequência, o diploma 740, de 10 de maio de 1246.

[Intitulatio, inscriptio e salutatio]

Fernando, pela graça de Deus rei de Castela e de Toledo, de Leão, da Galiza, de Córdoba, de Múrcia e de Jaén, a todos os homens do meu reino que virem esta carta, saúde e graça.

[Publicatio]

Sabei que estes rebanhos guardados por estes homens que trazem a minha carta são meus; e mando que andem seguramente, pastem¹⁷ e bebam as águas por todas as partes do meu reino.

¹⁶ No original: “Ferrandus, Dei gratia rex Castelle, Toleti, Legionis, Gallecie, Corduve et Murcie, al concejo de Alarcon et a los jurados e a los alcaldes e a todo el pueblo de las aldeas, salutem et gratiam. Dixieronme e fizieronme entender que, por el mercado que non se fazié en Alarcon, que se yerma la villa e que se despuebla e vale menos. E yo fallé en verdad que mio abuelo el rey don Afonso que otorgara e mandara que el mercado que se fizesse en Alarcon; e después, por los moros que avien a cerca e los persiguen mucho, e por los omes de las aldeas quando vinien al mercado a la villa que vinien a grant miedo e a grant perigio, mandó que lo fiziessen en Cervera; e agora, loado a Dios, de que yo la tierra gané, es la tierra mas segura e mas en salvo, e porque pueden venir los omes en salvo e sin perigio a la villa a so mercado. Onde mando e tengo por bien que el mercado se faga en Alarcon daqui adelant, e el que fazien en Cervera non se faga y oy mas; e esto fago porque entiendo que es pro de la villa et que se pobiera por aqui e la pro de la villa pro es de las aldeas. Et mando que todo el pueblo de las aldeas de Alarcon que vayan a mercado a Alarcon, e los de las aldeas mas a cerca vayan una vegada en la semana e los de las aldeas que son mas luenne vayan en quinze dias una vegada. E ninguno que contra este mio mandamiento quisiesse yr o lo reffercase, al cuerpo o a quanto oviesse me tomaria por ello. Datum in la bastida de Jahen, prima die Decembris, reg. exp., era MCCLXXXIII” (González, 1986, Doc. 729, p. 289-290).

¹⁷ O verbo *pascan* (romance med., do lat. *pascere*) designa especificamente o ato de pastar, isto é, a alimentação de rebanhos em regime de pastejo livre sobre pastagens naturais. Optou-se por traduzir como “pastem” para preservar a especificidade técnica do léxico

[Dispositio]

Não fazendo dano em searas, vinhas, pomares nem prados, não seja ninguém ousado de prendê-los nem de constrangê-los por portagem (portadgo) nem por montagem (montadgo¹⁸), nem por nenhuma outra coisa, nem aos homens que guardam esses rebanhos, salvo por dívida e por [fiança] que ele próprio tiver feito.

[Sanctio]

Pois quem o fizer incorrerá na minha ira e me pagará, em coto, mil morabitanos, e todo o dano será restituído em dobro.

[Datatio]

Dada em Córdoba, reg. exp., a 10 de maio, Era MCCLXXXIV [1246 EC].¹⁹

Tomadas em conjunto, as cartas de 1 dez. 1245 (reinstalação do mercado de Alarcón) e de 10 mai. 1246 (isenções e paz de pasto a rebanhos vinculados a Trianos) permitem observar, com boa resolução, a conversão de um horizonte sacral de conquista em arquitetura jurídico-administrativa da circulação. Não se trata apenas de “mais dois” atos de chancelaria; ambos configuram dispositivos de normalização do espaço e do tempo social. No primeiro caso, o mercado é recentralizado em Alarcón por razões declaradas de segurança pós-conquista (“louvado seja Deus” e “de que eu a terra ganhei”); no segundo, o trânsito pastoril é garantido por isenções e pela proteção régia, desde que preservados lavouras e prados. Em ambos, a enunciação religiosa não é ornamento retórico: atua como matriz de inteligibilidade que autoriza medidas técnicas.

A carta dada em Córdoba (10 mai. 1246, Era 1284) juridiciza a mobilidade pastoril como direito condicionado: “*andem, pascan e beban las aguas*” por todo o reino, isentos de portagem e montagem, contanto que não causem dano em searas, vinhas, hortos e prados. O desenho sancionatório é tipicamente binário: multa pública

pastoril das fontes. Cf. Niermeyer e Van de Kieft (2002, s.v. *pascere*); Corominas e Pascual (1980-1991, s.v. *pacer*).

¹⁸ *Montadgo* (cast. med., do lat. *montaticum*): tributo cobrado pelo trânsito de rebanhos em terras de pastoreio alheias, particularmente em montes e baldios concelhios. Distingue-se do *portadgo* (taxa de passagem comercial) por incidir especificamente sobre a circulação pecuária. Cf. Niermeyer e Van de Kieft (2002, s.v. *montaticum*); Corominas e Pascual (1980-1991, s.v. *montazgo*).

¹⁹ No original: “Ferrandus, Dei gratia rex Castelle et Toleti, Legionis, Gallecie, Cordube, Murcie et Jaheni, omnibus hominibus regni sui hanc cartam videntibus, salutem et gratiam. Sepades que estos ganados que guardan estos omes que esta mi carta traen que son mios, et mando que seguramiente anden et pascan et beuan las aguas por todas las partes de mio regno; et non faziendo danno en messes ni en vinnas ni en huertos ni en prados, non sea ninguno osado de prendrelos nin de contrallarlos por portadgo ni por montadgo, nin por ninguna otra cosa ni a los omes que estos ganados guardan si non por debda et [por fiadu] que el mesmo ouiesse fecha, ca el que lo fiziesse aurie la mi ira et pechar mie en coto mill morabedis, et todo el danno duplado. Datum Cordube, reg. exp., X die Madii, era MCCLXXXIV” (González, 1986, Doc. 740, p. 306).

em

coto (mil morabitanos) dirigida ao fisco régio e restituição *in duplum* ao lesado. Tal binômio não é acessório; ele traduz uma governamentalidade²⁰ que articula reparação privada e coação pública, reduzindo atritos de rota e assegurando o abastecimento urbano, sem renunciar à disciplina de usos. A fórmula “*que son mios*”, aplicada a rebanhos guardados por “*omes que esta mi carta traen*”, indica um regime de paz régia replicável por modelos de chancelaria, em que proteção e isenção se estendem por via de credencial e ofício.

A carta da bastida de Jaén (1 dez. 1245, Era 1283) mobiliza outro eixo: tempo e hierarquia espacial como instrumentos de governo. Ao ordenar o retorno do mercado de Cervera para Alarcón e estabelecer periodicidades diferenciadas de frequência (semanal para aldeias próximas; quinzenal para as mais distantes), o ato transforma a presença camponesa em obrigação verificável. A ameaça de “tomar o corpo e quanto tiver” não é mero recurso intimidatório: ela ancora a medida em um repertório penal que pretende garantir convergência de fluxos humanos e mercantis para uma praça priorizada. A *datatio* no teatro de cerco (“bastida de Jaén”) opera, além disso, como tempo jurídico performativo: a excepcionalidade bélica é trazida ao interior da norma e passa a sustentar, como fundamento, uma rotina de comércio e repovoamento.

Se lidas à luz da noção de cosmologia globalizante, as duas peças indicam o que aqui chamamos de momentos globalizantes: aquilo que reclama todo o espaço e o tempo injeta imperativos práticos sobre o que é tido por normal e razoável fazer. Reabrir mercados invocando segurança e louvor a Deus; franquear passagens e águas a rebanhos sob guarda régia; impor calendários de presença e condicionar isenções à não lesão de culturas, tudo isso compõe uma gramática do aproveitamento, em que o horizonte soteriológico é traduzido em dispositivos de circulação e polícia econômica. O resultado é uma paisagem normatizada de pontos e corredores (praças, passagens, águas, prados), na qual previsibilidade e coerção caminham juntas.

²⁰ O conceito de *governamentalidade* (*gouvernementalité*), tal como formulado por Michel Foucault, designa o conjunto de instituições, procedimentos, análises e reflexões que permitem exercer uma forma específica de poder sobre populações e territórios. Distingue-se de *governabilidade* (capacidade de um sistema ser governado) por referir-se às racionalidades e tecnologias concretas de governo. Cf. FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 143-144.

Por fim, cabe cautela metodológica. Não se deve projetar retrospectivamente institucionalidades posteriores (como a *Mesta*) sobre estes textos, nem reduzir a retórica sacral a “verniz” de atos pretensamente neutros. Ao contrário, a força destas cartas está precisamente na coprodução de sentido e técnica: a cosmologia fornece legitimidade e teleologia; a escrita de chancelaria as converte em rotinas executórias. É nesse cruzamento que se evidenciam as estratégias de apropriação e controle de espaços e recursos no reinado de Fernando III, onde circulação e povoamento deixam de ser apenas efeitos da conquista e passam a constituir, pela letra do rei, um programa regular de governo.

SÍNTESE E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Três recorrências formais e funcionais atravessam as cinco peças e sustentam a hipótese de que a cosmologia globalizante se materializa como aproveitamento. Em primeiro lugar, a *datatio* performativa: a inscrição do cerco ou a evocação do “ganho da terra” operam como marcadores de autoridade e ampliam a escala de sentido do ato. “*Apud obsidionem* de Ubeda” e “na bastida de Jaén” convertem a exceção bélica em tempo jurídico. Em segundo lugar, a bipartição sancionatória: há distinção sistemática entre reparação privada (restituição em dobro ao lesado) e multa pública em coto a favor do fisco, com gradação do *quantum* conforme a natureza do bem. Em terceiro lugar, a tradução de ecologia em norma: listas de recursos e marcos (salinas, *cellarium*, *portaticum*, águas, bosques, *termini* e *mojones*) são estabilizadas por fórmulas reiteradas e ofícios executórios, sugerindo colonização de fronteira, sobretudo, administrativa. Do ponto de vista conceitual, cada peça articula um momento globalizante a uma racionalidade normalizante, produzindo ordenação assimétrica do espaço. Como sublinham Pennock e Power (2018, p. 130), cosmologias globalizantes “são eficazes precisamente porque são ‘globais’: reivindicam todo o espaço e o tempo da humanidade, reduzindo ou buscando eliminar conscientemente a legitimidade de perspectivas alternativas”.

O encadeamento cosmologia globalizante–guerra sacral–aproveitamento ajuda a explicar por que e como um horizonte soteriológico se traduz em decisões verificáveis nas cartas. Os diplomas analisados mostram a passagem do enunciado sacral à técnica administrativa: em Úbeda, 1233, o cerco convertido em tempo jurídico

autoriza paz régia e fisco à distância; em Baeza, 1233, a vitória projetada como arranjo fiscal-eclesiástico e de custódia; em Úbeda–Baeza, 1236, a demarcação por inquirição institui ecologia jurídica de limites e usos; em 1245–1246, a reordenação de mercados e a “paz de pasto” disciplinam fluxos por calendário e isenções condicionadas. Não se trata de ideologia sem prática, mas de governo de recursos e corpos apoiado por uma visão totalizante de mundo. Fórmulas como *in cauto*, *duplum*, *termini* e *mojones* operam como dispositivos de hegemonização, convertendo guerra em norma e território em jurisdição.

A análise permite, agora, precisar o que se entende por “aproveitamento”. Não se trata de sinônimo de “exploração econômica” nem de categoria descritiva genérica, mas de operação específica: a tradução do horizonte soteriológico da guerra santa em atos técnicos de governo (tributação, delimitação, circulação, sanção). O aproveitamento é, assim, o mecanismo pelo qual uma cosmologia globalizante, que reclama a totalidade do espaço e do tempo, injeta imperativos práticos na ação social, convertendo exceção bélica em norma administrativa e território em jurisdição. Nos diplomas examinados, essa operação se materializa em fórmulas reiteradas (*in cauto*, *duplum*, *termini*, *mojones*), em ofícios executórios (merinos, comissões de determinadores) e em calendários obrigacionais (mercados, periodicidades de frequência). O aproveitamento não é, portanto, efeito colateral da conquista, mas seu programa de governo.

As cautelas são correlatas ao ganho. Evita-se a teleologia distinguindo processo de longa duração e episódios indulgenciados, sem colapsar níveis analíticos. Historiciza-se o léxico: “cruzada” circula por vias diversas e recebe usos locais; a datação “*apud obsidionem*” indica hispanizações de gramáticas, não uniformização europeia. Redimensiona-se a escala: a macrointerpretação permanece ancorada cláusula a cláusula em dispositivos de forma e função. Evita-se o analogismo forte: “cosmologia globalizante” é heurística relacional, não molde *a priori* (Pennock; Power, 2018, p. 88). Resiste-se ao anacronismo institucional: interessa observar séries e ritmos próprios antes de qualquer genealogia.

O conjunto sugere que a escrita de chancelaria opera como tecnologia de governo socioecológico e hegemonização. A guerra, inscrita como horizonte de validade, converte-se em regras de circulação, fiscalidade e ordenamento territorial. A análise confirma a pertinência da heurística das cosmologias globalizantes para o

estudo do reinado de Fernando III: o conceito permite reconstruir, a partir das categorias êmicas dos atores, como a sociedade castelhano-leonesa concebia sua posição no cosmos e como essa concepção orientava suas práticas de apropriação. Caminhos promissores incluem testar a robustez do modelo por séries mais amplas de inquirições, contrastes entre zonas de fronteira e velhas terras, e cortes comparativos com o reinado de Afonso X (1252–1284), filho e sucessor de Fernando III. Se a chancelaria fernandina opera num contexto de conquista e conversão de exceção bélica em norma, o reinado afonsino enfrenta o desafio inverso: consolidar, legislar e unificar um território já vastamente ampliado, processo cuja expressão mais acabada são as *Siete Partidas*. A historiografia brasileira do medievalismo ibérico já explorou essa complementaridade, demonstrando que as representações do rei guerreiro e do rei sábio constituem faces de um mesmo projeto de afirmação hegemônica castelhana (Souza Junior, 2009). Examinar como a gramática do aproveitamento aqui identificada se transforma, persiste ou se institucionaliza sob Afonso X constitui programa de investigação que este artigo apenas aponta.

REFERÊNCIAS

FONTES HISTÓRICAS

GONZÁLEZ, Julio (ed.). *Reinado y diplomas de Fernando III*. v. 3. Córdoba: Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1986.

BIBLIOGRAFIA

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; HENRIET, Patrick; PALACIOS ONTALVA, J. Santiago (eds.). *Orígenes y desarrollo de la Guerra Santa en la Península Ibérica: palabras e imágenes para una legitimación* (siglos X-XIV). Madrid: Casa de Velázquez, 2016.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; RÍOS SALOMA, Martín (eds.). *Fernando III: tiempo de cruzada*. Madrid: Sílex Ediciones; México: Instituto de Investigaciones Históricas, Universidad Nacional Autónoma de México, 2012.

CARMONA RUIZ, María Antonia. Aproximación a los conflictos de términos y de aprovechamientos comunales entre el Concejo de Baeza (Jaén) y los enclaves señoriales de su alfoz (siglos XIV-XVI). *Magallánica: revista de historia moderna*, v. 8, n. 16, p. 281-305, 2022. Disponível em: <https://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/magallanica/article/view/6276/7063>. Acesso em: 15 jan. 2026.

CARVAJAL CASTRO, Á.; MARQUES, A. E.; BARRETT, G.; AGÚNDEZ SAN MIGUEL, L.; CASTRO CORREA, A.; FERNÁNDEZ FERREIRO, M.; JARRETT, J.; PETERSON, D.; QUETGLAS MUNAR, R.; SÁNCHEZ PARDO, J. C.; SANTOS SALAZAR, I.; TOMÁS FACI, G. Towards a trans-regional approach to early medieval Iberia. *History Compass*, v. 20, n. 6, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/hic3.12743>. Acesso em: 18 jan. 2026.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

COROMINAS, Joan; PASCUAL, José Antonio. Diccionario crítico etimológico castellano y hispánico. Madrid: Gredos, 1980-1991. 6 v.

DAVIS-SECORD, Sarah. Globalizing the medieval: a methodology. *Al-‘Uṣūr al-Wuṣṭā*, [S.l.], v. 32, p. 503-510, 2024.

FLORI, Jean. *Guerra Santa, Jihad, Cruzada*: violência e religião no cristianismo e no islamismo. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 143-144.

GUYOTJEANNIN, Olivier; PYCKE, Jacques; TOCK, Benoît-Michel. *Diplomatique médiévale*. Turnhout: Brepols, 2006. (L’Atelier du Médiéviste, 2).

HOLT, Edward L. In eo tempore: the circulation of news and reputation in the charters of Fernando III. *Bulletin for Spanish and Portuguese Historical Studies*, [S.l.], v. 42, n. 1, 2017. Disponível em: <https://asphs.net/article/in-eo-tempore-the-circulation-of-news-and-reputation-in-the-charters-of-fernando-iii/>. Acesso em: 18 jan. 2026.

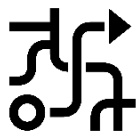
NIERMEYER, Jan Frederik; VAN DE KIEFT, Co. *Mediae Latinitatis Lexicon Minus*. 2. ed. rev. Leiden: Brill, 2002.

O’CALLAGHAN, Joseph F. *Reconquest and Crusade in Medieval Spain*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013.

PARRA VILLAESCUSA, Miriam. ¿Hacia una ecología de la frontera? Medioambiente, paisajes y sociedades transfronterizas en los territorios meridionales de la Corona de Aragón (siglos XIII–XV). In: CABEZUELO PLIEGO, José Vicente; JIMÉNEZ ALCÁZAR, Juan Francisco (coords.). *La frontera en imágenes*: el oriente peninsular ibérico, siglos XIII–XVI. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2024. p. 113-136.

PENNOCK, Caroline Dodds. A warlike culture? Religion and war in the Aztec world. *History and Anthropology*, v. 34, n. 1, p. 99-122, 2023.

PENNOCK, Caroline Dodds; POWER, Amanda. Globalizing cosmologies. *Past & Present*, v. 238, suppl. 13, p. 88-115, 2018.



PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SILVA, Renan. *Lugar de dúvidas: sobre a prática da análise histórica, breviário de inseguranças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

SOUZA JUNIOR, Almir Marques de. *As duas faces da realeza na Castela do século XIII: os reinados de Fernando III e Afonso X*. 2009. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

TYERMAN, Christopher. *A Invenção das Cruzadas*. Tradução de Lúcia T. Mota. Rio de Janeiro: Record, 2012.

Recebido em 22/01/2026

Aprovado em 05/05/2026

ENSAIO DE GRADUAÇÃO



DOMINGOS, Vagner Henrique*

<https://orcid.org/0009-0006-2892-942X>

RESUMO: Este artigo pretende fazer uma revisão bibliográfica da Época Moderna com o objetivo de desconstruir interpretações teleológicas que a reduzem a uma mera fase de transição. Apoiando-se na crítica ao “*estigma da temporalidade*”, o texto analisa o período a partir de categorias autônomas. Pelo viés do contextualismo linguístico (SKINNER, 1996; POCOCK, [1975] 2016), investiga as continuidades e rupturas epistemológicas entre o Humanismo cívico e a Reforma. Por fim, o artigo desconstrói o paradigma estadualista clássico, mobilizando a historiografia institucional contemporânea (ELLIOTT, 1992) para demonstrar que as monarquias operavam sob a lógica do “Estado Corporativo” e das “monarquias compósitas”. Evidencia-se, assim, que a “Primeira Modernidade” possui dinâmicas políticas próprias, irreduzíveis à figura do Estado-nação contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Época Moderna; Historiografia; Conceitos.

ABSTRACT: This article provides a literature review of the Early Modern period, aiming to deconstruct teleological interpretations that reduce it to a mere transitional phase. Drawing upon the critique of the “*stigma of temporality*”, the text analyzes the period through autonomous categories. From the perspective of linguistic contextualism (SKINNER, 1996; POCOCK, [1975] 2016), it investigates the epistemological continuities and ruptures between Civic Humanism and the Reformation. Finally, the article deconstructs the classical statist paradigm by mobilizing contemporary institutional historiography (ELLIOTT, 1992) to demonstrate that monarchies operated under the logic of the “Corporate State” and “composite monarchies”. It thus becomes evident that “Early Modernity” possesses its own political dynamics, which are irreducible to the framework of the contemporary nation-state.

KEYWORDS: Early Modern Period; Historiography; Concepts.

* Mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), onde também obteve o título de bacharel e licenciado em História. Atualmente, desenvolve pesquisa na área de Brasil República, nos temas de História Agrária e História Indígena, sob orientação do prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar (USP). E-mail: vgnr87@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente artigo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica que tem por objetivo central discutir as categorias de ruptura, continuidade, transição e especificidade na Época Moderna¹. Pretende-se demonstrar como parte da historiografia contemporânea tem desconstruído a visão teleológica que tradicionalmente enxergava este período apenas como uma etapa transitória em direção ao progresso ou à consolidação do Estado contemporâneo. Para tanto, a seleção de autores como Jacob Burckhardt, Quentin Skinner, Bruno Latour justifica-se por oferecerem propostas críticas a essas categorias².

Como ponto de partida para abordar a fluidez dessas noções, recorreremos a Jacob Burckhardt em seu livro *Reflexões sobre a História* (1961). Em oposição à filosofia da história hegeliana e às narrativas oitocentistas que buscavam “leis” de desenvolvimento universal, Burckhardt, influenciado pelo pessimismo de matriz schopenhauriana, considerava que a história não capta essências estáticas, mas lida com o devir, sendo marcada pela mutabilidade e a transformação. Portanto, argumenta o autor, ao contrário da lógica e da filosofia, que buscam definições fixas, os conceitos e categorias históricas devem ser considerados em sua forma mais fluida e eclética (BURCKHARDT, 1961, p. 87). Desta forma, o historiador não deve forjar definições atemporais; suas categorias de análise precisam ser flexíveis e compreendidas estritamente em seu contexto específico.

Nesse sentido, a análise de Umberto Eco (2010) alerta para os pesados estereótipos que homogeneizam o passado, lembrando que a própria noção de “Idade Média” não designa um século ou um período natural, mas é uma categoria inventada *a posteriori* pelo humanista Flavio Biondo, no século XV. O objetivo dessa invenção

² Este artigo é fruto das reflexões desenvolvidas na disciplina de História Moderna, ministrada pelo Prof. Dr. Daniel Gomes de Carvalho (Universidade de São Paulo - USP) no primeiro semestre de 2024. Expresso meus agradecimentos ao professor pelas valiosas indicações bibliográficas e sugestões temáticas. Agradeço, igualmente, a Fernando Cyrillo Júnior pela leitura atenta do texto e pelas contribuições.

conceitual era justamente colocar “entre parêntesis” os séculos que separavam o próprio Renascimento da Antiguidade Clássica, tratando-os como uma época de decadência para justificar a sua própria renovação. Ao esclarecer “o que a Idade Média não é”, Eco demonstra a falácia de se cristalizar um período tão vasto – mais de mil anos de história – em um bloco monolítico, julgando-o a partir de noções posteriores. Se transpusermos essa advertência para a Idade Moderna, torna-se evidente que projetar noções contemporâneas sobre os séculos XV e XVI incorre no mesmo risco de distorção, pois as bases dessa periodização foram forjadas artificialmente para sustentar a narrativa de triunfo e ruptura de uma época sobre a outra.

A cristalização da noção de Época Moderna como uma mera “transição” decorre, em grande medida, de uma operação conceitual consolidada entre meados do século XVIII e o século XIX, quando a História, então, passou a ser vista como um processo singular, universal e impulsionado pela ideia de progresso. A partir dessa premissa teleológica, o período compreendido entre os séculos XV e XVIII foi frequentemente compreendido como uma “ponte” que ligaria o mundo medieval ao ponto de chegada da contemporaneidade. Como consequência, a Idade Moderna serviu de palco para o estabelecimento de “mitos de origem” das grandes narrativas oitocentistas, investigadas prioritariamente para explicar a gênese do Estado-nação, da secularização e do capitalismo.

Entre os historiadores, o célebre debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo — marcado pelas formulações clássicas de autores como Maurice Dobb e Paul Sweezy (1977) — tendeu, em suas origens, a analisar essa época exclusivamente a partir da relação entre capital e trabalho assalariado, buscando as raízes do que seria a Revolução Industrial (MARQUES; MENZ, 2024, p. 130-131). Contudo, parte expressiva da historiografia contemporânea tem demonstrado que tratar os séculos “modernos” apenas como um embrião de instituições posteriores é incorrer em anacronismo (ARAÚJO *et al.*, 2024, p. 25). Para apreender a complexidade da Época Moderna em seus próprios termos, torna-se necessário abandonar a premissa de que existiam duas pontas estáveis (o ponto de partida e o de chegada), reconhecendo que a própria ideia de “transição” impõe uma falsa

linearidade a processos históricos que foram, na realidade, abertos, plurais e contingentes (MARQUES; MENZ, 2024, p. 154).

Essa crítica à falsa linearidade encontra amparo na crítica de Jacob Burckhardt contra os juízos de valor e as teleologias na História. O historiador alerta que grande parte das avaliações sobre o passado carrega o evidente “estigma da temporalidade”, por serem elaboradas sob o influxo passional da opinião pública e dos preconceitos de uma determinada época (BURCKHARDT, 1961, p. 255). Esse anacronismo atinge seu ápice na crença oitocentista do progresso contínuo, que Burckhardt combate ao ridicularizar a presunção de que a história seja regida pela “pretensão ridícula de crermos que caminhávamos, inevitavelmente, de encontro a um gradual aperfeiçoamento espiritual do ser humano e a um grau mais elevado da moralidade, em geral” (BURCKHARDT, 1961, p. 258). Ao incorporar essa premissa metodológica, a historiografia contemporânea abdica de opor moralmente a Época Moderna à Idade Média ou à contemporaneidade, destituindo o período de um juízo de valor inerente às tradicionais narrativas de triunfo civilizacional.

Além disso, recai frequentemente sobre a Época Moderna o peso metodológico do “mito das origens” e das fundações. Sob a influência da filosofia da história (séculos XVIII e XIX), consolidou-se uma narrativa que buscava, entre os séculos XV e XVIII, as sementes inexoráveis do capitalismo, do Estado-nação e da racionalidade científica. Essa chave de leitura resulta na reificação do tempo histórico, concedendo a ele atributos essencialistas que homogeneízam processos complexos sob a pressuposição de uma marcha progressiva e triunfal da razão. Contrapondo-se a essas falsas linearidades, historiadores e filósofos contemporâneos têm exigido uma revisão dessas categorias. Antoine Lilti (2019), por exemplo, demonstrou as ambivalências dessa narrativa e a insuficiência da modernidade ocidental como modelo universal inquestionável, enquanto Bruno Latour (1994) denunciou a artificialidade das rupturas absolutas criadas para sustentar a autoimagem dos modernos.

Tendo em vista a necessidade de desconstruir tais formulações teóricas, o presente artigo se propõe a analisar as dinâmicas da Época Moderna, afastando-se de idealizadas projeções. Nas seções a seguir, examinaremos como a historiografia

recente tem impactado três eixos centrais de análise: primeiramente, a recuperação da complexidade do Humanismo cívico e da tradição republicana renascentista, distanciando-os de apropriações anacrônicas; em seguida, as implicações sociopolíticas das Reformas Religiosas; e, por fim, a superação do paradigma estadualista na compreensão da pluralidade das monarquias do Antigo Regime.

MODERNIDADE E OS “MODERNOS”

É imperativo delimitar o conceito de Humanismo a partir do século XIV, distanciando-nos da visão do século XIX que o consagrava de forma vaga como o alvorecer do “mundo moderno” e do individualismo. Acompanhando a clássica definição estabelecida por Paul Oskar Kristeller (1905-1999), o humanismo não deve ser lido como um novo movimento filosófico de ruptura total, mas sim como um “programa” educativo e cultural específico, centrado nas disciplinas da tradição clássica – a gramática, a retórica, a história, a poesia e a filosofia moral –, que compunham os chamados *studia humanitatis* (SKINNER, 1996, p. 22). Foram os expoentes desse movimento, a começar por Francesco Petrarca no século XIV e, posteriormente, figuras como Leonardo Bruni e Flavio Biondo, responsáveis por forjar a segmentação tripartite da história. Para legitimar o seu projeto de renovação cultural, esses autores inventaram a ideia de uma “idade média” (ou media tempestas), um interlúdio de barbárie que os separaria da grandeza da Antiguidade Clássica (MACHEL; RODRIGUES, p. 346). Foi a partir dessa operação retórica renascentista que se pavimentou o caminho para que, a partir do século XVII, pensadores como Christoph Cellarius (1638-1707) passassem a utilizar os conceitos de Antiguidade, Idade Média e História Nova (ou Moderna) para organizar a história. Desde então, consolidou-se a percepção de se viver em um “novo tempo” (Neuzeit), muito embora a consciência e a apropriação dessa temporalidade variassem profundamente entre diferentes nações e classes ao longo dos séculos (KOSELLECK, 2006, p. 271-272).

Se, como demonstrou Koselleck, a consciência de viver em uma “modernidade” foi forjada ao longo do tempo, a historiografia contemporânea tem se dedicado a evidenciar os limites e os perigos dessa autoprocamação. O historiador

Antoine Lilti (2019), ao enfrentar a complexidade dessa noção, demonstra que a modernidade reflete, frequentemente, uma narrativa teleológica e eurocêntrica que homogeneiza processos complexos sob o signo do progresso (LILTI, 2019, p. 461). Afastando-se da visão de que o Iluminismo ou a Modernidade formavam um bloco doutrinário coerente que justificava a superioridade do Ocidente, Lilti propõe que encaremos esse período como um espaço de profundas ambivalências, contradições e inquietações.

A recusa em tratar a Modernidade e as Luzes como blocos doutrinários homogêneos e dicotômicos é uma análise crítica presente na historiografia contemporânea. Valendo-se das críticas de Antoine Lilti e do contextualismo linguístico, Fernando Cyrillo Júnior (2026) demonstra a falácia das tipologias rígidas de Jonathan Israel sobre o Iluminismo. Ao analisar os pensadores americanos do século XVIII, o autor reafirma que a radicalidade ou moderação das ideias não deriva de essências filosóficas atemporais, mas de suas ambivalências, intenções retóricas e dos arranjos contingentes de seu próprio tempo. Nessa mesma direção, Gino de Castro Pinori e Daniel Gomes de Carvalho demonstram que a própria cristalização do conceito de uma “civilização europeia” coesa e uniforme na Época Moderna é uma ilusão historiográfica, forjada retrospectivamente entre os séculos XVIII e XIX para justificar a superioridade ocidental (2024, p. 212-213).

Essa revisão crítica dialoga diretamente com as atuais propostas de uma história global, que repudiam a ideia de uma modernidade singular, essencialmente europeia e irradiada para as margens (ARAÚJO et al., 2024, p. 29). Em vez de pressupor a Europa como o modelo único e universal de desenvolvimento, tem se caminhado no sentido de operar com o conceito de “múltiplas modernidades”, reconhecendo que o período entre os séculos XV e XVIII foi marcado por conexões e interdependências globais, nas quais o contato com as Américas, a África e a Ásia não foi um mero apêndice, mas o elemento constitutivo da própria experiência moderna europeia (ARAÚJO et al., 2024, p. 22).

As críticas a essa concepção estanque de Modernidade estendem-se também aos seus pressupostos epistemológicos. O filósofo e antropólogo Bruno Latour, em *Jamais Fomos Modernos* (1994), argumenta que a autoimagem dos denominados

modernos fundamentou-se em uma constituição artificial baseada em dicotomias rígidas, operando o que ele denomina de trabalho de “purificação” (LATOUR, 1994, p. 35). Para Latour, a ilusão da modernidade consistiu na tentativa de separar radicalmente o mundo natural (o domínio da ciência e das coisas-em-si) do mundo social (o domínio da política e dos sujeitos). No entanto, Latour demonstra que essa separação teórica nunca se sustentou na prática. Ironicamente, foi exatamente a proibição oficial de pensar as misturas que permitiu aos modernos fazer proliferar, em uma escala inédita, os chamados “híbridos” ou “quase-objetos” – entidades que são simultaneamente reais, sociais e discursivas, misturando ciência, religião, política e natureza (LATOUR, 1994, p. 55). Portanto, a ideia de um mundo moderno assentado em rupturas absolutas e esferas independentes não passa de uma grande narrativa que falseia as contínuas mediações e os imbricamentos que sempre caracterizaram as sociedades, desafiando a validade dessas categorias de análise para se pensar a modernidade.

AS IDEIAS POLÍTICAS NA IDADE MODERNA: HUMANISMO, REFORMA E ESTADO

A mesma artificialidade analítica que fundamentou a ilusão das rupturas absolutas na Modernidade operou, com igual força, na cristalização da história das ideias políticas. Durante muito tempo, prevaleceu na historiografia³ um esquema de matriz marcadamente teleológica e linear. Nessa perspectiva, a transição política era lida como uma marcha inexorável: partia-se do pensamento cristão medieval, passava-se pelo absolutismo (frequentemente concebido como um estágio de equilíbrio entre nobreza e burguesia) até desaguar, inevitavelmente, no triunfo do liberalismo clássico e do individualismo. Contudo, as pesquisas encabeçadas pela

³ Refere-se aqui, sobretudo, à historiografia de matriz nacionalista e à filosofia da história do século XIX, fortemente representadas pelas abordagens de Leopold von Ranke, Eduard Gans, François Guizot e G. W. F. Hegel, que tendiam a enxergar as monarquias modernas como etapas necessárias na marcha civilizatória rumo ao Estado-Nação contemporâneo e à burocracia racional.

chamada Escola de Cambridge – notadamente através das obras de Quentin Skinner e J. G. A. Pocock – trouxeram uma renovação para esses estudos.

Esses autores demonstraram que tal esquema reducionista ignora a vitalidade de uma tradição política autônoma, que possui vocabulário e preocupações próprias: o republicanismo clássico. Longe de ser uma mera ponte para o liberalismo, o paradigma republicano encontra parte de suas bases no “humanismo cívico” desenvolvido na Florença renascentista, entre o final do século XIV e o início do século XV (POCOCK, 2016). Em oposição à visão hierárquica, imperial e atemporal da Idade Média, os humanistas cívicos passaram a defender a *vita activa* e o *vivere civile*. Nesse contexto, a república passou a ser compreendida não como um reflexo da ordem cósmica eterna, mas como uma entidade particular, histórica e finita, cuja liberdade e sobrevivência no tempo dependiam exclusivamente da *virtù* e da participação ativa de seus cidadãos (SKINNER, 1996, p. 115; POCOCK, 2016). Ao resgatar essa tradição, a historiografia contemporânea desvencilhou a Época Moderna da obrigação de ser apenas a antessala do Estado liberal, permitindo que a enxerguemos em sua própria especificidade (FLOREZZANO, 2006).

A matriz prática e intelectual dessa transformação começou a ser forjada no início do século XIII, com a atuação profissional dos *dictatores*. Estes profissionais, que ocupavam cargos nas magistraturas urbanas e se dedicavam à redação de cartas e documentos oficiais (a chamada *Ars Dictaminis*), começaram a afastar-se do mero ensino de regras gramaticais para fundamentar sua instrução retórica na imitação da história, da poesia e da filosofia moral clássicas (SKINNER, 1996, p. 56-58). Foi a partir dessa base que os primeiros humanistas, sob a influência decisiva de Francesco Petrarca no século XIV, empreenderam a valorização e a recuperação do latim clássico. Petrarca repudiava o saber “escolástico” e considerava a linguagem de sua época corrompida, procurando focar na precisão e na complexidade do idioma romano antigo; qualidades que, em sua visão, haviam se perdido tanto nas línguas vernáculas quanto no latim medieval (MACHEL; RODRIGUES, 2024, p. 354-355).

Desta forma, a centralidade de Petrarca para o movimento humanista reside, fundamentalmente, na sua capacidade de subverter a narrativa histórica cristã até então dominante. Enquanto a periodização cristã tradicional concebia a história

humana como uma evolução contínua das trevas pagãs em direção à luz de Cristo, Petrarca inverteu drasticamente essa lógica: ele passou a enxergar a antiga Roma pagã como uma era de luz e esplendor, ao passo que a Roma cristã posterior foi rebaixada à condição de uma era de trevas e decadência (FLORENZANO, 1996, p. 24). Ao forjar essa nova percepção do tempo, o Humanismo inaugurava o distanciamento histórico necessário para que a Antiguidade fosse convertida em um objeto de estudo autônomo e um paradigma a ser “resgatado”, lançando as bases para a invenção conceitual da própria Época Moderna.

O modo como a historiografia compreendeu a transição entre esse período e a formação do pensamento político moderno foi objeto de intensos debates. Na primeira metade do século XIX, predominou a tese formulada pelo historiador Hans Baron (1900-1988), que postulava a ocorrência de uma ruptura radical por volta do ano de 1400. Para Baron, o enfrentamento militar contra a tirania milanese dos Visconti teria forjado em Florença um inédito “humanismo cívico”, marcado, sobretudo a partir de Leonardo Bruni (1370-1444), pelo abandono da contemplação medieval em favor da *vita activa* e do engajamento republicano. Essa noção de uma clivagem abrupta, no entanto, foi duramente criticada por Paul Oskar Kristeller, que evidenciou a continuidade estrutural entre as práticas dos humanistas e a tradição dos antigos ditadores medievais.

Aprofundando essa revisão, Quentin Skinner procurou redimensionar a própria utilidade da categoria de “humanismo cívico”, demonstrando que os letrados florentinos do início do Quattrocento, como Coluccio Salutati (1331-1406) e o próprio Bruni, operavam a partir da mesma matriz jurídica e desempenhavam as mesmas funções de secretariado que os ditadores medievais. Mais do que uma revolução filosófica, a verdadeira semelhança entre esses dois grupos residia no fato de que ambos instrumentalizaram a retórica clássica com um objetivo prático fundamental, qual seja, a defesa inegociável da liberdade republicana contra as ameaças de dominação externa e interna (SKINNER, 1996, p. 93-94).

Sendo assim, a especificidade dessa primeira geração de humanistas do século XV, segundo Skinner, não esteve na invenção da defesa republicana, mas sim em um excesso de otimismo. Diferentemente de seus predecessores medievais (e de

seus sucessores do século XVI), os intelectuais florentinos do início do Quattrocento, embalados por uma estabilidade oligárquica temporária, subestimaram os perigos do facciosismo político. Em decorrência dessa confiança na harmonia cívica, passaram a celebrar o acúmulo de riqueza privada e as atividades mercantis como elementos benéficos à República (SKINNER, 1996, p. 94-95). Essa percepção idealizada, contudo, provar-se-ia frágil e seria impiedosamente desconstruída no século seguinte por autores como Nicolau Maquiavel (1469-1527) e Francesco Guicciardini (1483-1540), que se veriam forçados a recolocar o conflito, a corrupção e a força militar no centro da teoria política.

Como a historiografia evidenciou a partir das definições de Kristeller, a ausência de um sistema filosófico inédito entre os humanistas foi amplamente compensada pelo domínio das ferramentas retóricas e cívicas. E foi exatamente dessa matriz retórica que nasceu a necessidade ideológica de se autoproclamarem os inauguradores de um “novo tempo”. Para legitimar seu saber em detrimento da tradição escolástica, esses intelectuais consolidaram o mito historiográfico de uma “Idade das Trevas”. Lorenzo Valla, por exemplo, lançou mão de metáforas de ressurreição ao afirmar que as letras haviam “retornado à vida” (*reviviscant*) após séculos de degenerescência (SKINNER, 1996, p. 131). Com o avanço do século XVI, essa autopercepção foi se cristalizando em um senso de superioridade histórica quase irrefutável. Autores como Giorgio Vasari e Louis Le Roy (1510-1577) deixaram de apenas celebrar a recuperação do passado para decretar que a sua própria época havia superado a Antiguidade em glória, revelando conhecimentos até então inéditos (SKINNER, 1996, p. 131-132). Essa operação discursiva demonstra, portanto, que a pretensa ruptura da Renascença não constituiu um salto natural, mas sim uma categoria artificialmente construída por letrados que precisavam justificar a especificidade e o triunfo de seu próprio projeto intelectual naquele contexto de mudanças políticas.

A mesma matriz filológica e retórica que fundamentou a autoimagem do Renascimento transbordou para o campo teológico, servindo de base comum tanto para o humanismo cristão quanto para os movimentos reformadores. Pensadores como Erasmo de Rotterdam empenharam-se em aplicar o crivo filológico para corrigir

e “purificar” as antigas traduções da Bíblia (como a Vulgata), com o intuito de recuperar a integridade da mensagem cristã a partir de suas fontes originais. Partilhando desse imperativo de retorno aos textos, reformadores como Martinho Lutero radicalizaram esse preceito ao formular a doutrina da Sola Scriptura. Munidos das ferramentas de tradução humanistas, os reformadores promoveram a versão dos textos sagrados para as línguas vernáculas, o que atacava o monopólio interpretativo do clero e subvertia as hierarquias tradicionais de mediação religiosa. Contudo, a historiografia contemporânea demonstra que a Reforma Protestante não pode ser confinada ao estrito campo da teologia ou à tradicional história eclesiástica. Como aponta Peter Marshall (2009), a complexidade desse processo exige que o analisemos como um fenômeno de vastos desdobramentos políticos, sociais e culturais, uma vez que a reinterpretação das Escrituras afetou diretamente o tecido das relações comunitárias, reconfigurou as estruturas de autoridade estatal e transformou as expectativas das próprias classes populares (p. 6-8).

Esse transbordamento das questões teológicas para o tecido social marca uma diferença estrutural decisiva entre as dinâmicas da Reforma e do Renascimento. Como observou argutamente Perry Anderson (1995), enquanto o Renascimento literário e artístico constituiu um fenômeno essencialmente restrito às elites e às minorias privilegiadas, a Reforma configurou-se como um imenso levante de massas. Embora impulsionada por uma teologia que enfatizava a indignidade humana diante de Deus, ela operou uma transformação histórica sem precedentes ao alterar a visão de mundo e as expectativas de uma parcela expressiva da população europeia. A tradução da Bíblia para as línguas vernáculas atuou como o motor principal dessa revolução cultural, retirando as Escrituras do confinamento eclesiástico para inseri-las no cotidiano doméstico. O peso dessa impregnação do texto sagrado na sociedade pode ser dimensionado quando se constata que mesmo em obras teatrais de caráter predominantemente secular e político do período, a exemplo da peça *Henrique IV* (Parte II), de William Shakespeare, é possível contabilizar dezenas de referências bíblicas, o que atesta a radical reconfiguração do imaginário popular e letrado (MARSHALL, 2009, p. 50).

No entanto, a historiografia demonstra que, a despeito dessa evidente assimetria de alcance social, ambos os movimentos partilhavam de uma matriz epistemológica comum: a rejeição contundente à tradição escolástica medieval. Da mesma forma que os humanistas, desde Petrarca, insurgiram-se contra o ensino dominado pela dialética e pelo modelo aristotélico, ou seja, buscando recuperar a pureza retórica e moral do latim ciceroniano, os reformadores empregaram essa mesma inclinação de “retorno às origens” para buscar um cristianismo puro nas fontes primitivas. A revolta contra o monopólio da escolástica uniu a crítica filológica humanista à urgência teológica de líderes como Lutero e Calvino, demonstrando que as transformações da Época Moderna não se definem por rupturas absolutas ou categorias estanques, mas por apropriações cruzadas e por uma intrincada rede de continuidades conceituais.

Embora os humanistas não tivessem como horizonte a cisão da Cristandade, a historiografia demonstra que a Reforma apropriou-se largamente de seu arsenal filológico e retórico. Cabe ressaltar que, a partir das formulações de Adriano Prosperi (2008), essa matriz retórica do “retorno” perpassou até mesmo o campo da Reforma Católica. Na Época Moderna, a legitimação institucional de algo novo consistia, paradoxalmente, em apresentá-lo como destinado a substituir uma “modernidade” negativa para voltar às origens apostólicas (PROSPERI, 2008, p. 101).

Como aponta Quentin Skinner (1996), “essa descoberta, por sua vez, contribuiu para efetuar uma revolução nas relações que eram tradicionais entre a Igreja e as autoridades temporais em boa parte da Europa do Norte - uma revolução na qual se pode afirmar que as técnicas do humanismo bíblico desempenharam o papel do cavalo de Tróia” (p. 231). No entanto, essa proximidade metodológica inicial logo cedeu lugar a um profundo antagonismo. Afastando-se do otimismo renascentista, Lutero rechaçou frontalmente a premissa de um homem virtuoso, dotado de livre-arbítrio e capaz de cooperar com a vontade divina por meio da razão. O ápice dessa ruptura materializou-se no embate com Erasmo de Roterdã. Em resposta à publicação do tratado *Da liberdade da vontade* (1524), no qual Erasmo defendia a capacidade de escolha moral humana, Lutero publicou *A servidão da vontade (De Servo Arbitrio)*, (1525), reafirmando a completa indignidade do homem e

a nulidade de seus méritos racionais perante a salvação (SKINNER, 1996, p. 285-286).

Para além das divergências teológicas, a eclesiologia luterana produziu impactos políticos que reconfiguraram o conceito de autoridade na Primeira Modernidade. Ao destituir a Igreja de qualquer poder coercitivo ou jurisdicional — redefinindo-a exclusivamente como uma congregação espiritual (*congregatio fidelium*) —, Lutero transferiu o monopólio da força e o controle sobre as propriedades eclesiásticas para as autoridades seculares (SKINNER, 1996, p. 294-296). Contudo, é fundamental precisar os limites que o reformador estabeleceu para o exercício desse poder secular. Diferentemente do que sugere uma leitura superficial de sua obra, Lutero operava com uma rigorosa distinção entre desobediência e resistência. Se um príncipe ordenasse algo contrário à fé, o súdito cristão tinha o dever de desobedecer inequivocamente; no entanto, essa recusa deveria ser estritamente passiva. Em seus primeiros escritos políticos, Lutero vedava de forma absoluta a resistência armada contra os governantes, mesmo os mais tirânicos, por concebê-los como autoridades diretamente ordenadas por Deus para punir a iniquidade e os pecados do próprio povo (SKINNER, 1996, p. 297-300).

A ÉPOCA MODERNA EM SEUS PRÓPRIOS TERMOS

A superação de alguns pressupostos da historiografia tradicional acerca da Idade Moderna exige, metodologicamente, a apreensão de seu pensamento político a partir de suas próprias categorias e historicidade. É nesse sentido que a historiografia tributária da Escola de Cambridge estabeleceu o contextualismo linguístico como premissa analítica indispensável. Como adverte Pocock [1975] (2016), o objetivo do historiador não é buscar as sementes do presente no passado, mas sim “identificar certos vocabulários conceituais então disponíveis para discursar sobre sistemas políticos considerados em sua particularidade”, explorando suas limitações e examinando “os processos pelos quais estes sistemas conceituais, seus usos e implicações mudaram no curso do tempo” (p. 56-57).

Essa premissa analítica é corroborada por Daniel Gomes de Carvalho (2024), que alerta para o anacronismo de se projetar conceitos forjados no século XIX sobre o vocabulário da Primeira Modernidade. Ao analisar a historiografia política do período, Carvalho argumenta que a redução do pensamento moderno a categorias teleológicas oitocentistas resulta em uma grande “imprecisão metodológica”, pois desconsidera a própria historicidade e fluidez das obras. Em consonância com a Escola de Cambridge, o autor defende que é preciso abandonar a busca por essências atemporais para “definir o que seus autores estavam fazendo quando os escreveram” e responder às convenções predominantes de seu próprio tempo (CARVALHO, 2024, p. 32).

Sob essa ótica contextualista, a análise das instituições e das formas políticas da Primeira Modernidade exige uma profunda vigilância semântica. O conceito de 'república', por exemplo, não pode ser tomado de forma unívoca. Como demonstra Modesto Florenzano, resgatando a formulação de Claude Nicolet, trata-se de uma palavra intrinsecamente polissêmica, um autêntico *mot voyageur* que abrigou as mais diversas colorações ideológicas (FLORENZANO, 2006, p. 36). Tradução latina do termo grego *politeia*, a expressão *res publica* (a “coisa pública”) designava originariamente qualquer constituição política, operando como um sinônimo geral de governo ou do próprio Estado. É paralelamente, no interior da matriz aristotélica, que o termo ganha a sua acepção ideal, passando a designar também, de forma específica, aquele modelo de governo misto no qual os assuntos públicos são obrigatoriamente administrados em prol do bem comum.

Contudo, a historiografia contemporânea exige que se faça a distinção rigorosa entre esse uso genérico do termo e a especificidade do republicanismo. Enquanto a palavra “república” podia ser utilizada até mesmo por teóricos do “absolutismo” no século XVI para designar a comunidade política governada por um rei (como o fez Jean Bodin), o republicanismo consolidou-se como uma tradição ideológica autônoma. Ancorada no humanismo cívico da Florença renascentista, essa tradição repudiava a dominação monárquica e valorizava a *vita activa*, a participação direta dos cidadãos, as virtudes cívicas e o autogoverno (SKINNER, 1996, p. 172). Esse arcabouço ideológico voltou a florescer com particular intensidade no início do

século XVI, motivado pelas lembranças da restauração republicana e impulsionado pela oposição ao governo dos Médici e às suas práticas despóticas (SKINNER, 1996, p. 173).

É no cerne dessa crise que emerge a reflexão de Nicolau Maquiavel. Como demonstrou J. G. A. Pocock [1975] (2016), a contribuição maquiaveliana transcendeu a mera defesa da participação política; ela formulou o próprio dilema da sobrevivência republicana. O pensador florentino evidenciou que a república era uma entidade particular e finita no tempo secular, que precisava mobilizar a *virtù* dinâmica de seus cidadãos, não raro por meio do engajamento cívico e das armas, para fazer frente à irracionalidade da fortuna e à ameaça constante da corrupção. O cidadão, portanto, só realizava sua autonomia e seu bem-estar no interior dessa teia de relações do *vivere civile*. É justamente a incompreensão dessa pluralidade de linguagens políticas autônomas, que pensavam a “comunidade” muito antes de se formular o vocabulário da soberania unitária, que tem levado a historiografia, com frequência, a apropriações anacrônicas da principal categoria analítica utilizada para definir a Época Moderna: o conceito de Estado.

O ESTADO E A ÉPOCA MODERNA

Durante muito tempo, a historiografia clássica concebeu as monarquias dos séculos XV ao XVIII como instâncias fortemente centralizadoras e embrionárias do Estado capitalista contemporâneo. No âmbito da tradição marxista, o debate sobre as características dessa fase absolutista na transição entre o feudalismo e o capitalismo foi intensamente travado por autores como Boris Porschnev (1905-1972) e Alexandra Lublinskaya (1902-1980) (MELO; MARCHEL, 2024, p. 107-108). Foi justamente na esteira de Porschnev que Perry Anderson consolidou a premissa de que, longe de atuar como um árbitro neutro, o absolutismo consistia em um aparelho de dominação feudal recolocado, atuando como a “nova carapaça política de uma nobreza atemorizada” que, paradoxalmente, terminava por assegurar o desenvolvimento das classes mercantis emergentes (ANDERSON, 1995, p. 18).

A partir da década de 1980, contudo, uma profunda revisão crítica colocou em xeque esse “paradigma estadualista”. Historiadores do direito e das instituições, como António Manuel Hespanha (1994) e Maurizio Fioravanti (2004), demonstraram o anacronismo de se projetar o conceito weberiano de Estado (caracterizado pelo monopólio inquestionável da violência e pela racionalidade burocrática) sobre a Época Moderna. Em vez de uma marcha linear rumo à centralização absoluta, as pesquisas revelaram a existência de um “Estado Jurisdicional” ou corporativo, no qual a Coroa não detinha a exclusividade do poder. O monarca atuava como o topo de um corpo político plural, governando não por imposição despótica, mas atuando como a instância suprema de resolução de conflitos, voltada para a salvaguarda de privilégios, de pactos e da harmonia natural entre as jurisdições periféricas (MELO; MACHEL, 2024, p. 111-112). Como demonstrou Emmanuel Le Roy Ladurie (1994) para o caso da monarquia francesa, o pretense autoritarismo régio operava fundamentalmente pela gestão de complexas redes de clientelas, e não por uma coerção administrativa unívoca (p. 14-16).

Essa pluralidade jurisdicional revela-se de forma ainda mais nítida no modelo das “monarquias compósitas”, consolidado por John Elliott. Longe de formarem blocos territoriais e identitários uniformes, essas monarquias eram constituídas por uniões dinásticas nas quais reinos e províncias (como no caso espanhol ou nas relações entre Inglaterra e Irlanda) mantinham suas próprias leis, costumes e pactos com a Coroa, conferindo estabilidade a uniões muitas vezes artificiais (ELLIOTT, 1992, p. 50-51). É justamente por essa razão que o próprio emprego do termo 'Estado' para a Primeira Modernidade passou a ser fortemente problematizado. Nos territórios ibéricos, por exemplo, a forma de organização sociopolítica distanciava-se da abstração de um poder central unívoco, operando sob a lógica de um “Estado Corporativo” (MELO; MACHEL, 2024). Nesse sistema, a autoridade não consistia em uma imposição absoluta, mas na articulação de um corpo político plural, no qual o monarca atuava primordialmente para preservar a autonomia, os privilégios e o equilíbrio entre as diversas jurisdições locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, buscou-se demonstrar que as categorias que tradicionalmente definem a Época Moderna — o Renascimento, a Reforma e o Absolutismo — não podem ser tomadas como degraus naturais em uma marcha evolutiva rumo à contemporaneidade. Como a historiografia contemporânea evidencia, o humanismo e os movimentos reformadores partilharam de matrizes retóricas, filológicas e críticas comuns para legitimar suas próprias rupturas. Com essa atitude, alteraram profundamente o tecido social, político e imaginário europeu; agiram, contudo, em resposta às angústias de seu próprio tempo, e não como parte de um projeto consciente de fundação da “modernidade” laica e liberal. Com essa premissa, rejeita-se a tradicional teleologia oitocentista, consolidada por autores como o marquês de Condorcet, Jules Michelet e Hegel, que projetavam sobre a Reforma o mito de origem da liberdade moderna, do republicanismo e até mesmo da matriz intelectual da Revolução Francesa.

Como demonstra Daniel Gomes de Carvalho (2024, p. 145), foi a tradição hegeliano-marxista do século XIX que acrescentou à interpretação da modernidade a noção de uma “necessidade histórica”. Esse olhar retrospectivo transformou processos abertos e contingentes em etapas inelutáveis de um desenvolvimento civilizacional, operando uma falsa linearidade que a historiografia atual se esforça por dismantelar. Ao projetar retrospectivamente a imagem de um ente unificado e burocrático sobre os séculos XV e XVI, a historiografia oitocentista buscava legitimar as novas formações estatais pós-revolucionárias, vinculando-as a um “destino manifesto” de racionalidade. Essa rigidez analítica também engessou a interpretação do desfecho da Época Moderna. A historiografia clássica dos séculos XIX e XX tendeu a enquadrar a chamada Era das Revoluções em paradigmas estritos (seja na chave da teleologia liberal ou da revolução estruturalmente burguesa), silenciando as contradições, as contingências e a pluralidade do processo revolucionário atlântico (CARVALHO; PINHEIRO, 2024, p. 616-617). Romper com essa leitura teleológica exige reconhecer que a Época Moderna não foi o berço imperfeito do nosso presente político, mas um universo dotado de uma cultura jurídica e de uma dinâmica de

poderes fundamentalmente autônomas, irredutíveis às nossas próprias categorias contemporâneas de análise.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ARAÚJO, André de Melo et al. (org.). *A Época Moderna*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2024.

BURCKHARDT, Jacob. *Reflexões sobre a História*. Trad. Leo Gilson Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

CARVALHO, Daniel Gomes de. *Thomas Paine e a Revolução Francesa: religião, democracia e justiça social (1793-1797)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2024.

CARVALHO, Daniel Gomes de; PINHEIRO, Marcos Sorrilha. Revoluções atlânticas: Estados Unidos e França. In: ARAÚJO, André de Melo et al. (org.). *A Época Moderna*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2024. p. 615-646.

CYRILLO JÚNIOR, Fernando. Um espinosismo sem Espinosa? Elihu Palmer e a dinâmica das luzes radicais na América do século XVIII. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, ed. 43, jan./abr. 2026.

ECO, Umberto. *Introdução à Idade Média*. In: *Idade Média - Bárbaros, cristãos e muçulmanos*. Lisboa: Dom Quixote, 2010, p. 01-28.

ELLIOTT, John H. A Europe of composite monarchies. *Past and Present*, n. 137, 1992, p. 48-71.

FIORAVANTI, Maurizio (ed.). *El Estado Moderno en Europa. Instituciones y Derecho*. Madri: Trotta, 2004.

FLORENZANO, Modesto. Notas sobre tradição e ruptura no Renascimento e na Primeira Modernidade. *Revista de História*, n. 135, p. 18-29, 1996.

FLORENZANO, Modesto. República (na segunda metade do século XVIII-História) e republicanismo (na segunda metade do século XX-Historiografia). *Clio - Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, Lisboa, v. 14, p. 33-52, 2006.

HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira; Rev. Trad. César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. *O Estado Monárquico na França - 1460-1610*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LILTI, Antoine. *L'héritage des Lumières: ambivalences de la modernité*. Paris: Gallimard; Seuil, 2019.

MACHEL, Marília de Azambuja Ribeiro; RODRIGUES, Rui Luis. Renascimento e Humanismo. In: ARAÚJO, André de Melo et al. (org.). *A Época Moderna*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2024. p. 345-375.

MARQUES, Leonardo; MENZ, Maximiliano Mac. Capitalismo. In: ARAÚJO, André de Melo et al. (Org.). *A Época Moderna*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2024. p. 129-157.

MARSHALL, Peter. *The Reformation: a very short introduction*. OUP Oxford, 2009.

MELO, Bruno Kawai Souto Maior de; MACHEL, Marília de Azambuja Ribeiro. Sistemas políticos e estruturas de poder. In: ARAÚJO, André de Melo et al. (org.). *A Época Moderna*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2024. p. 97-128.

PINORI, Gino de Castro; CARVALHO, Daniel Gomes de. Aspectos da(s) ideia(s) de Europa na Época Moderna. *Diálogos*, Maringá, v. 28, n. 1, p. 211-236, jan./abr. 2024.

POCOCK, J. G. A. *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*. Princeton: Princeton University Press, 2016.

PROSPERI, Adriano. *El Concilio de Trento: una introducción histórica*. Junta de Castilla y León: Consejería de Cultura y Turismo, 2008.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno I*. Rev. téc. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Recebido em 31/03/2025

Aprovado em 15/04/2026